

DEBORAH E. LIPSTADT

O livro que
inspirou
o filme

O MUNDO TODO SABE QUE O HOLOCAUSTO ACONTECEU.
AGORA, ELA TERÁ QUE PROVAR.

NEGAÇÃO

UMA HISTÓRIA REAL

UNIVERSO DOS LIVROS

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.site](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#)

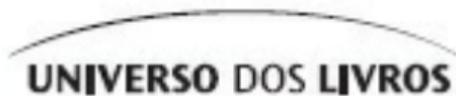
"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



DEBORAH E. LIPSTADT

NEGAÇÃO
UMA HISTÓRIA REAL

São Paulo
2017



UNIVERSO DOS LIVROS

Copyright © 2005 by Deborah E. Lipstadt. Foreword copyright © 2016 by David Hare.
All rights reserved.

© 2017 by Universo dos Livros

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

DIRETOR

EDITORIAL

LUIS MATOS

EDITORA-CHEFE

MARCIA BATISTA

ASSISTENTES

EDITORIAIS

ALINE GRAÇA

REVISÃO

TÉCNICA

VÂNIA RALL

ARTE

FRANCINE C.

SILVA

VALDINEI

GOMES

LETÍCIA

NAKAMURA

TRADUÇÃO

MAURICIO

TAMBONI

PREPARAÇÃO

LUÍS PROTÁSIO

REVISÃO

CELY COUTO

ALEXANDER

BARUTTI

CAPA

IMAGEM

CEDIDA POR

SONY

PICTURES

BRASIL

ADAPTAÇÃO DE

CAPA

FRANCINE C.

SILVA

Negação / Deborah E. Lipstadt ; tradução de Mauricio Tamboni. –
São Paulo: Universo dos Livros, 2017.

432 p.

ISBN: 978-85-503-0119-8

Título original: *Denial*

1. Negação do holocausto 2. Antissemitismo 3. Holocausto judeu
(1939-1945) - Historiografia I. Título II. Tamboni, Mauricio

17-0186

CDD 940.5318

Universo dos Livros Editora Ltda.
Rua do Bosque, 1589 – Bloco 2 – Conj. 603/606
CEP 01136-001 – Barra Funda – São Paulo/SP
Telefone/Fax: (11) 3392-3336
www.universodoslivros.com.br
e-mail: editor@universodoslivros.com.br
Siga-nos no Twitter: @univdoslivros

Dedicado às vítimas da Shoah e àqueles que, de tantas maneiras diferentes, permitiram que eu lutasse contra a tentativa de destruírem sua história e sua memória.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

NOTA AO LEITOR

PRÓLOGO: A CARTA

PRELÚDIO

01. Uma odisséia pessoal e acadêmica
02. A estratégia de defesa
03. Auschwitz: uma visita forense
04. Mudança de objetivos

O JULGAMENTO

05. “Todos de pé!”
06. Irving interrogado: não um negacionista, mas uma vítima
07. A série de documentos
08. O Holocausto: extermínios aleatórios ou genocídio sistemático?
09. Filas e controvérsias sobre as câmaras de gás
10. Um professor americano
11. Absolver hitler, condenar os aliados
12. Palavras de combate
13. Cálculos revoltantes
14. Mentindo sobre hitler
15. *O Diário de Anne Frank*: um romance?
16. Nosso contingente alemão
17. Celebrando com bandidos ou culpa por associação?

18. Câmaras de gás individuais e polcas do povo branco

19. A cena final

O RESULTADO

20. Dia do julgamento: contatos telefônicos, salmos e sobreviventes sem dormir

21. Agradecimentos importantes

22. A “fantasia de Bobo da Corte”

POSFÁCIO

SOBRE A AUTORA

Guarda-te, pois, a ti mesmo! Cuida de nunca esquecer o que viste com os teus olhos, para que isso não saia jamais de teu coração, enquanto viveres. Antes ensina-o aos teus filhos e netos.

— Deuteronômio 4:9

Forsan et haec olim meminisse iuvabit.

Talvez algum dia nos seja agradável recordar essas coisas.

— Eneida I: 203

PREFÁCIO

por David Hare, roteirista de *Negação*

Em 2010, fui procurado pela primeira vez pela BBC e pela Participant Films para adaptar para as telas o livro *History on Trial*,* de Deborah Lipstadt. Minha primeira reação foi de extrema relutância. Não tenho o menor gosto para filmes sobre o Holocausto. Parece ao mesmo tempo ofensivo e grosseiro acrescentar uma camada extra de ficção a um sofrimento que não demanda qualquer intervenção gratuita. Perturbador. Diante da imensidão do que aconteceu, reportagens sóbrias e testemunhos diretos quase sempre se provaram a abordagem mais contundente. No museu Yad Vashem, em Jerusalém, notei que todas as fotografias, independentemente de quão marginais e inevitavelmente incompletas, traziam o choque e o impacto que faltavam na arte forjada e desinteressante criada com base no Holocausto.

Lendo *History on Trial*, senti um considerável alívio ao descobrir que, embora seja o assunto que rege a obra, o Holocausto não precisaria ser visualmente recriado. Em 2000, o historiador britânico David Irving, cuja escrita com frequência oferecia um relato da Segunda Guerra Mundial solidário à perspectiva nazista, processou Deborah Lipstadt na Alta Corte de Londres, alegando que as descrições que ela apresentara dele como negacionista em seu livro anterior, *Denying the Holocaust*, haviam afetado sua reputação. Nos tribunais ingleses da época, o ônus da prova em qualquer processo desse tipo não estava nas mãos do acusador, mas do acusado – diferente do que acontecia nos Estados Unidos, onde era trabalho do autor da ação provar as inverdades

alegadas. Foi justamente por esse motivo que Irving escolheu processá-la em Londres. Ele pensou que, assim, a ação legal seria mais simples. De repente, uma acadêmica de Atlanta viu-se diante da nada invejável tarefa de reunir provas científicas conclusivas do extermínio dos judeus europeus, ocorrido há mais de 50 anos.

Dentre as muitas características curiosas do caso – incluindo o desdém que alguns membros hesitantes da comunidade acadêmica britânica demonstraram para com a americana recém-chegada ao país –, três aspectos me impressionaram profundamente. Em primeiro lugar, havia um desafio técnico para escrever o roteiro. Em filmes americanos convencionais, o papel do indivíduo é intensamente celebrado. Em um típico filme de estúdio, mesmo um filme tão bom quanto *Erin Brockovich*, sempre existe uma clara injustiça que é corrigida por uma pessoa confusa que tem uma chance de encontrar sua voz. A tradição remete aos tempos de Jimmy Stewart, Henry Fonda e além. No entanto, o que havia de incomum na experiência de Lipstadt era o fato de ela já ser uma mulher inteligente, articulada e forte que foi aconselhada por sua equipe de defesa a não se posicionar. Essa decisão foi tomada tendo em vista que o julgamento deveria se concentrar exclusivamente na análise de como o antissemitismo de Irving contaminava sua honestidade. Nesse sentido, o testemunho de Lipstadt poderia dar a David Irving, que conduzia sua própria acusação, a oportunidade de desviar o foco e transformar as sessões em um ataque totalmente irrelevante contra as capacidades intelectuais de Lipstadt de analisar os detalhes da história.

Foi um enorme desafio profissional criar um drama com base em um ato de autonegação tão intenso e doloroso, mas uma coisa era certa: não criaríamos uma narrativa padrão ao estilo de Hollywood. Pagando o alto preço da sua própria paz de espírito, Deborah Lipstadt concordou em ser silenciada. A fascinação do filme estaria no custo pessoal dessa escolha. Quais eram as implicações disso para alguém que, tendo sido criada para acreditar na força única do indivíduo, descobriu-se em meio às alegrias muito mais sutis do trabalho em equipe? O livro que ela escrevera tornou-se sua defesa completa e o veredicto justificava o livro em quase todos os detalhes. Contudo, para realizar aquela defesa, Lipstadt teve de confiar no julgamento de dois estrangeiros e num sistema legal diferentes do seu: Richard Rampton, seu advogado escocês, e Anthony Julius, seu procurador inglês.

Em segundo lugar, ficou claro desde o início que o filme seria uma defesa da verdade histórica. Defenderia que, embora os historiadores tenham o direito de interpretar os fatos de formas distintas, eles não têm o direito de conscientemente deturpar os fatos. Necessária aos historiadores, tal integridade certamente aplicase também aos roteiristas. Se eu quisesse oferecer um relato do julgamento e do comportamento de David Irving, não poderia desfrutar da licença de especular

ou inventar, a qual costuma ser concedida a escritores. Do julgamento, havia 32 páginas de transcrição, as quais levei semanas para ler atentamente. Eu não apenas me recusaria a escrever cenas que oferecessem quaisquer explicações sentimentais sobre a psicologia de Irving fora do tribunal, como também me manteria rigidamente limitado às exatas palavras registradas no arquivo. Não podia dar abertura para qualquer crítico neofascista posteriormente alegar que eu reescrevera os depoimentos. E eu não queria reescrevê-los. As cenas do julgamento são *verbatim*. Dizer que tamanha fidelidade representou uma dificuldade dramática quase impossível – esse julgamento, como qualquer outro, em vários momentos tornava-se extremamente entediante – seria subestimar a situação. Em certos momentos, eu balançava a cabeça me perguntando por que os personagens da vida real não conseguiam colocar as coisas de uma forma que expressasse seus propósitos com mais clareza.

Mas foi um terceiro e derradeiro motivo que me fez sentir que um filme sobre o fascinante livro de Deborah precisava ser produzido. Na era da internet, à primeira vista, parece democrático dizer que cada um tem o direito de ter sua própria opinião. E isso certamente é verdade. Contudo, é um passo fatal afirmar, logo em seguida, que todas as opiniões são iguais. Algumas delas são formadas com base em fatos. Outras, não. E aquelas que não são apoiadas em fatos valem consideravelmente menos do que as demais. Um grupo de historiadores ingleses sempre favoreceu David Irving com base em alegações de que, embora ele claramente atenuasse a postura de Hitler, possuía documentos para agir assim. Esses admiradores estavam prontos para dar um passo adiante e atacar a personalidade e o sucesso de Lipstadt nos tribunais, alegando que a decisão provavelmente deixaria os historiadores mais cautelosos e, portanto, inibiria a liberdade de expressão. Porém, longe de ser um ataque à liberdade de expressão, a defesa de Lipstadt provou-se um enorme triunfo. A liberdade de expressão pode incluir o direito de mentir deliberadamente, mas também inclui o dever de o indivíduo pagar por suas mentiras.

Durante a aurora do Renascimento, Copérnico e Galileu zombariam da ideia de existir algo como a autoridade. Uma abordagem cética da vida pode ser produtiva e já impulsionou transformações revolucionárias e grandes ideais. Mas uma abordagem cética ao fato científico é muito menos admirável. É perigosa. Conforme Lipstadt afirma em meu roteiro, algumas coisas são verdades. Elvis morreu. As calotas polares estão derretendo. E o Holocausto de fato aconteceu. Milhões de judeus foram parar em campos de concentração e em covas abertas em um genocídio brutal sancionado e operado pelos líderes do Terceiro Reich. Existem assuntos sobre os quais dois pontos de vista não são igualmente válidos. Estamos entrando, sobretudo na política, em uma era pós-factual, na qual aparentemente é permitido figuras públicas fazerem afirmações sem indícios e justificá-las alegando que “bem, essa é a minha opinião” – como se tal alegação

servisse como justificativa. Não serve. E esses charlatões precisam aprender que não serve. Contemplar o julgamento de Lipstadt e Irving pode ajudar essas pessoas nesse sentido.

David Hare, julho de 2016

O título original da primeira edição deste livro, de 2005, chamava-se *History on Trial*, sendo, posteriormente, alterado para *Denial*, título que também dá nome ao filme cujo enredo é baseado nesta obra. (N. E.)

NOTA AO LEITOR

Muito antes de saber que as ameaças legais de David Irving viriam a se transformar em um grande processo judicial, comecei a manter registros detalhados de todas as minhas conversas com meus advogados e demais envolvidos no caso. Em certo momento, decidi também manter um diário no qual registrava as conversas e meus pensamentos. Praticamente todas as citações apresentadas neste livro foram retiradas dessas notas e diários. Em raras ocasiões, recriei uma passagem com base em minha memória. Tentei ser o mais fiel possível – embora ciente de que a memória pode ser caprichosa – a todos os meus parceiros de conversa. Todas as citações de transcrições judiciais aparecem conforme o transcritor as registrou. Por motivos de consistência, padronizei a escrita de algumas palavras, como, por exemplo, “antissemitismo”. Em certos momentos, enfatizei algumas palavras porque é assim que, de acordo com minhas notas e memórias, eu as ouvi. Em qualquer julgamento, sobretudo nos julgamentos onde não há júri, um assunto pode ser levantado, escusado e retomado de tempos em tempos. Para ajudar o leitor a acompanhar a discussão, ocasionalmente resumi debates que se estenderam por dois dias ou mais. As notas finais indicam a fonte das citações.

PRÓLOGO A CARTA

Tudo começou em um dia perfeito de outono. O ano letivo de 1995 tinha acabado de começar na Universidade Emory. O calor do verão despedira-se, o campus estava radiante e as folhas aos poucos ganhavam as cores do outono. Animados, os alunos que deixavam os prédios de arquitetura Renascentista Italiana reuniam-se no gramado ao redor. Centro não oficial do campus, essa extensão de grama sempre estava repleta de pessoas brincando de *frisbee*, estudando, jogando bola ou simplesmente desfrutando os últimos dias antes de o “inverno” – ou pelo menos o que se tem próximo disso na Geórgia – obrigar todos a ficarem fechados. Deliciei-me com essa imagem enquanto atravessava o gramado em direção à minha sala. Eu tinha me mudado de Los Angeles para Atlanta havia alguns anos, quando aceitei a cadeira de Estudos Judaicos Modernos e Estudos do Holocausto. Embora sentisse saudade dos amigos, a essa altura já considerava Atlanta a minha casa.

Tinha acabado de dar uma aula sobre a história do Holocausto. Estava tranquila e animada e havia agendado uma reunião com uma aluna para falar sobre seu trabalho de conclusão de curso; depois, passaria a tarde em busca de um contrato editorial para publicar meu novo projeto de pesquisa – um estudo sobre a representação do Holocausto nos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial. Quando entrei em minha sala, minha secretária disse que tinha acabado de chegar uma carta da Penguin, a editora britânica de meu livro

Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory – um estudo acadêmico sobre o negacionismo do Holocausto. Intrigada, perguntei à aluna, que me aguardava, se ela se importaria de esperar enquanto eu dava uma olhada rápida na correspondência. Depois de ler as primeiras linhas, soltei uma gargalhada. A aluna, que revisava algumas de suas anotações, ergueu o olhar e eu disse, ainda rindo: “Isso é mesmo uma loucura”. Expliquei que David Irving, o mais proeminente negacionista do Holocausto, ameaçava me processar por difamação por eu tê-lo chamado de negacionista.

Em meu livro, dediquei alguns parágrafos a Irving, descrevendo-o como um “partidário de Hitler usando cabresto” que “distorce[u] indícios, [...] manipul[ou] documentos [e] alter[ou] [...] e deturp[ou] dados para chegar a conclusões históricas insustentáveis”. Escrevi que, “de certa forma, Irving parece se ver como alguém que leva adiante o legado de Hitler”. Eu o considerava o mais perigoso negacionista do Holocausto porque, diferentemente dos demais, que eram conhecidos apenas por serem negacionistas, Irving era autor de inúmeros livros sobre a Segunda Guerra Mundial e o Terceiro Reich, alguns dos quais bem avaliados. Praticamente todos os aficionados pela Segunda Guerra Mundial conheciam seu nome, apesar de acharem seu trabalho um pouco solidário demais com o Terceiro Reich. Suas obras eram criticadas em publicações importantes e, conseqüentemente, suas atividades ligadas ao negacionismo do Holocausto atraíam muito mais atenção do que as dos demais negacionistas.

Minhas palavras sem dúvida foram duras, mas não as considerei polêmicas, uma vez que Irving havia declarado publicamente sua negação ao Holocausto. Em 1988, quando o governo canadense condenou Ernst Zündel, um imigrante alemão, por promoção do negacionismo do Holocausto, Irving testemunhou a favor de Zündel. Disse no tribunal que não havia uma “política do Reich para o extermínio de judeus”, “nenhum documento sequer demonstrando que o Holocausto acontecera” e que as câmaras de gás para extermínio em massa eram uma impossibilidade.¹ Desde então, Irving negou sistematicamente o Holocausto. Quando questionado por um jornalista sobre o motivo de todas as menções ao Holocausto terem desaparecido da nova edição de um de seus livros, ele respondeu: “Se uma coisa não aconteceu, ela não deve ser digna nem de uma nota de rodapé”.² Ele negou o uso das câmaras de gás no extermínio sistemático dos judeus, afirmando que não havia nenhum plano oficialmente sancionado pelo Terceiro Reich para aniquilar os judeus europeus, e afirmou que Hitler provavelmente foi “o maior amigo dos judeus no Terceiro Reich. Era Hitler quem fazia todo o possível para evitar que coisas desagradáveis lhes acontecessem”.³ Irving considerava mentirosos ou charlatões os sobreviventes que afirmavam ter visto as câmaras de gás. Tendo em vista, portanto, o histórico de Irving, sua ameaça parecia absurda. Como, eu me perguntava, alguém que

havia chamado o Holocausto de “lenda” agora afirmava não ser um negacionista?

Convencida de que tudo não passava de uma ameaça vazia, joguei resoluta a carta em uma das pilhas inacabáveis sobre minha mesa e voltei a atenção à minha orientanda. Alguns dias depois, peguei a carta – a essa altura, ela descansava debaixo de outros envelopes –, entreguei-a à minha assistente de pesquisas e lhe pedi para entregar aos advogados da Penguin as fontes nas quais eu fundamentara minha crítica a Irving. Como praticamente tudo o que eu afirmara a respeito dele podia ser rastreado com base em fontes confiáveis, eu estava certa de que aquilo colocaria um ponto final naquela questão. Orientei minha assistente para que não perdesse muito tempo com aquilo e voltasse o mais rápido possível à pesquisa do material de que precisava para meu novo projeto.

Ironicamente, 25 anos antes, quando descobri a existência do negacionismo do Holocausto, reagi de forma similar: tratando-a como insignificante. Em meados da década de 1970, o professor Yehuda Bauer, um dos principais acadêmicos da história do Holocausto, informou-me que um grupo da Califórnia, o Institute for Historical Review (IHR), vinha distribuindo uma publicação que negava o Holocausto. Rejeitei a ideia de que alguém levaria aquilo a sério. Agora, sentada em minha sala na Emory, eu me perguntava como poderia levar a sério a alegação de David Irving de que ele não era um negacionista. Isso só poderia ser uma tentativa de me intimidar. Durante um café, contei a alguns colegas sobre a carta e antecipei que tudo isso não chegaria a lugar nenhum.

No fim das contas, eu estava redondamente enganada. Irving levaria tudo muito a sério, assim como também o fariam os tribunais britânicos. O fato de minhas fontes estarem todas documentadas não me protegeu no Reino Unido como me protegeria nos Estados Unidos. Aliás, eu já saía em desvantagem. O sistema jurídico britânico colocava o ônus da prova em minhas mãos, como o ré. Era uma imagem espelhada da lei americana: nos Estados Unidos, Irving teria de provar que eu menti; no Reino Unido, cabia a mim provar que estava dizendo a verdade.

Conforme diferentes pessoas se reuniam para ajudar nessa campanha, eu pensava em como Irving e suas acusações contra mim me retratavam como parte de uma conspiração global. Segundo David Irving, eu “buscava uma maliciosa, robusta, bem-fundada e temerária campanha mundial de difamação pessoal” contra ele.⁴ Nada poderia estar mais longe da verdade. *Denying the Holocaust* foi meu projeto pessoal, realizado com a ajuda de uma modesta bolsa de pesquisa que me permitiu contratar um assistente, fazer cópias de alguns materiais e viajar para visitar alguns arquivos. Algumas organizações judaicas guardavam arquivos de *clippings* de jornais sobre os negacionistas e publicações de negacionistas e compartilharam esse material comigo. Passei a maior parte

do tempo sozinha com meus estudos, tentando explicar a meus leitores a história do negacionismo do Holocausto. Foi um esforço solitário até Irving decidir me perseguir. Então, *e somente então*, um grupo de pessoas se reuniu para ajudar a providenciar os fundos necessários e possibilitar que eu rebatesse seus ataques. Se meus apoiadores compunham algum tipo de conspiração – como meu oponente repetidamente afirmava ser o caso –, então tratava-se de uma conspiração cujo objetivo era assegurar que a história não fosse espezinhada e usada para fins nefastos.



Em várias ocasiões, fui procurada por pessoas que queriam processar judicialmente os negacionistas. Sempre as aconselhei a não seguirem em frente porque, nos Estados Unidos, a Primeira Emenda à Constituição garantia o fracasso desse processo. Mesmo em países onde era legalmente possível aprovar leis proibindo o negacionismo do Holocausto, eu me posicionava contra esses esforços. Essas leis representavam o negacionismo como um “fruto proibido”, tornando-o mais – e não menos – sedutor. Ademais, eu não acreditava que os tribunais fossem o espaço ideal para investigações históricas. Os negacionistas, eu afirmava, deveriam ser contidos com pesquisas razoáveis, e não com o peso da lei. Parecia-me que os tribunais faziam justiça estimulando as partes a apresentar o que consideram provas convincentes, como provas físicas e fatos concretos, com o objetivo de convencer um júri ou um juiz além de um ônus da prova. Os historiadores tentam estabelecer a “verdade” histórica determinando objetivamente o que aconteceu; consideram o contexto e as circunstâncias de um dado acontecimento ou documento; interpretam indícios e apresentam suas opiniões, sempre cientes de que outros historiadores podem olhar para o mesmo material e, sem serem vítimas de qualquer engano, chegar a conclusões distintas. Os historiadores também sabem que, conforme novas fontes de documentos surgem, algumas “verdades” podem ficar ultrapassadas. Sucintamente: as verdades históricas não podem ser medidas como a poluição do ar de uma cidade.⁵

Passsei quatro anos me preparando para esse julgamento, imersa nos trabalhos de um homem que exalava desprezo por mim e por grande parte daquilo em que acredito. Perdi muitas noites de sono, preocupada com a possibilidade de, por alguma falha legal, Irving sair mais forte. Durante dez semanas no inverno do ano 2000, tive de me sentar a cerca de 4 metros desse homem e ouvir em silêncio enquanto ele expressava abertamente esse desprezo na frente de um juiz e da imprensa mundial. Meu trabalho acadêmico foi desconstruído e meu guarda-roupas, minha personalidade e minhas crenças dissecadas pela imprensa. Grande parte do que foi dito a meu respeito – por exemplo, minha idade, fontes

de financiamento e convicções políticas – eram simplesmente erradas. Ainda assim, eu não podia contestá-las. Durante o curso do julgamento, por insistência de meus advogados, não dei entrevistas nem testemunhei no tribunal. Embora minhas palavras estivessem no centro do conflito, eu dependia de outras pessoas falarem por mim. Para alguém que defendia de forma tão feroz o controle da própria vida – mesmo quando era melhor não fazer isso –, aquela situação era demasiado complicada.

Alguns anos antes do processo, Irving falou para um público apoiador que os réus por difamação ficavam cheios de raiva ao descobrirem que estavam sendo processados. Quando descobriam a natureza de enfrentar um processo por calúnia e difamação no Reino Unido, eles “se assustavam e voltavam atrás”.⁶ Irving talvez tivesse imaginado que eu chegaria à conclusão de que não valia a pena enfrentar essa batalha e que concordaria em acertar a situação com ele pedindo desculpas ou retirando as minhas palavras. Afinal, eu estava a cinco mil milhas de distância e teria de preparar minha defesa em um país estrangeiro, no qual as leis favoreciam pesadamente meu oponente. Processos podem ser excessivamente demorados e extremamente caros.

Agi errado ao enxergar isso como um simples estorvo. Porém, David Irving estava mais errado ainda se achava que eu, como ré, “me assustaria e voltaria atrás”. Não fiz isso. Lutei agressivamente durante o processo e em momento algum considerei outra opção.

E então, um pouco ingênua com relação ao que estava por vir, irritada por ter de gastar tempo com o que parecia ser uma questão completamente frívola e, mesmo assim, de certa forma ansiosa, embarquei em uma jornada cujo objetivo era provar que aquilo que eu escrevera era verdade. Este livro narra essa jornada.

A lei pela qual Zündel foi condenado posteriormente seria declarada inconstitucional pela Suprema Corte do Canadá. *Second Zündel Trial, Her Majesty the Queen vs. Ernst Zündel*, District Court of Ontario, 1988, pp. 45–46, 88, 186.

Irving v. Penguin, Limited & Deborah Lipstadt (doravante *IvP&DL*), 1^o Dia (11 de janeiro de, 2000), p. 98.

David Irving, “On Contemporary History and Historiography: Remarks Delivered at the 1983 International Revisionist Conference”, *Journal of Historical Review (JHR)*, volume 5, números 2–4 (inverno/1984): pp. 274–75.

David Irving, Statement of Claim, *IvP&DL*, 5 de setembro de 1996.

Neal Ascherson, “Last Battle of Hitler’s Historians”, *Observer* (Londres), 16 de janeiro de 2000; “The battle may be over – but the war goes on”, *Observer* (Londres), 16 de abril de 2000; Jonathan Freedland, “Court 73 – where history is on trial”, *Guardian* (Londres), 5 de fevereiro de 2000; Stephen Moss, “History’s verdict on Holocaust upheld”, *Guardian* (Londres), 12 de abril de 2000; Richard

Evans, *Lying about Hitler* (Nova York: Basic Books, 2001), pp. 185–93.

IvP&DL, Third Supplemental Discovery List: Tape 190: Irving em Bayerische Hof, Milton, Ontario, 5 de outubro de 1991, conforme citado em Richard Evans, *David Irving, Hitler, and Holocaust Denial, Expert Opinion, IvP&DL* (doravante *Evans Report*), 1.5.5, p. 15. *Evans Report* disponível em www.hdot.org, “Evidence” (acesso em 20 de fevereiro de 2004).



PRELÚDIO



CAPÍTULO 1

UMA ODISSEIA PESSOAL E ACADÊMICA

“Não, eu não sou filha de sobreviventes do Holocausto.”

Desde que comecei a lecionar sobre o Holocausto, sou questionada sobre minha história. Algumas pessoas parecem surpresas com a resposta – afinal, qual outro motivo me levaria ao interesse pelo assunto? Outras, todavia, acreditam que minha distância pessoal do evento me permite adotar uma perspectiva mais acadêmica.

Meu pai deixou a Alemanha antes do Terceiro Reich e minha mãe nasceu no Canadá. Como cresci no Upper West Side, em Manhattan, conheci muitos “refugiados”. Ninguém os chamava de “sobreviventes”. Alguns emigraram na década de 1930, deixando para trás uma vida confortável de classe média; outros chegaram depois da guerra. Meu pai ajudava muitos que chegavam a Nova York. Tentara levar as cinco irmãs aos Estados Unidos, mas não conseguiu – elas sobreviveram em outros países e foram para Nova York no pós-guerra. Ainda criança, lembro-me de sentir que as casas dos judeus da Europa Central, com mobília pesada e escura e xícaras de chá acompanhando *strudels* caseiros e outros pratos nitidamente europeus eram diferentes das casas dos meus colegas de escola norte-americanos.

A casa ortodoxo-moderna de meus pais tomava forma pela dedicação à tradição judaica moderna mesclada com uma apreciação pela sociedade secular que a cercava. Na mesa de nossa sala de jantar, livros sobre conhecimentos judaicos conviviam com algum sobre Rembrandt. Meu irmão, minha irmã e eu estudávamos em colégios judeus. Quando eu estava na primeira série, meus pais decidiram se mudar de Manhattan para o subúrbio. Escolheram Far Rockaway,

uma comunidade litorânea no Queens, porque admiravam o rabino regional, Emanuel Rackman, e decidiram que ele era o homem que queriam como líder espiritual e modelo para seus filhos. Formado na Escola de Direito de Columbia, Rackman aplicava os conhecimentos do judaísmo ao mundo contemporâneo. Seus sermões bem elaborados, proferidos sem apoio de nenhuma nota, abordavam toda uma gama de assuntos que iam desde trechos da Torá estudados semanalmente até Arnold Toynbee. Logo após a queda de Stálin, durante o período da *perestroika* de Khrushchev, Rackman viajou com um grupo de americanos à União Soviética. No Shabat de seu retorno, meu pai sugeriu que eu ficasse na sinagoga durante o sermão – um momento no qual, via de regra, as crianças brincavam no enorme gramado em frente à construção. “Será memorável”, ele me garantiu. Embora não soubesse exatamente o que significava “memorável”, eu sabia que a viagem tinha sido um acontecimento importante. Não compreendi tudo o que o rabino falou, mas entendi que ele fizera contato com um grupo de judeus que não tinham medo de viver a seu modo, e que afirmou que não podíamos nos esquecer deles.

Um defensor do diálogo intra e inter-religioso muito antes de esse discurso entrar em voga, Rackman estendia a mão tanto para pessoas de dentro da comunidade judaica quanto para as de fora. Judeus conservadores o atacavam por suas tentativas de demonstrar que as pessoas podiam – e deviam – explorar o que há de melhor no judaísmo tradicional e no universo secular. Lembro que meu pai fervia de raiva com esses ataques e enfatizava a importância de não calar as ideias do rabino Rackman. Muito antes de saber o que exatamente era um exemplo, eu sabia que queria ser como ele.

Embora as visitas à sinagoga e a observância aos rituais judaicos definissem o ritmo de nossa casa, o mundo mais amplo era uma parte nossa muito importante. Além de garantir que meus irmãos e eu recebêssemos uma forte educação judaica, meus pais nos expunham ao teatro, aos museus, à arte e à política. Mesmo depois de nos mudarmos para o subúrbio, minha mãe costumava nos levar a Manhattan aos domingos para vermos exposições, sinfonias especiais para jovens no YMHA (Young Men's Hebrew Association) da rua 92, assistir a desfiles, escalar as pedras do Central Park e até mesmo visitar porta-aviões. Meus pais também nos estimulavam a ter um certo grau de independência. Quando completei doze anos e quis assistir a um filme no Radio City Music Hall ou visitar um museu, eles me encorajaram. O problema era encontrar um colega de classe cujos pais não achassem que esse passeio seria uma completa imprudência. Mas eu dava um jeito de encontrar uma alma intrépida. E logo aprendi a andar pela cidade.

Na época do ensino médio, ganhei a reputação, especialmente entre os professores do colégio judaico que eu frequentava, de ser uma aluna enérgica e combativa. Quando os professores faziam algo que eu não considerava justo, eu

os desafiava – em geral, de forma não muito diplomática. Minha mãe invariavelmente era chamada à diretoria para defender minhas atitudes e advogar em minha causa. Eu tinha a impressão de que, embora não apreciasse essas visitas, ela admirava minha iniciativa. Sabia que eu me chamava Deborah porque minha mãe adorava a personagem bíblica. Quando eu ainda era muito nova, ela me contou que Deborah guiou seu povo na batalha e foi justa. Eu gostava de ter o nome de uma pessoa assim. Quando minha mãe me reprimia por eu me meter em problemas, eu dizia que só estava imitando Deborah.

Minha mãe era um espírito livre. Não era incomum ouvi-la dizer: “Tem uma exposição maravilhosa do Van Gogh no Guggenheim. Falte na escola, nós vamos ver.” E eu faltava. Apesar de – ou talvez justamente por essa razão – nem meu pai nem minha mãe terem tido condições de fazer faculdade, tornaram-se grandes autodidatas e frequentavam muitas aulas e cursos. Lembro de discussões animadas em nossa mesa do Shabat sobre *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, *Franny e Zooey*, de J. D. Salinger, *Adeus, Columbus*, de Philip Roth, direitos civis, a greve dos professores de Nova York em 1968 e a guerra do Vietnã, que todos nós contestávamos. Minha mãe e eu marchamos no Harlem em solidariedade aos manifestantes por direitos civis de Birmingham-Selma. Tínhamos grande orgulho do fato de Andy Goodman, um dos defensores dos direitos civis morto em Mississippi, ter vivido a um quarteirão de nossa casa e sempre mostrávamos o lugar aos visitantes. *New Republic*, *Saturday Review of Literature* e *Commentary* eram publicações sempre presentes em nossa casa.

No colegial, eu jogava basquete; nos verões, dava aula de natação nos acampamentos judaicos das Montanhas Pocono, na Pensilvânia. Os professores no colégio judaico faziam referências rápidas a “Hitler, que esse nome seja apagado”, mas nunca aprendemos formalmente o que acontecera naquela época. De tempos em tempos, o rabino Rackman citava o assunto em seus sermões. No acampamento de verão, o Holocausto fazia parte de pelo menos um programa. No Seder Pascal, meu pai fazia uma prece em respeito ao Holocausto e ao Levante do Gueto de Varsóvia. E chorava ao falar daqueles com quem crescera em Hamburgo. Eu tinha pavor desse momento – as lágrimas de meu pai me davam medo. Sempre esperava a hora de aquilo acabar. Em nossa casa, havia livros sobre o assunto, incluindo *The Wall*, de John Hersey, *The Last of the Just*, de André Schwarz-Bart, e *The Pawnbroker*, de Edward Wallant. Assistimos a partes do julgamento de Eichmann pela TV e lemos *Exodus*, de Leon Uris. Mesmo assim, o Holocausto não ocupou um espaço dominante na construção de nossa identidade como judeus. Era um dos fios – entre os tantos – que fazia parte da tapeçaria de nossas vidas judaicas.

Na City College of New York, estudei a história política americana do século XX. Fiquei intrigada pelo que os acadêmicos chamavam de “estilo paranoico na política americana”, uma suscetibilidade nacional de acreditar em todo tipo de teoria da conspiração, em especial naquelas que alimentavam preconceito e antissemitismo. Eram os anos 1960 e eu participava de vários protestos estudantis. Em determinado momento, conseguimos manter a escola fechada por um bom período em uma luta pela “aceitação de todos”. Exigíamos que todos os formados nas escolas da cidade de Nova York deveriam ter um lugar garantido na universidade. Conquistamos o que se provou ser uma vitória pírrica, pois as faculdades acabaram tomadas por alunos mal preparados pelo sistema educacional público. Nossa vitória acabou por garantir o fim da educação de alta qualidade nessas escolas, um processo que teve consequências durante muitas décadas depois.

Em 1966, ansiosa por viajar ao exterior, tomei a decisão relativamente repentina de estudar na Universidade Hebraica de Jerusalém. Embora minha família fosse apoiadora de Israel, não fui guiada por um compromisso sionista. Eu queria viajar, melhorar meu hebraico e vivenciar uma cultura diferente. A escolha por Israel não tinha um propósito espiritual, mas a viagem sem dúvida viria a ter um impacto capaz de mudar minha vida.

Entre 1948 e 1967, a única fronteira entre Israel e o restante do Oriente Médio era o Portão de Mandelbaum, equivalente ao Checkpoint Charlie de Berlim. Os israelenses ficavam parados observando as pessoas cruzarem as centenas de metros da terra de ninguém entre Israel e a Jordânia. As pessoas pareciam sentir que, se ficassem ali observando por tempo suficiente, conseguiriam ver a Cidade Velha. Para dificultar a visita de turistas a Israel, a Jordânia permitia que eles passassem pelo Portão de Mandelbaum em apenas um sentido – ou entrando, ou saindo de Israel. Uma vez por ano, no Natal, os jordanios abriam uma exceção, mas somente para os cristãos. Eles permitiam a entrada e a saída pelo Portão de Mandelbaum, de modo que os cristãos de Israel pudessem celebrar a data em Belém. Em dezembro de 1966, um grupo de estudantes americanos da Universidade Hebraica decidiu aproveitar essa oportunidade. Disseram às autoridades que eram cristãos e receberam vistos especiais de viagem. Embora eu me sentisse tentada a acompanhá-los e ver a Cidade Velha de Jerusalém, não consegui me declarar cristã para isso.

Três meses depois, cada vez mais tomada pelo desejo de visitar esses lugares, decidi fazer uma rota mais sinuosa. Em abril de 1967, durante uma longa pausa nas aulas, embarquei em um voo para a Grécia. Como os países árabes automaticamente negavam a entrada a qualquer um que tivesse um carimbo de entrada ou saída de Israel em seu passaporte, fui à Embaixada dos Estados Unidos para fazer um novo passaporte. Quando expliquei minha situação ao oficial americano, ele fez um gesto como se já soubesse do que eu estava

falando. É claro que eu não era a primeira pessoa a fazer tal pedido. Olhou para meu passaporte e perguntou se eu queria deixar de lado meu nome do meio, Esther, no novo documento. “É um nome muito étnico, entende?” Eu tinha recebido o nome da irmã de um tio que fora morta no Holocausto. Suprimir seu nome para poder embarcar nessa aventura parecia errado. Pedi ao oficial para deixá-lo. Ele me olhou cético, mas atendeu ao meu pedido.

Depois disso, embarquei num trem para Istambul e encontrei minha irmã, que chegara de Londres, onde estudava com uma bolsa da fundação Fulbright. Depois de alguns dias visitando a cidade, nós nos despedimos e embarquei em um avião rumo a Beirute, na época ainda (e corretamente) conhecida como a “Paris do Oriente Médio”. Eu planejava viajar de táxi de Beirute a Damasco, e depois seguir para a Jordânia. Na noite antes de deixar Beirute, passei um pente fino na carteira e em todos os cantos da minha bagagem para ter certeza de que não estava portando nada que me identificasse como alguém vinda de Israel. Duvidava que os oficiais da imigração prestassem tanta atenção assim, mas, de todo modo, não queria arriscar.

Cheguei tranquilamente a Beirute, mas logo descobri que Israel e Síria tinham iniciado uma série de ataques aéreos e que Israel havia derrubado seis MiGs sírios em uma única tarde. Aquele não parecia ser o momento oportuno para uma judia americana com um passaporte novo, emitido em uma embaixada estrangeira, estar viajando pelo Líbano, pela Síria e pela Jordânia e tentando entrar em Israel através do Portão de Mandelbaum. Mas agora era impossível voltar atrás.

Eu precisava de um visto para entrar na Jordânia. Os americanos que conheci em um albergue para estudantes na Grécia me garantiram que era fácil conseguir esse visto em Beirute. Assim que cheguei à cidade, procurei a embaixada da Jordânia. Um atendente me entregou o formulário, que incluía uma linha para eu declarar minha religião. Fiquei ali, olhando para o papel por um bom tempo. Eu tinha chegado pronta para escrever “protestante”, mas, quando veio a hora de realmente preencher aquela linha, não consegui. Se eu escrevesse “judia”, os jordanianos automaticamente rejeitariam meu pedido. Então eu teria de voar de volta para Istambul e procurar um voo para Israel. E sabia que as poucas centenas de dólares que eu levava em *traveler's checks* (e isso foi muito antes de estudantes terem cartões de crédito) não cobririam o preço de uma passagem. Eu teria de entrar em contato com meus pais (que acreditavam que eu estava com minha irmã em Istambul) e pedir para eles mandarem dinheiro para Beirute. De repente, minha “escapadinha” parecia perder a graça. Decidi deixar a linha em branco e alimentar a esperança de que ninguém perceberia.

Quando voltei, mais tarde naquele dia, para buscar meu passaporte com o visto, o atendente que recebera minha solicitação me pediu para esperar. “O

vice-cônsul quer conversar com você”. Senti o coração na garganta. Eu teria fugido, mas eles estavam com meu passaporte. Então, fui acompanhada até o escritório do vice-cônsul. Um homem alto, de pele bronzeada, cabelos escuros, camisa branca, um par de óculos e uma expressão sombria me aguardava. Segurando meu passaporte, ele me cumprimentou: “Oi, Devora”. Fiquei assustada ao perceber que usou meu nome hebraico, mas fingi ignorar. “Você tem um nome muito bíblico”, comentou. “Minha família adora a Bíblia”, respondi, já meio sem fôlego. “Ah, e por que o seu passaporte é novo?”, ele quis saber. Falei que estava estudando em Londres (e dei o endereço da minha irmã) e que tinha perdido meu passaporte quando passei pela Grécia. Em resposta ao questionamento sobre por que eu queria visitar a Jordânia, expressei minha fascinação de muitos anos por Petra. Depois de alguns minutos, ele carimbou meu passaporte. Àquela altura ele já havia chegado à conclusão de que, independentemente de minha formação, eu não era nenhuma espia.

Atravessei a Síria sem enfrentar nenhum incidente e, depois de uma breve parada em Damasco, cheguei à Jordânia. Após alguns dias em Amã e em Jericó, tomei um táxi para Jerusalém. Fui levada a um albergue para estudantes bem na divisa com Israel. Percebi que estava a poucos metros (e quilômetros de arame farpado) de uma rua que atravessei tantas vezes ao longo dos últimos dez meses.

Na manhã seguinte, fui à Cidade Velha. Em uma tentativa de não atrair atenção, não pedi informações sobre como chegar a nenhuma atração turística voltada aos judeus. Somente no dia seguinte, quando voltei à Cidade Velha, descobri o caminho do *Kotel*, o Muro Ocidental, o único resto do muro de contenção do Monte do Templo. Depois que o Templo foi destruído pelos romanos, no ano 70 EC, o *Kotel* restou como o lugar mais sagrado para a tradição judaica. A partir de 1948, quando os jordanianos assumiram o controle da Cidade Velha, os judeus foram proibidos de visitar o local. Em contraste com os lugares cristãos, que estavam muito bem sinalizados, não havia nenhuma placa indicando o *Kotel*. Eu queria tocar a parede, mas tive medo de atrair atenção. Em vez disso, fiquei ali na frente, mexendo na minha câmera fotográfica e pensando nas dezenas de milhares de pessoas que sonhavam com aquela oportunidade. Meu devaneio foi interrompido por um guia turístico árabe que chegou com um grupo de britânicos, aos quais anunciou: “Os judeus costumavam vir aqui para desenvolver planos de como enganar as pessoas. Mas, em 1948, pararam de vir. Agora, vamos visitar a Cúpula da Rocha”. Cheguei a estremecer, mas não falei nada.

Fervendo de raiva, fui andando até o Monte das Oliveiras, que oferece uma vista panorâmica da Cidade Velha e, mais adiante, de Jerusalém Ocidental. Passei por um enorme cemitério judaico, que fora usado por judeus em Jerusalém por centenas de anos, até 1948, quando os jordanianos nos negaram o acesso. Depois disso, o lugar passou a ser sistematicamente vandalizado. Estava

uma bagunça. As lápides encontravam-se em decadência, havia lixo por todos os cantos, burros pastando entre os túmulos. O caminho pelo qual passei era pavimentado com lápides. Pude decifrar os personagens hebraicos. Quando cheguei ao topo do Monte das Oliveiras, olhei para Jerusalém Ocidental, vi lugares familiares e cheguei à conclusão de que Petra teria de esperar. Era hora de ir “para casa”. Nunca antes eu pensara em Israel com tamanha emoção.

Arrumei apressadamente as malas e corri para o Portão de Mandelbaum. Sabia que os jordânicos ainda podiam me negar a permissão de atravessar. Dois policiais com cara de entediados acenaram para que eu prosseguisse. Quando cheguei a Israel e entreguei meu passaporte aos oficiais da imigração, eles perguntaram o motivo da visita. Quando expliquei em hebraico fluente que eu era aluna da Universidade Hebraica, percebi que, pela primeira vez em dias, eu podia simplesmente dizer a verdade sem temer ser identificada como judia. Quando parti rumo à universidade, ouvi um guarda dizer: “Essa aí tem coragem”. E seu colega respondendo: “Mas talvez não tenha *sechel* [bom senso]”.

Na universidade, a notícia de minha viagem se espalhou rapidamente. Todos os israelenses que me abordavam – desde os praticantes mais fervorosos até os seculares mais devotos – chegavam com a mesma pergunta: “Você conseguiu visitar o *Kotel*?” Quando eu dizia que sim, eles pareciam animados, claramente pensando que jamais conseguiriam visitar o local. Ninguém sabia que em breve a situação mudaria. Cerca de quatro semanas depois, a situação no Oriente Médio se deteriorou muito. O Egito levou forças militares para o Deserto do Sinai e fechou o Estreito de Tiran, o canal ao pé da Península do Sinai, para embarcações israelenses. Os jordânicos então se uniram à aliança militar sírio-egípcia. Os israelenses temiam uma invasão dos exércitos árabes. Valas comuns foram preparadas, na expectativa de um grande número de mortos. De repente, as analogias com o Holocausto se fizeram presentes nas conversas cotidianas. “Dessa vez, não vamos ficar inertes. Estamos prontos e vamos lutar”, foi o que me disse o dono da mercearia onde eu costumava fazer compras, um homem nascido na Polônia. Enquanto ele falava, percebi o número tatuado em seu braço. A tensão era palpável. Eu entregava correspondências e trabalhava como voluntária em um abrigo para crianças, cujos funcionários haviam sido convocados para o possível conflito. Meus colegas de faculdade americanos recebiam telefonemas de seus pais implorando para que eles voltassem para casa. A maioria dos estudantes ignorava esses apelos. Meus pais simplesmente imaginaram que eu planejava ficar. E fiquei.

A vitória esmagadora de Israel em junho de 1967 marcou, de certa forma, o encerramento do Holocausto para os judeus. Era como se eles agora entendessem que “Massada não vai cair outra vez”, que os judeus nunca mais se “permitiriam” ser destruídos. Conversas e estudos envolvendo o Holocausto

tornaram-se muito mais frequentes. Era como se agora fosse seguro enfrentar a questão.

Depois da guerra, quando voltei a Jerusalém Oriental, em vez de ouvir piadas antissemitas, assisti a judeus profundamente emocionados diante do *Kotel*. No cemitério no Monte das Oliveiras, famílias andavam com mapas em busca do local de descanso de seus entes queridos. Algumas delas já recolhiam o lixo e tentavam recuperar as lápides. Meu ano de estudo estava chegando ao fim. Convencida de que deixar Israel naquele momento seria deixar de assistir ao desdobramento da história, decidi permanecer em Jerusalém por mais um ano.

Quando voltei aos Estados Unidos, em setembro de 1968, entendi a marca profunda do Holocausto e de Israel na psique do povo judeu. Não mais satisfeita com a pesquisa da história política americana, comecei então a estudar história judaica moderna na Universidade Brandeis. Várias das disciplinas tinham como foco o antissemitismo moderno. Logo tive uma oportunidade inesperada de ver e, em menor medida, vivenciar esse fenômeno.

UNIÃO SOVIÉTICA, 1972

Cheguei a Moscou na véspera do Ano Novo Judaico de 1972 – por acaso, alguns dias depois do massacre palestino de atletas israelenses nas Olimpíadas de Munique. Eu tinha viajado para fazer contato com judeus soviéticos em geral, e em especial com os *refuseniks*, judeus que não tinham autorização para deixar a União Soviética e viver em Israel ou em algum outro lugar. Os soviéticos consideravam o desejo dos *refuseniks* de emigrarem uma agressão direta ao princípio da União Soviética – um princípio mantido há décadas – de que o país era a vanguarda de um paraíso socialista. Os soviéticos promoveram retaliações aos judeus. Muitos foram demitidos de seus empregos. Pessoas que no passado tinham sido professores universitários agora trabalhavam como vigias de prédios vazios, passavam a noite em escritórios mal iluminados ou em saguões sem aquecimento. Um médico tornou-se lavador de janelas, mas, considerando a situação das janelas da cidade, eu não sabia exatamente onde ele trabalhava. Crianças eram assediadas e os telefones das famílias eram grampeados. Os vizinhos os evitavam. Os líderes do movimento dos *refuseniks* viviam sob vigilância constante da KGB e, de tempos em tempos, eram presos.

Os israelenses, felizes por esses judeus quererem emigrar, sabiam que eles precisavam de uma ajuda enorme para driblar o sistema soviético. A incapacidade – alguns chamarão de fracasso – dos judeus do resto do mundo de ajudar seus irmãos durante o Holocausto assombrava-lhes a memória e eles estavam decididos a mostrar que, agora que existia um Estado judaico, nenhum judeu, em nenhum lugar do mundo, seria abandonado. Todavia, se viam diante

de um problema. A União Soviética havia cortado relações com Israel em maio de 1967. Os israelenses não podiam deixar o país. Incapaz de entrar em contato direto com os *refuseniks*, Israel procurou os judeus americanos que falassem hebraico e tivessem passado um bom tempo em Israel e, em segredo, pediu-lhes para que viajassem à União Soviética e fizessem contato com os *refuseniks*. Certo dia, um israelense que eu conhecia e que trabalhava nos Estados Unidos me ligou para perguntar se eu queria passar o Rosh Hashanah, o Yom Kippur e o festival de Sucot na União Soviética. Agarrei a oportunidade. Ele sugeriu que eu viajasse com um amigo em comum com quem eu estudara em Jerusalém. De uma maneira à la James Bond, fomos ao escritório de uma organização da juventude judaica em Nova York. Um homem de estatura média, com cabelos raspados e usando quipá nos recebeu. Apresentou-se como “Aryeh de Kibbutz Sa’ad”. Não havia nada distinto nele. Parecia mais um funcionário de banco do que alguém organizando uma operação clandestina. Contou-nos sobre os *refuseniks* e que as visitas os animavam e os ajudavam a lutar contra o regime comunista. Em momento algum citou quem organizava essas visitas, mas ficou claro que não devíamos perguntar. (Anos depois, descobri que Aryeh trabalhava no Ministério das Comunicações do governo israelense e se reportava diretamente ao Primeiro Ministro.)

Alguns meses depois, na noite em que partiríamos em viagem, encontramos outra vez com Aryeh, que nos deu os nomes e endereços de alguns *refuseniks*. Deveríamos entregar medicamentos para a criança de uma das famílias. Um *refusenik*, que organizara um seminário da história judaica, havia enviado um pedido (por meio de um grupo de viajantes) de materiais de ensino na língua russa. Aryeh nos deu livros sobre feriados, tradições e história judaicas e *souvenirs* de Israel, incluindo algumas estrelas de Davi em uma corrente. Também incluiu uma edição em russo da obra *Exodus*, de Leon Uris, excepcionalmente popular entre os judeus soviéticos. Nosso principal objetivo era informar àquelas pessoas que os judeus do mundo todo eram seus parceiros naquela luta. Também levamos algumas calças jeans e algumas caixinhas de Marlboro, *commodities* que valiam bem mais do que os rublos para os cidadãos soviéticos. Os *refuseniks* poderiam vender esses itens no mercado negro e, assim, obter um bom lucro.

Oficialmente, o único motivo que permitia a um cidadão soviético deixar o país era a reunificação de sua família. Permitir que pessoas saíssem por outro motivo poderia abalar a imagem de paraíso socialista da União Soviética. Aryeh nos contou que alguns judeus soviéticos talvez nos dessem seus nomes e endereços. Quando voltássemos aos Estados Unidos, deveríamos entregar-lhe essas informações e ele encontraria alguém em Israel com o mesmo sobrenome e, assim, os judeus soviéticos poderiam se “reunir” com suas “famílias”.

A lei soviética permitia que turistas visitassem cidadãos soviéticos. Todavia, os

oficiais ficavam irritados quando cidadãos soviéticos – em especial os ansiosos para deixar o país – entravam em contato com americanos. E eles faziam de tudo para complicar nossas vidas, assim como as vidas daqueles que visitávamos. Éramos seguidos no caminho até a casa das pessoas. Quando andávamos pelas ruas, um carro lentamente nos acompanhava. O telefone em nosso quarto de hotel tocava repetidas vezes no meio da noite. Era irritante, mas os *refuseniks* nos diziam que isso era parte de suas vidas cotidianas. Um deles me levou até a janela de seu apartamento, apontou para um sedan estacionado lá na frente e acenou para o homem ao volante. “Aonde quer que eu vá, ele vai atrás.”

Os *refuseniks* ficaram contentes por conhecer alguém que estudava para obter um doutorado em história judaica moderna. Faziam muitas perguntas, particularmente sobre a história do Holocausto. A versão soviética do Holocausto era de que o acontecimento fora um ataque de fascistas a comunistas, não de alemães a judeus. Identificar os perpetradores como “alemães” implicaria a Alemanha Oriental, uma entidade comunista. Identificar as vítimas como “judeus” validaria a noção de etnia, um conceito contrário à ideologia marxista. Todavia, não foi apenas a ideologia marxista que levou os soviéticos a promoverem essa visão revisionista do extermínio dos judeus europeus. O termo “judeu” era praticamente um palavrão na União Soviética, Estado que sancionava manifestações de antissemitismo, e não apenas contra os *refuseniks*. Ataques soviéticos a Israel eram banhados com os estereótipos antissemitas tradicionais. O poema “Babi Yar”, de Ievguêni Ievtuchenko, sobre o lugar onde os alemães massacraram cerca de 30 mil judeus, protestava não apenas contra a des-judaização das vítimas, mas também contra o antissemitismo soviético contemporâneo. Foi uma crítica corajosa ao sistema soviético promovida por um de seus poetas mais proeminentes.

Durante os dez primeiros dias de nossa viagem, ouvimos muito sobre a mão pesada da opressão soviética. Depois, no Yom Kippur, nós a sentimos na própria pele. Tínhamos deixado Moscou rumo a Chernivtsi, uma cidade na região ucraniana conhecida como Bucóvina e que no passado abrigara uma enorme população judaica. As centenas de pessoas reunidas diante da sinagoga me faziam perguntas sobre Israel e sobre os judeus americanos. Algumas me entregavam papéis com seus nomes e endereços. Por volta do meio-dia, as pessoas da sinagoga olharam pelas janelas e gritaram “Yizkor!” Todos ficaram em silêncio quando a prece da celebração começou. As pessoas à minha volta me observaram de perto quando abri meu livro de preces e fiz uma delas ao meu pai, que havia falecido há poucos meses. Elas pareciam intrigadas por verem uma mulher jovem e ocidentalizada em contato com a tradição judaica. Não tinham livros de preces e, mesmo se eu lhes emprestasse o meu, não conseguiriam ler em hebraico. Percebendo sua frustração, ofereci-me para fazer uma prece em nome daquelas pessoas. No momento apropriado, fiz uma

pausa para que pudessem dizer o nome de seus mortos. Uma mulher mais velha me disse que tinha muitas pessoas a quem dizer Yizkor. Como se quisesse explicar o motivo, ela repetia “Hurban, Hurgan”, o termo iídiche para “Holocausto”. Quando terminei, ela beijou minha mão. Em seguida, voltei para o hotel.

Mais tarde, retornei à sinagoga. Uma leve chuva caía e a rua estava vazia. Vi a mulher mais velha daquela manhã parada nos fundos do santuário e me aproximei. Ela segurou meu braço em um gesto de familiaridade. Entreguei-lhe meu livro de preces, encadernado em couro. Incapaz de ler, ela apenas parecia orgulhosa de poder segurá-lo. Quando as pessoas passavam, ela exibia o livro. De repente, a relativa tranquilidade do momento foi interrompida. O sacristão da sinagoga, que, como era comumente sabido, reportava todas as atividades incomuns – incluindo a presença de estrangeiros – à KGB apareceu e me acusou de ser uma provocadora, uma acusação séria dentro da realidade soviética. Quando ele viu que a mulher mais velha segurava meu livro de preces, seu rosto ficou completamente vermelho. Balbuciando uma mistura de russo e iídiche, agarrou o livro e me acusou de distribuir itens religiosos. As pessoas discutiram ferozmente com ele, que as dispensou e desapareceu no fim da rua levando consigo meu livro.

No dia seguinte, estávamos esperando no lobby do hotel antes de partirmos para Chisinau. De repente, vim-nos cercados por homens de sobretudo que se identificavam como agentes da KGB. Se eu não sentisse tanto medo, teria gargalhado de suas vestimentas – eram tão previsíveis! Perdi a vontade de rir quando vi que estavam com meu livro de preces e com uma lista de todas as casas que havíamos visitado em Chernivtsi. Quando nos interrogaram, usaram o estereótipo antisemita tradicional, descrevendo os judeus que queriam deixar a União Soviética como parte de uma conspiração internacional e os judeus em geral como usurpadores financeiros. Ademais, perguntavam o tempo todo quem nos havia enviado. Repetíamos que éramos apenas turistas. Suspeito que o exercício tivesse como objetivo nos amedrontar. É bem provável que os soviéticos soubessem exatamente quem nos enviara. Depois de um longo dia de buscas e interrogatórios, meu companheiro de viagem e eu – que fomos mantidos o tempo todo separados – fomos acusados de espalhar mentiras sobre o regime soviético e “convidados” a deixar o país. Ao anoitecer, fomos colocados em um vagão de trem vazio, com guardas armados. Muitas horas depois, depois de uma rota longa e sinuosa, chegamos à Romênia.

Durante toda essa experiência, em momento algum temi por meu bem-estar. Eu acreditava – talvez inocentemente – que os soviéticos não tinham interesse em dois alunos de pós-graduação. Eles queriam assustar futuros visitantes e os cidadãos soviéticos que nos convidaram para suas casas. Entretanto, eu tinha medo de ter exposto aquelas pessoas ao perigo. Dolorosamente tomei consciência de que estava deixando para trás judeus que lutavam para viver o

tipo de vida judaica que eu tinha e, às vezes, não valorizava. E pensei nos judeus alemães da década de 1930. Eu sabia que a situação dos *refuseniks* claramente não era a mesma, mas, para mim, como espectadora, havia um paralelo ali. Judeus estavam sendo oprimidos. Como seus irmãos no mundo livre responderiam? A todos aqueles que perguntaram sobre minha viagem, contei de forma bastante justificada que, diferentemente da geração de nossos pais, “dessa vez” os judeus não se silenciariam.

Voltei ao programa de pós-graduação da Brandeis no outono de 1972, mas carreguei essa experiência comigo. E passei a me ver cada vez mais atraída pelo estudo do Holocausto, em especial à questão de como os espectadores – judeus e não judeus – reagiam.

Em 1974, aceitei uma proposta do Departamento de História da Universidade de Washington, onde dei um curso sobre a história do Holocausto. Certo dia, enquanto dava uma aula sobre o fato de o presidente Roosevelt saber sobre a Solução Final, um aluno perguntou: “Mas o que meus pais – e não a Casa Branca, o Congresso, o Departamento de Estado – poderiam saber?” Intrigada por essa pergunta, decidi examinar a cobertura que a imprensa americana fizera do Holocausto. Embora a imprensa não possa determinar o que o público pensa, ela certamente influencia o que ele acha *sobre* o que pensa.

Depois de examinar milhares de artigos, cheguei à conclusão de que, apesar de a notícia da perseguição aos judeus europeus ter aparecido em muitos jornais americanos, ela era apresentada de modo a ser eminentemente deixada de lado ou ignorada, ou seja, em pequenos artigos que figuravam em pontos obscuros dos jornais, próximas aos quadrinhos, à previsão do tempo ou, de forma um tanto mais apropriada, do obituário. Os leitores que percebessem esses artigos poderiam justificar presumindo que os editores não acreditavam na notícia. Não fosse isso, como alguém explicaria uma matéria sobre um milhão de judeus assassinados localizada na parte inferior da página seis, próxima ao anúncio de um sabonete da marca Lava?¹

Durante a década de 1970, a comunidade judaica norte-americana começou a demonstrar um grande interesse pelo Holocausto. O desejo de aprender mais sobre o assunto era encorajador, mas eu estava preocupada com a tendência dos líderes comunitários judeus de invocar o Holocausto sob uma série de pretextos. Jovens judeus eram informados de que, para não dar uma vitória póstuma a Hitler, deviam se casar apenas com outros judeus, ter filhos e observar as tradições judaicas. O Holocausto era citado com o objetivo de estimular doações de judeus para angariar fundos para causas filantrópicas. Para mim, isso era uma séria perversão da história e das tradições judaicas. Os judeus sobreviveram *apesar* do antissemitismo, e não *por causa* dele. Era uma mensagem terrivelmente infeliz de se transmitir às gerações mais jovens de judeus. Por que, eu me perguntava, o assassinato de seis milhões de irmãos fortaleceria a

identidade judaica de uma pessoa? Embora eu, assim como outros, criticasse essa abordagem, sabia que estávamos enfrentando uma batalha perdida.

Nessa época, eu tinha me mudado para Los Angeles para dar aulas no Departamento de Línguas Orientais da ucla, onde meus colegas eram, em sua maior parte, filólogos homens, mais velhos e com formação na Europa. Alguém no campus descreveu o departamento como um lugar para estudar “línguas mortas em aulas dadas por homens quase mortos”. Meus colegas preteriam meu estudo dos jornais alegando se tratar de uma forma de “jornalismo” e, como minhas turmas eram grandes, também me consideravam uma vulgarizadora. Não me surpreendi quando, apesar de três editoras competirem por meu manuscrito sobre a cobertura que a imprensa americana fez sobre o Holocausto, a UCLA não tenha me efetivado.

UMA INCURSÃO EXPERIMENTAL NO MUNDO DO NEGACIONISMO DO HOLOCAUSTO

Logo em seguida, fui convidada pelos professores Yehuda Bauer e Yisrael Gutman, do Centro de Estudos de Antissemitismo da Universidade Hebraica de Jerusalém, para conduzir um projeto de pesquisa sobre o negacionismo do Holocausto. Convencida de que os negacionistas eram extremistas marginais, fiz a seguinte pergunta a esses dois grandes acadêmicos do Holocausto: para que realizar um estudo que, em termos de história, seria equivalente a lidar com teóricos que afirmam que a Terra é plana? Bauer e Gutman acreditavam que o negacionismo era uma forma nova e potencialmente perigosa de antissemitismo. Embora achasse o objeto digno de análise, eu não estava totalmente convencida. Não sabia se isso garantiria um livro e, caso eu escrevesse um, se haveria interesse substancial. De qualquer forma, meu profundo respeito por esses acadêmicos me convenceu a explorar o projeto. Aceitei um pequeno subsídio para a pesquisa para realizar o que eu pensava se tratar de um projeto pequeno. Assinei o contrato padrão da universidade, entregando a eles praticamente todos os royalties de um livro que pudesse surgir como resultado de meu trabalho. Esperava um ano de trabalho e talvez alguns artigos sobre o assunto. Depois disso, imaginei que prosseguiria com meu projeto sobre a resposta americana ao Holocausto no período pós-guerra.

Enquanto realizava a pesquisa, minha avaliação dos negacionistas começou lentamente a mudar. Fiquei impressionada com as sofisticadas táticas de camuflagem que haviam desenvolvido. O Institute for Historical Review (IHR), um grupo de negacionismo com sede na Califórnia, descrevia-se como uma organização acadêmica impulsionada por uma “profunda dedicação à causa da verdade na história”. Suas conferências pareciam congressos acadêmicos. Sua

publicação tinha aparência acadêmica. Alunos das principais universidades que encontravam essas publicações nas bibliotecas acreditavam se tratar de um trabalho acadêmico genuíno. Embora o IHR alegasse estar interessado em realizar uma varredura ampla da história, eles concentravam todas as energias no Holocausto.² Seus ataques tinham um viés antissemita e anti-Israel. Segundo o IHR, o “governo corrupto e falido de Israel e seu exército de agentes não remunerados nos Estados Unidos” haviam perpetrado um roubo ao povo americano por meio do uso habilidoso da “Maior Mentira de toda a história – a mentira do ‘Holocausto’”.³

O IHR também demonstrava simpatia pelo racismo. Defendia que o mito do Holocausto diminuía a “imagem que o povo branco tem de si mesmo”. Os fundadores do IHR estavam associados a organizações como Liberty Lobby e Noontide Press. A *New Republic* considerava o Liberty Lobby tão extremista a ponto de “estar distante até mesmo das margens da extrema direita”.⁴ O catálogo da Noontide Press incluía obras antissemitas como *Os Protocolos dos Sábios de Sião* e uma série de livros sobre os perigos da integração racial e o QI mais baixo dos negros. Os negacionistas aproximavam-se de grupos neonazistas em países como Estados Unidos, Alemanha, Áustria e Reino Unido, entre outros.⁵ O negacionismo também encontrava uma recepção calorosa nos mundos islâmico e árabe. Embora eu não considerasse os negacionistas um perigo iminente, sentia que, considerando suas táticas de camuflagem e suas alianças, eu não poderia simplesmente descartá-los como uma piada.

Também me senti incomodada pela resposta ambígua a eles em alguns lugares. Durante os anos 1990, jornais de estudantes de muitas universidades americanas aceitavam matérias negando o Holocausto. E as aceitavam apesar de terem como política rejeitar material hostil a grupos étnicos ou religiosos. Quando criticados por outros alunos do campus, os editores dessas publicações – alguns inclusive judeus – protestavam, afirmando que o material não era antissemita, mas apenas negava o Holocausto. Eu me sentia muito mais preocupada com a incapacidade de as pessoas reconhecerem o negacionismo do Holocausto como uma forma de antissemitismo do que com os próprios negacionistas. Esses conselhos editoriais defendiam que seus jornais deveriam ser fóruns para “opiniões diversas” e “contar todos os lados da questão”. Eu me pegava impressionada com o fato de enxergarem o negacionismo como uma “opinião” e me perguntava que “questão” seria essa.

A mídia, em geral, mostrava-se igualmente ignorante às implicações do negacionismo. Programas de entrevistas no rádio e na tv tratavam-no como uma ideia intrigante. Quando eu era convidada para debater com os negacionistas, consistentemente declinava, explicando que, embora muitas coisas relacionadas ao Holocausto estejam abertas a debate, a existência do fato não é uma delas.

Um produtor, ansioso por me fazer reconsiderar minha posição, argumentou: “Mas nossos ouvintes não deveriam ouvir o *outro* lado?” Essa concepção do negacionismo como o “outro” lado me convenceu de que era essencial expor a ilusão da busca por fundamentos que escondia as alegações dos negacionistas.⁶

Minha preocupação com os negacionistas ganhou mais força quando, em 1988, descobri que David Irving, um autor bem conhecido de uma série de livros relacionados a vários aspectos da Segunda Guerra Mundial e da Alemanha Nazista, agora estava publicamente negando o Holocausto. Nascido em 1938, Irving era filho de uma ilustradora de livros e de um oficial naval britânico cujo navio fora atacado por torpedos em 1942. De acordo com Irving, seu pai sobreviveu, mas não voltou para casa, deixando a esposa e quatro filhos no que ele alega que era um estado de “condições muito limitadas”. Irving estudou na Universidade de Londres, mas nunca se formou. Deixou o curso e arrumou um emprego como metalúrgico no Vale do Ruhr, na Alemanha. Enquanto estava lá, aperfeiçoou seu alemão. Ao retornar à Inglaterra, no início da década de 1960, passou a se sustentar escrevendo artigos sobre a Alemanha. Segundo o próprio Irving, dentro de alguns meses ele estava ganhando tanto dinheiro que abandonou sua tentativa de se formar e passou a dedicar-se à carreira de escritor de materiais relacionados à História.

Seu primeiro livro, *The Destruction of Dresden*, foi publicado quando ele tinha apenas 25 anos. A obra, um ácido ataque aos Aliados por terem bombardeado a cidade medieval alemã nos últimos meses da guerra, tornou-se um sucesso de crítica e público. Irving escreveu vários outros livros um após o outro. Em 1967, publicou *Accident: The Death of General Sikorski*, no qual sugeria que Sikorski, líder polonês exilado, havia sido morto por ordens de Winston Churchill. O livro gerou muita polêmica logo após sua publicação, sobretudo porque não há indício documental da ordem de assassinato por parte de Churchill. Quando outro escritor atacou os argumentos sobre Churchill e Sikorski, Irving o processou, mas perdeu a causa e teve de arcar com os custos do processo.

No mesmo ano, publicou *The Destruction of Convoy PQ17*, que também provocou uma batalha judicial. O comboio em questão, composto de 33 navios americanos e ingleses que levava mantimentos para os soviéticos, sofreu fortes perdas em seu caminho até a União Soviética. Irving afirmava que ações negligentes do comandante britânico Capitão Jack Broome haviam provocado essas perdas. Broome processou tanto Irving quanto sua editora, a Cassell and Company, por difamação. Após perder a batalha judicial, o escritor foi obrigado a pagar 40 mil libras, à época uma das maiores indenizações por difamação. Irving recorreu e voltou a perder. Em 1968, foi processado por difamação por Jillian Page, que escrevera um artigo crítico sobre ele para um jornal. Irving alegava que o artigo era fruto da “mente fértil” da jornalista. Para que ela retirasse a acusação, Irving pediu desculpas e arcou com os custos do processo.

Como resultado desses livros polêmicos e de seus problemas legais, David Irving ganhou, ao longo de uma década, certa notoriedade.

Embora eu soubesse da existência de Irving, nunca prestei muita atenção em seu trabalho. Ele apareceu pela primeira vez em meu radar em 1977, quando publicou *Hitler's War*, obra na qual alegava que Hitler não sabia da Solução Final e que, ao descobrir o que estava acontecendo, tentou impedi-la. Acreditei que as conclusões de Irving só podiam ser resultado de distorções intencionais e minhas suspeitas foram confirmadas quando diversos acadêmicos escreveram longas críticas documentando que ele distorcia indícios históricos.⁷

Em 1983, Irving mais uma vez se viu sob os holofotes da imprensa. A revista semanal alemã *Stern* anunciou que havia comprado, por \$3,8 milhões, 62 volumes até então desconhecidos dos Diários de Hitler. Por um breve momento, a notícia ganhou as manchetes. Irving, que havia anteriormente comprado documentos – que de fato eram fraudulentos – do homem que estava vendendo os diários, tinha certeza de que esses volumes também não passavam de falsificações. Em uma coletiva de imprensa extraordinária, os editores da *Stern* anunciaram a publicação dos diários, exibiram um filme sobre eles e previram que certamente havia pessoas por aí que questionariam a autenticidade do material, incluindo historiadores como David Irving, que “não tinham reputação alguma a perder”. Sem o conhecimento da *Stern*, sua concorrente, a *Bild-Zeitung*, havia infiltrado Irving na coletiva de imprensa. Alguns minutos mais tarde, quando chegou a hora das perguntas de uma horda de jornalistas, Irving correu até o microfone, levando documentos que, segundo ele, provavam que os diários eram falsos. Erguendo-os teatralmente acima da altura de sua cabeça, ele exigiu que os executivos da *Stern*, que esperavam que aquele fosse um momento triunfal, explicassem como Hitler poderia ter escrito sobre o plano do bombardeio de julho em seu diário no dia em que tal bombardeio aconteceu se, conforme o filme exibido mostrava, sua mão direita estava seriamente ferida. A *Stern* rapidamente encerrou a coletiva de imprensa. Repórteres e paparazzi rapidamente aproximaram-se de Irving. A NBC imediatamente o colocou ao vivo no *Today Show*, que estava no ar. Irving achava aquilo “hilariante” e estava impressionado com o “rastros de caos” que deixara para trás. Depois de passar o restante do dia dando entrevistas, levantou-se às 3h30 da manhã para aparecer no *Nightline*, da ABC. De acordo com seu diário, ele recebeu 700 marcos pela aparição. A publicação alemã *Der Spiegel* pagou-lhe 20 mil marcos por uma matéria. Irving estava contente não apenas com a atenção, mas com o fato de ter ganhado cerca de 15 mil marcos em três dias.

Alguns dias depois, os diários já se tornavam notícia antiga. De repente, Irving mudou de opinião e anunciou que agora acreditava que eles eram genuínos. Robert Harris, autor de *Selling Hitler*, um estudo sobre o incidente dos diários, acredita que a mudança de opinião de Irving tenha sido motivada, em parte, pelo

fato de os diários “não apresentarem qualquer indício de que Hitler tinha ciência do Holocausto”, ou seja, apoiavam a tese defendida em *Hitler's War*. Se Irving esperava que essa mudança de posição fosse lhe render publicidade, ele calculou corretamente. O *London Times* imediatamente rodou uma matéria sobre o assunto em sua capa. Contudo, dentro de alguns dias, o altamente respeitado *Bundesarchiv*, o Arquivo Nacional da Alemanha, concluiu, com base em exames forenses cuidadosos, que os diários eram uma fraude, e uma fraude muito malfeita. Quando os resultados foram anunciados, Irving rapidamente emitiu um comunicado à imprensa aceitando a posição do *Bundesarchiv*, mas enfatizando que ele havia sido o primeiro a declarar que os diários eram falsos. “Sim”, concordou um repórter do *Times* ao saber do anúncio. “E o último a declará-los autênticos.”

A NBC enviou uma equipe de TV para entrevistar Irving, que estava na Alemanha para uma série de palestras patrocinadas pelo *Deutsche Volksunion*, um grupo de extrema direita que defende uma Alemanha etnicamente pura. Enquanto as câmeras ainda estavam ligadas, as pessoas deixavam a sala. Várias delas usavam o uniforme dos *Wiking-Jugend*, um grupo de jovens extremistas e neonazistas. “Felizmente”, Irving escreveu em seu diário, “a NBC não notou a presença deles”.⁸

DAVID IRVING: DE ATIVISTA A NEGACIONISTA DO HOLOCAUSTO

Muito antes de se tornar um negacionista, Irving argumentava que os crimes nazistas eram equivalentes a, se não menores que, os males promovidos pelos Aliados. Em 1984, declarou que a política bélica dissimulada de Winston Churchill provocara a morte de milhões de pessoas. Em 1986, disse a uma plateia na África do Sul: “Nós [os britânicos] participamos da guerra e bombardeamos belgas, poloneses, franceses e holandeses. Provocamos danos tenebrosos. Matamos milhões de pessoas na Europa da maneira mais bestial, desafiando todas as convenções”. Por fim, afirmou que o nome da Grã-Bretanha estava “condenado à infâmia”.⁹ Todavia, Irving continuava sendo parte periférica dos negacionistas do Holocausto, participando de suas reuniões e lançando artigos em suas publicações, mas sem em momento algum negar explicitamente o Holocausto.

Então aconteceu, em 1988, o julgamento de Ernst Zündel, o negacionista canadense e autor de *The Hitler We Loved and Why* (White Power Publications). Zündel contratou Fred Leuchter (um americano cuja empresa comercializava um sistema de injeção letal que, segundo afirmava, era mais humana) para realizar uma análise forense das câmaras de gás de Auschwitz, Birkenau e Maidanek.

Ao retornar, Leuchter afirmou que, em sua opinião, era tecnicamente impossível as câmaras de gás terem sido usadas para matar pessoas. Irving, que fora testemunhar a favor de Zündel, leu o relatório na noite em que chegou a Toronto. Na manhã seguinte, declarou-se muito impressionado com as descobertas de Leuchter. Dois dias depois, posicionou-se e declarou: “Minha percepção mudou porque entendo que toda a mitologia do Holocausto agora está aberta a dúvidas”.¹⁰ Depois do julgamento de Zündel, Irving declarou a um entrevistador: “[Até] muito recentemente, eu acreditava na história, mas quero ser o primeiro a dizer que fui enganado e que chegou a hora de contermos essa peça de propaganda”. De acordo com Irving, havia motivos financeiros para a criação e disseminação do “mito” do Holocausto.

Ninguém gosta de ser enganado, menos ainda quando há uma soma financeira considerável em jogo. (Desde 1949, o Estado de Israel recebeu mais de 90 milhões de marcos alemães em reparações voluntárias da Alemanha Ocidental, essencialmente em expiação às “câmaras de gás de Auschwitz”) [...] Centenas de milhões de pessoas honestas e inteligentes foram enganadas pela bem-financiada e brilhantemente bem-sucedida campanha publicitária do pós-guerra.¹¹

Em 1991, Irving relançou *Hitler's War*. Analisei as duas edições em busca de indícios da migração de Irving para o negacionismo direto. Na edição de 1991, ele eliminou qualquer menção ao Holocausto, substituindo o termo por “exterminio dos judeus”, com vagas referências à “tragédia judaica” e “maus-tratos aos judeus realizados por nazistas”. A edição de 1977 fazia referência às câmaras de gás. Na edição de 1991, essas referências foram substituídas por “rumores infundados e sem comprovação envolvendo ‘fábricas de morte’”. Ambas as edições apresentam um relato de um discurso de maio de 1944 feito por Hitler a um grupo de generais alemães e no qual garantia que o “problema” dos judeus húngaros logo seria resolvido. Na edição de 1977, Irving escrevia logo após o discurso de Hitler: “em Auschwitz, a extinta parafernália da morte – ociosa desde 1943 – começou a funcionar outra vez quando as primeiras cargas chegaram de trem da Hungria”. Na edição de 1991, essa frase foi substituída por: “Quatrocentos mil judeus foram presos na Hungria. O primeiro trem de carga chegou a Auschwitz trazendo força de trabalho escrava para a então pronta fábrica da I.G. Farben.” Em 1977, esses judeus haviam embarcado para a morte. Em 1991, eles seriam trabalhadores escravos. Leitores da segunda edição jamais ficariam sabendo que eles acabaram nas câmaras de gás.¹²

Em 1992, Irving declarou ao *Guardian* que “daqui a um ano, o Holocausto terá sido desacreditado”. E prosseguiu: “Ninguém vai gostar de descobrir que, por 50

anos, acreditou em uma lenda sustentada em bobagens.”¹³ Irving também culpava os judeus pelas políticas britânicas dos tempos de guerra. Questionado por um entrevistador se acreditava que Churchill era “pago pelos judeus e [se] os judeus arrastaram a Grã-Bretanha para dentro da guerra”, ele respondeu que esses eram “indícios que se mostravam verdadeiros, em minha opinião na posição de historiador”.¹⁴

Após a publicação de *Hitler's War* em 1977, um número cada vez maior de historiadores concordava que a ideologia de Irving comprometia seu trabalho. Alguns deles traçavam uma divisão entre seus trabalhos sobre o Holocausto e suas outras pesquisas. A. J. P. Taylor, um dos mais renomados historiadores britânicos do século XX e autor de *The Origins of the Second World War*, acreditava que Irving era um mestre da “inigualável indústria” e “boa academia” quando o assunto era pesquisa. Hugh Trevor-Roper, reconhecido pela Rainha Elizabeth por suas contribuições à escrita da história, acreditava que “os elogios podem ser excessivos por sua incansável diligência acadêmica”, mas questionava as fontes usadas por Irving: “Quão confiável é sua metodologia histórica? Quão saudável é seu julgamento? Podemos fazer essas perguntas sobretudo quando falamos de um homem que, como o senhor Irving, tem a virtude – quase a profissão – de usar fontes esotéricas para afrontar opiniões estabelecidas”. O historiador Paul Addison, especialista em Segunda Guerra Mundial, definiu Irving como um “colosso da pesquisa”, mas condenou-o pela noção de que “Churchill era tão perverso quanto Hitler”. Addison definia Irving como “um estudante quando o assunto é julgamento”.¹⁵ De maneira similar, John Chamley, cujo livro *Churchill: The End of Glory* é uma crítica de direita às políticas de Churchill, observou que “as fontes de Irving, diferentemente das conclusões às quais ele chega com base nelas, costumam ser sólidas”. Todavia, Chamley reclamava que Irving “fora injustamente ignorado”.¹⁶ Rainer Zitelmann, um historiador alemão conservador, elogiou a pesquisa de Irving sobre Hitler. Em 1989, Irving declarou que o Holocausto era uma “lenda” e Zitelmann escreveu no *Die Zeit* que a afirmação de Irving de que Hitler não havia ordenado a Solução Final e que talvez sequer tivesse consciência dela causara um “incômodo” entre os historiadores. Irving, argumentava Zitelmann, “não deve ser ignorado. Ele tem seus pontos fracos, [...] [mas vem] contribuindo muito com a pesquisa.”¹⁷ Sir John Keegan, o distinto historiador militar, defendeu – muito tempo depois de Irving ter se tornado um negacionista – que *Hitler's War* era um dos dois melhores livros sobre a Segunda Guerra Mundial.¹⁸

John Lukacs adotou um tom diferente. Incomodado não apenas por esses historiadores elogiarem Irving, mas por apoiarem-se em suas pesquisas, Lukacs desafiou-os a verificar as fontes. Se tivessem feito isso, escreveu Lukacs, teriam

descoberto que muitas das “referências e citações não são verificáveis. Em sua obra *Hitler’s War*, [...] as afirmações não verificáveis e pouco convincentes são abundantes”.¹⁹ Charles Sydnor verificou cuidadosamente as fontes de Irving e, em uma crítica mordaz, destrinchou a pesquisa do negacionista, acusando-o de uma séria deturpação e distorção de Hitler e do Terceiro Reich. Sydnor considerava uma “tolice arrogante” a declaração de Irving de ser um historiador mais cuidadoso e mais atento do que os demais pesquisadores de Hitler.²⁰

HISTORIOGRAFIA DO HOLOCAUSTO: VISÕES DISTINTAS

Meu livro não defendia a ortodoxia histórica. De fato, historiadores do Holocausto extremamente respeitados sugerem diferentes conclusões para muitos aspectos do Holocausto. Por exemplo, os *intencionalistas* defendem que Hitler chegou ao poder querendo assassinar os judeus e instituiu um conjunto de políticas coerentes e ininterruptas visando realizar esse objetivo. Ao contrário, os *funcionalistas* argumentam que a decisão nazista de assassinar os judeus não teve origem em uma única decisão de Hitler, mas desenvolveu-se pouco a pouco e de forma improvisada. De acordo com os funcionalistas, em 1941, os oficiais nazistas no Leste, cercados por muitos judeus e sem um lugar para “deixá-los”, deram início aos assassinatos. Somente depois de os assassinatos começarem é que Hitler teria aprovado essas ações.²¹

Outros historiadores diferem sobre as respostas dos judeus acerca da perseguição. Alguns defendem que os *Judenräte*, os conselhos de judeus apontados por nazistas para administrar a vida nos guetos, eram complacentes demais com as demandas nazistas. Esses críticos acreditam que a falha dos *Judenräte* de avisar as populações dos guetos sobre seu destino foi um ato de traição. Outros defendem que os membros desses conselhos se encontravam, ou melhor, foram colocados pelos alemães, em uma situação insustentável e sem precedentes e tentavam acalmar a angústia mental das vítimas em seus dias finais.

Há um intenso e acalorado debate sobre a resposta americana ao Holocausto. Cheguei ao estudo desse assunto com a suposição pré-existente de que a comunidade judaica americana, ao não pressionar a administração Roosevelt a agir, fora responsável, em parte, pelo destino de seus correligionários. Não demorei a perceber que essa visão era simplista. Embora os líderes judeus tenham dedicado grande parte de sua energia a uma guerra dominada pelo extermínio, é de se duvidar que, mesmo se eles tivessem dado início a um clamor organizado, seriam capazes de forçar os Aliados a agir. As sugestões de alguns críticos de que os judeus americanos deveriam ter rompido com

Roosevelt, agido por conta própria e usado o voto dos judeus como forma de pressão estão sujeitas à falácia do “presentismo”, ou seja, a aplicação de padrões contemporâneos ao passado.²² Como os judeus têm influência política atualmente, esses críticos acreditam que eles tinham a mesma influência cinquenta anos atrás.

Ao longo dos anos, esse debate foi deturpado e usado para fins políticos contemporâneos. Críticos da direita do movimento ortodoxo acusaram líderes judeus mais aculturados não apenas de não agirem, mas de “interferirem diretamente nos esforços de resgate”. Eles acreditam que esses líderes queriam que os judeus ortodoxos morressem na Europa em vez de irem para os Estados Unidos.²³ Embora eu me incomodasse profundamente com esses ataques a-históricos, ficava igualmente preocupada com outro fenômeno, qual seja, a tendência de usar o termo “Holocausto” para referir-se a toda uma gama de injustiças e tragédias, incluindo discriminações raciais, AIDS, aborto e uso de animais em laboratórios, entre outras. Comparações desse tipo trivializam o Holocausto.

Tampouco acredito que todo genocídio – por mais terrível que ele possa ser – deva ser chamado de Holocausto. Não se trata de uma questão do exercício inútil da “dor comparativa” – ou seja, “o meu povo sofreu mais do que o seu” –, mas de historiografia. O Holocausto tem alguns elementos únicos, que o distingue dos demais genocídios. Porém, ao mesmo tempo, discordo daqueles que afirmam haver uma singularidade absoluta. Nada pode ser absolutamente singular. Ao longo dos anos dando aulas sobre esse assunto, fui ficando cada vez mais preocupada com a forma com que o ensino sobre o Holocausto pode se transformar mais em defesa do que em história, e com como professores que ensinam o assunto agem mais como ideólogos do que como pedagogos.

Por mais intensos que esses ou outros debates entre historiadores possam se tornar, raramente – se é que em algum momento – os participantes falsificam dados. Os negacionistas, por outro lado, distorcem, falsificam e deturpam registros históricos e, conseqüentemente, saem completamente dos parâmetros necessários para qualquer debate histórico sobre o Holocausto.

—

Num primeiro momento, acreditei que escrever *Denying the Holocaust* seria uma tarefa relativamente tranquila, sem muitas polêmicas. Em vez disso, deparei-me com obstáculos inesperados. Alguns acadêmicos defendiam que, ao levar os negacionistas a sério, eu soava um falso alarme sobre o perigo que eles representavam. De fato, eu não considerava o negacionismo do Holocausto como um “perigo claro e presente”, mas mais como um perigo futuro. Pesquisas revelavam que mais pessoas nos Estados Unidos acreditavam que Elvis Presley

estava vivo do que acreditavam que o Holocausto era um mito. Entretanto, eu não via os negacionistas como simples criadores de uma forma “estranha” de história. Se sua falácia não fosse exposta, eles poderiam acabar representando um perigo mais substancial. Negacionistas mais sofisticados, como o próprio David Irving, tinham a capacidade de plantar sementes de verdadeira confusão acerca do fato. O maior obstáculo que enfrentei foi a satisfação com a qual os negacionistas distorciam fatos, menosprezavam sobreviventes e corrompiam os judeus. De certa forma, foi mais difícil escrever sobre os negacionistas do que sobre o próprio Holocausto. Os nazistas estavam derrotados. Os negacionistas estavam vivos, ativos e colhendo frutos de seus esforços.

O livro enfim foi publicado em 1993, logo depois da minha chegada à Universidade Emory, em Atlanta. Para minha admiração, no dia de sua publicação, a obra apareceu na primeira página tanto do *New York Times Book Review* quanto do *Washington Post Book World*. E essa atenção foi seguida por resenhas positivas em diversas publicações. Em 1995, dei como encerrado meu trabalho acadêmico sobre o negacionismo. Contudo, eu sabia que o problema estava longe de ter sido resolvido. Os livros de David Irving continuavam ganhado espaço em lugares de prestígio. Havia cada vez mais expressões do negacionismo do Holocausto nos mundos árabe e islâmico. Ainda mais perturbador era o negacionismo “soft core” europeu, que, em vez de negar o Holocausto, equiparava as políticas de Israel àquelas do Terceiro Reich, rotulando os israelenses de nazistas.

Todavia, por ter convivido com esse material durante tempo demais, eu acreditava que havia chegado a hora de desbravar novos campos de pesquisa. E foi então que a carta da Penguin chegou.

Deborah E. Lipstadt, *Beyond Belief: The American Press and the Coming of the Holocaust* (Nova York Free Press, 1985), p. 172.

Institute for Historical Review (IHR) Newsletter (outubro de 1988), p. 7; Lipstadt, *Denying the Holocaust*, capítulo 8.

Michael A. Hoffmann II, “The Psychology and Epistemology of ‘Holocaust’ Newspeak”, *JHR*, volume 6 (1985–86), pp. 267–78. *IHR Newsletter* (abril de 1988), p. 1. *Evans Report*, 3.5(a), pp. 174–89.

O IHR também foi associado à Noontide Press e à Legion for the Survival of Freedom, Inc., todas ligadas a Willis A. Carto. Mark Hosenball, “Spotlight on the Hill”, *New Republic*, 9 de setembro de 1981, p. 13.

Para uma discussão mais detalhada do negacionismo do Holocausto e do extremismo político na Alemanha, ver Hajo Funke, *David Irving, Holocaust Denial, and His Connections to Right-Wing Extremists and Neo-National Socialism (Neo-Nazism) in Germany, Expert Opinion, IvP&DL* (doravante *Funke Report*) disponível em www.hdot.org, “Evidence” (acesso em 28 de agosto de 2004).

A tentativa dos negacionistas de se cobrirem com o manto da respeitabilidade

acadêmica é ilustrada por Arthur Butz em *The Hoax of the Twentieth Century*. Em um livro de aparência acadêmica e com muitas notas de rodapé, o professor de Engenharia Elétrica da Universidade Northwestern defende que as câmaras de gás eram uma impossibilidade e descreve o Holocausto como “um mito perpetrado ao mundo pelo mais poderoso grupo do planeta” para fins sionistas. Arthur Butz, *The Hoax of the Twentieth Century* (Newport Beach, Califórnia: 1976), pp. 247–48.

Para a versão de Irving de sua juventude e de seus trabalhos legais, ver www.fpp.co.uk/Legal/PQ17Libel/Backfround220170html (acesso em 27 de agosto de 2004); David Irving e Kai Bird, “Reviewed vs. Reviewer,” *New Statesman*, 8 de maio de 1981, pp. 23–26. A partir de 1977, Irving alegou existir uma série de documentos provando que Hitler tentou repetidas vezes intervir para ajudar os judeus. David Irving, “On Contemporary History and Historiography. Remarks Delivered at the 1983 International Revisionist Conference”, *JHR*, volume 5, números 2, 3, 4 (inverno de 1984), pp. 251–88. *Evans Report*, 4.3(a), pp. 220–22.

O proeminente historiador Hugh Trevor-Roper inicialmente acreditou que os diários fossem verdadeiros. Outros acadêmicos se mostraram duvidosos, mas a *Stern* não permitiu que o material fosse inspecionado atentamente. À época da coletiva de imprensa, Trevor-Roper também tinha suas dúvidas. Harris, *Selling Hitler* (Nova York Pantheon, 1986), pp. 323, 327, 338–59.

Evans Report, 3.4(a)31, p. 125.

Second Zündel Trial (“The Irving testimony”), *Her Majesty the Queen vs. Ernst Zündel*, District Court of Ontario, 1988, 9471ff.

Entrevista de David Irving à Radio Ulster, 23 de junho de 1989, *Evans Report*, 3.3(c)12, p. 99. David Irving, “Preface”, *Auschwitz: The End of the Line: The Leuchter Report – The First Forensic Examination of Auschwitz*, Fred Leuchter (Londres: Focal Point, 1989). *Evans Report*, 3.4(d)33, p. 164.

David Irving, *Hitler's War* (Londres: Hodder & Stoughton, 1977); idem. *Hitler's War* (Londres: Focal Point, 1991). Para uma comparação entre as edições de 1977 e 1991 de *Hitler's War*, ver *Evans Report*, 3.3(a), 3.3(b), pp. 89–99.

“History's Cache and Carry”, *Guardian*, 7 de julho de 1992.

Nigel Jackson, *The Case for David Irving* (Cranbrook, Australia: Veritas, 1994), p. 85; “This Week”, 28 de novembro de 1991, *IVP&DL*, K3, Tab. 12, pp. 7–8. Os discursos, artigos, diários e cartas de Irving abordando suas atividades e sentimentos políticos foram compilados e enviados à corte pela Defesa. Os documentos estão disponíveis em “David Irving: A Political Self Portrait” (doravante *Irving: Self Portrait*) 1.2/G, www.hdot.org, “Evidence” (acesso em 25 de junho de 2004).

A. J. P. Taylor, “Hitler the Opportunist,” *Observer*, 18 de junho de 1978; Hugh Trevor-Roper, “Hitler: does history offer a defence?” *Sunday Times* (Londres), 12 de junho de 1977; Paul Addison, “The Burden of Proof”, *New Statesman*

(Londres), 1^o de julho de 1977, p. 46, conforme citado em *Evans Report*, 2.5.8, p. 44.

John Charmley, *Churchill: The End of Glory* (Londres: Knopf, 1993), p. 675, nota 51, conforme citado em *Evans Report*, 2.5.13, p. 47. John Lukacs, *The Hitler of History* (Nova York: Knopf, 1997), pp. 28 n., 229.

Die Zeit, 6 de outubro de 1989, conforme citado em Lukacs, *Hitler of History*, p. 181. Para exemplos de outras avaliações de historiadores acerca do trabalho de Irving, ver *Evans Report*, 2.5.8–23, pp. 44–65.

IvP&DL, 16^o Dia (7 de fevereiro de 2000), p. 4.

Lukacs, *Hitler of History*, pp. 229–30.

Charles W. Sydnor Jr., “The Selling of Adolf Hitler: David Irving’s *Hitler’s War*”, *Central European History*, volume XII, número 2 (junho de 1979), pp. 169–99.

Christopher R. Browning, “Beyond ‘Intentionalism’ and ‘Functionalism’: The Decision for the Final Solution Reconsidered,” *The Path to Genocide: Essays on Launching the Final Solution*, ed. Christopher R. Browning (Nova York: Cambridge University Press, 1992), pp. 86–121. Para um resumo dessas duas posições, ver Michael Marrus, *The Holocaust in History* (Nova York: Meridian, 1989), pp. 34–51.

Douglas Wilson, “Thomas Jefferson and the Character Issue”, *The Atlantic*, pp. 57–74, novembro de 1992.

David Kranzler, *Thy Brother’s Blood* (Brooklyn: Mesorah, 1987), pp. 68–69. M. J. Nurenberger, *The Scared and the Doomed: The Jewish Establishment vs. the Six Million* (Oakville, Nova York: Mosaic Press, 1985), p. 31.

CAPÍTULO 2 A ESTRATÉGIA DE DEFESA

A primeira carta da Penguin veio acompanhada de questionamentos adicionais de seus advogados sobre as fontes nas quais eu havia baseado minhas críticas a Irving. Depois disso, as correspondências inexplicavelmente cessaram. Imaginando que Irving tivesse perseguido outros objetivos, dei o caso como encerrado. Durante o verão de 1996, conforme os Jogos Olímpicos de Atlanta aconteciam, passei meu tempo alegremente me alternando entre assistir a alguns eventos olímpicos e minha pesquisa para um novo projeto – um projeto que nada tinha a ver com o negacionismo do Holocausto. Então, em setembro, quando o ano letivo começava, os advogados da Penguin voltaram a escrever, agora informando que Irving havia reunido documentos e indicava sua intenção de processar a editora e a mim.

Logo depois, Helena Peacock, do conselho geral da Penguin, perguntou sobre a cláusula de indenização no contrato que eu assinara com a Free Press, a editora do meu livro nos Estados Unidos. Num primeiro momento, não entendi o que ela queria, mas uma inspeção no contrato revelava que eu havia concordado que, caso meu livro se tornasse objeto de alguma ação legal, a Free Press basicamente me deixava sozinha. Muito embora eu tivesse escrito sobre um assunto polêmico, jamais imaginei que seria processada. De repente, minha situação parecia surreal. Quando contei ao meu advogado, David Minkin, que a Penguin estava perguntando sobre a cláusula de indenização, seus olhos se arregalaram e seu rosto endureceu. David parecia tentar esconder suas preocupações, mas a tensão transparecia em sua voz enquanto ele explicava que a Penguin talvez estivesse considerando colocar o fardo financeiro do processo

em meus ombros.

Ironicamente, as pesquisas e viagens necessárias para a escritura de *Denying the Holocaust* haviam me custado mais dinheiro do que rendido. Praticamente todos os rendimentos – incluindo adiantamentos e royalties – tinham ido para o Centro de Estudos de Antissemitismo da Universidade Hebraica. E as somas não eram irrisórias. O livro rendera um adiantamento, as cópias em brochura foram vendidas para outra casa, três edições estrangeiras surgiram e tanto a versão em brochura quanto a de capa dura já estavam na quarta edição. Percebi que o contrato desse livro não me favorecia, de maneira nenhuma. E ainda pior: agora eu me dava conta de que a editora podia, legalmente, deixar em meus ombros os custos substanciais do processo. Alguns amigos advogados temiam até mesmo a possibilidade de Irving “penhorar” – termo que eles usavam para dizer “tomar” – minha casa nos Estados Unidos caso saísse vencedor. Claramente, nada disso era assunto digno de riso.

Como professora universitária em tempo integral, eu tinha um salário respeitável, que me permitia viver em uma casa confortável, viajar e saber que, se eu quisesse alguma coisa, dentro do razoável, podia tê-la. Todavia, eu costumava evitar coisas materiais. Dirigia um carro modesto e evitava compras fúteis. Agora eu via minhas economias desaparecerem com o andar desse processo.

Embora a Penguin e eu estivéssemos sendo processadas, nossas perspectivas sobre o caso eram distintas. A Penguin era um grupo editorial espalhado por todo o mundo, com um extenso catálogo de clássicos adultos e infantis. Acabara de se tornar uma subsidiária da Pearson, uma das maiores empresas públicas do Reino Unido, que abrigava, entre outras empresas, o *Financial Times*. Era a maior editora de livros universitários do mundo. Embora percebesse que, como uma renomada editora de literatura com um catálogo impressionante, a Penguin não teria qualquer motivo para fazer um acordo com Irving, eu temia que o custo indeterminado, mas claramente alto, do processo pudesse deixá-los cautelosos.

Então me dei conta de que precisava de alguém para formular uma estratégia legal que atendesse aos meus interesses. Enquanto contemplava minhas opções, um amigo de Londres, que sabia o que estava acontecendo, me ligou. Ele relatou que Anthony Julius, um advogado excepcionalmente competente, de primeiro nível, havia entrado em contato com ele para dizer que me ajudaria – *pro bono*, se fosse necessário. Tendo ouvido todas as palavras certas – “excepcionalmente competente”, “de primeiro nível” e “*pro bono*” –, respirei aliviada. O nome de Julius me soou conhecido. Perguntei se era a mesma pessoa que escrevera *T. S. Eliot: Anti-Semitism, and Literary Form*. Esse livro havia sido publicado alguns anos antes e todas as críticas da época mencionavam que o autor, Anthony Julius, era um advogado de Londres com clientes como a princesa de Gales. Meu amigo deu risada. Confusa por seu riso, não falei nada, mas logo acrescentei:

“Ele também não é o advogado do divórcio da Princesa Diana?” Ainda rindo, meu amigo comentou que eu devia ser a única pessoa do mundo a lembrar as coisas *nessa* ordem.

O livro de Julius sobre T. S. Eliot era originalmente sua tese de doutorado, título que ele conquistou enquanto trabalhava como advogado em tempo integral. Quando questionado sobre por que havia feito o doutorado em teoria literária, afinal, era advogado, Julius respondia que muitos advogados têm hobbies. Fazer um doutorado em teoria literária era seu “equivalente a jogar golfe”. A apropriação de T. S. Eliot do discurso desrespeitoso do antissemitismo para dar vida à sua obra deixava Julius intrigado. Eliot havia transformado aquilo que o mundo esclarecido supostamente descartara – o discurso antissemita – em arte. Julius, todavia, acreditava que o antissemitismo era central – e não periférico, como muitos críticos alegavam – nos textos de Eliot. Também tinha curiosidade no fato de legiões de críticos terem ignorado ou tentado justificar esse aspecto do trabalho do poeta, considerando essa característica uma ironia ou meramente o preço a se pagar para pertencer ao clube do Modernismo. Os críticos debateram o livro de Julius com fervor. Um deles descreveu a obra como “o despejo de Eliot da casa das desculpas ridículas”. Alguns críticos ligaram a crítica de Julius a Eliot ao seu trabalho para a Princesa Diana, descrevendo-o como o grande iconoclasta, que simultaneamente desafiava dois ídolos britânicos: T. S. Eliot e a Casa de Windsor. James Fenton, professor de poesia da Universidade de Oxford, usou o assunto em uma das suas três palestras anuais. Em “Eliot v. Julius”, Fenton apontou que “em quaisquer avaliações que sejam feitas sobre Eliot no futuro, o livro de Julius estará presente”. De forma direta, Fenton questionava: “Julius afirma que um antissemita é um canalha. O que nos impede de dizer que Eliot era um canalha?”¹

De todo modo, para a maioria dos britânicos, Julius era mais conhecido como advogado da Lady Di. Como sócio do escritório londrino Mishcon de Reya, ele inicialmente representou a Princesa Diana quando ela processou o dono de uma academia por sub-repticiamente fotografá-la exercitando-se e depois vender as imagens para a imprensa. Satisfeita com o sucesso de Julius no caso, a Princesa Diana pediu que ele cuidasse de seu divórcio. Um observador tenaz de Diana, que afirma ter lido tudo o que já foi publicado sobre a princesa, confessou-me que, quando Diana pediu a Julius para representá-la, ele protestou: “Não sou um advogado especializado em divórcios. Esse seria o meu primeiro caso do tipo”. Ela teria respondido: “Não tem problema nenhum. Esse também será meu primeiro divórcio”.

—

Nascido em 1956, Julius estudou Literatura Inglesa na Jesus College, Cambridge.

Entrou para o escritório de advocacia Mishcon em 1981 e tornou-se sócio em 1984. Em 1987, era chefe do departamento de litígios. Também trabalhava em meio-período na University College, onde criou o curso “Direito e Literatura”. Nervosa, liguei para seu escritório, preparada para conversar com uma falange de secretárias antes de chegar a ele. Uma voz amigável atendeu: “Anthony Julius”. “É do escritório de Anthony Julius?”, perguntei. “Aqui é o Anthony Julius falando”. Surpresa por conseguir contatá-lo tão rapidamente, comecei a explicar o caso. Depois de alguns instantes, ele confessou que já sabia o que estava acontecendo. Então, lancei a pergunta central. Julius estaria interessado em me representar? Ele me garantiu que ficaria feliz em fazer isso. Ciente de que os honorários de alguém de seu calibre giravam em torno de \$500 por hora, avisei que duvidava ser capaz de arcar com os custos. Sem hesitar, Julius me assegurou de que trabalharia *pro bono*, se fosse preciso. Senti uma onda de alívio. Tive certeza de que agora o assunto seria resolvido rapidamente.

EMORY: FAZENDO A COISA CERTA

Meu alívio ganhou mais força quando, logo em seguida, o então chefe da consultoria jurídica da Emory, um homem chamado Joe Crooks, telefonou para me informar que o reitor da universidade e o Conselho de Curadores tinham tomado ciência do processo e reservado \$25 mil para ajudar a cobrir meus gastos. Fiquei impressionada. Embora a Emory tivesse um número substancial de alunos judeus, poucos membros do conselho o eram. A instituição é mais associada à Igreja Metodista. O conselho acreditava, conforme explicou Crooks, que meu caso representava a liberdade acadêmica e levantava assuntos morais fundamentais. Eles queriam transmitir a mensagem de que a Emory me apoiava diretamente. Quando contei a Anthony, ele apressou-se em pedir que a Emory não tornasse pública a doação, pois temia que, se Irving soubesse que tínhamos fundos – por mais limitados que fossem –, teria menos chance de desistir do processo. Crooks concordou. Quando dividi a notícia da generosidade da Emory com colegas de outras universidades, eles ficaram impressionados não apenas com a colaboração financeira, mas por terem feito isso sem eu pedir. “Minha faculdade emitiria declarações eloquentes indicando seu apoio a mim, mas jamais me daria dinheiro vivo”, um colega de uma universidade da Liga Ivy me confessou.

Minha tranquilidade se dissipou alguns dias depois, quando comecei a ler a *New York Review of Books*. A edição trazia uma crítica de *Goebbels: Mastermind of the Third Reich*, de Irving, escrita por Gordon Craig, venerado professor da Stanford e importante especialista em história alemã. Abri a publicação esperando encontrar uma crítica devastadora, mas meu otimismo rapidamente se desfez. A

montanha-russa emocional na qual eu parecia estar desde o início dessa experiência entrou numa descida assustadora quando li o seguinte: “Pessoas como David Irving representam parte indispensável da empreitada histórica e não devemos nos atrever a deixar sua visão de lado”. Embora Craig menosprezasse a alegação de Irving de que Auschwitz era “um campo de trabalho com uma taxa de mortalidade tristemente alta”, chamando-a de “obtusas e facilmente descreditada”, seus elogios a ele me surpreenderam.² Considerar alguém com uma noção tão “obtusas” de Auschwitz uma “parte indispensável” na conversa histórica inevitavelmente dava a essas visões “facilmente descreditadas” uma certa credibilidade. Se até Craig estava sendo enganado por Irving, o que esperar de um juiz e de um júri?

AULAS DE DIREITO: REINO UNIDO vs. ESTADOS UNIDOS

Em outubro, convidei Anthony para falar na Universidade Emory. Embora estivesse ansiosa para ouvi-lo discutir Eliot, estava mais ansiosa para aprender sobre a lei de difamação britânica e ainda mais interessada em conhecê-lo. Julius, com seus 1,77m de altura, pele clara, cabelos escuros e curtos, óculos de armação preta enorme, barriguinha saliente e sorriso amigável, não parecia alguém que havia enfrentado a Casa de Windsor. Falava e se movimentava com o talento literário de um professor universitário. Durante sua visita, recebi um curso intensivo da lei de difamação britânica. Ela presumia que palavras difamatórias eram inverdades até o autor prová-las. O ônus da prova, portanto, estava nas mãos do réu, e não da parte queixosa, como seria o caso nos Estados Unidos. Consequentemente, se a Penguin e eu não nos defendêssemos, Irving automaticamente sairia vencedor. Eu seria condenada por difamação e Irving então alegaria que sua definição do Holocausto tinha sido legitimada.

Nos Estados Unidos, eu teria outro nível de proteção. A lei americana, fundamentada na Primeira Emenda e no direito à liberdade de expressão, estipula que, para figuras públicas – políticos, escritores, etc. – vencerem um processo por difamação, eles precisam provar que a afirmação foi feita com “malícia”, ou seja, que o autor tinha conhecimento da falsidade de tal afirmação ou que demonstrou total descuido em verificar se ela era ou não falsa. Irving, sendo um autor e palestrante bem conhecido, seria, muito provavelmente, considerado uma “figura pública” nos Estados Unidos e, portanto, teria dificuldades para – talvez fosse até impossível – me processar.³ Ademais, nos Estados Unidos, o escritor desfruta de certo grau de proteção se basear seu trabalho crítico em fontes confiáveis e não tiver como saber que essas fontes continham inverdades. No Reino Unido, apoiar-se em fontes, confiáveis ou não, não proporciona defesa.

Anthony explicou que, no Reino Unido, os acusados de difamação tinham várias opções legais. Eles podiam defender que a parte queixosa estava interpretando as palavras em questão da forma errada. Esse, todavia, não era o meu caso. Minhas acusações – Irving era um negacionista, um defensor de Hitler e um ideólogo da direita – não estavam sendo mal interpretadas. Os réus também podiam argumentar que suas palavras não eram difamatórias, que não tinham como objetivo desacreditar o sujeito. As minhas palavras, todavia, claramente tinham esse objetivo. Por fim, poderíamos alegar “justificação”, que as palavras em questão eram verdadeiras, mesmo se difamatórias, então eu tinha uma justificativa para escrevê-las. Esse, explicou Anthony, era o caminho pelo qual seguiríamos.

Nos círculos legais, provar a verdade de palavras difamatórias é considerado a “defesa da bomba atômica”.⁴ Não tínhamos que provar cada detalhe das acusações contra mim. Precisávamos provar a verdade substancial, o “âmago” da calúnia. Se um pequeno aspecto das minhas acusações estivesse errado, mas todo o restante correto, eu ainda podia sair vencedora.⁵

“Nós argumentaremos”, explicou Anthony, “que Irving subordinou a verdade a razões ideológicas e que seus comentários sobre o Holocausto surgiram para espalhar o antissemitismo e engendrar simpatia pelo Terceiro Reich”. Senti-me surpreendentemente reconfortada pelo uso da palavra “nós”. Embora soubesse que isso é comum na linguagem jurídica, saber na teoria é diferente de ouvir pessoalmente, sobretudo quando “nós” essencialmente era “eu”.

Anthony imaginou que Irving em algum momento desistiria do processo. “Ele adora publicidade e fica feliz por causar sofrimento. Responderemos vigorosamente a essas acusações. Vamos transformar o prazer dele em dor.” Ouvir Anthony me convenceu de que seu trabalho sobre Eliot certamente não era “equivalente a golfe”. Ele não suportava o antissemitismo, fosse vindo de T. S. Eliot ou de David Irving.

Ao longo dos vários meses seguintes, Anthony e seu colega James Libson explicaram o que precisava ser feito. Eles preparariam as peças processuais, a nossa apresentação à corte das questões centrais do processo. Ao mesmo tempo, o processo de produção de provas teria início. Cada parte era obrigada a entregar à outra todos os materiais relevantes – correspondências, documentos, livros e áudios – que tivesse em mãos. Aquele seria um longo processo. Eu teria de reunir e entregar todo o meu material concernente a Irving, depois, teria de preparar meu testemunho. Como nessa parte eu me “apresentaria” à corte, precisava discutir minha formação, educação e abordagem do estudo do Holocausto. Também tínhamos de selecionar uma equipe de peritos para analisar as alegações de Irving acerca do Holocausto e demonstrar que elas contrariavam os indícios disponíveis. Os relatórios desses peritos seriam entregues à corte antes do julgamento, pois os tribunais ingleses estipulam que as provas sejam trocadas

antes do julgamento a fim de evitar “emboscadas”. Também entregariamos a Irving uma lista de interrogatórios antes do julgamento. Anthony e James estavam confiantes de que, diante de uma defesa implacável, Irving recuaria.

Conforme nossa estratégia se desenvolvia, não decidimos apenas o que faríamos; também definimos o que não faríamos. Nosso objetivo não era provar que o Holocausto aconteceu. Nenhum tribunal precisava ser convencido disso. Nosso trabalho consistia em provar a verdade de minhas palavras, ou seja, que Irving havia mentido sobre o Holocausto, e feito isso por motivações antisemitas. Decidimos não chamar sobreviventes para testemunhar. Chamar sobreviventes sugeriria que precisávamos de “testemunhas de fato” – testemunhas oculares – para provar que existiu um Holocausto. Esse era o nosso raciocínio legal. Na verdade, tínhamos outro motivo. Irving representaria a si mesmo porque, segundo alegou, nenhum advogado conseguiria defendê-lo tão bem quanto ele próprio. Sendo assim, ele interrogaria as testemunhas. Não considerávamos ético sujeitar sobreviventes às perguntas de um homem cujo objetivo primeiro, temíamos, era justamente o de humilhá-los. Lembrei-me de quando Irving provocou uma sobrevivente que participou com ele de um programa de rádio australiano. “Senhora Altman, quanto dinheiro a senhora já ganhou, desde 1945, por causa dessa tatuagem?”,⁶ perguntou, referindo-se ao número do campo de concentração gravado no braço dela. Eu não queria correr o risco de dar a ele a oportunidade de ridicularizar sobreviventes, muito embora alguns deles insistissem que estavam ansiosos para testemunhar.

FILMANDO MR. DEATH

Conforme os preparativos ganhavam força, Errol Morris, um dos principais documentaristas dos Estados Unidos, enviou-me um e-mail para contar que estava produzindo um filme sobre Fred Leuchter, o homem que Zündel havia enviado a Auschwitz visando provar a inexistência das câmaras de gás usadas para o extermínio dos judeus. *The Thin Blue Line*, uma obra de Morris, tinha salvado a vida de um homem no corredor da morte ao mostrar que a alegação do governo continha muitos buracos. *A Brief History of Time*, filme de Morris sobre Stephen Hawking, havia conquistado muitos prêmios, assim como *Fast, Cheap, and Out of Control*, uma produção sobre pessoas com ocupações nada convencionais. Morris ficou intrigado com Leuchter, cujos relatos negando as câmaras de gás davam força aos negacionistas do Holocausto. Ele me disse que, se *Thin Blue Line* era um “filme sobre a história falsa”, o filme de Leuchter seria “sobre uma enorme história falsa”.⁷

Morris e eu concordamos em nos encontrar em Cambridge, Massachusetts, quando eu iria apresentar um trabalho em Harvard sobre a criação da cerimônia

do Dia Internacional da Lembrança do Holocausto no Capitólio. Diante das crescentes demandas do processo judicial, seguir com minha pesquisa tornava-se uma atividade quase impossível. Embora a conferência em Harvard promettesse ser uma pausa no conflito com Irving, não consegui resistir ao convite de Morris para assistir a uma versão ainda não finalizada de seu filme.

Encontramo-nos no hotel em Harvard e fomos até o discreto estúdio de Morris na Central Square de Cambridge. Sentamo-nos em duas cadeiras confortáveis para assistir ao filme. O rosto de Leuchter tomou a tela. Tinha testa grande, era ligeiramente calvo, ostentava um rosto longo e ovalado, pele clara, óculos de armação preta enorme e um sorriso um tanto caricato. Com sua camisa de mangas curtas de poliéster branco e calça de cintura alta, parecia ter um portacaneta de plástico cheio no bolso e várias chaves no cinto. Leuchter me lembrava o *nerd* clássico e não um homem cuja ciência duvidosa havia levado alegria a neonazistas e negacionistas.

No filme, Leuchter contava sua história. Seu pai trabalhava no sistema penitenciário de Massachussets. Aos quatro anos, já o acompanhava em visitas a “todas as áreas das celas, incluindo a câmara da morte”. De acordo com suas próprias palavras, Leuchter atribuía sua decisão de tornar-se um “especialista em execução” a essas excursões acompanhado do pai. Bebia quarenta xícaras de café, fumava seis maços de cigarro por dia e frequentava o Dunkin’ Donuts de Malden, Massachussets. Sentia-se atraído não apenas pelo café, mas pela garçanete Carolyn, com quem havia recentemente se casado.

Leuchter tinha uma antiga cadeira elétrica no porão de sua casa. Com as câmeras ligadas, ele se prendeu à cadeira, colocou o capacete através do qual a corrente elétrica passava, olhou diretamente para a câmera e sorriu. Descreveu animadamente formas como o sistema de injeção letal que havia desenvolvido podia ser aprimorado. Em vez de prender os prisioneiros a uma maca e forçá-los a olhar para o teto, “você pode colocá-los em uma cadeira de couro, como se estivessem no dentista. [...] E pode oferecer televisão, música, algumas fotografias na parede”. Enquanto Leuchter descrevia essa forma de execução fácil, o filme cortou para uma cena de inverno de um cartão da Currier and Ives. Aparentemente apreciando seu comentário “editorial”, Morris gargalhou. Claramente achava que Leuchter tinha os três ingredientes considerados fundamentais para seus filmes: “triste, doentio e engraçado”.⁸ Concordei com o triste e doentio, mas não consegui achar graça.

Em fevereiro de 1988, Leuchter havia viajado à Polônia para investigar as “supostas câmaras de gás” e produzir um filme com base em suas descobertas. Zündel pagou \$40 mil a Leuchter, Carolyn, um operador de câmera, um tradutor e um projetista para fazerem a viagem, que também serviu como lua de mel de Leuchter e Carolyn. Morris pensou em batizar seu filme de *Honeymoon in Auschwitz*, mas por fim preferiu *Mr. Death* e incluiu partes do filme de Leuchter

em seu documentário. Tanto em Auschwitz quanto em Birkenau, Leuchter arrancou pedaços de concreto das paredes das câmaras de gás. Também colheu amostras das paredes das instalações de dedetização, onde roupas e outros objetos eram fumigados, com o intuito de comparar as quantidades de resíduos de gás em cada instalação. Apressadamente enfiou sacolas plásticas com pedaços da parede no bolso da frente de seu moletom; enquanto reunia as amostras, falava com a câmera: “Mais ou menos como Mr. Wizard”, Morris observou rindo, fazendo referência ao personagem de TV que ensinava ciências a muitas crianças americanas.

Leuchter levou as amostras da Polônia escondidas no meio das roupas íntimas sujas. De volta a Malden, pediu a um laboratório químico para testá-las em busca de HCN (cianeto de hidrogênio). O laboratório apontou que havia mais resíduos de gás nas câmaras de dedetização do que nas câmaras de gás. Com base nisso, Leuchter concluiu que nenhum ser humano fora vítima do gás em Auschwitz. “Só piolho morreu lá”⁹, declarou.

Leuchter havia cometido uma série de erros fundamentais, os quais destruíam a validação de suas conclusões. No outono de 1944, enquanto as forças soviéticas se aproximavam de Auschwitz, os alemães explodiram as câmaras de gás em uma tentativa de esconder suas atividades genocidas. As pilhas de escambros passaram anos expostas a chuva, neve, sol e lama. Os resíduos de HCN, substância solúvel em água, nas paredes e no chão estavam muito diluídos quando Leuchter chegou com seu cinzel, seus saquinhos plásticos e seus comentários exagerados. Apesar de as amostras de Leuchter terem ficado expostas aos elementos, elas ainda continham traços de HCN, indicando que, no passado, havia níveis muito mais altos. Todavia, Leuchter cometeu um erro ainda mais crasso. Ele partia do pressuposto de que, como encontrou níveis mais altos de resíduos de HCN nas câmaras de dedetização de roupas e objetos do que nas câmaras de gás, humanos não foram mortos nessas últimas. Todavia, pragas são muito mais resistentes do que humanos a cianeto. Portanto, para exterminá-las, são necessárias concentrações muito mais altas de gás e por períodos substancialmente maiores. Assim sendo, era esperado que houvesse mais resíduos de gás nas câmaras de dedetização de roupas do que nas câmaras de extermínio. Ademais, quando humanos são amontoados em uma sala – como acontecia nas câmaras de gás –, quantidades menores de gás são necessárias para matá-los mais rapidamente do que em outras circunstâncias. Considerando essas condições, é surpreendente o fato de simplesmente haver resíduos de gás nas câmaras de extermínio.

Continuei assistindo ao filme, esperando as explicações das falácias dos argumentos de Leuchter. Esperei para ouvi-lo apontar que, segundo o procurador-geral adjunto do estado do Alabama, Ed Carnes, Leuchter não era apenas um “*pretense* [ênfase adicionada] especialista em ‘tecnologia da

execução” cujas visões sobre as câmaras de gás não eram nada ortodoxas, mas também alguém que “ganhava dinheiro dos dois lados da cerca” em casos de pena de morte.¹⁰ Se um estado se recusasse a contratá-lo para trabalhar em seu sistema de execução, Leuchter testemunhava no tribunal em nome do prisioneiro daquele Estado, alegando haver falhas no sistema.¹¹ Eu sabia que Morris não costumava inserir outras vozes em seus filmes, deixando apenas os personagens principais falarem. Mesmo assim, imaginei que não deixaria aquelas afirmações passarem em branco. Esperei em vão. Quando o filme chegou ao fim, Morris virou-se para mim e lançou um olhar cheio de expectativa. Sem hesitar, expressei-me: “Seu filme tem problemas. Aliás, ele é perigoso. Os espectadores podem imaginar que você está apoiando as visões de Leuchter”. Os olhos de Morris escureceram. Expliquei que, embora os críticos pudessem entender que ele era excêntrico, espectadores mais inocentes não entenderiam. Provavelmente afetado pela força de minhas objeções, Morris descartou minhas preocupações e me assegurou que todo mundo entenderia a excentricidade de Leuchter. Continuei duvidando que ele estivesse certo. Sugeri que pedisse a Robert Jan van Pelt, um especialista em Auschwitz, para elucidar os absurdos nas afirmações de Leuchter. Van Pelt era coautor de um importante estudo da história de Auschwitz e poderia resgatar Morris de um desastre potencial.

Eu sabia que minha resposta estava, em grande parte, influenciada por minha própria situação. Eu me sentia presa em um pesadelo legal, ao passo que Morris considerava as alegações de Leuchter uma coisa estranhamente engraçada. Um dos documentaristas mais talentosos dos Estados Unidos estava, mesmo que inadvertidamente, ajudando Irving a fortalecer seus argumentos. Enquanto caminhava até meu hotel, senti-me muito solitária.

UMA CONSPIRAÇÃO DO BEM

Minha resposta a Morris provavelmente foi exacerbada por um fato alheio a seu filme. Pouco antes de ir a Cambridge, Anthony havia ligado para dizer que o processo estava levando muito mais tempo do que o esperado. James e Anthony não podiam mais trabalhar *pro bono*. Estavam dispostos a seguir com o processo cobrando menos, mas precisavam de somas substanciais para arcar com os custos de especialistas, pesquisadores e outros funcionários, sobretudo se fôssemos a julgamento. Quando pedi a Anthony para definir o termo “substancial”, ele, de forma um tanto relutante, afirmou se tratar de uma soma que possivelmente ultrapassaria um milhão de dólares. Meu coração afundou. Ele prometeu preparar um orçamento e eu decidi, como se faz no sul dos Estados Unidos, não pensar no assunto até esse orçamento chegar.

Alguns dias depois, minha capacidade de ignorar o assunto abruptamente chegou ao fim enquanto eu deixava minha casa para participar de um seminário de um fim de semana organizado pela Wexner Heritage Foundation. Estava entrando no táxi para ir ao aeroporto quando um carro da FedEx parou em frente à minha casa. O motorista me entregou um grande envelope enviado por Anthony. Puxei o documento de várias páginas. Rapidamente fui à última página e empalideci. A última linha falava em \$1,6 milhão.

Em geral, eu adorava participar das atividades da Wexner Foundation e estava ansiosa pela chegada do fim de semana, que seria uma forma de minha mente deixar de lado o processo. A lenda do varejo Leslie Wexner havia criado a fundação com o objetivo de educar os líderes comunitários judeus. Wexner e sua esposa, Abigail, acreditavam que a vida judaica precisava de líderes que fossem ao mesmo tempo versados em história e tradição judaicas e soubessem pensar “fora da caixinha”. Acompanhando a filosofia comercial de Leslie de que “varejo é dar atenção aos detalhes”, os programas da fundação eram meticulosamente executados e transformados em modelo de educação para adultos. Eu dava cursos na fundação havia mais de dez anos. Nesse seminário, tinha sido convidada para participar de uma série de mesas redondas sobre estratégias para diminuir o conflito judaico interdenominacional. Esse assunto rapidamente ficou no pano de fundo quando a dificuldade pela qual eu vinha passando foi descoberta, pois os participantes então me inundaram de perguntas.

O presidente e fundador da instituição, Rabino Herbert Friedman, um homem alto e com cabelos que lembravam os de Einstein, puxou-me em um canto. Friedman fora capelão do Exército dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Ficou profundamente incomodado com a miríade de judeus sobreviventes definhando pela Europa. Alguns foram abrigados em antigos campos de concentração; outros queriam entrar na Palestina, mas os britânicos não lhes davam permissão. Friedman recrutou caminhões do exército americano e, com a ajuda de soldados judeus, levou os sobreviventes a portos da Itália, onde embarcaram em navios – entre eles o ss *Exodus* – rumo à Palestina, e tentou vencer o bloqueio britânico. Depois da guerra, teve uma carreira distinta na vida organizacional judaica.

Friedman parecia um pouco frustrado por ter descoberto o caso por terceiros, e não diretamente por mim, e pediu para que eu explicasse o processo. Imediatamente perguntou como eu planejava levantar o dinheiro. Falei que não tinha a menor ideia. “Sempre contribuí, nunca precisei de contribuições. Jamais imaginei que eu mesma precisaria pedir fundos para cobrir custos das minhas próprias necessidades.” Ele olhou para mim e declarou, com um tom de voz um tanto condescendente que, se tivesse vindo de outra pessoa, me deixaria

ressentida: “É hora de nos organizarmos”. Em seguida, acrescentou: “Irving está mirando em você, mas está acertando toda a comunidade judaica e a verdade histórica”.

E então Friedman assumiu o controle. Ligou para seu colega e benfeitor de longa data, Leslie Wexner, e lhe contou o que estava acontecendo. Les respondeu daquela sua maneira direta. Pediu material para análise e, depois de escrutinizá-lo, disse a Friedman: “Esse não é um assunto que diz respeito a Deborah. É um assunto que diz respeito a todos nós”. Então me transmitiu uma mensagem dizendo para eu não me preocupar com dinheiro. Ele contribuiria com o que fosse necessário. Leslie e Abigail só tinham uma exigência: eu tinha que contar com a melhor defesa. Depois de determinar que Anthony de fato era o melhor advogado da área e que montaria uma defesa agressiva, Les Wexner ofereceu \$200 mil para a briga. Em seguida, teve início uma colaboração entre Wexner e Steven Spielberg, cuja Shoah Foundation estava bastante envolvida no processo de registrar testemunhos de sobreviventes. Esse movimento resultou em uma solicitação efetiva de uma série de colaboradores, que ofereceram 100 mil dólares cada. Bill Lowenberg, um sobrevivente que vivia em San Francisco cuja filha – uma participante dos programas da Wexner – havia lhe contado sobre o processo, ligou para Friedman e disse que levantaria 20% dos custos, além de entrar em contato com a comunidade judaica da área da baía de San Francisco. Ernie Michel, um sobrevivente que vivia em Nova York, abriu seu arquivo de contatos e começou a ligar para outros sobreviventes. Outras pessoas se dispuseram a ajudar. Tudo foi feito com muita discrição, sem qualquer publicidade ou alarde.

Quando vi Les Wexner, algumas semanas depois, tentei agradecê-lo, mas ele muito impacientemente recusou minhas palavras de gratidão. “Talvez esse tenha sido o cheque mais importante que já assinei na vida”. Em seguida falou, quase com reverência, sobre o espírito elevado dos demais doadores. Não queriam reconhecimento, visto que estavam doando para proteger os registros históricos. Poucas vezes, brincou Les, ele havia visto tanto altruísmo. “Eles se mostraram felizes por terem a oportunidade de dar fim às mentiras e distorções que esse homem promove.” Em seguida, quando encontrei alguns dos outros doadores, eles também recusaram meus agradecimentos e me estimularam a montar a defesa mais cabal possível. Foi uma experiência indescritível.

Friedman pediu a David Harris, diretor-executivo do American Jewish Committee (AJC) para reservar um fundo para a defesa. A mesa diretora concordou e votou para fazer uma grande contribuição ao fundo. A Liga Antidifamação e o Centro Simon Wiesenthal se dispuseram a contribuir. Harris, do AJC, pediu a Ken Stern – especialista em antissemitismo e extremismo – que me auxiliasse no que estivesse ao seu alcance. Ken, que era advogado, imediatamente entrou em contato com Anthony e James. Em uma

demonstração sem precedentes de discrição, nenhuma dessas organizações tornou público o que estavam fazendo. Em algumas semanas, outras contribuições começaram a chegar. Uma pessoa discretamente chamava a outra. Algumas das doações eram substanciais; outras, bem pequenas. A maioria vinha de judeus. Algumas, de não judeus. Eu não pedi financiamento. Wexner havia enfatizado, sem oferecer qualquer certeza: “O nosso trabalho é assegurar que você tenha os meios para lutar. O seu trabalho é lutar”. Quando alguém entrava em contato com os Wexners para sugerir que eu seguisse uma estratégia específica, eles diziam sem rodeios: “Isso é entre Deborah e seus advogados. E ela tem os melhores advogados. Deixe-os fazer seu trabalho”.

O processo pouco a pouco tomava todo o espaço de minha vida. Conforme Anthony e James haviam avisado, preparar as informações foi um procedimento muito oneroso. Tive de escavar meus arquivos em busca de tudo o que pudesse, mesmo que muito obliquamente, relacionar-se a David Irving. Junto a um assistente de pesquisa sobrecarregado de trabalho, revisei as centenas de folhas de papel que havia acumulado enquanto escrevia meu livro. Arquivos que pensei que jamais voltaria a examinar seriamente estavam empilhados em minha mesa de trabalho. Livros, alguns com os *post-its* amarelos que eu havia usado durante a escrita de *Denying the Holocaust* ainda colados a eles, foram enviados à Inglaterra. Anthony e James concluíram que, para poderem realmente assegurar à corte que eu havia realizado plenamente o processo de produção de provas, um advogado americano deveria revisar meu trabalho. Joe Beck, um advogado de Atlanta especializado em difamação, ofereceu ajuda. Pensei que ele fosse revisar superficialmente meu trabalho, mas, mais uma vez, eu estava errada. Joe passou horas comigo inspecionando meus arquivos para garantir que eu tinha enviado todo o material relevante a Londres.

Depois disso, tivemos de selecionar nossos peritos. Quem, eu me perguntava, faria esse trabalho tão tedioso? Em meu modo de ver, não havia nada menos gratificante a um pesquisador do que rastrear notas de rodapé para ver se o autor de um trabalho havia dito a verdade. Anthony me garantiu que esse era um desafio que deixaria os acadêmicos intrigados. Ademais, lembrou-me, planejávamos pagar-lhes bem, aproximadamente 100 libras por hora. Preocupada com o aumento dos custos, apontei que historiadores raramente ganhavam tanto dinheiro assim. Anthony me disse, com um leve tom de reprovação em sua voz, que esse era o valor recebido por peritos em um caso comercial. “Deveríamos pagar menos aos historiadores?” Embora eu me sentisse constrangida pela pergunta de Anthony, ainda me via prestes a sugerir que sim, deveríamos. Mas Anthony logo acrescentou: “Quero que eles atendam a todos os meus pedidos. Se eu precisar de algo com um prazo apertado, quero

que eles vejam o nosso processo como caso de prioridade máxima. Por 100 libras por hora, eles farão isso”. Enfim concordei.

Em conjunto com os advogados da Penguin, Anthony, James e eu compilamos uma lista de possíveis peritos. Preparamos também uma lista das alegações de Irving com as quais esses especialistas deveriam lidar, incluindo as afirmações de que Hitler não tivera qualquer papel na Solução Final, de que os assassinatos de judeus na Frente Oriental não foram sancionados por autoridades nazistas, de que não havia um plano maior de exterminar os judeus europeus e de que as câmaras de gás não foram usadas para aniquilar grandes números de judeus em Auschwitz e em outros lugares. Também precisávamos de um perito principal para conduzir análises historiográficas dos escritos de Irving sobre o Holocausto e determinar se ele observava os padrões geralmente aceitos pelos acadêmicos da História. Irving realmente citava suas fontes? Falava aos leitores sobre evidências que estavam em desacordo com seus argumentos? Facilitava para outros pesquisadores checarem suas fontes?

Escolhemos o professor Richard Evans, de Cambridge, como nossa principal testemunha histórica. Evans, especialista em história alemã, conduziria a análise historiográfica dos escritos de Irving sobre o Holocausto. Concluímos que não deveríamos limitá-lo apenas à análise de assuntos relacionados ao Holocausto, mas que seria interessante escolher mais um assunto para determinar se ele era abordado de forma acurada e confiável. Evans decidiu analisar os escritos de Irving sobre o bombardeio dos Aliados a Dresden, em fevereiro de 1945. Consideramos incluir outro assunto não ligado ao Holocausto, os escritos de Irving sobre Sir Winston Churchill. Acreditei que esse seria um tópico frutífero, pois suspeitava que as veementes críticas de Irving a Churchill não criariam uma boa impressão ao júri britânico. Procuramos Sir Martin Gilbert, mas, quando descobrimos que ele não estaria disponível, chegamos à conclusão de que a revisão de Evans do material de Irving sobre Dresden seria suficiente.

Pedimos ao professor Robert Jan van Pelt, o especialista em história da arquitetura que eu havia recomendado a Errol Morris, para examinar as afirmações de Irving sobre Auschwitz. Van Pelt, que nascera na Holanda, era professor da Escola de Arquitetura da Universidade de Waterloo em Toronto e começava a ganhar destaque como um dos principais especialistas mundiais em Auschwitz. Também sugeri que pedíssemos ao professor Christopher Browning, autor de *Ordinary Men: Battalion 101* e especialista nas origens da Solução Final, para preparar um relatório contradizendo as afirmações de Irving de que os judeus fuzilados depois da invasão alemã ao território soviético, no verão de 1941, foram vítimas de ações isoladas, e não de um sistema coordenado e aprovado pelos mais altos escalões do Terceiro Reich. Também pedimos que preparasse um relatório sobre os caminhões de gás e a Operação Reinhardt, a morte de judeus nos campos de Belzec, Sobibor e Treblinka. Richard Evans pediu

a Peter Longerich, um alemão especialista em Hitler que agora lecionava na Universidade de Londres, para analisar o papel de Hitler na Solução Final. Como nosso objetivo não consistia em provar que o Holocausto havia acontecido, e sim que aquilo que eu escrevera sobre Irving era verdadeiro, pedimos aos especialistas para reunirem provas que um historiador justo e objetivo usaria para chegar a conclusões sobre o Holocausto.

Contudo, também precisávamos de cientistas políticos. Em *Denying the Holocaust*, eu argumentava que o negacionismo de Irving do Holocausto estava ligado às suas visões políticas extremistas. Em outras palavras, ele não só era um negacionista, mas também um antissemita e racista. Os dois fatores – negacionismo e extremismo político – estavam ligados. Ele se envolvia com o primeiro para promover o segundo. Pedimos ao professor Hajo Funke, de Berlim, especialista alemão em extremismo, para examinar as ligações de Irving com a direita radical e sua ala neonazista.

LONDRES, 1998: ADVOGADOS CÉLEBRES E PERITOS CÉTICOS

No início de 1998, fui a Londres para conversar com Anthony e James. O escritório Mishcon de Reya fica em Bloomsbury, próximo à mais popular atração turística da cidade, o Museu Britânico. Preocupada em não exaurir os fundos para a defesa, pedi a Michaela, secretária de Anthony, que encontrasse um hotel simples para mim. Ela escolheu uma acomodação que claramente já tinha visto dias melhores. Rapidamente fui ao escritório de advocacia. Atravessei Bloomsbury Square e passei por uma área de lojas, sebos de livros e restaurantes que levavam aos centros comerciais de High Holborn e Southampton Row, onde o Mishcon de Reya ocupava um pequeno prédio de sete andares, com salas modestas e funcionais.

O escritório de Anthony tinha aquele caos familiar, típico de uma mente criativa trabalhando: papéis ocupavam todas as superfícies e livros de arte, literatura, história e direito preenchiam as prateleiras. Uma foto de seus quatro filhos decorava a mesa e havia um pôster da capa do livro de Eliot dependurado em uma das paredes. No outro canto, um jornal emoldurado com a manchete “Princesa vence processo por difamação” descrevia o processo da Princesa Diana contra um jornal londrino pouco antes de ela morrer. Era a única indicação de sua cliente famosa. Na parte inferior da página, a princesa havia colocado um cartão com seu monograma em relevo, contendo uma nota pessoal: “Mais uma vitória do célebre advogado”.¹²

Enquanto eu observava tudo, um homem mais jovem, com cabelos escuros e encaracolados, usando óculos e demonstrando um comportamento simpático, apareceu na porta. Assim que falou “seja bem-vinda”, reconheci sua voz. Era

James. Se Anthony parecia um jovem professor, James lembrava um aluno de pós-graduação. Enquanto aguardávamos a chegada de Anthony, James me contou que havia se formado na Universidade de Leeds, onde estudou árabe. Passara algum tempo em Israel e entrara para a empresa em 1993, onde com frequência trabalhava com Anthony. James tinha um estilo tranquilo, desprezioso e gentil, mas também senti que, se necessário, sabia ser duro. Quando Anthony enfim chegou, começamos a discutir o que nos aguardava. Enquanto conversávamos, James tomava copiosas notas. Anthony não escreveu nada.

No dia seguinte, o professor Evans, um homem baixo, com cabelos escuros, traços fortes e olhar intenso – o primeiro olhar que ele me lançou mais parecia uma carranca –, uniu-se a nós. Nascido em 1947, Evans vinha de uma família de classe média baixa. Estudou em Oxford e especializou-se em história alemã dos séculos XIX e XX e historiografia. Após lermos seu livro, *In Defense of History*, uma objeção às críticas pós-modernas da história, Anthony e eu ficamos convencidos de que ele era a escolha certa para ser o perito principal. O livro defendia que o passado “realmente aconteceu, e realmente podemos, se formos muito escrupulosos e cuidadosos e autocríticos, [...] chegar a algumas conclusões defensáveis sobre o que tudo significou.”¹³

Tentei – sem muito sucesso – conversar amenidades com Evans. Ele parecia cuidadoso, reservado e até um pouco desconfortável em conversar comigo. Somente quando citei alguns outros historiadores ele pareceu mais à vontade. Era um homem de opiniões muito firmes – muitas das quais críticas – com relação ao trabalho de outros historiadores. Depois de mais ou menos meia hora, Thomas Skelton-Robinson e Nik Wachsmann, dois alunos de pós-graduação que Evans havia chamado para ajudar no trabalho de pesquisa para seu relatório, uniram-se a nós. Nascido na Alemanha, Nik, com pouco menos de 30 anos, tinha se formado com distinção em História na London School of Economics. Estava escrevendo sua tese de doutorado sobre as prisões na República de Weimar. Thomas, um inglês que passou mais de cinco anos vivendo na Alemanha, havia se formado com distinção na Universidade de Glasgow e estava escrevendo sua tese sobre o movimento estudantil na Alemanha Ocidental no final da década de 1960. Era quieto e ouvia mais do que falava.

Anthony me pediu para resumir para eles o que estava acontecendo. Enfatizei que reafirmava tudo o que havia escrito e que acreditava que a pesquisa deles provaria que Irving havia falsificado documentos. Evans ouviu atentamente, mas falou pouco, parecendo levemente cético. Quando defini Irving como antisemita e racista, pareceu bastante desconfortável. Suspeitei que ele me achava uma judia americana exagerada, uma mulher que estava mais para uma ideóloga do que para uma historiadora de mente aberta. Para ele, muito embora seu papel fosse o de perito, Irving ainda estava em vantagem. Segundo o sistema judiciário

britânico, a fidelidade dos peritos é para com a corte, e não para com aqueles que pagam seus honorários. Eles deveriam apresentar uma avaliação objetiva dos indícios. Todavia, eu me preocupava com a possibilidade de nosso principal perito já começar seu trabalho com uma atitude claramente ambígua com relação a mim e ao meu trabalho e, mesmo que eu não duvidasse de como a pesquisa de Evans acabaria provando que eu estava certa, saí um tanto desanimada da reunião.

Na tarde do dia seguinte, Evans e eu fomos à Universidade de Londres ouvir o historiador John Lukacs falar sobre seu novo livro, *The Hitler of History*, que criticava severamente Irving por sua forma de retratar o ditador alemão. Lukacs descrevia Irving como um “apologista”, “reabilitador” e “admirador incontrito de Hitler” que distorcia fontes documentais. Lukacs ainda desaprovava os críticos que o “elogiavam”. Se inspecionassem as fontes de Irving, descobririam que seu trabalho estava repleto de “afirmações não verificáveis e nada convincentes”.¹⁴ Depois da palestra, Lukacs me revelou que Irving havia escrito para seu agente ameaçando fazer com todas as editoras britânicas que publicaram seus livros o mesmo que estava fazendo comigo e com a Penguin UK. Sua editora estava acompanhando atentamente meu processo e decidiria, segundo Lukacs, quais atitudes tomar com base no que acontecesse comigo. Falei a Evans que, se Irving conseguisse me intimidar para chegarmos a um acordo, outros autores temeriam criticá-lo e nenhuma editora publicaria qualquer material contrário a ele. Evans ouviu, mas pouco falou.

Em maio de 1998, data de minha visita seguinte a Londres, Anthony e a Penguin haviam definido os termos de uma defesa conjunta. A Penguin arcaria com todos os “custos compartilhados” e com quaisquer gastos ligados a ambas as partes, incluindo peritos, advogados e pesquisadores. Eu ainda arcaria com custos substanciais, mas esse acordo tirou um grande peso de meus ombros. A seguradora da empresa pagaria suas contas. Anthony apontou que, se em algum momento a seguradora hesitasse e a Penguin tivesse de assumir alguns dos custos, eles tinham grandes reservas e tratariam esses custos como gastos comerciais. Em seguida, acrescentou: “Eu falei que, se quisessem acesso a você, teriam de aceitar esse acordo”.

Certa noite, alguns dos membros da equipe envolvida no processo se reuniram para um jantar informal no Soho. Fomos acompanhados por Richard Evans e Chris Browning – ambos seriam nossos peritos. Browning estava em Londres testemunhando para a Scotland Yard no julgamento dos crimes de guerra de Anthony Sawoniuk.¹⁵ Um homem alto, de ombros largos e membros longos e na casa dos cinquenta, Browning parecia pertencer a uma quadra de basquete e não a um arquivo. Tinha traços bem marcados, um sorriso enorme e a cabeça tomada por cabelos lisos que pareciam sempre insistir em cair em seus olhos. Ele tinha testemunhado para o governo canadense contra as alegações de Zündel de

que o Holocausto era um mito.

Excepcionalmente admirado por historiadores da área, Browning recentemente se envolvera em um desagradável debate acadêmico. Em seu livro *Ordinary Men: Battalion 101*, sustentava que os assassinos alemães eram motivados por uma combinação de fatores. Além do antissemitismo, Browning acreditava que suas ações eram influenciadas por sua deferência à autoridade, conformismo social e pressão de colegas. Suas conclusões foram vigorosamente atacadas por Daniel Goldhagen na polêmica obra *Hitler's Willing Executioners*. Goldhagen defendia que uma forma unicamente alemã de antissemitismo eliminacionista motivara os assassinos. Em outras palavras, Goldhagen considerava os assassinos “alemães comuns”, ao passo que Browning os considerava “homens comuns”.¹⁶

Durante o jantar, Browning perguntou a Anthony se ele pretendia chamar sobreviventes como testemunhas. Quando Anthony respondeu que provavelmente não, Chris lembrou que o advogado de Zündel questionou os sobreviventes sobre os assuntos com os quais eles estavam menos familiarizados. “Ele os atormentou por todo o tempo que o juiz permitiu. Parecia não estar em busca da verdade, mas de humilhação. Foi uma provação horrível, tanto para os sobreviventes quanto para os espectadores.”

Evans, que havia passado os dois últimos meses analisando o trabalho de Irving, começou a debater algumas de suas descobertas. “O verniz de respeitabilidade de Irving desaparece quando você faz uma pesquisa”. Admitiu que estava surpreso com o número de distorções que ele e seus pesquisadores, Nike Thomas, já haviam encontrado. “Simplesmente existem distorções demais para serem apenas equívocos. E elas sempre parecem seguir na mesma direção: a absolvição de Hitler”. Lembrei-me do ceticismo de Evans em nosso primeiro encontro, alguns meses antes. Animada com sua atual avaliação do trabalho de Irving, sugeri que, em vez de argumentar que David Irving era um historiador desatento ou incompetente, ele defendesse que simplesmente não era um historiador. Evans imediatamente descartou a ideia: “É um debate semântico absurdo declarar que alguém que escreveu duas dezenas de livros sobre história não seja historiador. Nenhum júri aceitaria isso”.¹⁷ Ele colocou essa afirmação de um modo tão peremptório que parecia não estar aberto ao debate. Para mim, Evans estava errado, mas não o contrariei.

Quando James me acompanhou até o hotel, depois do jantar, confessei que estava preocupada com o júri, afinal, seus membros talvez entendessem que Irving não passasse de um iconoclasta ou de um historiador lunático. Ou talvez compartilhassem de alguns dos sentimentos negativos de Irving com relação aos judeus e outras minorias. Com base em meus conhecimentos legais (a maior parte vinda do seriado *Lei & Ordem*), acrescentei que alguns advogados saberiam quais jurados eliminar por meio de questionamentos determinantes. A resposta de

James foi sóbria: “Não temos nada desse tipo na Grã-Bretanha. O tribunal convoca 12 pessoas, e esse é o júri”. Mais uma vez, senti-me emboscada por um sistema jurídico que não era o meu.

SEGUNDA DESCOBERTA: UMA MINA DE OURO

Durante todo o verão, os advogados se debruçaram sobre a lista de descobertas de Irving, composta de quase 1500 itens. Fiquei impressionada não apenas com o volume, mas com o número de itens que pareciam totalmente alheios ao nosso processo, incluindo críticas a seus livros, uma fita de vídeo com o nascimento de sua filha e até mesmo material sobre o assassinato de JFK. Também havia registros que pareciam relacionados a um processo que Irving preparava contra a jornalista e historiadora Gitta Serenty, que, em 1996, escreveu uma resenha criticando seu livro *Goebbels: Mastermind of the Third Reich*. Os advogados tomaram nota desses itens irrelevantes porque, conforme James explicou, o perdedor arcaria com os custos ao final do processo. “No fim, vamos cobrá-lo por termos dedicado tempo para revisar materiais que não tinham qualquer ligação com nosso processo”. Entendi sua afirmação, mas não conseguia compartilhar do mesmo otimismo.

E os advogados fizeram algo muito mais importante. Prepararam um pedido de um segundo conjunto de materiais de descobertas. Incluíram todas as correspondências de Irving com os principais negociacionistas do Holocausto, antissemitas e neonazistas. James explicou que eles não sabiam se Irving havia realmente se correspondido com todas aquelas pessoas da lista, mas acharam prudente pedir e ver o que acontecia. Também pediram para ter acesso à sua coleção de fitas de áudio e vídeo e a seus diários pessoais. Imaginamos que os diários revelariam suas ligações com extremistas radicais. As fitas apontariam o que ele dizia a seus admiradores longe dos holofotes da mídia.

Uma audiência preliminar foi marcada para setembro de 1998, quando os advogados deveriam apresentar nosso pedido por material adicional. Perguntei a Anthony se eu devia participar. Ele disse que não, pois minha presença poderia dar a Irving um senso de importância inflado e deixá-lo menos inclinado a desistir do processo. Embora relutante, concordei.

As audiências preliminares são presididas por um “máster”, que James descreveu como uma espécie de juiz júnior. O nosso era John Trench. Comentei com James que, dada a natureza do processo, o fato de o juiz ter “trincheira” como sobrenome não poderia ser mais apropriado. Conforme esperado, Irving criticou fervorosamente nosso pedido, reclamando que se tratava de uma tentativa de forçá-lo a expor suas fontes pessoais. Trench inicialmente pareceu solidário a Irving e questionou a ampla gama de materiais que estávamos

requerendo. Anthony argumentou que, como Irving estava me processando, eu tinha o direito de me defender. Para provar que eu tinha justificativas para chamá-lo de ideólogo da extrema direita e antissemita, tínhamos de examinar mais do que apenas os materiais históricos que ele usava em seus livros. A audiência se estendeu por dois dias. Durante os intervalos, James telefonava para me atualizar: “Irving está lutando com unhas e dentes. Ele descreveu sua ação como parte de uma conspiração global contra ele e alegou que os ‘inimigos da verdade’ querem destruí-lo.”

Apesar dos protestos de Irving, Trench por fim concordou com quase todos os nossos pedidos. Foi uma vitória tão arrebatadora que até mesmo Anthony, que em geral mantinha-se cuidadosamente reservado, permitiu que mais do que apenas um leve traço de animação permeasse sua voz enquanto resumia os resultados para mim. James sequer tentou esconder seu contentamento: “Tivemos um dia fantástico no tribunal. Irving vai ter que expor todos os seus arquivos. Um grande peso recaiu sobre ele”. Trench também tomou a incomum ação de pedir a Irving para assinar uma declaração juramentada de que suas descobertas estavam concluídas e que arcaria com os custos do trabalho envolvido em nosso pedido.

Embora os diários de meu adversário prometessem produzir uma mina de ouro de indícios e provas, nosso direito de inspeção era muito limitado. Somente advogados e especialistas poderiam vê-los. Ninguém mais, nem mesmo eu, poderia inspecioná-los. Embora essa estipulação o protegesse no sentido de evitar que estranhos se intrometessem em sua vida pessoal, ela não lhe oferecia proteção completa. Qualquer material que apresentássemos no tribunal viria a se tornar parte dos registros públicos. Eu especulava que isso certamente o faria abandonar o processo, no mínimo para evitar que seus escritos e falas privadas se tornassem públicos. A resposta de James foi sóbria: “Em outro momento, eu concordaria. Agora, depois de meses lidando com ele, não tenho tanta certeza.”

Ao final de nossa conversa, James me contou que Anthony, que raramente conversava com Irving, abordou-o durante a audiência e falou em tom amigável: “Esse caso é complexo e intrincado demais para ser exposto a um júri. Não acha melhor optarmos por apenas um juiz?” Irving concordou. Anthony disse a Trench que ambos os lados preferiam esse tipo de julgamento. Fiquei satisfeita. Era improvável que um júri lesse e digerisse cuidadosamente as resmas de material histórico detalhado que os peritos vinham preparando. Um juiz compreenderia melhor parte dos argumentos históricos e científicos, que de fato eram um tanto tediosos. Como não haveria júri, não precisávamos preparar argumentações “emotivas” e podíamos nos concentrar no cerne da questão: direito e história. Eu me perguntava o que levava Irving a ter concordado. James especulava que talvez meu oponente estivesse contente por se ver envolvido em um caso que Anthony Julius considerava “complexo e intrincado”.

Algumas semanas depois, Irving pediu a Trench para que eu assinasse uma declaração juramentada atestando a veracidade de meu processo de produção de provas; Trench concordou. James acreditava que isso havia acontecido porque Irving defenderia a si mesmo. Ele me assegurou de que não havia problema em assinar esse documento, podendo fazê-lo na embaixada ou no consulado britânico. Como viajaria a Washington no dia seguinte, decidi ir à embaixada britânica, que mais parecia um campus universitário adjacente à residência do vice-presidente. Na antessala monótona, um atendente me deu um formulário, pediu que eu pagasse \$ 52 em espécie e me pediu para esperar. Por fim, fui levada a uma sala com painéis de madeira dominada por uma mesa grande e entalhada. Um homem alto se apresentou como sendo o vice-cônsul. De um armário de madeira atrás de sua mesa, puxou um livro, um pequeno saco de veludo e um contêiner redondo. Pediu para que eu me levantasse, colocasse a mão sobre o livro e jurasse que havia preenchido o formulário fielmente. Fiquei tão espantada com aquele procedimento que somente depois de concluí-lo me dei conta de que eu provavelmente tinha feito um juramento diante do Novo Testamento. O vice-cônsul pegou um pequeno selo do saco de veludo. Abriu o contêiner, mergulhou o selo na cera vermelha e o pressionou sobre o documento. Essa lembrança de séculos passados me deixou impressionada, assim como me deixavam tantas características desconhecidas que faziam parte do sistema legal britânico.

TEMPOS DE PROVAÇÃO

Conforme a notícia de minhas dificuldades legais se espalhava, comecei a ouvir palavras dos *Neinsagers*, os céticos, da comunidade acadêmica. “Por que está fazendo isso?”, perguntavam. Seus comentários me deixavam perplexa. Por que alguém questionaria o motivo de eu estar me defendendo? Expliquei que eu era a acusada, que não tinha aberto o processo e que não estava “fazendo” nada a ninguém. Um dos principais historiadores do Holocausto me disse que meu maior erro foi não ter ignorado as acusações de Irving. Quando expliquei que não tinha escolha, que, se eu não lutasse, Irving venceria, ele respondeu: “E daí?”

Também havia alguns judeus britânicos preocupados com uma defesa incisiva. Um membro proeminente da comunidade me disse que Irving sairia fortalecido. Alguns dos céticos temiam que Anthony Julius fosse uma espécie de Svengali orquestrando minha posição incisiva. Alertavam-me de que eu me passaria de autora relevante a personalidade midiática. Eu entendia suas preocupações e tentava convencê-los de que não me restava outra opção, mas ficava extremamente irritada com esses comentários. Anthony me aconselhou a ignorá-los. “Eles estão errados. Nós estamos certos.” O julgamento, ele

reconhecia, talvez dê a Irving um palanque, mas nós usaremos esse palanque para dizimar as fantasias históricas dele. James, por outro lado, achava essas sugestões desmoralizantes diante do trabalho duro e fértil que estava sendo realizado no processo.

Fiquei particularmente chateada quando um proeminente advogado judeu de Londres declarou: “Faça um acordo. Talvez você não consiga forçar Irving a admitir que existiram câmaras de gás, mas um acordo seria melhor do que enfrentar o processo”. Incapaz de aceitar a ideia de assinar uma declaração que ignorasse a existência das câmaras de gás, eu me vi prestes a perguntar quais ele pensava que eram meus motivos. Quatro milhões de judeus exterminados? Três milhões? Um complexo de câmaras de gás? Dois? Antes que eu pudesse dizer qualquer coisa, Anthony intercedeu: “Não vamos negociar a verdade histórica com um antissemita”. Eu não disse nada, mas me senti extremamente bem-representada. Pensei mais uma vez no livro de Eliot. Antissemitas, independentemente dos lugares que ocupassem no mundo, eram canalhas, e não se faz acordo com canalhas.

—

Os jornalistas começavam a fazer perguntas sobre o processo. No início de 1999, durante o almoço em um pequeno bistrô de Bloomsbury, pedi a Anthony para delinear os assuntos que eu deveria evitar ao falar com a imprensa. Ele ergueu o olhar, que antes estava focado em sua salada, e declarou: “Todo e qualquer assunto. Se você não falar, a maioria dos jornalistas deixará o assunto de lado, o que não dará publicidade a Irving e aumentará as chances de ele abandonar o processo”.

Mais tarde naquela noite, liguei para amigos próximos e contei que Anthony queria que eu me mantivesse em silêncio e que eu estava achando que não suportaria. Joe, um litigante experiente, observou que Anthony não estava sugerindo o que eu devia fazer, estava me instruindo. Protestei, afirmando que estava acostumada a falar com a imprensa: “Sou boa nisso, é bobagem não usar meus talentos”. Amelia, a esposa de Joe, uma psicóloga que me conhece muito bem, interveio: “Deborah, você detesta receber ordens de outras pessoas. Em qualquer hora, em qualquer lugar”. Dei risada, reconhecendo que sua avaliação era perfeita. Lembrei-me de que, segundo uma lenda de família, minha primeira frase foi “eu faz isso”. Estávamos prestes a desligar quando eu disse, mais para mim mesma do que para eles: “Tem muita coisa em jogo. E eu, que adoro guiar, preciso ceder o controle para outra pessoa. Detesto isso”. Depois de uma breve pausa, acrescentei: “É difícil, angustiantemente difícil”.

“Eliot v. Julius,” *The New Yorker*, 20 de maio de 1996, pp. 29–30.

Gordon A. Craig, “The Devil in the Details”, *New York Review of Books*, 19 de setembro de 1996

A defesa da figura pública tem como base *New York Times v. Sullivan*, audiência da Suprema Corte em 1964. Quatro ministros negros colocaram um anúncio de página inteira no *New York Times* alegando que a prisão do Reverendo Martin Luther King Jr. por perjúrio, no Alabama era parte de um esforço para destruir os trabalhos de King no sentido de integrar instalações públicas e encorajar os afro-americanos a votarem. O delegado da cidade de Montgomery, L. B. Sullivan, propôs ação judicial por difamação contra o *Times* e os ministros, que foram listados como endossantes do anúncio. Embora a corte do Alabama tivesse decidido em seu favor, a Suprema Corte reverteu a decisão, sustentando que a Primeira Emenda protegia as publicações de todas as declarações, até mesmo as falsas, sobre a conduta de funcionários públicos, exceto quando as declarações fossem feitas com deliberada má-fé (com o conhecimento de que eram falsas ou imprudentemente negligenciando a verdade ou falsidade da informação). *New York Times v. Sullivan*, 376 U.S. 254 (1964), Docket Number: 39. Discussão: 6 de janeiro de 1964. Decisão: 9 de março de 1964 <http://www.oyez.org/oyez/resource/case/277/> (acesso em 16 de setembro de 2004).

David Swarbrick, “Defamation”, 24 de fevereiro de 2002, <http://www.swarb.co.uk/lawb/defGeneral.html> (2 de dezembro de 2003).

Edwards v. Bell (1824) 1 Bing 40–3 em 409, conforme citado em The Hon. Mr Charles Gray, “Judgment”, *IvP&DL* (Londres, 2000), 4.7 disponível em www.hdot.org (acesso em 15 de junho de 2004).

David Irving em Tampa, Flórida, 6 de outubro de 1995, conforme citado em *Irving: Self Portrait*, 1.4/A.

Errol Morris a Deborah Lipstadt, e-mail, “Fred Leuchter/Holocaust Denial”, 6 de agosto de 1997.

Anthony Kaufman, “Errol Morris and the Accidental Nazi,” www.indiewire.com/film/people/int_morris_990127.html (acesso em 15 de setembro de 2004).

Mark Singer, “The Friendly Executioner”, *New Yorker*, 1^o de fevereiro de 1999.
Tony Rogers, *Associated Press*, 24 de outubro de 1990.

Memorando de Ed Carnes, Procurador-geral adjunto do Alabama, a todos os estados com pena de morte, 20 de julho de 1990; Shelly Shapiro, *Truth Prevails*, (Nova York: The Beate Klarsfeld Foundation and Holocaust Survivors & Friends in Pursuit of Justice, 1990), pp. 17, 21, 22; Lipstadt, *Denying the Holocaust*, p. 170.

O jornal a acusara de embolsar os rendimentos do leilão de seus vestidos. Anthony provou que os fundos foram destinados à caridade e ganhou, para Diana, a maior indenização já conquistada para um membro da família real. A princesa havia acrescentado sua nota para que o material se tornasse parte de outra manchete. A nova manchete agora dizia: “*Chief Rabbi Says: Another Victory for the Eminent Lawyer!*”

Richard Evans, *In Defense of History* (Nova York W. W. Norton, 1999), p. 290. Lukacs, *Hitler of History*, pp. 26, 132, 178, 229–30.

Sawoniuk foi acusado por esconder seu papel no assassinato de judeus na vila de Domachevo, na Bielorrússia ocupada pelos nazistas em 1942. A acusação alegava que Sawoniuk liderara os esquadrões de polícia que caçavam aqueles que escaparam do massacre dos 2900 judeus da cidade em setembro de 1942. Segundo a acusação, Sawoniuk não apenas cumpriu a “ordem nazista, mas realizou a política homicida com entusiasmo”. No julgamento, o advogado de Sawoniuk tentou fazer Browning confirmar que seu cliente não tinha escolha a não ser agir da forma como agiu. Browning apresentou uma série de outras possibilidades de atuação, mas deixou claro que só podia especular sobre Sawoniuk. O que realmente se provou relevante foi o relato das testemunhas presentes, que o conheciam. Jay Rayner, “Painful History Lessons Begin in Court 12”, *Guardian*, 14 de fevereiro de 1999. <http://www.guardian.co.uk/nazis/article/0,2763,191260,00.html> (acesso em 22 de março de 2004).

Daniel J. Goldhagen, *Hitler's Willing Executioners* (Nova York Knopf, 1996); Christopher Browning, *Ordinary Men: Reserve Police Battalion 101* (Nova York Harper Perennial, 1998).

Richard Evans, conversa com o autor, Londres, 27 de maio de 1998.

CAPÍTULO 3

AUSCHWITZ: UMA VISITA FORENSE

“Não se preocupe, ele é muito bom. Fará um excelente trabalho. Acredite, esse sistema funciona”, garantiu Anthony enquanto estávamos sentados em uma sala de reuniões do Mishcon, no outono de 1998. Ele tentava acalmar meus nervos, mas não conseguia. “Se o sistema legal *de vocês* funcionasse tão bem, eu não estaria nessa situação horrível”, esbravejei em resposta. “E como um recém-chegado vai conseguir se colocar em dia com tudo?”

Anthony tinha acabado de me explicar que ele e James, apesar de terem trabalhado como arquitetos de grande parte do meu processo, não poderiam apresentá-lo na corte. O sistema legal britânico faz uma divisão entre *solicitors*, que preparam o processo para o julgamento, e *barristers*, que o apresentam no tribunal. Somente os *barristers* podem participar de audiências na Alta Corte. Salvo raras circunstâncias, os *solicitors* não podem falar. Anthony e James conheciam o caso até do avesso. E Anthony me garantiu que era prática comum preparar um processo e entregá-lo a outro advogado, que o defenderia na corte. Suas garantias não aliviaram minhas preocupações. Esse caso tinha uma dimensão moral que o distinguia dos casos “normais”, eu acreditava. Outra pessoa podia trazer conhecimento legal, mas será que teria a mesma paixão e o mesmo compromisso?

RICHARD RAMPTON, QC

Anthony e os advogados da Penguin tinham selecionado Richard Rampton, um dos mais importantes *barristers* ingleses na área de crimes contra a honra, para

apresentar minha defesa. Anthony descreveu Rampton como alguém com uma “cabeça brilhante”, o que não era pouco vindo de um homem que vivia cercado por pessoas tão talentosas. Rampton era um *queen’s counsel*, ou QC, uma designação conferida aos maiores *barristers*. Também conhecidos como *silks*, em virtude das togas de seda ornamentadas que usam, os QCs vão à corte com um “júnior”, um *barrister* cujo trabalho consiste em preparar o caso.¹ A Penguin escolheu Heather Rogers como sua *barrister* júnior. Anthony seria o meu – ele recebera o “direito de audiência” sob as novas regras de processo civil, o que lhe permitia falar à corte. Pedi a algumas empresas com escritório em Londres para fazerem uma verificação de Rampton. Elas logo responderam dizendo que se tratava de um pilar do *establishment* jurídico de Londres. Uma delas chegou a dizer: “quem o escolhe, escolhe o melhor”.

Em uma manhã fria de janeiro de 1999, Anthony, James e eu fomos nos encontrar com Rampton. Conforme andávamos por Lincoln’s Inn Fields, a maior praça de Londres, lembrei que ali ficava o “Old Curiosity Shop”, um suposto legado de Charles Dickens. Atravessamos a Fleet Street e entramos em The Temple, um vasto conclave de prédios georgianos e jardins onde os *barristers* têm suas *chambers* – jargão britânico para “escritório”. One Brick Court, o local da *chamber* de Rampton, era especializada em calúnia, difamação e lei de mídia desde os anos 1880. Abrimos a pesada porta de madeira e entramos no corredor pouco iluminado. A escada de pedra era desgastada pelo tempo. Fomos até a recepcionista, no segundo piso. Depois de uma breve espera, ela nos disse que Rampton estava aguardando e nos direcionou de volta à escada de seu escritório no primeiro piso. Considerando sua reputação e o prestígio dos casos em que ele trabalhava, eu esperava uma pessoa formal, excessivamente bem-vestida. Um homem de estatura média, cabelos brancos, ondulados e ralos, um rosto gentil e óculos sem aro apareceu e nos cumprimentou. Usava um terno amarrotado de veludo cotelê, camisa de algodão e gravata amarela. Estimei que tivesse pouco menos de 60 anos. Sabia que estudara filosofia clássica em Oxford. Tinha uma voz leve e gentil e um leve sotaque escocês. “Ah, olá, bem-vindos, por favor, entrem”. Sua elegância natural imediatamente me deixou à vontade.

Comentei que Brick Court me fazia lembrar *Pickwick Papers*. “Sinto como se estivesse entrando no universo de Dickens para discutir um tema kafkiano.” Ele deu risada e disse que minha analogia não era tão descabida. “Charles Dickens trabalhava como serventuário perto daqui. Quanto ao tema kafkiano... bem, vamos ver.”

Tomado por livros, o escritório de Rampton era espaçoso e suficiente para acomodar uma grande mesa de reuniões que se estendia desde a pesada escrivaninha de madeira. Uma lareira mantinha o ambiente aquecido. No chão próximo à mesa havia pilhas de livros sobre o Holocausto. Avistei obras de especialistas e também a monumental obra de Raul Hilberg, *A Destruição dos*

Judeus Europeus. Também havia vários livros de Irving. Uma peruca empoadada, feita de crina de cavalo e enfeitada com fileiras de cachos descansava em um manequim de madeira. Uma toga de seda preta com mangas imensas dependurava-se atrás da porta. O forte cheiro de cigarro não deixava dúvida de que Rampton era fumante. Ele nos ofereceu chá. Enquanto Rampton preparava a bebida, rapidamente estudei algumas fotos na cornija da lareira. Aparentemente, tinha filhos e netos. Além das fotos de família, havia a imagem de um homem que claramente lembrava Rampton portando equipamento para pescas. Ao me ver observando a fotografia, contou-me que era seu pai, de quem havia herdado o amor pelo esporte.

Heather Rogers, *barrister* júnior da Penguin, não demorou a chegar. Ela tinha pouco mais de trinta anos e cabelos loiros curtos emoldurando o rosto. Usava óculos, *tailleur* cinza-escuro e blusa branca lisa, nada de maquiagem ou de joias. Tinha um ar simples, direto. Depois que nos posicionamos em volta da mesa, Rampton começou dizendo: “Precisamos desacreditar esse homem como historiador. Ele é um oponente esperto, mas é mais esperto do que sábio. Não podemos nos dar ao luxo de subestimá-lo ou de perder esse processo. É importante demais.”

Logo ficou claro que Rampton já estava familiarizado com as informações históricas básicas. Claramente havia lido os livros sobre o Holocausto que eu vira empilhados no chão. Virou-se para mim e disse: “Se formos a julgamento, provavelmente não vou intimá-la a testemunhar. Você está sendo processada pelo que escreveu. Seu testemunho não vai fazer nossa defesa avançar, apenas desviar a atenção do juiz do foco principal, David Irving”. De acordo com a lei britânica, Irving não podia me forçar a testemunhar. Ouvi as palavras de Rampton com emoções contrastantes. Estava aliviada por não ser questionada por um homem cujas visões eu desprezava e que certamente usaria a oportunidade de me interrogar como uma forma de “se vingar” pelos males que ele sentia ter sofrido. Ao mesmo tempo, estava decepcionada por não poder expressar abertamente meu desprezo por ele. E receava que as pessoas pensassem que eu estava com medo de enfrentá-lo.

Conforme os advogados revisavam vários detalhes legais e dividiam suas atribuições – algumas das quais eram tão técnicas a ponto de me fazer sentir que estava ouvindo uma conversa em uma língua estrangeira que eu não entendia –, percebi que todos tinham um papel naquele esforço diligentemente orquestrado. Peritos escreveriam relatórios. Em busca de informações relevantes, nossos pesquisadores, Nik e Thomas, analisariam as milhares de páginas de documentos que havíamos recebido de Irving. Advogados inspecionariam esse trabalho, preparariam inúmeros documentos oficiais que precisavam ser submetidos à corte e começariam a esboçar as perguntas que seriam feitas a Irving. A essa altura, tinha me acostumado ao fato de que eu não estava no controle da ação.

Mas, por um momento, senti-me como uma espectadora – observando, mas não participando – de um drama no qual meu trabalho e minha reputação estavam em jogo. Tudo era muito desconcertante. Temendo atrapalhar o progresso dos advogados, parei de pedir explicações e permaneci, de modo nada característico, em silêncio.

Ao longo dos meses seguintes, voltei a Londres. As viagens eram tão frequentes que já estavam quase virando rotina. Depois de me instalar no hotel, eu ia ao Mishcon para conversar com Anthony e James, ler documentos e assistir a fitas de vídeo com gravações dos discursos de Irving. Os peritos e pesquisadores me atualizavam sobre o trabalho. À noite, levava algo para comer no quarto enquanto revisava outros materiais, também ligados ao processo. Então, um ou dois dias depois, voltava aos Estados Unidos, onde frustrava meus amigos e colegas ao contar-lhes que não havia nada muito divertido ou estimulante nessas viagens.

Em junho de 1999, voltei a Londres para mais alguns dias. Depois, fui a Berlim para participar de um congresso acadêmico. Em seguida, seguiria viagem rumo a Auschwitz para me encontrar com Richard Rampton, Heather Rogers, Robert Jan van Pelt e advogados tanto da Davenport Lyons quanto da Mishcon. O encontro tinha como objetivo oferecer aos advogados – sobretudo a Rampton – uma oportunidade de ver o local. Alguns meses antes, Ken Stern, da AJC, que havia se tornado um membro *ex officio* da equipe legal, informou a Rampton que uma visita a Auschwitz era necessária. Ken, um advogado que havia falado perante a Suprema Corte, afirmou que jamais cuidaria do processo de um assassinato sem ter acesso a uma imagem tridimensional da cena do crime. E esse era, de certa forma, um enorme caso de assassinato. Ao ouvir isso, Rampton ficou extremamente pálido. “Sei que é importante”, comentou com Ken, “mas não sei como vou conseguir enfrentar a visita”.

Embora já tivesse visitado Auschwitz diversas vezes, imaginei que daquela vez seria diferente. Inspeccionaríamos indícios físicos e documentais que demonstrassem que as afirmações de Irving sobre o campo de concentração eram falsas. Eu detestava estar em Auschwitz, mas fiquei contente com a oportunidade de poder conhecer um pouco mais sobre Rampton.

Berlim parecia o lugar adequado para dar início a essa jornada, afinal, o processo de destruição que culminou em Auschwitz tivera suas raízes na cidade. Depois de apresentar meu trabalho e em busca de um descanso dos longos debates acadêmicos, saí para “ver” a cidade. Para mim, isso era sinônimo de ir a lugares ligados aos judeus ou ao Holocausto. Embora eu admire a beleza cultural e singular da Alemanha – que, em grande parte, é espetacular –, tenho dificuldades para realmente desfrutar do país. Mesmo assim, sempre faço um esforço para visitar o renomado Museu de Pérgamo, que guarda itens fantásticos, incluindo o enorme Altar de Zeus e a famosa Porta de Ishtar da Babilônia.

Todavia, nessa viagem não fiz essas visitas, indo direto a Wannsee Haus, local da conferência de janeiro de 1942 na qual Reinhard Heydrich, subordinado de Himmler, detalhou a logística da Solução Final aos diretores dos principais ministérios do governo. Heydrich sabia que, se os burocratas não cooperassem plenamente, seria impossível implementar a Solução Final. Essa provavelmente foi a única reunião em que o processo de extermínio fora abertamente discutido diante de líderes da burocracia ministerial.

Em Wannsee Haus, uma vila na encosta do translúcido Lago Berlim, vários documentos, incluindo a carta-convite para a conferência e as minutas das deliberações, estão expostos na sala onde o encontro aconteceu. Eu já estivera ali antes, mas, de certa forma, aquela visita pareceu diferente. Pensei em como Adolf Eichmann descreveu a reunião em seu julgamento. Segundo Eichmann, Heydrich foi a Wannsee “esperando obstáculos e dificuldades consideráveis”. Para sua surpresa e deleite, os ministros transmitiram uma sensação de “concordância [...] inesperada”.² O encontro de noventa minutos foi concluído com um brinde de conhaque.

Depois de visitar a exposição, caminhei alguns metros até a praia adjacente. No que deve ser uma das cenas mas dissonantes do mundo, as pessoas nadavam, navegavam em pequenos veleiros e tomavam banho de sol naquela vila tão sombria. Comprei uma garrafa de água mineral no quiosque, encontrei um lugar à beira da água e, precisando conversar com alguém que instintivamente entendesse como a história daquele lugar estava ligada à batalha que eu vinha enfrentando, liguei para Anthony. Disse-lhe que só queria saber “como estavam as coisas”. Depois, descrevi minha vista da sala onde os burocratas alemães tomaram decisões sobre o processo da Solução Final.

Ansiosa por visitar um lugar da vida judaica – com judeus como sujeitos, e não como objetos –, fui à Nova Sinagoga de Berlim. Consagrada em 1866, em uma cerimônia da qual Bismarck, o primeiro-ministro da Prússia, participara, aquela era uma das primeiras sinagogas aprovadas pelas autoridades alemãs a ser construída em uma rua importante e não em um beco. Uma esplêndida estrutura moura com fachada de pedras e tijolos amarelos e vermelhos e uma impressionante cúpula a 50 metros de altura ostentando uma Estrela de Davi, a construção simbolizava a liberdade. Incendiada em novembro de 1938, na Noite dos Cristais, quando centenas de sinagogas alemãs foram destruídas, ela foi salva quando o chefe da polícia local conteve os ataques nazistas e ordenou que os bombeiros agissem. Hoje, uma placa celebra a coragem desse homem. Ironicamente, o grande santuário foi abalado por bombardeios britânicos em 1943 e demolido por alemães ocidentais em 1958.

Depois de anos de negligência, a fachada e o grande pórtico haviam recentemente sido restaurados. Uma área aberta de pedras espalhava-se onde o santuário estivera no passado. Pilares marcavam com precisão seus limites. Do

outro lado desse campo, em um estilo que lembrava um sítio arqueológico, pedaços do púlpito e da Arca Sagrada, resgatados nos entulhos, permaneciam em sua posição original. Algumas peças pareciam estranhamente suspensas no ar. Parada no que antes fora a entrada desse magnífico santuário e olhando para esse vazio contemporâneo, pensei nos burocratas bebendo conhaque em Wannsee. A ausência, não apenas do santuário, mas da comunidade cuja destruição eles haviam coordenado, era palpável.

JESUÍTAS, A CASA BRANCA, HOLLYWOOD E OS CENTROS DE EXTERMÍNIO

No dia seguinte, embarquei em um trem rumo à Polônia. Encontrei meu assento e peguei o relatório de 800 páginas sobre Auschwitz produzido por Robert Jan van Pelt. Aproveitei a viagem de trem para revisá-lo antes de nossa visita ao campo de concentração. Quando nos aproximávamos da Cracóvia, interrompi a leitura e passei a refletir sobre a história de minha família. Meu pai deixara a Alemanha com pouco mais de vinte anos em virtude da terrível situação econômica do país. Embora não tivesse parentes nos Estados Unidos, fora para lá. Os pais da minha mãe deixaram a Polônia pouco antes da Primeira Guerra Mundial. E se não tivessem feito isso? Via de regra, eu achava essas hipóteses históricas inválidas, mas, conforme seguia rumo ao leste, ficava difícil não ter esses devaneios, mesmo que apenas rapidamente. Quando o trem parou na estação, senti-me tomada por uma determinação profunda de lutar com todo o meu coração.

Cheguei à Cracóvia antes do resto do grupo. Depois de me instalar no hotel, telefonei para o padre Stanislaw Musial, um jesuíta que eu conhecera em 1989 no cemitério atrás da Sinagoga Remah, construída no século XVI na Cracóvia. O cemitério abriga os restos mortais tanto de acadêmicos judeus quanto de outros judeus cujas identidades foram apagadas pela história. Musial estava com um pequeno grupo de turistas. Quando me viu analisando sobriamente uma das lápides, falou com olhos marejados: “Sinto muito por só se deparar com cemitérios e lugares de extermínios quando você nos visita”.

Padre Musial fora secretário da Comissão Episcopal Polonesa para o Diálogo com o Judaísmo. Nessa posição, escreveu declarações sobre o papel da Igreja durante o Holocausto. Era muito respeitado por aqueles que participavam dos diálogos católico-judaicos. Porém, tudo mudou durante uma disputa envolvendo uma cruz de seis metros erguida por freiras carmelitas em um convento em Auschwitz. Os judeus se colocaram contra a cruz, alegando que ela dava ao campo de extermínio um caráter distintivamente cristão. Musial, que participou das negociações para tentar resolver o problema, rompeu com muitos líderes católicos da Polônia ao escrever: “Nunca seremos capazes de enfatizar o

suficiente que o destino dos judeus durante a última guerra foi incomparavelmente pior do que o de qualquer outra nação”. O arcebispo polonês, Cardeal Jozef Glemp, tomou uma posição claramente diferente. Apoiando-se no estereótipo do judeu tradicional, afirmou que os judeus se consideravam “um povo acima de todos os demais” e que o poder judaico encontra-se “na mídia de massa, que está facilmente à disposição [deles] em muitos países”.³ Outros clérigos poloneses ecoavam suas visões. Em uma aparição na TV, Padre Musial criticou líderes da igreja por sua posição e pediu um diálogo com os judeus. Acadêmicos que se debruçam sobre esse debate descreveram os comentários de Musial como uma “notável mudança de tom”, particularmente se considerarmos que eles vinham de um clérigo polonês.⁴ Essa mudança de tom não o favoreceu diante de seus superiores. Pouco tempo depois, Padre Musial foi enviado para cuidar de uma casa de repouso para mulheres senis. E observou com ironia: “Eles perdoam tudo, menos ataques aos bispos”. Muitos de seus colegas padres passaram a evitá-lo. A editora jesuíta recusou-se a deixá-lo escrever a introdução de um livro sobre judeus e cristãos na Polônia, muito embora o professor americano responsável por editar a obra tivesse recomendado seu nome. Padre Musial também deixou de ser convidado para conferências.

Passamos a tarde andando por Kazimierz, a antiga área judaica de Cracóvia, cuja praça central aparecera tão proeminentemente no filme *A Lista de Schindler*, de Steven Spielberg. Membros da comunidade judaica da Cracóvia paravam o padre Musial o tempo todo para cumprimentá-lo e lhe desejar boa sorte. Quando ele pediu um café em uma lanchonete do centro cultural judaico, o gerente recusou-se a nos deixar pagar.

O padre parecia internalizar a tragédia da *Shoah*. Durante o café, descreveu sua vergonha por, em lugares como a França, os líderes católicos romanos se sentirem compelidos, tanto tempo depois do Holocausto, a se desculparem pela falha da Igreja em não ajudar as vítimas judias. Aquele padre católico, que vivera a maior parte da vida sob o comunismo, apontou, com um claro toque de ironia: “Os comunistas franceses não precisavam se desculpar. Não tinham nada pelo que se desculpar”.⁵ Padre Musial achava a falha da Igreja, sobretudo quando comparada aos registros comunistas, “profundamente constrangedora”.

Quando chegou a hora de nos despedirmos, falou: “Continue forte”. Expliquei-lhe que ambos estávamos lutando, mas que sua luta era muito mais solitária do que a minha. Eu recebia apoio de muitas direções, enquanto Musial era impedido de participar justamente do diálogo que ele havia alimentado. Ademais, agora estava forçado a trabalhar em um asilo para pessoas com demência. “Não”, o padre me assegurou, “isso também é um trabalho de Deus. Estou em paz com minha consciência. Antes, minhas mãos estavam atadas; agora, estou livre. Posso

dizer qualquer coisa”. Musial havia falado a verdade aos poderosos.

Depois de me despedir do padre, andei pela Cracóvia. Era um belo dia, ensolarado e claro, o tipo de dia que eu acreditava ser atmosfericamente impossível em um lugar tão próximo a Auschwitz. A cidade estava decorada com bandeiras amarelas e brancas – as cores do Vaticano – em virtude da futura visita do papa. Fui andando até o Rio Vístula, onde minha avó, que viera da Cracóvia, dançava com seus colegas do colégio numa época em que posteriormente chamaria de “a era de ouro”.

De lá, fui à Praça do Mercado Principal, ponto central da cidade medieval. A área imensa é dominada pela prefeitura, uma construção do século XVII. Sentei-me em uma das pequenas mesas dobráveis na praça, pedi um café e comecei a escrever em meu diário quando meu celular tocou. A pessoa do outro lado da linha identificou-se como um membro da equipe da Casa Branca. Acreditando ser um de meus amigos me passando um trote, respondi: “Claro, até parece”. Insistindo que realmente trabalhava para a equipe da Casa Branca responsável pela agenda do presidente, o homem me pediu para retornar a ligação para eu ter certeza de que não era trote. Depois, informou-me que o Presidente Clinton havia me renomeado para um segundo mandato no Conselho do Memorial do Holocausto dos Estados Unidos. Eu tinha acabado de voltar a escrever em meu diário quando o celular tocou outra vez. Um produtor de cinema, que ouvira sobre o processo, queria saber se eu tinha negociado com alguém os direitos para um filme sobre minha história. Impressionada ao me dar conta de que ele achava minha história digna de um filme, falei que achava prematuro até mesmo pensar naquele assunto.

—

Na manhã seguinte, parti para Auschwitz com Veronica Byrns, uma advogada do escritório Mishcon. Quando estacionamos em frente ao campo, Heather, Robert Jan e Mark, advogado da Penguin, já nos aguardavam. No momento em que saí do carro, Rampton anunciou: “A-há, aí está a autora do nosso infortúnio”.

Começamos nossa visita pelos arquivos. Quando entramos, as plantas arquitetônicas detalhadas dos crematórios já estavam expostas sobre a mesa. Algumas delas tinham sido desenhadas por internos, os quais, apontou Robert Jan, assinavam com seus números de prisioneiros em vez de usarem seus nomes. Só consegui pensar na observação de Primo Levi sobre essa época em Auschwitz, quando um número foi tatuado em seu braço: “Apenas um homem é digno de um nome”.⁶

Robert Jan enfatizou que todas as decisões ligadas ao campo tinham implicações na planta física: se prisioneiros tivessem de ser abrigados, barracões eram necessários; se eles fossem despojados de seus pertences, armazéns eram

necessários para separar esses bens. E, se pessoas seriam mortas, um método financeiramente eficaz tinha de ser criado com esse propósito.⁷ Olhando para os desenhos, lembrei-me de uma fotografia de 1943 que mostrava os arquitetos e engenheiros responsáveis por projetar e construir Auschwitz. Antes da guerra, alguns tinham sido arquitetos civis e engenheiros urbanos. Um deles tinha estudado na Bauhaus, na Alemanha. Na imagem, eles sorriam, aparentemente orgulhosos. Em minha mente, tentei ligar os rostos dos homens na fotografia aos projetos diante de meus olhos.⁸ A existência daquelas plantas arquitetônicas era um acaso. O que aconteceu foi o seguinte: enquanto os soviéticos se aproximavam de Auschwitz, em janeiro de 1945, os alemães destruíram o centro de comando do campo e, com ele, grande parte da documentação sobre o aparato de extermínio. Em meio à confusão, esqueceram-se do escritório de construção do campo. Seus arquivos guardavam material documental consistente, incluindo desenhos dos crematórios.⁹ Manchados e rasgados, esses papéis tinham escritos e comentários a lápis.

Rampton fez a Robert Jan perguntas sobre portas, janelas, elevadores e capacidade de incineração. Sentada diante dos arquivos dos maiores centros de extermínio do mundo, senti como se estivesse observando a defesa de uma dissertação. Robert Jan explicou que, antes de se tornar um lugar de extermínio, Auschwitz era um campo de concentração. Crematórios eram necessários para livrar-se dos cadáveres de prisioneiros. Essas estruturas foram criadas de acordo com o código de construção civil alemão, assim, os arquitetos eram obrigados a incluir salas de autópsia, muito embora as autoridades de Auschwitz não as tivessem requisitado. Posteriormente, os médicos – Mengele é o mais conhecido – passaram a usá-las para experimentos médicos.

Quando Birkenau, um campo satélite adjacente a Auschwitz, foi transformado em centro de extermínio, os dois crematórios ali existentes (conhecidos como cremas 2 e 3; o crema 1 ficava em Auschwitz) foram redesenhados. Os necrotérios foram transformados em câmaras de gás. Em dezembro de 1942, Walther Dejaco, assistente do chefe do escritório de construções de Auschwitz, projetou as reformas necessárias para a inclusão de câmaras de gás. Dejaco, que estava em um ponto alto o suficiente na hierarquia da SS para ser encarregado da realização dessas mudanças, substituiu a rampa onde ficavam os cadáveres, originalmente criada para levar os corpos ao necrotério, por uma escada. Robert Jan apontou: “Os cadáveres deslizam pela rampa. Pessoas vivas podiam andar rumo à morte”. A escada levava a uma sala de despir; a sala de despir, por sua vez, levava à câmara de gás.¹⁰ Em janeiro de 1943, Dejaco também projetou duas novas câmaras de gás, os cremas 4 e 5. Como não eram prédios que já existiam e precisavam ser reformados, foram construídos com o objetivo de funcionar de modo mais eficiente. Toda a estrutura tinha apenas um

piso, de modo que os corpos pudessem ser levados diretamente ao crematório. O telhado da câmara de gás era mais baixo do que o do restante do prédio, permitindo uma economia de gás. Rampton perguntou por que essas instalações não podiam ser necrotérios. Robert Jan apontou para o sistema de aquecimento e perguntou: “Por que alguém aqueceria um necrotério?”¹¹

Nos projetos dos cremas 4 e 5, havia janelas de 30 por 40 centímetros através das quais o Zyklon B era lançado. Robert Jan nos mostrou uma ordem de fevereiro de 1943 do Escritório de Construção de Auschwitz requerendo a “produção de 12 portas com vedação de gases [janelas] com cerca de 30 a 40 centímetros”. Ele então nos guiou dos arquivos até uma pequena sala de armazenamento, na qual havia três janelas velhas de 30 por 40 centímetros. Os restos de vedação para gases eram visíveis nas bordas. As janelas eram fechadas pelo lado de fora, um arranjo claramente nada prático para nenhuma sala, a não ser que se quisesse que quem estivesse no interior não conseguisse abri-las. Os desenhos, ordens de serviço e restos das janelas compunham um exemplo simples, mas impressionante, de confluência de indícios.

Por volta do meio-dia, fomos à lanchonete. Auschwitz é um ponto turístico, e todo lugar desse tipo deve ter uma instalação para as pessoas se alimentarem. Ninguém falava nada. Todos cuidadosamente evitavam discutir o que tínhamos acabado de ver. Discretamente comentei com Heather, que estava pálida e abalada, que, segundo a tradição judaica, nenhum objeto é inerentemente bom ou ruim. Um cirurgião pode usar uma faca para salvar vidas, mas a mesma faca pode ser usada para matar alguém. Arquitetos usam suas habilidades para criar coisas maravilhosas, mas os arquitetos de Auschwitz usaram suas habilidades para propósitos decididamente diferentes. Depois do almoço, visitamos Auschwitz I, a área do campo de concentração do complexo de mesmo nome. Ao longo do dia, Rampton focou-se no assunto, fazendo uma gama de perguntas sobre o campo.

Tínhamos combinado de passar a noite em um albergue em Auschwitz. Quando chegamos, descobrimos que não havia quartos para todos nós. Contento por não ter de passar a noite tão perto do campo, ofereci-me para retornar com Veronica a Cracóvia. Robert Jan insistiu que bebêssemos alguma coisa antes. Rampton pareceu feliz com a sugestão. Entramos em nossos carros e fomos a um bar da cidade, que Robert Jan garantiu ser um lugar agradável: “Ótima vodca, boa comida”. Falei a Robert Jan que, embora eu esperasse que ele soubesse muito sobre o campo, não esperava que também tivesse expertise em bares de Auschwitz. Ele explicou que era impossível ficar muito tempo fazendo pesquisas ali sem encontrar um lugar para tomar uma boa bebida.

Depois de algumas taças de vinho, Veronica e eu voltamos a Cracóvia. Jantamos na praça central de Kazimierz, a antiga área judaica. Restaurantes modernos e clubes de jazz haviam nascido próximo às sinagogas do século XVI.

Foi ali que os nazistas deram início à aniquilação do gueto. Durante o jantar, contei a Veronica que, em minhas viagens a Londres, quando me via atormentada pela diferença de fuso-horário, eu assistia a partidas de críquete, muito embora não entendesse o jogo; Veronica, uma viciada no esporte, explicou-me as regras. Em meio a sua explicação, minha mente começou a vagar e me dei conta de que não estava realmente interessada no jogo. Eu precisava, apenas por uma noite, esquecer Auschwitz-Birkenau e sua história.

PERÍCIA, NÃO MEMÓRIAS

Na manhã seguinte, encontramos-nos na entrada de Birkenau, o campo de extermínio. Robert Jan sugeriu que começássemos andando pelo lugar. De forma bastante severa, Rampton instruiu: “Só peça coisas que façam o caso avançar. Esta não é uma viagem de memórias. É uma perícia”. Fiquei espantada em como ele aparentemente conseguia separar tão claramente uma coisa da outra. Robert Jan achava que andar por ali era válido no sentido de nos dar uma dimensão da enormidade do campo. Muito contrariado, Rampton concordou. Eu tinha visitado Birkenau diversas vezes e subido na principal torre de guarda, de onde é possível ver toda a extensão do campo. Contudo, nunca havia contornado todo o perímetro. A caminhada me deu uma perspectiva mais tangível do tamanho. Enquanto percorríamos o lugar, refleti sobre o comentário de Rampton sobre aquela não ser uma viagem de memórias. Assuntos voltados à perícia claramente dominariam nosso dia. Tínhamos escolhido Rampton porque ele era um *barrister* de primeira linha, porém, eu não entendia como era possível uma viagem a um lugar como aquele não ter um elemento de memória, sobretudo para um marinheiro de primeira viagem. Tentei convencer-me a ficar satisfeita com seu foco unidimensional.

—

No campo feminino, paramos nos galpões da morte. As mulheres enviadas para as câmaras de gás ficavam ali até serem mortas. São galpões escuros, úmidos, com camas enfileiradas em vários degraus e praticamente nada mais. Robert Jan explicou que os alemães esperavam até haver pessoas suficientes para ligarem a câmara de gás, pois assim a operação seria mais eficaz – ou seja, requeria menos gás e as pessoas morreriam mais rapidamente. Além disso, não era econômico colocar o crematório em funcionamento até haver um número substancial de corpos para serem cremados. Como seriam mortas, aquelas pessoas não recebiam alimento ou água. Nosso grupo normalmente tagarela permaneceu em silêncio. Enquanto saíamos dos galpões, Rampton tropeçou e deixou escapar um palavrão. Fumante e com uma preferência pela marca

francesa Gitanes, imediatamente acendeu um cigarro. Quanto terminou de fumar, acendeu mais um.

Deixamos os galpões da morte e fomos à estrutura de dedetização, onde as roupas eram desinfetadas com Zyklon B, o mesmo gás utilizado para matar pessoas. Essa era a construção onde Leuchter havia encontrado uma concentração maior de resíduos em relação às câmaras de gás. Rampton perguntou a Robert Jan sobre as conclusões de Leuchter. Conforme as perguntas se tornavam mais agressivas, eu me sentia cada vez mais desconfortável. Ele parecia exigir que Robert Jan provasse que pessoas eram mortas nas câmaras de gás.¹² Por fim, Rampton perguntou impaciente: “Não está na hora de especialistas de confiança realizarem um abrangente estudo científico deste lugar?” Fiquei impressionada com a aparente convicção de Rampton de que precisávamos de um estudo científico para “provar” que as câmaras de gás eram fábricas de extermínios. Incapaz de me conter, explodi: “Por que precisamos de estudos científicos? Temos indícios”. Rampton me olhou duramente e, com um tom que transmitia sua irritação, falou: “Desculpe, mas eu preciso saber”. Não falei nada, mas, por dentro, estava tremendo. Incapaz de entender por que Rampton estava fazendo aquelas perguntas a Robert Jan, fiquei mais atrás do grupo.

Deixamos a estrutura de dedetização e seguimos para o que restava do crema 4. Emocional e fisicamente exausta, sentei-me em uma das muretas. Só conseguia pensar que aquele julgamento estava fadado a deixar de ser um exame dos abusos dos registros históricos cometidos por Irving e se transformar em um debate sobre a existência do Holocausto. E o pior: eu não podia fazer nada para mudar isso.

Estava aterrorizada. Birkenau é um lugar horrível em qualquer circunstância. Agora parecia totalmente insuportável. Quando Heather aproximou-se de mim, não consegui evitar e disse de forma bem direta: “Se isso se transformar em um julgamento sobre a existência do Holocausto, estou fora”. Não tinha ideia do que queria dizer com “estou fora”, mas disse aquilo mesmo assim, mesmo que, àquela altura, eu não pudesse parar o processo legal. A resposta de Heather veio carregada de empatia: “David Irving não está ligado a uma investigação honesta. Demonstrar isso para a corte é o ponto central do julgamento”. Ela me garantiu que a equipe legal não permitiria que o julgamento se transformasse em um debate com os negacionistas, que eu tão veementemente evitara por tantos anos. “Todos os envolvidos nesse caso reconhecem que não pode ser assim”. Combinado com sua empatia, seu jeito calmo, porém enérgico, reconfortou-me um pouco.

Em seguida, fomos inspecionar as pequenas casas rurais que funcionaram como as primeiras câmaras de gás. Para isso, tivemos de atravessar uma vala de drenagem úmida. Havia um ressalto de concreto com uma cerca de alambrado

ao lado da vala. Tentando não cair na água lamacenta, segurei-me firmemente junto à cerca. Os mosquitos voando sobre a água parada começaram a atacar e eu não tinha uma mão livre para enxotá-los. Quando chegamos ao outro lado, meu rosto e meus braços estavam cheios de marcas vermelhas.

Mais perto do fim do dia, quando nos encontrávamos nas ruínas do crema 2, delicadamente expliquei que não podia ir àquele lugar e não realizar um ato de homenagem. Com a advertência de Rampton sobre termos um objetivo legal – e sobre aquela não ser uma visita “de memórias” – ainda ecoando em meus ouvidos, constrangidamente convidei os demais a se unirem a mim em uma prece. Reunimo-nos em volta dos restos das câmaras de gás. Recitei a tradicional prece judia aos mortos, o *El molei rachamim*, “Ó Deus misericordioso”, pedindo para que aqueles que tanto sofreram naquele lugar encontrassem um descanso cheio de paz sob asas acolhedoras no paraíso. Depois de recitá-la em inglês, repeti, mesmo preocupada com o tempo, em hebraico. Fiquei surpresa ao ouvir outra voz me acompanhando. Ergui o olhar e vi Robert Jan de cabeça baixa e repetindo as palavras. Somente então me dei conta de que era judeu. Preocupada com a possibilidade de estar atrapalhando a perícia, passei a orar quase sem fôlego. Ninguém disse nada enquanto voltávamos a nossos carros.

Pelo caminho, passamos pelo convento carmelita e pela cruz. Paramos no albergue onde o restante do grupo havia ficado. Enquanto estávamos sentados no bucólico jardim, esperando todos pegarem suas malas, o celular de Rampton tocou. Era sua esposa, Carolyn. Não consegui deixava de ouvi-lo dizer: “Acabei de voltar do que certamente é o lugar mais horrível na face da Terra. Mas conversaremos sobre isso quando eu voltar”. Com isso, ele se despediu e voltamos a falar da perícia.

Algumas horas mais tarde, depois de uma passagem rápida em nosso hotel na Cracóvia para um tão necessário banho e troca de roupas, reunimo-nos para jantar em um restaurante perto da Praça do Mercado Principal. Rampton, que tinha uma paixão por uísques bons e vinhos ainda melhores, pediu algumas garrafas de vinho para nossa mesa. Ninguém recusou. Embora tentássemos falar de outras coisas, a conversa sempre voltava a Auschwitz. Rampton apontou que não havia espaço no mundo civilizado para um lugar daquele tipo, nem mesmo como atração turística. Comentou que, se tivesse sido chamado para desenhar as plantas arquitetônicas, provavelmente obedeceria: “Porque sou um covarde”, afirmou. Ninguém falou nada, e ele prosseguiu: “Por que eu tive que ver esse lugar? Não foi para aprender nada, mas para ficar consternado. [...] No tribunal, terei de rememorar este lugar”. Mark Bateman, o advogado da Davenport Lyons, disse-me em um tom apologeticamente: “Sei que algumas de nossas perguntas podem ter parecido insensíveis, mas tivemos de fazê-las para nos prepararmos para o julgamento”. Agradei por sua preocupação, afirmei que entendia e, em seguida, engoli vários copos de vodka gelada.

Bem cedo na manhã seguinte voamos de volta a Londres. Fui direto ao escritório da Mishcon, no qual, em uma sala de reuniões no subsolo, preparei-me para assistir a vídeos dos discursos de Irving. Em uma das fitas, Irving declarava que era hora de “afundar o encouraçado Auschwitz”. Suas declarações eram recebidas com risos por seu público. Uma fita mostrava um desfile e uma marcha neonazista em Halle, cidade natal de Reinhard Heydrich (que presidiu a reunião em Wannsee), na Alemanha Oriental. Filas de *skinheads* marchavam diante de Irving. Suas jaquetas de couro, cintos cravejados com metal e peças de vestuário da Dr. Martens contrastavam com o terno escuro de Irving. Alguns levavam a *Reichskriegsflagge*, a bandeira do Reich, que é comumente usada por manifestantes alemães no lugar da suástica nazista, que foi banida. Quando Irving se levantou para falar, a multidão interrompeu seu discurso com gritos de “*Sieg Heil! Sieg Heil!*” Irving tentou acalmá-los com um aviso de que aquilo não ajudava a causa do grupo.

Desliguei o vídeo e fiquei sentada, em silêncio, por alguns momentos, tentando processar aquelas cenas horríveis. Fui, enfim, ao escritório de James e disse-lhe que visitaria o Museu Britânico para ver a exposição dos assírios. James parecia perplexo. “Por que você vai visitar uma exposição quando há tanto material que quer revisar?” Expliquei que, no século VIII AEC, o rei Senaqueribe construiu um palácio maravilhoso em Ninive. Ele se vangloriava de lançar lixo em “cidades sem número em Judá” e receber muitas homenagens do rei israelita Ezequias. “Mas por que...”, James insistiu, ainda confuso, “visitar essa exposição *agora*?” Conte-i o que minha amiga Grace Grossman, curadora de um importante museu judaico, me dissera antes de eu ir a Londres: “Certa vez, os assírios tentaram destruir os judeus. Hoje, o que sobrou deles está em museus. Nós continuamos aqui. Lembre-se disso quando estiver diante de David Irving”.



Pouco depois que voltei para casa, o *New York Times* publicou um artigo sobre o processo. Eu sabia que a matéria estava sendo produzida e a aguardava com certa ansiedade. Acreditando ser crucial que o *New York Times* contasse a história verdadeira, Anthony e eu decidimos conversar com a publicação. Aquela seria nossa primeira cobertura importante. Abri o jornal na seção “Arts and Ideas” e vi a manchete: “LEVANDO UM CÉTICO DO HOLOCAUSTO A SÉRIO”.

Irving, um “cético” do Holocausto? Certamente qualquer repórter que fizesse uma breve pesquisa sobre ele saberia que era muito mais do que um cético. Ciente de que a manchete nem sempre transmite o verdadeiro conteúdo do que está por vir, li o artigo. Nesse caso, a manchete realmente refletia o conteúdo do texto, que abria com uma pergunta: “Um escritor que acredita que o Holocausto é uma fraude pode ser um grande historiador?” Escrito por Don Guttenplan, um freelancer que vive em Londres e fazia sua primeira contribuição ao jornal, a

matéria propunha que o processo “apresenta perguntas incômodas sobre a prática da história”. Irving havia dito a Guttenplan que “nunca existiram câmaras de gás em Auschwitz”. Segundo Irving, isso não o tornava um negacionista porque seus comentários “são verdades”. Irving também dissera a Guttenplan: “Talvez seja ruim para a professora Lipstadt o fato de ser ela a arrastada para a linha de fogo e fuzilada”. Guttenplan pareceu inabalado pelas imagens de Irving e publicou essas declarações um tanto assustadoras.

O jornalista também foi em busca de comentários de outros historiadores. Raul Hilberg declarou: “Não gosto de tabus”. Mark Mazower, da Princeton, insistiu que os historiadores não podem se restringir àqueles com quem são “intelectualmente semelhantes”. Esses comentários me levaram a questionar como Guttenplan havia lhes apresentado o caso. Eu certamente não estava tentando impor um tabu nem silenciar Irving; aliás, era Irving quem tentava fazer isso comigo. Minhas críticas a ele não tinham nada a ver com diferenças intelectuais, como o Mazower sugeria. A não ser, é claro, que, da perspectiva de Mazower, minhas críticas ao negacionismo do Holocausto e ao antissemitismo de Irving de alguma forma nos tornassem *intelectualmente* opostos. Guttenplan havia ouvido de Anthony e de mim sobre os pontos específicos em que Irving havia claramente distorcido indícios do Holocausto e ainda assim retratava o caso como se fossem dois historiadores brigando por interpretações históricas distintas. Parecia-me que o desejo calculado de ser imparcial ou simplesmente polêmico assolara seu conhecimento dos indícios.

Cerca de uma semana depois, Guttenplan ligou para perguntar nossa reação ao artigo. Anthony não poupou palavras: “Deborah achou horrível. E eu também”. Pouco tempo depois, Guttenplan entrou em contato comigo para admitir que eu tinha “motivos” para estar nervosa com ele. Afirmou que historiadores se mostraram com receio, por causa da reputação litigiosa de Irving, de serem citados na matéria. Por isso, o artigo acabou favorecendo Irving. Seu primeiro esboço, afirmava Guttenplan, apresentava uma reflexão mais acurada de minha posição. Mas sua editora no *Times*, Patricia Cohen, achou que ele estava pendendo demais para um lado, o que ele interpretou como uma exigência de mais equilíbrio. Ele me confessou que a combinação do pedido de Cohen com sua própria tentativa de fazer parecer que “dois judeus estavam tentando ser justos” o fez inclinar-se demais para um lado.¹³ Fiquei impressionada com o fato de Guttenplan ter se mostrado disposto a se autocensurar por ser judeu e por atribuir o mesmo sentimento à sua editora no jornal.

O incidente me fez lembrar que aquilo que parecia tão evidente para mim, sobre a essência do processo, não era tão imediatamente óbvio para os outros, mesmo quando se tratava de um repórter do *New York Times*.

Timothy Daniell, *A Literary Excursion to the Inns of Court in London* (Londres: Wildy & Sons Ltd, 1971).

Documents on the Holocaust: Selected Sources on the Destruction of the Jews of Germany and Austria, Poland and the Soviet Union, ed. Y. Arad, Y. Gutman e A. Margalio (Jerusalém: Ktav, 1981), pp. 249–61. Christopher Browning, “Wannsee Conference”, *Encyclopedia of the Holocaust* (Nova York Facts on File, 1990), pp. 1591–94.

John T. Pawlikowski, “The Auschwitz Convent Controversy: Mutual Misperceptions”, *Memory Offended*, ed. Carol Rittner e John K. Roth (Nova York Praeger, 1991), pp. 65–66.

Wladyslaw T. Bartoszewski, *The Covenant at Auschwitz* (Nova York G. Braziller, Inc., 1990), p. 50.

De fato, durante os primeiros anos da ocupação alemã, os comunistas franceses permaneceram em silêncio sobre o antissemitismo, tratando-o como um subproduto do capitalismo. Durante a guerra, participaram da resistência ativa e, com isso, ajudaram alguns judeus a escapar da deportação. Susan Zuccotti, *The Holocaust, the French, and the Jews* (Nova York Basic Books, 1993), pp. 139–40.

Primo Levi, *Survival in Auschwitz* (Nova York Touchstone, 1993), p. 42.

Deborah Dwork e Robert Jan van Pelt, *Auschwitz: 1270 to the Present* (Nova York W. W. Norton, 1996), p. 320 e *passim*.

Ibid. p. 334.

Cópias desses documentos também eram guardadas em Berlim, na sede da ss. Quando os Aliados bombardearam essa estrutura, os documentos foram destruídos. *Ibid.* p. 320 e *passim*.

Ibid. p. 324.

Ibid. placa 18.

Autoridades polonesas conduziram vários estudos sobre o aparato de extermínio de Auschwitz. Em 1945, encontraram traços de cianeto nas tampas de ventilação do crematório e em sacolas de cabelos. Em 1994, encontraram traços na sala de dedetização e nas câmaras de gás. Também testaram áreas do campo onde o Zyklon B não havia sido introduzido. Queriam avaliar se havia cianeto aleatoriamente nas paredes ou se, pelo fato de o campo ter sido dedetizado, os resíduos continuavam presentes. Não encontraram resíduos. Jan Markiewicz, Wojciech Gubala, Jerzy Labedz, “A Study of the Cyanide Compounds Content in the Walls of the Gas Chambers in the Former Auschwitz and Birkenau Concentration Camp”, *Problems of Forensic Science*, vol. 30 (1994), p. 19ff. conforme citado em Robert Jan van Pelt, *Expert Opinion, IvP&DL* (doravante *Van Pelt Report*), parte 4, seção 9, pp. 545–50. *Van Pelt Report* disponível em www.hdot.org, “Evidence” (acesso em 20 de fevereiro de 2004).

New York Times, 26 de junho de 1999; D. D. Guttenplan à autora, Londres, 12 de outubro de 1999.

CAPÍTULO 4 MUDANÇA DE OBJETIVOS

“Um emaranhado de distorções, supressões e manipulações tornou-se evidente em todo exemplo que examinamos”. Era assim que Richard Evans descrevia, nas primeiras páginas de seu relatório de perícia, sua incursão pelos escritos de Irving sobre o Holocausto. No parágrafo seguinte, admitia ter sido pego de surpresa: “Eu não estava preparado para o tamanho da duplicidade que encontrei no tratamento que Irving dispensa às fontes históricas, tampouco para a maneira como sua desonestidade permeou toda a sua produção escrita e oral. [...] Seus inúmeros erros [...] são calculados e deliberados”. Evans e seus pesquisadores, Nik e Thomas, que, à conclusão do relatório, no verão de 1999, haviam trabalhado no caso por dezoito meses – muito mais tempo do que qualquer um acreditava ser necessário –, não precisavam contrastar as distorções de Irving com seu uso de métodos legítimos de investigação histórica. E não precisaram fazer isso porque encontraram distorções em “todos os exemplos [por eles] examinados”. Depois de detalhar diversos exemplos de prevaricações históricas de Irving com relação ao Holocausto e ao bombardeio de Dresden, Evans escreveu: “Se usarmos o termo ‘historiador’ para descrever alguém preocupado em descobrir a verdade sobre o passado e dar-lhe uma representação o mais correta possível, então Irving não é um historiador. [...] Irving é essencialmente um ideólogo que usa a história [...] com o objetivo de divulgar seus propósitos políticos”. Evans concluiu que “nem um dos livros, discursos ou artigos de Irving, nem um parágrafo, nem uma sentença em nenhum deles, podem ser considerados adequados a uma representação do objeto histórico. Todos são completamente inválidos do ponto de vista da história”.¹

Enquanto eu terminava de ler o relatório de 740 páginas, pensei no nosso jantar no ano anterior, quando Evans havia tão sumariamente descartado minha sugestão de alegar na corte que David Irving não era um historiador. Evans não achava produtivo argumentar que o autor de mais de 20 livros sobre a história não fosse um historiador. O encontro com os indícios, todavia, resultou na surpresa de Evans e na crítica devastadora ao trabalho de Irving. Evans não permitia que sua opinião pessoal nem sua popularidade afetassem as informações objetivas à sua frente, e assim, eu lembrava a mim mesma, era como os verdadeiros historiadores trabalhavam.

Quase vertiginosa, tamanha a minha animação, esbocei um e-mail de parabéns a Evans, com cópia para James. Preocupada com a possibilidade de soar como uma americana entusiasmada, adotei o que imaginei ser o tom reservado dos britânicos. “Parabéns pelo relatório. Ficou muito bom”. James logo respondeu: “De que você não gostou no relatório de Evans?”. “De nada”, respondi. Depois de alguns e-mails, o mistério foi solucionado. Para dizer que o relatório estava muito bom, usei a expressão “quite good”. Para os britânicos, o termo “quite” transmitia a ideia de um falso elogio. Apressei-me em retificar a situação com um breve e-mail: “Um trabalho historiográfico esplêndido”.

Posteriormente, enquanto cruzava o campus da Emory, encontrei meu colega Mel Konner e alegremente contei-lhe que Evans já não considerava Irving um historiador. Mel ficou surpreso – não com as conclusões de Evans, mas com minha alegria. “Você sabia que Irving não era um historiador de credibilidade quando escreveu seu livro”. Senti-me reprimida, até ligeiramente ingênua. Mel estava certo. Evans só havia confirmado o que eu há muito tempo sabia ser verdade. Tentei encontrar uma explicação para isso. “Quando conheci Evans, ele suspeitava que a minha avaliação de Irving fosse exagerada. Agora, depois de ter feito a pesquisa, sabe que eu estava certa.”

Minha explicação era plausível, mas insuficiente. Cheguei à conclusão de que o relatório de Evans representava uma espécie de validação, uma resposta subjetiva a estudiosos que subestimavam o negacionismo do Holocausto promovido por Irving, tratando-o como apenas uma peculiaridade infeliz. As descobertas de Evans também confirmavam que ignorar as acusações de Irving, como alguns sugeriam, não era uma opção.

Em um nível mais pessoal, o relatório de Evans veio no mais oportuno dos momentos. Eu me sentia esmagada pelo caos que aquela briga judicial infligia em mim. Tinha deixado de lado minha nova pesquisa e pilhas de material que já havia coletado. Minhas repetidas viagens de última hora a Londres me deixavam exausta. Apesar de Herb Friedman, que ainda levantava dinheiro para o fundo, dizer diversas vezes para eu não me preocupar, eu estava *muito* preocupada com a possibilidade de não ter fundos para levar aquela luta até o fim. E também preocupada em deixar minha mãe, já idosa, enquanto passasse quatro meses em

Londres. Ademais, um número cada vez maior de sobreviventes me dizia: “Estamos contando com você para proteger a nossa história”. Para mim, aquela reação era exagerada. Mesmo se eu perdesse, a história deles não seria afetada. Nenhuma pessoa ou grupo de pessoas era capaz de fazer isso. Mesmo assim, tais comentários geravam em mim um pesado senso de responsabilidade. E me faziam perder o sono à noite. Eu só conseguia pensar que, por causa dos caprichos do sistema legal britânico, havia a chance de perdermos o processo. Para colocar de forma direta, eu estava cansada, nervosa e com medo, e o relatório de Evans – além de ser um excelente trabalho de pesquisa – foi o impulso de que eu necessitava e veio justamente no momento em que eu mais precisava.

Forcei-me a ignorar os cétricos e manter a mente ocupada com os muitos colegas e amigos que inquestionavelmente estavam ao meu lado. Muitas pessoas vinham contribuindo com o fundo da defesa, mesmo sem pedirmos nada. A Emory – tanto a administração quanto meus colegas – continuavam oferecendo todo tipo de apoio. Conteí a uma colega que planejava usar minha licença sabática já previamente agendada para enfrentar o julgamento. Ela apontou que os dois conceitos – sabático e julgamento – eram um contrassenso e me estimulou a pedir uma licença remunerada. Quando conversei sobre isso com a reitora, ela imediatamente concordou: “Sabáticos não são para enfrentar julgamentos. Vamos tratar a situação como se você estivesse dando seu curso regular, mas sua sala de aula vai ser um tribunal britânico”. Em setembro, quando os cursos da primavera começavam a ser agendados, ela me ligou. “Será que você poderia indicar alguém para dar as suas aulas sobre o Holocausto enquanto estiver em Londres?” Explicou que a administração da universidade sentia que não era suficiente apenas me apoiar. E prosseguiu: “Se as suas aulas não forem dadas, privar os alunos da oportunidade de estudar essa matéria seria uma espécie de vitória para Irving”. Quando, em busca de candidatos, liguei para colegas de outras universidades, eles ficaram impressionados. “A reitoria ofereceu sem você pedir? É inacreditável!”, um amigo exclamou.

E, obviamente, minha equipe legal continuava sendo minha base de apoio. Na véspera do Yom Kippur, Anthony ligou para me cumprimentar. Parafraseando o cumprimento judeu tradicional, disse, com um tom solene: “Que você seja inscrita nos Livros do Juízo Celeste e Terreno no ano que se inicia”.

Algumas semanas depois, Irving enviou uma oferta de acordo. Seus termos eram simples. A Penguin e eu pagaríamos 500 libras cada para uma instituição de caridade que cuidava de deficientes, tiraríamos meu livro de circulação e nos desculparíamos publicamente. No mesmo instante, disse a Anthony para rejeitar. “O único acordo que posso aceitar é ele reconhecer que não tem fundamentos para abrir esse processo porque tudo o que eu disse é verdade. E nem se nevar no inferno vamos aceitar essa oferta de acordo”, falei.

Embora eu soubesse que jamais aceitaria o acordo, temia que a Penguin pudesse se sentir tentada. Os custos com o processo haviam aumentado vertiginosamente. Um julgamento de três a quatro meses, que era o que os advogados previam, empurrariam os gastos a níveis estratosféricos. A seguradora da Penguin estava pagando as contas, mas, em algum momento, podia deixar de pagar. Enquanto esperávamos a decisão da editora, Rampton ligou para me dizer que, se eles aceitassem o acordo e deixassem o processo, ele me representaria, e *pro bono* se necessário. Logo depois, a Penguin informou a Rampton que seguia resoluta em sua determinação de lutar no processo.

Eu me perguntava se a oferta de acordo poderia indicar que Irving estava considerando desistir do processo. Se fizesse isso, salvaria a própria pele alegando que não podia competir com as forças enormes – uma empresa multinacional e uma suposta conspiração judaica internacional – unidas contra ele. Em seu site, ele me descrevia como “a ponta da lança de ouro dos inimigos da verdade, que a contrataram [...] para destruir a mim, minha reputação e minha legitimidade como historiador”.² Quando perguntei a James sobre as chances de Irving desistir do processo, ele falou com um semblante de desgosto: “Eu já desisti de tentar prever o que esse cara vai fazer”. Enquanto conversávamos, percebi que minhas esperanças tinham mudado. Durante os últimos três anos, tínhamos montado uma defesa agressiva, em parte, para convencê-lo a desistir do processo. Cada uma de minhas conversas diárias com James ou Anthony inevitavelmente continha a pergunta: “Alguma notícia sobre Irving desistir?” Então, com o julgamento prestes a começar, eu me pegava alimentando a esperança de que ele não fizesse isso. Se Irving abandonasse o processo, tudo teria de continuar privado. Eu jamais poderia revelar os comentários antissemitas e racistas que ele fizera em seus diários e discursos. James também já começava a falar sobre sua crescente ambiguidade. “Sempre tento manter meus clientes fora dos tribunais. Julgamentos são imprevisíveis e custam caro. Mas, por algum motivo, dessa vez me sinto diferente”. Seria terrível, ele também reconhecia, ter acesso a todo esse material infeliz e não poder torná-lo público.

NOVEMBRO DE 1999: SEM LEI E SEM ALMA

A última audiência pré-julgamento estava agendada para o início de novembro de 1999. Anthony, que até então me mantivera fora das audiências, telefonou e pediu para eu estar presente. A audiência aconteceria na presença do juiz Charles Gray, que atuaria no nosso caso. Anthony achou que valia a pena eu ver o juiz para ele entender que eu estava levando a questão a sério a ponto de viajar dos Estados Unidos só para estar presente. A audiência aconteceu em uma sala de tribunal tradicional, do tipo que sempre aparece em programas de TV e filmes

britânicos. Por acaso, Irving e eu entramos no tribunal por lados opostos e acabamos um diante do outro na sala. Por um segundo, lembrei-me do filme *Sem Lei e Sem Alma*. Ignorando a presença um do outro, cada um sentou-se a uma das grandes mesas de madeira, as quais estavam dispostas a poucos metros de distância.

Com seus ombros largos e mais de 1,80 metro de altura, Irving ostentava seus cabelos grisalhos quase bufantes, olhos escuros e afiados, traços bem marcados, a pele um pouco manchada, mãos incrivelmente grandes. Quase qualquer pessoa pareceria pequena ao lado dele. Suas sobrancelhas grossas, com uma ponta mais alta, concediam-lhe uma aparência proibitiva. Usava um terno de três peças azul-escuro, com riscas de giz e camisa branca. Trazia uma sacola plástica cheia de livros e papéis. Alguns minutos depois, o juiz Gray entrou e tomou seu lugar. Um homem alto, magro, óculos de lentes escurecidas, maxilar quadrado e cabelos grisalhos, Gray usava um terno escuro de abotoamento duplo, bem conservador – as peças típicas de tribunais, como perucas e togas, eram dispensadas nessas audiências. Antes de ser nomeado juiz, Gray era um QC especializado em calúnia e difamação. Rampton especulava que Gray fora apontado para esse caso porque as autoridades sabiam que a mídia estaria acompanhando de perto.

Assim que a sessão teve início, Irving entregou ao juiz Gray uma lista dos pontos que abordaria nessa audiência. Para mim, uma completa novata, Irving parecia familiarizado com os procedimentos da sala de audiência. Com segurança, delineou suas objeções às nossas provas. O relatório de Evans não deveria ser admitido, uma vez que ele buscava definir um historiador, mas não existiam padrões objetivos para tal definição. Rampton respondeu que o relatório estipulava padrões de historiografia. Havia um *modus operandi* ao qual todo historiador aderiria e que, enfatizou, não incluía mentiras e falsificação de documentos. O juiz Gray negou o pedido de meu oponente.

Irving então questionou o relatório de Chris Browning. Em meio ao caos de administrar as centenas de documentos, uma técnica jurídica havia inadvertidamente enviado a Irving o penúltimo esboço do relatório de Browning. Logo depois, ela corrigiu seu erro e enviou a cópia final. Meu oponente percebeu que, na versão final, Browning havia excluído as referências a certos documentos, então, alegava que isso era a prova de que Browning tinha “manipulado documentos” e era “culpado precisamente da conduta de que estou sendo acusado”.³ Quando o juiz Gray alegou que era melhor deixar essa discussão para o julgamento, Irving declarou: “Que bom. Christopher Browning deve sofrer a humilhação de ser interrogado a respeito disso no banco dos réus”. Em seguida, virou-se para Rampton e disse: “Devo elogiar a defesa pela qualidade desses relatórios dos peritos”. Parecia estranho ouvi-lo elogiar relatórios – dois dos quais acabara de tentar desqualificar – que assolavam suas

alegações sobre o Holocausto. Lembrei-me da máxima de Hollywood: Fale mal, mas fale de mim.

A próxima queixa de Irving era que, em meu papel de “executora por vontade própria” de uma campanha internacional dos judeus, eu havia falsamente alegado em meu livro que ele fora convidado a participar de uma conferência em Estocolmo, da qual também participariam Louis Farrakhan e representantes das organizações terroristas palestinas Hamas e Hezbollah. Depois que meu livro foi publicado, descobri que meu documento-fonte de fato era falso. Em nossa apresentação pré-julgamento à corte, não apontamos essa alegação, indicando que não pretendíamos contestá-la.

O juiz Gray disse a Irving que era comum em processos por calúnia e difamação a defesa não abordar todas as declarações difamatórias. Irving, todavia, não deixaria esse problema passar em branco: “Ser chamado de um historiador ruim é uma coisa; ser chamado de terrorista é outra, bem diferente. Essa afirmação coloca minha vida em risco. O serviço secreto israelense tem o hábito de enfiar agulhas hipodérmicas com gás asfíxiante no pescoço de seus inimigos. Pessoas que estiveram presentes em conferências com representantes de organizações das quais eles não gostam são seus inimigos”. Quando o juiz explicou mais uma vez que era nossa prerrogativa ignorar essa questão, Irving virou-se para Rampton e fez uma advertência: “Se a defesa não tratar dessa afirmação, será arquiteta de seu próprio infortúnio”. Totalmente inabalado pelas palavras, Rampton deu de ombros. Eu, todavia, fiquei nervosa. James viu e aconselhou que eu não me preocupasse. A situação era como, explicou, se eu tivesse escrito que Irving era batedor de carteira, incendiário e assassino. “Se você estiver errada em acusações menores, mas certa nas outras, nas acusações mais sérias, isso não vai nos prejudicar. A corte provavelmente vai se posicionar a seu favor. Irving podia não estar na conferência, mas interagiu com muitos outros tipos duvidosos antes. Portanto, a presença dele nessa conferência específica provavelmente é imaterial”. Eu sabia que James estava tentando diminuir minhas preocupações, mas só conseguia ouvir suas qualificações: “Isso não vai nos prejudicar... *provavelmente* vai se posicionar a seu favor... *provavelmente* é imaterial”. Depois da audiência, reunimo-nos diante da grande mesa no escritório de Rampton: “Meus instintos me dizem que vamos a julgamento”, anunciou sobriamente. Senti uma onda de adrenalina; depois, pensando no que estava por vir, tive uma forte sensação de agouro.

Antes de eu voltar a Atlanta, Anthony me aconselhou a me preparar para um julgamento que se estenderia por pelo menos quatro, talvez cinco meses. Nada ansiosa por passar um período tão longo em um hotel, sobretudo em um como os que vinha frequentando, comecei a procurar lugares para morar. Quando começava minha busca, James me ligou para dizer que o dono do Athenaeum, um hotel cinco estrelas próximo ao Palácio de Buckingham e ao Hyde Park,

soubera do processo e, tocado pela luta que eu estava enfrentando, pedira para eu considerar ficar em um dos apartamentos do hotel. Localizados em uma rua tranquila de casas eduardianas, os apartamentos de um quarto – com sua cozinha de tamanho adequado – eram lindamente mobiliados. Eu teria acesso a todas as instalações. “Contanto que deixe o quarto em julho, época do Wimbledon, nossa alta temporada, ficaremos muito felizes em lhe oferecer um apartamento com um bom desconto”, explicou Sally, a gerente do hotel. Aceitei imediatamente e garanti: “Se ainda estivermos em julgamento em julho, pode me arrastar para fora da propriedade”. Era reconfortante saber que eu poderia retornar a instalações confortáveis depois de passar o dia inteiro no tribunal.

PREPARATIVOS FINAIS

Em Atlanta, amigos ofereciam todo tipo de ajuda que podiam. Um deles concordou em tomar conta de minha casa. Outro ligaria todos os dias para minha mãe para contar sobre o julgamento. As pessoas se mostravam tão ansiosas para ajudar de alguma forma que às vezes eu simplesmente inventava alguma coisa para elas fazerem. Quando pedi a uma amiga para regar minhas plantas, ela declarou: “Agora sinto que sou parte dos esforços para derrotá-lo”. Meu voo estava agendado para um sábado à noite. Naquela manhã na sinagoga, um colega apontou que a leitura semanal da Torá era parte do Êxodo. “Deus instrui a Moisés: ‘Procura o Faraó’. E diz a ele: ‘Deixa o meu povo ir’. Vá lá dizer a David Irving para deixar nosso povo e nossa história em paz.”

Cheguei a Londres bem cedo na manhã de domingo. No aeroporto, comprei uma cópia do *Sunday Times* para ler no caminho do aeroporto ao hotel. Abri o jornal e me deparei com um longo artigo sobre o julgamento. Irving previa uma vitória cabal. Assim que cheguei a meu quarto, telefonei para James. Deixando de lado as gentilezas, perguntei como Irving podia prever que sairia vitorioso, considerando o que nossos peritos haviam descoberto e reunido. Ele tinha algum segredo na manga? James me pediu para olhar a primeira página do jornal. Ela mostrava o membro do Parlamento Jonathan Aitken saindo da cadeia depois de passar anos preso por perjúrio. Aitken havia processado o *Guardian* por afirmar que ele recebera presentes generosos da Arábia Saudita enquanto era ministro. Antes do julgamento, Aitken previra com veemência que não apenas se vingaria, mas que seu julgamento “arrancaria com a espada da verdade o câncer do jornalismo parcial de nosso país”. O problema de Aitken era que o *Guardian* estava certo. Ele perdeu o processo e, para piorar a situação, mentiu sob juramento. Acabou condenado por perjúrio.

No dia seguinte, reuni-me com os conselheiros-gerais da Penguin, Helena Peacock e Cicely Engel, em um pequeno restaurante de Kensington. Passar os

últimos momentos antes do julgamento com eles parecia especialmente certo. Em 1995, eles foram os primeiros a me informar que Irving estava pensando em mover um processo. Cicely me contou que, quando Irving ofereceu um acordo, Rampton disse: “Você não pode aceitar. Se aceitar, nenhum de nós vai conseguir dormir em paz”. Achei digno de destaque o jeito como Rampton falou. Ele poderia ter dito: “Você não pode aceitar por causa da necessidade de combater preconceitos e proteger as minorias”. Mas ele disse “nenhum de nós”, indicando que aquele processo ia além do interesse dos judeus.

Voltamos ao escritório da Penguin para que eu pudesse conhecer Anthony Forbes-Watson, diretor administrativo da empresa. Enquanto nos dirigíamos ao escritório de Watson, os funcionários da Penguin nos paravam o tempo todo para desejar boa sorte. Uma equipe de filmagem da BBC apareceu. Ouvi Forbes-Watson falar sobre a longa tradição da Penguin de apoiar seus autores. “Nos anos 1950, defendemos D. H. Lawrence quando quiseram tirar *O Amante de Lady Chatterley* de circulação. Publicamos *Os Versos Satânicos* de Salman Rushdie depois da *fatwa*, a ameaça dos clérigos islâmicos a nós. Nossa defesa de Deborah Lipstadt é parte dessa corrente.” Eu me senti estranha – mas lisonjeada, admito – ao ouvir meu caso sendo comparado a essas batalhas literárias históricas.

Evans Report, 1.6.1–1.6.2, 6.2.1, pp. 19–20, 739.

David Irving, *Action Report*, 1999, <http://www.fpp.co.uk/Inner/Circle.html> (acesso em 15 de setembro de 2004).

A penúltima versão do relatório de Browning fazia referência ao depoimento de Kurt Gerstein, que atuou como chefe do Departamento Técnico de Desinfecção da Waffen-SS, posição na qual trabalhava com vários gases tóxicos, incluindo o Zyklon B. Em seu relato, Gerstein descrevia o assassinato por gás que vira no verão de 1942. Browning incluiu o aviso legal de que aspectos do depoimento de Gerstein eram claramente exagerados e apresentou um exemplo disso. Contudo, Browning afirmava que os exageros não invalidavam outros aspectos confirmáveis do relatório que, de fato, eram muito mais importantes. A versão final do relatório, versão que deveria ter sido entregue a Irving, continha uma lista mais completa dos exageros de Gerstein. Browning quis privar Irving da oportunidade de sugerir que ele, Browning, estava sendo seletivo ou repressivo em seu uso desses indícios. Christopher R. Browning, *Evidence for the Implementation of the Final Solution, Expert Opinion, IvP&DL* (doravante *Browning Report*), 5.4.1.3ff, pp. 50–52. *Browning Report* disponível em www.hdot.org, “Evidence” (acesso em 5 de julho de 2004).



O JULGAMENTO



CAPÍTULO 5 “TODOS DE PÉ!”

Na manhã de 11 de janeiro de 2000, advogados, *solicitors*, assistentes, peritos e pesquisadores encontravam-se reunidos no escritório de Rampton. Havia uma energia palpável na sala. Rampton usava a vestimenta típica de um QC no tribunal – colete de seda e casaco decorado com tranças horizontas. Estava ocupado inspecionando alguns arquivos. Heather Rogers, com sua camisa branca adornada e terninho preto, a roupa típica de uma *barrister*, conversava com os pesquisadores. Os *solicitors* conversavam uns com os outros enquanto os assistentes falavam e atendiam os celulares que não paravam de tocar. Quando o relógio anunciou 10 horas, Rampton ergueu o olhar e declarou: “Chegou a hora”. Depois de esperar por esse dia por mais de quatro anos, sentia-me uma maratonista andando até a pista de corrida, pronta para vencer meu oponente.

Os advogados da Penguin sugeriram que a equipe jurídica e eu fizéssemos juntos o caminho de pouco mais de duzentos metros da Brick Court até o tribunal, na Fleet Street, como um gesto de cooperação entre autor e editora, para sinalizar que estávamos juntos naquela provação. Anthony Forbes-Watson, diretor administrativo da Penguin, e eu andávamos lado a lado; os advogados, especialistas e pesquisadores vinham logo atrás. Em meio ao movimento da rua, avistei uma horda de paparazzi diante do prédio. Chegávamos pelo lado leste da rua enquanto eles olhavam para o lado oeste, observando atentamente cada passageiro que saía de um táxi. Ninguém nos viu até um fotógrafo de joelhos olhar em nossa direção. “Ali está ela!”, gritou, e seus colegas todos viraram ao mesmo tempo. Enquanto lentes gigantescas apontavam para mim, fiz meu melhor para exalar confiança. Conforme nos aproximávamos da entrada, um

grupo de fotógrafos bloqueou nossa passagem, gritando “senhora, olhe nessa direção” ou “não, para cá”. Não paravam de pedir uma declaração e, quanto mais eu declinava, mais insistiam que eu comentasse sobre como era estar no centro daquela polêmica.

O Palácio Real da Justiça – conhecido pelos londrinos como “The Law Courts” – é um prédio enorme com cúspides, torre do relógio, contrafortes, molduras ornamentais e estátuas de Jesus, Salomão, Rei Alfredo e uma série de bispos. A construção domina a movimentada interseção onde a Fleet Street encontra a Strand – em *QB VII*, Leon Uris descreve-a corretamente como “neogótica, neomonástica e neovitoriana”. Apesar da combinação arquitetônica, o palácio de fato é impressionante. O hall de entrada, com mais de setenta metros de extensão, é uma mistura de igreja medieval enorme e uma grande estação ferroviária do século XIX. O enorme teto abobadado alcança vinte e cinco metros de altura; os bancos de pedra junto às paredes decoram a extensão do hall. Acima deles, janelas de vitral com o brasão dos chanceleres ingleses. Visível de todos os cantos do hall, um enorme relógio dependura-se em uma das galerias.

Ao longo dos anos, extensões foram acrescentadas à estrutura principal. Agora, chega-se a muitas salas de tribunais por meio de passagens abobadadas, corredores sinuosos e pequenos pátios. Enquanto seguia os advogados, senti como se andasse em um labirinto dentro de um labirinto – o que, considerando o que eu estava prestes a enfrentar, parecia-me uma metáfora bastante adequada. Ouvi uma comoção perto da sala que ocupávamos. Pessoas tentavam convencer os seguranças a deixá-las entrar, apesar de o recinto já estar lotado. Enquanto nos esforçávamos para passar, a multidão começou a resmungar, presumindo que estávamos furando a fila. Até que alguém enfim apontou que eu era a ré. A sala, em contraste com o prédio, era relativamente moderna. Havia três fileiras de mesas. Uma cadeira na primeira fila fora reservada entre James e os *solicitors* da Penguin para mim. Aqueles que tinham permissão de falar à corte – Rampton, Heather e Anthony – sentaram-se na segunda fila. Irving, atuando como seu próprio *barrister*, sentou-se do outro lado, na segunda fileira. À nossa frente, a estenógrafa preparava o equipamento. Suas transcrições apareceriam simultaneamente nos computadores posicionados às mesas.

Toda uma parede da sala guardava pastas de arquivo vermelhas e azuis, contendo uma cópia de cada documento ou indicio citado nos relatos dos peritos. Nos séculos anteriores, cada uma dessas pastas era chamada de “pacote”. Quando ouvi o termo, imaginei que os documentos talvez fossem levados ao tribunal presos com cordas. Cadeiras na parede do outro lado tinham sido reservadas para a imprensa. Na parte traseira, havia alguns assentos reservados ao público. Um ano antes, minha amiga Ursula Blumenthal, cujo marido, David, trabalha comigo na Emory, anunciou: “Quando o julgamento começar, nós

estaremos lá”. Na ocasião, insisti que não queria ninguém presente, muito embora não soubesse exatamente o motivo que me levava a fazer isso. Talvez temesse que os ataques de Irving contra mim fossem desagradáveis demais para eles testemunharem. Por sorte, Ursula e David ignoraram meu protesto, porque naquele momento, quando a saga de fato começava, estar sozinha seria insuportável. Ken Stern, que havia deixado seu trabalho no Comitê Judaico Americano para participar, também estava presente. Grace, a curadora de arte que me mandara ir à exposição dos assírios, tinha viajado de Los Angeles. Bruce Soll, conselheiro de Leslie Wexner, chegara de Columbus naquela mesma manhã.

Irving entrou carregando uma pilha de livros debaixo do braço. Usava o mesmo terno azul-escuro com riscas de giz da audiência que antecedeu o julgamento. Estava sozinho, cercado por cadeiras vazias – as quais, em circunstâncias normais, estariam ocupadas por sua equipe de advogados. Falou aos jornalistas que tinha escolhido representar a si mesmo porque aquela batalha estava ligada à sua área de especialização. Segundo suas próprias palavras, ele tinha uma vantagem sobre os advogados, pois podiam conhecer as leis, mas ele conhecia o assunto.

O pronunciamento do meirinho – “Silêncio. Todos de pé” – fez todos se levantarem quando o juiz Charles Gray, usando sua peruca, entrou na sala. Todos fizeram uma discreta reverência. Ele retribuiu o gesto e se sentou. A toga de seda preta, com os punhos e a gola de arminho branco, e a faixa de cetim vermelho em seu pescoço me remetiam a outra era. O juiz sentou-se na parte mais alta do banco de dois níveis que dominava a frente da sala, tão mais alto a ponto de me fazer ter de erguer o pescoço para vê-lo. Deslizando o olhar pela sala lotada, desculpou-se por não caberem naquela sala todos os que queriam estar presentes e prometeu providenciar um espaço maior.

MARCADO COM UMA ESTRELA AMARELA

Irving começou abordando questões processuais. Antes do julgamento, ele e Rampton haviam concordado que as perguntas relacionadas a Auschwitz seriam tratadas separadamente. Irving imaginou que aquelas perguntas viriam ao final do julgamento, o que lhe daria mais tempo para se preparar. Rampton, por outro lado, achava que a fase sobre Auschwitz aconteceria ao final de janeiro, quando Robert Jan deveria chegar. Depois de algumas conversas, Irving admitiu estar “perfeitamente preparado para receber o Professor van Pelt no meio de qualquer outro assunto do qual estejamos cuidando, e podemos tratar a visita [de van Pelt] como algo totalmente separado”.¹

Com isso acordado, era hora dos discursos de abertura. Irving, como a parte

queixosa, seria o primeiro a falar. Todos os olhares estavam voltados para ele quando começou a arrumar, lenta e deliberadamente, seus papéis no pequeno púlpito. Ele não era, começou dizendo, um negacionista do Holocausto. Aliás, argumentava, deveria receber os créditos por atrair as atenções para o Holocausto ao “desinteressadamente” publicar documentos históricos que havia descoberto em diversos arquivos e coleções. Então, ignorando o fato de ele próprio ter dado início a esse processo, declarou: “Se estivéssemos em busca de um título para esse processo de difamação, eu sugeriria ‘Imagens de uma Execução’ – a minha execução”. Houve um momento, contou à corte, em que seus livros lhe rendiam mais de 100 mil libras anuais. Quando seu contador perguntou quais atitudes havia tomado para garantir sua aposentadoria, “minha presunçosa resposta foi que eu não pretendia me aposentar. [...] Meus livros eram meu fundo de pensão”. Irving esperava que os royalties lhe sustentassem “além dos anos de aposentadoria”. Ciente de que ele morava em Mayfair, um dos mais elegantes bairros londrinos, e já tendo visto muitos, muitos anos antes, uma foto dele em seu Rolls-Royce, eu imaginava que sua afirmação fosse mesmo verdadeira. Esse, alegava, já não era mais o caso. Sua carreira havia desmoronado. Apontando na minha direção, acusou-me de irresponsável. “Em virtude das atividades dos réus, em particular da segunda ré e daqueles que a financiaram e guiaram sua mão, desde 1996 tenho visto uma editora amedrontada após a outra se afastar de mim, recusando-se a publicar meu trabalho, recusando-se a aceitar novas obras e me dando as costas quando as procuro”. Eu tinha feito isso, ele continuou, como “parte de um esforço internacional organizado”.²

Prometeu expor nosso esquema nefasto. “Vi os documentos. Tenho cópias dos documentos. Vou mostrá-los a esta corte, sei que eles fizeram isso e sei por que fizeram.” Quase sem parar sequer para respirar, tirou os óculos e me acusou de tê-lo marcado com uma “Estrela Amarela verbal” ao chamá-lo de negacionista. Como resultado, agora Irving era tratado como um “agressor de sua esposa ou um pedófilo”.³ Embora eu esperasse que ele fosse se descrever como vítima, fiquei surpresa com sua escolha da estrela amarela como símbolo da situação em que afirmava se encontrar. Esperava que, pelo menos no tribunal, Irving moderasse seu linguajar provocador. O cinismo de sua imagem e a convicção com a qual ele a usou me deixaram sem fôlego. Ciente de que jornalistas estavam posicionados no fundo da sala, esforcei-me para não deixar meu rosto entregar qualquer emoção. Dando pancadas no púlpito, proclamou ser irônico que ele, justamente ele, fosse chamado de antissemita quando suas editoras, seus editores e seus advogados eram judeus.⁴

Irving garantiu que provaria que as “câmaras de gás mostradas aos turistas em Auschwitz eram uma [*sic*] farsa construída pelos poloneses depois da guerra” e

que usaria seus peritos para isso. Em um linguajar que mais lembrava um filme B de Hollywood do que um tribunal britânico, anunciou: “Talvez a admissão tenha de ser arrancada deles com pancadas”. Irving previu que seríamos totalmente incapazes de provar que ele intencionalmente manipulara e traduzira tendenciosamente ou distorcera os indícios.⁵

Ilustrou sua afirmação de que, em vez de negar o Holocausto, ele na verdade chamava a atenção de outras pessoas ao ocorrido. Para isso, descreveu que havia publicado um documento contendo a descrição do general alemão Walter Bruns do extermínio em massa de judeus durante o verão de 1941 em Riga. Depois da guerra, Bruns foi capturado pelos britânicos que, em segredo, grampearam-no contando a seus colegas sobre o entusiasmo com o qual a ss realizara seu trabalho. Bruns contara-lhes da ocasião em que uma judia que havia sido forçada a tirar toda a roupa (até mesmo a roupa íntima), fora até o lugar onde seria fuzilada e um homem da ss comentou: “Aí vem uma beleza judia!”⁶

Batendo levemente no peito, Irving perguntou como ele, que havia publicado esse documento contendo descrições detalhadas de assassinatos, podia ser rotulado de “negacionista do Holocausto”. Irving de fato havia tornado esse documento público. Todavia, o que ele não contou foi que, ao fazer isso, queria provar que Hitler tentara conter os fuzilamentos e que esses fuzilamentos eram ações isoladas e realizadas sem autorização, e não parte de um programa coordenado por Berlim.

Irving então deu início a uma dissertação detalhada de um aspecto relativamente menor do julgamento: minha alegação de que ele havia extraído ilegalmente placas de vidro dos diários de Goebbels dos arquivos soviéticos em Moscou. A natureza torpe de seu discurso, que parecia interminável, levou-me a ter de me esforçar para manter os olhos abertos. Finalmente, concluiu sua fala de mais de duas horas abordando outra vez a conspiração contra ele: “Não foi uma ação isolada que destruiu minha carreira, mas um ataque cumulativo, que se autoperpetuou, vindo de todos os lados, construído pelas mesmas pessoas que propagaram o livro que se tornou o centro dessa disputa, [...] que é o objeto dessa ação”. Com isso, sentou-se. Estava sorrindo e parecia satisfeito com sua performance.

Antes de Rampton começar sua fala, o juiz Gray esclareceu algumas das questões historiográficas no centro do julgamento. Irving estava dizendo que deveríamos provar que ele sabia que um evento específico tinha acontecido e que ele manipulara os fatos. No entanto, nós acreditávamos que a questão não era simplesmente Irving conhecer um acontecimento específico, mas o fato de esse acontecimento estar facilmente disponível em registros históricos e ele “fechar os olhos para isso”.⁷

“ELE É UM MENTIROSO”

Acenando com a cabeça, o juiz Gray indicou que era chegada a hora de Rampton começar. Para abrir e fechar os argumentos, Rampton acreditava que o melhor era ser sucinto. Levantou-se, arrumou seus papéis, deu um puxão na peruca – como se para prendê-la na cabeça – e respirou fundo. Em seguida, olhou para o juiz Gray e começou a delinear nosso argumento principal: “Vossa Excelência, o senhor Irving define a si mesmo como historiador. A verdade, porém, é que ele não é um historiador, mas um falsificador da história. Para colocar de forma mais direta, *ele é um mentiroso*”. Esse processo, continuou, não era sobre versões concorrentes da história, mas sobre verdades e mentiras.

Mesmo antes de tornar-se um negacionista, prosseguiu Rampton, Irving havia distorcido registros históricos em um esforço para absolver Hitler. *Hitler's War*, publicado uma década antes de ele começar a se inclinar no sentido do negacionismo, estava repleto de exemplos dos “métodos desonestos” dos quais Irving se valia para exonerar Hitler da responsabilidade pelas atrocidades contra judeus e outras vítimas.⁸ Na introdução da obra, Irving prometia aos leitores que o livro apresentava “indícios irrefutáveis” de que, já em 30 de novembro de 1941, Hitler havia ordenado explicitamente para não haver “nenhum extermínio de judeus”.

Himmler foi *convocado* à Toca do Lobo para uma reunião secreta com Hitler, na qual o destino dos judeus de Berlim foi claramente abordado. À 1h30 p.m., Himmler se viu *obrigado* a telefonar, do *bunker* de Hitler, para Heydrich para ordenar explicitamente que os judeus *não fossem liquidados*.
[ênfase adicionada]

Irving baseava sua alegação de que Hitler havia exigido que Himmler participasse de uma reunião secreta, na qual ele teria ordenado que os judeus não fossem exterminados, com base nos registros telefônicos de Himmler daquele dia. Havia o registro de um telefonema à 1h30 p.m. de Himmler a seu assistente, Reinhard Heydrich, que estava em Praga. Himmler fez as seguintes anotações em seu registro do telefonema:

Judentransport aus Berlin. [Transporte de judeus de Berlim.]
Keine Liquidierung. [Nenhuma aniquilação.]

O registro do telefonema indica que a alegação de Irving, de que Himmler estava impedindo a liquidação dos judeus, simplesmente não era verdadeira. Himmler dava ordens para que os judeus de Berlim em um trem específico não fossem aniquilados. Nas mãos de Irving, essa ordem havia passado de instruções sobre um trem específico a uma ordem que se aplicaria a todos os judeus. Sua

afirmação de que tal ordem vinha de Hitler era, alegou Rampton, “pura invenção”. Não havia qualquer evidência de que Hitler havia *convocado* Himmler ou o *obrigado* a telefonar para Heydrich. Aliás, segundo o registro de Himmler, ele vira Hitler pela primeira vez naquele dia uma hora *depois* do telefonema. Todavia, a questão, prosseguiu Rampton, “torna-se ainda pior”. Irving também alegara que, no dia seguinte, Himmler ligou para o general da ss Oswald Pohl, chefe-geral do sistema do campo de concentração, “com a ordem de que ‘judeus devem ficar onde estão’”. Irving havia fundamentado essa sugestão de que Himmler estaria ordenando que os judeus não fossem deportados com base em uma entrada de 1º de dezembro no diário do próprio Himmler.

Verwaltungsführer der ss [Líderes administrativos da ss]
haben zu bleiben. [devem permanecer onde estão.]

Rampton observou que a entrada não fazia qualquer referência aos judeus. Não eram os judeus que deveriam ficar onde estavam, mas os líderes administrativos da ss. Irving havia substituído o termo “haben” por “Juden”, permitindo-se, assim, inventar a afirmação de que os judeus deveriam ficar onde estavam. Em 1991, quando *Hitler's War* foi republicado, Irving corrigiu seu erro acerca da expressão “*Keine Liquidierung*”, reconhecendo que ela se referia a apenas um trem. Todavia, Rampton continuou, meu oponente deixava inalterada sua outra “asseveração imaginativa” – a de que a ordem viera de Hitler e de que Himmler instruíra Pohl a deixar os judeus onde estavam. Essa era uma “distorção monstruosa dos indícios nas mãos do senhor Irving”. Não se tratava de um erro inocente, insistia Rampton, mas de uma declaração deliberadamente errada dos fatos.⁹

Com isso, Rampton focou-se na “espantosa inversão” de Irving, sua metamorfose em um negacionista do Holocausto. Rampton atribuiu essa transformação ao *Leuchter Report*, que Irving descreveu como “a bala de mais alto calibre que já atingiu o encouraçado Auschwitz”, uma “bala” que havia “explodido de uma vez a lenda”. Rampton fez uma breve pausa, aparentemente para dar ênfase à sua próxima afirmação: “Infelizmente, para o senhor Irving, o *Leuchter Report* é um disparate, e ele sabe disso.”

Rampton explicou por que Irving queria tanto acreditar no relatório, apesar das falhas óbvias. “Ele queria que fosse verdade. Afinal, se o Holocausto nunca aconteceu, então Hitler não poderia tê-lo encomendado ou saber a respeito dele.” Foi por isso que Irving afirmou em sua edição de 1991 de *Hitler's War*: “Você não vai encontrar o Holocausto citado em uma linha, nem mesmo em uma nota de rodapé. Por que encontraria? Se uma coisa não aconteceu, não é digna sequer de uma nota de rodapé.”¹⁰

Em seguida, Rampton apresentou uma pergunta mais fundamental: Por que Irving recorria a essas mentiras e distorções? Sugeriu que era possível auferir “uma imagem justa das verdadeiras atitudes e motivos de um homem com base no que ele diz e no tipo de pessoas com quem se associa e dialoga”. Ao longo dos últimos anos, Irving vinha fazendo discursos para a extrema direita, grupos neofascistas e neonazistas. Quando apresentou um exemplo do tom que Irving adotava nesse tipo de encontro, Rampton baixou ligeiramente a voz, forçando todos no tribunal a ouvirem muito cuidadosamente. Em 1991, Irving falou ao um público em Calgary:

Não vejo qualquer motivo para ser elegante ao falar de Auschwitz. É uma bobagem. Uma lenda. Uma vez que admitimos o fato de que se tratava de um campo de trabalho escravo brutal e que um grande número de pessoas de fato morreu ali, assim como um grande número de pessoas morreu em outros lugares na guerra, por que acreditar no restante da bobagem? Digo sem a menor cerimônia que, de fato, mais mulheres morreram no banco traseiro do carro de Edward Kennedy em Chappaquiddick do que em uma câmara de gás de Auschwitz. Ah, vocês acham isso deselegante? E que tal: existem muitos sobreviventes de Auschwitz por aí; aliás, o número aumenta a cada ano, o que é biologicamente estranhíssimo, para dizer o mínimo, por isso vou formar a Associação dos Sobreviventes de Auschwitz, Sobreviventes do Holocausto e outros Loroteiros... A-S-S-H-O-L-S.*

O silêncio no tribunal era tão esmagador que, quando James mexeu em alguns papéis, o barulho mais pareceu um terremoto.

Os réus, sustentava Rampton, haviam exposto a fraude de Irving e suas manipulações deliberadas. Portanto, deveriam ser “aplaudidos por terem prestado um serviço público não apenas para este país, mas para todos os lugares do mundo onde o antissemitismo esperava por ser alimentado”.¹¹ Com isso, encerrou. Tinha falado por cerca de quarenta minutos.

No hall em frente à sala, jornalistas cercavam Irving, que alegremente expunha seu ótimo dia na corte. Logo depois, um grupo de repórteres me cercou com perguntas. “Como foi o primeiro dia?” “A senhora vai testemunhar?” “O que achou de Irving alardear que vai vencer com facilidade esse processo?” Senti-me incompreensivelmente desnorreada – não pelas perguntas, mas por não dever respondê-las. Mais cedo naquele dia, quando saíamos da corte, Anthony e James me lembraram de que não deveríamos transmitir para a imprensa a imagem de estarmos pleiteando algo com aquilo. Anthony enfatizara que os juízes realmente detestavam quando os participantes de uma ação legal previam o resultado ao qual os magistrados chegariam. “Acima de tudo, eles não toleram réus que não falam no tribunal, mas que conversam com a imprensa fora do

tribunal.”

Enquanto eu ouvia sua advertência, uma mulher alta, com cabelos longos, sorriso amigável e um gravador de áudio simples empurrou-se à frente da multidão. Assim que ela falou, reconheci o timbre distinto e o tom quase melódico de sua voz. Julie McCarthy, correspondente da Rádio Pública Nacional de Londres, implorava por uma declaração minha para os programas *Morning Edition* e *All Things Considered*, dois dos meus favoritos. Ao lado dela estavam Sarah Lyall, do *New York Times*, e a chefe da sucursal londrina do *Los Angeles Times*, Marjorie Mille. Elas também tinham perguntas. Quais eram as implicações mais abrangentes desse processo? Como eu me sentia na presença de Irving? Verdade seja dita, embora elas tivessem tantas perguntas, queriam que eu dissesse alguma coisa – qualquer coisa – para que, conforme Julie McCarthy colocou, “sua voz seja ouvida”. Tinham conversado com Irving – alguns repórteres conversaram demoradamente com ele. Da perspectiva dos jornalistas, até mesmo algumas poucas palavras minhas dariam um tom de equilíbrio às suas reportagens. Eu estava morrendo de vontade de falar com a imprensa. Queria expor meu lado, queria que soubessem que eu não estava com medo. No mínimo, queria que minha família e meus amigos em casa ouvissem a minha voz.

Quando James saiu do tribunal, rapidamente avaliou a situação e fez o caminho mais curto até onde eu estava. Perguntei-lhe: “Não posso dizer nada, nada mesmo, a eles? Talvez algo que não gere consequências”. Inabalado por minha súplica, ele respondeu: “Qualquer coisa que você disser hoje terá consequências”. Olhei para Irving conversando entusiasmado com a imprensa. Manter meu silêncio era enervante. Então, alguém segurou meu braço e o contato inesperado me fez pular de susto. Uma mulher mais velha, pequena, havia empurrado todos na multidão para chegar até mim. Tinha um rosto muito enrugado e olhos muito tristes. Vestia roupas bastante adequadas para um dia de janeiro em Londres – blusa de lã, saia de linho escuro e sapatos fechados. O gorro de crochê escondia parte dos cabelos grisalhos. Ignorando os jornalistas, ela lançou o braço à minha frente, puxou a manga até o cotovelo e enfaticamente apontou para o número tatuado em seu antebraço. “Você está lutando por nós. Você é nossa testemunha.” Ouvi tanto encorajamento quanto um aviso nas palavras daquela mulher. Era como se ela dissesse: Seja forte e corajosa, *mas, independentemente do que fizer, não nos decepcione*.

De repente, o que a mídia pensava do julgamento parecia não ter qualquer importância. Saí do prédio e me vi em meio à tarde apropriadamente escura e fria.

Em inglês, Association of Auschwitz Survivors, Survivors of the Holocaust and Other Liars. Irving usa as iniciais para aproximar-se do xingamento “assholes”. (N. T.)

IvP&DL, 1^o Dia (11 de janeiro de 2000), p. 5.

IvP&DL, 1^o Dia (11 de janeiro de 2000), pp. 14, 16, 20–22.

IvP&DL, 1^o Dia (11 de janeiro de 2000), pp. 22, 26.

IvP&DL, 1^o Dia (11 de janeiro de 2000), pp. 49, 51–52, 62.

IvP&DL, 1^o Dia (11 de janeiro de 2000), pp. 28–30.

IvP&DL, 1^o Dia (11 de janeiro de 2000), pp. 42–46.

IvP&DL, 1^o Dia (11 de janeiro de 2000), pp. 86–88.

IvP&DL, 1^o Dia (11 de janeiro de 2000), pp. 89–90.

IvP&DL, 1^o Dia (11 de janeiro de 2000), pp. 91–94. David Irving, *Hitler's War* (1977), pp. xiv, 332; idem. *Hitler's War* (1991), p. 427; Evans, *Lying about Hitler*, pp. 78–82.

IvP&DL, 1^o Dia (11 de janeiro de 2000), pp. 95–98.

IvP&DL, 1^o Dia (11 de janeiro de 2000), pp. 98–101.

CAPÍTULO 6

IRVING INTERROGADO: NÃO UM NEGACIONISTA, MAS UMA VÍTIMA

“Vi a senhora na televisão ontem à noite!” Precisei de um momento para me dar conta de que o homem no lobby do hotel estava falando comigo. Enquanto entrava no táxi, uma mulher gritou: “Estou torcendo por você”. Parecia que, com minhas imagens entrando no Palácio Real da Justiça estampando as primeiras páginas dos jornais londrinos, meu anonimato havia ficado no passado. O taxista me ofereceu um caloroso “boa sorte, senhora” com meu troco. Correndo o olho pelo *London Times* enquanto tomava uma xícara de café ruim na lanchonete do tribunal, tive uma sensação estranha ao ler uma descrição minha.

À frente dele [David Irving] estava uma das principais réis. A professora Lipstadt, cujo livro de 1994 lança severas dúvidas acerca da interpretação que Irving faz do Holocausto, é uma americana bem apessoada de 54 anos com cabelos ruivos, usava óculos meia-lua, brincos dourados e um xale de seda dourada adornando suas roupas pretas. Ela acompanhou o discurso de Irving olhando para um laptop e ocasionalmente lançava a seu oponente um olhar que parecia demonstrar total incredulidade.

Pensei em alguns de meus sentimentos naquele dia e fiquei satisfeita com o fato de o jornalista perceber apenas aquela incredulidade. Fiquei intrigada com a impressão que Irving havia causado em vários jornalistas. O *Times* o descrevia em seu termo de risca de giz como mais parecendo um “negociante internacional de arte” do que um homem que alegávamos ser um negacionista do Holocausto e antisemita. O *New York Times* comentou sobre o “comportamento articulado e

plausível”¹ de Irving.

Ao entrar no tribunal, parei para cumprimentar Ursula, David e Grace. Ursula, animada, apresentou-me a um homem na fila. “Este é Sussman, professor de microbiologia em Newcastle”. Com um tom ligeiramente conspiratório, ela sussurrou: “Eu o vi esperando e suspeitei que estivesse do ‘nosso’ lado”. Sussman, um homem vestido de forma elegante e formal, na casa dos 60 anos, explicou que estava em Londres a negócios e impulsivamente decidira assistir ao julgamento. Desejou-me “toda a sorte do mundo”. Agradei rapidamente, impressionada com a capacidade de Ursula de fazer contatos.

CONSPIRANDO CONTRA DAVID IRVING

Assim que o juiz entrou e concluímos o ritual de ficar de pé, fazer a reverência e nos sentarmos, Irving anunciou sua intenção de passar o vídeo de uma entrevista que eu dera a uma rede de televisão australiana em 1994, quando estava em turnê de divulgação de meu livro. Ele explicou que as imagens “ofereceriam à segunda ré, professora Lipstadt, uma chance de expressar suas opiniões sem ser interrompida”. Em seguida, ficou parado, aparentemente esperando uma resposta do juiz Gray, que apenas disse: “Sim”. Irving prosseguiu: “Sinto que seja apropriado oferecer-lhe alguns minutos dessa maneira um tanto oblíqua para que possa expressar suas opiniões. [...] Sei que não vai testemunhar pessoalmente nesse caso”. Irving fez mais uma pausa. Parecia esperar ouvir o juiz Gray comentar sobre o fato de eu não testemunhar. O juiz não disse nada. Por fim, Irving começou a passar o vídeo. A entrevistadora perguntava minha opinião sobre ele, que estava tentando obter um visto para ir à Austrália. Estremeci ao me ouvir dizer, de forma um tanto direta, que “nenhum historiador o leva a sério”. Se eu estivesse pensando em termos forenses, como agora havia aprendido a fazer, provavelmente teria dito: “Nenhum historiador leva as alegações de Irving sobre o Holocausto a sério, e eu estaria inclinada a verificar suas afirmações sobre outros assuntos”.

Irving, então, falou ao juiz Gray: “Excelência, não sei se considera esse um exercício útil. Gostaria de receber uma orientação de Vossa Excelência”. E não deve ter ficado nada contente quando o juiz lhe disse que aquilo “não era muito” útil porque não lidava com “críticas específicas de sua abordagem histórica”. Irving então questionou a avaliação que o juiz Gray fizera do vídeo. “Também estamos falando da segunda ré aqui. Excelência, sei que ela não vai [...] falar e que não terei a oportunidade de interrogá-la. Acredito que esse tenha sido um exercício útil porque nos deu a chance de vê-la em ação. Acho que ela teria o que dizer em um interrogatório, se tivesse aceitado ser interrogada”. O juiz respondeu: “Compreendo e agora tive a oportunidade de vê-la na entrevista.”²

Embora Gray falasse em um tom sem qualquer emoção, eu me preocupava com a possibilidade de termos cometido um erro tático ao permitir que Irving me retratasse não apenas como alguém com medo de enfrentá-lo, mas também como alguém que tinha algo a esconder. Ademais, eu sabia que os britânicos não suportavam covardes. Passei uma nota a Rampton: “O fato de eu não testemunhar dá a ele alguma vantagem legal ou moral com o juiz Gray? Lembre-se: estou preparada para testemunhar”. Rampton acenou com a mão, dizendo que eu não deveria me preocupar. Mas eu *estava* preocupada – e, além de preocupada, frustrada.

Um dos vídeos de Irving incluía as ruínas da câmara de gás de Birkenau. E ele prometeu que revelações importantes estavam por vir. “Não quero revelar os argumentos precisos que apresentaremos no momento oportuno. Daremos à defesa um tempo razoável para preparar contra-argumentos e investimos muito tempo e dinheiro em especialistas em arquitetura e no processo de produção de provas. Eu preferiria deixar esses indícios...”

O momento de grande surpresa de Irving ainda estava por vir, mas Rampton rapidamente levantou-se, interrompendo-o no meio da frase. “Há muito tempo ficaram para trás os dias em que a parte requerente [...] podia manter os coelhos na cartola e tirá-los no momento mais apropriado para surpreender o outro lado. Se ele estiver escondendo provas de peritos, precisamos ter acesso a elas.”³ Os procedimentos do sistema inglês não permitiam surpresas no estilo Perry Mason. Nenhum dos lados podia esconder informações do outro. “Acredito que esteja correto”, respondeu o juiz. Perguntei a James por que o juiz Gray era tão hesitante. James explicou: “Esse é o jargão jurídico britânico para ‘Irving está errado’”. Mesmo assim, aquela sugestão de que havia novas provas me deixava preocupada. Será que o julgamento se transformaria em uma espécie de plataforma de lançamento para outro estudo científico fraudulento – um novo *Leuchter Report* ou algo assim?

Irving disse ao juiz que começaria apresentando seu caso com a questão referente à sua “reputação” como historiador e deixaria as questões históricas “de lado por um momento”. “Quanto tempo é esse ‘momento’”, questionou o juiz. Irving respondeu: “O tempo necessário para eu lidar com os aspectos ligados à minha reputação”. O juiz apontou que achava que Irving não deveria se demorar, pois ele, Gray, havia lido grande parte do material sobre a reputação da parte queixosa antes do julgamento. Irving respondeu: “Excelência, Vossa Excelência leu, mas a imprensa não”.⁴ Todos no tribunal começaram a rir. O juiz, que não achou graça, observou que aquela não era uma apresentação para a imprensa e que não queria ouvir assuntos não relacionados ao processo, mas apenas focar-se nos assuntos centrais do caso.

O juiz Gray sugeriu que agora era a hora de Irving se dirigir ao banco para dar seu testemunho. Enquanto Irving andava, subia os três degraus até o banco e fazia

seu juramento, lembrei que ele costumava insistir que, dentre os historiadores do Terceiro Reich, era o único a aderir a altos padrões de rigor histórico. Em 1986, disse ao público na Austrália que seus leitores podiam confiar mais nele do que em qualquer outro historiador da Segunda Guerra Mundial. “Tenho todos os documentos e provas ao meu lado, mas eles não conseguem encontrar uma página sequer de indícios para me atacar, e é por isso que estão começando a delirar.”⁵ No Canadá e na África do Sul, disse: “Eu não apenas exponho-lhes minhas opiniões, eu as sustento com todos os indícios e dados que temos nos arquivos britânicos. [...] Daqui a poucos meses, ninguém mais vai acreditar nessas lendas. As lendas estão entrando em colapso, com consequências desastrosas para certos países no Oriente Médio”.⁶ Em *Hitler's War*, escreveu que outros historiadores eram “incorrígíveis” e “indolentes”, que não “procuravam mais a fundo” nos documentos para encontrar a “verdade real”.⁷ Agora, como resultado do processo ao qual havia dado início, pretendíamos provar o contrário.

Irving começou negando com veemência nossa acusação de que ele tinha visões de direita. Depois de insistir que nunca pertencera a nenhum partido político, de esquerda ou de direita, deu início, sem qualquer aviso, a um solilóquio sobre a situação atual da Inglaterra.

Não posso dizer que aplaudi a onda descontrolada de imigração da Commonwealth para este país. Como a maioria de meus compatriotas com a minha formação e vivência, sinto muito pela morte da Velha Inglaterra. Às vezes penso, Excelência, que, se os soldados e marinheiros que invadiram as praias da Normandia em 1944 pudessem ver como a Inglaterra estaria no final do século, jamais teriam navegado 50 jardas no mar. Acho que seu desgosto os faria desistir.

A sala ficou em total silêncio.

Irving descreveu como, ao longo dos anos, recebera “críticas favoráveis, o tipo de crítica que faz as editoras formarem fila para publicar os meus livros”. Depois veio a virada da maré. As livrarias passaram a se recusar a vender seus livros. As editoras reagiam com “aflição e terror” quando ele enviava seus manuscritos. Meu livro, Irving alegava, era o responsável por isso.⁸

O IMBRÓGLIO DA ST. MARTIN'S

Meu ataque à sua carreira, ele alegava, tornou-se mais ameaçador em 1996. A St. Martin's Press, uma editora americana proeminente, publicaria a biografia de Goebbels escrita por Irving. Quando a notícia chegou à imprensa, uma avalanche

de críticas à St. Martin's teve início. A editora defendeu sua decisão alegando que “as lealdades, os pontos de vista políticos ou a vida pessoal” de seus autores eram irrelevantes. Eles estavam preocupados apenas com os méritos históricos do trabalho. Incomodado com a postura da St. Martin's, o jornalista Frank Rich, do *New York Times*, entrevistou-me para um artigo que estava escrevendo sobre o assunto. Insisti que, diferentemente das afirmações da editora, a reputação dos autores era, sim, importante, sobretudo se diretamente relacionada ao assunto do livro. E perguntava se a St. Martin's publicaria um livro sobre educação infantil escrito por Jeffrey Dahmer, assassino em série de crianças. O *Washington Post*, ciente de meu trabalho sobre os negacionistas do Holocausto, também entrou em contato, e reafirmei minha posição. Embora minhas críticas a Irving nessas duas entrevistas (e esses foram meus dois únicos comentários sobre a questão da St. Martin's) fossem contundentes, outras pessoas também se mostravam críticas. O *Kirkus Reviews*, uma publicação especializada no mercado editorial, chamou o livro de Irving de “incrivelmente enganador”. A *Publishers Weekly* descreveu o plano da St. Martin's de publicar o texto como “abominável”. O *Library Journal* também condenou o livro e a editora.⁹ O escritor best-seller de histórias de mistério Jonathan Kellerman e o vencedor do Prêmio Nobel Elie Wiesel anunciaram que não publicariam nada pela St. Martin's, nem escreveriam críticas a livros publicados pela editora. Por fim, cerca de uma centena de funcionários da St. Martin's promoveram um fórum aberto sem precedentes com o presidente da empresa, Thomas J. McCormack, emitindo um “apelo apaixonado” solicitando o cancelamento do contrato. McCormack impressionado pelo que estava acontecendo, resolveu verificar os pronunciamentos recentes de Irving na internet e saiu com uma sensação de “alarme e humilhação”. Em seguida, leu o livro e o descreveu como claramente antissemita, cujo subtexto era “os judeus provocaram isso a si mesmos”. Então, McCormack decidiu cancelar o contrato.¹⁰

Irving disse ao juiz Gray que a St. Martin's lhe informou que a editora estava “sob ataques vindos de todos os cantos”, incluindo da “segunda ré”. Alegou que a editora havia me “citado diversas vezes” ao justificar sua decisão. Frustrada por Irving estar passando diversas informações erradas ao juiz Gray, escrevi uma nota a Rampton: “Eu não orquestrei nenhum protesto. Falei com dois jornalistas. E, se a St. Martin's tivesse me citado, eu saberia”. Rampton leu minha nota e assentiu. Esperei que protestasse, mas ele apenas recostou o corpo na cadeira, puxou a peruca sobre os olhos e pareceu entregar-se a um profundo devaneio. Amargurada, perguntei a James por que Rampton não estava protestando. James permaneceu calmo: “Paciência. A nossa vez chegará”. O juiz perguntou a Irving se a St. Martin's chegou a lhe dizer que eu era a responsável pelo cancelamento. “Não, Excelência, informações na imprensa ligaram a professora Lipstadt a esse evento específico.” O juiz Gray inclinou o corpo para a frente, pedindo mais

precisão: “Informações na imprensa e não a editora americana?”¹¹ Irving relutantemente reconheceu que eram informações na imprensa. Nesse momento, James sussurrou: “Chegou a nossa vez”.

DEFINIÇÃO DO HOLOCAUSTO

Quando o juiz Gray pediu uma definição do Holocausto, Irving protestou que se sentia “muito insatisfeito” com relação a essa palavra. Ela era “muito elástica” e servia a um excesso de propósitos: “*Eles* a tornam tão ampla quanto querem quando há uma preocupação como, por exemplo, receber dinheiro de bancos suíços. [...] e a tornam tão estreita quanto querem quando tentam encurralar um escritor que veem como perigoso, conforme eles mesmos colocam”.¹² Embora Irving em momento algum tivesse explicitamente identificado quem estava flexibilizando a definição linguística do termo, havia pouca dúvida de que “eles” eram a comunidade judaica.

O juiz Gray, ainda tentando levar Irving a definir o evento, perguntou se acreditava que houvera um programa sistemático com o objetivo de exterminar os judeus. Irving respondeu: “Não, não acredito”. Aconteceram assassinatos em massa na Frente Oriental, mas, ele insistia, esses assassinatos não eram sistemáticos, pois tinham sua “origem” em um “nível mais baixo” da hierarquia do Terceiro Reich. Tampouco eram resultado de uma “decisão de Adolf Hitler”. Deixando de lado os fuzilamentos em massa e trazendo à tona as câmaras de gás, o juiz perguntou: “O sr. aceita ou nega plenamente que houve assassinatos sistemáticos de judeus nas câmaras de gás, seja em Auschwitz, seja em qualquer outro lugar?”¹³ Como Irving havia proclamado anteriormente que as câmaras de gás eram “lendas de Hollywood” e que jamais vira qualquer “indício de que [as câmaras de gás] existiram”, suspeitei que ele negasse esse tipo de assassinato sistemático.¹⁴ Portanto, fiquei surpresa quando ele reconheceu que “houve algumas mortes nas câmaras de gás de Birkenau”. Enquanto Irving dizia isso, Heather proclamou em voz baixa: “Temos uma concessão”. Ela mal havia terminado de falar quando Irving qualificou sua suposta “concessão”. As mortes não eram “sistemáticas” porque isso “implica serem conduzidas por uma alta autoridade”. Havia, ele insistia, uma “série de documentos” indicando que “Hitler era uma força negativa nessa questão”, ou seja, que ele tentara evitar os assassinatos. Um desses documentos era, defendia Irving, a entrada de 30 de novembro de 1941 no diário de Himmler, aquela que Rampton citara em seu discurso de abertura. “O extermínio estava no ar” e ali estava “Hitler intervindo de forma negativa” para salvar os judeus em vários trens.¹⁵

Irving refutou vigorosamente nossa alegação de que ele se comportava de

“maneira questionável como historiador”. Negou ter, em qualquer momento, “consciente ou deliberadamente deturpado ou citado de forma errada qualquer documento, ou ter suprimido partes de documentos que iriam contra minha hipótese”. Disse que ficaria “de fato muito surpreso” se a defesa conseguisse provar isso “em qualquer documento”. Rejeitou nossa argumentação de que havia exagerado profundamente o número de mortos em Dresden e insistiu que suas estimativas das vítimas dos bombardeios dos Aliados vinham de fontes confiáveis. Descartou quaisquer erros que pudesse ter cometido sobre Dresden porque não havia “muita diferença entre 135 mil e 35 mil mortos. Ambos são uma tragédia ou crime monstruoso. [...] Se você é um dos mortos, a dor é a mesma”. Ademais, quaisquer equívocos que ele pudesse ter cometido quanto ao número de mortos não era uma questão de “representação errada ou distorção intencional”. O juiz Gray, ao deduzir que Irving havia concluído sua resposta, começou a fazer a próxima pergunta. Em vez de responder, Irving ergueu o olhar surpreso e explicou seu silêncio ao juiz: “Eu fiz uma pausa para efeito dramático”.¹⁶ Os risos se espalharam pela sala.

Quando saí do tribunal para almoçar, vi Ursula sentada ao lado do professor Sussman em um banco. Ele estava aos prantos. Ela acenou para que eu me aproximasse. Com a cabeça, aponte para o relógio, buscando indicar que só tínhamos uma hora para almoçar. Os demais membros da equipe jurídica já se apressavam a caminho do escritório de Rampton. Eu estava ansiosa para ouvir a avaliação deles acerca do que acontecera no tribunal. Também sabia que não queria me envolver no que claramente era, por algum motivo, um momento de emoção do professor Sussman. Ursula, todavia, foi insistente e, quando ela quer alguma coisa, até mesmo a pessoa mais decidida acaba se dobrando. Aproximei-me, disposta a conversar por apenas um minuto. Sussman desculpou-se profusamente por sua demonstração pública de emoção, explicando que ouvir Irving havia trazido à tona duras memórias pessoais. Ainda criança, ele fora enviado da Alemanha, onde nascera, à Inglaterra. Muitos de seus parentes não sobreviveram. Seus pais conseguiram chegar à Inglaterra. Ciente de que eu estava com pressa, afirmou ter apenas uma pergunta. “Quando minha mãe, natural de Hamburgo, contava sobre sua vida na Alemanha, ela citava Gustav Lipstadt. Ele era parente seu?”

Agora eu me via tomada pela emoção. Gustav Lipstadt era meu avô. Não cheguei a conhecê-lo. Meu pai, que morreu quando eu tinha pouco mais de vinte anos, não me contou muito a respeito, mas teria ficado feliz em me falar mais se eu tivesse demonstrado mais interesse. Para meu eterno arrependimento, porém, não o demonstrei. De repente, a análise legal acontecendo no escritório de Richard Rampton pareceu ter um significado menor. A única fotografia que tínhamos de meu avô mostrava um homem de rosto arredondado, cavanhaque, um sorriso ligeiramente retorcido, olhos excepcionalmente gentis e um bigode

muito volumoso. Eu sabia que era um homem muito bondoso, com um grande senso de humor e disposição para coisas incomuns – ou pelo menos aquilo que os judeus da burguesia alemã consideravam incomum. Ele atravessava um parque todas as manhãs em seu caminho para o trabalho. Um tocador de realejo acompanhado de um macaco costumava ficar na entrada do parque. Meu avô percebeu que poucas pessoas deixavam moedas em sua lata. Certa manhã, em seu caminho para o trabalho, pediu ao homem para lhe emprestar o instrumento musical. Então, começou a tocar, com o macaco ao seu lado. A receita do músico aumentou substancialmente. Eu queria fazer todo tipo de pergunta ao senhor Sussman. Ele, todavia, insistiu para que eu fosse conversar com os advogados. “Discutir o processo é mais importante”, declarou. Eu não tinha mais tanta certeza, mas, mesmo assim, fui encontrar a equipe jurídica.

Ao retornarmos do escritório de Rampton, vi minha amiga Grace. Quando ela era aluna de pós-graduação na Columbia, no final da década de 1960, costumava visitar meus pais no Upper West Side, em Manhattan. E agora me confessou baixinho: “Seu pai estaria orgulhoso de você?”. Apesar das raízes alemãs e do comportamento formal de meu pai, ele também gostava de fazer coisas incomuns. Todas as manhãs, levava Brandy, nossa cocker spaniel, para uma caminhada de cerca de vinte minutos. Em certo momento, essas caminhadas começaram a durar meia hora ou mais. Depois de mais ou menos duas semanas, ele explicou o porquê. Um casal de idosos tinha uma banca de jornal na esquina da 86 com a Broadway, que era parte do caminho que meu pai fazia com nossa cachorra. Certa manhã, ele descobriu que a esposa do dono da banca estava doente. E aí perguntou ao marido dela: “Como você faz para conseguir ir ao banheiro?” Quando o homem explicou que não podia deixar a banca, meu pai se prontificou a ficar ali alguns minutos todas as manhãs. E aí meu pai, aquele cavalheiro de aparência tão distinta, barba estilo Van Dyke, usando terno, chapéu cinza e sobretudo, com um cachorro na coleira, ficava vendendo jornais na Broadway.

Sussman havia surgido com uma ligação à minha família; Grace, com outra. Enquanto esperava o julgamento ser retomado, refleti sobre o fato de meu pai, que havia morrido novo demais, e meu avô, que eu jamais conhecera, terem surgido de forma tão inesperada naquele cenário. Eu já esperava que o julgamento me expusesse a histórias pessoais. Mas não esperava que me expusesse à minha própria história.

Depois do almoço, Irving retomou sua posição. Insistiu que não “manipulava suas fontes de acordo com seus desejos políticos e ideológicos para absolver o senhor Hitler”. Aliás, declarava que se “virava do avesso” para citar os crimes de Hitler. “Ele emitiu ordem de eutanásia para que os deficientes fossem mortos. [...] Ele ordenou a morte dos comandos britânicos no cativeiro alemão. Ele ordenou a execução da população masculina de Stalingrado e Leningrado.” Mas Hitler, acrescentou, também fizera coisas dignas de elogios. “Ele tirou sua nação do atoleiro depois da Segunda [sic] Guerra Mundial e a reunificou e deu um senso de direção e de orgulho, o que do ponto de vista alemão [...] foi algo louvável.”¹⁷

O juiz Gray pediu a Irving para responder nossa acusação de que ele atribuía a culpa pelo que foi feito aos judeus durante o Terceiro Reich “aos próprios judeus”. Irving declarou se tratar de uma “simplificação excessiva e grosseira”, embora reconhecesse que, em diversas ocasiões, havia dito: “Se eu fosse judeu, estaria mais preocupado não com quem apertou o gatilho, mas com o por quê”. Por que, questionava Irving, Joseph Goebbels, que, segundo ele, não era antissemita em seus primeiros anos, tornou-se um dos “maiores criminosos antissemitas de todos os tempos? [...] Seria alguma coisa na água? Alguma coisa deve tê-lo levado a mudar”. O juiz pediu esclarecimentos. “Posso saber o que o senhor quer dizer quando afirma que ‘alguma coisa deve tê-lo feito mudar’, alguma coisa feita pelos próprios judeus?” De repente, Irving pareceu recuar um pouco. Disse ao juiz Gray que deixaria isso para outra pessoa investigar, “porque tenho problemas com essa situação como ela está, Excelência, e não acho que alguém seria reconhecido por investigar isso”.¹⁸

Quando o juiz perguntou sobre nossa alegação de que ele tinha associações com neonazistas, Irving enfaticamente afirmou se tratar de “culpa por associação”. No máximo, ele talvez tivesse contato com alguém que tinha contato com alguém que era extremista. Comparou a situação a uma letra de música: “Dancei com um homem que dançou com uma mulher que dançou com o Príncipe de Gales”. O juiz Gray respondeu: “Eu entendo o que está dizendo e, de fato, essa não parece ser uma das questões mais relevantes neste processo”. Os comentários solidários do juiz eram preocupantes e eu continuava convencida de que a associação de Irving com neonazistas e antissemitas estava diretamente ligada à sua negação do Holocausto e era um aspecto importante do processo.

O juiz Gray perguntou-lhe sobre sua ligação com Zündel, e Irving disse que testemunhou no julgamento de Zündel porque acreditava ser “minha obrigação como historiador, como pessoa pública, apresentar provas. [...] Foi um erro porque [...] isso vem sendo usado como motivo para me destruir”.¹⁹

Depois de dar a Irving a chance de responder as nossas alegações, o juiz

perguntou se ele tinha alguma coisa a acrescentar. Irving afirmou que já havia falado das consequências pecuniárias de meu livro em sua vida. Entretanto, havia “uma consequência mais intangível à qual me vi sujeito, um fardo de ódio impossível de ser quantificado, mas que definitivamente existe”. Algumas semanas antes, em uma feira de livros de Los Angeles, um “membro de muita má fama da comunidade judaica, um dos membros mais extremistas dos Estados Unidos, com um longo registro criminal, foi ao estande e gritou que iria [...] me matar. ‘Você é um negacionista do Holocausto’, gritava enquanto era levado pela polícia”.²⁰ Tendo vivido em Los Angeles por muitos anos, eu não duvidava de que aquele incidente fosse possível, e cheguei a imaginar a identidade do culpado. Eu detestava esse tipo de tática, que apenas dava ao praticante uma falsa sensação de força e a quem estava do outro lado – nesse caso, Irving – uma oportunidade para fazer papel de vítima. Quando um estudante judeu de Londres disse que estava organizando um grupo para realizar um piquete em frente ao tribunal e gritar improperios contra Irving, implorei para que não fizesse isso. Eu planejava lutar com fatos, não com provocações.

O segundo exemplo de Irving foi mais desconcertante. Alguns meses antes do julgamento, sua filha deficiente de 38 anos tinha falecido. Segundo as informações que circularam na imprensa, foi um caso de suicídio. Depois do enterro, ele disse que a família recebeu uma coroa de rosas e lírios brancos com um cartão dizendo: “Uma morte realmente misericordiosa”. O cartão era assinado por “Philip Bouhler e amigos”. Bouhler fora o médico nazista no comando do programa de prática de eutanásia em alemães com deficiência física e mental.²¹

Sua história envolvendo o valentão judeu parecia plausível. Essa última, todavia, parecia fruto de sua imaginação e eu me perguntava se ele *não* a teria inventado. Assim que tive esse pensamento, senti culpa por duvidar de um homem cuja própria filha havia recentemente falecido em circunstâncias tão trágicas e lembrei-me do encontro que um pequeno grupo da Emory tivera com o Dalai Lama alguns anos antes. Quando descobriu que eu lecionava sobre o Holocausto, Dalai Lama falou sobre a importância de aqueles que foram oprimidos não se deixarem ser tomados pelo ódio a seus opressores. Eu teria que trabalhar para evitar que minha raiva por David Irving não se transformasse em ódio. Ele não valia tanto assim.

Aquela não era a primeira vez que eu lutava contra essas emoções. Há algum tempo, quando reclamava sobre o caos que Irving vinha causando em minha vida, Anthony me aconselhou a adotar outra perspectiva. “Pense na briga com Irving como uma daquelas situações em que você pisa na merda na rua. Não tem valor nenhum e nenhuma importância intrínseca. Agora, se você não limpar bem os sapatos e sair andando dentro de casa, isso sim pode causar danos.” Aquela batalha legal era uma maneira de limpar a merda dos meus sapatos.

Eu tinha acabado de me censurar por duvidar de Irving quando minha solidariedade foi colocada em xeque por seu comentário final: “O tipo de ódio ao qual esse livro me expôs é algo intolerável, indescritível, que não desejo para ninguém”.²² Muito embora àquela altura eu devesse estar acostumada às táticas de Irving, ainda ficava impressionada com o fato de ele parecer totalmente convencido de que era meu livro e não suas próprias palavras e ações a causa de seus problemas.

The Times (Londres), 12 de janeiro de 2000; *New York Times*, 12 de janeiro de 2000, p. 1.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 111–13.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), p. 114.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), p. 117.

IvP&DL, Fita cassete 88: Coletiva de imprensa de Irving em Brisbane, Queensland, 20 de março de 1986, lado 2 no. 107–126 conforme citado em *Evans Report*, 1.6.7, pp. 22–23.

David Irving, “David Irving on Freedom of Speech”, Victoria, Colúmbia Britânica, 28 de outubro de 1992, <http://www.fpp.co.uk/speeches/speech281092.html> (acesso em 12 de setembro de 2004).

David Irving, *Hitler's War*, pp. xii, xxii, 6–7 conforme citado em *Evans Report*, 2.32–2.3.3, pp. 30–31.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 147–50.

Publishers Weekly, 25 de março de 1996, pp. 25, 75, 8 de abril de 1996, p. 17; *Library Journal*, 15 de abril de 1996, p. 70.

Washington Post, 25 de março, 3, 4 de abril de 1996.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 133–34, 150.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 154–55.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 156–58.

David Irving em Clarendon Club, Londres, 15 de novembro de 1991, K3/11; David Irving a Tom Marcellus, 16 de janeiro de 1992, K3; 11th IHR Conference, 11 de outubro de 1992, p. 22, K3/13. *IvP&DL*, *Defendants' Closing Statement* [Alegações Finais dos Réus] (doravante *Closing Statement*), 5.iv.a.1.2–9, pp. 1–5. Disponível em www.hdot.org (acesso em 21 de março de 2004).

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 158, 164, 168.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 174, 175, 179.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 201–2.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 204–6.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 207–8, 214.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 215–17.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), p. 217. Helen Darville, “Irving’s Berlin”, *Australian Style*, março de 2000, pp. 83–91 <http://www.uq.net.au/~enhdemid/irving.html> (acesso em 15 de novembro de 2003).

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), p. 217.

CAPÍTULO 7 A SÉRIE DE DOCUMENTOS

Eu esperava que Rampton iniciasse seu interrogatório com uma pergunta eloquente. Ele se levantou, ajeitou a peruca e a toga, respirou fundo e falou: “Este é o tribunal mais inconveniente e desconfortável em que já estive. Por pouco não consegui me levantar. Não tenho acesso a meus documentos. [...] A testemunha está a quilômetros de distância dos documentos de que necessita. Mal consigo vê-lo por causa desse pilar, minha assistente também não consegue vê-lo”. Os risinhos pela sala se transformaram em gargalhadas quando o juiz Gray respondeu: “Fora isso, está satisfeito?” Na verdade, Rampton não estava, conforme disse ao juiz: “Exceto pela sensação de estar cozinhando vivo. [...] Talvez as autoridades pudessem pelo menos fingir que estamos no meio do verão e não na Sibéria”.¹ O juiz Gray prometeu pedir às autoridades – claramente seu controle sobre a equipe de manutenção do tribunal era limitado – para diminuir o aquecimento.

Virando-se para Irving, Rampton citou a história da coroa de flores em sua pergunta inicial. “Senhor Irving, [...] a história que o senhor acabou de nos contar de fato é elegíaca – e não falo de forma sarcástica, de maneira nenhuma; sendo totalmente sincero, o senhor atribui a culpa daquela terrível nota junto à coroa de flores ao livro de Deborah Lipstadt, certo?” Quando Irving respondeu que sim, Rampton observou que, se o que eu escrevi era verdade, então as adversidades de Irving eram sua responsabilidade. Entendi por que Rampton não podia ignorar a história da coroa de flores, muito embora ela me deixasse desconfortável. Mesmo assim, fiquei aliviada quando ele mudou de assunto.²

Rampton, ao perceber que Irving estava negando ser um negacionista do

Holocausto, leu um discurso que ele fizera em 1991 no Canadá:

Até 1988, eu acreditava que alguma coisa como um Holocausto realmente tinha acontecido. Acreditava que milhões de pessoas haviam sido assassinadas em fábricas de extermínio. Acreditava nas câmaras de gás. Acreditava em toda a parafernália do Holocausto moderno, mas, [em] 1988, quando [...] testemunhei no julgamento de Ernst Zündel, [...] conheci pessoas que pensavam diferente e que foram capazes de me provar que essa história não passava de uma lenda.³

Em 1991, em Londres, Irving chamou a alegação de que os alemães contavam com “fábricas de mortes com câmaras de gás, nas quais liquidaram milhões de seus oponentes” de “libelo de sangue contra o povo alemão”.⁴ Rampton se perguntava como Irving podia dizer esse tipo de coisa e ainda alegar não ser um negacionista. Irving explicou que não queria dizer que toda a “história do Holocausto” era uma lenda. A lenda era a parte da “parafernália, os equipamentos, as fábricas de extermínio e as câmaras de gás” nas quais milhões morriam. A maioria das pessoas, ele continuou, pensava no Holocausto como “seres humanos sendo forçados a andar na beirada de um poço e sendo empurradas por soldados empunhando rifles”. Irving não comentou que, como ele alegava que esses fuzilamentos eram ações isoladas não ordenadas por Hitler nem sancionadas pelo Terceiro Reich, ele estava efetivamente redefinindo o Holocausto.

Quando Rampton perguntou por que ele havia retirado todas as referências ao Holocausto na edição de 1991 de *Hitler's War*, Irving insistiu que a palavra era “ofensiva, [...] vaga, [...] imprecisa [...] e [...] deveria ser evitada a todo custo”. Sua aceitação em *Hitler's War* (1977), prosseguiu, de que Auschwitz era um centro de extermínio, era uma “aceitação indolente, da qual me arrependo”. Embora rejeitasse a noção de um “Holocausto com câmara de gás”, insistiu não ser um negacionista porque acreditava no “resto da história do Holocausto, ou seja, nos fuzilamentos na Frente Oriental”.⁵ Embora estivéssemos apenas começando o interrogatório, as táticas de Irving no tribunal já testavam minha paciência. Uma pergunta simples gerava respostas longas e sinuosas.

RAMPTON: Quantas pessoas o senhor acha que... quero dizer, pessoas inocentes, não estou falando de bombardeios, senhor Irving, estou falando de judeus inocentes. Quantos deles o senhor acha que os alemães mataram deliberadamente?

IRVING: O doutor está falando de pessoas como Anne Frank?

RAMPTON: Não importa se eram como Anne Frank ou não. Quantos judeus inocentes...

IRVING: Bem, quero dizer, ela é um exemplo típico e bastante interessante de levarmos em consideração porque todo mundo já ouviu falar de Anne Frank. Ela era inocente. Eu tenho filhas e, se o que aconteceu com ela acontecesse a uma das minhas filhas, eu ficaria extremamente furioso.

RAMPTON: Ah, entendi, então o senhor ou a senhora Frank talvez não fossem inocentes. É isso que está tentando dizer?

IRVING: Mas eu perguntei ao senhor sobre Anne Frank, não perguntei sobre os pais dela.

RAMPTON: Não, sinto muito, senhor Irving. O procedimento nessa corte é que o senhor não faça perguntas, eu as faço. Eu perguntei quantos...

IRVING: Eu não fiz nenhuma pergunta. Só disse que, bem, vamos falar de Anne Frank?

RAMPTON: Não, eu não quero falar sobre Anne Frank.

IRVING: O senhor quer falar sobre judeus anônimos, comuns, para que mais adiante possamos dizer: “Bem, eu não estava falando desses, eu estava falando daqueles”? É por esse motivo que não quer falar sobre Anne Frank, é claro, porque ela é uma judia que morreu no Holocausto e, ainda assim, não foi assassinada, a não ser que o senhor use a definição mais ampla possível de assassinato.

Em meio àquele teatro do absurdo, só consegui me lembrar da interação da dupla de comediantes Abbott e Costello em *Who's on First*. Comecei a rir, mas o comentário seguinte de Rampton me forçou a recuperar rapidamente o foco.

RAMPTON: Chegaremos a Anne Frank em algum momento, eu garanto. [...] Eu disse “matar deliberadamente”. Quantos judeus inocentes o senhor acha que os nazistas mataram deliberadamente durante o curso da Segunda Guerra Mundial? Essa era a minha pergunta.

Irving deu de ombros e disse a Rampton que não era especialista em Holocausto, portanto sua resposta não teria qualquer valor.⁶

“INDÍCIOS IRREFUTÁVEIS?”

Rampton lembrou a Irving que Hitler receberia com regularidade, do *Einsatzgruppen*, o esquadrão especial de extermínio, relatórios detalhados dos fuzilamentos. Como, então, prosseguiu, Irving podia defender que Hitler não aprovava os assassinatos? Por exemplo, o *Report to the Führer on Combating Partisans* (Relatório N^o 51) listava o número de judeus executados: 363.211. Rampton defendia que era pequena a chance de Hitler não ter visto o documento.

O relatório havia sido digitado usando uma fonte grande, conhecida como “fonte do Führer”, que Hitler era capaz de ler sem óculos. Foi rubricado por aqueles que preparavam os documentos para Hitler e marcado como “mostrado ao Führer”.

Irving respondeu que, se Hitler viu o documento, provavelmente não prestou atenção. Suas preocupações estavam em outro lugar. “Era o ápice da crise em Stalingrado. Ele esperava o tempo todo notícias do quarto exército, que havia enviado para resgatar o sexto exército. [...] O navio de guerra *Scharnhorst* está em alto-mar, [...] prestes a ser afundado naquele mesmo dia em que [o Relatório N^o 51] lhe foi mostrado. Hitler estava diante de muitas coisas acontecendo.” Irving alegou que Himmler talvez tivesse “colocado algum documento em meio a uma pilha de outros que seriam mostrados ao Führer” para posteriormente alegar que havia avisado a Hitler sobre o que estava acontecendo com os judeus. Depois de apresentar essa teoria, Irving avisou ao juiz Gray: “Não atribua valor probatório ao que acabei de dizer [...] porque estou literalmente especulando com base em indícios muito frágeis”.⁷

O comentário de Irving sobre a insignificância desse indício deu a Rampton a chance de trazer a argumentação de volta no sentido de nosso alvo. “Senhor Irving, não estamos desse lado da corte com o objetivo de provar o que aconteceu, estamos apenas interessados nos indícios que um historiador de reputação colocaria na balança e pesaria antes de chegar a uma conclusão”. Alguém em Berlim havia redigitado esse relatório na “fonte do Führer”. Alguém o tinha colocado em frente a Himmler, que o assinou. Alguém o havia incluído nos documentos selecionados que eram apresentados a Hitler. Alguém havia marcado como “mostrado ao Führer”. Por que, Rampton questionava, se esses fuzilamentos eram meramente atos criminosos promovidos por comandantes dissidentes da ss, conforme Irving alegava, aqueles próximos a Hitler teriam colocado tal documento diante dele? Irving, por sua vez, alegou que, se Hitler de fato viu o documento, “não se importou” com as vítimas. Eram judeus da Europa Oriental, a quem Hitler olhava como “um homem talvez olhe para um formigueiro”.⁸ Dessa vez, eu achava que a descrição de Irving estava correta.

Com a tarde chegando ao fim, Rampton retomou a alegação de Irving de que o diário de Himmler apresentava “indícios irrefutáveis” de que, já em novembro de 1941, Hitler havia ordenado que não houvesse nenhuma “‘execução’ dos judeus”. Rampton apontou que o diário falava apenas sobre um único trem transportando judeus. Irving explicou que, quando copiou a citação, cometeu um “erro bobo”. Havia, por engano, colocado um “e” na palavra “transport”, transformando o singular (apenas um trem com judeus) em plural (trens transportando judeus). De qualquer forma, observou, quase sem dar importância à questão, quase trinta anos tinham se passado desde que encontrara essa entrada de diário. Sugeriu que seria errado esperar que ele se lembrasse das

circunstâncias precisas da transcrição.⁹ Os acadêmicos costumam cometer erros ao fazer transcrições, sobretudo quando trabalham em um arquivo. Contudo, eu duvidava que Irving teria cometido tamanho erro com um documento que considerasse significativo.

Quando terminou, pacientemente guardei toda a minha parafernália. Embora tivesse passado o dia todo sentada, fazendo praticamente nada além de ouvir, sentia-me profundamente cansada e feliz por poder voltar para casa, como eu já chamava meu apartamento em Londres. Fiquei aliviada por não ver nenhum paparazzi, o que me fez ter uma grande surpresa na manhã seguinte, ao me deparar com uma fotografia minha saindo do tribunal.

A sessão do dia seguinte teve início com Irving pedindo permissão para apresentar alguns documentos que acreditava serem úteis para a discussão do registro de telefonemas de Himmler. Começou com uma carta de 1974, que havia escrito a um historiador alemão que apresentava uma transcrição do registro. Irving parecia prestes a começar a explicar ao juiz Gray que o documento demonstrava quanto tempo havia se passado desde que ele traduzira a entrada pela primeira vez, mas o juiz o interrompeu: “O sr. [...] transcreveu *Judentransport*, J-U-D-E-N-T-R-A-N-S-P-O-R-T, no singular, e isso foi em 1974”. Rapidamente olhei para o documento. Como era de se esperar, nessa carta Irving havia corretamente transcrito “transport”, no singular. Isso provava que sua alegação de ter cometido um “erro bobó” era falsa. Quando publicou *Hitler’s War*, três anos depois, em 1977, ele sabia que o telefonema de Himmler a Heydrich dizia respeito a um único trem levando judeus. Portanto, sua afirmação no livro de que ele tinha indícios irrefutáveis de que Hitler tentara conter a deportação de judeus – em oposição a um único trem com judeus – era falsa e Irving sabia disso.

Irving pareceu momentaneamente surpreso com a observação do juiz. Parou, releu a carta e, em seguida, com uma leve reverência de agradecimento ao juiz Gray, reconheceu: “Vossa Excelência está absolutamente correto. Absolutamente correto”. Apesar de ter sido pego pelo juiz em sua própria ficção, Irving não demonstrou constrangimento. Sem perder o ritmo, ofereceu uma explicação alternativa. Não havia lido errado o texto. Havia interpretado a palavra *Judentransport* como sendo o transporte de *todos* os judeus. E agradeceu ao juiz: “Fico em dívida com Vossa Excelência por ter [...] me levado de volta à minha mentalidade de 26 anos atrás”.¹⁰ Embora o juiz tenha se calado sobre o que fez Irving mudar de ideia com relação ao transporte, Rampton escolheu provocá-lo: “Quando o senhor se senta no banco das testemunhas para responder perguntas sob juramento, simplesmente encontra as respostas no ar, não é?”¹¹

Rampton pediu a Irving para mostrar os indícios que o levavam a afirmar que Himmler fora “convocado” a ir ao *bunker*. E Irving imediatamente respondeu:

“Minha grande expertise no assunto”. Rampton, que analisava seus papéis, ergueu o olhar espantado. “O quê?!” Irving repetiu sua resposta: “Minha enorme expertise no assunto. Quer que eu elabore?” O juiz Gray, parecendo um tanto perplexo com a resposta, sugeriu que era melhor Irving explicar-se melhor, pois o próprio juiz não sabia se tinha entendido a resposta. Irving elucidou que nenhum oficial do Reich podia aparecer à porta de Hitler sem permissão. Sendo assim, Himmler certamente fora “convocado”. Rampton perguntou se Himmler não tinha uma posição alta o suficiente para poder ligar para Hitler e perguntar se poderia ir ao *bunker* para lhe contar uma coisa. Irving concordou que sim, Himmler estava em tal posição. Nesse caso, Rampton indagou, por que Irving havia usado a palavra “convocado”? “Porque aí Hitler teria dito: tudo bem, venha me ver”.¹² Mais uma vez fiquei perplexa com a desfaçatez da explicação. A presumida resposta de Hitler, “venha me ver”, justificava a palavra “convocado”.

Em seguida, Rampton perguntou sobre a afirmação de Irving de que, depois de ter sido “convocado”, Himmler foi “obrigado” a ligar para Heydrich para ordenar a interrupção das mortes. A ligação a Heydrich foi feita, segundo o diário de Himmler, à 1h30 da tarde, uma hora antes de ele se encontrar com Hitler. Não havia indício documental para provar que Himmler estivera com Hitler antes do telefonema. Rampton questionava quem “obrigou, quer dizer, forçou Himmler a fazer esse telefonema”. A resposta de Irving foi inequívoca: “Sua própria consciência interna. Foi por isso que usei a palavra ‘obrigado’. Caso contrário, eu teria escrito ‘recebeu ordens’”. De forma um tanto lacônica, Rampton observou que as respostas de Irving dificilmente apresentavam os “indícios irrefutáveis” que ele prometia a seus leitores. Ademais, Rampton advertiu Irving, “quando falamos em ‘indícios’, estamos falando de ‘indícios’ e não de ‘inferências’”.¹³

Depois, Rampton questionou Irving sobre suas afirmações de ter “lido errado” a palavra “haben”, como “Juden”, transformando a entrada do diário de Himmler de 1º de dezembro de “líderes administrativos da ss devem permanecer onde estão” em “judeus devem permanecer onde estão”. Sua explicação continha uma falha básica, pois deixava “Verwaltungsführer der ss” (“líderes administrativos da ss”) no ar, como se não significasse nada. Irving havia submetido à corte a página da qual havia tirado notas sobre a entrada de 1º de dezembro do diário. As notas mostravam que ele havia apagado com corretivo o termo “Juden” e substituído por “haben”. A correção fora feita, ele alegou, com uma máquina de escrever da qual havia se desfeito há dez ou quinze anos. “Foi então que percebi meu erro”, Irving disse a Rampton.¹⁴ A explicação de Irving, todavia, criou mais uma complicação para ele. Meu adversário havia acabado de apresentar o indício com uma correção que havia feito em uma máquina de

escrever da qual havia se desfeito há dez ou quinze anos. Em outras palavras, Irving havia descoberto seu erro e o corrigido em suas notas bem antes da publicação da edição de 1991 de *Hitler's War*. Sua falha em corrigir o “erro” no livro, alegou Rampton, era deliberada. “O senhor queria sustentar diante do público a imagem de um Adolf Hitler benigno e magnânimo estendendo o braço para salvar os judeus”. Rampton negava com a cabeça e não parecia nada convencido enquanto Irving apresentava seus argumentos.¹⁵

CITAÇÕES SELETIVAS E SIGNIFICADOS DETURPADOS

Continuando seu ataque à “série de documentos” de Irving, que supostamente mostraria o comportamento magnânimo de Hitler para com os judeus, Rampton voltou ao relato de Bruns que Irving citara em seu discurso de abertura. Em abril de 1945, os britânicos haviam gravado o general alemão Walter Bruns descrevendo para seus colegas alemães prisioneiros de guerra o assassinato em massa de cinco mil judeus em Riga. No primeiro dia do julgamento, o adversário havia defendido que, se fosse um negacionista, não teria citado esse documento repetidas vezes.¹⁶

Rampton reconheceu que Irving estava certo. Ele de fato havia citado o relato de Bruns em diversas ocasiões. Contudo, prosseguiu Rampton, fizera-o de modo a deturpar completamente o significado. Segundo o documento, Bruns disse a seus colegas prisioneiros que, depois de testemunhar o fuzilamento, ele reclamou com o oficial da ss no local, Altemeyer, dizendo que as vítimas representavam uma “força de trabalho valiosa” que não deveria ser desperdiçada. Altemeyer transmitiu a queixa de Bruns a Berlim e, em seguida, reportou a Bruns que Hitler havia emitido novas ordens: “Os fuzilamentos em massa desse tipo não devem voltar a acontecer no futuro. [...] Eles devem ser realizados com mais discrição”. Segundo o relato de Bruns, Hitler conhecia (e essencialmente aprovava) os assassinatos.

Mas Irving havia propagado, afirmava Rampton, uma interpretação muito diferente e desonesta do relatório de Bruns em 1992, durante uma fala que ele fizera no Institute for Historical Review, com sede na Califórnia. Ciente de que Rampton era considerado um profissional metucioso, que jamais entrava no tribunal sem estar totalmente preparado, fiquei surpresa quando ele não conseguiu lembrar-se do nome do instituto. Hesitou até Heather rapidamente lembrá-lo. Naquele encontro, prosseguiu Rampton, Irving também havia dito a seu público que Bruns protestara contra os assassinatos e, em seguida, “chega uma ordem de Hitler: ‘esses fuzilamentos em massa precisam parar imediatamente’, então Hitler interveio para impedir [os fuzilamentos]”.¹⁷ Em

um artigo no *Journal of Historical Review*, Irving repetiu essa interpretação errada quando escreveu que Hitler havia ordenado que esses assassinatos em massa cessassem imediatamente.¹⁸ O que Irving fez foi incluir a primeira metade da ordem de Hitler – que os fuzilamentos em massa deveriam cessar –, mas omitir a segunda parte – que os fuzilamentos fossem realizados de forma mais discreta. Quando Rampton lhe perguntou por que ele havia falado ao público apenas sobre metade da ordem de Hitler, Irving respondeu que não escrevia livros sobre o Holocausto. Escrevia sobre Adolf Hitler e aquele relato provavelmente “encheria o saco” de seus leitores. Ademais, prosseguiu Irving, ele havia reduzido a ordem de Hitler porque “indícios mostram” que ele não emitiu tal ordem. Rampton questionou a alegação de Irving. Não havia nenhum indício de que Hitler não tivesse emitido a ordem. Havia, na melhor das hipóteses, apenas uma “ausência de indícios”. Irving lançou um olhar furioso para Rampton.

IRVING: Detesto lembrar o princípio básico do sistema jurídico inglês, segundo o qual um homem é inocente até que se prove o contrário, certo?

RAMPTON: Hitler não está sendo julgado.

IRVING: Hitler está, de alguma forma, excluído dessa regra geral de jogo limpo?¹⁹

Eu quase caí da cadeira. Por um instante, todos no tribunal, incluindo o juiz Gray, pareceram espantados. Rampton seguiu pressionando, demandando que Irving admitisse que sua versão da ordem de Hitler – incluindo apenas a primeira metade e deixando a segunda de fora – era “completamente desonesta”. Irving insistiu que não tinha feito nada errado e que havia apresentado a seus leitores e ouvintes as partes essenciais da informação. O juiz Gray virou-se para Irving e o aconselhou: “Leia o senhor mesmo [...] e pense na resposta, senhor Irving”. Irving não recuou. Ele não via “qualquer objeção” a seu resumo do relato de Bruns. O juiz Gray, soando um pouco frustrado, interveio outra vez. “Posso ser mais direto, senhor Irving? [...] O senhor acredita que isso que disse, [...] ou seja, que a ordem era para que os assassinatos em massa cessassem imediatamente, deturpa totalmente o sentido da conversa de Bruns no cativeiro, uma vez que Bruns deixa claro que Altemeyer disse que os assassinatos deveriam continuar?”²⁰ Irving mais uma vez não recuou. Depois de um instante, o juiz Gray pareceu estar prestes de dizer alguma coisa. Após um momento de consideração, ajoelhou-se na cadeira e não disse nada.

Almocei com Rampton e perguntei sobre suas “táticas” no tribunal. Certamente havia certos traços estilísticos que ele adotava e que eu, como novata, talvez não percebesse. Ele me contou que tomava o cuidado de não olhar para as testemunhas enquanto as interrogava. “Pode notar que não olho para

Irving nem quando lhe faço perguntas diretamente”. Rampton tinha dois motivos para agir assim. “Se você olha para alguém por períodos longos de tempo, tende a desenvolver um relacionamento com aquela pessoa. E isso é a última coisa que quero com Irving”. Havia outro motivo: “Quero transmitir a mensagem de que acho ele e a empreitada dele pequenas”. Rampton então me lembrou de quando pareceu esquecer o nome do Institute for Historical Review. “Eu a deixei assustada quando não consegui lembrar o nome?” Admiti que a situação me incomodou, sobretudo considerando que as informações do instituto eram tão presentes nas atividades de negacionismo de Irving. Sorrindo, Rampton explicou que não havia esquecido o nome da organização. “Foi o meu jeito de mostrar que considero o instituto insignificante”.

Depois do almoço, ele continuou interrogando Irving sobre indícios que, ao nosso modo de ver, contradiziam suas alegações sobre Hitler. Em 12 de dezembro de 1941, logo após a Alemanha declarar guerra aos Estados Unidos, Hitler falou com os mais altos líderes políticos e administrativos do Partido Nazista. Reiterou sua “profecia” de janeiro de 1939 – se os judeus precipitassem uma guerra mundial, eles viveriam sua própria aniquilação. Ele repetira essa ameaça em ocasiões anteriores. Dessa vez, todavia, acrescentou algo: “*A guerra mundial chegou, a aniquilação da judiaria deve ser a consequência necessária*” (ênfase adicionada).²¹ Parecia muito claro que Hitler estava dizendo: “A guerra chegou. A aniquilação dos judeus está prestes a se tornar uma realidade”. Essa era mais uma indicação da culpabilidade de Hitler. Rampton apontou que Irving, em seu livro *Goebbels*, havia citado outros trechos do discurso, mas convenientemente omitido essa passagem crucial.

Quando o interrogatório da semana chegou ao fim, eu me sentia completamente esgotada. E foi então que um jornalista se aproximou. Educadamente lembrei que eu não falaria com a imprensa. “Disso eu sei”, afirmou. “Quero dizer uma coisa *para você*.” Irving acabara de ser abordado por uma mulher que lhe disse que seus pais tinham sido assassinados nas câmaras de gás em Auschwitz. E ele respondeu alto o suficiente para alguns jornalistas ouvirem: “Senhora, a senhora talvez fique feliz em saber que eles muito provavelmente morreram de tifo, como Anne Frank”.²² Estremeci. O jornalista prosseguiu: “Por que alguém ficaria ‘feliz’ em saber que os pais morreram de tifo aprisionados em um campo de concentração?” Balancei a cabeça. Mesmo se eu pudesse conversar livremente com ele, não saberia o que dizer.

Estava ansiosa para retornar ao meu apartamento, preparar o jantar e dormir lendo um bom livro, preferencialmente algo que não tivesse nada a ver com o Holocausto. Quando estava saindo, Ninette Perahia, uma amiga dos Blumenthals e esposa do pianista clássico Murray Perahia, abordou-me para me convidar para um jantar informal com sua família naquela noite. “Massa caseira”, foi como ela descreveu. Recusei. Mais uma vez, Ursula insistiu: “Venha. Acho que

uma noite de descontração lhe fará bem”. E, mais uma vez, contra minha vontade, concordei em ir. Algumas horas depois, encontrei os Blumenthals na estação de metrô Green Park em Piccadilly. Seguimos por uma área residencial de Londres e, quando chegávamos à casa dos Perahia, dois garotos exuberantes vieram correndo nos encontrar.

Quando entramos na casa, fomos envolvidos pela música de Bach: *As Variações Goldberg*. Precisei de um momento para perceber que não era um CD, mas a “coisa de verdade”. O pianista clássico vencedor do Grammy, Murray Perahia, cuja família havia sido marcada pelo Holocausto, estava na sala ao lado, ensaiando para seu próximo concerto no Lincoln Center, em Nova York. Sem querer perturbá-lo, ficamos no vestibulo, desfrutando de nosso concerto particular. Enquanto as belas notas da música tocada por um dos maiores intérpretes de Bach de nosso tempo lavavam minha alma, minha exaustão começava a se dissipar. Lentamente a memória das lágrimas de Sussman, a senhora com o número tatuado em seu antebraço e a resposta de Irving à mulher cujos pais haviam morrido em Auschwitz começaram a se afastar de minha mente, mesmo que apenas por aquele momento.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 218–19.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), p. 219.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), p. 225; David Irving em Calgary, Canadá, 29 de setembro de 1991, *IvP&DL*, K3/9 conforme citado em *Closing Statements*, 5.iv.a.1.1, p. 2.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), p. 229. David Irving em Clarendon Club, Londres, 15 de novembro de 1991, *IvP&DL*, K3/11, conforme citado em *Closing Statements*, 5.iv.a.1.2, p. 2.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 225–26, 230, 239–46.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 232–34.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 264–65.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 266, 276.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 289–91.

IvP&DL, 2^o Dia (12 de janeiro de 2000), pp. 289–91.

IvP&DL, 3^o Dia (13 de janeiro de 2000), p. 30.

IvP&DL, 3^o Dia (13 de janeiro de 2000), pp. 34–37.

IvP&DL, 3^o Dia (13 de janeiro de 2000), pp. 37–42.

IvP&DL, 3^o Dia (13 de janeiro de 2000), p. 17.

IvP&DL, 3^o Dia (13 de janeiro de 2000), p. 74.

IvP&DL, 1^o Dia (11 de janeiro de 2000), pp. 46–47.

IvP&DL, 3^o Dia (13 de janeiro de 2000), pp. 83–88, 101.

David Irving, “Speech to IHR Conference”, Outubro de 1992, *IvP&DL*, K3/13/24 conforme citado em *Closing Statements* 5(i)d.2, pp. 20–24. Ver também David Irving, “Introduction to the American Edition of *Hitler’s War*”, *JHR*, pp. 415, n. 7, conforme citado em *Closing Statements*, 5(i)d.2, p. 22.

IvP&DL, 3^o Dia (13 de janeiro de 2000), pp. 91–93.

IvP&DL, 3^o Dia (13 de janeiro de 2000), pp. 96–99.

Closing Statements, 5(i)e.B3.18, p. 32.

Sunday Telegraph (Londres), 16 de janeiro de 2000; *Jewish Telegraphic Agency*, 18 de janeiro de 2000; *Chicago Tribune*, 23 de janeiro de 2000. (Segundo alguns repórteres, a mulher disse que seus avós morreram em Auschwitz. O jornalista que falou comigo disse “os pais dela”.)

CAPÍTULO 8

O HOLOCAUSTO: EXTERMÍNIOS ALEATÓRIOS OU GENOCÍDIO SISTEMÁTICO?

Com o objetivo de acomodar o máximo possível de espectadores que quisessem assistir à audiência, o juiz Gray conseguiu levar o julgamento para a sala de número 73, a maior do tribunal. Com paredes brancas, mesas de madeira clara e cadeiras comuns de escritório, o local mais parecia uma sala de aula de alguma universidade da década de 1960. Considerando o caráter comum do ambiente, concluí que, se o filme *Testemunha de Acusação*, baseado no livro de Agatha Christie, tivesse sido filmado ali, jamais teria se tornado um clássico, mesmo com Tyrone Power e Marlene Dietrich. Na mesa à nossa frente, atrás do banco do juiz, havia um brasão real enorme e dourado, dando à sala sua única característica oficial. A galeria pública de vários degraus ao fundo podia acomodar cerca de 60 pessoas.

Janet Purdue, a meirinha, era uma mulher sociável, pesada, de cabelos escuros, com cerca de 40 anos e um discreto sotaque da região londrina de East End. Precisamente às 10h25 da manhã, ela abriu as portas. Guiava as pessoas a seus assentos e verificava credenciais da imprensa, gerenciando com habilidade o burburinho. Quando os assentos estavam tomados, Janet fechou as portas, deixando algumas pessoas reclamando no corredor. Quando veio à minha mesa, a toga balançando conforme ela andava, sugeri que deixasse as pessoas no corredor assistirem à sessão de pé. Ela me censurou friamente: “Ninguém fica de pé na corte”. Rapidamente decidi não contrariar. O juiz Gray presidia o caso. Janet claramente presidia a sala.

Irving começou dizendo ao juiz que, quando apresentara informações a seu

respeito, na semana anterior, não havia exposto o suficiente da sua reputação como historiador. O juiz Gray assegurou a Irving que ele havia “produzido o suficiente”, particularmente considerando que aquela era “uma ação sobre o livro da professora Lipstadt”, e não sobre a reputação de Irving. Mesmo assim, meu adversário insistiu que sua reputação era relevante porque “as fontes nas quais esse livro se baseia foram e são parte fundamental dessa campanha para destruir minha legitimidade”. Gray concordou que a reputação de Irving era até certo ponto importante. “Se a professora Lipstadt entrou para uma espécie de grupo político composto de críticos seus...” Assim que o juiz Gray falou “grupo político”, os olhos de Irving se arregalaram. Batendo os punhos em afirmação, ele interveio em voz alta: “É essa a expressão”. Irving talvez tivesse ficado satisfeito com a escolha terminológica do juiz Gray. Eu não fiquei, pois temia que ela pudesse sugerir um desprezo inconsciente pelas críticas a Irving. Gray afirmava que, se Irving tivesse como provar que eu era parte de uma conspiração que me oferecia informações, a defesa teria de justificar o fato de eu ter tomado esse material como base.¹

Em seguida, Irving reclamou – mais uma vez – por eu não ser interrogada. Eu sabia que meu testemunho não nos favoreceria, mas estava cada vez mais preocupada com meu silêncio. Eu raramente evitava uma briga, mesmo quando a lógica me dizia o contrário. Entreguei uma nota a Rampton: “Lembre-se: eu estou pronta para testemunhar”. Meu advogado amassou o papel e negou com a cabeça, como se eu estivesse dizendo algo de que ele já sabia.

Irving, ao anunciar que tinha provas capazes de desafiar a credibilidade de Robert Jan van Pelt, perguntou se era obrigado a apresentar essas provas à defesa. O juiz Gray explicou que, se elas estivessem ligadas à questão em análise, teriam, sim, de ser apresentadas. Contrariado, meu adversário disse que obedeceria, muito embora isso fosse como “jogar pôquer com a outra pessoa podendo contar com um espelho em cima da sua cabeça”. O comentário fez Rampton se levantar. O processo, protestou, não era um jogo de pôquer. “Todas as cartas têm de estar sobre a mesa”. Soando um pouco abatido, Irving insistiu que merecia elogios, e não críticas. “Não acho que [...] algum dos envolvidos em qualquer processo tenha entregado mais provas do que eu entreguei, incluindo todos os meus diários”. O juiz Gray assentiu, concordando: “Justo... correto”.² Ouvi Anthony discretamente bufar atrás de mim. “Os diários? Ele lutou com unhas e dentes por esses diários”. Fiquei surpresa – e um tanto irritada – com o fato de o juiz Gray parecer não saber disso.

FLOCOS DE MILHO E UTENSÍLIOS

Não que eu tivesse tido tempo para refletir sobre a atitude do juiz Gray. Irving

voltou ao banco das testemunhas e Rampton deu sequência ao interrogatório. Começou com as interceptações de Bletchey Park, durante a Segunda Guerra Mundial, que Irving havia entregado como indício. Bletchey Park, a 80 quilômetros de Londres, abrigava a Ultra, o projeto ultrassecreto que decifrou o código da Enigma alemã. Entre os materiais descryptografados estavam relatos de unidades na Frente Oriental descrevendo os massacres dos judeus. Em agosto de 1941, um general vangloriou-se pelo fato de 30 mil judeus já terem sido mortos em sua região. Com base nesse tipo de comunicação, os especialistas em inteligência britânicos concluíram, em setembro de 1941, que existiam “indícios de uma política de selvagem intimidação, se não de irrevogável extermínio”. Churchill, diante da única opção colocada por Hobson, não declarou nada publicamente – apesar do fato de que, se tivesse exposto a situação, algumas vítimas se tornariam cientes de seu destino – porque tornar pública a informação levaria os alemães a deduzirem que os britânicos haviam quebrado seu código.

Uma das descryptografias que Irving entregara contava que, em novembro de 1941, 940 judeus de Berlim haviam sido despachados para Riga em um trem equipado com 300 quilos de pão, 200 quilos de ervilhas, 300 quilos de flocos de milho, 47.200 Reichsmark, farinha, alimentos, pó para sopa e especiarias. Alguns dias depois, outra mensagem interceptada relatava que um trem de judeus alemães de Bremen também havia sido enviado para Riga com “Geräte” (“utensílios”), termo que Irving traduziu como sendo ferramentas para realizarem seus trabalhos. Essas descrições provavam, Irving argumentava, que os judeus estavam sendo reinstalados com alimentos suficientes para satisfazer suas necessidades imediatas, ferramentas para realizarem seus trabalhos e uma quantidade suficiente de dinheiro. As descrições constituíam uma “mancha na imagem” do Holocausto e se opunham à percepção de “vítimas em situação lamentável [...] amontoadas em trens, sem alimento e água por três ou quatro dias, atravessando a Europa a caminho da morte”.

Rampton perguntou a Irving quais provas ele tinha de que aqueles itens realmente seriam entregues aos judeus. Irving deu de ombros e calmamente disse: “Nenhuma”. Em seguida, acrescentou que “seria perverso imaginar que não fossem”. Contrastei sua convicção de que os mantimentos no trem provavam que os judeus estavam sendo reinstalados com sua insistência de que somente um documento assinado por Hitler seria capaz de provar que os líderes alemães haviam encomendado o Holocausto. Rampton agiu de forma similar, declarando que Irving estava pronto para “chegar a conclusões em favor da ss e dos nazistas em todas as ocasiões”. Essas mensagens interceptadas, prosseguiu Rampton, em vez de constituírem uma “mancha na percepção do Holocausto”, simplesmente indicavam que trens transportavam mantimentos e dinheiro, parte dos quais talvez fossem para os judeus antes de sua morte. Então, para provar seu argumento, Rampton expôs a Irving um relatório comunicando que, em 25 de

novembro de 1941, oito dias depois de trens repletos de flocos de milho deixarem a Alemanha, 2.934 judeus de Berlim, Munique e Frankfurt foram executados em Kovno, na Lituânia. “Parece provável que esse tenha sido o destino de seu trem com 944 judeus bem abastecidos?” Irving respondeu: “Não é impossível”.³

A próxima resposta de Irving me deixou surpresa. Rampton perguntou quantos judeus haviam sido mortos na Frente Oriental. Irving respondeu: “No mínimo meio milhão, provavelmente 1,5 milhão”. Suas estimativas anteriores haviam sido, no máximo, centenas ou alguns milhares. Passei uma nota a Anthony: “Por que ele está admitindo um número tão grande de mortos?” Anthony respondeu: “Acho que está fazendo (o que ele pensa ser) um jogo tático de recuar e avançar para continuar sua prática de atrair públicos variados – negar um pouco para os negacionistas, admitir um pouco para a corte e o (resto do) mundo civilizado. Mas não se preocupe, esse jogo está fadado ao fracasso com o desenrolar do julgamento porque, sob interrogatório cruzado, é impossível manter posições alternativas”.

Rampton deve ter interpretado essa tática de forma similar. Insistiu que Irving afirmasse que os judeus a quem se referia haviam sido “mortos por fuzilamento”. Embora Rampton não dissesse, eu sabia que ele queria evitar que nosso adversário, em seguida, atribuisse as mortes a privações geradas pela guerra. Irving apresentou uma resposta qualificada: eles haviam sido fuzilados, mas não por ordens de Berlim, que “colocou os judeus e as outras vítimas em trens e os enviou ao Leste com alimentos e equipamentos para começarem uma nova vida. Quando eles chegaram ao destino, o sistema falhou e assassinos apareceram”.⁴

Apontando que relatos do assassinato de grandes números de judeus eram transmitidos a Heydrich, oficial de Himmler, Rampton perguntou a Irving se essas mensagens não eram “indício de algum tipo de sistema operando a pedido [...] das autoridades em Berlim”. O juiz Gray ecoou a pergunta de Rampton: “Berlim *deve ter tido conhecimento* que os extermínios continuavam, conforme o senhor [Irving] admite, em escala massiva. Nessa medida, aceita que foram sistemáticos?” [ênfase adicionada]. Embora eu acreditasse firmemente que a História não devesse ser julgada no tribunal, começava a sentir que, quando lidávamos com um homem como Irving, o tribunal oferecia certas vantagens. Aqui, quando o juiz ou advogado da outra parte fazia uma pergunta, respostas evasivas e imprecisas não eram suficientes.

Depois de hesitar um pouco, Irving admitiu que esses assassinatos eram sistemáticos. No entanto, antes que eu pudesse sequer processar as implicações dessa admissão, ele qualificou sua resposta: eram como o extermínio de Mỹ Lai, no Vietnã, no qual os soldados americanos massacraram civis. Na guerra, defendia ele, coisas desse tipo acontecem: “Elas são subsequentemente encobertas pelas pessoas no comando”. Como uma *baby boomer* e ativista na

década de 1960, eu me lembrava muito bem de Mÿ Lai. Aliás, tive a oportunidade de conhecer um piloto de helicóptero americano que tentou conter o massacre. Portanto, eu sabia que Mÿ Lai era um assunto totalmente diferente. Os soldados alemães deixaram documentos como rastros, ao passo que os soldados americanos esconderam sua ofensiva. Havia um fluxo consistente de informações vindas da Frente Oriental, incluindo um relatório dos *Einsatzgruppen* listando: “Execuções realizadas: 137.346”. Dessas, 98% eram de judeus. “Essas coisas não chamam sua atenção, senhor Irving?” Em vez de responder, ele diminuiu a pergunta de Rampton: “Isso é de grande interesse para um historiador que se concentra no Holocausto, mas não para um historiador cujo foco é Hitler”.⁵

Rampton ignorou o comentário e continuou mostrando a Irving indícios de que a morte de judeus na Frente Oriental era bem conhecida pelas autoridades do alto escalão de Berlim. No início de 1942, o chefe da ss em Minsk disse a oficiais civis que “uma completa aniquilação dos judeus” não era então possível “porque o chão está congelado demais para escavarmos [...] valas comuns”. Tampouco, prosseguia o oficial, podia “uma completa erradicação dos judeus” acontecer naquele momento “porque trabalhadores ainda eram necessários [entre eles]”.⁶ Mais uma vez, Irving depreciava o significado dos indícios, descrevendo-as como “um substituto pobre para a coisa de verdade” – prova concreta de que Hitler havia ordenado os extermínios. Sua recusa em considerar o indício histórico nesses documentos criou para Rampton a oportunidade de voltar a concentrar a atenção do tribunal em nosso argumento central: “Qual é a sua tarefa como historiador, senhor Irving? [...] Não seria apresentar uma interpretação objetiva e justa do efeito cumulativo de todos os indícios? O senhor não chega a conclusões claras, com base nos indícios diante de seus olhos, simplesmente porque não tem uma folha de papel assinada por Adolf Hitler dizendo ‘faça isso?’”⁷ Para Irving, flocos de milho em um trem significavam que os judeus estavam felizes, reassentados; ademais, uma mensagem de Himmler para Heydrich dizendo para não fuzilar um trem de judeus constituía prova incontroversa de que Hitler dera a ordem para cessar os extermínios.

Rampton adotou um tom mais insistente: “O que a ss estava fazendo no Leste [...] a um total de talvez 1,5 milhão [de judeus] [...] foi conduzido com a autoridade e o conhecimento de pelo menos Heydrich em Berlim?” Irving respondeu de forma categórica: “Sim, claramente”. Rampton parecia aliviado. “Enfim tenho a confissão de que Heydrich autorizou e sabia do fuzilamento dessas centenas de milhares de judeus no Leste”. Irving protestou dizendo não se tratar de uma confissão porque ele vinha dizendo isso “desde o começo”.⁸

Rampton pediu a Irving para examinar uma cópia da entrada de diário de Himmler de 18 de dezembro de 1941. Irving protestou, alegando que o documento era irrelevante, uma vez que ele não tivera acesso a esses escritos quando estava escrevendo seu livro. O juiz Gray reconheceu que havia “muito peso” na argumentação de Irving, mas acrescentou uma ressalva, que se a defesa apresentasse um documento com o qual Irving não estivesse familiarizado, mas que apontasse inequivocamente em uma direção particular, e Irving negasse isso, poderíamos todos defender que Irving não estava sendo objetivo diante de um novo documento.⁹ A regra do juiz Gray ilustrava que Irving encontrava-se diante de um problema que ele mesmo havia criado. Se rejeitasse documentos que inequivocamente comprovavam que ele estava errado, ele provaria que eu estava certa, ou seja, admitiria ignorar os indícios que fossem contrários às suas conclusões pré-existentes. Se aceitasse esses documentos, teria de admitir que estava errado sobre o Holocausto. Eu começava a ver como a estratégia que Anthony me expusera anos antes começava a tomar forma. As provas históricas deixariam Irving preso entre suas mentiras e verdades. Embora esse momento tivesse passado com discrição, ele teve uma importância tática significativa.

Em 18 de dezembro de 1941, Himmler registrou os assuntos que discutira com Hitler. Ao lado de *Judenfrage* (Questão Judaica), anotou a resposta de Hitler: “Ser exterminados como guerrilheiros”. Em seguida, Rampton leu parte do Relatório No 51 dos *Einsatzgruppen*, de dezembro de 1942, que listava 363 mil judeus mortos. Em seguida, contextualizou os dois documentos. Em dezembro de 1941, Hitler deu ordens para liquidar os judeus. “Depois, surpreendentemente, [...] apenas um ano depois, surge um relatório do Leste dizendo que precisamente isso tinha acontecido”. Irving discretamente disse que sim; Rampton prosseguiu: “A probabilidade de Hitler ter visto o relatório e estar, digamos, implicado no assassinato de todos esses 363 mil judeus do Leste é confirmada, não é?”, Irving concordou: “Sim, não há discordância entre nós sobre esse assunto”.

Eu estava prestes a me virar para James e proclamar alegremente mais uma admissão quando Irving qualificou sua resposta: Hitler tinha ordenado que os judeus fossem mortos, mas “como parte do combate aos guerrilheiros”. Rampton estava preparado para a manobra de Irving. O Relatório No 51 incluía a informação de que, além dos 363 mil judeus mortos, 14 mil “guerrilheiros partidários” haviam sido assassinados. Se os judeus eram guerrilheiros, por que os dois grupos haviam sido listados separadamente? Rampton respondeu sua própria pergunta: “Colocando de forma fria e direta, trata-se de um registro do número de judeus deliberadamente executados pelo simples motivo de serem judeus”. Irving discretamente reconheceu que essa era uma “suposição razoável”.¹⁰

Rampton confrontou a resposta de Irving no tribunal com uma declaração que

ele dera em 1986, durante uma coletiva de imprensa na Austrália. Na ocasião, meu adversário declarou que os judeus eram vítimas de um grande número de “elementos criminosos bastante comuns que existiam na Europa Central”. Esses criminosos “agiam por impulso próprio, por iniciativa própria”.¹¹ Irving insistiu que não havia contradição entre suas admissões no tribunal e suas declarações na Austrália. Aparentemente pego desprevenido pelas alegações do oponente, Rampton só conseguiu dizer: “O quê?” Irving argumentava que os documentos provavam que “os criminosos inconsequentes na Frente Oriental que realizaram essas operações de extermínio tinham um motivo próprio para matar, mesmo quando recebiam ordens de Berlim ou do gabinete de Hitler para parar”. O juiz Gray interveio: “Esse não é realmente o propósito, é?” Irving desculpou-se. “Ah, sinto muito. Devo ter desviado do assunto da pergunta do doutor Rampton”. O juiz instruiu Irving: “Mantenha o foco na pergunta. O que está sendo colocado é que o senhor disse em 1986 que esses homens na Frente Oriental agiram por impulso próprio, e isso agora parece ser reconhecido pelo senhor como não sendo correto, porque de fato a situação foi autorizada pelo alto comando, ou seja, Hitler?” Encurralado exatamente pelos mesmos documentos que usava para absolver Hitler, Irving admitiu: “Certamente Hitler sancionou o assassinato de judeus na Frente Oriental, [...] os judeus não alemães, e isso em momento algum foi motivo de dúvida para mim”. Suas declarações passadas eram, dizia ele, tentativas de “explicar a mentalidade das pessoas que estão cometendo os assassinatos na Frente Oriental”.

Quando estava chegando a hora do almoço, Rampton queria evitar que Irving se retratasse de sua admissão de que Hitler havia aprovado os assassinatos na Frente Oriental: “Minha impressão é a de que as palavras que o senhor usou na Austrália [...] sugeriam ao público que esse extermínio de judeus em larga escala prosseguiu sem o conhecimento ou a aprovação de Hitler e seus camaradas.” Suspirei aliviada quando Irving respondeu: “Se essa foi a impressão dada, é a impressão errada”.¹² Não houve qualquer retratação, então fomos almoçar.

Sentados na sala de reuniões do escritório de Rampton e comendo sanduíches feitos com pão branco sem casca, ovos, salada e salmão defumado, os pesquisadores riam à toa, tamanha sua animação. Revisitavam cada aspecto das várias admissões de Irving, assim como suas tentativas de negar que eram admissões. A equipe agora colhia os frutos de anos de trabalho. Rampton, em contraste, parecia muito quieto. Observei-o servindo-se de uma taça de vinho. Quando a pausa para o almoço já chegava ao fim, comentei com ele que, na noite anterior, os assistentes jurídicos haviam me levado para jantar e que, enquanto andávamos até o metrô, Laura Tyler disse uma coisa que me tocou profundamente. “Trabalhar nesse caso me faz sentir que – desde muito jovem, e desde o início na minha carreira no mundo jurídico – estou fazendo a diferença.

O problema é que, depois disso, os processos comerciais vão parecer tão insignificantes”. Rampton olhou intrigado para mim. Temi que achasse uma falta de profissionalismo de Laura não entender que a vida no mundo jurídico significava casos triviais pontuados por um ou outro caso mais interessante eventualmente. Em vez disso, ele falou: “Mas, Deborah, isso é verdade para todos nós”. Soava um pouco chateado por ter de me dizer isso.

Quando as deliberações foram retomadas, Irving explicou ao juiz Gray que sua declaração na Austrália de que os fuzilamentos foram conduzidos por oficiais rebeldes havia sido dada há quatorze anos, sugerindo que não seria justo ligar sua imagem àquelas visões. Assim que Irving fez essa declaração, Heather – que tinha a misteriosa capacidade de colocar as mãos no documento certo, na hora certa – entregou a Rampton uma folha de papel. Quando percebeu que eu estava olhando, passou uma cópia para mim. O papel continha duas declarações de Irving. Em uma carta de 1992 ao diretor do IHR, o instituto de negacionismo com sede na Califórnia, ele escreveu: “Minha posição permanece inalterada, de que certas atrocidades no estilo de M̄y Lai, realizadas por tropas na Rússia, realmente aconteceram, de que as câmaras de gás e fábricas de extermínio são lendas de Hollywood”. O segundo excerto vinha de uma fala de 1992 no congresso do IHR: “Temos que aceitar que aconteceram massacres do tipo de M̄y Lai, nos quais oficiais da ss [...] metralharam centenas, se não milhares, de judeus”. Isso estava precisamente alinhado com o que ele dissera quatorze anos antes na Austrália. Quando Rampton terminou de ler essas declarações, Irving falou: “Estou sendo acusado de ser consistente, é isso?” Rampton aproveitou a oportunidade linguística. “Sim, está. O senhor está sendo acusado de ser consistente e deliberado na redução da dimensão da responsabilidade por esses massacres. [...] As palavras ‘massacres do tipo de M̄y Lai’ querem dizer que [...] esses massacres foram realizados por gângsteres criminosos [sic] desautorizados no Leste, sem a aprovação, o consentimento ou o conhecimento das pessoas em Berlim.” Irving, já sem qualquer traço de bravata na voz, admitiu: “Isso está correto”.

Rampton alertou Irving que, caso ele tivesse se importado em realizar a pesquisa levada a cabo por outros historiadores, saberia que a informação estava errada antes de pronunciá-la. Soando um tanto desamparado, Irving protestou: “Eu não sou um historiador do Holocausto”. “Por que, então, está fazendo uma afirmação categórica de que foram simplesmente extermínios realizados por gângsteres não autorizados?”,¹³ indagou Rampton. Irving insistiu que só estava respondendo a uma pergunta do público. E continuou sua resposta enquanto Rampton começava a folhear seus papéis, aparentemente em busca de um documento. Suspeitei, todavia, que estivesse tentando transmitir o pouco crédito que dava àquelas explicações.

OPERAÇÕES DE EXTERMÍNIO FORTUITAS E DESESTRUTURADAS

Durante anos, o mantra de Irving foi o de que a ausência de um documento (afinal, não existe um documento no qual Hitler diz explicitamente “vamos exterminá-los”) provava que o ditador alemão não sabia dos extermínios. Agora Rampton lembrava Irving da existência do Relatório Nº 51, que, com o registro de 363 mil mortos, tinha a anotação: “Apresentado a Hitler”. Irving admitiu que Hitler talvez tivesse visto o documento, mas que, se o viu, considerou-o apenas uma “nota de rodapé”, algo sem muita importância. O juiz Gray pareceu espantado. “É um documento bem curto e faz referência ao fuzilamento de 300 mil judeus. Bem, só um homem muito peculiar não teria notado isso...?” Irving explicou ao juiz que Hitler tinha assuntos mais importantes para tratar. Estava preocupado sobretudo com o fracasso de seu exército em Stalingrado. O juiz Gray não pareceu convencido. “Ele não notaria um documento dizendo que 300 mil [...] civis inocentes estavam sendo fuzilados por seu exército?”¹⁴

No dia seguinte, Rampton lembrou Irving de uma carta que ele escrevera em 1989 ao historiador Rainer Zitelmann, da Alemanha Ocidental, na qual defendia que nenhum historiador sério agora podia acreditar que Auschwitz, Treblinka e Maidanek eram fábricas de extermínio, “todos os especialistas em indícios forenses científicos dizem o contrário”. Rampton acusou Irving de não ter indícios que “contradissem a probabilidade” de que esses campos eram fábricas de extermínio. Irving discretamente concordou: “Não tenho nenhuma prova para contradizer a probabilidade”. O juiz Gray interrompeu para perguntar a Irving: “Isso significa que agora o senhor recua da visão expressada em sua carta?” A pergunta provocou uma troca que fez minha cabeça girar.

IRVING: Não, Excelência. Só estou confirmando a maneira como ele coloca a declaração. Não tenho indícios para contradizer sua afirmação porque não tenho indícios, ponto final.

RAMPTON: Então o senhor aceita ser uma probabilidade?

IRVING: Não. Isso é outra coisa, totalmente diferente. Não quero parecer esquivo com relação a isso, mas... não quero soar evasivo; só não quero ser encurralado posteriormente, quando vocês decidirem usar isso contra mim dizendo “veja o que você falou ontem”.

JUIZ GRAY: Mas, entenda, o senhor disse ao doutor Zitelmann que estava claro que nenhum historiador podia agora acreditar que Treblinka e alguns outros campos eram [fábricas de extermínio].

IRVING: Isso. Que eram fábricas de extermínio construídas com um propósito; em outras palavras, que [elas] não tinham nenhum outro propósito que não esse.

JUIZ GRAY: Entendo.

RAMPTON: [...] Receio que isso esteja se tornando um debate... infantil... Um instante atrás o senhor me disse que não tinha provas para contradizer a probabilidade de as instalações terem sido construídas com o propósito de servir ao extermínio.

IRVING: Sim, porque não tenho provas, ponto final.

RAMPTON: Não, mas o senhor escreve nesta carta: “todos os especialistas em provas científicas forenses dizem o contrário” ...[...] Qual é o especialista e a prova científica [forense] que contradiz a probabilidade de Treblinka ser uma instalação construída com o propósito de servir ao extermínio?

Rampton continuou exigindo que Irving explicasse a quais indícios estava se referindo na carta. Irving alegou não conseguir se lembrar dos detalhes exatos de uma correspondência que escrevera onze anos antes. O juiz, no que parecia um esforço para ajudar Irving, perguntou se, quando fazia essas declarações sobre os outros campos, estava “indo além de Auschwitz”. Irving, parecendo um homem a quem havia sido lançada uma corda salva-vidas, concordou que de fato estava fazendo isso. Rampton imediatamente interveio: “Mas como o senhor pode ir além de Auschwitz, senhor Irving? Nunca foi proposto por ninguém, pelo que me conste, que os nazistas usaram cianeto de hidrogênio em nenhum outro lugar além de Auschwitz para matar pessoas, não é?” Irving ergueu os braços, traçou um grande arco no ar, como se para enfatizar suas palavras e, com evidente frustração, proclamou furioso:

É isso que acho tão confuso. Foi-nos dito que isso é parte do [*sic*] sistema... e, ainda assim, parece que usaram cianeto aqui, gás de petróleo ali, gases de óleo diesel acolá, balas em outro lugar, escavadoras, enforcamentos, tiroteios... Parece ter sido uma operação totalmente desestruturada e fortuita. Uma falta total de sistema.¹⁵

Irving parecia quase insultado com o fato de atribuímos ao Terceiro Reich – um suposto bastião da eficiência organizacional – uma operação tão imprecisa.

No dia seguinte, a questão do envenenamento por gás em outros campos ressurgiu. Dessa vez, Rampton não deixou a resposta de Irving passar sem questionamentos. “Um homem na sua posição não entra em uma arena sacudindo bandeiras e tocando trompetes a menos que tenha tomado o cuidado de verificar com antecedência o que está se propondo a dizer.” Quando Irving repetiu seu refrão, “não sou um historiador do Holocausto”, Rampton explodiu: “Por que não mantém sua boca fechada sobre o Holocausto?” Irving sorriu, como se estivesse alegre por ter irritado Rampton. “Porque estão me perguntando sobre o assunto.” Então, olhou para a galeria pública e acrescentou com um sorrisinho torto: “Esse assunto aparentemente deixa as pessoas

obcecadas”.

Ainda apresentando diante da corte declarações de Irving que estavam em desacordo com os indícios disponíveis, Rampton apontou que, em 1989, o oponente dissera: “Estou preparado para aceitar que os nazistas locais experimentaram métodos *bizarros* para liquidar os judeus. [...] Podem ter *experimentado* o uso de caminhões de gás [...] [que eram] uma forma muito ineficiente de matar pessoas” [*ênfase adicionada*]. Como, Rampton questionava, ele podia ter descrito as mortes por gás como “experimentos locais bizarros” – deixando, assim, implícita a mensagem de que a operação foi conduzida em pequena escala – quando, em junho de 1942, um relatório da ss afirmava: “Desde dezembro de 1941, [...] 97 mil [judeus] foram processados [mortos com gás] por três caminhões”. A resposta de Irving me deixou estupefata: “É um feito bastante substancial quando se trabalha com uma calculadora de bolso”. James, que normalmente parecia imperturbável, ergueu o olhar em choque. O juiz Gray perguntou: “Isso é [considerado] muito limitado e experimental?” Irving insistiu que não podia responder àquela pergunta porque não tivera acesso ao relatório de junho de 1942 quando dissera que as mortes por gás eram “limitadas e experimentais”. Eu me perguntava se ele tinha esquecido a regra do juiz de que podíamos perguntar sobre um documento histórico, mesmo se Irving não o tivesse à época em que fizera a declaração. O juiz Gray claramente não havia esquecido, e instruiu Irving: “Responda à pergunta mesmo assim”. Irving muito discretamente falou: “Não nessa escala. Isso é sistemático”.¹⁶

Virei-me para James e, por um instante esquecendo que ele estava com o braço inchado, resultado de um acidente de bicicleta, bati meu punho em seu ombro para celebrar. Em seguida, virei-me para analisar a galeria e verificar se outras pessoas tinham percebido a enorme admissão de Irving. Uma mulher mais velha, que eu sabia ser uma sobrevivente, estava me observando. Os cantos de sua boca se ergueram em um sorriso entristecido.

DONALD CAMERON WATT: ESTRANHO TESTEMUNHO

Irving havia pedido a Donald Cameron Watt, distinto professor emérito de Relações Internacionais da London School of Economics, para testemunhar. Watt recusou o pedido, mas acabou sendo intimado, deixando-o sem escolha a não ser comparecer. No dia do testemunho de Watt, Anthony chegou ao tribunal com um enorme sorriso no rosto. Claramente contente com alguma coisa, apressou-se na direção de meu assento. Tinha recebido um telefonema de um dos líderes da comunidade judaica britânica, que havia me aconselhado a não montar uma resposta para as acusações de Irving. Suspeitando que Anthony estivesse me levando nessa direção, o líder da comunidade havia me incentivado a chegar a

algum acordo. Eu temia que ele tivesse ligado para Anthony com mais uma rodada de reclamações. Imaginei que Anthony o tivesse dispensado com algum comentário espirituoso, mas afiado, e que essa era a fonte de sua satisfação. Eu estava errada. O homem havia se desculpado e admitido que tinha estado completamente errado em se opor ao que estávamos fazendo. Seus amigos, que tinham a mesma dúvida, também haviam mudado de opinião. Fiquei impressionada não apenas pela franqueza desse homem, mas pela grande alegria de Anthony após receber seu telefonema. Eu então me lembrava que, na ocasião, Anthony declarara que simplesmente não dava a mínima para o que aquelas pessoas pensavam. Talvez não tivesse se importado na época, mas certamente se importava agora.

Percebi que Robert Jan, que deveria começar a testemunhar na semana seguinte, chegara no tribunal. Fui recebê-lo. Quando voltava à minha cadeira, o vi se aproximar de Irving, oferecer um aperto de mãos caloroso e dar início a uma conversa animada que parecia, da minha perspectiva, muito amigável. Observei-os inspecionando de perto uma grande fotografia aérea de Auschwitz que Irving havia colocado em um cavalete próximo à sua mesa. Irving apontava para uma região da imagem e Robert Jan assentia atentamente. Virei-me para Anthony, apontei para aquela conversa informal e disse: “O que está acontecendo?” Anthony deu de ombros. Claramente não desperdiçaria energia com aquilo e, a julgar pelo modo como me olhou, imaginei que eu também não devesse perder meu tempo. Enfim, Janet logo fez seu chamado, estabelecendo a ordem na sala.

Quando Watt se sentou no banco das testemunhas, Irving retomou seu papel de *barrister*. Watt, um homem grande, quase corpulento, na casa dos 70 anos, falava com um sotaque pronunciado da alta sociedade britânica. Com um terno ligeiramente amarrotado, parecia e soava como o protótipo do fidalgo de Oxford em um romance britânico ou um personagem de *Masterpiece Theatre*. A pedido de Irving, começou descrevendo sua educação em Oxford: “Eu aproveitava as atividades costumeiras dos universitários. Em outras palavras, escrevia, tocava ópera, participava da Sociedade de Poetas”. Sorri ao me dar conta de que ele chamava isso de “atividades costumeiras dos universitários”.

Depois, Watt passou a avaliar o trabalho de Irving. Imaginei que, como especialista na Segunda Guerra Mundial, não tivesse coisas boas a dizer. Mas estava errada. Falando diretamente com o juiz Gray, Watt declarou que, mesmo que se discorde da visão histórica de Irving, “ela deve ser levada a sério. Ele é, afinal, o único homem respeitado, com base em sua pesquisa, que leva adiante a discussão de Hitler e me parece que seria errado não dar atenção a isso”. Aquele endosso me deixou espantada. Eu sabia que, em 1968, Watt escrevera uma introdução substancial para um livro que Irving editara e, portanto, perguntava-me se não se sentia um pouco incomodado em criticá-lo abertamente. Mesmo

assim, considerando que Watt tinha recebido o relatório de Evans, fiquei surpresa com seu elogio aparentemente desqualificado. Todavia, foi seu próximo comentário que fez meu corpo enrijecer. “Espero que eu jamais seja sujeito ao tipo de exame ao qual os livros do senhor Irving foram sugeridos [sic] pelas testemunhas de defesa. [...] Existem figuras seniores da História [...] cujo trabalho não suportaria [...] esse tipo de escrutínio.” Watt acreditava mesmo que esses historiadores haviam praticado as mesmas distorções que encontramos no trabalho de Irving?

Eu estava prestes a entrar em desespero quando a avaliação que Watt fazia de Irving tornou-se mais crítica. Declarou a Irving que sua afirmação de que Himmler havia conduzido os extermínios sem o conhecimento de Hitler não era sustentada por nenhuma informação histórica. “Partir do pressuposto de que Himmler e seus subalternos ultrapassaram os limites do que Hitler havia aprovado parece ser partir de um pressuposto de certa forma inerentemente improvável e inadequado a tudo o que sabemos sobre o relacionamento entre Himmler e Hitler”. Aparentemente inabalado com a crítica de Watt e em deleite por estar interrogando aquele historiador, um Irving sorridente inclinou o corpo para a frente e, em um tom que mais parecia um bate-papo em um coquetel do que um testemunho em um tribunal, falou: “Na verdade, o irmão de Himmler me falou a mesma coisa. Disse que não conseguia imaginar como Heiny teria feito aquilo sozinho”. O fato de Irving usar o apelido que Himmler tinha entre seus familiares, “Heiny”, era impressionantemente perturbador.¹⁷

As críticas de Watt me deixaram nervosa. Eu teria esperado que ele elogiasse, e não recriminasse, os nossos esforços. E me perguntava se eu não estaria testemunhando uma espécie de apoio dos “grandes nomes” a Irving. Watt parecia ter esquecido que meu oponente estava tentando me silenciar e tirar meu livro de circulação. Convencido de que Watt não havia dito nada substancial a ponto de nos prejudicar, Rampton optou por não interrogá-lo.

UMA RÁPIDA CONVERSÃO AO NEGACIONISMO DO HOLOCAUSTO

Quando Irving retomou sua posição, Rampton revisou sua conversão ao negacionismo. Em seu diário, Irving registrou que, depois de chegar a Toronto para o julgamento de Zündel, passara algumas horas lendo o relatório de Leuchter e declarou-se muito “impressionado”. No dia seguinte, saiu para visitar as Cataratas do Niágara. Ao retornar, testemunhou na corte, afirmando que o relatório de Leuchter o convenceu de que “toda a mitologia do Holocausto está [...] aberta a dúvidas”. À luz da importância que Irving dava ao relatório, seu exame superficial do documento e o fato de não fazer qualquer pesquisa subsequente era digna de destaque. Usando uma linguagem surpreendentemente

dura, Rampton questionou se, como historiador e perito, não seria seu papel “manter a boca calada” até investigar adequadamente a questão. Rampton acusou Irving de se aventurar em uma área da história “da qual não tinha nenhum conhecimento, fazendo afirmações que abalaram o mundo” sem ter realizado a pesquisa necessária.¹⁸

Se tivesse feito pesquisas, Irving talvez tivesse descoberto o erro de Leuchter ao propor que eram necessárias 3.200 partes por milhão de cianeto de hidrogênio para matar humanos, quando, de fato, era necessário muito menos. Com base nesse cálculo errado, Leuchter sustentava que os resíduos de uma quantidade tão grande de gás teriam se espalhado pelo sistema de esgoto, envenenando todo o campo, e que os guardas teriam que lançar Zyklon B em tamanha quantidade nas câmaras que eles próprios seriam envenenados, e que os *Sonderkommandos* (os internos que removiam os corpos) teriam de esperar 24 horas antes de entrar nas câmaras. Todas essas afirmações estavam erradas porque era necessário apenas 10% do que Leuchter afirmava para matar um ser humano.

Irving levantou-se, ajeitou os ombros e, adotando uma postura quase militar, declarou enfaticamente: “Eu estou proibido de visitar Auschwitz ou os arquivos. Sou o único historiador do mundo proibido de colocar os pés nos arquivos de Auschwitz”. A julgar por seu tom de voz, ele parecia considerar essa proibição um distintivo de honra. Rampton lembrou Irving de que a proibição do acesso a Auschwitz só se deu oito anos depois de ele testemunhar em Toronto. Por que, em todos esses oito anos, em momento algum ele se importou em visitar os arquivos? Rindo, Irving disse que provavelmente teria sido banido antes, caso tentasse fazer essa visita. “É como os grandes cassinos de Las Vegas. Eles não querem que os grandes vencedores frequentem.”¹⁹ Ouvi alguém arfar na galeria.

FINANCIADORES JUDEUS DESONESTOS

Os vídeos e demais fontes no segundo lote de materiais continham uma série de declarações negacionistas feitas por Irving em reuniões privadas. Como costuma acontecer quando alguém está conversando com um grupo de seguidores, ele falava de forma mais livre e direta nesses ambientes. De fato, em uma “soirée” em Kentville, no Canadá, logo após o julgamento de Zündel, Irving falou ao seu grupo que estava muito feliz por “sermos um círculo tão pequeno [...] hoje porque assim posso falar [...] de forma mais franca”. Ele alegou ao juiz que aquelas declarações feitas extemporaneamente em reuniões privadas eram menos importantes do que seus livros. O juiz Gray não se mostrou convencido. “Para mim, parece que [...] o senhor se mostrava muito mais livre em suas asserções sobre Auschwitz nessas várias falas.”²⁰ Em um esforço para ilustrar

que as declarações privadas de Irving eram muito mais reveladoras de seus verdadeiros pensamentos e motivos do que aquelas elaboradas para publicação, Rampton leu uma dessas expressões “privadas”.

Centenas de milhões de pessoas inocentes foram enganadas [...] com um propósito. [...] De tempos em tempos, um financiador judeu, um John Gutfreund, o Salomon Brothers, ou Ivan Boesky, ou Michael Milken [...] é pego com a mão no fundo da caixa registradora e sem dúvida [...] caloteou centenas de milhares de investidores, tomando todo o dinheiro deles. [...] Esses financiadores davam risada [...] porque podiam. [...] Quando você [...] se dá conta de que eles são judeus, então há o convite para o cidadão nas ruas dizer: Sim, mas eles sofreram, não sofreram? Eles de fato tiveram o Holocausto.

O juiz Gray, com um pouco de frieza na voz, fez a seguinte pergunta a Irving: “Então o Holocausto é uma espécie de mentira inventada com o objetivo de escusar financiadores judeus desonestos?” Irving, parecendo bastante desconfortável, protestou que não “colocaria dessa forma”. Aparentemente sem se convencer, o juiz perguntou: “O que o senhor está dizendo, então, senão *isso*?” Irving alegou que estava simplesmente repetindo a opinião de outras pessoas de que a “lenda” do Holocausto protege os judeus de receberem críticas por suas “atividades no mundo financeiro, ou por sua brutalidade na Cisjordânia, ou qualquer coisa”.²¹

Não achávamos relevante apenas o que Irving dizia nessas reuniões menores, mas a forma como seu público respondia. Rampton notou que, quando Irving dissera que “mais mulheres morreram no banco traseiro do carro de Edward Kennedy em Chappaquiddick do que em uma câmara de gás de Auschwitz”, as pessoas riam. Rampton ergueu o olhar da página à sua frente. “Risos, senhor Irving?” O público também riu quando Irving disse que Elie Wiesel fez uma “rápida turnê pelos vários campos de concentração”. Irving afirmou que eles estavam rindo dos “falsos sobreviventes, [...] aqueles que tentavam pegar carona no trenzinho do Holocausto”. Por que, Rampton questionava, um assunto tão sério como alguém alegando ser sobrevivente de Auschwitz provocaria risos? Irving explicou: “Porque tem algo de ridículo, [...] algo de patético nisso”.

Rampton tinha outra explicação: o público de Irving era tão “profundamente antissemita” que se deleitava com suas palavras, as quais eram tão “cheias de animosidade, hostilidade, desprezo, ódio [...] exatamente como os artigos de doutor Goebbels *[sic]*”. Irving rapidamente respondeu: “Exatamente como Winston Churchill falando de Adolf Hitler”. O fato de Irving igualar Goebbels e Churchill chamou a atenção dos presentes. Vi o biógrafo oficial de Churchill, Sir Martin Gilbert, na galeria, prestando muita atenção. O rosto de Rampton

enrubescer. Soando por um momento como se seu cliente fosse o Primeiro Ministro Churchill, e não a Penguin ou Lipstadt, declarou: “O senhor Churchill enfrentou críticas do presidente americano durante a guerra por ser rancoroso e implacável com Adolf Hitler. A diferença é que, contrariamente ao doutor Goebbels, Winston Churchill tinha um bom motivo para ser rancoroso”.²² E assim terminou a segunda semana de julgamento.

Quando saí do tribunal, refleti sobre o fato de que, em meus muitos anos de estudo do antissemitismo, eu havia encontrado pessoas como Irving. Porém, eu as conhecia mais na teoria do que na prática. E não esperava – embora provavelmente devesse esperar – todo um mundo de diferenças entre ler sobre o antissemitismo e enfrentá-lo assim, tão de perto. O fato de eu não poder denunciar publicamente suas declarações tornava-se uma frustração cada vez maior.

Aliviada por não haver paparazzi do lado de fora do prédio, eu já caminhava para o metrô quando uma Ursula angustiada me alcançou e, sem fôlego, contou que uma jornalista australiana havia se sentado ao lado dela na galeria. “Ela tem cabelos excepcionalmente loiros e óculos de armação dourada. Trinta e poucos anos. Eu a ouvi enaltecendo Irving para um grupo de repórteres, comparando-o a Hitler e lamentando por ele ter sido injustiçado por você”. Sentindo-me incapaz de enfrentar mais um problema, dei de ombros e disse-lhe: “Não deve ser nada”.

Naquela noite, de forma bastante inesperada, ganhei outra perspectiva do julgamento. Fui ver a peça *Copenhagen*, de Michael Frayn – a história sobre a misteriosa visita, em 1941, de Werner Heisenberg, chefe do projeto alemão de pesquisa de fissão nuclear e criador do Princípio da Incerteza, a seu mentor, o físico dinamarquês Niels Bohr. Alguns historiadores acreditam que Heisenberg estivesse tentando extrair informações de Bohr sobre o átomo de hidrogênio. Frayn, que tem uma teoria mais complacente sobre a viagem de Heisenberg, postula que ele estava tentando fechar um acordo com Bohr. A Alemanha não construiria uma bomba se Bohr promettesse que os Aliados também não o fizessem. Frayn também sugeriu que Heisenberg facilitou o acordo oferecendo-se para ajudar Bohr, filho de mãe judia, a escapar das deportações que inevitavelmente aconteceriam na Dinamarca.²³

Fiquei incomodada pela sugestão de Frayn de que havia uma equivalência moral entre a pesquisa de Bohr e o trabalho de Heisenberg para os nazistas. Interessada em descobrir mais sobre a peça e o dramaturgo, comprei um livro com o texto da obra e um ensaio de Frayn. Quando voltei para casa, preparei uma xícara de chá e fui ler. Comecei dando uma olhada na bibliografia, para ver as fontes nas quais Frayn havia se apoiado. Entre os listados estava o livro de Irving sobre o programa da bomba alemã.²⁴ De repente, a abordagem adotada pelo dramaturgo com relação ao incidente – ambos os lados eram igualmente

culpados – fez mais sentido. Enquanto me preparava para dormir, percebi como a influência de Irving é insidiosa, mesmo quando não é direta ou óbvia.

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), pp. 10, 11.

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), pp. 18–19.

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), pp. 46–60. Para uma discussão acerca do tratamento britânico das mensagens alemãs decodificadas ligadas ao Holocausto, ver Richard Breitman, *Official Secrets* (Nova York: Hill and Wang, 1998), **Capítulo 6**.

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), pp. 62–63. Para outros exemplos de declarações de Irving de que esses eram extermínios *ad hoc*, ver *Closing Statements*, 5.ix.b, p. 2.

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), pp. 64–69.

Christopher R. Browning, *Evidence for the Implementation of the Final Solution, Expert Opinion*, *IvP&DL* (doravante *Browning Report*), 4.2.8, p. 16. *Browning Report* disponível em www.hdot.org, “Evidence” (acesso em 22 de fevereiro de 2004).

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), pp. 79–80.

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), pp. 86–88.

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), p. 89.

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), pp. 94–96.

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), pp. 102–3. De acordo com Irving, membros desses grupos étnicos da Europa Oriental tinham visto suas casas e famílias bombardeadas e decidiram se vingar dos judeus. Conforme Evans observou em seu relatório, Irving nunca explicou como os bombardeios Aliados na *Alemanha* poderiam ter voltado essas pessoas contra os judeus. Fita cassete 8: Coletiva de Imprensa de David Irving, Brisbane, 20 de março de 1986, 445–58. Fita cassete 89: Terry Lane, ABC 3LO Radio, entrevista com David Irving, 18 de março de 1986, conforme citado em *Evans Report*, 3.4(c)1–3, pp. 134–35.

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), pp. 102–8.

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), pp. 110, 113–14, 115, 122.

IvP&DL, 4^o Dia (17 de janeiro de 2000), pp. 153–57.

IvP&DL, 5^o Dia (18 de janeiro de 2000), pp. 138–40.

IvP&DL, 6^o Dia (19 de janeiro de 2000), pp. 42–45, 47–51.

IvP&DL, 7^o Dia (20 de janeiro de 2000), pp. 25, 41–43, 47–48. D. C. Watt, “Introduction”, *Breach of Security*, ed. David Irving (Londres: W. Kimber, 1968), pp. 15–42.

IvP&DL, 7^o Dia (20 de janeiro de 2000), pp. 114–25.

IvP&DL, 7^o Dia (20 de janeiro de 2000), pp. 128–29.

IvP&DL, 7^o Dia (20 de janeiro de 2000), pp. 141–42, 160–63.

IvP&DL, 7^o Dia (20 de janeiro de 2000), pp. 183–85.

IvP&DL, 7^o Dia (20 de janeiro de 2000), pp. 185–89, 192.

Essa ideia foi sugerida por Thomas Powers em *Heisenberg's War: The Secret History of the German Bomb* (Nova York Knopf, 1993). Para uma visão menos benigna das atividades de Heisenberg, ver Jeremy Bernstein, *Hitler's Uranium Club: The Secret Recordings at Farm Hall* (Woodbury, N.Y.: AIP Press, 1996).

David Irving, *The Virus House* (Londres: W. Kimber, 1967).

CAPÍTULO 9

FILAS E CONTROVÉRSIAS SOBRE AS CÂMARAS DE GÁS

A multidão que se reunia todas as manhãs em frente à sala 73 do tribunal abrangia uma mistura de sobreviventes do Holocausto e seus descendentes, figuras ilustres do campo da História, aposentados, advogados, viciados em tribunais, professores e estudantes. No meio do grupo havia um conjunto de apoiadores de Irving. Meus amigos também iam torcer por mim, alguns intencionalmente, outros por um impulso momentâneo, e o número de pessoas aumentava conforme o julgamento avançava. Certa manhã, avistei Betty, uma amiga e filha de sobreviventes, que acabara de chegar de Milwaukee. “Li uma notícia há alguns dias sobre a presença de apoiadores de Irving. Aquilo me deixou louca. Então decidi vir também.” Sua amiga Sarah, que tivera a mesma reação, chegaria de Israel naquela tarde. Impressionado com o crescente número de visitantes, Anthony passou a me cumprimentar todas as manhãs perguntando: “De qual país chega seu amigo de hoje?”

Aquela não era uma fila britânica típica. Três ou quatro pessoas competiam por um assento e apressavam-se em direção a ele assim que as portas se abriam. Rampton chegava por volta de 10h20. A multidão não abria espaço. Adotando seu estilo mais grosseiro – algo que ele fazia bem –, Rampton empurrava, resmungando o tempo todo. Um fã ardente de rúgbi chamava a multidão de “scrum”, uma referência à formação que os jogadores usam para proteger aquele que está com a bola. Enquanto os presentes esperavam, disposições peculiares se desenvolviam. Certa manhã, um homem mais jovem, usando uma camiseta na qual estava estampado “White Power”, tomou seu lugar ao lado de um sobrevivente. Esse sobrevivente havia tirado a jaqueta e eu não sabia se havia

feito aquilo por causa do calor no corredor lotado ou para ter certeza de que sua tatuagem com o número do campo de concentração ficasse visível. Enquanto eu seguia meu caminho, alguém apontou para eles e sussurrou: “Tatuagem de Auschwitz é mais forte do que camiseta, certo?”

Acabei me acostumando a ver uma mulher lindamente penteada e muito bem-vestida, com cerca de 40 anos, todas as manhãs na fila. Durante a semana anterior, estive sentada atrás de Irving, e conversara com ele durante os intervalos. Quando uma de minhas amigas, que tinha acabado de chegar, pediu para a mulher atualizá-la, a desconhecida respondeu entusiasmada: “Ah, Irving os está vencendo em tudo. Está se saindo muito bem!” Quando ouvi o que tinha acontecido, passei a chamar a mulher misteriosa de “Brunhilde”.

Mas esqueci dela assim que Irving se levantou e apresentou um artigo de jornal sobre um processo que um sobrevivente do Holocausto havia movido contra uma empresa de seguro. Segundo o artigo, a empresa de seguro ofereceu uma proposta de acordo porque temia que o “júri se solidarizasse com um homem que sobreviveu a um campo de concentração nazista”. Irving afirmou que esse era o argumento que vinha defendendo em seus “comentários um tanto aquecidos” sobre judeus “fraudadores e escroque[s] nos Estados Unidos”. O juiz Gray disse que não achava que a decisão da empresa de seguro e os comentários de Irving fossem congruentes. A empresa de seguro estava preocupada com a possibilidade de o júri se solidarizar com a vítima, ao passo que Irving, observou Gray, havia sustentado que judeus que enfrentavam problemas legais “usam o Holocausto como uma espécie de escudo para se protegerem de seus crimes”. Irving insistiu que ambos os casos estavam ligados a um “isolamento” especial do qual os sobreviventes desfrutavam. Com isso, virou-se de costas para o juiz, olhou para a galeria e acrescentou um *post scriptum*: “Todos temos a mais profunda compaixão pelas vítimas do Holocausto, inclusive eu, e quero dizer isso aqui”.¹ O homem com o número tatuado no braço lançou um olhar fulminante.

Em seguida, Rampton anunciou que Robert Jan van Pelt começaria a testemunhar no dia seguinte. Para se adequar à agenda de Robert Jan, que participaria de um congresso sobre o Holocausto em Estocolmo naquela semana, Rampton sugeriu que a sessão fosse suspensa naquele dia e retomada na sexta-feira, quando, em geral, não nos reuníamos. Irving amigavelmente concordou.

FABRICANDO PROVAS E DETETIZANDO CADÁVERES

Com as preliminares concluídas, Rampton concentrou-se na coletiva de imprensa que Irving dera em 1989, na ocasião do lançamento de *Leuchter's Report* na Inglaterra. Um jornalista havia perguntado se ele achava que as provas usadas em Nuremberg tinham sido fabricadas. Irving respondeu: “Ah, nós fabricamos

muitas provas” e em seguida exemplificou contando a história do testemunho, em Nuremberg, de Marie Vaillant-Couturier, uma combatente franco-católica da resistência e que fora presa em Birkenau. Ela descreveu ao tribunal internacional como os internos dos campos morriam de sede, fome, espancamento, falta de agasalho, doenças e intoxicação por gás.² Segundo Vaillant-Couturier, os internos que eram punidos recebiam 50 golpes de cassetete. O espancamento era administrado por um instrumento manipulado por um homem da ss.

Vaillant-Couturier relatou que, quando um oficial da ss precisava de uma empregada, ele acompanhava a comandante ao campo das mulheres para escolher uma interna. A escolha ocorria quando as prisioneiras estavam sendo desinfetadas porque era a hora em que estavam nuas. Vaillant-Couturier contou também que um dos galpões do campo era usado como bordel da ss. Prisioneiras de outros campos relataram-lhe que o mesmo sistema de bordel também existia em seus campos.

Em sua coletiva de imprensa, Irving disse aos repórteres que o juiz americano no Tribunal de Nuremberg, Francis Biddle, ficou tão consternado com o testemunho de Vaillant-Couturier que escreveu em seu diário particular: “Não acredito em uma palavra do que ela está dizendo. Acho que é uma grande mentirosa”. Porém, ainda segundo a avaliação de Irving, o juiz Biddle manteve esses sentimentos reservados e, portanto, o relato de Vaillant-Couturier entrou incólume para os registros oficiais.

Rampton perguntou se o juiz Biddle realmente a chamara de “grande mentirosa”. Irving admitiu que essa era sua “glosa”, mas insistiu que era legítima, pois o juiz Biddle estava “irritado” com o testemunho “implausível” da mulher. Rampton puxou uma cópia das páginas relevantes do diário de Biddle. Depois de resumir as várias punições que Vaillant-Couturier havia descrito, o juiz americano abriu um novo parágrafo. Nele, resumia as descrições do bordel e a afirmação da testemunha de que “todos os outros campos usavam o mesmo sistema”. Biddle, em seguida, escreveu: “(Disso eu duvido.)”

Rampton baixou a página, olhou para Irving e o acusou de ter usado uma “nota marginal” – a referência de Biddle aos comentários de Vaillant-Couturier sobre os bordéis em outros campos – e a transformado em uma “dúvida geral” pairando sobre o testemunho todo. Irving insistiu que Biddle rejeitava o testemunho inteiro, e não um pequeno aspecto dele. Em seguida, virou-se na direção de Gray e disse que estava disposto a “admitir, se isso fizer alguma diferença”, que seus comentários sobre as dúvidas de Biddle surgiram “quatro ou cinco [...] possivelmente até dez anos” depois que examinou os diários do juiz na Collection of Nuremberg Trial Documents, na Universidade de Syracuse, no Estado de Nova York.

Pela primeira vez desde o início do julgamento, pensei que Irving tinha um bom argumento. Se tanto tempo havia passado entre sua visita ao arquivo e sua

coletiva de imprensa, então sua falha em lembrar o que precisamente o juiz escrevera era compreensível. Contudo, logo ouvi uma comoção atrás de mim. Heather sussurrava animada ao ouvido de Rampton enquanto mexia apressadamente em seus arquivos. Puxou um documento, grifou alguma coisa e entregou a Rampton, que analisou a página por um momento e, em seguida, de forma abrupta, retomou seu interrogatório: “Me diga quando o senhor foi a Syracuse”. Irving ofereceu-se para verificar a data precisa. Rampton, agora sem qualquer tom de preocupação na voz, sugeriu que ele não se preocupasse. Apontando para o documento que Heather havia lhe entregado, Rampton notou que, em dezembro de 1999, pouco antes do início do julgamento, Irving havia respondido à nossa peça processual. No documento, escreveu: “Li os documentos do juiz Biddle pela primeira vez [...] em 1988”.³ Suprimi um sorriso. Irving tinha – mais uma vez – criado uma armadilha para si mesmo. A coletiva de imprensa na qual ele afirmava que Biddle chamara Couturier de “grande mentirosa” aconteceu em 1989. Em outras palavras, diferentemente do que Irving acabava de dizer, não haviam se passado “quatro ou cinco [...] possivelmente até dez anos” entre sua leitura do diário de Biddle e a coletiva de imprensa. Um ano havia transcorrido. Eu me perguntava se meu oponente tinha se esquecido do que dissera ou se, tão acostumado a ver suas distorções não serem questionadas, imaginara que aquela também passaria despercebida.

Todavia, Rampton ainda não tinha terminado. Em seu diário, Irving registou que, depois da visita de 1988 aos arquivos de Biddle, ele foi direto a Toronto para dar uma palestra. Tínhamos o texto de seu discurso. Irving dissera à sua plateia que Biddle teria escrito: “De *tudo* isso eu duvido”. A primeira distorção de Irving acontecera apenas alguns dias – e não anos, como ele alegava – depois da leitura do diário do juiz americano.

Incapaz de alegar que suas distorções eram resultado de um lapso de anos, Irving agora insistia que sua adição do termo “tudo” não era uma distorção, pois Biddle estava claramente se referindo a todo o testemunho de Vaillant-Couturier. O juiz Gray – que em geral esperava Rampton terminar antes de fazer suas perguntas – interveio: “Está bem, mas ele não falou isso”. Depois de dizer ao juiz que havia acrescentado a palavra “tudo” para tornar o comentário de Biddle mais facilmente compreensível ao público, Irving balançou os enormes ombros e falou: “Francamente, não acho que se tenha que criar tanto caso por causa disso”.⁴ O juiz Gray não disse nada.

—

Concentrando-se no *Leuchter's Report*, Rampton observou que o erro fundamental de Leuchter – a suposição de que era necessária uma quantidade muito maior de gás venenoso para matar humanos do que para matar insetos

quando, de fato, o oposto era verdadeiro – não era a única falha em sua metodologia. Ele havia retirado grandes pedaços de concreto das paredes e, depois de voltar da Polônia, enviado essas amostras a um laboratório para serem testadas em busca de cianeto de hidrogênio. Todavia, não contou ao laboratório de onde vinham as amostras. O laboratório então as esmagou para realizar os testes. Quando Jim Roth, o químico que conduziu os testes, descobriu que as amostras vinham das paredes de uma câmara *de gás*, declarou que suas conclusões não tinham significado algum, pois o cianeto de hidrogênio tem uma reação de superfície. Segundo Roth, ao esmagar aquelas grandes amostras, o laboratório havia diluído quaisquer resíduos de cianeto de hidrogênio.* Depois que Rampton leu a crítica do químico, Irving fechou uma carranca e, nervoso, anunciou: “Não vou apenas aniquilar as provas do doutor Roth, vou exterminá-las quando chegar a hora”.⁵ Eu queria ignorar aquelas agressões verbais, mas o uso dos termos “aniquilar” e “exterminar” me deixou abalada.

Rampton, então, perguntou a Irving como, se aquelas não eram câmaras de gás para a realização de assassinatos, conforme ele alegava, poderia haver qualquer traço – mesmo que infinitesimal – de cianeto de hidrogênio nas amostras de Leuchter? De forma bastante despreocupada, Irving respondeu que os traços estavam ali porque o espaço era usado para “dedetizar objetos e cadáveres”. Quase caí da cadeira. Os olhos de Rampton ficaram arregalados. Soando estupefato, ele disse: “Dedetizar cadáveres? [...] O que o leva a afirmar isso?” O juiz Gray também parecia ter sido pego de surpresa. “Sinto muito, essa pode parecer uma pergunta grosseira, mas para que expor um cadáver ao gás?”⁶ Risadas discretas e nervosas se misturaram à pergunta do juiz Irving, soando irritado por ter de explicar algo tão óbvio, respondeu que os cadáveres precisavam ser expostos ao gás porque estavam cheios de piolhos. Rampton observou que aqueles corpos estavam prestes a ser incinerados, então não precisavam ser expostos ao gás.

Rampton também questionou por que, se a sala era para abrigar objetos e cadáveres, a porta tinha um olho mágico de vidro espesso e uma grade de proteção interna? Os guardas não precisavam observar objetos. Os cadáveres seriam incapazes de quebrar o vidro. Como de costume, Irving tinha uma explicação. Aquela era a porta típica de um abrigo antiaéreo; portanto, ela vinha com um olho mágico. “É como os caixas eletrônicos que têm um teclado em braille, mesmo quando estão nos postos de gasolina, do lado do motorista. [...] Obviamente motoristas não são cegos, mas essa é a maneira mais barata de fazer caixas eletrônicos.”⁷ A explicação de Irving – embora composta de uma analogia bizarra – soava lógica. Mas estava errada. A porta não era produzida em uma linha de montagem. O escritório de arquitetura de Auschwitz havia pedido o olho mágico.

Irving então apresentou outra explicação. A sala era um abrigo antiaéreo. Sem conseguir – ou talvez sem querer – esconder seu cinismo, Rampton arriscou: “Agora é um abrigo antiaéreo, então? [...] Senhor Irving, é um porão para submeter corpos ao gás ou é um abrigo antiaéreo?” A resposta veio em seguida: “Eu disse ou uma coisa ou outra?” Rampton observou que, se se tratasse de um abrigo, era pequeno demais para acomodar os internos. Irving sugeriu que a sala era para abrigar a ss. Rampton achou absurda a ideia de “todo um grupo de soldados fortemente armados [terem de] correr entre 4 e 5 quilômetros desde os galpões da ss até essas salas, do outro lado do campo de Birkenau” e fazerem isso “antes de serem atingidos por bombas dos Aliados”.⁸ Lembrei que, seis meses antes, tínhamos andado de uma extremidade a outra de Birkenau. Embora eu não soubesse naquele momento, aquela caminhada tinha um propósito forense.

Rampton então concentrou-se em outro documento do arquivo de Auschwitz. Em fevereiro de 1943, autoridades ligadas à construção do campo haviam entrado em contato com a Topf, a empresa que construía os equipamentos do crematório, alegando precisar de exaustores “com a maior urgência”. “Por que a urgência”, questionou Rampton, “se se tratava apenas de um abrigo antiaéreo ou de uma câmara de dedetização?” Irving agora tinha uma série de hipóteses. Uma epidemia de tifo estava acontecendo; o inspetor do prédio não aprovaria a instalação sem um sistema de ventilação; as palavras “com a maior urgência” não significavam nada. Depois de ouvir essas explicações, Rampton acrescentou: “Queremos começar o grande programa de extermínio em março, deixem tudo pronto”.⁹

Com o fim do dia chegando, o juiz Gray perguntou a Irving se ele havia feito alguma pesquisa nos arquivos sobre as câmaras de gás. Irving alegou que, graças às conspirações de seus oponentes, os arquivos estavam quase todos fechados para ele. Soando bastante compreensivo, o juiz comentou: “De fato quase todos os caminhos, o senhor diz, foram fechados por um motivo ou outro?” Parecendo contente em ouvir aquilo, Irving acenou uma afirmação com a cabeça. Fiquei irritada com a aparente compaixão do juiz Gray por meu adversário. Ele achava mesmo que Irving havia sido impedido de realizar sua pesquisa da forma correta? Teria se esquecido de que a declaração de Irving de que ele escavaria Auschwitz em busca de indícios havia sido dada em 1988 e que Auschwitz só o banira em meados da década de 1990?¹⁰

VIAGEM DO HOLOCAUSTO E COQUE ENGARRAFADO

Logo foi a vez de Robert Jan falar. Apesar da natureza macabra de seu trabalho, Jan projetava um ar jovial. Em encontros de acadêmicos, por exemplo,

era ele quem invariavelmente conhecia as melhores casas noturnas das cidades. Certa vez, apareceu com os cabelos tingidos de ruivo. Mas um Robert Jan bem diferente visitou o tribunal. Suas costumeiras roupas de grife – jaqueta de couro, gola rolê e calça jeans, tudo preto – haviam sido substituídas por um terno de três peças cinza-escuro com um colete perfeitamente ajustado – um colete com gola xale. Os sapatos escuros de camurça e a gravata azul-marinho com flores amarelas completavam o visual. Por um momento, tive dificuldade de entender que esse homem tão bem-vestido à nossa frente era um dos maiores especialistas em Auschwitz e em seu aparato de extermínio.

Em seu relatório, ao cotejar meticulosamente um grande conjunto de provas e indícios, Robert Jan havia demolido completamente as alegações de Irving acerca de Auschwitz. Havia construído sua argumentação com base em testemunhos de presos, documentos alemães, desenhos técnicos, provas físicas, cartas de administradores do campo, documentos de transportes, ordens de serviço e desenhos dos *Sonderkommandos*. Seu relatório não apenas derrubava as alegações de Irving, mas era um exemplo impressionante de como os historiadores devem proceder. Não havia a procura, conforme Irving continuamente exigia, de uma “arma soltando fumaça”, um documento que provasse a existência das câmaras de gás, mas de umnexo ou convergência de evidências. Esperei com certa ansiedade para ver como Irving atacaria aquilo.

Quando o relógio estava prestes a marcar 10h30, Robert Jan se aproximou de mim e colocou um conjunto de cinco volumes de livros pequenos em minha mesa. Disse: “Esse *Tanakh* está em nossa família há gerações. Devo fazer meu juramento diante dele”. Em seguida, abriu uma pasta, tirou cuidadosamente uma estrela de tecido amarelo (que sua avó usara durante a guerra) e um envelope que continha a última carta que sua família recebera de seu tio enviado a Westerborck, o campo de concentração onde os judeus holandeses eram mantidos antes de serem deportados. “Seu nome era Robert”, acrescentou com a voz levemente embargada. “Devo levar essa carta e a estrela de minha avó ao banco das testemunhas”. Em seguida, antes de se afastar, contou-me sobre sua conversa com Irving na semana anterior. Irving havia lhe mostrado uma fotografia aérea de Birkenau que, conforme alegava, seus especialistas tinham *acabado* de tirar. Quando Robert Jan olhou para a foto, viu uma série de cruzes e estrelas no campo próximo às ruínas da câmara de gás. Eu conhecia aqueles símbolos judaicos. Havia sido colocados ali por um grupo de adolescentes poloneses que visitaram o campo e posteriormente retirados em 1998. Claramente a foto que Irving mostrara a Robert Jan não tinha “acabado” de ser tirada. Ou tinham mentido para Irving, ou ele estava mentindo para Robert Jan, um homem que tantas vezes havia visitado Auschwitz.

Antes de Robert Jan ser chamado para falar, Irving se levantou para reclamar que, apesar do fato de as regras do Processo Civil requererem uma completa

equidade entre as partes, ele estava “sozinho”, enfrentando “litigantes poderosos [e] endinheirados”. Apontando em nossa direção, acusou-nos de tomar o controle do processo das mãos dele. Tínhamos, ele afirmava, manobrado para fazer Robert Jan testemunhar mais cedo em vez de mais para o final do julgamento, de modo a passar com “a carroça e com os bois” por cima do material que ele preparara. Aquele ajuste de agenda era especialmente incômodo, declarou Irving, porque fora feito com o objetivo de acomodar a “reunião do Holocausto em Estocolmo” que Robert Jan tinha. Olhando diretamente para o juiz Gray, perguntou por que ele tolerava que a corte se tornasse “refém” das viagens de Robert Jan.¹¹

Rampton, já em pé, negava com a cabeça, demonstrando um desânimo um tanto dramático. Lembrou ao juiz Gray que, no primeiro dia do julgamento, Irving havia concordado com essa programação. Heather já pegava as transcrições do primeiro dia. Rampton leu as palavras de Irving: “Estou perfeitamente preparado para receber o Professor van Pelt no meio de qualquer outro assunto do qual estejamos cuidando”. Ademais, Irving havia respondido a muitas perguntas sobre Auschwitz no dia anterior. O assunto já estava em pauta.

O juiz Gray recusou-se a alterar a programação, mas tranquilizou Irving: “Estou bastante ciente do peso que está recaindo sobre o senhor. Deve ser gigantesco”. Insistiu estar fazendo um esforço especial para cuidar dos interesses de Irving porque ele também era um litigante. Fiquei frustrada e ainda mais irritada. Irving havia dado início a esse processo e tinha escolhido defender a si mesmo porque sentia que nenhum advogado seria capaz de fazer um trabalho decente. Agora, o juiz estava trabalhando para acomodar os interesses dele. Atrás de mim, ouvi Rampton murmurar enquanto esperava. Quando o juiz Gray lhe deu a palavra, Rampton disse: “É verdade que existe uma desigualdade de recursos; porém, também é verdade que meus clientes estão se defendendo em um processo aberto pelo senhor Irving. Isso me lembra um antigo provérbio francês: ‘Esses animais são muito perversos. Eles se defendem quando são atacados’”. Irving virou-se furiosamente para Rampton e rebateu: “Esse provérbio serve para as duas partes, senhor Rampton”. Ansioso por encerrar esse assunto, o juiz declarou: “Sim, bem, já chega”.¹²

Irving começou perguntando a Robert Jan se ele se sentira “profundamente comovido” em sua primeira visita a Birkenau. “Mais do que comovido. Fiquei assustado”. Com um risinho discreto, Irving lançou: “Os fantasmas dos mortos continuam por lá?” Robert Jan afirmou que não se tratava de fantasmas, nos quais ele não acreditava, mas da “enorme responsabilidade” que era estudar Auschwitz.¹³ Muito abruptamente, Irving virou-se para o juiz Gray para avisá-lo de que algumas de suas perguntas talvez pudessem “assustadoramente obtusas”. Ele estava, explicou, “preparando uma espécie de armadilha [...] que

seria revelada ou antes, ou depois do almoço”.¹⁴ Irving então abriu um sorriso malicioso.

Em seguida, começou a questionar Robert Jan sobre a visita de Himmler a Auschwitz em julho de 1942. Robert Jan explicou que essa visita coincidia com a decisão hierárquica nazista de que Auschwitz tinha um papel central na Solução Final. Consequentemente, pouco depois daquela visita, autoridades do campo ordenaram um aumento dramático da capacidade de incineração do crematório. Logo haveria mais cadáveres para serem queimados e, se a taxa de incineração não fosse adequada, o acúmulo de corpos atrapalharia o funcionamento regular do processo de extermínio. Irving sugeriu que Robert Jan estava vendo o lado sinistro quando uma explicação mais branda seria suficiente. Uma epidemia de tifo havia assolado o campo em 1942. Oficiais do campo aumentaram a capacidade de incineração porque esperavam outra epidemia. Soando mais ou menos como um professor que preparava seus alunos para uma resposta realmente densa, Robert Jan descartou a teoria de Irving como “absurda, [...] absolutamente absurda”.¹⁵ O aumento elevaria a taxa de incineração mensal para 120 mil corpos, ele explicou, enquanto a população projetada do campo era de 150 mil. Para a explicação de Irving fazer sentido, em um mês a epidemia teria de matar quatro quintos da população de Auschwitz e os alemães teriam de repovoar o campo com 120 mil pessoas. Isso extrapolava até mesmo o pior cenário epidemiológico.

Mudando sua linha de questionamento, Irving desafiou Robert Jan a explicar como 120 mil corpos podiam ser incinerados mensalmente. Isso era, apontou Irving com certo desprezo, “quatro vezes [a capacidade do] estádio de Wembley”, o famoso estádio de futebol em Londres. Declarando que eram necessários 30 quilos de coque [um derivado do carvão mineral] para queimar apenas um corpo, ele ergueu a fotografia aérea do campo – aquela com estrelas e cruzeiros – e perguntou a Robert Jan onde estavam as “montanhas de coque”. Robert Jan explicou que, sob circunstâncias normais, era necessária uma quantidade significativa de combustível para queimar um corpo porque manter “o forno aceso [...] requer uma cacetada de energia”. Porém, os fornos de Auschwitz eram mantidos quentes, o que reduzia a quantidade de energia necessária para incinerar os corpos subsequentes. Aqueles fornos haviam sido criados exatamente com essa economia de energia em mente. Em 1943, Rudolf Jährling, um engenheiro civil de Auschwitz, havia calculado que 4.200 quilos de coque eram necessários para manter o crematório por doze horas sob circunstâncias normais, mas apenas 2.800 quilos eram necessários se o uso fosse constante. Jährling estimava que, nessas circunstâncias, menos de 8 mil quilos de combustível – 3,5 quilos por cadáver – eram suficientes para doze horas de funcionamento de todos os crematórios de Birkenau. Erguendo a garrafa de água de sua mesa, Irving perguntou com escárnio: “O senhor realmente,

sinceramente, acredita que pode queimar um cadáver com coque suficiente para caber em uma dessas garrafas de água?” Robert Jan afirmou que, com base nos documentos alemães, acreditava.¹⁶

EXCURSÃO PELAS CÂMARAS DE GÁS: O TESTEMUNHO DE ADA BIMKO

Em seguida, Irving deu início a um ataque preparado contra as testemunhas oculares que afirmavam ter visto as câmaras de gás. Começou com Ada Bimko, que posteriormente seria conhecida como Hadassah Rosensaft, uma médica judia polonesa que fora prisioneira em Birkenau, onde trabalhara na ala médica. Em um julgamento dos crimes de guerra, em 1945, Bimko contou que as mulheres, que eram mantidas em galpões antes de serem mortas, marchavam nuas até a câmara de gás. Às vezes, recebiam autorização para proteger o corpo com um cobertor. Em certa ocasião, quando mandaram Bimko buscar esses cobertores, um oficial da ss ofereceu-lhe uma “excursão” pela câmara de gás. Além de mostrar a câmara, ele a levou à área superior, que abrigava o sistema de ventilação para extrair o gás venenoso da câmara. Explicou que dois grandes cilindros em um canto guardavam o gás que, ele prosseguiu, passava pela tubulação e chegava à câmara ali embaixo.¹⁷

Essa explicação não fazia sentido. No crematório que Bimko visitou, o Zyklon B era lançado pelas janelas, em vez de chegar vindo de cima por uma tubulação. Irving desmereceu o testemunho dela, chamando-o de invenção pura. “Ela estava então nas mãos dos britânicos [...] e eles lhe pediram para escrever uma declaração [...] porque precisavam enforçar aqueles criminosos”. Robert Jan via as coisas de outra forma. Embora a explicação de Bimko estivesse errada, sua descrição do que vira correspondia precisamente ao sistema de ventilação nos crematórios 4 e 5. A tubulação no sótão extraía o gás das câmaras. Os cilindros provavelmente abrigavam os exaustores. A explicação de Bimko tomava como base o que um homem da ss havia lhe contado. Quando Robert Jan especulou que o homem da ss estivesse zombando dela, Irving o censurou: “Sua imaginação não é indicio neste tribunal e eu gostaria de lhe pedir para limitar-se ao que realmente sabe”. Rampton rapidamente ficou em pé: “Isso não é certo. A motivação dele para a forma como escreveu seu relatório está sendo atacada. O que ele acha que ela pode ter querido dizer com o que efetivamente disse é diretamente relevante.” O juiz Gray concordou. Robert Jan acrescentou que Bimko havia descrito um sistema que só podia ter sido visto do sótão. Considerando a descrição precisa, ela era “uma testemunha muito fidedigna, muito embora não soubesse para que [a tubulação] era usada”.¹⁸

Aquela alteração me pareceu pessoal. Eu conhecia Bimko, que havia sido apontada pelo presidente Carter para o United States Holocaust Memorial Council. Estive presente quando o projetista do Museu Memorial do Holocausto descreveu como os visitantes passariam pelo vagão usado para transportar os judeus até os campos, vi Bimko se levantar e declarar enfaticamente que havia sido forçada a andar em um daqueles vagões no passado e que nada poderia convencê-la a entrar ali outra vez. Como resultado, o projeto foi alterado e os visitantes que desejam agora podem contornar o vagão.

Ainda depreciando Bimko, Irving acusou Robert Jan de ter incluído o testemunho dela em seu relatório como “um tempero”. “Perdão?”, Robert Jan falou confuso. Parecendo divertir-se com a situação, Irving repetiu sua acusação. “Um pouco de tempero. [...] Como uma estatística a mais”. O incômodo no rosto de Robert Jan transformou-se em nojo quando Irving lamentou pelos “infelizes” que foram enforcados com base no testemunho de Bimko.¹⁹ Lembrei que, entre esses “infelizes”, estava Josef Kramer, comandante de Bergen-Belsen que estivera no comando do crematório de Birkenau durante o assassinato dos judeus húngaros e que, nessa posição, havia selecionado as pessoas que iriam para a câmara de gás. Outro “infeliz” condenado nesse julgamento foi Fritz Klein, médico de Birkenau que, quando questionado sobre como podia conciliar seu Juramento de Hipócrates com mandar pessoas para a câmara de gás, respondeu: “Eu sou médico e quero preservar a vida. E, por respeito à vida humana, eu removeria um apêndice gangrenado de um corpo doente. Os judeus são o apêndice gangrenado no corpo da humanidade”.²⁰

SEM BURACOS, SEM HOLOCAUSTO: A ARMADILHA

Na sequência, Irving começou a questionar Robert Jan sobre o testemunho do *Sonderkommando* Henryk Tauber, que descrevera que um oficial da ss dos crematórios 2 ou 3 levantava a cobertura sobre um buraco, jogava os grânulos de Zyklon B em uma coluna de tela metálica e fechava a cobertura. Irving começou a pressionar Robert Jan sobre as dimensões e a posição dos buracos e das colunas. Em seguida, ajeitando os ombros, ergueu o olhar, que até então repousava em seus papéis, e questionou, falando em volume e alto:

Professor van Pelt, estamos mesmos desperdiçando nosso tempo, não estamos? Nunca houve buracos no telhado. Não há buracos naquele telhado hoje. [...] Eles não teriam como jogar cápsulas de cianeto por aquele telhado. [...] O senhor mesmo [...] procurou esses buracos e não encontrou. Nossos especialistas subiram naquele telhado e não os encontraram. Os buracos nunca estiveram lá. O que o senhor tem a dizer?

Antes que Robert Jan pudesse responder, Irving virou-se para o juiz Gray e disse: “Vossa Excelência pode entender que a armadilha agora está preparada e que seria uma pena colocar o rato de volta em sua gaiola”. Com um olhar confuso, o juiz perguntou: “A armadilha é o que o senhor acabou de perguntar?” Triunfante, Irving declarou: “Precisamente. Não há buracos naquele telhado. Nunca houve buracos naquele telhado. Todas as testemunhas oculares em que ele se apoia são, portanto, expostas como mentirosas”. Robert Jan protestou que o telhado estava uma “total desordem” depois de desabar em fragmentos quando as câmaras de gás foram explodidas. Irving estava “fingindo falar sobre uma peça ainda intacta. E ela não está intacta.”²¹

Apesar dos protestos de Robert Jan, Irving aproveitou seu impulso e insistiu que nunca existiram “buracos no telhado, os quais são o ponto central da Defesa nesta ação, e eles deviam saber a essa altura. [...] Portanto, as provas de suas testemunhas oculares desmoronam, porque essas pessoas são expostas como as mentirosas que eram *[sic]*”. Robert Jan estava prestes a dizer alguma coisa quando Irving olhou para o relógio na parede. “Excelência, faltam quatro minutos para as quatro horas. Se o doutor Rampton não quiser dizer nada para reparar os danos a essa altura...” Robert Jan tentou intervir, mas o juiz lhe disse para esperar “até amanhã às 10h30”.²² Com isso, encerramos a sessão.

Fiquei desapontada com o protesto irresoluto de Robert Jan contra a acusação de Irving de que os buracos eram o “ponto central” de nossa argumentação. Aliás, os buracos sequer apareciam em nossa defesa. Senti que ele foi pego de surpresa. Já preparada para ver a imprensa incluir esse momento em suas reportagens, reconheci desanimada que Irving havia orquestrado muito bem a situação. E, quando saímos do tribunal, contei a Anthony que me sentia amargurada. Ele disse não haver motivos para essa preocupação. “Não importa. É o testemunho de um dia. O juiz não vai ser afetado por isso. E a imprensa *realmente não é importante.*”

Na manhã seguinte, acordei e imediatamente peguei os jornais empilhados em minha porta. O *Times* trazia a manchete: “Irving questiona ‘terríveis’ histórias de atrocidades”. E incluía a alegação de Irving de que as testemunhas oculares haviam “desmoronado” porque não havia buracos discerníveis no telhado. Em contraste, a manchete do *Guardian* era: “Escritor mostra provas contundentes das câmaras de gás”. O jornal enfatizava a convergência de evidências de Robert Jan. A matéria da BBC era tudo o que eu temia: “‘A existência de câmaras de gás em Auschwitz é completamente fictícia’, afirma o historiador David Irving na Alta Corte de Londres”. De acordo com a BBC, Irving alegava que “provas apresentadas por testemunhas oculares das câmaras ‘desmoronaram’ porque não havia buracos no telhado para a inserção de veneno. O historiador afirma que sua teoria – que tem como base a pesquisa de historiadores revisionistas – ‘cria buracos em toda a história das câmaras de gás’”. Mais ao final do texto, o

repórter mencionava – quase em nota de rodapé – a argumentação de Robert Jan de que havia “uma quantidade massiva de provas e indícios” sobre as atividades de extermínio no campo.

Naquele momento, decidi que, em vez de passar a próxima hora lendo as matérias de todos os jornais, seria melhor seguir meu ritual diário. Peguei meus shorts e camiseta e fui para a academia. Tinha criado o hábito de começar todos os dias com exercícios cardiovasculares pesados e uma sessão de levantamento de pesos. Cerca de cinco anos antes, eu tinha perdido uma quantidade significativa de peso. Manter-me em forma era uma grande prioridade para mim. Pouco depois que parti para Londres, decidi que, independentemente do que aquele julgamento fizesse com a minha cabeça, ele não afetaria meu corpo. Meus quarenta e cinco minutos na esteira e quinze minutos levantando peso compunham um exercício físico e mental. Eu não podia falar publicamente, mas, ao me manter em forma, enviava a mensagem a amigos, inimigos, jornalistas e a mim mesma de que eu estava lidando bem com a situação. Um versículo de Deuteronômio (4:9) ensina: “Guarda-te, pois, a ti mesmo!”. Eu não tinha escolha senão deixar outras pessoas cuidarem de minha batalha legal. Mas eu podia cuidar de mim mesma.

MULHERES JOVENS E EM IDADE DE CASAR

Irving abriu a sessão do dia seguinte anunciando que não tinha mais “armadilhas ou minas escondidas”. Claramente se divertindo com a situação, sorriu para Robert Jan e declarou: “Tenho certeza de que o professor apreciaria um aviso prévio”. Robert Jan fechou a cara quando Irving prosseguiu: “Qualquer um esperaria que os pesquisadores do outro lado do espectro tivessem [...] procurado os tais buracos para provar que estamos errados”.²³

Uma disputa acirrada sobre os tais buracos se estendeu por grande parte do dia. Pouco a pouco, Robert Jan recuperava parte da energia que parecia ter perdido no dia anterior. Quando Irving questionou a existência dos buracos, Robert Jan citou as fotografias aéreas de 1944 das câmaras de gás, nas quais eles eram visíveis. Quando Irving alegou que os negativos haviam sido alterados, Van Pelt respondeu que Nevin Bryant, supervisor de processamento cartográfico e de imagem no prestigioso Jet Propulsion Laboratory, da Califórnia, usou tecnologia da NASA para realçar as imagens e não encontrou nenhuma alteração. Quando Irving afirmou que os buracos na fotografia eram sombras, Robert Jan citou desenhos do *Sonderkommando* David Olère, que, após a liberação, esboçou as câmaras de gás. Os esboços, apontou Robert Jan, eram totalmente corroborados pelas plantas arquitetônicas existentes no Escritório de Construção Central de Auschwitz e pelas fotografias aéreas.

Os desenhos de Olère incluíam as colunas de tela metálica nas quais o Zyklon B era lançado. Essas colunas apareciam em um arranjo escalonado. Tanto os desenhos de Olère quanto as fotografias americanas as mostravam nesse mesmo arranjo. Quando Irving argumentou que as memórias de Olère poderiam ter sido formadas pelas fotografias “estampadas em toda a imprensa”, Robert Jan pediu a Irving fotografias da imprensa mostrando as câmaras de gás.²⁴ Quando Irving ignorou o desafio de Robert Jan e rapidamente abandonou essa linha de questionamento, imaginei que ele não tivesse nenhuma dessas imagens veiculadas pela imprensa. Estava simplesmente lançando mais uma de suas teorias.

A indagação seguinte de Irving me deixou totalmente perplexa. Ele inquiriu se Olère tinha “um interesse lascivo pelo corpo feminino”. Robert Jan pareceu igualmente perplexo. Irving prosseguiu: “Em quase todas essas imagens que ele desenhou [...] há mulheres em nu frontal [...] e não existe qualquer motivo para ele ter criado essas imagens desse jeito, a menos que pretendesse vendê-las”. E continuou: “Seria possível que quase todas as mulheres que se tornaram vítimas das bestialidades dos nazistas em Auschwitz fossem jovens atraentes em idade de casar?” Robert Jan, com o rosto vermelho de raiva, insistiu: “Não, não é muito provável”.²⁵ Enquanto os dois discutiam, abri o relatório de Robert Jan para verificar se as mulheres nos desenhos de Olère eram de fato “jovens atraentes em idade de casar”. Quando me dei conta do que estava fazendo, rapidamente fechei o arquivo, com nojo de mim mesma por ter levado as acusações de Irving a sério.

Meu oponente retomou seu ataque ao *Sonderkommando* Tauber, acusando-o de ter dado um testemunho tão bizarro a ponto de soar “quase talmúdico”. De acordo com Irving, Tauber afirmara ter visto um prisioneiro “perseguido cair em uma piscina de gordura humana fervente”. Enquanto Irving zombava de Tauber, eu comparava o verdadeiro testemunho do *Sonderkommando* com a versão falsa apresentada por Irving. A diferença era estupefacente. Tauber havia testemunhado no julgamento dos crimes de guerra o seguinte:

[A] ss perseguiu um prisioneiro que não estava trabalhando rápido o suficiente até um fosso cheio de gordura humana fervendo próximo ao crematório. Naquela época, os cadáveres eram incinerados em fossos ao ar livre, dos quais a gordura fluía para um reservatório separado, cavado no chão. Essa gordura era derramada sobre os corpos para acelerar a combustão. Aquele pobre diabo foi puxado ainda vivo para fora da gordura e fuzilado.²⁶

Robert Jan rebateu os ataques de Irving contra Tauber apontando que suas descrições da câmara de gás e dos crematórios eram corroboradas pelas plantas arquitetônicas. Irving insinuou que o juiz polonês que tomou o testemunho de Tauber colocara as plantas arquitetônicas diante do *Sonderkommando* durante o testemunho. Robert Jan pediu a Irving indícios de que o juiz polonês fizera isso. Irving seguiu falando. Ademais, Robert Jan continuou, Tauber havia descrito aspectos dos procedimentos de envenenamento por gás e incineração que *não* estavam nas plantas. Robert concluiu sua defesa de Tauber com a observação de que, mesmo que os poloneses tivessem colocado os desenhos à frente dele, os documentos eram muito técnicos. Tauber não poderia ter “inventado uma história que estivesse, ponto a ponto, de acordo com as informações presentes em um desenho de natureza tão técnica e especializada.”²⁷

Continuando seu ataque às testemunhas oculares, Irving exigiu saber por que, se tantas pessoas tinham sobrevivido, “é sempre a mesma gangue antiga que aparece e apresenta os indícios?” Sua escolha vocabular – “mesma gangue antiga” – soou como unhas arranhando uma lousa. Robert Jan argumentou que apenas algumas pessoas que viram as câmaras de gás tinham sobrevivido. Seus testemunhos, todavia, eram claros e fidedignos. Irving discordou, descrevendo essas pessoas como “altamente suspeitas” e seus testemunhos como “difusos, sumários e [...] questionáveis”.²⁸

PORTAS HERMÉTICAS E COZINHAS DO CAMPO

Alguns dos testemunhos mais devastadores em posse de Robert Jan vinham dos algozes. Hans Stark, membro do que ficou conhecido em Auschwitz como a Gestapo do campo, havia testemunhado em um julgamento de crimes de guerra e falado sobre o processo de envenenamento por gás:

Já no outono de 1941, o extermínio por gás era realizado em uma sala [...] [que] abrigava entre 200 e 250 pessoas, tinha um teto mais alto do que o comum, sem janelas, apenas uma porta especialmente isolada, com parafusos como aqueles de uma porta hermética [*Luftschutztür*]. [...] A sala tinha o telhado plano, o que permitia a entrada da luz do dia por meio das aberturas. Era por essas aberturas que o Zyklon B granulado costumava ser despejado.

Stark havia dito ao tribunal que, porque o Zyklon B era “granulado, ele escorria pelas pessoas enquanto era despejado. Elas começavam a gritar terrivelmente porque agora sabiam o que estava acontecendo”.²⁹

Considerando a natureza convincente desse testemunho e o fato de ele vir de

um perpetrador, imaginei que Irving acharia mais inteligente simplesmente não interrogar Robert Jan sobre o assunto. Mas estava errada. Concentrando-se no termo *Luftschutztür*, ele alegou que o tradutor deveria ter usado o termo “totalmente inofensivo” “porta antiaérea” em vez do “sinistro porta hermética”. Robert Jan descartou a crítica de Irving envolvendo uma única palavra e apontou que todo o parágrafo era bastante sinistro. Fiquei surpresa quando o juiz Gray interveio. “Isso estava no contexto das mortes por gás em 1941 e o Zyklon B era lançado por buracos no telhado. [...] Não tem como o senhor dizer, senhor Irving, [...] que Hans Stark está descrevendo um abrigo antiaéreo com base nessa passagem, tem?”³⁰ Irving alegou que estava tentando mostrar como as traduções são capazes de distorcer significados. O rosto do juiz Gray não entregou qualquer reação, mas eu duvidava que ele estivesse impressionado com esse argumento.

Em seu relatório, Robert Jan citava uma permissão de setembro de 1942 obtida pelo comandante de Auschwitz Rudolf Höss para o uso de um carro visando inspecionar os *Feldöfen* (“fornos do campo”) nos arredores de Auschwitz. A permissão e a extensa documentação da viagem eram ainda mais materiais em uma cadeia de indícios do processo de extermínio. As autoridades alemãs, buscando livrarem-se dos indícios do extermínio em massa, queriam que os cadáveres nas valas fossem incinerados. Höss inspecionaria os locais de incineração. Antes de questionar Robert Jan sobre a permissão, Irving entregou-lhe uma tradução. Robert Jan olhou para o documento e imediatamente notou que o termo *Feldöfen* havia sido traduzido como “cozinhas do campo”. Robert Jan reclamou que o documento não tinha “nada a ver com cozinhas, [...] mas com fornos de incineração”. O juiz Gray, que sabia alemão, perguntou quem tinha traduzido a palavra *Öfen* como “cozinhas”. Irving, soando um tanto constrangido, explicou que ele tinha feito a tradução às duas horas da madrugada anterior. Levando o horário em consideração, havia um “elemento de estresse”.³¹ Eu não acreditava na explicação de Irving, mas me pareceu que toda aquela questão não seria um grande problema. Percebi que Thomas, um de nossos pesquisadores que estava prestando muita atenção naquela interação, de repente concentrou o olhar em seu laptop. Parecia estar em busca de alguma coisa.

UM ELEVADOR – MEIO MILHÃO DE CADÁVERES

Posteriormente naquela tarde, Irving tentou desbancar o argumento de Robert Jan de que 500 mil pessoas haviam morrido envenenadas com gás no crema 2, a construção que fora reformada para incluir câmaras de gás. Os corpos eram levados das câmaras de gás no porão aos fornos do crematório, um piso acima,

com o auxílio de um elevador. O ponto de ataque de Irving era o fato de haver um único elevador no prédio. Não fiquei surpresa com essa linha de questionamento porque, alguns dias antes, quando Irving estivera no banco das testemunhas, anunciara que usaria esse assunto do elevador para “se vingar do professor van Pelt”.³² Irving afirmou ser uma extravagância acreditar que esse único elevador pudesse ter transportado tantos corpos. Robert Jan explicou que, no início de 1943, as autoridades do campo, cientes de que haveria corpos para serem queimados, ordenaram que a capacidade dos elevadores dobrasse de 750 para 1.500 quilos. O juiz Gray questionou o que isso significava em termos práticos: “Isso equivaleria a quantos corpos?” Robert Jan calculou “entre 20 e 25 cadáveres” por carga. Irving imediatamente interveio: “A mesma pergunta, é claro, é quantas pessoas alguém pode enfiar em uma cabine telefônica”.³³ Senti uma mistura de incredulidade e asco.

Irving defendia que, se o elevador estivesse cheio de corpos “em pilhas de seis ou sete, [...] as portas sequer fechariam”. Robert Jan, falando de forma muito segura, rebateu: “*Não havia nenhuma porta*”. Irving, que estava estudando uma folha de papel em seu leitoril, ergueu o olhar surpreso. “Não havia nenhuma porta?” Apertou os lábios e em seguida, depois de pensar por um instante, sorriu – era quase possível ver uma lâmpada se acender em sua cabeça – e falou apressadamente: “Tanto pior, então. Os corpos presumivelmente se apertariam contra a lateral do eixo de elevação se ficassem empilhados altos demais”. Irving mais uma vez, sem qualquer constrangimento, mudou sua argumentação. Primeiro, o problema era que a porta não fecharia. Depois, o problema era não haver porta.

Irving continuou pressionando Robert Jan sobre o elevador, solicitando alguns cálculos improvisados para saber quanto tempo seria necessário para carregar 200 corpos, subir um andar, descarregá-los e levar o elevador de volta ao piso inferior. Com os olhos brilhando, Robert Jan declarou: “Eu não trabalho com cálculos improvisados”.³⁴ Irving insistiu. Robert Jan virou-se para o juiz, como se esperasse uma intervenção. Mas Gray não disse nada. Sem ter outra escolha, Robert Jan começou a calcular de uma maneira um tanto imprecisa. No máximo, estimou, seriam necessários dez minutos para o elevador ser carregado, subir um andar, descarregado e mandado de volta ao primeiro piso. Irving discordou dos cálculos de Robert Jan. Pelo que pareceu um momento insuportavelmente longo, os dois debateram os procedimentos de carregar e descarregar os corpos. A sala estava aquecida, mas eu sentia calafrios. A sessão enfim terminou. Em vez de guardar meus livros e documentos imediatamente, como costumava fazer, fiquei ali, ruminando, até sentir um tapinha em meu ombro. Era Rampton. Ele não falou nada, mas parecia triste.

Em seu artigo para o *Independent*, James Dalrymple descreveu sua reação

após a sessão. “Naquela noite, no trem, para minha vergonha, peguei uma calculadora de bolso e comecei a fazer a conta. Dez minutos para cada grupo de 25, digitei. O que nos dá 150 por hora, o que nos dá 3.600 para cada período de 24 horas. O que nos dá 1.314.000 por ano. Sem problemas. Podia ser feito. Graças a Deus os números batiam. Quando me dei conta do que estava fazendo, quase joguei a calculadora pelo vagão, tamanha era minha raiva.”³⁵ Sua raiva me fez lembrar como me senti quando me peguei examinando os desenhos de Olère para conferir se as mulheres eram retratadas de maneira pornográfica. Apesar de seu histórico de distorções e mentiras, Irving havia nos seduzido a ponto de levarmos suas teorias – ainda que apenas por um momento – a sério.

UMA EXCURSÃO VIRTUAL PELAS CÂMARAS DE GÁS

Uma manhã havia sido reservada para Robert Jan apresentar uma recriação das câmaras de gás gerada por computador. O juiz começou perguntando-lhe o que havia para ser “aferido ou inferido com base nas plantas ligadas à construção das câmaras de gás”. E rapidamente se corrigiu: “Perdão, [...] que permitem alguém inferir que disposições foram criadas para as câmaras de gás de modo geral e [...] talvez para os dutos nos quais os grãos de Zyklon B supostamente eram lançados?”³⁶ Confusa, perguntei a James sobre essa linguagem contorcida. Ele sussurrou: “Ele não quer sugerir que já chegou a uma conclusão sobre as câmaras de gás. É irritante, mas é uma necessidade forense”.

Durante a hora seguinte, com seu ponteiro de laser na mão, Robert Jan conduziu um seminário sobre as câmaras de gás. Simulando a linguagem do juiz, ele também se referiu a “supostas câmaras de gás”. Apontou que em Auschwitz a maior parte dos desenhos arquitetônicos eram criados pelos prisioneiros que os assinavam – não com seus nomes, mas com seus números. Em contraste, os desenhos das reformas nos cremas 2 e 3 – reformas para a introdução das câmaras de gás nesses prédios – foram criados pelo arquiteto da ss, Walther Dejaco. Como Dejaco raramente fazia desenhos, isso por si só já dava sinais de que havia algo diferente nessas reformas. Porém, eram as próprias alterações que indicavam que um propósito totalmente novo fora descoberto para aquela área da construção. As portas da sala que se tornou a câmara de gás foram alteradas de modo a abrir para fora, e não para dentro. Robert Jan postulou que as autoridades de Auschwitz tinham aprendido – com base nos caminhões de gás de Chelmo – que as pessoas corriam em direção à porta quando o gás era introduzido na sala. As pilhas de cadáveres impossibilitariam abrir a porta depois do envenenamento.³⁷

Robert Jan também tomou nota do que havia sido retirado das plantas originais.

Antes, havia na lateral do prédio uma rampa de concreto que levava ao porão. Essa rampa, com degraus estreitos de ambos os lados, fora criada para as macas que transportariam os corpos. Os degraus acomodariam as pessoas conduzindo a maca. Essa ideia havia sido substituída por uma escada. A nova escada não era larga o suficiente para uma pessoa carregando uma maca. No entanto, ela acomodaria as pessoas, que entrariam sozinhas.

Irving tinha uma explicação completamente diferente para a substituição da rampa pelos degraus. Os arquitetos teriam decidido, “por questão de gosto e decência, manter um lado da construção limpo, onde as pessoas poderiam ir sem ter de topiar em cadáveres, talvez infectados, e então acharam melhor, por motivos puramente de higiene, tirar a escada”. Eu não conseguia imaginar os arquitetos de Auschwitz preocupados com “gosto e decência”. Robert Jan concordou que a teoria de Irving poderia fazer sentido, exceto pelo fato de que, sem a rampa, não havia como colocar os cadáveres dentro do prédio.³⁸ Ainda que aquilo fosse um necrotério, como Irving defendia, os corpos teriam de entrar e ser transportados até as fornalhas. Irving sugeriu que o elevador servia a esse propósito. Robert Jan apontou que essa hipótese era simplesmente implausível. Para chegar ao elevador, as pessoas levando a maca teriam de passar por duas portas – das quais nenhuma acomodaria facilmente a maca – e andar sobre o estoque de coque. Por fim, Robert Jan apontou que o chefe do escritório de construção de Auschwitz havia ordenado que, em contraste com os planos para outras construções, que estavam prontamente disponíveis para a equipe local, o acesso a essas plantas era severamente limitado. Por que, Robert Jan questionava, sigilo tão absoluto se as construções não passavam de um necrotério?³⁹

Quando fomos almoçar, conversei com Rampton. Chegando ao Brick Court, disse-lhe: “Lembra-se de quando fiquei nervosa em Auschwitz porque você questionou Robert Jan sobre o motivo de não ter havido mais testes nas câmaras de gás?” Rampton deu um longo trago em seu Gitanes e respondeu: “Lembro. *Muito bem.*” Seu tom de voz indicava que a situação fora tão desagradável para ele quanto para mim. “Eu estava furiosa”, expliquei, “porque você parecia inseguro sobre a verdade das câmaras de gás”. Ignorando o tempo frio de janeiro, ele parou e perguntou: “Agora você entende o que eu estava fazendo?” Parecia extremamente óbvio. “Você estava preparando Robert Jan para o interrogatório”, respondi. “Exato. Eu precisava ter certeza de que ele estava preparado para os questionamentos de Irving.”

Eu queria me desculpar por tê-lo desafiado. Queria deixar claro o quanto apreciava não apenas suas habilidades forenses, mas a paixão que ele levava para aquele processo. Antes que eu pudesse encontrar as palavras, Anthony disse: “Acho que é hora de tomar um bom vinho. Vinho é a única coisa que torna esses sanduíches palatáveis”. Com isso, foi à adega que mantinha ali. Voltou com

uma garrafa de Pommard, Les Epenots 1995, um Borgonha encorpado. Antes de colocá-la à mesa, encheu duas taças. Enquanto me passava uma, comentou: “Acho que nós dois precisamos disso hoje”.

Mais tarde, Irving voltou à questão dos buracos, apresentando variações de sua afirmação de “sem buracos, sem holocausto”. Por fim, agarrou o pequeno púlpito à sua frente, ficou na ponta dos pés e desafiou Robert Jan a ir a Auschwitz com “uma espátula, limpar todos os escombros e encontrar um buraco de concreto reforçado”. Se os buracos fossem encontrados, proclamou Irving, “ficarei feliz em abandonar imediatamente minha ação. [...] Isso provocaria um buraco tão grande em meu processo que eu não teria como seguir defendendo-o”. Robert Jan não falou nada. O silêncio recaiu sobre a sala, sendo enfim preenchido pelo juiz Gray: “O senhor deixou claro o que queria dizer e eu entendi; ninguém fez o trabalho de escavação”.⁴⁰

A maior parte do relatório de Robert Jan não foi questionada por Irving. Mesmo assim, eu me preocupava com a possibilidade de o juiz, que de tempos em tempos elogiava as indagações de meu adversário, poder pensar que suas várias teses – necrotérios, abrigos antiaéreos e câmaras para dedetizar objetos – fossem explicações históricas “alternativas” válidas. Será que o juiz Gray pensava que, como ninguém havia feito “o trabalho de escavação”, os ataques de Irving aos buracos mereceriam crédito?*

CREMATÓRIOS INOVADORES

Rampton levantou-se para reexaminar Robert Jan. Fez referência à patente de 1942 entregue pela Topf, a empresa que construiu os crematórios, de fornalhas especificamente desenhadas para Auschwitz. Esses fornos incineravam simultaneamente vários corpos e usavam uma quantidade limitada de combustível. O design permitia a introdução de corpos esqueléticos e não esqueléticos para garantir que a temperatura permanecesse constantemente alta por meio da emissão de gordura humana. Se somente corpos esqueléticos fossem incinerados, seria necessário acrescentar combustível continuamente. Era precisamente esse procedimento que os *Sonderkommandos* seguiam, conforme Tauber havia relatado em seu testemunho: “Os corpos das pessoas que eram mortas nas câmaras de gás assim que chegavam, que não estavam enfraquecidas, queimavam melhor. [...] Durante a incineração desses corpos, usávamos coque apenas para acender a fornalha inicialmente, pois os cadáveres com gordura queimavam sozinhos”.⁴¹ O pedido de patente de 1942 da Topf apresentava a explicação termodinâmica para a decisão dos *Sonderkommandos* de levarem corpos de diferentes tamanhos para as fornalhas. O pedido também

derrubava a afirmação de Irving de que grandes necessidades de combustível eram requeridas para incinerar os cadáveres. E ia além: exemplificava por que a “convergência de evidências” era um método histórico tão proveitoso. O prisioneiro Henryk Tauber não tivera acesso ao pedido de patente da Topf, que fora emitido em Berlim em 1942. Ainda assim, o procedimento que ele e seus colegas seguiam era exatamente o que o projeto estipulava.

Por fim, Rampton perguntou a Robert Jan sobre o elevador. Robert Jan havia estimado que o elevador era capaz de transportar aproximadamente 25 corpos de cada vez. Uma carta do chefe de arquitetura de Auschwitz, Karl Bischoff, datada de junho de 1943, listava uma taxa de incineração para o crema 2 – o crematório no qual Robert Jan estimara que 500 mil pessoas haviam sido assassinadas – de 1.440 cadáveres a cada 24 horas. Rampton perguntou a Robert Jan se seria “factível” o único elevador no prédio transportar o número requisitado de corpos, a cada hora, das câmaras de gás até as fornalhas. Robert Jan fez os cálculos e respondeu: “Sim. [...] o elevador conseguiria acompanhar o ritmo das fornalhas”.⁴² Com isso, Robert Jan encerrou seu testemunho.

Dois dias depois, na parte da manhã, Irving viu Robert Jan no tribunal e voltou a chamá-lo. Questionou a autenticidade da carta de 1943, que indicava a capacidade diária do crema 2 como 1.440. Havia algumas anomalias na forma como a carta era datada, endereçada e numerada. Embora Robert Jan considerasse essas objeções infundadas, o juiz Gray parecia intrigado. “Considerando [...] as questões que lhe foram colocadas pelo senhor Irving acerca da autenticidade desse documento, [...] o senhor tem alguma dúvida sobre ela [a autenticidade]?” Robert Jan explicou que, se a carta tivesse sido descoberta recentemente, ele desconfiaria. No entanto, os pesquisadores a conheciam há mais de 50 anos. Não apenas a carta original estava disponível, mas havia uma cópia datilografada em outro arquivo. Considerando que existiam duas cópias diferentes em dois arquivos distintos, era muito improvável que se tratasse de uma falsificação. Por fim, ela listava uma capacidade de incineração menor do que aquela apresentada por oficiais alemães em julgamentos pós-guerra. Por que alguém falsificaria um documento com uma capacidade menor de incineração do que aquela atestada sob juramento por testemunhas oculares alemãs? “Essa é a discrepância.”⁴³ Virei-me e me deparei com Rampton, que mantinha braços e pernas cruzados enquanto olhava para baixo. De onde eu estava, pude perceber que ele sorria muito discretamente.

Como havia feito com o “gargalo” do elevador, com os buracos e com tantas outras coisas, Robert Jan demonstrava que as suposições criativas de Irving tinham poucas – ou nenhuma – provas que as sustentassem. Todavia, eu me perguntava como aquela conversa forense tão analítica e complicada soava para as pessoas na galeria, cujos entes queridos haviam sido empilhados naquele elevador.

Quando Errol Morris entrevistou Roth para *Mr. Death*, o químico disse que o cianeto de hidrogênio “provavelmente não [...] penetraria mais de 10 microns. O cabelo humano tem 100 microns”. Embora ele modulasse sua observação com a palavra “provavelmente”, o cianeto de hidrogênio possivelmente penetra muito mais do que 10 microns. Todavia, seu argumento sobre a diluição severa da amostra é válido. Richard Green, físico-químico com Ph.D. pela Universidade de Stanford, apontou outro problema sério na suposta metodologia de Leuchter. Leuchter entregou ao laboratório amostras de tamanhos muito diferentes. A concentração de cianeto de hidrogênio certamente não seria homogênea. Portanto, quando são usadas amostras de tamanhos diferentes, os resultados de qualquer teste se torna muito suspeito. Richard J. Green, “Expert Report,” *IvP&DL*, Court of Appeal, 1996-I-No. 1113. Ver: <http://www.holocaust-history.org>.

Na verdade, parte do trabalho de escavação havia começado. No verão de 1998, pesquisadores do Holocaust History Project, um grupo de historiadores, engenheiros, físicos, especialistas em computação e químicos que expunham a falácia dos argumentos dos negacionistas foram a Auschwitz. Na ocasião, encontraram dois buracos. Viagens subsequentes, no ano 2000, revelaram um buraco adicional. Daniel Keren, Jamie McCarthy e Harry W. Mazal, “The Ruins of the Gas Chambers: A Forensic Investigation of Crematoriums at Auschwitz I and Auschwitz-Birkenau”, *Holocaust and Genocide Studies*, vol. 18, no.1 (primavera de 2004), pp. 68–103.

IvP&DL, 8^o dia (24 de janeiro de 2000), pp. 6, 7.

Para o testemunho de Vaillant-Couturier, ver *Nuremberg Trial Proceedings*, vol. 6, 44^o dia, segunda-feira, 28 de janeiro de 1946, Sessão Matin, <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/imt/proc/01-28-46.htm> (acesso em 26 de agosto de 2004).

IvP&DL, 8^o Dia (24 de janeiro de 2000), pp. 14–23. *Nuremberg: The Last Battle*, de Irving, apresenta uma fotografia de Vaillant-Couturier com a seguinte legenda: “Problemas de credibilidade”. A legenda afirmava: “Enquanto Madame Marie-Claude Vaillant-Couturier [...] dá seu testemunho sobre o fardo de ser uma comunista internada em Auschwitz, o juiz Francis Biddle aponta que não acredita nela”. David Irving, *Nuremberg: The Last Battle* (Londres: Focal Point, 1996), legenda da imagem na p. 182. Para uma compilação das várias declarações de Irving sobre o testemunho de Vaillant-Couturier, ver *Closing Statements*, 5(i)p, pp. 72–75.

IvP&DL, 8^o Dia (24 de janeiro de 2000), pp. 24–27.

IvP&DL, 8^o Dia (24 de janeiro de 2000), p. 62.

IvP&DL, 8^o Dia (24 de janeiro de 2000), pp. 86–87.

IvP&DL, 8^o Dia (24 de janeiro de 2000), p. 135.

IvP&DL, 8^o Dia (24 de janeiro de 2000), pp. 88, 141–42.

IvP&DL, 8^o Dia (24 de janeiro de 2000), pp. 145–49.

IvP&DL, 8^o Dia (24 de janeiro de 2000), pp. 178–79.

IvP&DL, 9^o Dia (25 de janeiro de 2000), pp. 6–9.

IvP&DL, 9^o Dia (25 de janeiro de 2000), pp. 10–13.

IvP&DL, 9^o Dia (25 de janeiro de 2000), p. 47.

IvP&DL, 9^o Dia (25 de janeiro de 2000), p. 81.

IvP&DL, 9^o Dia (25 de janeiro de 2000), p. 141.

IvP&DL, 9^o Dia (25 de janeiro de 2000), pp. 141–51.

IvP&DL, 9^o Dia (25 de janeiro de 2000), p. 164. Para o testemunho de Bimko, ver *Trial of Josef Kramer and Forty-four Others (The Belsen Trial)*, ed. Raymond Phillips (Londres: W. Hodge, 1949), pp. 16, 66, 68, 742.

IvP&DL, 9^o Dia (25 de janeiro de 2000), pp. 166–68.

IvP&DL, 10^o Dia (26 de janeiro de 2000), p. 63.

Robert Jay Lifton, *The Nazi Doctors* (Nova York: Basic Books, 1986), pp. 15–16, 232. Para uma versão ligeiramente diferente dessa citação, ver Ella Lingens-Reiner, *Prisoners of Fear* (Londres: Gollancz, 1948), pp. 1–2.

IvP&DL, 9^o Dia (25 de janeiro de 2000), pp. 186–87.

IvP&DL, 9^o Dia (25 de janeiro de 2000), p. 193.

IvP&DL, 10^o Dia (26 de janeiro de 2000), pp. 4, 22.

Essas colunas de tela metálica eram presas a quatro outras, estruturais, que sustentavam o telhado. Como duas das colunas metálicas ficavam do lado leste das colunas estruturais e duas do lado oeste, elas formavam um arranjo escalonado. *IvP&DL*, 10^o Dia (26 de janeiro de 2000), p. 43.

IvP&DL, 10^o Dia (26 de janeiro de 2000), pp. 52, 53.

IvP&DL, 10^o Dia (26 de janeiro de 2000), pp. 78, 100. Testemunho de Henryk Tauber, conforme citado em Jean-Claude Pressac, *Auschwitz: Technique and Operation of the Gas Chamber* (Paris: CNRS Éditions, 1993), pp. 489, 494. Ver também *Van Pelt Report*, part 2, sec. IV, p. 190.

IvP&DL, 10^o Dia (26 de janeiro de 2000), pp. 78, 86.

IvP&DL, 11^o Dia (27 de janeiro de 2000), pp. 147–49.

Those Were the Days: The Holocaust As Seen by the Perpetrators and Bystanders, ed. Ernst Klee, Willi Dressen & Volker Riess; tradução de Deborah Burnstone (Londres: Hamish Hamilton, 1993), pp. 252–55.

IvP&DL, 10^o Dia (26 de janeiro de 2000), pp. 94–95.

IvP&DL, 10^o Dia (26 de janeiro de 2000), pp. 99–103.

IvP&DL, 8^o Dia (24 de janeiro de 2000), p. 144.

IvP&DL, 10^o Dia (26 de janeiro de 2000), p. 184.

IvP&DL, 10^o Dia (26 de janeiro de 2000), pp. 184–86.

James Dalrymple, “The Curse of Revisionism”. *Independent* (Londres), 29 de janeiro de 2000.

IvP&DL, 11^o Dia (27 de janeiro de 2000), pp. 10–11.

IvP&DL, 11^o Dia (27 de janeiro de 2000), pp. 16–44.

IvP&DL, 11^o Dia (27 de janeiro de 2000), pp. 47–50.

IvP&DL, 11^o Dia (27 de janeiro de 2000), pp. 48–50, 87–89.

IvP&DL, 11^o Dia (27 de janeiro de 2000), pp. 148, 151–52.

IvP&DL, 11^o Dia (27 de janeiro de 2000), pp. 162–64.

IvP&DL, 11^o Dia (27 de janeiro de 2000), p. 189.

IvP&DL, 13^o Dia (1^o de fevereiro de 2000), pp. 16–17.

CAPÍTULO 10 UM PROFESSOR AMERICANO

Alguns meses antes do julgamento, James me ligou para contar que Kevin MacDonald, professor de psicologia da Long Beach State University, na Califórnia, falava voluntariamente – ou seja, sem a necessidade de intimação – em favor de Irving. “Quem é ele?”, perguntei. James ficou desapontado. “Pensamos que você o conhecesse. Supostamente é especialista em antissemitismo. Escreveu uma trilogia sobre os judeus e o judaísmo”. Eu não conseguia entender por que um especialista em antissemitismo testemunharia voluntariamente por Irving, a não ser, pensei em tom de brincadeira, que ele de alguma forma apoiasse o antissemitismo. Completamente perplexa, fui à biblioteca da Emory atrás de seus livros.

ANTISSEMITISMO DE ALTO PADRÃO

MacDonald era Ph.D. em ciências biocomportamentais pela Universidade de Connecticut e se descrevia como psicólogo evolucionista. Era secretário-arquivista e membro da Executive Council of the Human Behavior and Evolution Society, principal organização acadêmica de psicólogos evolucionistas. Editava o boletim informativo da organização e havia atuado como presidente do programa em reuniões anuais.¹

Sentada em um banco sob uma grande árvore em frente à minha sala, folheei seus livros. MacDonald considerava os judeus um grupo geneticamente distinto, que conspirava em praticamente tudo para conquistar vantagens políticas e

econômicas sobre os não judeus. “O judaísmo desenvolveu um programa consciente de eugenia para melhorar a capacidade acadêmica, [...] e, como resultado, o QI dos judeus asquenazes está pelo menos um valor acima do QI da média branca”² De acordo com MacDonald, judeus se opunham aos casamentos mistos porque queriam garantir que seu grupo permanecesse fechado à penetração de outros conjuntos de genes.³ MacDonald identificava vários “movimentos intelectuais e políticos muito influentes [que] foram encabeçados por pessoas que se identificavam fortemente como judeus”. Esses grupos – os quais, de acordo com MacDonald, incluíam a antropologia boasiana, a psicanálise, a Escola de Frankfurt de Pesquisas Sociais e os intelectuais de Nova York – trabalhavam, frequentemente disfarçados, para modificar as sociedades ocidentais e, assim, assegurar a continuidade judaica.⁴ Enquanto lia aqueles livros, periodicamente me forçava a lembrar que não estava diante dos *Protocolos dos Sábios de Sião*.

Com o objetivo de restaurar a “paridade” entre judeus e outros grupos étnicos e contrariar a vantagem judaica na posse de riqueza, MacDonald previa que, em algum momento, universidades e outras instituições discriminariam os judeus nos processos de admissão e que os governos imporiam impostos especiais sobre os judeus.⁵

Ao abordar o antissemitismo, MacDonald defendia que os judeus, em vez de serem vítimas, provocavam esse pensamento. Por mais que os judeus se recusassem a compreender, os não judeus reagiam como qualquer outro ser vivo reagiria diante de uma ameaça: defendendo-se.⁶ MacDonald acreditava que os historiadores comumente “ignora[vam], minimiza[vam] ou limita[vam]” o papel dos judeus na criação do antissemitismo. Em certa medida, os judeus eram responsáveis até mesmo pelo antissemitismo nazista. Para ele, era “indefensável” retratar as ações dos nazistas como completamente independentes do comportamento dos judeus.⁷ Aliás, defendia, Hitler e os nazistas emularam a estratégia de grupos evolucionários do judaísmo. Essa estratégia tornou-se uma “imagem espelhada do judaísmo, com ênfase na criação de uma raça superior”.⁸

MacDonald defendia que, quando os judeus pareciam divididos acerca de uma questão, isso não passava de um plano para enganar os não judeus. (MacDonald claramente nunca tinha visto judeus brigando entre si. Se tivesse, saberia que essas brigas são muito verdadeiras.) De acordo com o autor, quando os judeus repudiavam sua etnia, isso também era uma armadilha. “O radical judeu é invisível aos gentios como judeu e, assim, evita o antissemitismo ao mesmo tempo que discretamente mantém sua identidade judaica.”⁹ Suas ideias me lembravam uma cena do filme de propaganda nazista *Der ewige Jude* (*O Eterno*

Judeu), de 1938, na qual barba, peót, cafetã e quipá são progressivamente retirados de um judeu até ele se tornar um homem inclassificável – embora ainda mantenha os olhos estreitos e o nariz avantajado – usando terno comum, enquanto o narrador diz: “*Cabelos [peót], barba, quipá e cafetã tornam o judeu do Leste reconhecível a todos. Se ele aparecer sem suas marcas registradas, somente olhos muito atentos são capazes de reconhecer suas origens raciais. [...] É um traço intrínseco do judeu ele sempre tentar esconder suas origens quando está entre não judeus*”.¹⁰ Esses judeus assimilados eram mais perigosos porque não judeus desavisados não podiam se proteger deles.

Eu não conseguia acreditar que aquele homem era professor há mais de quinze anos em uma universidade americana e tinha publicado o que indiscutivelmente poderiam ser descritos como tomos abertamente antisemitas sem ninguém – em especial seus colegas – perceber. Aliás, para além de seus colegas não perceberem, seus parceiros da psicologia evolucionista o elegeram secretário da associação dos psicólogos evolucionistas. Liguei para Anthony, que tinha lido o trabalho de MacDonald, e disse-lhe que considerava aquele material antisemitismo de alto padrão, classe alta. Ele rapidamente questionou: “De alto padrão?” Logo depois, sentindo-me esmagada pela miríade de detalhes à minha frente enquanto me preparava para viajar à Inglaterra, deixei MacDonald e suas teorias de lado.

A SLATE ENTRA NA BRIGA

Conforme o testemunho de MacDonald se aproximava, a internet ficava mais e mais agitada. Na última semana de janeiro, ao descobrir que o testemunho de MacDonald aproximava-se, a colunista do *New York Times* Judith Shulevitz publicou na *Slate* uma série de artigos provocando-o. Ela pedia aos colegas psicólogos evolucionistas dele que explicassem como, considerando suas visões, puderam elegê-lo secretário de sua organização.¹¹ Provocados pelas críticas de Shulevitz, os líderes da organização protestaram, afirmando que nunca tinham publicado artigos de MacDonald em sua revista revisada por pares. Outros postavam críticas ácidas ao trabalho do professor.¹² John Tooby, diretor do Centro de Biologia Evolutiva da Universidade da Califórnia em Santa Barbara e um dos fundadores da psicologia evolucionista, declarou que “as ideias de MacDonald – e não apenas aquelas sobre judeus – violam princípios fundamentais da área”. Os psicólogos evolucionistas estudam a constituição universal de uma espécie, e não diferenças genéticas individuais ou intergrupais, como fazia MacDonald.¹³ Steven Pinker, membro do Departamento do Cérebro e das Ciências Cognitivas do MIT e um psicólogo experimental muito respeitado,

que já escreveu sobre vários aspectos da linguagem e da mente, acreditava que o trabalho de MacDonald não tinha credibilidade científica elementar, pois ele não testara hipóteses alternativas nem utilizara um grupo de controle (como outro grupo étnico minoritário). Críticos observaram que MacDonald fez pronunciamentos radicais sem a expertise necessária para tanto. Não tinha treinamento em estudos rabínicos, mas descreditava o *Talmude*, chamando-o de “desnecessário” por não atender a qualquer “necessidade puramente religiosa ou prática”. Embora não fosse geneticista, chegara a conclusões radicais sobre o conjunto genético dos judeus; embora não fosse economista, fazia pronunciamentos sobre as práticas econômicas dos judeus; embora não fosse cientista político, analisava a influência política dos judeus.

Pinker também achava impressionante que, apesar de as pessoas serem uma combinação de muitas identidades, para MacDonald os judeus eram identificados *tão simplesmente* como judeus. Esse atributo, observava Pinker, tornava-os diferentes de todos os demais humanos e era um *argumentum ad hominem* fora dos parâmetros do discurso científico. Tentar defender esse argumento, destacava Pinker, era uma clara perda de tempo. “MacDonald já anunciou que vou rejeitar suas ideias porque sou judeu, então qual é o propósito de reagir a elas?” Lembrando minha reação inicial a MacDonald, Tooby afirmou que o trabalho do professor constituía “uma teoria similar aos *Protocolos dos Sábios de Sião*”. Pinker concordava: “As várias teses de MacDonald [...] criam um retrato consistentemente injusto dos judeus, composto com uma linguagem depreciativa e pesada. É impossível evitar a impressão de que essa não é uma hipótese científica habitual”.¹⁴

—

MacDonald falaria em uma segunda-feira. Ken Stern, que vinha coordenando as conversas com John Tooby na Califórnia e com James e comigo em Londres, estava extremamente exausto quando conversei com ele já tarde da noite no domingo. Ao falar de MacDonald, chamava-o de “Velho MacDonald” porque, explicava, o lugar de suas ideias era a roça, e não a sala de aula. Passamos a criticar fortemente o trabalho de MacDonald. Fizemos download do material para Heather, que o organizaria para Rampton usar no tribunal.¹⁵ Era muito mais material do que o necessário para o interrogatório, mas eu ficava contente em saber que Rampton teria os indícios mais convincentes para demonstrar que as teorias de MacDonald apoiavam-se em um discurso codificado que era, em sua essência, antissemita. Quando na manhã de segunda-feira Rampton entrou no tribunal, resmungava por estar cercado por pilhas de material imoral. Considerando seu mau humor, pensei não ser um momento oportuno para discutir o “Velho MacDonald” com ele.

Antes de MacDonald começar a falar, o juiz Gray perguntou de que forma as provas por ele apresentadas seriam “realmente relevantes para a questão sobre a qual tenho de decidir”. Irving insistia que o testemunho de MacDonald provaria que ele fora “vítima de um esforço internacional para destruir sua legitimidade como historiador”. Gray avisou: “Lembre-se de que a ré é a professora Lipstadt e que, portanto, é pelas atividades dela [...] que deve ser considerada responsável”. Irving disse que provaria que eu fazia “parte de um esforço mais amplo”. Gray pediu a Irving para prosseguir. “Vamos ver quais são essas provas”.¹⁶

MacDonald, um homem alto e esguio, com rosto angular, posicionou-se no banco das testemunhas. Seus cabelos castanhos e despenteados pareciam ainda não ter se recuperado do vento do inverno londrino. Seu terno escuro, que parecia grande demais, dependurava-se desajeitado em seu corpo. Depois de fazer o juramento, sentou-se, curvou os ombros, fixou o olhar no chão e pareceu – apesar da altura – sumir. Irving começou pedindo a MacDonald para descrever seu trabalho. Ele explicou que escrevia sobre o judaísmo, o qual descreveu como uma “estratégia evolucionista de grupo”, e estudava as táticas que as organizações judaicas usavam para combater as visões das quais discordavam, “como a anulação da St. Martin’s Press da publicação do *Diário de Goebbels*”.* Quando MacDonald citou a decisão da St. Martin’s, Irving pediu-lhe para explicar melhor como o livro foi “suprimido [...] pela pressão da comunidade judaica”. Irving mal tinha terminado de formular sua pergunta quando o professor de Long Beach, soando bastante entusiasmado, começou a responder: “Sim, pela Liga Antidifamação”. Considerando o aviso do juiz a Irving de que ele tinha de demonstrar que eu estava diretamente envolvida na decisão da St. Martin’s, aquela não era a resposta mais prudente. O juiz Gray logo reafirmou sua posição, alertando Irving de que aquele episódio só seria relevante se ele conseguisse mostrar minha ligação com o cancelamento da publicação do livro. Irving garantiu à corte que demonstraria que a St. Martin’s tinha “citado a segunda ré como uma autoridade para sua decisão” e que o cancelamento era “parte de uma estratégia de grupo”.

Irving perguntou a MacDonald se ele via algum indício que o levasse a acreditar que “a segunda ré havia se tornado parte desse esforço”. MacDonald expôs o artigo do *Washington Post* sobre o imbróglio da St. Martin’s. O texto provava, concluiu MacDonald, que eu “era literalmente parte da pressão na St. Martin’s”. Sorri na expectativa de descobrir como Rampton enfrentaria o interrogatório de MacDonald. Ele certamente pediria que o professor de Long Beach demonstrasse de que forma minha resposta à pergunta de um jornalista era prova de que eu fazia parte de um esforço organizado para silenciar Irving.

O TRABALHO DE UM ALUNO E A SUGESTÃO DE UM PROFESSOR

Irving parecia ter esquecido sua promessa de provar que a St. Martin's tinha me citado ao decidir cancelar o contrato. Em vez disso, entregou a MacDonald o trabalho que um aluno fizera sobre David Irving. A peça, produzida por um aluno canadense, analisava a evolução de Irving como negacionista do Holocausto. Apesar de não ser um produto digno de destaque, o trabalho me foi enviado, após a publicação de meu livro, pelo representante canadense do Centro Simon Wiesenthal, que me avisou em uma carta que a peça continha “comentários que nem você, nem eu usaríamos”. O estudante, ignorando a noção de liberdade de expressão, defendia que “Irving não teria permissão para disseminar sua mensagem de ódio tão livremente em outros fóruns públicos” e que a “resposta final era deixar de lhe oferecer um fórum no qual transmitir sua versão deturpada da história [...]”.¹⁷ Achei as sugestões extremas do aluno um tanto caprichosas e me vi inclinada a jogar o trabalho fora. Porém, decidi arquivá-lo para a distante possibilidade de as citações de Irving desenterradas pelo aluno algum dia talvez se tornarem necessárias. Tinha me esquecido disso até o assistente de pesquisa me ajudar a reunir materiais em meus arquivos para entregar ao tribunal. Assim que Irving trouxe o assunto à tona, escrevi uma nota a Rampton: “O trabalho foi enviado para mim. Sem eu pedir. Eu não tive nada a ver com a escrita dele. Gray deve ficar ciente disso”. Rampton acenou com o braço de uma forma que entendi que era para eu me acalmar e não me preocupar porque ele tinha tudo sob controle. MacDonald ficou particularmente perplexo com o ataque do estudante à legitimidade de Irving como historiador. Virando-se para o juiz Gray, reclamou que, “apesar do fato de ele ser visto como importante entre historiadores [...], há tentativas de cercear sua liberdade de expressão”. Achei revelador o fato de MacDonald usar o indeterminado – “há tentativas”. MacDonald havia claramente usado a hipérbole verbal do aluno, a qual até mesmo o representante de uma organização ativista achava extrema, para chegar à conclusão de que aquele trabalho constituía uma prova de tentativas secretas de cercear a liberdade de expressão de Irving.

O juiz Gray perguntou a MacDonald: “De que forma isso deixa claro que a professora Lipstadt é parte de uma conspiração para desacreditar o senhor Irving?” MacDonald respondeu: “A única ligação [...] é a entrevista do *Washington Post*”. Agora com um tom um pouco mais insistente, o juiz Gray voltou a perguntar: “O que isso [o trabalho do aluno] tem a ver com o *Washington Post*?” Irving apressou-se em defender sua testemunha: “Excelência, esse documento veio do processo de produção de provas da própria professora Lipstadt”. O juiz Gray pressionou o professor da Califórnia: “Trata-se de um documento que ela recebeu, aparentemente sem pedir, da organização Simon Wiesenthal. O que isso prova contra ela?” A expressão no rosto de MacDonald

parecia sugerir que ele achava a resposta óbvia. Balançando a cabeça, começou com certa hesitação: “Bem, certo, esse documento... não há...” Então parou, como se quisesse organizar seus pensamentos. Depois de um momento, falou apressadamente: “A minha impressão era de que David Irving tinha uma queixa geral de uma perseguição por parte de organizações judaicas, e imaginei que discutiríamos isso aqui”. Gray inclinou-se na direção de MacDonald como se estivesse prestes a dizer alguma coisa. Em seguida, aparentemente decidindo agir de forma diferente, ajeitou-se em seu assento e disse: “Compreendo. Obrigado”.¹⁸

Em seguida, Irving perguntou a MacDonald sobre uma carta que Yehuda Bauer, historiador do Holocausto que sugerira anos atrás que eu escrevesse um livro sobre o negacionismo, enviara-me depois de ler um dos primeiros esboços de *Denying the Holocaust*. Eu já esperava que Irving apontasse esse fato. Dois anos antes, quando encontrou essa carta em meio aos materiais que enviei ao tribunal, ele a postou em seu site. Anthony e James, espantados com aquela violação de sigilo – os materiais enviados eram sigilosos até serem apresentados no tribunal – exigiram que Irving retirasse a carta de sua página na internet. Bauer elogiava o manuscrito e oferecia várias ideias para melhorar o texto. Sugeriu que eu expandisse a discussão a respeito de Irving para deixar claro aos leitores que ele era o pilar principal do negacionismo contemporâneo na Europa Ocidental. Achei a sugestão de Bauer válida e, em meu esforço para encontrar material adicional sobre Irving, fiz contato com vários arquivos e bibliotecas. Eles me enviaram artigos escritos por e a respeito de Irving e eu os usei para complementar o manuscrito.

O juiz Gray estimulou Irving a falar: “Isso me parece mais relevante do que o tipo de indício generalista que o professor apresentou anteriormente”. Incomodada, escrevi outra nota a Rampton: “É procedimento padrão os acadêmicos pedirem para outros lerem seus trabalhos antes de eles serem publicados. Bauer certamente não foi o único que leu e fez comentários”. Eu sabia que soava defensiva, mas detestava ver minhas ações sendo pintadas como uma trama sinistra.

Irving pareceu ganhar energia com o comentário do juiz. O volume de sua voz aumentou quando ele lembrou a MacDonald que eu o descrevera como “perigoso”. Olhando por sobre o ombro para a parte de galeria onde estava a imprensa, perguntou: “De que forma eu sou perigoso...? Sou o tipo de pessoa que *eles* acham que vou [*sic*] colocar uma bomba em sua caixa de correio? Ou a que tipo de perigo *eles* estão se referindo?” Fiquei impressionada com como Irving desviava do que *eu* tinha escrito em meu livro para o que *eles* pensavam. MacDonald seguia pelo mesmo caminho. “Não, é claro, eles o veem como um perigo por causa de sua [...] escrita. Eles pensam que [...] a versão deles dos eventos [deve ser] aceita como verdade e que os que divergem de alguns desses

dogmas devem ser vistos como além do limite da discussão racional”. Parecendo satisfeito, Irving perguntou: “Por fim, buscando antecipar uma pergunta que o doutor Rampton talvez queira fazer, o senhor me considera antissemita?” Fiquei surpresa quando MacDonald respondeu: “Não o considero antissemita. Já tivemos algumas conversas e o senhor quase nunca sequer mencionou os judeus, e, quando os mencionou, não foi, de modo geral, de forma negativa”.¹⁹ Enquanto Irving encerrava suas perguntas, percebi que Rampton tomava notas apressadamente.

A RESPOSTA DE RAMPTON

Aguardei com expectativa – e admito, um pouco de contentamento – o interrogatório de Rampton. Ele obviamente usaria sua sabedoria e seu estilo afiado para ilustrar que MacDonald não tinha entendido o ponto central do julgamento. Ainda enquanto eu contemplava tudo isso, Rampton inclinou-se sobre sua mesa. Em sua mão estendida estava o papel no qual ele tomava notas alguns momentos antes. Peguei o papel e, depois de ler as poucas linhas, fiquei sem ar. “Você vai ficar *muito* irritada comigo, mas planejo não fazer nenhuma pergunta a essa testemunha”. Eu me senti pega de surpresa. Tínhamos resmas de materiais que eu esperava ver Rampton usar com o objetivo de assolar a ciência de baixa qualidade do professor. Esperava que Rampton aproveitasse a oportunidade para demonstrar que Irving e sua testemunha viviam em um universo de conspirações. Forçada a ficar em silêncio, eu não podia declarar nada disso. Dependia de ele falar por mim.

Eu mal tinha terminado de ler a nota quando o juiz Gray virou-se para o nosso lado da sala. “Doutor Rampton”. Rampton permaneceu sentado e, sem erguer o olhar, murmurou: “Acredito não ter nenhuma pergunta”. Omitiu o tradicional “excelência” e não agradeceu a testemunha. Parecia declinar a oferta para tomar uma xícara de chá com a mesma facilidade. Aliás, Rampton, um homem invariavelmente educado, teria declinado a oferta para tomar um chá com muito mais elegância. Até Irving parecia surpreso com o rumo dos acontecimentos. Olhou para Rampton como se para ter certeza de que tinha ouvido direito e, em seguida, para o juiz Gray. “A testemunha está dispensada, Excelência?” O juiz respondeu: “Sim”.²⁰ Parecendo um pouco assustado, MacDonald virou-se para o juiz Gray e depois para Irving, como se quisesse entender o que devia fazer. Irving havia lhe dito para se preparar para passar alguns dias no banco das testemunhas. Em menos de trinta minutos, todavia, MacDonald estava dispensado. Parecendo um boxeador que entra no ringue para uma briga muito esperada e que é nocauteado nos primeiros segundos do primeiro round, o professor se levantou, deixou o banco das testemunhas e, ainda balançando a

cabeça e surpresa, sentou-se próximo a Irving.

Alguns minutos mais tarde, Gray solicitou um breve intervalo. Com a raiva ainda queimando dentro de mim, virei-me para Anthony: “Precisamos conversar”. Fomos para perto da parede tomada por pastas de arquivos. Escolhi ficar de costas para a galeria, para a imprensa não ver meu rosto. Em uma voz que era mais de exigência por esclarecimentos do que de questionamento, falei: “Como Rampton pôde deixar esse cara sair do banco das testemunhas sem interrogá-lo?” Depois de ouvir atentamente, Anthony respondeu: “O juiz não ficou impressionado. Achou MacDonald um acadêmico fraco que não entendeu o objeto desse julgamento. Se Rampton o tivesse questionado, MacDonald teria exposto suas teorias lunáticas. O juiz Gray então talvez pudesse pensar que elas têm alguma dignidade intelectual. Essa é a ótima tática forense”. Durante os últimos quatro anos, toda vez que Anthony, Rampton ou James me explicavam que considerações forenses ditavam uma certa estratégia, eu fazia concessões. Eu queria testemunhar. Eles disseram que era melhor não, então não testemunhei. Eu queria conversar com a imprensa. Eles disseram que era melhor não, então mantive o silêncio. O que tinha acabado de acontecer, todavia, parecia-me demais. “Esse julgamento”, falei a Anthony, “não está ligado apenas a questões forenses. A imprensa está presente. Deveríamos ter exposto as ideias desse cara como antisemitas”. A resposta de Anthony foi curta: “Não precisamos. O próprio MacDonald fez isso”. Eu não estava convencida, mas sabia que era inútil contrariar. O momento para isso havia passado e a oportunidade estava perdida. Eu me via prestes a voltar ao meu assento quando Anthony tocou em meu braço e, usando o tom de quem queria me reconfortar, disse: “Confie em mim, foi a coisa certa a fazer”.

Nesse momento, o professor Dan Jacobson da Universidade de Londres nos abordou e, com uma voz carregada de sarcasmo, falou, rindo: “Essa testemunha tem uma mente pequena e cega tomada por uma ideia grande e falsa”.²¹ Anthony arqueou as sobancelhas e me olhou por sobre a armação de seus óculos. Sua expressão claramente dizia: “O que foi que eu disse?” Ainda sem conseguir me desfazer da minha raiva, não falei mais nada e virei-me para meu computador. Em silêncio, reconheci que talvez – talvez – Rampton e Anthony estivessem certos.

MacDonald referia-se à biografia de Goebbels escrita por Irving.

Kevin B. MacDonald, *The Culture of Critique: An Evolutionary Analysis of Jewish Involvement in Twentieth-Century Intellectual and Political Movements* (Westport, Connecticut: Praeger, 1998); idem., *Separation and Its Discontents: Toward an Evolutionary Theory of Anti-Semitism* (Westport, Connecticut: Praeger, 1998); idem., *A People That Shall Dwell Alone: Judaism as a Group Evolutionary Strategy* (Westport, Connecticut: Praeger, 1994).

Kevin MacDonald, “Shulevitz’ Yellow Journalism”, Culturebox, *Slate Magazine*,

27 de janeiro de 2000. <http://slate.msn.com/id/73780/#ContinueArticle> (acesso em 3 de setembro de 2004).

Ibid.

Kevin MacDonald, “Witness Statement”, parágrafo 3. http://www.csulb.edu/~kmacd/statement_court.htm (acesso em 3 de março de 2004).

MacDonald, “Shulevitz’ Yellow Journalism”.

MacDonald, *Separation and Its Discontents*, pp. 177–78. Depois do julgamento, MacDonald respondeu aos críticos em seu site, afirmando que a “falta de assimilação” dos judeus alemães à época em que os nazistas chegaram ao poder “criou uma situação instável, na qual políticas de exclusão por parte dos alemães seriam um possível resultado”. Kevin MacDonald, “Replies to Donald Schwartz”, <http://www.csulb.edu/~kmacd/replies.htm> (acesso em 15 de agosto de 2004).

Kevin MacDonald, “Statement on Trial Testimony”, www.ihr.org/jhr/v19/v19n1p56_MacDonald.html, ver também: http://www.csulb.edu/~kmacd/media_flyer.htm (acesso em 17 de agosto de 2004). Depois do julgamento, MacDonald atacou Evans por ter escrito, em 1989, “O antissemitismo nazista era gratuito. Não foi provocado por nada. [...] Nasceu de uma fantasia política”. Ele descrevia o texto como uma “declaração dogmática” que não tentava determinar a base factual do antissemitismo. Kevin MacDonald, “Reply to Tooby & Shulevitz”, <http://www.csulb.edu/~kmacd/tooby.html> (acesso em 17 de agosto de 2004).

MacDonald, “Shulevitz’ Yellow Journalism”.

MacDonald, *Separation and Its Discontents*, pp. 177–78; idem., *Culture of Critique*, p. 92.

Fritz Hippler, *Der ewige Jude: ein dokumentarischer Film* (Deutsche Filmherstellungs und Vertriebs G.m.b.H., 1938). Ver também Stig Hornshøj-Møller, “Der ewige Jude”, <http://www.holocaust-history.org/der-ewige-jude/stills.shtml> (acesso em 2 de janeiro de 2004).

Judith Shulevitz, “Evolutionary Psychology’s Anti-Semite”, Culturebox, *Slate Magazine*, 24 de janeiro de 2000. <http://slate.msn.com/id/1004446/> (acesso em 14 de março de 2004).

Para algumas das discussões que o testemunho de MacDonald gerou, ver <http://www.h-net.org/logsearch/>. Palavras-chave: MacDonald, Lipstadt, Irving.

E-mail de John Tooby a Deborah Lipstadt, 30 de janeiro de 2000.

Steven Pinker, “Battling Bad Ideas”, 27 de janeiro de 2000, www.psych.ucsb.edu/research/cep/slatedialog.html (acesso em 12 de agosto de 2004).

Judith Shulevitz, “On Fighting Bad Ideas”, Culturebox, *Slate*, 25 de janeiro de 2000. 12 de agosto de 2002. <http://slate.msn.com/id/1004469/>; Judith Shulevitz, “MacDonald vs. Culturebox, Continued”, Culturebox, *Slate*, 27 de janeiro de

2000. <http://slate.msn.com/id/1004480/> (acesso em 15 de setembro de 2004).
“Slate Magazine Dialogue On: How to Deal with Fringe Academics”, *Center for Evolutionary Psychology*. Homepage. N.D.
<http://www.psych.ucsb.edu/research/cep/slatedialog.html> (acesso em 15 de setembro de 2004).

IvP&DL, 12^o Dia (31 de janeiro de 2000), pp. 6–7.

IvP&DL, 12^o Dia (31 de janeiro de 2000), pp. 9–16.

IvP&DL, 12^o Dia (31 de janeiro de 2000), pp. 15–17.

IvP&DL, 12^o Dia (31 de janeiro de 2000), pp. 18–24.

IvP&DL, 12^o Dia (31 de janeiro de 2000), pp. 24–25.

Dan Jacobson, “The Downfall of David Irving”, *Times Literary Supplement*, 12 de março de 2000.

CAPÍTULO 11

ABSOLVER HITLER, CONDENAR OS ALIADOS

Depois que MacDonald saiu, Irving voltou ao banco das testemunhas e Rampton retomou seu interrogatório. Fiquei surpresa quando começou fazendo uma referência a uma permissão para inspecionar os *Feldöfen* (“fornos dos campos”) – as estruturas de incineração nas quais os alemães haviam incinerado os corpos das vítimas –, assunto que havia sido levantado enquanto Van Pelt falava. Irving, que traduzira a palavra de forma errada (por “cozinhas dos campos”) havia atribuído esse erro ao estresse de fazer a tradução às 2 horas da madrugada. Sua desculpa não era nada convincente. Seus conhecimentos de alemão eram sólidos demais para cometer tal erro, mesmo às 2 horas da manhã. Ademais, seu suposto erro convenientemente apontava na direção da absolvição dos alemães. Eu não tinha, todavia, dado muita atenção a isso, pois parecia uma informação menor. Agora Rampton entregava um documento a Irving e pedia para que ele identificasse. Meu adversário reconheceu tratar-se de uma tradução do documento contendo o termo *Feldöfen*. As páginas tinham sido baixadas de seu site em 24 de novembro de 1998. Ali também a palavra fora traduzida como “cozinhas dos campos”. Percebi que era isso que Thomas estava procurando quando o assunto surgiu, uma semana atrás. Na ocasião, ele percebeu que tinha visto a mesma tradução “errada” no site de Irving mais de um ano antes. O fato de Irving usar “cozinhas” claramente não tinha qualquer relação com o assunto do julgamento. Irving insistiu que havia simplesmente cometido o mesmo erro duas vezes. Cético com relação à possibilidade de meu adversário ter cometido o mesmo erro, Rampton discordou: “Não, senhor Irving. Foi uma repetição de uma tradução deliberadamente errada”. Ignorando ou tendo se esquecido de que

havia reconhecido que sua tradução fora errada, Irving protestou afirmando que alemães em todo o mundo haviam lhe enviado e-mails dizendo se tratar de uma “tradução totalmente aceitável, inteligível [...] [e] plausível”.¹

TROCA DE DATAS E INVENÇÃO DE TESTEMUNHAS: ERROS INOCENTES?

Ao prosseguir com sua análise de como Irving distorcia documentos com o objetivo de “provar” suas conclusões pré-existentes, Rampton concentrou-se em um encontro de dois dias que Hitler e o Ministro das Relações Exteriores, Ribbentrop, tiveram com o Almirante Horthy, chefe do governo húngaro, em abril de 1943. Eles exigiam que Horthy tomasse medidas mais duras contra os judeus húngaros. Horthy havia instituído a legislação antissemita draconiana, mas não tinha ido tão longe quanto os alemães queriam.²

Em 16 de abril, primeiro dia do encontro, Horthy alegou que tinha “feito tudo o que era decentemente possível contra os judeus, mas não se pode assassiná-los ou exterminá-los...” Hitler garantiu a Horthy que era desnecessário; os judeus podiam ser colocados em campos de concentração, como havia sido feito na Eslováquia. (Na verdade, os judeus eslovacos não foram colocados em campos de concentração, mas mortos em Auschwitz, Sobibor e Majdanek) No dia seguinte, quando o assunto ressurgiu, Horthy repetiu suas alegações de que “ele certamente não podia espancá-los até a morte”. Em seguida, Ribbentrop falou: “Os judeus precisam ser ou aniquilados, ou levados para campos de concentração. Não há outra saída”. Hitler seguiu a proposição sanguinária de Ribbentrop com um discurso implacável. Os judeus deveriam ser “tratados como o bacilo da tuberculose”. Declarou que “até mesmo criaturas naturais inocentes como éguas e cervos tinham de ser mortas para evitar algum mal” e avisou que “as nações que não se livrassem dos judeus pereciam”.³

Em *Hitler's War* (1977), Irving apresentou uma descrição truncada desse encontro – uma descrição que, como não é de se surpreender, pintava Hitler e Ribbentrop de forma muito mais positiva do que a transcrição do encontro deixava claro. A declaração de Ribbentrop de que os judeus precisavam ser “ou aniquilados, ou levados para campos de concentração” foi enterrada em uma nota de rodapé, o que, conforme apontou Evans, “marginalizou [a citação] à sua quase não existência”.⁴ Em seguida, justificou a preocupação de Hitler com os judeus húngaros ligando-a ao levante do gueto de Varsóvia. “Em Varsóvia, 50 mil judeus vivendo no gueto encontravam-se prestes a realizar um levante armado. [...] A Polônia deveria ser uma lição prática para Horthy, argumentava Hitler”. A sugestão de Irving de que foi o levante de Varsóvia que gerara em Hitler uma

preocupação com judeus húngaros era totalmente forjada. O levante teve início em 19 de abril de 1943, dois dias *depois* do encontro. Portanto, ele não poderia ser um ponto de referência para Hitler.⁵ (Ademais, aproximadamente mil judeus enfrentaram os alemães no gueto de Varsóvia, e não 50 mil, como Irving alegava.)

Porém, essa não era a pior das representações falsas que Irving fizera do encontro. Segundo meu oponente, em 17 de abril, segundo dia do encontro, “Horthy notou, em tom de escusa, que tinha feito tudo o que podia decentemente fazer contra os judeus, ‘mas eles dificilmente podem ser assassinados.’[...] Hitler lhe assegurou: “Não há necessidade disso”. Os leitores de Irving justificadamente acreditariam que Hitler *não* queria matá-los.⁶

Rampton perguntou onde, na transcrição do segundo dia do encontro, 17 de abril, estava a informação de que Horthy “em tom de escusa” apontava que os judeus “dificilmente pode[riam] ser assassinados”. Irving afirmou que precisaria rever a transcrição para encontrar essa passagem. Quando ele começou a folhear a transcrição do encontro, o juiz Gray, sendo bastante cortês, aconselhou: “Leve o tempo que for necessário”. Rampton, todavia, fez outra sugestão: “Eu não me incomodaria usando tempo demais, senhor Irving”. O tempo não ajudaria Irving a encontrar as citações na transcrição do segundo dia porque Hitler as havia dito no primeiro dia. Rampton expôs que Irving as havia “empurrado” para o segundo dia com o objetivo de dar a impressão de que o encontro terminara em tom conciliatório, quando, na verdade, havia terminado com um tom brutalmente violento, com Hitler dizendo que os judeus deveriam ser mortos como se fossem animais.⁷

Irving protestou, alegando que Rampton estava atribuindo um motivo desviante ao que não passava de uma “confusão de datas” – algo que pode acontecer com qualquer autor. Rampton rejeitou essa explicação. “Não, senhor Irving. [...] O senhor se preocupava porque, se não envernizadas, [...] as palavras de Hitler pareceriam provas bastante conclusivas de que ele planejava a aniquilação física dos judeus”. Ademais, o historiador alemão Martin Broszat havia alertado Irving da “confusão” em 1977. Ainda assim, Irving não a corrigira na edição de 1991 de *Hitler's War*. Ele respondeu da mesma forma como costumava responder quando alguém provava que estava errado. Diminuiu o assunto, tratando-o como irrelevante. “Se foi dito em um dia ou no dia seguinte, não acho que essa seja uma questão importante”.⁸ Rampton não respondeu e anunciou sua intenção de seguir adiante.

—

Em seguida, Rampton alegou que Irving havia se empenhado em melhorar a

imagem de Hitler em sua apresentação da tentativa dos nazistas de, em 1923, derrubar o governo de Weimar. Hitler, como líder partidário, foi preso e levado a julgamento. Segundo Irving, um sargento da polícia havia testemunhado que Hitler, exasperado pelo saque e depredação de uma confeitaria judaica, procurou o tenente do exército que havia liderado o ataque e imediatamente o expulsara do partido. “Cuidarei para que nenhuma outra unidade nacionalista permita seu ingresso!” Irving escreveu que Göring, aparentemente impressionado com a advertência de Hitler aos agressores, “ficou de olhos arregalados ao ver aquela conversa”.⁹

Quando Evans e seus pesquisadores tentaram verificar a versão de Irving do evento, descobriram discrepâncias significativas entre a versão apresentada e o testemunho dado no julgamento de um ex-oficial de polícia, o *Oberwachmeister* Matthäus Hofmann. Hitler havia reprimido o tenente, mas não pelo ataque à confeitaria. O tenente fora reprimido por ter tirado a insígnia do partido durante um ataque a uma loja judaica. Ademais, aquele ataque ocorrera bem antes do *Putsch* de Munique. Hitler não foi atrás do tenente – os dois simplesmente estavam no mesmo ambiente. Evans alegava que Irving fizera esses “ajustes” em um esforço para fazer parecer que o ditador havia agressivamente punido os envolvidos em atividades antissemitas. Ademais, Irving não dizia a seus leitores que Hofmann era um membro de longa data do Partido Nazista, um fiel seguidor de Hitler e, portanto, alguém inclinado a ser bastante tendencioso a favor do ditador.¹⁰ Por fim, Hofmann em momento algum mencionou que Göring estava presente, menos ainda que ficara “de olhos arregalados ao ver essa troca”.

Como, acrescentou Rampton, Irving sabia que Göring estava presente ou de olhos arregalados? Irving declarou: “Isso é a licença poética”. Rampton respondeu: “O senhor quer dizer *invenção*, [...] uma peça de *ficção*”. Soando como se estivesse dando um sermão em Rampton, Irving declarou: “Quando se escreve um livro que vai ser lido, [...] ocasionalmente é preciso ajudar o leitor. [...] Aqui temos Adolf Hitler censurando um tenente do exército, um dos nazistas *dele*, por ter atacado uma loja judaica, e o expulsando do partido por esse ato. Pode-se imaginar que qualquer outro nazista, como Göring, ao ver aquela cena [...] reagiria com surpresa. [...] Ou estou errado?” Rampton não vacilou: “O senhor está errado”. Irving, alegava Rampton, tinha inventado a presença de Göring para fazer parecer que Hitler reprimira o tenente. Mas Irving insistia que fizera uma “inferência razoável” ao incluir no encontro um Göring espantado.

Em seguida, repetindo a mesma explicação que usara para justificar sua adição do termo “tudo” aos comentários do juiz Biddle (“De tudo isso eu duvido”), Irving diminuiu o problema, considerando-o “apenas duas palavras” que não “fazem muita diferença”. Rampton discordou: “Todas as suas ficções, as suas pequenas distorções dos indícios e das provas, tudo isso vai na mesma direção: absolver Adolf Hitler”.

Em sua versão do *Putsch*, Irving descreveu que Hitler enviara “homens armados [...] para requisitar fundos” de uma empresa judaica que imprimia cédulas. Rampton questionou o que ele queria dizer com aquilo. Sorrindo, Irving respondeu: “Ah, isso foi, obviamente, alguma brincadeira que eles fizeram”. A voz de Rampton tornou-se ligeiramente mais alta. “Uma brincadeira?” Irving explicou: “Ele os enviou para roubar tudo o que havia em um banco para devolver o dinheiro”. Heather teve dificuldades para esconder seu sorriso. Até mesmo o juiz Gray não escondeu sua surpresa. “Ele os enviou para roubar o banco?” Impassível, Irving respondeu: “Mais ou menos da mesma forma que os grandes ladrões de trens requisitavam fundos”. A sala explodiu em risos com a perspectiva burlesca de Irving acerca de roubos de bancos. Possivelmente sentindo-se empoderado com os risos, Irving disse a Rampton: “Não sei se o doutor já leu os poemas de Noel Coward. É assim que os ingleses escrevem, [...] com um toque de delicadeza”.¹¹ Usando seu próprio tom de delicadeza, Rampton seguiu em frente.

HITLER E A NOITE DOS CRISTAIS: PÁLIDO DE RAIVA?

Em nenhum outro ponto a tentativa de Irving de absolver Hitler ficava tão evidente quanto em sua versão do que acontecera na Noite dos Cristais (entre 9 e 10 de novembro de 1938). Durante um massacre que se espalhou por todo o país, centenas de sinagogas foram incendiadas. Empresas, lojas, prédios e casas de judeus foram saqueados. Milhares de judeus foram espancados e colocados em campos de concentração. Segundo as estatísticas nazistas, 91 pessoas foram mortas. Porém, quando se leva em conta os suicídios e mortes subsequentes, frutos de espancamentos e maus-tratos sustentados durante o massacre, até mil pessoas podem ter sido vítimas fatais. Irving defendia que Goebbels orquestrara esse evento sem informar a Hitler e seus mais próximos.

O massacre aconteceu no 15^o aniversário do fracassado *Putsch*. Líderes do Partido Nazista se reuniram para marcar a ocasião em Munique. Um diplomata alemão em Paris foi morto a tiros por um jovem judeu. Goebbels e Hitler se encontraram mais cedo naquela noite para jantar. Segundo a versão de Irving, Goebbels não contou a Hitler que levantes contra judeus já estavam ocorrendo em várias cidades. Hitler voltou ao seu hotel enquanto Goebbels, endereçando-se aos líderes nazistas veteranos na prefeitura, disse para se vingarem dos judeus por supostamente patrocinares o assassinato do diplomata alemão. Ataques violentos contra judeus se espalharam por toda a Alemanha. Irving defendia que, até 1 hora da manhã, quando a sinagoga ao lado do hotel começou a queimar, Hitler e Himmler desconheciam que qualquer inconveniente estivesse acontecendo. Heydrich, que se encontrava no bar do hotel, soube do incêndio e

correu para informá-los. De acordo com meu oponente, Hitler estava “pálido de raiva” e Himmler começou a “enviar instruções por telex a todas as autoridades policiais para que restaurassem a lei e a ordem, protegessem os judeus e as propriedades judaicas e fizessem cessar quaisquer incidentes”. Hitler queria “dar fim à loucura”.¹²

A versão dos eventos apresentada por Irving era, alegávamos, completamente contrária às provas documentais. No início da noite, quando falou aos membros veteranos do partido na prefeitura, Goebbels discutira os ataques que já estavam acontecendo: “O Führer decidiu [...] [que] tais manifestações não deveriam ser preparadas [...] [nem] organizadas pelo partido. Na medida em que ocorreram espontaneamente, não devem ser impedidas ou contidas”. Rampton pediu a Irving que cotejasse sua alegação de que Hitler e Himmler desconheciam totalmente a existência dos levantes até a sinagoga próxima ao hotel Four Season de Munique começar a queimar com a declaração pública de Goebbels, mais cedo naquela noite, de que “o Führer decidiu”. Rampton argumentava que Goebbels não “mentiria a um [...] grupo de velhos camaradas de partido” sobre as ordens de Hitler. Irving alegou que Hitler supôs que os judeus simplesmente “sofriam maus-tratos”, mas a situação “saiu do controle”.¹³

Como, prosseguiu Rampton, Irving podia defender que Hitler e Himmler não sabiam de nada se Heinrich Müller, subordinado de Himmler, enviara um telex às 11h15 da noite a oficiais da polícia alemã informando que “ações contra os judeus, em particular contra suas sinagogas, acontecerão em breve em toda a Alemanha. Elas não devem ser interrompidas”.¹⁴ Irving considerou a mensagem insignificante. Cerca de uma hora e meia depois desse telex, Himmler e Heydrich enviaram outro comunicado. Irving havia descrito esse telex como um chamado aos alemães para “restaurar a lei e a ordem, proteger os judeus e as propriedades judaicas e conter quaisquer possíveis incidentes”. Na verdade, observou Rampton, o telex dava ordens para que as manifestações contra os judeus “não fossem atrapalhadas pela polícia”.¹⁵

Irving não apenas distorceu o que ocorreu durante o massacre; ele também distorceu o que aconteceu depois. Em *Goebbels*, escreveu que Hess “ordenou que a Gestapo e os tribunais do partido [nazista] sondassem as origens da violência daquela noite e entregassem os acusados aos promotores públicos”. Rampton argumentava que Irving dava a seus leitores a impressão de que “qualquer um culpado de incêndio, pilhagem, danos, agressão, estupro, assassinato ou qualquer outro crime seria processado pela máquina jurídica do Estado”. Na verdade, prosseguiu Rampton, imediatamente após a Noite dos Cristais, o Ministério da Justiça anunciou que aqueles que causaram danos a propriedades de judeus *não* deveriam ser processados. Meu adversário alegou diante de Rampton que agora, doze anos depois da escrita do livro, não conseguia

se lembrar do que queria transmitir a seus leitores. O juiz Gray parecia não se convencer tão facilmente. Referindo-se à descrição de Irving dos eventos ocorridos após a Noite dos Cristais, falou: “Se eu lesse isso, acho que estaria inclinado a pensar que essas pessoas seriam processadas pelo sistema criminal do país”.

Agora sem alegar que não conseguia se lembrar de suas intenções durante a escrita, Irving insistiu que muitos violadores haviam de fato sido processados pelas autoridades por seu comportamento durante o massacre. Rampton discordou, apontando que, em fevereiro de 1939, o tribunal do partido ouvira dezesseis casos e apenas em dois deles, ambos envolvendo estupros, os perpetradores foram entregues à corte criminal. Quanto aos outros quatorze casos, o tribunal do partido pediu a Hitler para anular as acusações, muito embora elas envolvessem fuzilamentos, espancamentos, esfaqueamentos e afogamentos de judeus. Como, indagava Rampton, Irving podia justificar a retirada das acusações com base em sua alegação de que a Gestapo entregaria os acusados aos procuradores? Quando Irving insistiu que sua descrição do tratamento dos acusados estava correta, o juiz Gray discordou: “Pelo contrário, senhor Irving. [...] Quatorze deles nunca chegaram a um tribunal penal. [...] Eles só foram repreendidos por terem cometido estupros e assassinatos”.

Rampton questionou como Irving em momento algum descreveu aquela “manipulação escandalosa do sistema de justiça” em seu livro. Meu adversário alegava que fazer isso acabaria preenchendo o livro “com oito páginas de imundícies”. Rampton enxergava a situação de outra forma: “Se não consegue encontrar espaço suficiente para incluir a verdade, o senhor a deixa de fora”. Enquanto Irving continuava protestando que sua versão era “a verdadeira”, Rampton escolheu mudar de assunto.¹⁶

DRESDEN: DISTRORÇÕES DO NÚMERO DE MORTOS

Assim que começamos a planejar a nossa estratégia de defesa, pensamos ser útil comparar o tratamento dispensado por Irving a assuntos relacionados ao Holocausto àquele dispensado a um assunto não ligado ao Holocausto. Evans escolheu examinar o bombardeio Aliado de Dresden em fevereiro de 1945, o assunto do primeiro livro de Irving, *The Destruction of Dresden*. Muitos historiadores acreditam que o bombardeio careceu de um objetivo militar e foi planejado com o intuito de afetar o moral do povo alemão. Irving, adotando uma das posições mais radicais nesse sentido, declarou em um discurso em 1990: “O holocausto dos alemães em Dresden realmente aconteceu. Já o dos judeus nas câmaras de gás de Auschwitz é uma invenção. Sinto vergonha de ser um cidadão inglês”.¹⁷

Mas não questionamos os sentimentos de Irving sobre a necessidade do bombardeio de Dresden. O que questionamos foram suas alegações sobre o número de mortos. Estávamos convencidos de que ele inflacionara significativamente o número de mortos com o objetivo de aumentar a severidade do bombardeio Aliado. Suas estimativas do número de mortos em Dresden passaram por várias mutações. Inicialmente, ele acreditava que cerca de 40 mil pessoas haviam morrido. Esse número era condizente com a maior parte das estimativas oficiais pós-guerra. Todavia, ao longo dos anos, Irving passou a gravitar em torno de um número muito maior, por vezes defendendo que atingiria 250 mil.

Ele atribuía essa mudança ao fato de ter tido acesso à cópia de um documento de março de 1945 conhecido como *Tagesbefehl*, ou “Ordem do Dia” 47 (TB-47). O documento supostamente era um “breve resumo” de uma declaração do presidente da polícia de Dresden, que listava um número provisório de 202 mil mortos até 20 de março de 1945. O TB-47 previa que o número alcançaria 250 mil. Irving viu pela primeira vez uma cópia da declaração em 1964, durante uma visita à casa do fotógrafo Walter Hahn, em Dresden. Hahn obtivera a cópia de forma bastante duvidosa. Ele vira uma versão do documento na casa do médico Max Funfack, de Dresden, e sub-repticiamente fizera uma cópia à mão, a qual datilografara posteriormente. Quando Irving viu a cópia de Hahn, pediu uma reprodução. A esposa de Hahn datilografou novas cópias e Irving ficou com uma delas. Richard Evans apontou ironicamente que, com base naquela reprodução a carbono de uma cópia datilografada de outra cópia datilografada a partir de uma cópia sub-repticiamente feita a mão de um documento não assinado que, por sua vez, era um “resumo” de um relatório policial oficial, Irving mudara suas conclusões acerca do número de mortos.¹⁸

Mas até mesmo essa mudança ocorreu de uma forma peculiar. Após retornar de Dresden em posse de sua cópia da cópia de Hans da cópia do TB-47, Irving escreveu ao editor do *Sunday Times* anunciando sua descoberta, mas expressando hesitação acerca dos números. “Ainda não ficou estabelecido se 200 mil é o número [...] verdadeiro”. Alguns dias depois, a hesitação parecia ter evaporado, e ele então disse à sua editora alemã que estava convencido de que o número de mortos era de 202 mil. Justificou essa alegação explicando que o “número vinha” do então Vice-Chefe dos Médicos nas Forças Armadas, “Dr. Max Funfack, [portanto] não poderia haver dúvidas com relação à autenticidade” do documento. Três dias depois de dizer à sua editora que o documento era verdadeiro, Irving voltou a demonstrar dúvidas e pediu ao arquivo federal alemão para verificar a autenticidade da peça.¹⁹

Cinco dias depois de pedir para arquivo alemão autenticar o TB-47, as dúvidas de Irving pareceram evaporar outra vez. A histórica Catedral de Coventry, que fora severamente bombardeada pelos alemães durante a guerra, preparava uma

exposição sobre Dresden. Irving afirmou ao reitor da catedral que “não tinha dúvidas” sobre a autenticidade do TB-47 e sugeriu que, “para enfatizar o impacto da exposição, [...] o Relatório do Presidente da Polícia sobre o ataque a Dresden [TB-47] [fosse] impresso em fonte grande. [...] As mortes [...] nele citadas exercem um forte impacto”. Assegurou ao religioso que o documento fora obtido “indiretamente do Vice-Chefe dos Médicos nas Forças Armadas, responsável por cuidar das vítimas [que] ainda moram em Dresden”.²⁰ Aparentemente não citou que esse número de 202 mil viera inicialmente de Goebbels, que queria incitar o povo alemão a se posicionar contra os Aliados.

Depois de revisar essa sequência complicada dos eventos, Rampton perguntou como Irving pôde estimular o reitor a incluir aqueles números na exposição se ele não sabia se eram fidedignos. O juiz Gray também se mostrou confuso: “Não passou pela cabeça do senhor que era um pouco suspeito que o número de 200.040 no TB-47 fosse [...] o mesmo número que Goebbels fazia circular por motivos de propaganda?”

Irving insistia que o número no TB-47 era correto porque os documentos vinham “de alguém que, durante a guerra, fora chefe da equipe médica de Dresden”. Rampton, falando em um tom um tanto indiferente, como se só quisesse determinar um fato relativamente irrelevante, perguntou: “Esse Vice-Chefe dos Médicos nas Forças Armadas [que] era responsável por livrar-se do corpo das vítimas [...] era o doutor Funfact?” Irving respondeu: “Sim”. Assim que essa resposta veio, eu sabia que meu adversário havia mais uma vez caído em sua própria armadilha. Nos materiais relacionados a Irving, encontramos uma carta que Funfact lhe enviara em 1965. Funfact havia recentemente lido a edição alemã de *The Destruction of Dresden*, assim como uma carta da editora alemã de Irving a um jornal alemão. Tanto as resenhas quanto a carta afirmavam que Irving usara informações recebidas pelo então “Vice-Chefe dos Médicos nas Forças Armadas, Dr. Max Funfact”, para resolver a questão do número de mortos de Dresden. Em sua carta a Irving, Funfact insistia que jamais fora vice-chefe dos médicos das forças armadas e que, na verdade, trabalhava como urologista. Ademais, negava ter qualquer informação especial sobre o número de mortos. Não estivera “de forma alguma envolvido” no descarte dos corpos, havia “apenas ouvido os números por terceiros” e estivera “apenas uma vez presente” enquanto os corpos eram cremados na praça *Altmarkt*. Trazendo essa negação explícita, aquela carta enterrava quaisquer alegações acerca das informações possuídas por Funfact.

Trinta e cinco anos depois, ali estava Irving, sob juramento em um tribunal, afirmando que suas informações vinham de um vice-chefe da equipe médica responsável por supervisionar o processo de enterro e cremação de todas as vítimas do ataque aéreo. Quando Rampton lembrou as negações de Funfact, Irving as desmereceu, defendendo que não se podia acreditar em tais negações

porque o médico, na Alemanha Oriental, provavelmente estava mentindo para não provocar a ira das autoridades comunistas que, por motivos que Irving não conseguia explicar, queriam que um número menor fosse divulgado. (Qualquer um pensaria que os comunistas ficariam felizes com um número maior porque isso faria os alemães orientais terem uma má impressão dos britânicos e dos americanos, e não dos soviéticos, que não estavam envolvidos nos bombardeios.)

Irving também ignorara outra informação que deveria tê-lo feito duvidar do número de 200 mil mortos. Em seus materiais, encontramos três cartas de Theo Miller, um morador de Dresden cujo trabalho consistiu em coletar os corpos após o bombardeio. Miller delineou de forma sóbria e bastante detalhada como os corpos eram recolhidos e contados. Concluía que o maior número de mortos possível era 30 mil. Tentando demonstrar que o número muito maior divulgado por Irving era completamente artificial, Miller perguntou a meu oponente se ele achava possível “queimar, em cerca de três semanas, 110 mil cadáveres em uma fogueira feita com dormentes de trem e com a dimensão de aproximadamente 70×10 metros.”²¹ Irving não havia mencionado as cartas de Miller em nenhuma das edições subsequentes de seu livro sobre Dresden. Rampton questionava por que um “historiador honesto, correto, cuidadoso, metuculo, de mente aberta, não menciona [...] fontes alternativas”. Desmerecendo as cartas de Miller, Irving afirmou não ser possível citar todas as informações que lhe eram enviadas por testemunhas. O juiz Gray também pareceu incomodado com o fato de Irving não mencionar as cartas de Miller. Observou que o trabalho de Miller era justamente “registrar o número de mortos na época. Isso não o tornaria uma testemunha especialmente valiosa?”

Irving protestou alegando que recebia muitas cartas de “todo tipo de gente que *alega* ter estado em uma posição especial”. Rampton perguntou: “Então ele é um mentiroso?” “Não”, respondeu Irving, mas “acho que está fantasiando um pouco”. O juiz soava surpreso. “Ele está *fantasiando*?” Irving insistiu que sim, mas não apresentou nenhuma prova.²²

Para mim, era impressionante notar que Irving continuava insistindo que sua cópia do TB-47 era verdadeira, uma vez que, em 1977, um homem que fora membro da polícia de Dresden produzira uma cópia do TB-47 original. Ela listava um número de mortes de 20 mil, com a possibilidade de chegar a 25 mil. Evidentemente alguém no Ministério da Propaganda de Goebbels acrescentou um zero a cada número, e assim surgiram as estimativas de 200 mil e 250 mil. Ainda assim, Irving continuava insistindo em um número maior de mortos. Em 1986, disse a uma plateia na África do Sul que 100 mil foram mortos em uma noite. Na coletiva de imprensa do *Leuchter Report*, declarou aos jornalistas: “Nós queimamos Dresden, [...] matando entre 100 e 250 mil”. Somente em 1995 ele revelou aos seus leitores de língua inglesa que o TB-47 era um produto do

Ministério da Propaganda de Goebbels.²³

Rampton observou que, após analisarem o número de enterros, verificarem as mortes, as listas de pessoas desaparecidas e as demais fontes, praticamente todos os historiadores tinham chegado a uma estimativa de entre 25 e 35 mil. As alegações de números entre 100 e 200 mil haviam “perdido o contato com a realidade”. Quando a discussão se aproximava do fim, Irving falou furioso a Rampton: “Sinto uma profunda vergonha do que fizemos”. Irving não sabia que Rampton também se incomodava com o bombardeio de Dresden, o qual considerava militarmente desnecessário. Em seguida, lembrei-me da observação de Evans sobre como as editoras alemãs de Irving resolveram o problema. Quando voltaram a publicar o livro, em 1985, inseriram, na folha de rosto, a seguinte descrição: “um romance”.²⁴

IvP&DL, 12^o Dia (31 de janeiro de 2000), pp. 26–28.

The Destruction of Hungarian Jewry, ed. R. Braham, vol. 1 (Nova York Pro Arte, 1963), docs. 86, 92. Ver também Debórah Dwork & Robert Jan van Pelt, *Holocaust: A History* (Nova York W. W. Norton, 2002), pp. 172–73.

Staatsmänner und Diplomaten bei Hitler, ed. A. Hillgruber, vol. 2, p. 256, conforme citado em *Evans Report*, 4.3(h)(ii)3, pp. 441–42.

Irving, *Hitler's War* (1977), p. 872; idem., *Hitler's War* (1991), pp. 541–42; *Evans Report*, 4.3(h)(iii)A, p. 443.

Irving, *Hitler's War* (1977), p. 509, conforme citado em *Evans Report*, 4.3(h)(iii)C1, pp. 446–47.

Ibid.; repetido em David Irving, “Hitler and the Jews”, *Spectator*, 30 de setembro de 1978 (coluna de correspondência).

IvP&DL, 12^o Dia (31 de janeiro de 2000), pp. 41–42.

IvP&DL, 12^o Dia (31 de janeiro de 2000), pp. 43–49, 56.

David Irving, *Göring: A Biography* (Nova York Morrow, 1989), p. 59; *Evans Report*, 4.3(b) (ii), pp. 225–26.

Evans Report, 4.3(b)(iii)–(v), pp. 226–30.

IvP&DL, 12^o Dia (31 de janeiro de 2000), pp. 63–73.

David Irving, *Goebbels: Mastermind of the Third Reich* (Londres: Focal Point, 1996), pp. 276–77.

IvP&DL, 12^o Dia (31 de janeiro de 2000), pp. 88–90.

Evans Report, 4.3(c)(ii)(F)9–11, pp. 265–67.

IvP&DL, 12^o Dia (31 de janeiro de 2000), pp. 110–11. Esse telex na verdade fazia cessar os ataques que colocassem em risco propriedades alemãs, os saques a lojas e casas de judeus e agressões a estrangeiros, mesmo se fossem judeus. *Evans Report*, 4.3(c)(ii)(F)1–4, pp. 262–63.

IvP&DL, 13^o Dia (1^o de fevereiro de 2000), pp. 59–69.

David Irving em Dresden, 13 de fevereiro de 1990, *Closing Statements*, 5(iv) (a)(ii)15, p. 8.

Evans Report, 5.2(d)(i)–(iii), pp. 508–23. Ver também Richard Evans, *Lying about Hitler*, p. 154.

IvP&DL, 13^o Dia (1^o de fevereiro de 2000), pp. 83–89.

IvP&DL, 13^o Dia (1^o de fevereiro de 2000), pp. 91–93.

Theo Miller a Irving, 7, 25 e 26 de fevereiro de 1965, conforme citado em *Evans Report*, 5.2(d)(iii)(E)1–5, pp. 537–40.

IvP&DL, 13^o Dia (1^o de fevereiro de 2000), pp. 135–43.

Evans Report, 5.2(d)(v)1–5, pp. 552–54. Para uma lista das estimativas variadas de Irving do número de mortos em Dresden, ver *Closing Statement*, 5(vii)(a)1.1–1.3, pp. 1–3.

IvP&DL, 13^o Dia (1^o de fevereiro de 2000), p. 159. *Evans Report*, 5.2(f)4, p. 572.

CAPÍTULO 12 PALAVRAS DE COMBATE

“Eles clamam ‘Nosso! Nosso! Nosso!’ quando tesouros são descobertos. E depois, quando o antissemitismo cresce e os inevitáveis massacres estúpidos acontecem, perguntam genuinamente surpresos: ‘Por que nós?’.”¹

Quando Rampton leu essa passagem do texto *Action Report*, escrito por Irving em julho de 1997, lembrei de uma situação ocorrida alguns meses antes, quando Thomas me procurou no escritório da Mishcon. Com uma expressão atipicamente séria no rosto, entregou-me um arquivo e anunciou: “Acabei de compilar isso. Seria interessante você ler”. Intrigada, comecei a correr os olhos pelo documento. Era um compêndio dos comentários antissemitas e racistas de Irving, com frases tiradas de seus diários, cartas, discursos e fitas. Eu tinha visto algumas delas antes, mas lê-las assim, em um único corpus, era terrivelmente espantoso. Quando devolvi o arquivo a Thomas, disse que acreditava não haver separação entre o antissemitismo de Irving e seu negacionismo do Holocausto. Os dois estavam inexoravelmente interligados. Durante a quarta semana do julgamento, Rampton assumiu o trabalho de provar isso a Charles Gray.

UM HOMEM DE MARTE

Rampton perguntou a Irving se sua declaração de 1997 sobre os judeus clamarem “Nosso!” diante de tesouros não era o equivalente a ele “afirmar que o antissemitismo é justificado pelo fato de os judeus serem gananciosos”.

Insistindo que Rampton tinha entendido a fala de forma errada, Irving alegou não estar justificando, mas explicando. Rampton então passou a ler um excerto de uma entrevista que Irving dera a Errol Morris para seu filme sobre Leuchter. Ali também meu oponente dava uma de suas “explicações”:

Vocês [...] são detestados há 3 mil anos. [...] Assim que chegam [...] a um novo país, dentro de 50 anos já são detestados outra vez. Por que isso? [...] Algo inserido em nosso microchip? Quando um povo que chama a si mesmo de judeu chega, você não vai gostar dele? [...] É inveja porque eles são mais bem-sucedidos do que nós? Não sei a resposta, mas, se eu fosse judeu, iria querer saber o motivo [...] [pelo qual] assim que chegamos somos massacrados e espancados e brutalizados e presos.

Irving disse a Morris que estava falando como “alguém de fora” tentando entender a situação. “Eu venho de Marte e diria que eles são um povo esperto. [...] Diria que, como raça, são melhores em ganhar dinheiro do que eu.” Rampton olhou para Irving com desprezo: “Isso é claramente um comentário racista, senhor Irving”. Irving, mais uma vez insistindo que estava explicando e não justificando, alegou que essas declarações eram sua maneira de

investigar os motivos que levam as pessoas a se tornarem antissemitas, do meu jeito um pouco desajeitado e incoerente. [...] Seria por que os judeus são melhores do que nós? Seria por que tocam violino ou piano melhor do que nós? Por que são melhores em ganhar dinheiro?

Ouvir essas palavras saírem de forma tão extemporânea da boca de Irving foi assustador. Poucas vezes – se é que alguma – vi algo assim em um ambiente tão “civilizado” e de maneira tão livre. O juiz Gray interrompeu Irving e, soando como se ele também quisesse ter certeza de que estava entendendo direito, indagou: “Essa sentença... o senhor diz: ‘Se fosse colocar de forma clara, diria que eles não apenas são melhores em ganhar dinheiro, mas são gananciosos’. Isso é o senhor, senhor Irving, dizendo que os judeus são gananciosos, certo?” Negando vigorosamente com a cabeça, Irving insistiu que estava se colocando “na pele de uma pessoa que faz perguntas sobre pessoas espertas”. O juiz Gray insistiu um pouco mais:

JUIZ GRAY: Senhor Irving, posso lhe fazer uma pergunta? [...] O senhor está dizendo que os judeus, bem, que eles são detestados há 3 mil anos, que são detestados aonde quer que vão? [...] Depois diz: “Bem, eu não sei a resposta”. [...] Mas, em seguida, propõe: [...] Bem, veja a situação “como se eu viesse de Marte”?

IRVING: Eu tentei me colocar fora do planeta Terra e olhar para esse povo.

JUIZ GRAY: “E me parece que o motivo pelo qual são detestados é o fato de serem gananciosos”, é isso que está dizendo?

IRVING: [...] Eu não sei qual é o motivo, [...] mas os possíveis motivos são – qual é a ligação entre o crescente antissemitismo suíço e os bancos?

JUIZ GRAY: Mas está dizendo que esse é o motivo pelo qual os judeus são detestados?

IRVING: Excelência, com todo o respeito, não é o motivo. [...] É um dos motivos que contribuem nesse momento. [...] Mas também sugiro muito enfaticamente que pode estar em nosso microchip, conforme coloquei. Pode ser parte da xenofobia humana endêmica, que existe em todos nós e que pessoas civilizadas como Vossa Excelência e eu conseguimos controlar, e outras pessoas como o rapaz na Frente Ocidental, com uma metralhadora, não consegue controlar.²

Fiquei transtornada – não com o que Irving falou, mas com a civilidade daquele diálogo.

BEBÊS ARIANOS, ELES, NÓS E A BBC

No diário de Irving – que Rampton considerava particularmente revelador por se tratar de “Irving conversando com Irving”, encontramos algumas cantigas que ele compôs para cantar para sua filha Jessica quando ela era bebê. O primeiro não me parecia diferente dos poemas que os pais tradicionalmente cantam para seus filhos – doce, bobinho e ligeiramente fútil. “Meu nome é Jessica/tenho um lindo vestido/mas agora ele está uma baguncica.” Quando li esses versos, pensei em Irving simplesmente como um pai fazendo coisas que pais fazem. A próxima cantiga, todavia, solapou essa percepção. Irving escreveu que sempre que crianças “mestiças” passavam por perto, ele cantava para sua filha:

*Sou uma bebê ariana
Nem judia, nem sectária
Não planejo me casar
Com macaco ou rastafári*

O tom de Rampton era completamente monótono. Ele poderia estar lendo a previsão do tempo. As palavras falavam por si; embelezá-las seria prejudicial. Com uma voz ainda completamente apática, Rampton questionou: “Racismo, senhor Irving? Antissemitismo, senhor Irving?” Meu adversário acusou meu advogado de inflar a importância de um poema inocente. Insistindo que não era racista, asseverou: “Eu já empreguei pessoas negras e de minorias em minha equipe”. Em seguida, apontando em nossa direção, acrescentou: “E, pelo que

posso ver, nem o doutor, nem seus auxiliares empregam ninguém assim”. Antes de Rampton poder responder, o juiz alertou que aquele comentário não era uma “intervenção muito útil”. Ignorando o aviso, Irving falou: “Eu sou condenado pelo que digo e o doutor é condenado pelo que eu vejo. Em momento algum vi um membro de uma minoria étnica trabalhando ao seu lado.” O juiz Gray voltou a censurar Irving. “Senhor Irving, acabei de sugerir que essa não é uma intervenção muito útil. Não volte a repeti-la”.³ Enquanto Irving continuava insistindo que não era racista, pensei em sua descrição de Nelson Mandela: um “terrorista condenado que corretamente cumpriu vinte [sic] anos de uma sentença perpétua” por planejar “crimes concretos”.⁴

Em um discurso de 1992, ao descrever sua visita a Torquay, uma cidade inglesa, Irving a definiu como uma “comunidade branca”, onde ele tinha visto “talvez um homem negro e uma família de cor”. Em seguida, afirmou a seus ouvintes: “Não sou contrário a pessoas de cor. Entendam: nada me agrada mais do que quando chego a um aeroporto, estação ou porto e vejo uma família de cor ali. [...] Quando vejo essas famílias chegando ao aeroporto, fico feliz (e quando as vejo no aeroporto, saindo de Londres, fico feliz).” Depois de ler esse excerto, Rampton observou que o comentário de Irving sobre as famílias de minorias étnicas foi recebido com “aplausos e risos”. Irving insistiu se tratar de apenas uma “brincadeirinha cínica”. Rampton tinha uma visão menos benigna e descreveu o público como composto de “outros racistas que gostariam de tirar todas as pessoas negras destas ilhas”. Irving, voltando à sua linha de argumentação anterior, declarou: “Doutor Rampton, pode acreditar em mim, eu provavelmente sou menos racista do que o doutor, conforme testemunhado pelas pessoas que emprego”.⁵ O juiz Gray não pareceu feliz.

Depois de um momento de pausa, Rampton continuou a leitura do discurso de Irving: “Mas, se tem uma coisa que me incomoda, devo admitir, é [...] quando ligo a tv e vejo um deles [...] lendo as notícias para nós”. Rampton pediu para que Irving explicasse: “Quem são ‘eles’ e quem somos ‘nós’?”. Sem hesitar, Irving disse que “um deles” era Trevor McDonald, um respeitado jornalista inglês. Nascido em Trinidad, McDonald havia recebido a Excelentíssima Ordem do Império Britânico da Rainha Elizabeth e agora era Sir Trevor McDonald. Irving virou-se na direção do juiz para explicar que esse era um dos seus “discursos” nos quais ele começava falando que o “nosso povo” costumava ler as notícias, “mas agora, com o emburrecimento da televisão, eles colocam mulheres para lerem as notícias”. O juiz Gray, cujos traços bastante delicados pareceram ficar tensos, pediu mais precisão: “O que o senhor quer dizer com ‘eles’ e ‘nós’?”. Irving declarou apaticamente que estava falando também das mulheres. “As notícias são para homens e devem ser lidas para nós por homens.” Negando com a cabeça como se quisesse indicar que a resposta de Irving não

era satisfatória, o juiz Gray declarou-se intrigado. “O senhor disse que ‘um’ era Trevor McDonald [...] mas depois disse que ‘eles’ eram as mulheres. Não estou compreendendo.”

Irving explicou que havia citado McDonald porque falou sobre ele subsequentemente no discurso. Rampton continuou insistindo em saber por que “o senhor diz que Trevor McDonald é um *deles*”. Em um tom que sugeria que a resposta era óbvia, Irving replicou: “Bem, ele é alguém diferente de nós”. Depois, soando como se tentasse neutralizar toda a questão, voltou a descrever esse discurso como “espirituoso”, com o objetivo de estabelecer o “clima da noite”. Rampton não estava “se divertindo” e, parecendo revoltado pela sugestão de que deveria achar graça naquelas palavras, concentrou-se novamente nos discursos de Irving sobre “eles”, “nós” e McDonald. Então, leu uma passagem do discurso de meu adversário: “Por enquanto, por um período de transição, eu estaria preparado para aceitar que a BBC tivesse um homem de terno lendo as notícias importantes para nós, seguido por uma mulher lendo as notícias menos importantes, seguida por Trevor McDonald nos transmitindo todas as últimas notícias sobre assaltos e apreensões de drogas – [o restante da fala é abafado por risos e aplausos]”.⁶

Alguns dias antes, enquanto revisava parte do material, Rampton encontrou essa citação nos documentos que Heather havia preparado. Seu rosto ficou vermelho. “Eu pensava que esse homem não conseguiria mais me chocar. Mas estava errado”. Agora Irving insistia que Rampton não tinha entendido direito. “Esse é um discurso jocoso após um jantar, no mesmo clima de qualquer programa de comédia stand-up exibido pela BBC”. Depois, tendo esquecido – ou escolhido ignorar – a advertência do juiz, prosseguiu: “E, quanto a qual de nós dois é racista, só posso fazer referência ao fato de que eu, diferentemente da equipe de defesa, emprego minorias étnicas sem nenhuma hesitação”. O juiz Gray, que acompanhava as palavras de Irving na tela de seu computador, ergueu o olhar e rapidamente girou a cadeira em direção ao banco das testemunhas. Com a cara fechada, não parecia nada contente: “Quantas vezes preciso lhe dizer para não fazer esse comentário? É inadequado, fútil [...] e improdutivo para a sua causa”.⁷ Depois disso, fizemos uma pausa para o almoço.

À luz dos sentimentos horríveis que acabavam de ser expostos, parecia inadequado desfrutar daqueles momentos. Mesmo assim, senti uma certa satisfação por aquelas expressões de racismo agora terem “saído do armário”. A conversa durante o almoço foi quase inexistente. Mesmo os pesquisadores, que em geral traziam um tom de jovialidade a nossos encontros, estavam quietos. Todos pareciam em choque.

Quando voltamos ao tribunal, percebi “Brunhilde” e algumas outras pessoas sentadas próximas a Irving conversando intensamente com ele. Assim que todos retomaram seus lugares, Irving se levantou e pediu para falar ao tribunal. Pediu

desculpa por seu “comportamento indisciplinado na questão das raças”. De forma bastante gentil, o juiz Gray reconheceu que toda a situação era “muito estressante” para Irving, que estava sendo interrogado por um longo período de tempo, mas – no que eu tinha aprendido a reconhecer como sendo uma atenuação tipicamente britânica – sugeriu que tais comentários não deveriam ser feitos.⁸

NÚMEROS TATUADOS E “A ESCÓRIA DA HUMANIDADE”

Durante o intervalo, um videocassete foi instalado para Rampton exibir o vídeo de um discurso que Irving fizera em 1992 em Tampa, Flórida. Em sua fala, ele descrevia a seu público o que havia ocorrido durante sua palestra em Freeport, Louisiana, cerca de seis meses antes. Havia vários judeus no público na Louisiana. Irving os provocou: “Vocês são detestados há 3 mil anos. São tão detestados que são perseguidos de um país a outro, de massacre à expurgação. [...] E, ainda assim, nunca se perguntaram por que são detestados”. Nesse momento, Irving contava a seu público em Tampa, que um judeu no encontro da Louisiana “ficou agitado [e] falou: ‘Você está tentando dizer que nós somos os responsáveis por Auschwitz?’ E eu respondi: ‘Bem, a resposta curta é sim’. Quero dizer, ele me deixou furioso”. E o público deu risada.

Quando o vídeo foi pausado, Rampton perguntou o que havia de tão engraçado em dizer que os judeus são responsáveis por Auschwitz. Irving descreveu a situação como “risadas de nervosismo porque eles [seu público] nunca tinham ouvido uma resposta tão direta quanto aquela”. Rampton apontou que o público de Tampa também deu risada quando Irving declarou: “Acho toda a história do Holocausto terrivelmente entediante. [...] Os judeus não param de falar no Holocausto porque é a única coisa interessante que lhes aconteceu nos últimos três mil anos”. Rampton prosseguiu: “Muito engraçado, não é, senhor Irving?” Irving virou-se para o juiz Gray: “A essa altura, 95% do público pensante acha o Holocausto um assunto insuportavelmente maçante, mas ninguém se atreve a dizer isso porque sabe que seria politicamente incorreto”.⁹

Enquanto Rampton se preparava para continuar lendo trechos do discurso de Tampa, avistei o sobrevivente que havia arregaçado a manga da camisa para que seu número ficasse visível. Ciente do que estava por vir, desviei o olhar. Parecia errado observá-lo.

Na Austrália, existem sobreviventes profissionais, [como] uma mulher chamada senhora Altman, que rola a manga para mostrar a tatuagem e provar que sim, ela esteve em Auschwitz. [...] E eu digo: “Senhora Altman, a senhora sem dúvida sofreu, e tenho certeza de que a vida em um campo

de concentração nazista, onde a senhora esteve no passado, [...] provavelmente não era muito boa. E que a vida em Dresden provavelmente não era muito boa. [...] Mas me diga uma coisa”, e é por isso que vou ser grosseiro com ela, porque você tem que ser meio grosso. “Senhora Altman, quanto dinheiro a senhora já ganhou desde 1945 por causa dessa tatuagem?”

Rampton apontou que o comentário de Irving foi recebido, mais uma vez, com uma “gargalhada de gozação”. Sentindo como se eu tivesse abandonado o homem com o número no braço, virei-me na direção dele na galeria. Estava cabisbaixo. Mais uma vez, desviei o olhar. Era mais fácil olhar para Irving.

E Irving insistia que sua crítica à senhora Altman, como uma judia específica, não configurava antisemitismo. Ele não estava atacando todos os judeus, nem sequer todos os sobreviventes. Em seguida, parecendo ter se esquecido de que não estava dando um de seus discursos após um jantar, falou: “O fardo de minha crítica às senhoras Altmans deste mundo é que os que estão ganhando dinheiro são aqueles que sofreram menos. [...] Sobreviventes [...] vêm transformando seus sofrimentos em lucro, ao passo que outras pessoas que sofreram em outras circunstâncias, como vítimas do ataque aéreo ou soldados australianos que construíram a Ferrovia da Birmânia, jamais tentaram ganhar dinheiro com seu sofrimento”.¹⁰

—

Mais adiante, Rampton perguntou a Irving sobre uma descrição que ele fizera em seu diário quando um grupo de manifestantes se reuniu em frente à sua casa. “Toda a ralé, toda a escória da humanidade, está lá fora. Homossexuais, ciganos, lésbicas, judeus, criminosos, comunistas, extrema esquerda, toda a gentinha está lá fora e tem de ser contida, por dois dias, atrás de barricadas de aço”. Quando Rampton declarou que o texto representava a “mente verdadeira do senhor Irving”, um Irving, irritado, insistiu que as palavras eram uma “descrição literal dos manifestantes” e ofereceu-se para mostrar a Rampton as fotografias, para que “possamos identificar quem eles são”.¹¹ Eu me perguntava como alguém seria capaz de identificar homossexuais, criminosos, judeus e ciganos com base em uma fotografia. E lamentei por Rampton não aceitar essa oferta. Em vez disso, encerramos as atividades do dia.

Deixei o tribunal satisfeita com nosso progresso, mas desanimada com as trocas verbais daquele dia. De uma perspectiva forense, acreditava que tínhamos deixado claro para o juiz Gray que os comentários de Irving sobre judeus, pessoas de outras raças e demais minorias eram parte essencial de quem aquele homem realmente era. Todavia, as expressões de preconceito de Irving e a tranquilidade com a qual ele parecia pronunciá-las afastava qualquer sensação

de vitória.

Os eventos do dia logo ficaram para trás. Eu tinha conseguido ingressos para ver a montagem de Trevor Nunn d'*O Mercador de Veneza* no Royal National Theatre e convidei James, Heather e alguns amigos que tinham vindo de Israel para me acompanhar. Fiz uma reserva para jantarmos, depois da peça, no restaurante do teatro. Animada por poder fazer uma pausa no tédio de longos dias no fórum, corri para casa para me arrumar. A peça foi impressionante. Nunn permaneceu fiel ao texto, mostrou-se solidário com Shylock e atribuiu sua vingança à perseguição por parte da classe dominante. No segundo ato, todavia, eu já tinha dificuldades para ouvir aquele linguajar que insultava os judeus. “Judeu intratável.” Cheguei a me contorcer quando Gratiano chamou Shylock de “tu, cachorro maldito e execrável!” Mas foi durante o infame terceiro ato – “Não tens olhos de judeu, [...] se nos picar, não sangraremos” – que comecei a questionar por que estava me sujeitando a dois julgamentos, um forense e outro teatral, ambos com o antissemitismo em sua essência, no mesmo dia. Para piorar, essa produção se passava na Veneza dos anos 1930, quando o fascismo e o antissemitismo aumentavam. Lembrando *Cabaret*, do Kit Kat Klub, o elenco parecia perfeitamente adequado para começar a encenar *Willkommen*. É claro que o réu de Shakespeare já tinha desaparecido no último ato, mas eu estava decidida a aguentar até o amargo final.

ENOJADO PELOS JOGADORES NEGROS DE CRÍQUETE

Quando nos reunimos no tribunal na manhã seguinte, Rampton surpreendeu-me ao declarar: “Já deixamos clara a questão do antissemitismo. Quando a sessão começar, farei mais algumas perguntas sobre racismo e seguirei em frente”. Angustuada, pedi-lhe para não deixar o assunto antes de questionar Irving sobre suas ligações com o ex-deputado da Louisiana e líder da Ku Klux Klan, David Duke. Irving e Duke tinham se encontrado em Key West em inúmeras ocasiões. Jogavam tênis, debatiam política e jantavam juntos. Tinham conversado sobre captação de fundos. Duke entregara a Irving uma lista de indivíduos que haviam contribuído com mais de \$100 para sua campanha. Irving editou partes do livro de Duke, inclusive o capítulo sobre o Holocausto – capítulo que descrevia como tendo “muitos *insights*” e uma “apreciação real e merecedora de sucesso”.¹²

Também pedi-lhe para discutir os contatos de Irving com Willis Carto, da extrema direita americana.¹³ Rampton recusou: “Nem Duke, nem Carto significarão nada para o juiz. Já mostramos nosso ponto. Não podemos correr o risco de exagerar”. A ligação entre Irving e esses extremistas seria relevante para o público americano. Fiquei decepcionada com a decisão de Rampton, mas eu sabia que era impossível convencê-lo a agir de outra forma.

Retomando os comentários de Irving sobre negros, meu advogado o fez lembrar de uma entrevista que ele dera em 1992 a um programa de rádio australiano, no qual dissera sentir-se “enojado pelo desastre da imigração” na Grã-Bretanha. O entrevistador perguntara: “O que o senhor acha dos jogadores negros [...] na seleção britânica de críquete?” Irving respondera: “Isso me deixa ainda mais enojado”. Rampton perguntou a Irving por que ele sentia nojo. De forma um tanto orgulhosa, meu oponente declarou: “Porque sou inglês”. Ouvi um assobio demorado e grave. Janet Purdue, que cuidava da sala, ergueu o olhar horrorizada. Eu não sabia se estava em choque por causa do comentário, do assobio ou das duas coisas. Quando Rampton apontou que os jogadores também eram ingleses, Irving falou da morte “da Inglaterra na qual nasci”, lamentando que ela era “diferente da Inglaterra que existe hoje”. Rampton, que tem mais ou menos a mesma idade de Irving, rebateu: “Ainda bem”.

O juiz Gray pediu a Irving que esclarecesse seu comentário sobre os jogadores de críquete: “Esse desgosto que o senhor sente por eles jogarem pela Inglaterra [...] é por causa da cor de pele deles?” Irving respondeu: “É lastimável que negros e pessoas de certas raças sejam atletas superiores aos brancos”. O juiz não pareceu satisfeito. “Por que é lastimável?” Irving respondeu: “Bem, é lastimável porque agora é descrito como uma atitude racista [...] apontar que existem diferenças entre as espécies”.¹⁴ Assim que Irving pronunciou a palavra “espécie”, Anthony murmurou: “*Espécie?*” Rampton deixou o comentário passar.

O jornalista australiano também perguntou a Irving sobre sua atitude com relação a casamentos interracialis. Irving rebateu: “Acredito no multiculturalismo”. Ansioso por romper a ambiguidade da resposta, Rampton interrogou: “Senhor Irving, o senhor acredita em casamentos mistos entre raças...?” Irving declarou: “Tenho precisamente a mesma posição da segunda ré com relação a esse assunto. [...] Acredito que Deus [queira] manter as raças como ele as criou”.¹⁵ Assim que Irving falou isso, comecei a pulsar de raiva. Essa não era minha visão. Eu me sentia incomodada com o casamento entre judeus e não judeus porque ele ameaçava a continuidade do judaísmo. Cor ou etnia eram completamente irrelevantes para mim. Eu queria que Rampton esclarecesse isso, mas sabia que ele não o faria, porque esses comentários de Irving não tinham impacto sobre o julgamento final. Se isso tivesse acontecido antes do julgamento, talvez eu tentasse convencer Rampton a dizer alguma coisa. Agora, eu nem perderia meu tempo com isso. Mais uma vez, não havia nada que eu pudesse fazer para evitar que mais uma ideia falsa sobre minhas convicções saísse na imprensa e chegasse ao público. Fiquei ali, sentada, frustrada tanto pela declaração falsa quanto por minha impotência em fazer qualquer coisa para reverter a situação.

Na sequência, Rampton perguntou sobre um discurso no qual Irving descrevia

Lord Hailsham como “traidor número um da causa britânica”. Hailsham era um ministro que, em 1958, opôs-se frontalmente às restrições de imigração imposta aos negros. Por que, Rampton indagava, o fato de Hailsham não conter tal imigração o tornava o “traidor número um”? Soando como se estivesse declarando o óbvio, Irving respondeu: “Ele falhou em olhar para o futuro, para a tragédia que a imigração em massa infligiria neste país”. Em seguida, sem fazer qualquer pausa, Irving acrescentou um comentário sobre Stephen Lawrence, um jovem estudante negro que há pouco tempo havia sido brutalmente assassinado por racistas declarados. “Se perguntar à família de Stephen Lawrence, verá o tipo de tragédia que a imigração em massa para um país estrangeiro inflige em escala individual.”¹⁶ A vítima era culpada. Fiquei mais calma quando a incursão de Rampton por esse terrível material finalmente chegou ao fim.

Naquela noite, eu me sentia dolorosamente exausta. Em vez de ler transcrições e documentos, como costumava fazer, decidi assistir a sitcoms britânicos, os quais, apesar das bobagens, eu agora achava relaxantes. James considerava isso um bom sinal: “Você aprendeu a apreciar o senso de humor inglês”. Mas eu estava sem paciência até mesmo para aqueles programas. Desliguei a TV e já estava indo para a cama quando meu colega David Blumenthal me telefonou: “Como estão as coisas?” Fiquei surpresa com minha resposta: “Horríveis”. A preocupação de David era palpável. Logo o tranquilei: “De uma perspectiva forense, estamos indo bem”. Como é um homem profundamente empático, David questionou: “O que está horrível, então?” Expliquei como era debilitante ouvir não apenas as justificativas e supostas explicações de Irving sobre seu racismo e antissemitismo, mas também o fato de minhas visões pessoais serem representadas da forma errada. E adicionei: “Às vezes, tenho a sensação de que estou vencendo a batalha, mas perdendo a guerra”.

Alguns instantes depois, o telefone tocou outra vez. Era Ken Stern, que tinha voltado para os Estados Unidos, mas seguia acompanhando os acontecimentos diários pela internet, através de uma câmera no tribunal. Disse-lhe que estava exausta e sugeri que conversássemos no dia seguinte. “Não, você precisa entrar na internet. Tem que ler um artigo que acabou de ser publicado na Reuters”. Protestei: “Estou exausta”. Ken, uma pessoa excepcionalmente doce, mostrou-se atipicamente insistente. Já muito sonolenta, fui até o computador e encontrei a matéria da Reuters, contendo uma entrevista que Irving dera depois da sessão daquele dia. Reiterando o que dissera na corte, lamentou a morte da “antiga Inglaterra”, quando os policiais andavam de bicicleta e “as calçadas não eram sujas de chiclete”. Eu me perguntava por que Ken havia considerado esse artigo tão importante. Mas logo cheguei ao penúltimo parágrafo. Irving garantia à repórter Kate Kelland que podia demonstrar não ser racista pelo fato de sua “equipe doméstica” já ter incluído uma funcionária de Barbados, uma panjabi, uma do Sri Lanka e uma paquistanesa. Todas eram “garotas muito atraentes, com

seios muito bonitos”.¹⁷ Depois de ler a frase duas vezes para ter certeza de que tinha entendido certo, ri até chorar. Talvez tenha rido e depois chorado.

IvP&DL, 14^o Dia (2 de fevereiro de 2000), p. 84.

IvP&DL, 14^o Dia (2 de fevereiro de 2000), pp. 88–96.

IvP&DL, 14^o Dia (2 de fevereiro de 2000), pp. 96–100.

David Irving, “David Irving on Freedom of Speech”, Victoria, British Columbia, 28 de outubro de 1992, <http://www.fpp.co.uk/speeches/speech281092.html> (acesso em 12 de janeiro de 2004). Mandela passou 26 anos na prisão.

IvP&DL, 14^o Dia (2 de fevereiro de 2000), pp. 105–7.

IvP&DL, 14^o Dia (2 de fevereiro de 2000), pp. 108–12.

IvP&DL, 14^o Dia (2 de fevereiro de 2000), pp. 112–13.

IvP&DL, 14^o Dia (2 de fevereiro de 2000), pp. 113–14.

IvP&DL, 14^o Dia (2 de fevereiro de 2000), pp. 130–33. David Irving em Tampa, Flórida, 6 de outubro de 1995, “Irving: Self-Portrait”, 1.4/A, K3, Tab. 20, pp. 16–19.

IvP&DL, 14^o Dia (2 de fevereiro de 2000), pp. 138–39. David Irving em Tampa, Flórida, 6 de outubro de 1995, op. cit.

IvP&DL, 14^o Dia (2 de fevereiro de 2000), p. 145.

Diários de Irving, 8–13, 23, 30 de dezembro de 1994, “Evidence of David Irving’s Right Wing Extremism” (doravante *RWE*), sec. 004, *IvP&DL*, www.hdot.org (acesso em 12 de janeiro de 2004). David Duke, *My Awakening* (Newport Beach, Califórnia: Noontide Press, 1998), p. 245. Em 1994, Duke enviou a Irving uma lista de quatrocentas pessoas que haviam doado mais de \$100 para sua campanha. Irving apontou em seu diário que havia “alguns nomes que reconheço”. Depois de “separar esses nomes”, possivelmente por já estarem em sua agenda, Irving proclamou que era “hora de trabalhar para explorar a lista de David Duke”. Imediatamente após o ataque de Oklahoma City, Irving e Duke verificaram se havia um “Jimmy [sic] McVeigh” em sua lista de contatos. Se Irving encontrasse esse nome, pretendia procurar diretamente o FBI. Achei surpreendente o fato de o próprio Irving suspeitar que pudesse encontrar McVeigh entre seus apoiadores. Diário de Irving, 31 de outubro de 1994; 1^o de novembro e 1994; 8 de maio de 1995; 8-13, 23 de dezembro de 1994; 6-7 de janeiro de 1995; 15 de novembro de 1997. *RWE*, sec. 004, *IvP&DL*, <http://www.hdot.org/nsindex.html> (acesso em 12 de março de 2004).

Spotlight, publicado por Carto, incluía artigos como “Famous Gas Chamber Victims Living Well” e “White Race Becoming an Endangered Species?”. A Noontide Press, de Carto, publicou *The Protocols of the Elders of Zion, Mein*

Kampfe The International Jew, de Henry Ford. Irving conheceu Carto e os dois trocaram correspondências. Após um desses encontros, ele reassegurou a Carto que “você [...] e o resto da gangue são bons rapazes e vou socar o nariz de qualquer um que disser o contrário”. Publicamente, Irving tentou manter distância. Durante o julgamento de Zündel, quando Carto lhe disse que “faria uma música e dançaria no The Spotlight pelo julgamento”, Irving “entrou em pânico” e o instruiu a “deixar de lado qualquer publicidade” porque ele estava “no meio das negociações, em Nova York, de dois livros, e qualquer divulgação aqui do testemunho de Toronto poderia fazer as negociações afundarem”. Por fim, Irving pareceu se preocupar menos com suas ligações com Carto. Em 1994, disse a seu correspondente que talvez considerasse tornar-se editor do *Journal of Historical Review*, do IHR. Embora jamais tenha exercido essa posição, ele claramente apoiava a publicação: “É honesta, equilibrada, objetiva e isenta de polêmica. Apresenta os inimigos da verdade como um sério oponente [...] Que a publicação tenha vida longa sem ser alterada – firme e inflexível”. David Irving, “A Radical’s Diary”, *Focal Point*, 8 de março de 1983, p. 13; Irving para Willis Carto, 18 de novembro de 1994, Interrogatórios, esboço de outubro de 1999, p. 68; Diário de David Irving, 28 de abril de 1988, 4 de maio de 1994, Interrogatórios, outubro de 1999, pp. 67, 75. Para o apoio de Irving ao IHR, ver <http://www.ihr.org/other/endorsements.html> (acesso em 12 de julho de 2004).

IvP&DL, 15^o Dia (3 de fevereiro de 2000), pp. 10–15.

IvP&DL, 15^o Dia (3 de fevereiro de 2000), p. 17.

IvP&DL, 15^o Dia (3 de fevereiro de 2000), pp. 20–22.

Kate Kelland, “British Historian Refuses to Tame Views”, Reuters, 4 de fevereiro de 2000.

CAPÍTULO 13 CÁLCULOS REVOLTANTES

Eu estava certa de que o próximo item na pauta, embora relativamente menor, representaria uma vitória para nós. Em 1992, o *Sunday Times* contratou Irving para ir a Moscou e examinar uma cópia do diário de Josef Goebbels armazenada em placas de vidro. O diário estivera indisponível para pesquisadores até depois da queda da União Soviética. Com o intuito de evitar um desastre similar ao episódio dos diários de Hitler, a publicação pediu a Irving para verificar se aquele era realmente o diário de Goebbels.

DIÁRIOS DE MOSCOU: UM EMPRÉSTIMO ILÍCITO?

Em seu diário, Irving descreveu as extensivas negociações que conduziu com o diretor dos arquivos de Moscou em uma tentativa de conseguir permissão para copiar algumas das placas. Aparentemente nada disposto a esperar a decisão do diretor, Irving escondeu uma placa do lado de fora do museu, no chão, durante o intervalo do almoço. Ao final do dia, pegou a placa e a levou para ser fotografada em Moscou. Em seu diário, escreveu que “tom[ara] ilicitamente emprestada” a placa. No dia seguinte, voltou ao arquivo e pegou outras duas, segundo seu diário, “da mesma forma”. Todavia, em vez de apenas copiá-las e devolvê-las no dia seguinte, Irving as levou a Munique, deixou-as no cofre do hotel, viajou a Roma, voltou a Munique, recolheu-as e as levou à Inglaterra para exames forenses. Só as devolveu a Moscou três semanas depois. Durante a segunda visita de Irving, o responsável pelo arquivo lhe permitiu copiar duas placas. Irving as descreveu em seu diário como “os dois slides que tomamos

legalmente emprestados”.¹ As ações de Irving, escrevi em *Denying the Holocaust*, compunham uma violação aos protocolos do arquivo e fazia os arquivistas temerem que as placas tivessem sido danificadas. Irving alegava não ter quebrado nenhum acordo nem danificado as placas.

Meu oponente começou convocando Peter Millar, que então representara o *Times* em Moscou, e lhe perguntou se ele se lembrava da ocasião em que “peguei duas das placas de vidro emprestadas, sem permissão, dos arquivos”. Millar se lembrava. Rampton então interrogou Millar: Estava “claro para o senhor que Irving sabia que não devia pegar as placas?” Millar respondeu: “Muito”. Na sequência, Rampton leu um memorando que Millar enviou ao editor do *Sunday Times*. “Irving tomou liberdades em nosso nome em Moscou ao ‘pegar emprestadas’ duas placas e tirá-las do país, e não terá nenhum constrangimento em pegar outras”.

Quando Millar terminou de falar, Irving voltou ao banco das testemunhas para que Rampton pudesse interrogá-lo sobre o assunto. Irving prontamente reconheceu que seu comportamento fora “ilícito e [...] muito ruim”. Todavia, insisti que, considerando a situação caótica dos arquivos, havia realizado um “serviço valioso” ao assegurar que os historiadores tivessem acesso imediato aos diários.²

Levando em conta as descrições contrastantes dos dois empréstimos – “ilícito” e “legalmente” –, imaginei que a situação estivesse resolvida. Consideramos trazer o diretor do arquivo para testemunhar. Por causa dos custos envolvidos e da descrição de meu adversário em seu diário, decidimos que um documento assinado por ele, atestando que Irving não tinha permissão para pegar as placas, seria suficiente.

JOHN KEEGAN: TESTEMUNHO AMBÍGUO

A testemunha seguinte de Irving era Sir John Keegan, o distinto historiador militar que, após uma longa carreira como professor no Sandhurst, a Real Academia Militar, tornara-se editor de defesa do *Daily Telegraph*. Keegan, que se especializou no estudo das guerras do século XX, é considerado um dos proeminentes e amplamente lidos historiadores militares do final do século XX. Suas obras abordam tanto os desafios enfrentados por líderes militares quanto a experiência do soldado individual.

Assim como Watt, Keegan recusou o convite de Irving para testemunhar e teve de ser intimado. Eu não o conhecia pessoalmente, mas já tinha lido seu trabalho e conhecia sua reputação como um dos historiadores militares de maior destaque. Deslizei o olhar pela sala para ver se ele tinha chegado, mas não o encontrei. Quando seu nome foi chamado, um homem de baixa estatura se

levantou. Era difícil saber o quão alto era porque tinha dificuldades para se manter em pé. Andando com uma bengala, conseguiu com dificuldade chegar ao banco das testemunhas. Então percebi que o vira entrando no tribunal, mas não o identificara na hora. Esse historiador militar, imaginei, teria a aparência de um militar – uma suposição completamente tola, admito.³ A maioria dos acadêmicos não “se parecem” com o tema de seus estudos, e nem deveriam. Perguntei a Rampton se Keegan sofrera algum acidente. Rampton explicou que ele tivera tuberculose quando adolescente. Depois de passar muito tempo no hospital, estudara na Oxford dos anos 1950. Era deficiente e andava com a ajuda de uma bengala. Muitos de seus colegas estudantes eram jovens que haviam recentemente concluído o serviço militar. Eu me perguntava se isso teria influenciado a escolha de sua área de atuação.

Keegan, que tinha um rosto retangular, cabelos escuros e lisos e sobrancelhas grossas, usava um fino paletó de abotoamento duplo e uma camisa branca excepcionalmente amarrotada. Um lenço de seda saltava do bolso do paletó, dando a impressão de ter sido colocado ali de forma totalmente despreocupada; todavia, as dobras perfeitas indicavam a atenção cuidadosa que havia sido dada àquele item. Ele tomou seu assento no banco das testemunhas e Irving o agradeceu por estar presente, mesmo com todas as dificuldades. Em seguida, meu adversário leu excertos de um artigo publicado em 1980 no *Times Literary Supplement*, no qual Keegan dava destaque à obra *Struggle for Europe*, de Chester Wilmott, e *Hitler's War*, de Irving, como dois livros em língua inglesa que “se diferenciam da vasta literatura sobre a Segunda Guerra Mundial”. Irving questionou se Keegan ainda acreditava nisso. A testemunha afirmou que sim e que, se ele tivesse de recomendar a um principiante dois livros que explicassem a Segunda Guerra Mundial pela perspectiva de Hitler e pela perspectiva dos Aliados, escolheria esses dois. Eles eram “superiores a todos os demais”. Keegan descreveu *Hitler's War* como a autobiografia que Hitler não escreveu. Eu temia que esse elogio ao livro de Irving, vindo de um ícone cultural britânico, pudesse impressionar o juiz Gray. Mas é claro que o endosso de Keegan a *Hitler's War* não viria sem um porém. Ele lembrou a Irving que a mesma resenha que elogiava *Hitler's War* também trazia o seguinte período: “Algumas controvérsias são totalmente falsas, como a afirmação de David Irving de que os subordinados de Hitler não o deixaram ciente da Solução Final”. Keegan também lembrou que, quando Irving postou a matéria em seu site, deixou de incluir esse período.

Irving perguntou se ainda era “sua opinião [...] que estou errado sobre o Holocausto”. Keegan respondeu sem hesitar: “Continuo achando perverso de sua parte propor que Hitler não saberia, antes de outubro de 1943, o que estava acontecendo com a população judaica da Europa”. Ao ouvir o termo “perverso”, falei em voz baixa: “Isso!” O juiz perguntou a Keegan: “É perverso dizer que Hitler não sabia da Solução Final?” A resposta de Keegan foi inequívoca: “Isso

desafia o bom senso”.⁴

Irving concluiu perguntando por que, tendo em consideração a opinião favorável de Keegan sobre seus escritos, “eu tive de coagi-lo a sentar-se no banco das testemunhas?” Keegan respondeu: “Só porque eu admiro *Hitler's War* [...] não quer dizer que seja um de seus seguidores”. Então, acrescentou: “Para mim, pareceu que esse seria um caso muito duvidoso. Eu não queria me colocar em uma posição na qual poderia ser mal compreendido”. Eu me perguntava aonde Irving queria chegar com aquela linha de questionamento, mas sua próxima pergunta solucionou o mistério: “Seria justo dizer que o senhor estava apreensivo sobre as repercussões de apresentar indícios e provas a meu favor?” Irving aparentemente queria usar o testemunho de Keegan para justificar a suposta conspiração contra ele. Keegan enfatizou que não estava apresentando provas a favor de Irving. Estava no tribunal “sob intimação”. Quando meu adversário continuou insistindo com a testemunha, o juiz interveio para contê-lo. “Esse é um debate ligeiramente sem sentido. Sir John está certo. Ele veio compulsória e não voluntariamente. Não tem escolha senão responder a seus questionamentos.” Possivelmente relutante em parecer insistente com Keegan, Irving explicou de forma educada que queria demonstrar que “há repercussões profissionais” para aqueles que defendem tais posições históricas. O juiz Gray assegurou a Irving: “Não estou cego à realidade dessa posição e entendo o que o senhor quer dizer”.⁵ Ouí o comentário do juiz com preocupação. Estaria ele sugerindo que a afirmação de Irving de que estava sendo injustamente perseguido era válida? Acreditava que havia um grupo de historiadores que apoiaria Irving, mas que, por medo, mantinha-se em silêncio? Pensei em uma coisa que Guttenplan me dissera após a publicação de seu reconhecidamente tendencioso artigo no *New York Times*. Alguns historiadores que queriam falar em minha defesa ficavam cautelosos porque temiam a reputação litigiosa de Irving.

Rampton, em contraste direto ao comportamento apresentado após o testemunho de MacDonald, levantou-se, assentiu respeitosamente a Keegan e afirmou não ter perguntas. Enquanto Keegan cuidadosamente deixava o banco das testemunhas e sentava-se próximo a Irving, inclinei-me e comentei com James que estava preocupada com o enaltecimento do juiz a Irving. Sorrindo, James me garantiu que Keegan não poderia ter se saído melhor se tivesse sido nossa testemunha. Em poucos minutos, o historiador havia deixado claro que as teorias de Irving acerca do Holocausto eram “falsas”, “perversas” e “desafiavam o bom senso”. James provavelmente estava certo. Mesmo assim, eu não conseguia não comparar o elogio de Keegan a *Hitler's War* à crítica devastadora que Evans fizera da mesma obra. A disposição de Keegan em ignorar o que Evans expusera ilustrava firmemente como Irving continuava desfrutando de uma certa reserva de respeito quase reflexivo, apesar de suas manipulações históricas. Também era um testemunho de quantos historiadores

consideravam seu negacionismo uma excentricidade, como se, entre eles, o negacionismo de Irving fosse a tia louca que a família mantém escondida no porão. Todos sabem que ela está lá, mas, se todos fingirem, ela pode ser ignorada.

Depois que Keegan deixou o banco das testemunhas, Irving reclamou que dois jornais canadenses haviam impresso artigos “sinistros” que retratavam de forma incorreta os eventos no tribunal. Ademais, prosseguiu Irving, aqueles artigos continham citações do relatório de Evans, as quais, por ainda não terem sido apresentadas na corte, eram informações privilegiadas. Alguém aparentemente havia vazado informações. De canto de olho, vi Nik escrever alguma coisa em um *post-it* amarelo e apressadamente entregá-lo a Rampton. E me perguntei se ele seria o culpado. Rampton leu a mensagem, levantou-se rapidamente e interveio: “O motivo pelo qual pessoas têm acesso ao relatório do professor Evans é o fato de Irving tê-lo exposto em seu site”.

Com pouco ou talvez nenhum constrangimento visível, Irving reconheceu que havia postado o relatório, mas disse que havia protegido o arquivo com uma senha e colocado um “aviso claro e saudável, alertando as pessoas de que todo o conteúdo do relatório era considerado difamatório”. O juiz Gray não emitiu comentários sobre isso, mas reafirmou a Irving que, como não tinha lido o jornal, os artigos não exerciam qualquer impacto sobre ele. Irving não estava satisfeito. O juiz Gray podia não ser afetado por eles, mas “toda a galeria pública desse tribunal será”. Visivelmente irritado, Rampton interveio: “Se a mente do público é afetada e prejudica Irving com base em um relatório justo e preciso dos procedimentos na corte, então o senhor Irving deve culpar somente a si mesmo”.⁶

CONTANDO JUDEUS MORTOS

Nosso próximo perito, o professor Christopher Browning, vinha da Universidade da Carolina do Norte para testemunhar. Browning é um dos principais especialistas sobre a política alemã de aniquilação. Quando minha cadeira acadêmica foi criada na Emory, escolhi-o como orador. Então, quando estávamos compilando a lista de peritos, pedi que seu nome fosse incluído.

O relatório de Browning tratava da política nazista de fuzilamentos em massa de judeus no território soviético e das provas documentais desses acontecimentos. Irving alegava que tais extermínios eram resultado de ações isoladas, não coordenadas ou aprovadas pelas autoridades nazistas – Hitler em particular – em Berlim. Todavia, essa argumentação esbarrava em um problema maior. Os *Einsatzgruppen*, unidades móveis de extermínio que conduziam os massacres, preparavam relatórios detalhados sobre as mortes, os quais enviavam a Berlim.

Esses relatórios, que continham números precisos de mortes divididos por homens, mulheres e crianças, eram distribuídos a pessoas importantes do exército, à polícia, a oficiais da SS e a diplomatas, funcionários do Ministério das Relações Exteriores e até mesmo a empresários proeminentes da indústria. Jamais uma ação genocida fora tão metodicamente documentada pelos perpetradores.⁷ Browning apoiava-se nesses relatórios para demonstrar que os extermínios eram parte de um programa cuidadosamente coordenado e monitorado por Berlim.

O professor Christopher Browning se levantou. Alto, com ombros largos e cabelos castanhos lisos, tinha um jeito tranquilo e um sorriso amigável. Depois de zombar com Browning sobre os vários arquivos que os dois haviam visitado, Irving olhou para o banco das testemunhas. Falando com uma voz ligeiramente baixa e adotando um tom quase íntimo, como se os dois estivessem conversando sozinhos, perguntou se Browning havia encontrado “algum problema particular como historiador não judeu escrevendo sobre o Holocausto”. Parecendo perplexo, Browning pediu a Irving para explicar sua pergunta. E meu adversário prosseguiu: “Eu estaria certo em sugerir que os historiadores judeus veem o Holocausto como uma área pertencente a eles?” O tom de Irving parecia sugerir que Browning fosse mais direto com ele, outro não judeu. Browning estava sendo direto, mas não como Irving talvez esperasse. Os historiadores judeus haviam aceitado muito bem sua entrada nesse campo de estudo. Isso “indicava que aquela não era uma área pertencente a eles, para usar as suas [de Irving] palavras, e sim algo importante não apenas para a história judaica, mas para a história mundial”.⁸ Parecendo cético, Irving lembrou a Browning da busca amplamente divulgada da Universidade de Harvard por um professor de estudos do Holocausto. Browning fora um dos finalistas, mas não ficara com a vaga. Não teria Browning perdido a disputa por não ser judeu? A testemunha explicou que o comitê de Harvard insistiu que o finalista fosse alguém que tivesse formação não apenas em Holocausto, mas também em história e cultura judaicas. Ninguém na lista atendia a esses requisitos. Consequentemente, nenhum dos candidatos – judeus ou não judeus – fora contratado.

Apesar de ter feito pouco – ou quase nenhum – avanço até então, Irving parecia contente por estar conversando com um acadêmico proeminente. Sorrindo, explicou ao juiz Gray: “Esse tipo de discussão é útil porque não conheço o professor Browning, nunca nos encontramos e nunca tivemos esse prazer, e estou francamente interessado em descobrir o que ele sabe”. Irving planejava, conforme declarou, ter uma discussão geral com Browning sobre a Solução Final e depois passar o resto do dia analisando as operações dos *Einsatzgruppen*. Quando Irving anunciou esse plano, Rampton resmungou baixinho: “Isso já está passando dos limites”. Fez barulho ao arrastar a cadeira para trás e se levantar. Em total contraste com o comportamento bastante

desenvolto de Irving, declarou bruscamente: “Não tenho interesse [...] em ver essa corte sendo usada como [...] um fórum histórico”. Ademais, prosseguiu, “ouvi com certo alarme o senhor Irving ameaçar passar o restante do dia fazendo um interrogatório sobre os fuzilamentos do *Einsatzgruppen* no Leste. [...] O senhor Irving fez uma afirmação clara de que esses fuzilamentos aconteceram em escala maciça, que eram muito sistemáticos e que Hitler os autorizou”. Embora a acusação tivesse total direito de questionar o relatório de Browning, prosseguiu Rampton, ele agora não podia “voltar atrás em sua afirmação” e contradizer o que havia afirmado no banco das testemunhas. O juiz concordou. “Obviamente o senhor Irving não pode recuar do que já afirmou”.⁹

O tom de voz de Irving agora tornava-se decididamente menos amigável. “O povo judeu, ao longo desse século, [...] não proclamou constantemente estar sob risco de ser exterminado ou de já estar de fato sendo exterminado?” Em seguida, acrescentou com certo desprezo: “Essa tem sido uma história contínua, não tem?” Browning atacou a essência e o tom da pergunta: “Quando o senhor diz que ‘os judeus disseram’, receio que seja o tipo de formulação impossível de ser respondida. Talvez encontre um ou outro judeu, mas isso não quer dizer que ‘os judeus’ constantemente disseram isso”.¹⁰

Irving enfim concentrou-se na essência do relatório de Browning. Em setembro de 1941, um dos *Einsatzgruppen* informou a Berlim que centenas de milhares de judeus haviam fugido para territórios controlados pelos soviéticos, feito descrito como um “sucesso indireto” de seu trabalho. Descrever a fuga dos judeus como sucesso, argumentava Irving, provava que não havia plano de “pegar todos os judeus que pudessem e matá-los”. Browning apontou que o oficial que escreveu o relatório usou o termo “sucesso indireto”. Se o objetivo dos alemães fosse a expulsão, ele o teria descrito como um “sucesso direto”. Browning supôs que o oficial estivesse com medo de ser considerado “não zeloso o suficiente” na tarefa de exterminar judeus. Chamar atenção à fuga dos judeus era sua maneira de explicar por que sua contagem de corpos de judeus havia diminuído.

Assim que Browning deixou clara a preocupação do oficial de seu número de mortos não ser “alto o suficiente”, Irving perguntou se não havia a chance de esses oficiais terem “tendência a inchar os relatórios ou exagerar os números”. Browning concordou que isso era possível. Aparentemente partindo do pressuposto de que havia forçado Browning a fazer uma concessão, Irving apoiou-se nos calcanhares, sorriu levemente e sugeriu que, sendo assim, o número de mortes nos relatórios dos *Einsatzgruppen* não era digno de confiança. Browning rapidamente deu uma reviravolta na pergunta de Irving. Se os oficiais estavam exagerando o número de mortos, “eles sabem que Berlim quer um

número alto, o que indicaria que sabiam perfeitamente que eram parte de um programa cujo propósito é alcançar números altos”.¹¹

Em uma tentativa de desafiar a argumentação de Browning de que Berlim estava por trás das mortes, Irving citou a entrada de 30 de novembro de 1941 do diário de Himmler, alegando que os judeus de Berlim sendo transportados de trem não deveriam ser liquidados. Browning apontou que Himmler estava impedindo algo – algo que sem dúvida já estava acontecendo.¹²

Mudando seu argumento, agora Irving defendia que os alemães estavam exterminando judeus por motivos militares legítimos. Em seu diário, Himmler registrou notas de sua conversa com Hitler em 18 de dezembro de 1941 envolvendo a Questão Judaica. Os judeus, escrevera, eram “*als Partisanen auszurotten*”, ou seja, deveriam ser “aniquilados como guerrilheiros”. Irving insistia que isso significava que os judeus deveriam ser mortos *porque* eram guerrilheiros. Considerando a explicação da acusação ilógica, Browning observou que, quando os alemães matavam os guerrilheiros, matavam apenas guerrilheiros. Quando matavam judeus, matavam homens, mulheres e crianças. O que Himmler queria dizer nessa entrada de diário, prosseguiu Browning, era que “nós mataremos um *como se fosse* o outro”. Irving insistia que a palavra “als” queria dizer que os judeus “devem ser liquidados como os guerrilheiros que são”. A testemunha considerou a explicação de Irving “a mais pura fantasia”.¹³ Irving lembrou que, em muitas dessas execuções em massa, os alemães primeiro matavam líderes judeus e homens judeus em idade militar. Devia existir, Irving explicou a Browning, algum “motivo militar” por trás desses fuzilamentos. Browning discordou: “Não acho que o rabino de 50 anos representasse uma ameaça militar aos alemães.” Irving arriscou: “Eu tenho mais de 50 anos e sem dúvida sou capaz de apontar uma arma para alguém”. Chris Browning é um homem afável e descontraído. Eu o conheço há mais de 20 anos e pouquíssimas vezes o vi nervoso. De repente, por uma fração de segundo, vi um homem bastante diferente no banco das testemunhas. Ostentava um olhar perfurante enquanto encarava Irving e falou com uma voz que respingava desprezo: “Se o senhor tivesse uma arma. [...] *Eles* não tinham armas.”¹⁴ Virando-se para o juiz Gray, explicou que, antes da invasão da União Soviética, os *Einsatzgruppen* receberam ordens para assassinar judeus que tivessem posições partidárias ou no governo. De forma alguma isso poderia ser considerado uma ação defensiva.

No segundo dia do testemunho de Browning, Irving lhe entregou um documento que solenemente descreveu como “uma lista muito triste, [...] uma

lista trágica”. Datada de 30 de abril de 1943, tratava-se de um inventário de posses tomadas de judeus: 100 mil relógios de pulso, 39 mil relógios de bolso, 7,5 mil despertadores e 37 mil canetas. Browning explicou que essa provavelmente era uma lista de itens tomados de judeus prestes a serem deportados ou dos judeus nos campos de extermínio. Irving pediu a Browning para fazer uma “estimativa global” do número de mortes com base na lista. Antes que ele pudesse responder, Irving ofereceu sua própria estimativa: “Nem todo mundo tinha relógios de pulso ou canetas-tinteiro de valor considerável, mas, por outro lado, devemos dizer que não são muitas as pessoas que usam dois relógios de pulso, então, provavelmente não eram menos de 100 mil pessoas?” A testemunha considerou ilógica a tentativa da acusação de usar esse registro fragmentado para chegar a uma conclusão “global”. A maior parte das posses dos judeus lhes era tirada muito antes de eles serem deportados. Pouco antes da deportação, anéis e joias eram tomados. Browning especulava que os itens na lista eram alguns bens pessoais pequenos que os judeus eram autorizados a manter. “A maioria dos judeus trocava seus relógios de pulso por alimentos ou qualquer outra coisa antes disso se estivessem em desespero, e a maioria estava. Então, não temos como chegar perto de um número máximo.”¹⁵

Apesar de tudo, Irving parecia satisfeito com a resposta de Browning: “Não é certo, professor, [usar] nossa base de dados estatísticos para chegar a qualquer tipo de conclusão sobre o número de pessoas [...] mortas no Holocausto, por quaisquer meios. Estamos realmente debatendo no escuro, não estamos?” Parecendo muito satisfeito com sua pergunta, Irving olhou cheio de orgulho na direção de Rampton. De forma um tanto quanto didática, Browning explicou por que a teoria de Irving estava errada.

Temos listas muito acuradas dos trens de deportação da Alemanha. Em muitos casos, temos a lista completa, nome a nome. [...] Em termos, outra vez, da França, da Holanda e dos países da Europa Ocidental dos quais houve deportações, podemos fazer uma aproximação muito correta com base nos trens, pelo número de pessoas por trem. Na região da Polônia, havia pelo menos estatísticas em termos das populações dos guetos e esses guetos foram completamente liquidados, então podemos ter uma aproximação bastante correta do número de judeus poloneses. Também temos um censo pré-guerra relativamente confiável e cálculos pós-guerra para que se possa fazer uma subtração.

Ele apontou que, excetuando-se os judeus da União Soviética – não havia registros de quantos judeus fugiram para lá –, os historiadores podiam fazer estimativas bastante próximas. Com relação aos números, prosseguiu, pode haver diferenças de opinião, mas nenhuma “discussão no escuro”.¹⁶

O juiz Gray pediu a Browning para estipular o número de pessoas vítimas de câmaras de gás em campos de extermínio menores. Browning lhe disse que, nos julgamentos pós-guerra da década de 1960, os promotores alemães concluíram que cerca de dois milhões de judeus foram mortos em Treblinka, Belzec, Sobibor e Chelmno. Irving desmereceu essas estimativas, sugerindo que tinham sido calculadas de forma improvisada. Browning alegou que dificilmente esse teria sido o caso. Os promotores alemães haviam, de fato, usado as estimativas mais conservadoras para que não fossem contestados pela defesa. As estimativas haviam sido feitas por historiadores alemães que testemunharam no julgamento.

Irving continuava insistindo que as estimativas não eram fidedignas. Por fim, Browning virou-se para o juiz e explicou precisamente como os números de mortos nesses campos eram calculados.

Temos uma redução muito precisa da população de Lódz, informações de quais trens foram para Chelmno e quando, e podemos estimar de forma bastante precisa o número de pessoas deportadas de Lódz para Chelmno, e temos fontes um pouco menos seguras para as várias outras cidades nos arredores, onde não temos uma dedução dia a dia ou um cálculo trem a trem, mas estatísticas de como eram essas populações antes de toda a operação começar. [...] Sabemos quantos transportes foram a Sobibor. Temos os números das populações judaicas nesses guetos antes do extermínio e o número de funcionários que foram levados a alguns dos campos de trabalho.

Quando Browning terminou, o juiz Gray agradeceu: “As informações foram muito úteis”. Irving, parecendo um pouco abatido, concordou: “Sim”.¹⁷

QUANTAS PESSOAS UM CAMINHÃO DE GÁS É CAPAZ DE MATAR?

Ainda em seu esforço por lançar dúvidas sobre o número de mortos, Irving começou a questionar Browning sobre os caminhões de gás de Chelmno. Alguns dias antes, a acusação havia reconhecido que 97 mil judeus foram mortos em três caminhões entre dezembro de 1941 e junho de 1942. Irving pareceu ignorar esse reconhecimento quando questionado se o número de 97 mil não estaria “errado por um fator de dois ou três”. Sugeriu que, se cada caminhão tinha de percorrer 20 quilômetros, a quantidade de viagens e o combustível necessário para elas acontecerem tornaria o uso de caminhões caro e impraticável. Browning apontou que os veículos só percorriam três, e não vinte, quilômetros. A distância era tão curta que os motoristas ligavam o motor antes de deixarem o pátio onde os passageiros eram embarcados. Caso contrário, as vítimas não

estariam mortas quando chegassem ao local onde os corpos eram despejados. Segundo uma testemunha ocular, diferentes motoristas se alternavam ao volante. Os caminhões, que, dependendo do modelo, acomodavam entre 30 e 80 pessoas, podiam, portanto, funcionar continuamente.¹⁸ Enquanto Browning dava essa explicação, percebi que Rampton fazia contas. Quando meu advogado terminou, olhou para o papel e falou baixinho para si mesmo: “Sim, está certo”. Soava satisfeito, mas parecia revoltado. Quando percebeu que eu estava observando, empurrou o papel pela mesa, na minha direção. Parecia contente por livrar-se daquela folha.

Caminhões de gás em Chelmno

97.000 pessoas mortas entre dezembro e junho [172 dias]

$97.000 / 172 = 564$ pessoas por dia

$564 / 3$ caminhões = 188 pessoas por caminhão por dia

$188 / 4$ [supondo 4 viagens por dia] = 47 pessoas por viagem

4 viagens a cada 24 horas = 6 horas entre as viagens

Com aritmética simples, Rampton havia mostrado que não havia problemas logísticos para matar 97 mil pessoas intoxicadas por gás em seis meses.

ATAQUES À TESTEMUNHA – OUTRA VEZ

Ainda tentando levantar dúvidas sobre as provas documentais, Irving disse que tivera a “sorte dúbia, algum tempo atrás, de obter a posse” da cópia pessoal de Eichmann das memórias de Rudolf Höss, o comandante de Auschwitz. No documento, Höss descrevia sua reação às primeiras mortes por gás em Auschwitz “Elas tinham um efeito calmante sobre mim, já que no futuro próximo teríamos de dar início à destruição em massa dos judeus também, e nem Eichmann nem eu sabíamos ao certo como lidar com essas massas”. Eichmann escrevera na margem da folha “*Ich war gar nicht zuständig*”, que poderia ser traduzido como “Isso de forma alguma estava em minha jurisdição”. Ao lado da nota de rodapé sobre essas mortes por gás, Eichmann escrevera “*falsch*”, ou “falso”. Irving falou triunfante a Browning: “Em outras palavras, Eichmann, que deveria saber, [...] questiona a versão apresentada por Rudolf Höss”. Browning alegou que Irving estava interpretando as palavras de Eichmann da forma errada. “Ele não nega a existência das câmaras de gás, mas confirma Auschwitz apenas diz que não era assunto dele”.¹⁹

Irving, que acabara de usar as memórias de Höss para provar sua teoria, agora mudava sua conduta e questionava a credibilidade dessas memórias. Höss as escrevera enquanto estava na prisão. “Quando alguém está preso, sendo julgado

e com a própria vida em jogo, pode escrever coisas, deliberada ou inadvertidamente, que não são verdadeiras.” Browning observou que Höss havia sido sentenciado à morte quando escreveu suas memórias. “Eles não têm mais nada com o que ameaçá-lo”.²⁰

Na metade do segundo dia, Irving apontou que Browning havia cometido um erro em seu relatório. Um documento de outubro de 1941 fazia referência aos judeus sendo deportados para “campos de recepção no leste”. Browning havia traduzido “campo” no singular, e não no plural. Irving defendia que o professor Browning havia cometido esse erro porque tinha “uma certa mentalidade” e queria retratar o destino dos judeus como “um tipo de lugar sinistro [...] [onde] eles vão morrer”. Mais uma vez, Browning usou sua competência para voltar a pergunta contra o próprio Irving. Seu erro, em vez de prejudicar os nazistas, na verdade os favorecia ao limitar o escopo do documento. Um campo sinistro não era tão ruim quanto uma série de campos sinistros. Em vez de seguir com sua linha de argumentação, Irving alegou que o erro de tradução de Browning provava que pesquisadores com frequência cometiam erros sem a intenção de causar consequências perversas. Browning observou que, se os erros de um escritor fossem realmente inadvertidos, eles iriam 50% por um caminho e 50% por outro. Não existiria “um padrão consistente no qual todos os erros tendem a apoiar a posição do indivíduo que comete o erro”. Embora Browning não tivesse mencionado o nome de Irving, tive certeza de que o juiz Gray entendeu a alusão. Imaginei que Irving, ao perceber que o professor mais uma vez o tinha feito cair em uma armadilha, deixaria o assunto de lado. Mas eu estava errada. “O senhor fala como se se tratasse de um garçom que sempre devolve o troco errado em seu próprio favor?”²¹ Olhei surpresa para ele. Irving, cujas explicações “erradas” tendiam sempre a redimir Hitler e seus parceiros, havia acabado de confessar o que fazia.

Não surpreendentemente, a essa altura, qualquer traço de cooperação entre os dois se desfez. Em vez de tratar Browning de “professor”, Irving o chamava de “testemunha” – isso quando usava algum tipo de tratamento. O nível chegou ao fundo do poço quando Irving perguntou a Browning se seu contrato de publicação com o Yad Vashem, o museu israelense do Holocausto, não o tornava “um agente pago [...] do Estado de Israel”. Browning abriu um sorriso enorme. “Se esse fosse o caso, então, como sou parte do Museu do Holocausto, eu também seria um agente do Governo Americano [*sic*] e, como recebi bolsas de estudo da Alemanha, seria um agente do governo alemão, então devo ser muito traiçoeiro para conseguir agir de acordo com todos esses regimes”.²² Quando ele terminou, praticamente todos (à exceção de Irving) ostentavam um sorriso no rosto.

Conforme o segundo dia de testemunho de Browning chegava ao fim, Irving

continuava suas agressões às testemunhas oculares. Fazendo referência a um relato apresentado durante o julgamento da responsabilidade da Alemanha Ocidental por Belzec, Sobibor e Treblinka, afirmou não ser fidedigno por se tratar de um testemunho apresentado trinta anos após o fato. Browning reconheceu que um testemunho dado tanto tempo depois de um evento podia de fato ter “menos especificidades”. Todavia, acrescentou, se alguém passou seis ou doze meses em um campo de extermínio, essa pessoa não esquece a existência das câmaras de gás”. O juiz Gray interrompeu para verificar se Irving estava questionando a existência desses três campos como centros de extermínios onde pessoas eram mortas vítimas do gás. Irving respondeu: “Aceito que elas foram mortas nesses três campos”. Ele estava desafiando a “confiabilidade de testemunhas oculares”.

Perplexo, o juiz pediu a Irving que explicasse o que ele ganhava desafiando a credibilidade de testemunhas oculares que apresentaram relatos sobre esses campos se ele não estava questionando o que aconteceu nos campos. Meu adversário explicou que aquilo era parte de um “ataque geral aos indícios [apresentados por] testemunhas oculares, o que é importante para minha fundamentação de Auschwitz, onde, conforme estabelecemos, [...] com base [nas palavras do] professor van Pelt, os únicos indícios nos quais se pode apoiar são aqueles apresentados por testemunhas oculares. [...] Assim como Rommel, venho por trás e ataco [...] as testemunhas oculares”. Alguns minutos depois, ele repetiu essa acusação: “Só estou alarmado com a ideia de se construir uma parte tão grande da história da Segunda Guerra Mundial como Auschwitz com base em nada além de relatos de meia-dúzia de testemunhas oculares”. Nesse momento, um Rampton visivelmente irritado se levantou: “É a segunda vez que isso acontece hoje. Elas [as provas de Auschwitz] são alcançadas com base em um grande número de indícios, documentais e arqueológicos, testemunhas oculares, [...] todas as quais, conforme o professor van Pelt observa, convergem no sentido de uma mesma conclusão”. Irving respondeu a Rampton declarando que a “transcrição vai mostrar a que posição chegamos”. Rampton não rebateu, mas, enquanto se sentava, eu o ouvi dizer a si mesmo: “Ela vai mostrar que você está totalmente errado”.²³

Ainda tentando lançar dúvidas sobre as mortes por gás nesses outros campos, Irving perguntou a Browning se seus achados sobre eles “dependem totalmente dos indícios apresentados por testemunhas oculares ou há alguma base documental que sustente o que o senhor acabou de dizer à Vossa Excelência?” Browning reconheceu que, embora houvesse provas documentais do uso dos caminhões de gás em Chelmno, existiam apenas relatos de testemunhas oculares a respeito das câmaras de gás nesses três campos. Irving triunfantemente declarou: “Então não existem provas documentais sobre a escala?” Browning explicou que, embora não houvesse provas documentais sobre a escala ou o modo de extermínio, havia provas relacionadas ao esvaziamento das populações

judaicas da Polônia, as quais foram enviadas a esses três campos, localizados em “vilarejos minúsculos que não acomodam 1,5 milhão de pessoas”. Irving disse a Browning que, durante a Segunda Guerra Mundial, muitos cidadãos britânicos foram enviados ao vilarejo de Aldershot. A transferência, portanto, de grandes populações para pequenas vilas não era prova de algo fatídico. Browning negou vigorosamente a analogia de Irving. Se as pessoas enviadas a Aldershot tivessem sido “privadas de seus direitos e propriedades, se tivessem sido agredidas com toda a brutalidade que deixava corpos caídos por todo o caminho na estação de trem, se tivessem sido enviadas para lá e nunca mais voltado e se uma centena de testemunhas de Aldershot afirmasse que essas pessoas tinham sido vítimas do gás, aí acho que poderíamos pensar que alguma coisa aconteceu em Aldershot”.²⁴ Com isso, Irving encerrou o interrogatório de Browning.

Diários de Irving, 10–11 de junho de 1992, 2–3 de julho de 1999. *Closing Statements*, 5(viii)(a), pp. 1–6.

Diários de Irving, 10–11 de junho de 1992, 2–3 de julho de 1999. *Closing Statements*, 5(viii)(a), pp. 1–6.

Daniel Snowman, “John Keegan”, *History Today*, maio de 2000, http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m1373/is_5_50/ai_62087850 (acesso em 15 de setembro de 2004). Eu sabia que Keegan não participara de nenhuma guerra em virtude de sua limitação física, mas não imaginava que ela fosse tão severa.

IvP&DL, 16^o Dia (7 de fevereiro de 2000), pp. 4–9.

IvP&DL, 16^o Dia (7 de fevereiro de 2000), pp. 12–13.

IvP&DL, 16^o Dia (7 de fevereiro de 2000), pp. 16–20.

The Einsatzgruppen Reports, ed. Yitzhak Arad, Shmuel Krakowski & Shmuel Spector (Nova York: Holocaust Library, 1989), pp. xiii–xv. A Turquia ainda não disponibilizou aos pesquisadores toda a documentação sobre o genocídio armênio.

IvP&DL, 16^o Dia (7 de fevereiro de 2000), pp. 35, 36.

IvP&DL, 16^o Dia (7 de fevereiro de 2000), pp. 43–44.

IvP&DL, 16^o Dia (7 de fevereiro de 2000), p. 51.

IvP&DL, 16^o Dia (7 de fevereiro de 2000), pp. 59–60.

IvP&DL, 16^o Dia (7 de fevereiro de 2000), p. 118.

IvP&DL, 16^o Dia (7 de fevereiro de 2000), pp. 136–37. Não pairava qualquer dúvida sobre a autenticidade desses relatórios. Depois da guerra, os Aliados os encontraram na sede da Gestapo em Berlim. Nos julgamentos dos *Einsatzgruppen*, em 1947, o oficial que compilou os relatórios os identificou. Os réus, cujo destino foi determinado em grande medida por esses relatórios, não questionaram sua autenticidade.

IvP&DL, 16^o Dia (7 de fevereiro de 2000), pp. 142–43.

IvP&DL, 17^o Dia (8 de fevereiro de 2000), pp. 4–11.

IvP&DL, 17^o Dia (8 de fevereiro de 2000), pp. 12–13.

IvP&DL, 17^o Dia (8 de fevereiro de 2000), pp. 20–22.

IvP&DL, 17^o Dia (8 de fevereiro de 2000), p. 83. Esse assunto ressurgiu mais adiante no mesmo dia, quando Rampton voltou a interrogar Browning, pp. 200–204.

IvP&DL, 17^o Dia (8 de fevereiro de 2000), pp. 64–67.

IvP&DL, 17^o Dia (8 de fevereiro de 2000), p. 70.

IvP&DL, 17^o Dia (8 de fevereiro de 2000), p. 111.

IvP&DL, 17^o Dia (8 de fevereiro de 2000), p. 115.

IvP&DL, 17^o Dia (8 de fevereiro de 2000), pp. 153–56, 180.

IvP&DL, 17^o Dia (8 de fevereiro de 2000), pp. 153–56, 180.

CAPÍTULO 14 MENTINDO SOBRE HITLER

Fiquei aturdida quando o juiz Gray deu início à quinta semana do julgamento elogiando Irving por suas perguntas, as quais eram, ele dizia, “claras [e] quase sempre bastante diretas”.¹ Eu me perguntava se, de alguma forma, o juiz fora iludido por meu adversário. James, que percebeu a minha carranca, aproximou-se para me dizer que eu estava exagerando em minha reação. Não fiquei tão facilmente reconfortada, pois achava que Gray não dizia nada em que não acreditasse. Quando me virei e notei que Heather parecia amargurada, fiquei ainda mais preocupada.

Como de costume, não tive tempo para pensar muito no assunto porque era hora de Richard Evans, pós-graduado em Oxford e distinto professor de História da Universidade de Cambridge, sentar-se no banco das testemunhas. Autor de vários livros sobre a Alemanha, particularmente sobre a história social e cultural do país desde meados do século XIX até a contemporaneidade, Evans colocava ênfase especial na historiografia, o que o tornava um perito particularmente valioso para nós. Era um homem de opiniões firmes sobre muitas coisas, inclusive outros historiadores. Quando o conheci, dois anos antes do julgamento, parecia cético acerca de minha avaliação de Irving como “o mais perigoso” negacionista. Agora, com ele prestes a começar a falar, indaguei se ainda teria a mesma impressão. Refletindo sobre nosso encontro, que agora parecia ter acontecido milênios atrás, Evans explicou que, na ocasião, ele não sabia quase nada sobre o trabalho de Irving e fora influenciado pelo respeito que o escritor recebia de alguns colegas da área. De certa forma, Evans reconhecia que se sentira um pouco constrangido por não querer comprometer sua independência e

imparcialidade sendo excessivamente amigável com a ré. Depois de uma pausa, acrescentou: “Deborah, você foi gentil demais com ele. As injustiças históricas que encontramos são mais extremas do que jamais imaginei”.

IRVING VERSUS EVANS: UMA DISCUSSÃO TENSA

Imaginei que o encontro entre Irving e Evans não seria nada amigável. Os relatórios de outros peritos expunham aspectos específicos da história do Holocausto. Em contraste, Evans estudara o trabalho do próprio David Irving. Ao citar inúmeras afirmações erradas – se não falsificações propositalis – envolvendo o Holocausto e o bombardeio de Dresden, o relatório de Evans questionava o *corpus* dos escritos de Irving. O testemunho seria um ataque direto a Irving como historiador.

A acusação começou perguntando a Evans de qual “posição política pessoal [...] o senhor vê pessoas como eu ou Margaret Thatcher ou John Major”. Fiquei impressionada por ele se colocar ao lado de dois ex-primeiros ministros. Quando Evans declarou que pertencia ao Partido Trabalhista, Irving perguntou se “o Partido Trabalhista dita sua política ou [se] o senhor tem ideias próprias?” Soando irritado pela sugestão de que suas visões políticas pudessem ser “ditadas” pelo partido, Evans garantiu a Irving que chegava a conclusões por si só. Irving o acusou de “apontar a faca para historiadores de direita ou historiadores nazistas”.² Evans observou que, em seu trabalho, criticava historiadores dos dois extremos do espectro político, o que o tornava um crítico imparcial.

—

Apesar de o relatório de Evans não trabalhar com o racismo de meu oponente, Irving usou a presença do perito no banco das testemunhas para questionar nossa alegação de que ele havia expressado abertamente simpatias racistas. Entregou a Evans um calhamaço de fotografias de mulheres “étnicas” que, ele dizia, empregara desde 1980 e a quem havia pago um “salário adequado”. Evans, deliberadamente jogando o calhamaço na mesa à sua frente, insistiu que aquilo não impactava a questão de Irving haver demonstrado atitudes racistas. Na sequência, afirmou que estava ali para responder a questionamentos sobre seu relatório. “Até agora, o senhor não fez nenhuma dessas perguntas”. Ignorando o protesto de Evans, Irving seguiu pressionando-o sobre a questão do racismo. “O que é necessário para provar que uma pessoa não é racista? Se alguém emprega pessoas negras exatamente da mesma forma como emprega brancos, não lhes dá privilégios nem lhes causa prejuízos de nenhuma maneira, e paga exatamente a mesma quantia?”³ Soando um tanto exasperado, o juiz pediu a Irving para

passar para o próximo assunto.

Irving mudou de assunto, mas provavelmente não na direção que Gray esperava. Embora tivéssemos encontrado uma cantiga racista em seu diário, a Penguin, ele acusava, havia publicado livros inteiros com passagens grosseiramente antissemitas. Citou *39 Steps*, de John Buchan. Como, eu me perguntava, esse livro, o qual eu conhecia na forma de um filme de Hitchcock, era relevante? Em uma mesa na fileira do fundo, Helena Peacock, do conselho geral da editora, estudava seu relógio de pulso. Provavelmente estava calculando o custo daquele exercício desmedido. Frustrado e negando com a cabeça, Rampton levantou-se outra vez. Emitindo um gemido, protestou ao juiz Gray:

Excelência, isso é uma insanidade. Sinto como se estivesse em um dos livros de Lewis Carroll. O senhor Irving deu início a esse processo com base nas palavras publicadas por meus clientes. [...] Qual é a relevância de algum autor de um passado distante [...] talvez ter feito um comentário antissemita?⁴

O juiz também foi direto: “Estou tentando lhe dar bastante liberdade, senhor Irving. Acho que talvez esteja dando liberdade demais”. E o reprimiu: “Se sua argumentação for continuar sendo construída com base em John Buchan, então ela será, se posso assim dizer, inútil”.⁵ Ignorando essa reprimenda bastante clara, Irving seguiu pressionando: “O politicamente correto não deveria ter exigido que eles [Penguin] pelo menos extirpassem as passagens horrendas daquele livro?” Era irônico ouvir um homem que sentia “nojo” ao ver negros na equipe de críquete da Inglaterra defender o politicamente correto.

PROVOCAÇÕES BARATAS E DISCURSOS PUERIS

Irving enfim começou a debater o conteúdo do relatório de Evans e focou-se em uma sentença que, meses antes, eu achara muito contundente: “Eu não estava preparado para a impressionante profundidade da duplicidade, seus inúmeros equívocos [...] e erros flagrantes, [...] [os quais] não eram acidentais”. Irving perguntou a Evans se ele começara a pesquisa convencido de que encontraria “duplicidade e distorções”. Evans respondeu estar surpreso com os resultados que encontrou. Irving o desafiou: “O senhor está preparado para engolir suas palavras se [...] descobrirmos que está me julgando da forma errada?” Evans tirou a mão do bolso e cruzou os braços. “É o que veremos”.⁶ Eu já não sabia se estávamos no pátio de um colégio ou no Palácio Real da Justiça.

Reafirmando sua própria declaração de que nenhuma decisão jamais fora tomada pelo Terceiro Reich com o objetivo de aniquilar os judeus europeus,

Irving perguntou a Evans se ele estava familiarizado com o fato de que era precisamente essa a visão apoiada pelos proeminentes historiadores do Holocausto, professores Martin Broszat e Raul Hilberg. Evans, insistindo que “não é exatamente isso que entendo com base nas palavras deles”, pediu provas a Irving, que respondeu: “Bem, pensei que o senhor fosse o perito e que por isso recebeu uma soma substancial da Defesa para estar na posição em que se encontra agora”. O rosto de Evans ficou vermelho; seus olhos estavam apertados e a testa franzida. Sua voz saiu apertada e dura: “[Eu vou] deixar [...] de lado sua provocação barata sobre o dinheiro, a qual tratarei com o desprezo que ela merece...” Antes que o professor pudesse terminar sua fala, Irving rebateu com uma referência ao que Evans tinha recebido. “Pelo que ouvi, não foi barato”. O juiz intercedeu: “Essa discussão é decadente, por favor, paremos”.⁷

Todavia, o pedido do juiz só piorou a situação. Definindo sua próxima argumentação como “ouro puro”, Irving avisou Evans: “O senhor vai realmente me detestar depois disso...” Em uma das inúmeras notas de rodapé, o professor listou a edição de 1977 de *Hitler's War* como fonte. Irving triunfantemente anunciou que a referência correta daquela fonte particular eram as páginas 6 e 7 da edição de 1991. Evans inclinou-se sobre a mesa à sua frente e começou a folhear o livro. Depois de alguns momentos, ergueu o olhar e com ares de “já entendi” falou a Irving: “De fato, são as páginas 7 e 8, e não 6 e 7, então o senhor também está errado”. O juiz pediu: “Menos, por favor”.⁸ Silenciosamente ecoei seu pedido.

No fim do dia, quando fomos embora, Anthony parecia perturbado. Imaginei que estivesse incomodado com o ritmo lento do interrogatório – Irving havia tratado de apenas 35 das 700 páginas do material produzido por Evans. Mas não era isso que o incomodava. “Foi horrível. Evans é professor em Cambridge. Não deveria se rebaixar ao nível de Irving e permitir-se abalar por aquelas provocações baratas”.

—

Deixei minhas preocupações sobre Evans de lado porque amigos próximos haviam chegado de Houston com seus filhos, um inclusive meu ex-aluno na Emory. O fim de semana foi maravilhoso, apesar do tédio da semana anterior. Convidei alguns dos membros “mais jovens” da equipe de defesa para passarem algum tempo conosco. Durante o jantar, nossos pesquisadores Thomas e Tobias começaram a delinear para Seth, meu ex-aluno, alguns dos vários documentos que haviam revisado ao conduzirem o processo de produção de provas para o julgamento. Lamentaram o fato de o manuscrito produzido por Adolf Eichmann na cela durante o julgamento em Jerusalém não ter sido disponibilizado. Eichmann havia visitado os campos de extermínio. Teria feito referência às

mortes nas câmaras de gás em seu manuscrito? Os historiadores não sabiam o que havia no texto porque, depois do julgamento de Eichmann, o primeiro-ministro David Ben-Gurion concordou, por insistência do advogado de acusação Gideon Hausner, que o manuscrito fosse protegido. Considerando que Eichmann esteve no banco das testemunhas durante trinta sessões, Hausner sentia que Israel não tinha mais obrigação de divulgar sua versão da história. O filho de Eichmann havia recentemente pedido o manuscrito, o que provocara um debate em Israel sobre o que fazer com o documento. Alguns historiadores israelenses acreditavam que um instituto de pesquisa alemão deveria inserir notas no manuscrito antes da publicação, visando rebater quaisquer asserções falsas de Eichmann. Outros historiadores, por sua vez, defendiam que a peça deveria ser publicada como está e o processo acadêmico normal deveria acontecer. Não surpreendentemente, nada aconteceu. Seth perguntou a Thomas e Tobias: “Bem, por que vocês não pedem para Israel liberar o manuscrito?” A julgar pelo olhar no rosto de nossos intrépidos pesquisadores, ficava claro que, apesar de eles terem descoberto documentos em uma miríade de lugares inesperados, em momento algum haviam considerado essa opção. Seth, sempre otimista, falou: “Tenho certeza de que vão conseguir”. Tobias pulou da cadeira, correu até minha minúscula cozinha, onde eu preparava a sobremesa, e disse: “Você teria como pedir o manuscrito de Eichmann a Israel?” Apesar de seu entusiasmo jovial, eu não estava convencida de que aquilo surtiria algum resultado. Decidi que tentaria conseguir o material, de modo que pelo menos poderia dizer que tentei. E, em seguida, servi a sobremesa.

CITAÇÕES NEM TÃO SELETIVAS ASSIM

Na manhã de segunda-feira, quando Evans voltou ao banco das testemunhas, imediatamente percebi que ele havia mudado de posição, de modo a ficar de frente para o juiz Gray. Irving não perdeu tempo e começou a provocá-lo: “Então os negacionistas do Holocausto [...], [para] usar essa sua expressão favorita, são uma espécie de acadêmicos de baixo nível, ou [pessoas] de baixo nível...?” Sem esconder suas emoções, Evans falou ao juiz Gray: “Não gosto de usar expressões como ‘baixo nível’ ou ‘forma de vida baixa’ e, pelo que eu saiba, em momento algum usei essas expressões. O problema não é eles não serem acadêmicos, [...] [mas] estarem envolvidos com [...] uma falsificação da história politicamente motivada”.⁹ Enquanto dava essa resposta, em momento algum Evans olhou para Irving.

Em seu relatório, Evans havia acusado Irving de fazer citações seletivas de documentos com o intuito de alterar seu significado. Com Evans no banco das testemunhas, Irving virou a mesa e acusou o professor de Cambridge de fazer

exatamente a mesma coisa com ele. Em 1992, quando se tornou público que o *Times* havia contratado Irving para ir a Moscou determinar a autenticidade do diário de Goebbels, o jornal enfrentara uma enxurrada de críticas. Em seu relatório, Evans citava um dos discursos de Irving no qual ele descrevia os protestos como vindos de “nossos antigos e tradicionais inimigos, [...] os grandes bancos comerciais internacionais controlados por pessoas que não são seus ou meus amigos”.¹⁰ Evans considerava esse comentário um emblema do linguajar ofensivo adotado por Irving ao referir-se à comunidade judaica. Irving queixou-se de que as elipses usadas por Evans representavam “quatro sentenças, três pontos finais, quatro pontos e vírgulas e 86 palavras...” Disse ao juiz que esse tipo de edição era “bastante esclarecedor e ilustrativo dos métodos da testemunha”.¹¹ Parecendo um pouco surpreendido pela sugestão de que poderia ter manipulado as palavras de Irving, Evans começou a folhear seus papéis, buscando encontrar a transcrição de todo o discurso. Depois de alguns instantes, ergueu o olhar. Parecia tentar esconder um sorriso quando se ofereceu para emitir as palavras omitidas. O juiz Gray assentiu, sinalizando para que ele prosseguisse. De acordo com Irving, o editor do *Times* havia enfrentado pressões de:

Nossos antigos e tradicionais inimigos, pressões não apenas da indústria de anunciantes, pressão não apenas dos autoneomeados, repulsivos, sujos, nojentos e pervertidos representantes dessa comunidade, ele sofreu pressão também da comunidade internacional porque o *Sunday Times*, como muitos outros jornais, precisa do capital internacional, e o capital internacional é oferecido pelos grandes bancos comerciais internacionais.¹²

As palavras que Evans havia omitido eram mais extremas do que aquelas por ele citadas. Irving não poderia ter ficado satisfeito quando o juiz Gray apontou que o professor “teria tornado sua argumentação mais forte se incluísse aquilo que deixou de fora”.¹³

UM REVÉS INESPERADO

Quando li o início do relatório de Evans, que era composto de uma seleção de críticas de outros historiadores ao trabalho de Irving, tive um sentimento de validação – provavelmente desnecessário. Aquelas críticas me faziam sentir que eu não era uma voz solitária criticando aquele homem. Irving agora começava a interrogar Evans detalhadamente sobre cada uma dessas declarações. O juiz Gray, preocupado com o ritmo lento com o qual Irving avançava pelo relatório, insistiu para que ele se concentrasse nos trechos da peça de Evans que

abordassem tópicos históricos substanciais. Isso o ajudaria a determinar sua decisão final. O que outros historiadores diziam teria pouco, se algum, impacto sobre sua conclusão. Irving não atendeu ao pedido.

Enfim falando com um tom solidário, o juiz reconheceu o desejo legítimo de Irving de contestar essa parte do relatório como uma forma de se proteger dos ataques contra ele. Todavia, Gray garantiu que não daria atenção a isso porque estava interessado no que Evans – e não outros historiadores – tinha a dizer. Em seguida, acrescentou palavras perturbadoras:

Senhor Irving, [...] eu de fato entendo seu problema e sou muito solidário. [...] As páginas iniciais, nas quais as visões de outros historiadores acerca do seu trabalho são longamente compiladas e de uma forma bastante crítica [...] não valem praticamente nada [...] e é [...] uma pena que estejam ali, porque podem ser interpretadas como uma forma de indicar uma preconceção sobre a validade das críticas.¹⁴

O aviso do juiz Gray de que aquelas páginas iniciais poderiam levá-lo a considerar o restante do relatório como tendencioso fez meu coração afundar. De repente, aquela seção do relatório, que oferecia ao juiz um contexto mais amplo a partir do qual considerar minhas críticas, talvez pudesse nos prejudicar.

DISTORÇÕES FOTOGRÁFICAS

Os negacionistas com frequência consideram as ações dos Aliados contra os alemães como equivalentes aos – ou pior que os – crimes de guerra alemães. É por esse motivo que dão tanta ênfase ao bombardeio de Dresden. Evans defendia que Irving usava esse tipo de desequilíbrio em *Hitler's War* (1991). O livro continha três fotografias de vítimas alemãs dos bombardeios promovidos pelos Aliados – incluindo a imagem de uma criança agarrando o corpo de um adulto. No entanto, não havia imagens das vítimas de campos de extermínio ou de fuzilamentos em massa. Irving também incluíra seis fotografias de bombardeios Aliados a Dresden e Pforzheim, mas nenhuma imagem de pessoas mortas pelos nazistas. Havia apenas uma foto de vítimas da Alemanha: judeus em um vagão, entregando suas bagagens pelas janelas do trem. A legenda dizia: “Seus acompanhantes eram todos policiais alemães idosos, além de dois policiais da Letônia”. Irving criava esse desequilíbrio ao não informar aos leitores que, logo após sua chegada ao destino, os judeus daquele trem seriam fuzilados.

Ele defendeu sua escolha pictórica perguntando se havia imagens dos fuzilamentos promovidos pelos *Einsatzgruppen* com a mesma “qualidade e integridade incontestáveis” da fotografia dos passageiros. Evans argumentou que,

embora a qualidade fosse importante, os historiadores tinham de dar aos leitores uma visão equilibrada da identidade das vítimas. Irving respondeu: “Está sugerindo que eu [...] deveria ter procurado uma fotografia mais *estereotipada*, professor?” Estremeci internamente com seu uso daquele adjetivo para descrever fotografias de fuzilamentos em massa. Demonstrando seu controle recém-descoberto, Evans ignorou o comentário e explicou que a fotografia sugeria o “quão alegre e confortável é esse trem rumo a Riga, o quanto [essas pessoas] estão se divertindo”. Irving rebateu afirmando que ela demonstrava a “extrema banalidade desse tipo de atrocidade”. Soando como se estivesse verbalizando o óbvio, Evans ignorou a explicação de Irving e rebateu: “Sinto muito, mas não há qualquer menção de qualquer atrocidade aqui na legenda”. O juiz Gray, aparentemente intrigado pelo argumento de Irving, perguntou a Evans: “Como o senhor reage à sugestão de que o motivo para não incluir o tipo de imagem que acabou de descrever é a extrema banalidade?” Evans respondeu: “Acho muito difícil aceitar que imagens de [...] pessoas prestes a serem fuziladas pelos *Einsatzgruppen*, pessoas diante de uma vala, sejam fotografias banais. Não importa quantas vezes essas imagens tenham circulado, para mim, elas continuam sendo chocantes”.¹⁵ Tendo visto tais fotografias tantas vezes, fiquei emocionada com a observação de Evans de que, independentemente de quantas vezes fossem mostradas, elas continuavam sendo chocantes.

O professor acusou Irving de realizar o mesmo tipo de manipulação fotográfica na obra *Nuremberg: The Last Battle*. Irving havia colocado uma legenda abaixo de uma fotografia de soldados alemães mutilados nos Balcãs e de ataques dos Aliados ao Japão e a Dresden que, em parte, dizia: “Nenhum general Aliado jamais foi convocado a prestar contas [...]”. Quando Irving defendeu sua escolha das legendas, Evans classificou suas justificativas como uma tentativa de “estabelecer uma equivalência entre os dois lados com o objetivo de diminuir a importância do extermínio dos judeus realizado pelos nazistas” e de sugerir “que o que os Aliados fizeram foi pior do que aquilo que a Alemanha fez”. Irving ficou perplexo: “Pior?” Tomando a iniciativa, o juiz Gray respondeu a pergunta de meu adversário: “Porque eles saíram ilesos”.¹⁶

Irving perguntou a Evans se, em seu relatório, ele havia escrito que, em uma noite durante a guerra, os Aliados “sozinhos mataram 17.600 pessoas queimando-as vivas em 20 minutos”. Evans, que se recusava a responder a qualquer pergunta se a citação apresentada não estivesse diante dele, inclinou-se para verificar a seção pertinente do relatório. Enquanto ainda estava lendo, Irving adotou um tom acusatório e expandiu a pergunta anterior: “O senhor está sugerindo que matar 17.600 pessoas, queimando-as vivas no espaço de 20 minutos, não é, de alguma forma, um crime?” Ainda com o corpo inclinado sobre a mesa, Evans ergueu a cabeça e lançou um olhar de desprezo para Irving. Por um momento, temi que estivesse pronto para atacar Irving verbalmente. Em

vez disso, ajeitou a postura, olhou para o juiz Gray e explicou o contexto de sua afirmação. Seu relatório trazia uma seção de um discurso que Irving dera em 1992. Nele, estimava que 100 mil pessoas tinham morrido em Auschwitz – “a maioria, vítima de epidemias” – e em seguida acrescentava que 25 mil foram mortos “a tiros ou enforcados”. Irving comparava esse número de mortos ao sofrimento dos alemães na cidade de Pforzheim.

Vinte e cinco mil mortos, se tomarmos esse número grosseiramente inflado e nos mantivermos do lado seguro: Isso é um crime, não há dúvida. Matar 25 mil pessoas em quatro anos, [...] isso é um crime. [...] Permitam-me mostrar, [...] em meu livro, uma imagem vívida de 25 mil pessoas sendo mortas em 25 minutos por nós, britânicos [em fevereiro de 1945] em Pforzheim, uma cidadezinha onde as pessoas produziam joias e relógios. [...] Vinte e cinco mil civis são queimados vivos em 25 minutos. [...] Ninguém expõe isso [...] assim. Exceto nós, os oponentes deles. [...] Quando colocamos as coisas em perspectiva, [...] o Holocausto – essa palavra com letra maiúscula – deles diminui.¹⁷

As palavras, Evans disse ao juiz Gray, davam a impressão de “que o bombardeio dos Aliados às cidades alemãs foi tão ruim quanto ou pior do que as mortes de judeus promovidas pelos nazistas em Auschwitz”. Ademais, observou, Irving havia criado essa diminuição do número de mortos em Auschwitz ao inflar o número de mortos em Pforzheim – de acordo com o número calculado pelo Centro de Estatísticas da cidade – em 40%. Assim sendo, Evans argumentava que o número de mortos era de “apenas” 17.600, e não 25 mil, conforme Irving alegava.¹⁸

Evans mostrava que as alegações de Irving sobre o pequeno número de vítimas judias tiveram origem em um dos primeiros negacionistas do Holocausto, Paul Rassinier. Irving perguntou a Evans: “O senhor tem alguma prova de que tudo o que fiz foi ler as palavras de Paul Rassinier?” Evans respondeu secamente: “O senhor de fato escreveu o posfácio de um dos livros dele, então acho difícil acreditar que o tenha escrito sem ler a obra”. Irving encarou atentamente Evans: “Professor, acredite. Isso é tudo o que posso dizer”. Enquanto olhava para a galeria – e decididamente não olhava para Irving –, Evans respondeu: “Isso não ajuda muito sua responsabilidade como o historiador, senhor Irving”.¹⁹

CULPE OS ALIADOS

Os negacionistas enfrentam um enigma. Eles precisam encontrar uma maneira – sem culpar a Alemanha – de explicar a grande quantidade de vítimas em

situação cadavérica encontradas nos campos de concentração ao final da guerra. E resolvem essa questão argumentando que os Aliados – e não os alemães – foram os responsáveis por esse sofrimento. Evans ilustrou como Irving tentou fazer isso em um discurso proferido em 1986, no qual disse: Os Aliados “bombardearam as redes de transporte, [...] a indústria farmacêutica, as fábricas de remédios, [...] deliberadamente criando as epidemias e os surtos de tifo e outras doenças [...] que foram encontrados [...] nos campos de concentração”. Enquanto Evans lia essa citação, por acaso olhei para a galeria. Um homem de cabelos brancos franziu involuntariamente o cenho. Parecia sentir dor.

Quando Evans terminou, o juiz lhe perguntou: “Como o senhor se sente com relação a um historiador que alega que quem deliberadamente criou essas epidemias foi quem bombardeou as indústrias farmacêuticas que seriam capazes de oferecer a distribuição [dos produtos] que poderiam limitar a epidemia de tifo?” Evans não poupou palavras: “Isso é extremamente perverso”. As epidemias, ele argumentava, foram criadas pelos nazistas que administravam os campos de forma extremamente anti-higiênica.

Irving desafiou Evans a explicar por que, se os nazistas queriam que essas pessoas morressem, eles criariam “sistemas” inteiros nos campos para combater as epidemias. Evans explicou que essas medidas tinham como objetivo proteger a SS, e não os prisioneiros. De repente, o juiz interrompeu Irving. Fazendo referência às repetidas alegações de que a maior parte das vítimas morria por causa da doença, pediu a Irving para manter-se “um pouco fiel à realidade” e, em seguida, questionou: “O senhor está afirmando que o tifo matou uma grande parte dos judeus que perderam suas vidas?” Irving respondeu: “Sim”. Gray prosseguiu: “Então é difícil dizer em seguida que o sistema de dedetização de roupas e bens era eficiente”.²⁰ Fiquei satisfeita com o fato de o juiz Gray ter chamado a atenção de Irving às suas posições mutuamente excludentes. Quando saí do tribunal, o senhor que vi de rosto franzido me abordou com todo o cuidado. “Não sou judeu. Entrei em Bergen-Belsen com as Forças Britânicas em 1945. Chega a doer ouvi-lo dizer que nós, os Aliados, provocamos a terrível privação que encontramos naqueles lugares”. Por um instante, não falei nada, mas fiquei ali, claramente nervosa. Ele então se ajeitou, quase como se fosse prestar continência, e declarou: “Acabe com esse maldito, senhora”. E foi embora, com os traços do velho soldado ainda evidentes em seus passos.

IvP&DL, 18^o Dia (10 de fevereiro de 2000), p. 6.

IvP&DL, 18^o Dia (10 de fevereiro de 2000), pp. 21, 30.

IvP&DL, 18^o Dia (10 de fevereiro de 2000), pp. 57–61.

IvP&DL, 18^o Dia (10 de fevereiro de 2000), pp. 101–2.

IvP&DL, 18^o Dia (10 de fevereiro de 2000), pp. 102–4.

IvP&DL, 18^o Dia (10 de fevereiro de 2000), pp. 120–23.

IvP&DL, 18^o Dia (10 de fevereiro de 2000), p. 134.

IvP&DL, 18^o Dia (10 de fevereiro de 2000), pp. 146–47.

IvP&DL, 19^o Dia (14 de fevereiro de 2000), pp. 14–15.

Evans Report, 3.4(d)50, p. 168.

IvP&DL, 19^o Dia (14 de fevereiro de 2000), p. 54.

IvP&DL, 19^o Dia (14 de fevereiro de 2000), p. 55. David Irving em Clarendon Club, Londres, 19 de setembro de 1992, “Irving: Self-Portrait”, 1(B) 1.7(c)(1.7/T) www.hdot.org.

IvP&DL, 19^o Dia (14 de fevereiro de 2000), p. 57.

IvP&DL, 19^o Dia (14 de fevereiro de 2000), pp. 95–96.

IvP&DL, 19^o Dia (14 de fevereiro de 2000), pp. 141, 149.

IvP&DL, 19^o Dia (14 de fevereiro de 2000), pp. 152–53.

David Irving em Latvian Hall, Toronto, 8 de novembro de 1992, fita de vídeo 190, *Evans Report*, 3.4(a) 12–14, pp. 113–14.

IvP&DL, 19^o Dia (14 de fevereiro de 2000), pp. 155–56.

IvP&DL, 19^o Dia (14 de fevereiro de 2000), pp. 184–85.

IvP&DL, 19^o Dia (14 de fevereiro de 2000), pp. 206–9.

CAPÍTULO 15

O DIÁRIO DE ANNE FRANK: UM ROMANCE?

Ao longo dos anos, os negacionistas vêm concentrando muita energia no ataque à autenticidade do *O Diário de Anne Frank* por acreditarem que, ao lançarem dúvidas sobre esse popular livro, que costuma ser o primeiro contato dos jovens com a literatura do Holocausto, eles são capazes de gerar dúvidas mais abrangentes sobre o próprio Holocausto. Existem múltiplas versões do *Diário*, as quais, alegam os negacionistas, provam que se trata de uma fraude. A própria Anne apresentou o motivo para a existência de várias versões. Em 1944, ela ouviu, pelo rádio, um oficial do governo holandês transmitindo de Londres e estimulando a população a guardar cartas, objetos de valor histórico e diários como relatos de testemunhas oculares. A resposta de Anne foi reescrever algumas entradas de seu diário. Também usou o diário como base para um romance, *The Annex*. Por isso existem versões diferentes.

Os negacionistas também alegam que o diário foi escrito com uma caneta esferográfica verde, um item difícil de ser encontrado durante a guerra. Nesse caso, os negacionistas estão fraudando seriamente a verdade. Existem algumas notas estilísticas e marginais escritas em tinta verde. A única escrita feita com caneta esferográfica se deu em dois pedaços soltos de papel, incluídos entre as folhas soltas, os quais não apresentam nenhum significado relevante em termos de conteúdo. Ademais, a caligrafia nessas folhas difere consideravelmente daquelas no diário, o que indica que foram escritas por outra pessoa, talvez um editor.

Nos anos 1980, esses ataques ao *Diário* se tornaram tão difundidos que o Netherlands State Institute for War Documentation e o *Bundeskriminalamt*, o

laboratório alemão de criminalística, testaram a cola, o papel e a tinta do diário. Descobriram que tudo era da década de 1940. Compararam a caligrafia de Anne em seu diário a outras amostras de suas escritas e descobriram que era verdadeira. Todos os exames provaram que se tratava de um trabalho produzido por uma garota em um esconderijo durante a Segunda Guerra Mundial.¹

Com Evans no banco das testemunhas, Irving inevitavelmente abordou o assunto Anne Frank e declarou que a conclusão do laboratório sobre a tinta de caneta esferográfica constituía uma “descoberta ambígua”, levantando, assim, dúvidas acerca da autenticidade do *Diário*. Evans respondeu que não havia nada ambíguo nas descobertas. O juiz interrompeu para perguntar a Evans se seria correto concluir que o relatório forense, em vez de sugerir que se tratava de uma fraude, na verdade confirmava a autenticidade do documento. Evans concordou com as palavras do juiz “porque [o relatório forense] confirma que há algumas seções que foram acrescentadas subsequentemente, mas por inferências necessárias afirma que a maior parte é genuína e já estava lá e não foi escrita com esferográfica”. Tanto o laboratório de criminalística holandês quanto o alemão haviam rejeitado a noção de que páginas inteiras eram falsas, “menos ainda de que toda a escrita [fosse] falsa ou um romance”. Soando um tanto irritado, Irving protestou: “*Em algum momento* eu disse que tudo foi escrito com caneta esferográfica?” Evan lembrou-o: “O senhor disse que páginas inteiras foram escritas com caneta esferográfica”. O juiz Gray acrescentou: “O senhor falou que se tratava de um romance, senhor Irving, não falou?” Irving voltou a protestar: “A terceira versão é um romance, Excelência”.²

Evans sugeriu que quaisquer divergências de opinião acerca do que precisamente Irving dissera sobre o diário poderiam ser verificadas com a leitura da transcrição de uma entrevista que meu adversário concedera a um programa televisivo em 1993: “Para mim, os diários de Anne Frank são romances fantasiosos, bem parecidos com *E o Vento Levou*.” Irving insistiu que a corte ouvisse toda a entrevista para entender o contexto de sua afirmação. O juiz Gray questionou: “Como o contexto pode realmente afetar o que o senhor está dizendo, ou seja, que tudo não passa de uma invenção?”

Exasperado, Rampton se levantou e protestou: “[É] a mais terrível perda de tempo. [...] Fui o mais paciente que pude, mas agora não posso mais simplesmente ficar sentado aqui”. Ele contou ao juiz Gray que, pouco antes do julgamento, Irving estivera na CNN. Rampton leu a transcrição da entrevista: “Entrevistador: ‘O senhor disse que o diário de Anne Frank é uma falsificação?’ Irving: ‘Culpado’. Entrevistador: ‘É uma fraude?’ Irving: ‘Não’”.

Embora Irving insistisse em seguir falando sobre o *Diário*, o juiz Gray não se mostrou disposto a continuar ouvindo. “Agora já temos indícios suficientes sobre o *O Diário de Anne Frank*. Acho que podemos passar para o próximo assunto.”³

BARATAS: UMA CALÚNIA JUSTIFICADA?

Citando a seção do relatório de Evans que delineava as declarações muito depreciativas dele [de Irving] sobre os judeus, meu adversário perguntou ao professor de Cambridge se alguém que criticava os judeus era, *ipso facto*, antissemita. O professor citou um discurso proferido pela acusação em 1991 e declarou: “Acho um exagero descrever o Conselho de Deputados dos Judeus Britânicos [BOD na sigla em inglês] como baratas”. Irving esperou as risadas cessarem antes de insistir que sua “terrível linguagem” era uma resposta à tentativa do Conselho de impedir a publicação de seus livros. Entregou a Evans as minutas da reunião do subcomitê que deliberavam sobre se eles deveriam protestar à editora de Irving contra seus próximos livros. Irving perguntou a Evans: “[Se] pressão foi colocada em minhas editoras por esse corpo, [...] não tenho eu o direito de usar esse tipo de linguagem para descrever essas pessoas?” Evans apontou que aquela era uma reunião do subcomitê, da qual participaram precisamente cinco pessoas e, mais importante, elas decidiram não tomar nenhuma ação.

Enquanto Evans dava essa explicação, notei Heather chamando a atenção de Rampton para alguma coisa nas minutas do Conselho. Meu advogado rapidamente se levantou. Assim que o juiz lhe deu a palavra, ele apontou que a reunião havia acontecido em dezembro de 1991. Irving fizera seu comentário chamando seus membros de “baratas” em outubro de 1991. Ele não podia, portanto, estar respondendo à reunião do subcomitê do BOD. Irving segurou uma grande pasta de documentos sobre a suposta campanha global contra ele e perguntou: “O doutor aceita que, no equilíbrio das probabilidades, há outros documentos dessa natureza nesta pasta?” Todos os advogados à minha volta ficaram irritados. O juiz articulou os sentimentos deles: “Senhor Irving, precisamos fazer melhor do que isso. [...] Se existe um documento anterior àquele em que o senhor chamou o Conselho de Deputados dos Judeus Britânicos de baratas, documento o qual o senhor usa como justificativa para suas palavras, então apresente-o à testemunha. Se o senhor não o tiver, [...] sigamos em frente”. Irving repetiu sua pergunta: “Se um escritor tem consciência de que tal campanha vem sendo conduzida contra sua pessoa, [...] ele não tem o direito de usar esse tipo de linguagem em ambiente privado?” O juiz pareceu irritado: “O senhor já fez essa pergunta muitas vezes. [...] O senhor não mostrou a premissa factual para isso. Portanto, pode seguir para o próximo assunto...?”⁴ Parecendo decididamente insatisfeito, Irving atendeu a ordem.

Evans, que era um pesquisador de mão cheia, ficou particularmente irritado com as obstruções que Irving colocava nos caminhos de outros pesquisadores que queriam verificar suas fontes. Isso ficava extremamente evidente na forma como ele tratava o testemunho do julgamento de Hitler de 1924. Em vez de apontar ao leitor a localização precisa do documento no qual baseava sua versão dos fatos, dizia que sua versão “é uma combinação de indícios apresentados por testemunhas oculares no julgamento [de 1924]”. Em suas citações de fontes da defesa, Irving citava a transcrição em microfilme de 800 páginas, sem apresentar o número ou a data dos *frames*. Consequentemente, Evans apontava em seu relatório, um pesquisador teria de ler toda a transcrição para encontrar as seções relevantes.⁵

Irving afirmou que as queixas de Evans eram injustificadas. O professor havia usado a edição impressa da transcrição, a qual tinha páginas numeradas, enquanto Irving usara o microfilme, que não era numerado. Evans observou que Irving poderia ter citado o número dos *frames*. Meu adversário respondeu: “Se eles não têm números nos *frames*, então é impossível oferecer o número dos *frames* nas referências”. O juiz Gray requereu que ele fosse mais específico: “O senhor está dizendo, senhor Irving, que essas microfichas não apresentavam o número de referência dos *frames*?” Irving tirou os óculos e, enquanto os girava na mão esquerda, respondeu ao juiz: “Eu [...] reafirmo o que disse, Excelência”. James, que estava tomando notas, ergueu o olhar. “Ele está deixando o juiz irritado”. Gray, que de fato não soava nada alegre, insistiu: “Estou lhe fazendo uma pergunta e acho que tenho esse direito porque quero saber o que o senhor está alegando. O senhor está alegando [...] que essas microfichas não apresentavam os números dos *frames*?”. Adotando um tom muito mais deferente, Irving respondeu: “Para ser totalmente franco, Excelência, doze anos já se passaram desde que escrevi o livro, e não me lembro. Mas esse seria um motivo lógico para eu não apresentar os números dos *frames*”.⁶ Com uma expressão um tanto excêntrica, o juiz deixou o assunto de lado.

Mais tarde, Irving retomou o julgamento de 1924. Em seu relatório, Evans o criticava de forma bastante severa por não informar a seus leitores que o sargento de polícia Hofmann, que testemunhara no julgamento de Hitler e cujo relato era a principal fonte de informações de Irving, era não apenas um membro do Partido Nazista, mas um afiliado tão próximo de Hitler a ponto de o juiz desqualificar seu testemunho. Irving desafiou Evans: “O senhor sugere que eu deveria saber disso [que o testemunho de Hofmann foi desqualificado]?” Evans apontou que essa informação era apresentada na transcrição. Irving questionou: “Quais indícios o senhor tem de que eu li essas páginas do julgamento?” O juiz Gray pediu mais precisão: “Se o seu caso, senhor Irving, é não ter lido o testemunho de Hofmann, então deveria explicitar isso, pois seria uma explicação”. Irving respondeu: “Espero ter sido claro, Excelência.” O juiz

achava que não: “O senhor tomou o cuidado de *não* ser claro. O senhor disse: ‘O senhor tem algum indício de que eu tinha o testemunho de Hofmann à minha frente?’ Se o senhor nunca o leu, deveria ter explicitado isso.” Quando Irving voltou a desafiar Evans a provar que ele tinha lido o testemunho, Rampton interveio: “Excelência, receio que estamos a caminho do espaço sideral”. Rampton lembrou ao juiz Gray que anteriormente, quando estava interrogando Irving sobre o julgamento de 1924, meu oponente dissera: “Eu li toda a transcrição do tribunal, que tinha muitos milhares de páginas [...]”. Irving, com um leve tom de urgência na voz, pediu ao juiz para “esclarecer essa questão”. Gray pareceu desinteressado. “Acho que isso deixa clara [...] a correção do que o senhor disse. Se nunca leu o testemunho, deveria ter explicitado. Mas agora já ficou claro que o senhor leu tudo”.

Irving agora defendia que, dada a extensão do testemunho, era impossível esperar que ele se atentasse a todos os detalhes. Olhando para o juiz Gray, perguntou: “Vossa Excelência tem ideia de quantas palavras há em 8 mil páginas de transcrição?”⁷ Evans apontou que o testemunho de Hofmann continha apenas cinco páginas.

Quando a sessão chegou ao fim, falei a Rampton e Heather, que tiravam suas togas e perucas: “Duas semanas atrás, ele se gabava de ter lido todas as 8 mil páginas do testemunho. Hoje, defendeu-se alegando que eram muitos milhares de páginas, que não podia se atentar a todas as informações. É como a questão do elevador de Auschwitz Primeiro, o problema era não ter portas. Depois, o problema era ter portas. O verdadeiro problema de Irving é que, pela primeira vez, está sendo forçado a explicar suas contradições, e não é capaz de explicá-las”.

UM MUNDO MUITO PEQUENO

No dia seguinte, avistei o professor Shlomo Aronson, da Universidade Hebraica, na galeria pública. De repente, lembrei-me da promessa a Seth e Tobias, de tentar obter o manuscrito que Eichmann escrevera enquanto estivera em Israel. Ao final da sessão, Aronson me disse que o manuscrito estava no Arquivo Nacional, sob controle do procurador-geral Elyakhim Rubenstein. Intimidada com a possibilidade de ter de entrar em contato com Rubenstein, peguei-me inclinada a deixar de lado qualquer esforço para conseguir o manuscrito. E foi então que Aronson me contou que havia estudado Direito com o procurador-geral. “Peça a Rampton para escrever a Rubenstein, de advogado para advogado, solicitando o manuscrito. Envie essa carta para mim por fax. Vou cuidar pessoalmente para que ela chegue ao procurador-geral.” Despedi-me de Aronson e contei a Rampton sobre a oferta. Meu advogado pareceu

decididamente cético sobre todo o esforço. Ainda que relutante, concordou em escrever e perguntou como soletrar o nome do procurador-geral. “Acho que é R-U-B-E-N...”, comecei a dizer. Rampton me interrompeu: “Não escrevo a um procurador-geral se não sei precisamente como soletrar seu nome”. Um pouco acanhada, prometi conseguir a informação. Ao sair do tribunal, falei a um amigo: “O primeiro nome de Rubenstein é Elyakhim. Como se soletra isso?”

Enfrentando dificuldades para encontrar a informação com a ajuda da internet *dial-up*, decidi ligar para minha amiga Roberta, que trabalhava para o primeiro-ministro de Israel, Ehud Barak. Imaginei que ela soubesse soletrar o nome de Rubenstein. Seu marido, Stuart, é um importante jornalista, que conheço desde que fomos juntos a um acampamento de verão, ainda na adolescência. Ele pegou a extensão do telefone e nós três tivemos uma longa conversa sobre o julgamento. Por fim, avisando-os de que eu tinha uma pergunta estranha, pedi-lhes para que soletrassem o nome de Rubenstein. Quando ouviram o que eu queria, Stuart deu risada. “Poderia ser algo mais complicado. Meu irmão, Joshua, é conselheiro dele.” Poucos minutos depois, eu estava com Joshua ao telefone. “Eu imagino que ele se mostre favorável a liberar o documento. Já sabe sobre seu julgamento. Me envie uma carta por fax. Vou colocar sobre a mesa dele assim que eu receber”. Na manhã seguinte, telefonei para Rampton: “O nome de Rubenstein é escrito com ‘E’. Aqui está o número de fax dele. Sua carta estará sobre a mesa assim que chegar. Ele provavelmente vai concordar”. Rampton pareceu impressionado. “Como foi que você conseguiu tudo isso?” Em vez de explicar o caminho de Aronson a Roberta, depois Stuart, Joshua e Rubenstein, apenas falei: “Esse mundo é muito pequeno. O mundo judaico é minúsculo. E Israel é um mundo microscópico”.

A INSANIDADE DA NOITE DOS CRISTAIS

Irving mostrou-se particularmente consternado com a acusação de Evans de que ele havia diminuído o papel de Hitler na Noite dos Cristais e afirmado que ele, Irving, havia, de fato, criticado o líder alemão. Para provar sua afirmação, Irving leu sua seção sobre o massacre em *Goebbels: Mastermind of the Third Reich*: “Hitler não tentou, de nenhuma maneira, fazer esse ato desumano cessar. Ele ficou paralisado e, assim, mereceu a repulsa que então recaía sobre toda a Alemanha.” Por um instante, a situação soava como se Irving tivesse apontado um erro grave de Evans. Enquanto Evans virava as páginas do livro em busca da citação original, Irving virou-se e olhou para a galeria com um leve sorriso no rosto. Quando Evans ergueu o olhar, também estava sorrindo. Sugeriu que a acusação lesse a oração anterior. “Vinte mil judeus já haviam sido colocados [no transporte] e levados para os campos de concentração de Dachau, Buchenwald e

Oranienburg. Hitler não tentou, de nenhuma maneira, fazer esse ato desumano cessar. Ele ficou paralisado e...” O raciocínio de Evans era óbvio. Irving tinha de fato escrito que Hitler ficara paralisado e por isso merecia a repulsa *depois* e não *durante* o evento. Ele se virou para Irving, algo que tinha feito poucas vezes desde seu desastroso primeiro dia no banco das testemunhas e, como um professor falando com um aluno desobediente, declarou: “Ele não ficou paralisado, senhor Irving, ele *ordenou* tudo”.⁸

Na tentativa de demonstrar que Hitler buscara conter a revolta assim que soube dela, Irving argumentou que o telex enviado às 2h56 da manhã em 10 de novembro, a Noite dos Cristais, no qual era ordenado o fim dos incêndios, tinha como objetivo “fazer cessar a insanidade”.^{9*} Evans leu o telex: “Incendiar ou atear fogos em lojas e outros prédios de judeus não pode [...] acontecer sob nenhuma circunstância”. Irving parecia satisfeito, como se as palavras provassem sua argumentação. “Bastante enfático, não?” Evans concordou: “Sim. O que está dizendo aqui é para ninguém incendiar lojas de judeus [...] ou instalações similares”. Em seguida, falou: “*Não* está dizendo que ninguém deve prender os judeus. *Não* está dizendo que ninguém deve invadir as lojas. *Não* está dizendo que ninguém deva arrombar casas e apartamentos de judeus”. Irving interrompeu: “Professor, eu não perguntei o que *não* diz”. Ignorando Irving, Evans prosseguiu: “*Não* está mandando ninguém atear fogo a centenas de sinagogas”.

Quando Irving voltou a insistir que o telegrama era um pedido para fazer os ataques cessarem, Evans descreveu, com desdém, o comentário de Irving como “interpretação e manipulação completamente ilegítimas desse texto. [...] Aqui Hitler está dizendo: ‘*Continuem* com o incêndio a sinagogas. *Continuem* arrombando lojas de judeus e destruindo o interior. *Continuem* e prendam 20 mil pessoas. *Continuem* destruindo apartamentos de judeus, destruindo os móveis, jogando-os pela janelas, atirando inclusive alguns dos habitantes pela janela. *Continuem* com tudo isso, mas não promovam incêndios a lojas de judeus ou instalações similares”.¹⁰ Enquanto Evans falava, um a um os membros da equipe de defesa deixou de lado os documentos que estavam lendo e as notas que estavam tomando. Passaram a se concentrar no banco das testemunhas. Olhei para Anthony. Ele também olhava para o banco das testemunhas e mexia a cabeça em sinal de afirmação.

A DIMENSÃO DE UMA VALA

Irving recorreu novamente ao testemunho de Walter Bruns, o general alemão que os britânicos haviam grapeado clandestinamente enquanto descrevia a seus

colegas prisioneiros de guerra os fuzilamentos em massa ocorridos em novembro de 1941 em Riga. Bruns descrevera as valas nas quais 27 mil judeus foram fuzilados como tendo 24 metros de extensão e 3 metros de largura. Irving defendia que essas valas eram capazes de receber apenas alguns milhares de pessoas e que o número de 27 mil constituía, portanto, um enorme exagero. Evans apontou que Bruns não mencionava a profundidade dos fossos, o que tornava qualquer cálculo sem sentido.

Insistindo que tinha expertise nesse tipo de vala porque ele as escavava para obter dinheiro para estudar, Irving apresentou uma fotografia que mostrava fossos relativamente rasos, com três metros de largura e soldados parados nas laterais. Aquela imagem, ele sugeria, demonstrava que as valas não eram grandes o suficiente para receber tantas vítimas. Evans examinou a fotografia e, em seguida, com um semblante que deixava transparecer sua dúvida, perguntou a origem da imagem. Irving afirmou que era de um soldado inglês em Bergen-Belsen ou Buchenwald, onde “vítimas de atrocidades nazistas” estavam sendo enterradas. Todavia, prosseguiu, ela mostrava “o quão profunda uma vala pode ser cavada em circunstâncias assim”. Evans fechou uma carranca e declarou que um fosso cavado por tropas britânicas não tinha qualquer relevância para a análise dos fossos cavados em Riga. Insistiu outra vez que uma vala podia ter qualquer profundidade. Irving perguntou se essa resposta era “sua prova de perito como um escavador de valas ou se podemos usar o bom senso”. A pergunta precipitou a seguinte discussão:

IRVING: O senhor concorda que, conforme descrito pelo general Bruns, a vala tinha 24 metros de extensão e 3 metros de largura, e que, se tivesse 2 metros de profundidade, seriam 144 metros cúbicos?

EVANS: ...Não, não estou de acordo. Eles poderiam ter escavado a profundidade que quisessem.

IRVING: Ignoremos esse comentário por um instante e continuemos com o cálculo. [...] Então, se ela tivesse 2 metros de profundidade e laterais retas, e se não houvesse...

EVANS: Temos três condicionais aí, senhor Irving.

IRVING: ...poderia parar de interromper... Teríamos 1.500 corpos nesse fosso. [...] Então, se tivesse mais um metro de profundidade, caberiam outros 750, assim o senhor pode calcular a ordem de grandeza, não pode?

EVANS: Com base nesses quatro condicionais, sim, o senhor pode fazer a conta que quiser.

IRVING: Então o senhor pode fazer uma estimativa aproximada de duas ou três valas com mais ou menos esse tamanho e magnitude, e aí teríamos algo entre 3 e 7 mil corpos?

EVANS: Sim, com base nessas quatro hipóteses, sim.

IRVING: O senhor tomou o cuidado de fazer essas contas antes de me criticar?
EVANS: Minha crítica está no fato de não haver provas da profundidade das valas. O senhor não é capaz de oferecer um número. Fica apenas fazendo essas suposições com “se”, “se”, “se” e depois as trata como se fossem fatos.

Nesse momento, a maioria das pessoas – inclusive eu mesma – achava impossível manter uma expressão impassível. Tive a sensação de estar vendo *Monty Python's Flying Circus*. Em seguida, Evans começou a instruir Irving: “Essa é uma tentativa sistemática de minar o número apresentado, que é de 27.800 judeus. [...] Isso é típico de sua minimização das estatísticas dos números de judeus mortos em qualquer acontecimento.” Engoli meu sorriso, assim como a maioria das pessoas na sala. Extremamente constrangida por achar aquelas valas motivo de diversão, comecei a imaginar o que de fato aconteceu nelas. Os alemães determinaram que os fossos podiam acomodar mais pessoas se as vítimas se deitassem em posição totalmente horizontal sobre os corpos daqueles assassinados antes. Chamavam isso de *Sardinenpackung*, ou “embalagem de sardinha”. Também descobriram que, se um adulto estivesse abraçado a uma criança, eram necessárias duas balas para garantir que os dois morressem. Meus pensamentos foram interrompidos pela ordem do juiz: “Próximo assunto, senhor Irving. Acredito que já tenhamos esgotado esse.”¹¹

A longa semana de Evans no banco das testemunhas estava concluída. O fim de semana prometia uma fuga do julgamento. No teatro de Leicester Square, todos os finais de semana havia uma sessão do clássico de Rodgers e Hammerstein, *A Noviça Rebelde*, a qual as pessoas acompanhavam cantando, vestidas com fantasias de seus personagens ou objetos favoritos. Havia noivas, camponeses austríacos, pessoas com trajes suíços tradicionais, freiras e pacotes de papel pardo presos com cordões. Meu preferido era um homem coberto com Lycra amarela: “Ray, um raio de luz do sol”. A letra aparecia na tela para o público poder acompanhar cantando. Quando um personagem específico aparecia no filme, todos os que estavam vestidos como ele se levantavam, olhavam para o público e recitavam as falas. Tudo isso era o suficiente para afastar minha mente do tribunal.

Então, quando dois terços do filme já tinham se passado, os nazistas, que haviam acabado de “anexar” a Áustria, apareciam. Embora esses nazistas se parecessem mais com os Guardas Keystone do que com o que realmente eram, rapidamente fui levada de volta à minha realidade. Enquanto andava de Piccadilly ao meu apartamento, pensei em minhas experiências com

Copenhague, O Mercador de Veneza e agora A Noviça Rebelde. E passei a me perguntar se estaria inconscientemente escolhendo passatempos que me mantivessem focada no assunto do julgamento.

AS PALAVRAS FINAIS DE HITLER

No último dia do testemunho de Evans, o clima começou a pesar. O juiz pediu a Irving, que passava de um assunto histórico a outro muito rapidamente, para “dizer do que estava falando [...] [porque] eu não passei 30 ou 40 anos debruçado sobre o assunto”. Irving olhou para o juiz e, sorrindo, respondeu: “Farei isso em duas linhas em vez de permitir que a testemunha o faça em vinte e cinco”. As palavras fizeram Rampton protestar veementemente: “O senhor Irving deveria parar de ser tão ofensivo. Isso não melhora o clima no tribunal e estamos diante de um acadêmico de renome. [...] O senhor Irving deveria segurar a língua, com o perdão da expressão”. O juiz Gray interveio: “Entendo que os nervos ficam à flor da pele, isso inevitavelmente acontece, mas acho que se ambos os lados tentarem manter a civilidade uns com os outros, ajudaria”. Irritado, Irving virou os olhos e, encarando primeiro Rampton e depois o juiz Gray, disse: “Por sete dias e nas 750 páginas desse relatório, tive de ouvir as mais difamatórias palavras pronunciadas por testemunhas que falam alegando que seus conhecimentos são privilegiados”. O juiz Gray repetiu: “Falta de civilidade não é a forma certa de lidar com um ataque do tipo que lhe é feito pelo relatório do professor Evans”.¹²

Mais no final do dia, Irving questionou Evans sobre o *Testamento Político de Adolf Hitler*, escrito pelo líder nazista enquanto os soviéticos invadiam Berlim. Nele, Hitler descrevia os judeus como “a raça que é a verdadeira criminosa nessa luta sanguinária”. Apesar do comentário inequívoco de Hitler sobre os judeus, em 1977 Irving escreveu ao *Sunday Times* afirmando que a linguagem do documento era tão “ambígua quanto a de qualquer outro documento que já foi produzido com a pretensão de provar a culpa de Hitler”.¹³ Evans achava que isso simplesmente não era verdade e respondeu lendo o excerto do testemunho no qual Hitler previa que, diferentemente do ocorrido na Primeira Guerra Mundial, dessa vez “milhões de pessoas arianas na Europa [...] não sofreriam a morte, nem centenas de milhares de mulheres e crianças queimariam e seriam bombardeadas até a morte em suas cidades sem que o verdadeiro criminoso tivesse de fazer reparações por sua culpa, mesmo que por meios mais humanos”. Evans observou que, para Hitler, os verdadeiros criminosos eram os judeus e os “meios mais humanos” eram fuzilamentos e mortes em câmaras de gás. Irving perguntou se o Holocausto era humano, “que é o que o senhor está propondo”. Evans protestou: “Eu não estou propondo isso. É Hitler quem propõe isso”. Irving

repetiu: “O senhor então aceita que o Holocausto foi mais humano?”¹⁴ Evans reafirmou que essa era a visão de Hitler. Irving mais uma vez insistiu que era a visão de Evans. De repente, ouvi alguém na galeria gritar: “Jesuuus!” Virei-me e vi minha colega Barbara DeConcini com a mão cobrindo a boca. Seu rosto estava mais vermelho do que um tomate. Parecia querer retirar sua palavra enfiando-a outra vez pela boca. Barbara, diretora executiva da Academia Americana de Religião, uma organização acadêmica composta de 20 mil membros, assistia ao julgamento com seu marido, Walt, meu colega na Emory. Dei risada ao perceber seu uso daquele expletivo específico – afinal, ela era uma ex-freira.

Os incêndios se alastravam e afetavam tanto as propriedades dos judeus quanto as dos arianos. Por isso, as autoridades ordenaram que os incêndios cessassem.

Os historiadores e especialistas forenses que realizaram exames no diário encontraram algumas correções de cores diversas, algumas feitas pela própria Anne, outras por seu pai, que enumerou algumas páginas soltas. As cores, que incluíam lápis, tinta preta, vermelha e verde, diziam respeito a correções de ortografia, numeração das páginas e afins, e não eram contextuais. *The Diary of Anne Frank: The Critical Edition*, preparado pelo Netherlands State Institute for War Documentation, ed. David Barnouw & Gerrold van der Stroom (Nova York: Doubleday, 1989), pp. 160, 163–64.

IvP&DL, 20^o Dia (15 de fevereiro de 2000), pp. 67–68.

IvP&DL, 20^o Dia (15 de fevereiro de 2000), pp. 76–81.

IvP&DL, 20^o Dia (15 de fevereiro de 2000), pp. 95–99.

Irving, *Göring*, p. 518, referência em nota de rodapé na p. 55, conforme citado em *Evans Report*, 4.3(b)(iii), pp. 226–27. Ver também *Pleadings*, IV, p. 14, *IvP&DL*.

IvP&DL, 18^o Dia (10 de fevereiro de 2000), pp. 160–61.

IvP&DL, 20^o Dia (15 de fevereiro de 2000), pp. 200–1, 203, 213.

IvP&DL, 21^o Dia (16 de fevereiro de 2000), p. 78.

Irving, *Goebbels*, p. 277.

IvP&DL, 21^o dia (16 de fevereiro de 2000), pp. 88–94.

IvP&DL, 22^o Dia (17 de fevereiro de 2000), pp. 36–40.

IvP&DL, 23^o Dia (21 de fevereiro de 2000), pp. 164–65.

David Irving to Harold Evans, *Sunday Times* (Londres), 14 de setembro de 1977, conforme citado em *Evans Report*, 4.3(j)(v)2, p. 485.

IvP&DL, 23^o Dia (21 de fevereiro de 2000), pp. 183–84.

CAPÍTULO 16 NOSSO CONTINGENTE ALEMÃO

Quando Evans terminou de enfrentar a maratona do testemunho, pouco a pouco comecei a imaginar que o fim do julgamento estava no horizonte. Nosso “contingente alemão”, como eu vinha chamando Peter Longerich e Hajo Funke, seriam os últimos peritos a falar. O bom senso me dizia que eu devia sentir alívio por aquele fardo de cinco anos estar enfim prestes a acabar. Todavia, eu me via envolta por uma crescente ansiedade. Precisei de algum tempo para entender meus sentimentos. Quando isso aconteceu, reconheci que, embora eu esperasse cada vez mais uma vitória, pelo menos em termos de história, eu me via preocupada com a possibilidade de o juiz chegar a um veredicto incerto ou conciliatório. Talvez de alguma forma concluisse que as distorções de Irving não eram deliberadas e que ele era um historiador iconoclasta que simplesmente tinha visões que divergiam da corrente principal. Talvez pensasse que as expressões de racismo e antissemitismo de meu oponente não estivessem ligadas a seu negacionismo do Holocausto. Eu queria que o juiz Gray condenasse Irving sem dúvidas como negacionista, antissemita e racista e que declarasse explicitamente que seus “erros” eram, na verdade, distorções premeditadas. Queria que ficasse claro que minha crítica a Irving não se baseava em interpretações históricas distintas – elas existem às pencas –, mas em verdades e mentiras. Qualquer coisa menos do que isso deixaria Irving livre para conseguir extrair uma vitória de sua derrota. Eu queria muita coisa.

TUDO É UMA QUESTÃO DE CONTEXTO

Peter Longerich, nossa testemunha seguinte e último perito em História a falar, exerceria um papel fundamental no sentido de alcançar a decisão que eu tanto desejava. Peter, que tinha quarenta e poucos anos, usava os cabelos em um estilo que lembrava os Beatles e tinha tendência a falar baixo. Embora seu inglês fosse impecável, ele às vezes hesitava ao se expressar, como se estivesse refletindo sobre as escolhas terminológicas. Era bastante tímido, uma pessoa gentil, e eu me preocupava com a possibilidade de esse estilo reservado não resistir à cólera de Irving. Ele teria de manter o equilíbrio e não se deixar ser arrastado para uma briga verbal.

Professor da Universidade de Londres especialista na estrutura do sistema nazista e em seu processo de tomada de decisão, Longerich trabalhara por vários anos no Institut für Zeitgeschichte de Munique, um dos principais institutos alemães dedicados à pesquisa do Terceiro Reich. Lá, ajudara a reconstruir os arquivos originais perdidos da chancelaria do Partido Nazista, o escritório central do Partido Nazista, que controlava a burocracia estatal. Também escreveu um trabalho sobre as Tropas de Assalto Nazistas (SA) e foi responsável por um trabalho de história da organização da chancelaria do partido. Ao longo de dez anos, suas obras foram se tornando cada vez mais focadas na perseguição e assassinato dos judeus europeus. Seu mais recente trabalho, *Politik der Vernichtung* [“A política da destruição”], foi o primeiro estudo do processo de aniquilação que integrava os arquivos que haviam se tornado disponíveis aos estudiosos após a queda do comunismo. Browning, que realizava pesquisas na mesma área, definia a obra como “monumental”. O relatório de Peter analisava o antisemitismo de Hitler e seu papel na Solução Final.

Ele chegou ao tribunal, na manhã em que falaria, com um terno bem ajustado, preto, de quatro botões que – conforme me informou quando o cumprimentei – havia comprado no West End de Londres. “Ponta de estoque”, acrescentou baixinho, como se quisesse justificar sua extravagância. Depois, cumprimentou os outros membros da equipe de defesa. Parecia friamente calmo.

Havia preparado um relatório sobre o termo *ausrottung* (“extirpação”). Praticamente todos os historiadores do Holocausto concordam que o uso desse termo pelos líderes nazistas ao falar dos judeus a partir do verão de 1941 deve ser interpretado como um eufemismo inequívoco para “exterminio físico”. Como não era de se surpreender, Irving tinha uma visão diferente. Ele defendia que o termo significava literalmente “extirpar, arrancar pela raiz”, como se descrevesse a emigração forçada – mas certamente não o assassinato – da comunidade judaica. Para provar seus argumentos, leu um discurso que Hitler fez logo após a Noite dos Cristais. “Olho para as classes intelectuais entre nós. [...] Você poderia *ausrotten* essas pessoas, [...] mas infelizmente precisa delas.” Hitler, defendia Irving, não poderia estar se referindo aos assassinados quando usava o termo *ausrotten* porque o discurso foi feito em “1938, quando ninguém

está liquidando ninguém”. Antes que a acusação terminasse sua fala, Peter interveio: “Exceto as 90 pessoas que tinham acabado de morrer na noite anterior”.^{*} Falando de forma rápida e aparentemente para evitar que Irving o interrompesse, Peter acrescentou: “Essa foi a chacina mais brutal ocorrida na Alemanha desde, creio eu, a Idade Média. Foram mais de 90 pessoas. Eu diria que várias centenas de pessoas possivelmente foram mortas na noite anterior e, nessa atmosfera, Hitler dá uma coletiva de imprensa e fala sobre o *ausrottung* dos intelectuais. [...] Reveja o contexto histórico. [...] É uma atmosfera dominada pela brutalidade e uma espécie de ausência de ordem pública e lei”. O juiz Gray comentou: “Tudo é sempre uma questão de contexto?” Peter confirmou com veemência.

Irving apresentou seu próprio contexto: “Imagine se Tony Blair dissesse que queria [...] varrer a Câmara dos Lordes? Ele não usaria o termo *ausrotten* nesse contexto? E isso significaria que queria que todos se posicionassem contra um paredão [e fossem fuzilados]?” Peter respondeu: “[Se] Tony Blair tivesse acabado de matar 91 membros conservadores do parlamento [...] [e] se usasse [...] no dia seguinte o termo *ausrottung*, eu olharia para a situação e diria: ‘Bem, [esse é] um homem perigoso’”.

Irving também questionou Peter sobre o termo *Vernichtung*, que os historiadores via de regra consideram um eufemismo para “aniquilação”. Irving defendia que quando Hans Frank, o governador do *Generalgouvernement*, usou a palavra em um discurso proferido em seu gabinete depois de voltar da Cracóvia e ouvir Hitler falar em Berlim, ele não se referia a assassinatos. Frank falou em seu gabinete sobre a necessidade de *Judenvernichtung* e, queixando-se do número massivo de judeus sendo deportados para sua região, lamentou: “Não podemos executá-los, não podemos envenená-los”. Irving comparou essa fala a uma pergunta retórica que teria sido feita por um general alemão que enfrentou forças Aliadas em 1944: “Temos os exércitos de Eisenhower à nossa frente, não podemos atirar neles, não podemos envenená-los, como vamos destruí-los? A resposta é cortar sua oferta de água, cortar a energia e privá-los das linhas de transporte, do petróleo”. Havia, observou Irving, “todas as maneiras para destruir um inimigo”. Peter mais uma vez perfurou o manto do sofisma com o qual Irving esboçava seus argumentos: “No seu exemplo, o senhor se refere a um exército, mas aqui estamos falando dos judeus. [...] Se eu destruo, *vernichte*, seres humanos e então discuto os métodos, se devo liquidá-los, executá-los ou envenená-los, acho que então o contexto está muito claro. [...] [Frank] tinha certeza de que eles iriam *vernichten* os *Juden* porque [ele] voltava de Berlim, [onde] ouvira o discurso. [...] [Apenas] o método não estava claro”.¹ Enquanto Peter falava, Rampton recostou-se à cadeira. Puxou a peruca para a frente, até ela quase cobrir seus olhos, e cruzou os braços. Se eu não o conhecesse, pensaria que estava cochilando.

FAZENDO LIMONADA

Tentando dissipar a ideia de que Hitler era um antissemita incontrito, Irving perguntou a Peter se ele achava curioso “um antissemita como Hitler [...] [ter] um motorista judeu, Emile Morris”. Peter se recusou a responder porque não tinha indícios de que Morris era judeu. Quando a acusação exigiu uma resposta, o professor falou diretamente ao juiz Gray: “Se Vossa Excelência analisar a história do antissemitismo, os maiores antissemitas às vezes eram amigos de judeus. Eles diziam, bem, esse é meu amigo, é uma exceção, não é como os outros. É o típico estereótipo”. Peter pegou um limão (ser forçado a responder essa pergunta) e fez uma limonada ao demonstrar a fundamentação falaciosa desse tipo de argumentação. Quando terminou de responder, Irving declarou: “Você é condenado se faz uma coisa, condenado se não faz a mesma coisa”. Em seguida, alegou que o cozinheiro de Hitler era judeu. Peter repetiu seu argumento: “Não se pode tirar conclusões com base nesses relacionamentos pessoais porque um antissemita sempre vai defender que [...] essa ou aquela pessoa é diferente.”² Quando Peter terminou de falar, Rampton, que tinha acordado de seu aparente cochilo, pegou um pedaço de papel em branco e começou a rabiscar.

Em seu relatório, Peter havia discutido o plano considerado brevemente pelos nazistas em 1940 de realocar – alguns diriam “despejar” – quatro milhões de judeus em Madagascar. Himmler esperava que, uma vez que a Alemanha derrotasse a França e a Inglaterra, a ilha de Madagascar, funcionando como um “supergueto”, seria uma possibilidade de lugar para despejar os judeus. Embora o plano não tivesse um elemento de extermínio, ele resultaria em um grande número de mortes de judeus. Madagascar, próximo à costa leste da África, estava totalmente despreparada para receber grandes populações urbanas. Não havia planos de construir a infraestrutura necessária para prover sequer as condições mínimas para quatro milhões de pessoas. Essencialmente, era uma garantia de morte para os judeus que fossem levados para lá.

Irving, é claro, tinha uma interpretação diferente para o Plano Madagascar. Essa estratégia era uma prova de que os alemães tinham a intenção benigna de reassentar – e não matar – os judeus europeus. Peter não aceitava essa hipótese. “O que eles previam era que os judeus [...] morreriam e [seriam] mortos por uma combinação de doenças, epidemia, meios insuficientes de sobrevivência, trabalho pesado e coisas do tipo”. Irving discordava. As condições teriam sido complicadas e alguns judeus morreriam, mas isso não era “exatamente o mesmo que dizer que [os nazistas] tinham intenções homicidas”. Peter, falando com a autoridade de um historiador que havia estudado de perto aquele material, asseverou: “A diferença [está] entre a ideia de deixá-los lá para morrer e matá-los imediatamente por execução ou gás”.

O juiz questionou Peter: “A pergunta relevante é se eles achavam isso factível”. Rampton ergueu o olhar de sua folha de papel e ouviu atentamente a resposta de Peter: “Factível em que sentido? Vossa Excelência quer dizer oferecer um lugar onde quatro milhões de judeus podiam ter uma vida feliz? Factível nesse sentido? [...] Ou factível no sentido de um Estado policial da ss, ou seja, uma grande prisão com uma alta taxa de mortalidade? Neste último sentido, eu diria que sim, era factível”.³

Irving deixou de lado o assunto Madagascar e passou a falar dos fuzilamentos no Leste. Quando a acusação argumentou que Hitler não sabia desses fuzilamentos, Peter respondeu lembrando-o de que uma ordem emitida por Heinrich Müller, chefe da Gestapo, na qual ele dizia que “o Führer deve receber relatórios contínuos sobre o trabalho dos *Einsatzgruppen*” e que materiais “especialmente interessantes” relatando as atividades dos *Einsatzgruppen* deveriam ser enviadas a Hitler.⁴ Peter também apontou que os relatórios dos *Einsatzgruppen*, nos quais eram descritos os assassinatos de centenas de milhares de judeus, circulavam amplamente, às vezes alcançando mais de cinquenta pessoas. Considerando isso, Peter concluía, “era impossível defender que os resultados das atividades dos *Einsatzgruppen* podiam ser escondidos de alguém. [...] Era exatamente o que ele [Hitler] demandava. [...] Era o que ele queria ouvir.” Gray resumiu a resposta de Peter: “O senhor está dizendo que ele [Hitler] ordenou e aconteceu”. Peter assentiu. “Sim”. Irving defendeu que a ausência do nome de Hitler na lista de distribuição indicava que ele não havia sido informado dos fuzilamentos. Peter rejeitou esse argumento, chamando-o de “inconcebível”. Atrás de mim, Rampton, ainda trabalhando em seu esboço, sussurrou baixinho: “Perfeito”. E não parecia estar se referindo ao seu desenho.

Peter demonstrou desdém particular à alegação de Irving de que esses extermínios haviam sido orquestrados por Himmler sem o conhecimento de Hitler. “O fato de toda essa operação, essa enorme operação, a operação de extermínio de 6 milhões de pessoas, poder começar e ser realizada em grande escala e com todas as implicações, o senhor entende, o transporte, a construção de campos de extermínio, o envolvimento de 10 mil pessoas que tinham de levar a cabo esse programa... o fato de tudo isso ser realizado [...] [contra] a vontade de Hitler [...] essa noção parece totalmente [...] absurda”. E concluiu: “Defender que isso foi feito pelas costas de Hitler [...] desafia a razão”.⁵ Nesse momento, Rampton me passou seu desenho de um São Pedro sorridente, quase feliz – que, à exceção de suas enormes asas e auréola, trazia uma semelhança curiosa com Peter Longerich. Ao final do dia, Anthony, Rampton e eu deixamos o tribunal juntos. Referindo-se à alegação de Irving de que Hitler não ordenara os extermínios, Rampton questionou: “Qual é a diferença entre Hitler dizer ‘livrem-se deles e não me contem os detalhes’ e ‘façam e me contem tudo?’”. Anthony

observou que o *modus operandi* de Hitler era similar ao de Henrique II na obra *Murder in the Cathedral*, de T. S. Eliot. Henrique não precisou dizer “quem vai matar Becket para mim?”. Bastou dizer “quem vai me livrar dele?” que seus súditos, entendendo o que ele queria, foram em frente e assassinaram Becket.

UM SLIDESHOW AUSTRALIANO: FRAUDES LITERÁRIAS

Naquela noite, quando verifiquei meu e-mail, descobri que uma espécie de espionagem estava acontecendo na galeria da imprensa. Algumas semanas antes, Ursula havia apontado uma australiana jovem e loira que alegava ser repórter. Depois de ouvi-la enaltecendo Irving e comparando-o a Churchill, Ursula me alertou: “Tem alguma coisa estranha naquela mulher”. Pensei que a imaginação de Ursula estivesse exagerando – ela adora um bom mistério – e me esqueci completamente do assunto. Em seguida, os repórteres na galeria de imprensa também começaram a desconfiar daquela mulher, particularmente quando ela fez comentários que eles definiram como “bizarros” sobre a equipe de defesa. Depois de uma investigação na internet, alguns jornalistas descobriram que ela era Hele Darville, uma escritora australiana que estivera envolvida em uma fraude literária.⁶ Usando o nome “Demidenko”, Darville escrevera *The Hand That Signed the Paper*, um relato ficcional das experiências de sua família ucraniana durante a Segunda Guerra Mundial. O livro conquistou os dois prêmios literários mais prestigiados da Austrália e, em seguida, o reconhecimento internacional. Um dos críticos descreveu a obra como “um relato extremamente fiel dos terríveis feitos dos tempos de guerra, [com] um extraordinário poder de redenção”. Mas nem todo mundo ficou satisfeito com o livro. Alguns críticos apontavam que a narrativa descrevia as atrocidades alemãs contra os judeus europeus como uma retaliação pelo que os comunistas – alguns dos quais judeus – fizeram na Ucrânia durante o terror stalinista da década de 1930. Alguns descendentes de ucranianos tampouco ficaram felizes. A escritora canadense-ucraniana Janice Kulyk Keefer descreveu a obra não apenas como “brutalmente antisemita”, mas “profundamente antiucraniana” por reforçar o estereótipo do camponês pró-nazismo, antisemita e alcoólatra.⁷

Todavia, Demidenko-Darville enfrentou problemas mais sérios do que resenhas desfavoráveis. Ela disse a um entrevistador da televisão que havia escrito o livro a partir de sua perspectiva como ucraniana. “Sendo ucraniana-australiana, enfrentei uma enorme quantidade de situações pessoais desagradáveis como resultado dos julgamentos dos crimes de guerra”. Um antigo colega de classe a reconheceu e informou à imprensa que Darville era inglesa, e não ucraniana. Sua afirmação de que escrevia de uma perspectiva

pessoal era totalmente forjada.⁸ Apesar desse escândalo literário, Darville foi posteriormente contratada como colunista do *Brisbane Courier Mail*. Sua relação com o jornal terminou de forma abrupta quando sua segunda coluna apresentou material colhido da internet que ela apresentou como sendo seu.⁹

Apesar desse histórico de Demidenko-Darville como jornalista, a revista *Australian Style* a contratou para cobrir meu julgamento. Comparando Irving a Churchill, ela o descreveu como um prodígio que “frequentemente derruba a defesa”; e me descreveu como uma americana limitada que vive com o coração na boca. Lamentou o “infeliz destino” de meu oponente, que incluiria – caso ele perdesse a batalha – a ruína financeira.¹⁰ O *Sydney Morning Herald* ficou tão incomodado com esse imbróglio que, quebrando os padrões da prática jornalista, publicou uma crítica do artigo de Demidenko-Darville antes de ele sequer aparecer na revista.¹¹ Tudo isso não passava, na verdade, de um *slideshow*, mas me ofereceu uma distração muito bem-vinda dos eventos no tribunal.

CASACOS NO INVERNO E EXTERMÍNIO RACIONALIZADOS

Na manhã seguinte, Irving questionou a alegação de Peter de que os fuzilamentos no Leste demonstravam a intenção homicida da ss contra os judeus. Para isso, apresentou um memorando de abril de 1943 no qual a ss se gabava da taxa de mortalidade ter caído de 10 para 8 por cento. Em uma carta acompanhando o memorando, Oswald Pohl, administrador dos campos de concentração, atribuía a redução da taxa de mortalidade a “alimentação e roupas melhores”. Se os alemães pretendiam matar os internos, perguntou Irving, por que diminuiriam a taxa de mortalidade? Peter explicou que, em vez de indicar uma atitude benevolente com relação aos internos dos campos, o memorando mostrava que os alemães estavam alegres com a taxa de mortalidade anormalmente alta de 8 por cento.

Ademais, acrescentava Peter, o relatório dizia respeito ao funcionamento de Auschwitz como campo de trabalho escravo – e não de extermínio. O princípio nazista de trabalho escravo era o “extermínio por meio do trabalho”. A expectativa de vida dos prisioneiros era, estimava Peter, de no máximo alguns meses. Isso representava um problema em potencial para a ss. Se os prisioneiros morressem rápido demais, faltaria mão de obra para executar os trabalhos que eles realizariam para as empresas alemãs. A carta dizia que os prisioneiros agora podiam usar casaco, suéter e meias – se essas peças estivessem disponíveis –, algo que, aparentemente, era proibido antes. Definir isso, notou Peter seriamente, como um sistema que cuidava do bem-estar dos prisioneiros era ridículo.¹²

Irving perguntou a Peter se ele estava sugerindo que as pessoas que morriam

pelas condições complicadas eram vítimas de “assassinatos homicidas”. Peter recusou-se a discutir naquele nível. “Um extermínio é um extermínio”, respondeu em voz baixa. Irving continuou insistindo que aquelas pessoas morreram em virtude de “condições ruins” e não de um sistema de extermínio planejado e o rosto de Peter foi ficando cada vez mais vermelho. Virando-se de modo a não olhar para Irving, falou duramente: “O propósito do campo de concentração não era manter os prisioneiros vivos. [...] o propósito do campo de concentração aqui era claramente fazer as pessoas morrerem. [...] Não se pode compará-lo a uma prisão nem nada do tipo em um país civilizado”. Fiquei impressionada com as últimas palavras de Peter. O país e o povo responsável por criar esses lugares bárbaros eram o seu povo e o seu país, a Alemanha.

Irving argumentou que as alegações de Peter eram irracionais: “Não faz sentido, não faz, ter um trabalhador escravo e fazê-lo trabalhar até a morte para ter de substituí-lo por outra pessoa porque, presumo, seu resultado cai conforme ele vai morrendo”. Dessa vez, Irving estava certo. Não fazia sentido, a não ser que se estivesse enfrentando, conforme Peter descreveu, uma “guerra de extermínio racista. [...] Eles [os alemães] agiam com base na suposição de que [...] havia um número infinito de trabalhadores escravos que eles poderiam forçar a trabalhar para eles”. Essa suposição irracional e completamente errada era aquela na qual os nazistas basearam a Solução Final.¹³

Em sua análise das atividades dos *Einsatzgruppen*, Peter apontava que alguns dos relatórios “justificavam” o assassinato dos judeus descrevendo-os como “retaliação”. Por exemplo, em julho de 1941, 7 mil judeus foram mortos em Lviv. O relatório dos *Einsatzgruppen* dizia que os fuzilamentos eram uma “retaliação” pelas “atrocidades desumanas” cometidas por autoridades soviéticas contra pessoas de nacionalidade ucraniana.¹⁴ Irving se queixou por Peter ter omitido uma informação significativa desse relatório específico dos *Einsatzgruppen*. O documento incluía uma descrição de quatro páginas das atrocidades soviéticas. Essa descrição explicaria por que os alemães ficaram “furiosos” e mataram os judeus de Lviv. Peter insistia que não havia ligação entre o que os soviéticos fizeram antes de recuarem de Lviv e a “retaliação” alemã contra os judeus. Os alemães não agiram apenas contra os judeus que pudessem estar envolvidos com essas atrocidades, mas simplesmente massacraram todos eles. Em vez de constituir um ato de retaliação, o massacre dos judeus era “parte da guerra de extermínio racista”. Para sustentar seu argumento, citou outro relatório dos *Einsatzgruppen*, que descrevia como mulheres judias haviam “demonstrado comportamento imprudente e arrogante. [...] Elas arrancaram as roupas de seus filhos e as suas próprias do corpo. Como retaliação provisória, o [*Einsatzgruppen*] *Kommando* [...] fuzilou 50 homens judeus”. Depois de hesitar por um instante, acrescentou: “Então acho que aqui o senhor tem uma ideia desse tipo de retaliação”.

Quando Irving continuou abordando esse ponto, o juiz Gray o interrompeu com uma pergunta mais fundamental. “Não entendo por que estamos analisando detalhes dos fuzilamentos quando o senhor aceita que centenas de milhares de judeus foram mortos pelos *Einsatzgruppen*.” Irving protestou que fazia isso porque “a testemunha excluiu uma descrição de quatro páginas de detalhes terríveis” dos crimes soviéticos que os alemães descobriram quando chegaram a Lviv. O juiz, de forma nada característica, esbravejou: “Então foi bem feito para os 7 mil judeus, não é?” Em seguida, falou diretamente para Irving: “O senhor não está ajudando a si mesmo ao desperdiçar tempo com esse tipo de pergunta”.¹⁵

Apesar da censura do juiz Gray, a maior parte das perguntas subsequentes de Irving para Longerich envolviam apenas detalhes. Usando seu conhecimento minucioso do período, Peter não tinha qualquer dificuldade para respondê-las. Quando o testemunho chegou ao fim, Rampton procurou-o para agradecer. Peter olhou para ele e falou com amargura: “Os nazistas roubaram nossa identidade política. E agora pessoas como Irving estão tentando roubá-la outra vez”.

O número oficial alemão para a Noite dos Cristais era de 91 vítimas.

IvP&DL, 24^o Dia (23 de fevereiro de 2000), pp. 42–46, 94–96.

IvP&DL, 24^o Dia (23 de fevereiro de 2000), pp. 100–4.

IvP&DL, 24^o Dia (23 de fevereiro de 2000), pp. 108, 113.

Peter Longerich, *Hitler's Role in the Persecution of the Jews by the Nazi Regime, Expert Opinion*, *IvP&DL*, Section 15.6, p. 57.

IvP&DL, 24^o Dia (23 de fevereiro de 2000), pp. 151–56, 184.

Dan Yurman, “Helen Darville Returns”, postagem na internet, 27 de fevereiro de 2000, “Holocaust on Trial list”; idem, “Counting Coup: Discovering Helen Darville”, postagem na internet, 1^o de março de 2000, <hot-l@nizkor.org> (acesso em 23 de julho de 2004).

Janice Kulyk Keefer, “Multiculturalism: Could the Demidenko Scandal Have Happened in Canada”, *The Sydney Papers* (inverno de 1996), pp. 74–75.

Paul Gardner, “The Demidenko/Darville Affair: Media Summary,” 18 de setembro de 1995. <http://www.nizkor.org/ftp.cgi/people/d/darville.helen/press/press-summary> (26 de março de 2004).

Cassandra Pybus, “Helen Darville aka Helen Demidenko—Update”, *Australian Humanities Review*, fevereiro de 1997. <http://www.lib.latrobe.edu.au/AHR/emuse/demidenko/demiupdate.html> (acesso em 19 de agosto de 2004).

“Irving's Berlin: Helen Darville Speaks with David Irving,” *Australian Style*, março de 2000.

Robert Manne, “Tears for David Irving”, Sydney Morning Herald, 28 de fevereiro de 2000, p. 7, http://www.geocities.com/fairfax_are_yellow/manne.html (acesso em 15 de setembro de 2004).

IvP&DL, 25^o Dia (24 de fevereiro de 2000), pp. 32–34.

IvP&DL, 25^o Dia (25 de fevereiro de 2000), pp. 48–49, 51–52.

IvP&DL, 25^o Dia (25 de fevereiro de 2000), pp. 48–49, 51–52.

IvP&DL, 25^o Dia (25 de fevereiro de 2000), pp. 94–97.

CAPÍTULO 17

CELEBRANDO COM BANDIDOS OU CULPA POR ASSOCIAÇÃO?

Na expectativa pelo testemunho de Hajo Funke sobre a associação de Irving com vários extremistas políticos, compilamos dois grandes volumes de diários, correspondências e discursos de meu oponente. Ele protestou, alegando que a maioria daquelas informações dizia respeito a extremistas não violentos e que, como não havia nada “condenável” nisso, tais materiais deveriam ser excluídos. O juiz Gray lembrou a Irving que, durante o sumário do processo, prometemos mostrar que ele era um ideólogo da direita que “se associava a extremistas da direita e a grupos extremistas de direita na Alemanha, Grã-Bretanha e América do Norte. O senhor falou com regularidade em eventos organizados [por eles]”. Irving diminuiu nossa afirmação e alegou que estava sendo acusado de culpa por associação, algo que não era crime. Não surpreendentemente, Rampton discordou. Não era uma questão de Irving estar sentado “em uma sala de espera de uma estação de trem com alguém que por acaso estava ali, mas sim liderando um grupo de bandidos nazistas acenando com suas bandeiras”. Mais do que se associar a eles, Irving havia “prostituído suas habilidades [...] a serviço de [...] uma reabilitação de um tipo de ideologia nazista e antissemita”.¹

O juiz afirmou que poderíamos apresentar provas de que Irving havia se associado a grupos de direita, antissemitas, anti-Israel ou envolvidos com o negacionismo do Holocausto. Tendo perdido nesse ponto, a acusação queixou-se de que estávamos transformando o julgamento no “tipo mais aleatório” de barraca de tiro ao alvo ao apresentarmos nomes de neonazistas que em algum momento estiveram na mesma sala que ele. Rampton enfatizou que não pretendia fazer isso. Ele mostraria as “relações íntimas [de Irving] ao longo do

tempo” com esses indivíduos.²

A LIBERAÇÃO DAS MEMÓRIAS DE EICHMANN

Naquela noite, quando voltei ao meu apartamento, enquanto procurava a chave em minha pasta, ouvi o telefone tocar. Quando abri a porta, tive de passar por cima de uma montanha de papéis de recado cor-de-rosa que funcionários do hotel haviam passado por debaixo da porta. Antes que eu pudesse ver o que tinha ali ou atender ao telefone, meu computador começou a alertar que eu tinha novas mensagens. Verifiquei meu e-mail e logo descobri que Israel havia anunciado que liberaria o manuscrito de Eichmann para nós. De repente, o telefone tocou outra vez. Atendi. Era alguém que se identificava como Gabriel Bach. Embora Bach tivesse recentemente se aposentado da Suprema Corte de Israel, eu também conhecia seu nome por ele ter trabalhado como promotor adjunto no julgamento de Eichmann. O procurador-geral Rubenstein havia conversado com ele sobre a liberação do manuscrito de Eichmann. “O manuscrito de Eichmann está a caminho de Londres. Encomenda expressa.”

Na manhã seguinte, a liberação dos diários estampava a capa dos jornais. Eu mal tinha pisado no tribunal quando Tobias me procurou. Animado, celebrou: “A versão digital já chegou. Os assistentes de Rampton estão fazendo o download”. Refleti sobre o que a pergunta de Seth havia produzido. Peguei o telefone para lhe contar que sua pergunta nos colocara na capa de vários jornais. Quando percebi que em seu fuso eram 4 horas da manhã, cheguei à conclusão de que a notícia podia esperar.

Assim que o juiz Gray entrou, Irving comentou sobre a liberação do manuscrito. Em um tom de voz que sempre me irritava, independentemente de quantas vezes eu ouvisse, contou que, de acordo com os jornais daquela manhã, a defesa traria “o Encouraçado Eichmann em uma tentativa frenética de recuperar suas posições”.³ Irving exigiu que Rampton fosse instruído a lhe entregar uma cópia o mais rapidamente possível. Ignorando o tom hiperbólico de Irving, meu advogado concordou.

ALEMANHA: O “PLAYGROUND POLÍTICO” DE DAVID IRVING

Hajo Funke é um homem esguio, cujos braços e pernas parecem desproporcionais ao corpo. Com seus olhos verdes brilhantes, Funke sempre tem aquele ar de quem ouviu uma piada e está ansioso por dividi-la com outras pessoas. Chegou ao tribunal em uma manhã ensolarada de inverno usando um gorro puxado sobre as sobrancelhas e ostentando um sorriso enorme. Nascido em

1945 na Silésia, ele mais parecia um aluno em idade escolar desbravando o inverno do que um dos maiores especialistas da Alemanha nas raízes sócio-políticas da cena de ódio do país. O trabalho de Hajo nesse campo tinha um escopo muito maior do que apenas acadêmico. Descobri isso no verão anterior, quando, a caminho de Auschwitz, visitei-o em Berlim. Em uma espetacular tarde de junho, em uma cafeteria da Unter den Linden, a pomposa avenida que leva ao Portão de Brandemburgo, Hajo mostrou-se enfurecido com estrangeiros como Irving, que iam à Alemanha para forjar um terreno comum com aqueles que espalhavam o ódio. “Eles provocam um caos na democracia alemã. Depois, nós é que temos que enfrentar as consequências. A Alemanha funciona como o play ground político dessa gente”.

Enquanto eu assistia a Hajo conversando com outros membros da equipe de defesa, fiquei preocupada com seu inglês imperfeito. Ele por vezes traduzia diretamente do alemão, deixando o verbo solto no final das orações. Quando ficava animado com alguma coisa, trocava sujeito por objeto e deixava de lado a consistência dos tempos verbais. Consciente de suas limitações linguísticas, Hajo pediu para testemunhar em alemão. Anthony e Richard estavam convencidos de que usar um intérprete seria um incômodo e diminuiria o impacto de seu testemunho. Persuadiram-no a falar em inglês e concordaram em ter um intérprete presente, apenas por precaução. Depois de fazer seu juramento, Hajo sentou-se. Arrumou seus papéis, olhou na direção da defesa e então, virando-se para Irving, sorriu. Claramente transmitia a mensagem de que estava pronto.

Em seu relatório, Hajo apontou que, quando Irving visitou a Alemanha antes da unificação, evitou negar explicitamente o Holocausto. Em vez disso, condenou o bombardeio dos Aliados a Dresden, desacreditou o “Holocausto não definido” da expulsão de alemães no pós-guerra dos antigos territórios do Reich, censurou as políticas de Winston Churchill, questionou a culpa da Alemanha na guerra e denunciou os julgamentos de Nuremberg, chamando-os de farsa. No final da década de 1980, depois de adotar o *Leuchter Report*, Irving começou a traçar um caminho mais à direita, no sentido de negar explicitamente o Holocausto. Declarou que nunca houve morte de judeus envenenados por gás, que os seis milhões de judeus executados eram uma “*Lebenslüge*” (“mentirinha”) promovida por Israel e que o Holocausto era uma maneira de os judeus chantagearem financeira e politicamente a Alemanha.⁴ Em 1990, Irving falava das “réplicas” de câmaras de gás que os poloneses teriam construído para “condenar e difamar o povo alemão”.⁵

De acordo com Hajo, o novo rumo de Irving coincidia com a emergência, na Alemanha, de um extremismo mais violento, que incluía ataques verbais e físicos frequentes a estrangeiros e trabalhadores imigrantes. Esse extremismo, que tinha suas raízes na aliança de conservadores nacionalistas e extremistas radicais, era hostil às sociedades multirraciais e retratava minorias étnicas como criminosos e

parasitas.⁶ O negacionismo do Holocausto era útil a essa aliança porque regenerava a reputação do Terceiro Reich, apresentava o nazismo como uma alternativa política viável e inculcava o ódio aos judeus. Os extremistas acreditavam que, se o Holocausto, que era usado para lançar uma mancha indelével sobre o nazismo, pudesse ser exposto como uma farsa, o nazismo ressuscitaria. O status de Irving como historiador independente atendia às necessidades dessa aliança porque a alçava acima da imagem de bandidos revoltados e lançadores de bombas. Christian Worch, um dos mais proeminentes servidores no cenário neonazista na Alemanha, acreditava que Irving poderia ajudar a trazer elementos “mais reservados e moderados” à esfera radical. Funke considerava Irving um catalisador na aliança entre neonazistas e outros extremistas radicais.⁷

Com as repetidas visitas de Irving à Alemanha no período pós-unificação, suas expressões de negacionismo tornavam-se cada vez mais explícitas. Por fim, as autoridades alemãs pediram aos tribunais para proibi-lo de falar dentro do país. Irving defendia suas atividades argumentando que seus discursos eram acadêmicos, e não políticos, e que eram protegidos pelas leis civis que salvaguardavam a liberdade de pesquisa e ensino. Em maio de 1992, a corte se posicionou contra Irving e apontou que ele não apenas havia chamado o “extermínio racial [promovido] pelos Nacionais-Socialistas de mentira”, mas que seus discursos incitavam o público a “expressar opiniões nazistas publicamente [e] vociferar repetidamente slogans a favor de um retorno do governo nazista”. Seus argumentos “pseudocientíficos”, definia a corte, eram projetados para ajudar os extremistas a atrair pessoas que, mesmo inclinadas às teses da direita, sentiam-se constrangidas pelos crimes promovidos pelo nacional-socialismo.⁸

Hajo levou algumas fitas de vídeo para ilustrar suas afirmações. Uma delas mostrava Irving e outros negacionistas em um protesto na cidade de Hagenau, na Alsácia. Ernst Zündel, que também estava presente, disse ao público que “nós, alemães decentes, [estamos] chafurdando na porcaria” dessa “mentira fundamental contra o nosso povo, que essa população judaica [*Judenpack*] vem espalhando”. Irving então brindou seu público com piadas envolvendo os sobreviventes. afirmou que eles haviam descrito “câmaras de gás individuais” carregadas pelo interior da Polônia por dois soldados em busca do judeu que talvez pudesse ter escapado da deportação.

Essa câmara de gás individual de certa forma parecia uma liteira, acredito, mas camuflada de cabine telefônica. E aí a gente se pergunta: como eles faziam para a pobre alma de uma vítima entrar voluntariamente nessa câmara de gás individual? A resposta: provavelmente tinha um sino de telefone ali dentro e ele tocava e os soldados diziam “acho que é para

você”.⁹

Outros dos principais negacionistas que participavam desses protestos eram o francês Robert Faurisson e Wilhelm Stäglich, autor de *The Auschwitz Myth*. O vídeo mais assustador era o do protesto em Halle, no qual a multidão reunida respondia ao discurso de Irving gritando “*Sieg Heil! Sieg Heil!*” Foi depois de assistir a esse discurso, vários meses antes, que me senti impulsionada a visitar a exposição assíria no Museu Britânico.

O vídeo de uma conferência realizada em Munique em 1990 mostrava uma grande faixa com o slogan “*Wahrheit macht frei*” (“A Verdade Liberta”). Rampton deu pause no vídeo e perguntou a Funke se a expressão tinha “alguma ressonância com a linguagem usada durante o período nazista”. Antes que Funke pudesse responder, o juiz interrompeu: “Acho que todos nós sabemos”. Pensei na entrada de Auschwitz com o slogan “*Arbeit macht frei*” (O Trabalho Liberta). Um pouco mais tarde, quando Hajo era interrogado, Irving defendeu que essa expressão não tinha ligação com o nazismo, mas era uma citação de João 8:32, e alegou que tentar ligá-la ao Holocausto era um produto das “obsessões pessoais” de Rampton.¹⁰

Irving mostrou-se particularmente irritado pela afirmação de Hajo de que o extremismo da direita era, com frequência, ligado a uma tendência à “violência, militância e terror”. E perguntou a Hajo: “O senhor está dizendo que eu sou uma pessoa violenta, militante e terrorista?” Hajo concordou que Irving não havia explicitamente convocado ou instigado atos de violência. Esse não era seu *modus operandi*. Ele havia, no entanto, unido forças com grupos que “apoiam atos extremamente violentos”.¹¹ Ao ouvir essas palavras, lembrei-me do comentário de Hajo no verão anterior: “Pessoas como David Irving não lançam bombas. Eles lançam palavras que levam outras pessoas a lançarem bombas”.

A HISTÓRIA EM PLÁSTICO AMARELO

Quando o primeiro dia do testemunho de Hajo chegou ao fim, Rampton se levantou e, segurando um disquete amarelo, anunciou: “Agora tenho o disquete com as memórias de Eichmann”. Todos os olhos no tribunal fixaram-se na mão de meu advogado. Ele era obrigado, reconhecia, a entregar as memórias a Irving, todavia, afirmou, tinha uma obrigação com o governo israelense, a qual consistia em não divulgar o documento ao público. Os israelenses queriam que o texto fosse usado apenas, nesse ínterim, no julgamento. Portanto, insistiu Rampton, o material “não pode ir parar no site do senhor Irving”. Recusou-se a entregar o disquete até Irving comprometer-se a não usar o material com nenhum outro propósito nem disponibilizá-lo no “site de ninguém”.

Irving argumentou que o manuscrito estava em domínio público e, portanto, podia fazer com ele o que quisesse. O juiz Gray perguntou-lhe se estava pronto para dar sua “palavra” de que não faria uso paralelo do texto. Soando bastante desanimado e um pouco irritado, Irving concordou: “Faço meu juramento de que não utilizarei o material de forma nociva”. Gray acenou uma negação com a cabeça: “Não, não está bom o suficiente”. Então, pediu outra vez, agora usando uma linguagem bastante explícita: “O senhor está pronto para jurar [...] que não vai fazer uso desse material que está recebendo para propósitos além desse julgamento e, em particular, que não vai disponibilizá-lo em seu site?”¹² Ainda soando bastante desanimado, Irving cedeu. Rampton então atravessou a sala. Em sua mão estendida estava um pequeno disco de plástico contendo as memórias de 40 anos, não publicadas e não examinadas, de uma pessoa responsável por coordenar as mortes de milhões de pessoas. Observei fascinada quando Rampton entregou o material ao homem que negava que muitos daqueles assassinatos haviam de fato ocorrido.

Quando voltei para casa, tarde da noite, encontrei uma grande caixa na mesa de jantar. Uma olhadela rápida no endereço para devolução indicava que viera dos Arquivos do Estado de Israel. A cópia física das memórias havia chegado. A historiadora em mim estava morrendo de vontade de ler. Todavia, depois de ter mergulhado tão profundamente nos detalhes do processo de extermínio – de uma forma que dava a sensação de ser fortemente pessoal –, por um instante tive vontade de evitar esse contato direto com um dos arquitetos do processo de aniquilação.

O PASSADO HEROICO DOS NAZISTAS

No segundo dia de Hajo no banco das testemunhas, Irving retomou a pergunta se o slogan na conferência de 1990 em Munique – *Wahrheit macht frei* – era uma alusão à expressão *Arbeit macht frei*, de Auschwitz. O juiz Gray passou algum tempo ouvindo as argumentações. Parecia cada vez mais incomodado. Por fim, alertou Irving de que esse assunto, que já havia sido discutido no dia anterior, não poderia mais ser debatido. Rampton apressou-se em se levantar e resolver o problema lendo uma entrada no diário de Irving que falava de uma visita a Berlim em outubro de 1989. “Às 11 horas da manhã, uma coletiva de imprensa lotada [...] se encerrou com meu novo slogan, *Wahrheit macht frei*. Os jornalistas de esquerda entenderam a alusão”.¹³ Irving tinha, mais uma vez, caído na própria armadilha. Seu próprio diário revelava que ele conscientemente usara como slogan um trocadilho com as palavras inscritas no portão que milhões de pessoas haviam atravessado rumo ao campo de concentração.

Depois de Irving insistir em questionar Funke sobre todo tipo de detalhe

presente em suas notas de rodapé, o juiz Gray o censurou, alegando que seu interrogatório não estava “chegando a lugar nenhum”.¹⁴ Parecendo surpreso com o comentário do juiz, Irving apressou-se em focar na seção do relatório de Hajo sobre um jantar em Munique em 1990. Irving havia registrado em seu diário que, em 20 de abril – aniversário de 101 anos de Hitler –, ele participara de um jantar “organizado” por Ewald Althans, o associado mais próximo de Ernst Zündel na Alemanha e um dos principais extremistas de direita. Participaram também do mesmo evento uma série de extremistas e neonazistas, incluindo Wilhelm Stäglich, membro do comitê editorial do *Journal of Historical Review*, e Karl Phillip, um dos principais negacionistas alemães. A maioria dos convidados era alemã, com a exceção de Irving e Hancock, um famoso editor responsável pela publicação de materiais neonazistas por toda a Europa.

Irving apontou em seu diário que o jantar terminara com um “*Trinkspruch* [brinde] proposto por ele [Althans] a um certo estadista cujo aniversário de 101 anos é hoje. Todos se levantaram e brindaram; eu não tinha uma taça, porque não bebo”. Irving perguntou a Funke sobre a cerimônia: “Com base em minha entrada de diário, fica evidente que [...] não participei desse brinde de muito mau gosto?” Rampton levantou-se em um salto para protestar a descrição de Irving do brinde. “O senhor Irving não deveria adornar suas perguntas com interpretações como ‘esse brinde de muito mau gosto’. Não há nada desse tipo em seu diário”. Carrancudo, Irving perguntou a Funke: “O senhor consideraria de muito mau gosto um alemão oferecer um brinde a Adolf Hitler na presença de dois ingleses?”¹⁵ O que aconteceu em seguida me pegou completamente de surpresa. De repente, eu me peguei exclamando: “Se não fosse isso, não teria *nenhum* problema!” Diferentemente de meus outros comentários, que em geral eram sussurrados a James, esse saiu alto, o que só percebi quando as pessoas na galeria começaram a rir. Heather, com um sorriso enorme no rosto, deixou de lado seu papel de advogada e ergueu o polegar para mim. Rampton assentiu muito levemente na minha direção e, aparentemente satisfeito por não precisar fazer nenhuma objeção, sentou-se. Constrangida, mas ao mesmo tempo satisfeita por finalmente ter “quebrado” meu silêncio, evitei olhar na direção do juiz.

Quando meu advogado voltou a interrogar Hajo, pediu que ele elaborasse sobre a ligação entre palavras e violência. Aqueles que cometiam atos violentos, explicou Hajo, precisavam de um “tipo de encorajamento [...] para realizar seus feitos”. As visitas de Irving ofereceriam esse tipo de encorajamento. Quando Rampton sugeriu que esses “agitadores” poderiam ser comparados a Hitler e Goebbels, que “jamais seguraram um porrete ou uma arma”, mas cujas palavras estimulavam outras pessoas a fazerem isso, Hajo assentiu e reforçou verbalmente: “Sim”.¹⁶

Rampton apontou que, quando Irving declarou no protesto de Halle que não

temia escrever sobre os crimes de guerra que “nós, os ingleses, cometemos contra o povo alemão”, suas palavras foram recebidas com aplausos. “Isso o surpreende, professor Funke?” “Não, de forma alguma”, foi a resposta de Hajo. As pessoas naquele protesto se identificavam com “o tipo de passado nazista, o passado de coisas heroicas”.¹⁷

No protesto de Hagenau, quando Zündel falou de uma *Judenpack*, Irving brindou seu público com a história da “câmara de gás individual”. Rampton perguntou a Hajo se aquele tipo de retórica era “característica das visões e atitudes dos neofascistas na Alemanha”. Hajo apontou que aquilo não era antissemitismo “*soff*”, mas “antissemitismo abertamente fundamentado no ódio”. Em seguida, inclinou-se para a frente na cadeira e, anunciando cuidadosamente, como que para se certificar de que, apesar do contexto complicado, suas palavras seriam completamente entendidas, disse:

O total desprezo existente em palavras como *Judenpack*, esse cinismo absoluto com o qual Irving refere-se à mais profunda dor sofrida pelo povo de ascendência judaica, esse tipo de racismo extremo, antissemitismo pós-Holocausto, está [...] no cerne desses grupos que chamo de neo-Nacional-Socialistas.¹⁸

Quando Hajo concluiu, Rampton disse em voz baixa: “Muitíssimo obrigado, professor”. Talvez eu estivesse projetando meus próprios sentimentos, mas meu advogado escocês, formado em Oxford, amante da pesca, capaz de desenhar cartuns e apaixonado por rúgbi parecia estar agradecendo Hajo por muito mais do que apenas testemunhar naquele julgamento.

—

Irving então levantou-se para defender seu uso da anedota da “câmara de gás individual”. Ela demonstrava os indícios “espúrios e totalmente ridículos” apresentados por testemunhas oculares, indícios esses que foram citados para provar a existência das câmaras de gás. Ademais, insistia, também falara, no protesto, dos horrores indescritíveis sofridos, sem dúvida, pelas vítimas de Auschwitz. Não seria “desonesto”, perguntou a Hajo, a defesa usar “apenas essa passagem [...] como uma representação de todo o meu discurso?” Hajo, que em geral era muito educado, observou nervoso que Irving tinha zombado dos sobreviventes não apenas naquela ocasião, mas “várias e várias vezes”. Citando a promessa de Irving de formar a A.S.S.H.O.L.S., uma organização de sobreviventes de Auschwitz, Hajo insistiu que “não pode ser. Se o senhor for honesto, se o senhor estiver falando seriamente que respeita o trauma daqueles que [...] sobreviveram”.¹⁹ Mais uma vez, nos dias finais desse julgamento, Irving estava

sendo forçado a explicar suas inconsistências. Ele não podia fazer as duas coisas – chamar os sobreviventes de mentirosos e rejeitar a pecha de negacionista do Holocausto.

Ao final do dia, deixei o tribunal com James, Rampton e Heather. Enquanto Rampton acendia seu cigarro, observou que nossas preocupações acerca do inglês de Hajo haviam sido desnecessárias e que, quanto mais tempo ele passava no banco das testemunhas, mais se tornava uma espécie de promotor, apoiando-se nos princípios morais que vinham da sua formação jesuíta. Conteí aos outros que os testemunhos de Peter e de Hajo me deixaram emocionada, pois eles também pareciam estar defendendo seu país de predadores políticos. James, que passara incontáveis horas compilando material sobre o extremismo direitista de Irving, acreditava que meu oponente via a Alemanha reunificada como um campo fértil para suas ideias políticas. “Suas visitas à Alemanha”, observou James, “parecem estranhamente distintas de suas excursões pelo Canadá e pelos Estados Unidos”.

Quando chegávamos à rua, Heather observou: “Passamos os últimos dois meses vivendo no Terceiro Reich. Nesses últimos dois dias, começamos a emergir de volta ao presente. A pergunta é: qual deles é mais repulsivo?”

“RWE,” e “Irving: Self-Portrait”, *IvP&DL*, www.hdot.org (acesso em 4 de fevereiro de 2004); *IvP&DL*, 26^o Dia (28 de fevereiro de 2000), pp. 133–37, 143–47.

IvP&DL, 26^o Dia (28 de fevereiro de 2000), pp. 149–52.

IvP&DL, 27^o Dia (29 de fevereiro de 2000), p. 2.

Funke Report, 3.2.10, 3.2.27–30, 3.3.6, pp. 23, 30–31, 34.

“Irving: Self-Portrait”, 4/B; *Funke Report*, 5.1.8, 5.3.12–13, 5.3.19–20, pp. 54, 63–64, 66.

Funke Report, 3.1, 5.9, 8.3, pp. 19–20, 101–4, 135.

Funke Report, 5.7, 8.7, pp. 93–101, 136.

Funke Report, 6.1–6.4, pp. 106–09.

Esse vídeo foi exibido no 27^o dia. Rampton leu a citação no dia seguinte. *IvP&DL*, 28^o Dia (1^o de março de 2000), pp. 190–91.

IvP&DL, 27^o Dia (29 de fevereiro de 2000), pp. 60, 93.

IvP&DL, 27^o Dia (29 de fevereiro de 2000), pp. 147–48.

IvP&DL, 27^o Dia (29 de fevereiro de 2000), pp. 162–65.

IvP&DL, 28^o Dia (1^o de março de 2000), pp. 69–70.

IvP&DL, 28^o Dia (1^o de março de 2000), p. 92.

David Irving, Entrada de diário, 20 de abril de 1990, conforme citado em *Funke Report*, 5.3.35, p. 72. *IvP&DL*, 28^o Dia (1^o de março de 2000), pp. 98–99.

IvP&DL, 28^o Dia (1^o de março de 2000), pp. 152–53.

IvP&DL, 28^o Dia (1^o de março de 2000), pp. 184–85.

IvP&DL, 28^o Dia (1^o de março de 2000), p. 194.

IvP&DL, 28^o Dia (1^o de março de 2000), p. 194.

CAPÍTULO 18

CÂMARAS DE GÁS INDIVIDUAIS E POLCAS DO POVO BRANCO

“E então, como se sente agora que podemos enxergar a luz no fim do túnel?” Anthony sorriu com a pergunta que lhe fiz quando o encontrei nas escadas que levavam à nossa sala no tribunal. Naquele dia aconteceria a última sessão regular. Depois, teríamos uma semana de recesso para prepararmos as alegações finais. Admiti a Anthony que estava tendo dificuldades para processar que o fim estava próximo. A equipe que havia trabalhado tão próxima estava prestes a se desmembrar. Esperei que ele achasse minhas palavras um pouco sentimentais e afirmasse que era assim que os julgamentos funcionavam, que um grupo se reunia, trabalhava intensamente e depois cada um seguia seu rumo. Em vez disso, com uma melancolia inconfundível, Anthony concordou que seria difícil. “Foi uma grande equipe e uma batalha importante.” Nesse momento, Janet pediu silêncio. E Anthony pareceu aliviado.

MAU GOSTO ESTRATÉGICO

Rampton deu início à sessão passando uma fita de vídeo de um discurso que meu adversário dera em 1991 em Ontário. Na ocasião, Irving repetiu ao público a anedota da “câmara de gás individual” e da cabine telefônica que, segundo ele, era levada por dois alemães pelo interior da Polônia. Irving alegava que, segundo “testemunhas oculares”, os alemães convenciam as pessoas a entrarem na câmara de gás ao tocarem o telefone em seu interior. O público dava risada. Rampton desligou o vídeo. “Quantos relatos de testemunhas oculares e quem eram as pessoas que contavam essas histórias?” Irving foi enfático: “Supostos

sobreviventes de Auschwitz”. “Quantos?”, Rampton exigiu saber. “Certamente um relato”, respondeu Irving. Isso era tudo o que Rampton precisava. Apoiando-se no dispositivo retórico que usara antes, repetiu uma palavra do discurso de Irving em Ontário e acrescentou seu próprio comentário. “‘Testemunhas oculares’, no plural?” Irving minimizou o uso do plural. Não passava de um “lapsos”. “Não é”, rebateu Rampton. “Trata-se de um exagero deliberado. [...] O senhor conseguiu boas risadas com essa historinha”. Irving defendeu sua anedota. Não se tratava apenas de uma “história absurda”, mas também era uma forma de ilustrar como os historiadores haviam usado seletivamente os relatos de testemunhas oculares. “Eles apegam-se àquelas das quais gostam e ignoram as que claramente são bobagens”. Rampton perguntou por que um historiador sério repetiria uma história que era “obviamente irreal”.¹

E por que, prosseguiu, o público de Ontário achava aquela anedota tão engraçada? Irving alegou manter seu público interessado “ao combinar os documentos sérios que queria que eles escutassem com material para mantê-los acordados”. Rampton apresentou uma explicação diferente: “O que o senhor está fazendo é [...] zombar dos sobreviventes e também dos mortos no Holocausto”. Quando Irving insistiu que não estava zombando dos sobreviventes, Rampton rebateu lendo seus comentários sobre as histórias espalhadas por pessoas que “estiveram em Auschwitz ou [...] acreditavam ter estado em Auschwitz ou [...] que se enganam acreditando ter estado em Auschwitz [...]”. Irving havia dito a seu público que aquelas “lendinhas” precisam ser tratadas com “ridicularização e [...] mau gosto, [...] [mas] apenas a ridicularização não é suficiente. A gente tem que ser grosseiro. Tem que dizer coisas como que mais mulheres morreram no banco traseiro do carro do senador Edward Kennedy em Chappaquiddick do que nas câmaras de gás de Auschwitz.”² Rampton apontou que a anedota de Irving fora recebida com aplausos.

Então, sua voz ficou mais encorpada: “Senhor Irving, o que o senhor está fazendo aqui...” Irving interrompeu para concluir a fala de Rampton: “É zombar dos mentirosos”. Desviando o olhar de meu adversário, Rampton prosseguiu: “Ah, sim, senhor Irving, mas por que os aplausos?” Irving respondeu: “Porque sou bom orador, senhor Rampton”. Sua resposta pegou Rampton de surpresa. “Como é que é?” Em um tom que sugeria que a resposta era evidente, Irving repetiu: “Sei falar bem”. Recuperando-se, Rampton apresentou uma explicação diferente: “O senhor está [...] alimentando, encorajando, o antissemitismo mais cínico e radical em suas plateias”. Irving disparou em resposta: “Os mentirosos não devem ser expostos como tal?”

O juiz interrompeu aquela conversa tensa para pedir a Irving que esclarecesse suas declarações sobre os sobreviventes. “O senhor está dizendo que eles passaram a acreditar no que dizem sobre suas experiências e que, por isso, precisam de tratamento psiquiátrico? Ou [...] que eles estão mentindo

coletivamente, espalhando deliberadamente informações falsas?” Parecendo contente por poder expandir sua visão diretamente para o juiz, Irving descreveu Auschwitz como tendo se tornado semelhante a uma religião. “Como acontece com qualquer religião, há os parasitas, aqueles que acreditam que estiveram lá, pessoas que creem ter tocado o manto sagrado”. Irving admitiu que havia sido grosseiro. Rampton interveio: “E seu público adora isso. [...] É música para os ouvidos deles.” Irving se levantou e, possivelmente esquecendo o contexto da pergunta, respondeu orgulhoso: “Eles às vezes viajam mais de 300 quilômetros para me ouvir falar”.³

Rampton parecia prestes a responder. Então, aparentemente tendo concluído que a resposta de Irving falava por si, resolveu mudar de assunto.

IRVING E A NATIONAL ALLIANCE: UMA LIGAÇÃO IMPENSADA?

Com base nos diários e arquivos de correspondências de Irving, descobrimos que, durante visitas aos Estados Unidos, ele várias vezes discursara em encontros patrocinados pela National Alliance (NA), uma organização cujo objetivo era construir sociedades “por todo o mundo branco e que tenham como base os valores arianos”, além de extirpar totalmente “valores e costumes semitas e não arianos de todos os lugares”.⁴ O fundador da NA, William Pierce, é autor de *The Turner Diaries*, uma espécie de bíblia underground da extrema direita norte-americana.⁵

Ao ser questionado em nosso encontro que antecedeu o julgamento sobre ligações com a NA, Irving negou ter falado em eventos da organização. Rampton agora pedia-lhe para reconhecer que sua afirmação fora falsa.⁶ Quando ele insistiu que fora sincero, Rampton lembrou-o de um vídeo que encontramos em sua coleção e no qual ele discursava com uma faixa da NA próxima ao seu ombro esquerdo. Irving insistiu que não sabia do significado da faixa e, portanto, sua afirmação anterior era sincera.

Rampton pareceu cético, mas não questionou a inconsistência de Irving. Em vez disso, apresentou uma carta que Irving recebera detalhando os preparativos para um discurso de junho de 1990 em Ohio. No canto apareciam as palavras “National Alliance” e o logotipo do grupo. Irving insistiu que não havia dado atenção a nenhum deles. Rampton mais uma vez não pareceu convencido, mas não o desafiou. Então, pediu a Irving para olhar o boletim da National Alliance que afirmava o seguinte: “Em 1^o de outubro, a unidade de Cleveland realizou uma bem-sucedida palestra do autor, historiador e revisionista britânico David Irving. Mais de cem ingressos foram vendidos.” A fotografia de Irving acompanhava o artigo. Já antecipando a pergunta de Rampton, meu oponente se

colocou rapidamente em pé. “Se eu já tinha visto antes? A resposta é não”. Rampton pediu a Irving que fosse paciente e lhe assegurou que sua hora de responder chegaria, mas apenas depois que ele mostrasse mais alguns documentos. Prosseguiu e leu a entrada do diário de Irving sobre o encontro de Cleveland: “Um bom encontro, cerca de 150 pessoas, muitas de origem alemã. Recebimento: \$500 mais \$1.700 em venda de livros”. Irving apontou enfaticamente que “não há referência alguma, nessa ou em qualquer outra entrada do diário, [...] à National Alliance”. Rampton censurou Irving em um tom que um pai usaria com seu filho rebelde: “Eu lhe pedi para ser paciente. O senhor me interrompeu, como de costume”. Em seguida, despreocupadamente, pediu-lhe que olhasse o documento seguinte. Enquanto Irving fazia isso, Heather me passou uma cópia. Uma olhadela rápida revelava a estratégia de Rampton. Em 6 de outubro de 1991, cinco dias depois do encontro em Cleveland, Irving escreveu em seu diário: “Dirigi o dia todo até Tampa. [...] Cheguei ao Hotel Best Western. [...] *No fim, o encontro daqui também foi organizado pela [...] National Alliance*” [ênfase adicionada]. Uma fagulha de surpresa brotou no rosto de Irving. “Isso só serve para mostrar como minha memória é ruim”. Então, tentando livrar-se da situação, prosseguiu: “Sim, mas [...] ilustra, não ilustra?, o fato de que [...] eu não tinha a menor noção de quem eram essas pessoas”. Em um tom de voz que eu não tinha ouvido antes, Irving perguntou a Rampton: “Essa seria a interpretação adequada a recair sobre essa entrada do diário?” Não surpreendentemente, Rampton discordou. E releu a passagem no diário de Irving. “O encontro daqui – Tampa – também foi organizado pela [...] National Alliance?”. Em outras palavras, o senhor sabia que ambos os encontros eram organizados pela National Alliance?” Quando Irving declarou que descobriu quem eram os organizadores depois do encontro, Rampton lembrou-lhe que, na fita de vídeo de seu discurso em Tampa, o anfitrião abriu o encontro anunciando: “Em nome da National Alliance e da National Vanguard Books, tenho o orgulho de chamar ao palco o senhor David Irving”. Bastante solícito, Rampton perguntou a Irving: “O senhor quer revisar seus documentos?”⁷ Sussurrei a James: “Rampton acabou de perguntar se ele quer admitir que acabou de mentir?” James sorriu. Irving insistiu que o homem no vídeo simplesmente estava tentando divulgar sua própria organização e que ele, Irving, não tinha “a menor ideia” de quem organizara aquele encontro. Rampton declarou: “Peço licença, [...] senhor Irving, para informá-lo de que rejeito cada palavra da sua resposta.”⁸

Em 1998, Irving discursou em outro encontro da National Alliance. Um representante do American Jewish Committee esteve presente e adquiriu livros e fitas com gravações da National Alliance. Quando Rampton pediu a Irving para olhar o material, meu oponente o considerou irrelevante. “Qual seria a possível relevância de um livretinho [que estava] em uma mesa a 30 metros de mim?” Antes que Rampton pudesse responder, Gray interveio: “Considero relevante

para saber para que tipo de organização o senhor discursou três vezes”. Parecendo um pouco surpreso, Irving virou-se na direção do juiz e declarou: “Excelência, eu me oponho à sugestão de que estava discursando para uma organização. Eu estava falando com meu povo, que viera de todo o norte da Flórida para me ouvir falar. [...] Tenho certeza de que foi um equívoco de linguagem, mas detestaria que isso saísse assim nos registros”. O juiz ignorou o protesto de Irving. Rampton agiu da mesma forma. Eu preferiria que ele tivesse perguntando o que Irving queria dizer com “meu povo”.

Em um esforço para ilustrar o que a NA defendia, Rampton pegou a Declaração de Crenças da organização. Alertou que aquilo soava como uma “versão americana moderna, em inglês, da ideologia nazista”. Irving protestou. “O que isso tem a ver comigo?” Furioso, Rampton respondeu: “O senhor alimenta essas pessoas com seus pensamentos sobre o Holocausto, senhor Irving. É por isso que tem a ver com o senhor”.⁹

De uma seção intitulada “Espaço Branco de Convivência”, Rampton leu: “Depois de varrer [...] a doença do multiculturalismo, precisamos ter novamente uma área do planeta racialmente limpa para darmos seqüência ao desenvolvimento de nosso povo”. Em seu site, a organização prometeu criar uma “sociedade ariana” na qual homens e mulheres jovens dançariam “polcas ou valsas [...] ou qualquer outra dança branca, mas jamais dançariam a ritmos como jazz ou rock negroides”. Rampton perguntou a Irving se ele se identificava com o anúncio da Aliança sobre a “doença do multiculturalismo”. Quando a resposta veio negativa, Rampton o lembrou da declaração sobre “sentir-se enojado” ao ver negros jogando na equipe inglesa de críquete, sua descrição da AIDS como a Solução Final de Deus contra os africanos negros e homossexuais e sua ideia de que um jornalista pertencente a minorias fosse “relegado a ler notícias sobre assaltos ou tráfico de drogas”. Irving insistiu que essas eram apenas piadas, e não “incitações raciais”. Rampton olhou através de seus óculos de armação dourada para Irving e arqueou uma sobrancelha, deixando claro o que pensava daquela explicação.

Em seguida, voltou a concentrar-se na declaração da NA. “Precisamos ter escolas para brancos, bairros residenciais e áreas de recreação para brancos, locais de trabalho para brancos, fazendas e interior para brancos”. Irving voltou a indagar: “Mas o que isso tem a ver comigo?” Furioso, Rampton insistiu: “Tem tudo a ver com o senhor”. Antes que meu oponente pudesse responder, o juiz Gray interrompeu: “O senhor está dizendo que isso é [...] novidade para o senhor? [...] Como, então, reage a esse tipo de coisa?” Irving declarou: “É uma peça de propaganda extremamente terrível e mal escrita”. Até o inabalável Charles Gray pareceu pego de surpresa. Incapaz ou talvez sem vontade de camuflar sua surpresa, o juiz repetiu: “Mal escrita?” A declaração, prosseguiu Irving, não “me interessa de maneira nenhuma [...] e, francamente, não

pretendo guardá-la em minha memória”.¹⁰ Rampton olhou para Irving por um instante e, de forma bastante deliberada, soltou o manifesto da NA. Parecia contente por se livrar daquilo.

Enquanto interrogava Irving, Rampton, de forma repentina, perguntou se ele estava lendo o manuscrito de Eichmann. Quando Irving respondeu que não, Rampton sugeriu que ele buscasse a palavra *Vergasungslager* (campos de gás).¹¹ Esse termo sozinho já demolia os argumentos dos negacionistas. Embora o manuscrito tivesse chegado tarde demais para nos ajudar, eu sabia o quão grato Rampton estava pelos israelenses terem liberado aquele documento para nós. Rampton sabia o quão feliz eu estava pelo fato de os historiadores agora terem acesso livre àquele material. Aquela era, imaginei, sua forma de demonstrar apreço.

Concentrando-se em outro assunto, Rampton perguntou a Irving o que ele sabia sobre o British National Party (BNP), que se opunha à imigração para o Reino Unido de pessoas que não fossem brancas e apoiava a repatriação de negros e asiáticos que já vivessem nas ilhas. O BNP tinha ligações com a Frente Nacional, um grupo conhecido por aplicar violência implacável contra imigrantes. O líder do BNP costumava ser fotografado de coturno e braçadeira diante de fotografias de Adolf Hitler.¹² Irving respondeu a Rampton que sabia tanto sobre o BNP quanto sabia sobre a NA. Rampton então indagou: “O senhor conversa com eles, não conversa?”. Irving garantiu: “Não”. Rampton prosseguiu: “Ou já conversou? Irving mais uma vez insistiu: “Não”. E, mais uma vez, meu adversário caiu em sua própria armadilha. Em seus arquivos, tínhamos encontrado suas correspondências com o BNP. Depois do segundo – e muito desqualificado – “não” de meu adversário, Rampton pediu para que ele olhasse uma carta escrita no papel timbrado do BNP. “British National Party, regional de Yorkshire. Prezado senhor Irving, depois de nossa conversa ao telefone hoje, escrevo para confirmar que ficaria muito feliz se o senhor viesse a Leeds na sexta-feira, 14 de setembro, para discursar em um importante encontro regional”.

Quando Rampton terminou de ler, Irving protestou, alegando que aquela era a forma como as coisas funcionavam nos Estados Unidos, onde “um funcionário local de algum grupo político me convida para discursar para vários grupos distintos”. O juiz Gray, que soava mais do que levemente irritado, interrompeu a resposta de Irving: “Senhor Irving, por favor, esta carta está impressa no papel timbrado do British National Party”.

A essa troca seguiu-se outra fala ilógica, estranha e reveladora de Irving. Havíamos encontrado em seu diário uma entrada escrita quando ele estava em Key West, na Flórida: “Meio-dia. Kirk Lyons telefonou. A caminho de Londres [...] para um encontro do BNP”. Rampton perguntou a Irving sobre Lyons e suas ligações com o BNP. Depois de identificar Lyons como um advogado americano e insistir que não sabia qual era sua ligação com o BNP, Irving disse: “Falando de meu primeiro advogado, Michael Rubenstein, que foi meu advogado por 25 anos [...] e talvez seja conhecido nesta corte”. Parecendo bastante enojado, Rampton respondeu: “Muitos de meus melhores amigos também são judeus, senhor Irving”.¹³

JUDEUS E O CRIME

Rampton agora se concentrava na seção do livro *Goebbels*, em que Irving atribuía o antisemitismo do chefe de propaganda nazista a seu encontro com judeus criminosos no final da década de 1920 em Berlim. Depois disso, escrevia Irving, Goebbels “considerou toda conduta ilegal do submundo do crime como judaica”. Irving então disse a seus leitores que Goebbels “infelizmente não estava sempre errado”, pois os judeus encontravam-se fortemente envolvidos com a criminalidade:

Em 1930, judeus foram condenados em 42 dos 210 casos de tráfico de narcóticos; em 1932, 69 dos 272 traficantes de narcóticos conhecidos eram judeus. Os judeus foram presos em mais de sessenta por cento dos casos ligados a jogos de azar ilegais; 193 dos 411 gatunos presos em 1932 eram judeus.

Irving concluía essa seção de seu livro com uma asserção espantosa: “em 1932, não menos do que 31 mil fraudes, sobretudo fraudes de seguros, foram cometidas por judeus”. E acompanhava essa forte acusação das ações criminosas de judeus com uma nota de rodapé contendo quatro fontes diferentes:

Números da Interpol, em *Deutsches Nachrichten-Büro* (DNB), 20 de julho de 1935; ver também Kurt Daluege, ‘*Judenfrage als Grundsatz*’. In: *Angriff*, 3 de agosto de 1935 [...]; sobre o submundo do crime na Berlim dos anos 1920, ver Paul Weiglin, *Unverwüstliches Berlin...* e Walther Kiaulehn, *Berlin: Schicksal einer Weltstadt*.¹⁴

Rampton pediu a Irving para identificar Kurt Daluege, cujo artigo fora citado na nota de rodapé. Irving respondeu: “Ele era chefe da *Ordnungspolizei*, que é a

Polícia de Ordem na Alemanha”. O sotaque escocês de Rampton soou mais pronunciado do que o de costume quando ele casualmente acrescentou: “Sim, senhor Irving. Conte-me um pouquinho mais sobre ele”. Irving começou respondendo com tanta tranquilidade a ponto de parecer estar falando sobre as atividades de Daluge na universidade: “Ah, depois se tornou um assassino em massa. Foi acusado de todas as mortes na Frente Oriental”. Daluge entrara para a ss no final da década de 1920. Em 1935, tornara-se chefe de polícia no Ministério do Interior e, por fim, assumira a *Ordnungspolizei*, unidade de polícia que participou do assassinato de judeus no Leste. Depois do assassinato de Heydrich, em 1942, tornou-se *Reichsprotector* da Boêmia e da Morávia. Foi sob seu comando que aconteceu o infame massacre de Lídice. Em 1946, foi executado por uma corte tcheca por esses e outros crimes.

Bem-humorado, Rampton observou: “Talvez devêssemos tomar cuidado com o que é dito pelo senhor Daluge”.¹⁵ E apontou que as estatísticas de Irving sobre as atividades criminosas dos judeus vinham da coletiva de imprensa que Daluge dera em julho de 1935, na qual o líder nazista dissera a jornalistas estrangeiros que os judeus eram criminosos. Em um artigo publicado no *Der Angriff*, um grande veículo de propaganda nazista, Daluge reiterou suas acusações envolvendo os judeus e estimou que “o número de casos de fraude na capital do Reich [...] [era de] 31 mil em 1933.” Com os nazistas, escreveu Daluge, esse número caíra para 18 mil, mas “uma parte considerável, se não a maior parte dessas manipulações fraudulentas, ainda é cometida pelos judeus”.¹⁶

Quando Evans e sua equipe compararam a declaração de Daluge com a versão apresentada por Irving em *Goebbels*, eles encontraram discrepâncias dramáticas. Enquanto Daluge atribuía parte da culpa dos 18 mil casos de fraude aos judeus, Irving escrevia: “em 1932, não menos do que 31 mil fraudes, sobretudo fraudes de seguros, foram cometidas por judeus”. Ignorando a confusão de Irving entre os anos de 1932 e 1933, Rampton observou que ele havia quase dobrado o número de casos de fraudes que Daluge atribuía aos judeus. Ademais, Daluge não havia mencionado “fraudes de seguros”. Irving aparentemente havia inventado essa parte. E Rampton não parou por aí. Embora a nota de rodapé de Irving citasse os “números da Interpol”, supostamente para ancorar seus dados em uma instituição de confiança, essa informação também parecia ser fabricada. Não havia qualquer referência à Interpol no comunicado à imprensa da DNB, a Agência Alemã de Notícias. Irving tampouco informava a seus leitores que a DNB não era uma agência de imprensa tradicional, mas um braço do Ministério da Propaganda de Goebbels.*

“Mesmo se partirmos do pressuposto, o que não faço aqui, de que foi um erro inocente de sua parte dobrar o número de crimes atribuídos aos judeus, o senhor acha certo usar como fonte esse homem, Daluge, e de forma acrítica, considerar seus números como sendo corretos?” Ignorando o fato de que

Daluege, como um importante nazista, não era a fonte mais imparcial ao lidar com judeus, Irving defendeu-o como uma fonte confiável. “Ele era chefe do sistema policial alemão. Estava em posição de conhecimento”. Rampton rejeitou a explicação de Irving: “Esse foi um caso de distorção deliberada realizada pelo senhor para inflar os números de judeus desonestos e criminosos na Berlim de 1932. [...] O senhor dobrou os números de Daluege. [...] O senhor se apoiou em uma fonte que não é digna de confiança, atribuiu esses números à Interpol e falou sobre fraudes de seguros, o que não é mencionado no documento de Daluege”.¹⁷

Irving agora insistia que as informações de atividades criminosas de judeus vinham dos dois livros citados nas notas de rodapé. Nik fez uma anotação e a passou a Rampton, que rapidamente a leu e anunciou: “Todos os números, pelo que me dizem, vêm de Daluege”. Soltando os dois livros, Irving agora alegava que tinha se apoiado no Instituto Federal Alemão de Estatística para obter os números de crimes praticados por judeus. Rampton deu uma olhada rápida no relógio do outro lado da sala. Eram 12h50. Parecia ansioso por concluir sua argumentação antes do intervalo para o almoço. Entregou a Irving a cópia de uma página das estatísticas oficiais alemãs de criminalidade. Apontou para Irving uma linha que mostrava que aconteceram, de fato, um total de 72 casos de fraudes de seguros em toda a Alemanha em 1932. Os milhares de casos de fraudes de seguros praticados por judeus apenas em Berlim eram claramente fruto da imaginação de Irving. Segurando essa página à sua frente, Rampton falou: “Para descobrir a verdade, qualquer historiador de respeito teria lido este documento, e não as afirmações de algum nazista louco.”

Não mais insistindo que seus números estavam corretos, Irving passou a argumentar que, se ele cometera erros sobre os criminosos judeus, aqueles não eram erros deliberados. “Ninguém cria uma reputação cometendo erros deliberados”. Balançando a cabeça muito desanimado – um desânimo que de certa forma parecia teatral –, Rampton retrucou: “Bem, acho que tenho 25 [erros] no bolso agora, senhor Irving, e esse é o 26^o”.¹⁸

Durante o almoço, Rampton e Anthony começaram a debater a desconstrução, perspectiva literária que desafia as tentativas de atribuir um significado final a um texto. Usando análises linguísticas, ela “desconstrói” o viés ideológico que dá forma a textos literários, históricos e filosóficos. Rampton desafiou Anthony a explicar por que a desconstrução não seria mais uma versão do ceticismo e, portanto, não seria de interesse ou importância particular. Anthony defendeu que, embora pudesse ser uma forma de ceticismo, também era um método disciplinado de leitura. Ainda que eu achasse que a desconstrução, tomada em seu nível mais simplista, alimentasse uma atitude de “o texto pode significar o que eu achar que ele significa”, não participei do debate. Apenas relaxei, tomei uma taça de Clos de La Roche, Dujac 1992, e

refleti sobre a deliciosa ironia daquela conversa, daqueles dois homens que tinham passado uma quantidade infinita de horas empenhados naquele processo apenas para dedicar os momentos finais a debater teoria literária. Feliz com a aproximação do fim do julgamento, eu sabia que sentiria saudades não apenas da equipe jurídica, mas daqueles momentos regados a bons vinhos e conversas inteligentes.

Depois do almoço, Rampton fez mais algumas perguntas e então, sem qualquer cerimônia, anunciou que tinha concluído. O juiz lembrou a Irving que ele poderia esclarecer algum ponto, mas ele não quis. A parte substancial do julgamento havia efetivamente terminado. Voltaríamos a nos reunir em duas semanas para as alegações finais, mas as nove semanas frequentando a corte tinham chegado ao fim.

No dia seguinte, alguns de nós nos reunimos para um almoço de celebração. Rampton escolheu o Livebait, um restaurante em Waterloo especializado em frutos do mar. Com seu piso de cerâmica e seus garçons usando aventais enormes, o lugar era bastante diferente dos restaurantes minimalistas que haviam se tornado tendência em Londres. Durante o almoço, composto de um peixe requintado conhecido como *dover sole* e vinho branco cuidadosamente escolhido, analisamos as semanas anteriores. Rampton elogiou Hajo por ter colocado Irving na defensiva. “Eu não precisei interrogar Irving sobre suas ligações com a direita alemã. Você fez isso para mim.” Depois, entregou a Peter o desenho que fizera durante seu testemunho. Peter sorriu ao ver-se desenhado como São Pedro no banco das testemunhas. Enquanto conversávamos, bebíamos e dávamos risada, senti a tensão se dissipar. Estávamos saindo, comentou Hajo, de um “cosmo de morte”.

LIMITAÇÃO JUDICIAL E EXPECTATIVAS LIMITADAS

Eu estava ansiosa por continuar com aquela atmosfera de celebração no jantar do Shabbat naquela noite. Em geral, recusava convites porque, ao final de cada semana, sentia-me exausta. Daquela vez, abri uma exceção em parte porque a anfitriã comentou que um dos convidados era um juiz da Alta Corte. “Embora não tenha nada a ver com seu processo, ele teve que pedir permissão à Corte porque você estaria presente.” Pensei que o juiz talvez pudesse me ajudar a desconstruir – não no sentido literário – alguns dos eventos da semana anterior.

Ele se mostrou amigável e a noite seguiu informal e tranquila. Quando o jantar chegava ao fim e os chocolates Fortnum and Masons que eu levava eram distribuídos, ele se virou para mim e disse: “A percepção no tribunal é de que sua equipe de defesa está se saindo muito bem. Todos parecem convictos de que vocês vão ganhar”. Pensando que talvez ele tivesse alguma informação interna,

perguntei o mais desapaixonadamente que consegui: “Qual é a sua fonte?” Entendendo minha piadinha, ele riu e falou: “Ah, ninguém sabe o que está se passando na cabeça de Charles Gray. Estou falando puramente da impressão das várias pessoas que estiveram presentes nas sessões”. Até seus auxiliares, ele acrescentou com um sorrisinho torto, arrumaram tempo de acompanhar.

Inspirada por suas palavras, declarei: “Quero uma vitória precisa. Quero acabar com esse cara. Acabar mesmo”. O juiz de repente ficou sério e, em um tom de aviso, acrescentou: “Permita-me dar um aviso: não espere uma condenação pesada de Irving vinda de Charles Gray. Os juizes britânicos praticam a moderação judicial. Um juiz que acredita que uma testemunha mentiu dirá: “Não achei essa testemunha útil”. Todo mundo no tribunal sabe que isso é uma forma delicada de dizer “ele é um mentiroso”. Mas o juiz não vai usar essas palavras.

Meu coração afundou. Ouvi as vozes daqueles que diziam que, independentemente do resultado, essa seria uma situação em que todos sairiam perdendo. “Você pode vencer a batalha, mas perder a guerra”, eles diziam. “Mesmo se Irving perder, ele pode reinterpretar o veredicto de modo a parecer que o juiz compreende seu ponto de vista”. Eles tinham me avisado que Irving usaria qualquer ambiguidade na decisão do juiz e a distorceria a seu favor. Meus sentimentos de uma vitória iminente evaporaram. Uma moderação judicial seria equivalente a uma derrota.

A organização de combate ao crime internacional Interpol foi fundada em 1923. Sua sede ficava em Viena. Em 1938, depois da *anschluss*, os Alemães assumiram o controle da organização e a mudaram para Berlim, onde a usaram sobretudo como veículo para a perseguição de judeus, ciganos e homossexuais. Depois da Segunda Guerra Mundial, ela voltou a ser uma organização internacional.

IvP&DL, 29^o Dia (2 de março de 2000), pp. 14–15.

IvP&DL, 29^o Dia (2 de março de 2000), pp. 16, 22–27.

IvP&DL, 29^o Dia (2 de março de 2000), pp. 35–37.

“What Is the National Alliance?” <http://www.natall.com/what-is-na> (Acesso em 15 de setembro de 2004).

“‘Turner Diaries’ introduced in McVeigh trial”, CNN Interactive, 28 de abril de 1997, <http://www.cnn.com/US/9704/28/okc/> (acesso em 2 de julho de 2004).

IvP&DL, 29^o Dia (2 de março de 2000), pp. 38–39.

IvP&DL, 29^o Dia (2 de março de 2000), pp. 38–39.

IvP&DL, 29^o Dia (2 de março de 2000), pp. 49–51.

IvP&DL, 29^o Dia (2 de março de 2000), pp. 57–58.

“What Is the National Alliance?” op. cit.; *IvP&DL*, 29^o Dia (2 de março de

2000), pp. 57–58, 59–63.

IvP&DL, 29^o Dia (2 de março de 2000), pp. 33–34.

Para as mudanças recentes nas estratégias do BNP, ver: “BNP: A Party on the Fringe”, BBC, Sexta-feira, 24 de agosto de 2001, <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/1507680.stm> (acesso em 15 de setembro de 2004).

IvP&DL, 29^o Dia (2 de março de 2000), pp. 72–76.

Irving, Goebbels, pp. 46–47, conforme citado em *Evans Report*, 5.4(b)2–6, pp. 692–94.

IvP&DL, 29^o Dia (2 de março de 2000), pp. 94–95. Lídice, alegavam os alemães, ajudara os assassinos de Heydrich. A cidade foi arrasada e cerca de 200 homens e 70 mulheres foram mortos. As 198 mulheres restantes foram enviadas ao campo de concentração de Ravensbrück, onde muitas morreram. Kurt Daluge foi enforcado em Praga em 24 de outubro de 1946. A destruição brutal de Lídice teve um enorme impacto na opinião dos Aliados acerca da Alemanha Nazista. Nos Estados Unidos, o Departamento de Informação de Guerra usou essas informações, e não as mortes de judeus, para ilustrar a brutalidade dos nazistas.

Evans Report, 5.4(b)8–14, pp. 696–98.

IvP&DL, 29^o Dia (2 de março de 2000), pp. 97–101.

IvP&DL, 29^o Dia (2 de março de 2000), pp. 97–101.

CAPÍTULO 19

A CENA FINAL

Foi com medo de vencer a batalha e perder a guerra que cheguei ao tribunal para as alegações finais. A sala estava lotada. Repórteres e paparazzi, cujo interesse havia desaparecido durante as últimas semanas do julgamento, aguardavam. Os Blumenthals e Ken Stern tinham voltado. Estavam com minha irmã, minha sobrinha e amigos próximos, tanto de Atlanta quanto de outros lugares. Todos aqueles que vinham regularmente assistir às sessões – e que ficavam dos dois lados do corredor – também estavam presentes. Mais uma vez, sobreviventes do Holocausto sentavam-se ao lado de apoiadores de Irving. Cadeiras extras foram providenciadas. Senti como se estivesse em um teatro, com as cortinas prestes a se abrirem para a última apresentação de uma atração há muito tempo em cartaz. A meirinha Janet Purdue felizmente exercia o controle. Aparentemente deduzindo que aquela ocasião faria as pessoas quebrarem suas regras, ela dava instruções a todos sobre onde podiam ficar. Chegou a deixar algumas pessoas sentarem-se nos degraus da galeria pública. Um dos assistentes jurídicos chegou e anunciou animado: “Está um caos lá fora. A fila segue pelo corredor, dobra e desce as escadas”.

Às 10h25, Janet apressou-se e, muito decidida, chegou à frente da sala – seu vestido preto deslizava por onde ela passava como se tentasse acompanhá-la. Subiu os degraus até a cadeira do juiz e virou-se para analisar a sala. As pessoas imediatamente se levantaram. Ela olhou para nós com um sorriso de surpresa: “Mas eu ainda não falei nada”. As pessoas riram de sua resposta pavloviana e se sentaram. Alguns minutos mais tarde, Janet reapareceu. Dessa vez, seu senso decidido de autoridade não deixava dúvida de que era hora de nos levantarmos.

Enquanto emitia seu aviso familiar, deixava cada sílaba suspensa no ar por um instante a mais, transformando uma única palavra em três: “si-lên-cio”. Quando o juiz Gray entrou e andou até seu assento, seus passos carregavam um tom de decisão. Depois de se sentar, deslizou o olhar pela sala, como se avaliasse a multidão reunida.

A sessão começou, como de costume, com alguns avisos. Irving disse ao juiz Gray que queria incluir em suas alegações finais comentários sobre a conspiração global contra ele. O juiz havia previamente declarado que esse assunto era irrelevante, exceto se estivesse ligado diretamente a mim ou à Penguin Books. Irving pediu permissão, argumentando que aquilo explicaria seu “estado de espírito quando supostamente fiz certos comentários sobre corpos ou as pessoas a quem eles dizem respeito”. Parecia reconhecer que seus comentários sobre judeus financiadores e criminosos, sua descrição do Conselho de Deputados como “baratas” e sua acusação de que os sobreviventes tatuavam números em seus braços para ganhar dinheiro não o tinham favorecido. Dessa vez, o juiz Gray concordou com o pedido de Irving. “Sei que os réus não vão ficar felizes com isso, mas vou fazer do mesmo jeito”.¹

Gray estava certo. Eu não fiquei nada feliz. Não achei que sua decisão fosse impactar consistentemente o julgamento, mas me vi preocupada com a possibilidade de termos de nos sujeitar a uma longa incursão por materiais que fariam asserções extremadas sobre meu envolvimento em vários esquemas diabólicos para destruir David Irving. Sabia que Rampton, convencido de que o juiz considerava essa questão irrelevante, não responderia às acusações sobre uma conspiração global. Em termos forenses, era uma decisão sábia, mas esse gesto deixaria as acusações infundadas de Irving a meu respeito passarem mais uma vez incontestadas.

RAMPON: A HISTÓRIA FALSA DE IRVING

Era hora de começar. Rampton se levantou, ajeitou o texto no pequeno púlpito à sua frente, respirou fundo e lentamente deslizou o olhar pela galeria. Parecia estar procurando alguém. Então, começou: “Se alguém leu as reportagens sobre o julgamento divulgadas na mídia, [...] talvez acredite que o senhor Irving foi arrastado para dentro desse tribunal para defender sua liberdade de expressão como historiador. Na verdade, é claro, esse não é o caso. A questão é totalmente outra.” Rampton reconhecia que eu fizera acusações sérias contra Irving. Essas acusações eram tão sérias que, “se não fossem verdadeiras, o senhor Irving claramente teria o direito de receber uma grande indenização e uma ordem do tribunal proibindo os réus de repetirem tais acusações. Porém, elas são verdadeiras em todos os aspectos relevantes”.²

Rampton estimou que tínhamos apresentado perto de trinta exemplos das malversações históricas de Irving. Elas não podiam ser erros inadvertidos porque todas iam num mesmo sentido: absolver Hitler e negar o Holocausto. Em seu estilo tipicamente econômico, Rampton ilustrou essa afirmação com dois exemplos. A versão de Irving da Noite dos Cristais – particularmente sua afirmação de que Hitler não sabia dos eventos, de que ficou “pálido” ao descobri-los e tentou “conter a loucura” – era completamente falsa. Aliás, continuou Rampton, os incêndios – e somente os incêndios – contra lojas de judeus foram contidos. “Sinagogas, casas, apartamentos, cemitérios e, em particular, pessoas judias ficaram à mercê da violência contínua”.

A alegação de Irving de que os perpetradores foram punidos era igualmente falsa. Aliás, Rampton enfatizou, “nada poderia estar mais longe da verdade”. As autoridades absolveram todos aqueles que causaram danos a propriedades judaicas e deram um “puxão de orelha” nos acusados de agressões e assassinatos. Somente os culpados de ofensas sexuais – impureza racial – foram condenados. Matar judeus era aceitável. Estuprá-los não era. Irving sabia disso. Havia citado os documentos que continham essa informação. Porém, jamais contou-a a seus leitores.³

O segundo exemplo de falsificação da história apontado por Rampton dizia respeito ao encontro de dois dias de Hitler, em abril de 1943, com o Almirante Horthy, da Hungria. A tentativa de Irving de ligar as preocupações de Hitler com os judeus de Budapeste ao levante do gueto de Varsóvia era uma total distorção, considerando que o encontro acontecera dois dias *antes* do levante. Irving havia distorcido o conteúdo do encontro ao dizer que ele terminara com a declaração de Hitler de que não havia “necessidade disso [do assassinato dos judeus]” quando, na verdade, terminara com “a fria observação de Hitler sobre a necessidade de matar os ‘animais’ judeus”.

Esses dois exemplos eram “apenas a ponta do iceberg do número de outras falsificações igualmente flagrantes realizadas pelo senhor Irving”. Com um toque retórico, Rampton ecoou sua declaração de abertura apresentada dez semanas antes: “O senhor Irving é um mentiroso”. Os réus dizem, sobre essa parte do processo: ‘Caso provado’.⁴

DISTORÇÕES DAS CÂMARA DE GÁS

Irving, prosseguiu Rampton, havia promovido a mesma distorção e falsificação de fontes ligadas às câmaras de gás. Durante o julgamento, todavia, viu-se forçado a recuar. “O senhor Irving foi levado, diante dos impressionantes indícios, [...] a admitir que de fato aconteceram extermínios em massa com o uso de gás em Chełmno [...] [e] nos campos de Belzec, Treblinka e Sobibor – e

até mesmo que aconteceram ‘algumas mortes por gás’ em Auschwitz’. Irving também fizera uma “admissão acidental” de que as câmaras de gás em Birkenau eram usadas para lançar gás em “objetos e cadáveres”. Rampton declarou que “seria cômico se não fosse trágico”. Por que, ele perguntava, uma sala para lançar gás em objetos e cadáveres teria um olho mágico na porta? Por que esse olho mágico estaria coberto por uma pesada grade de ferro no interior? Por que, quando as construções dos crematórios foram transformadas, em 1942, em câmaras de gás, as rampas para os corpos deslizarem até o necrotério foram substituídas por degraus? Alguém esperava que “objetos e cadáveres” descessem os degraus andando?

A alegação de Irving de que as câmaras de gás compunham um abrigo antiaéreo era “igualmente absurda”. A ideia de que o pessoal da ss teria de correr 2,5 quilômetros dos galpões ou 1 quilômetro do crematório até lá, sob uma saraivada de bombas, era “simplesmente um disparate”.⁵ Irving tentara defender que não havia combustível suficiente em Auschwitz para incinerar todos os corpos. Quando apresentamos uma carta de Bischoff, chefe do programa de construção do campo de concentração, demonstrando que a capacidade de incineração era mais do que suficiente, como, perguntou Rampton, Irving reagiu? “A única resposta do senhor Irving foi, como sempre, questionar a autenticidade [do documento].” Quando confrontado com informações de que essa carta fora encontrada nos arquivos de Moscou logo após a guerra e apresentada nos julgamentos dos crimes de guerra em 1948 e em 1971, meu oponente alegou que se tratava de uma farsa produzida pelos comunistas. Essa suposição também foi contraditada por evidências de que a capacidade de incineração apresentada na carta era “significativamente mais baixa” do que as estimativas pós-guerra soviéticas. Por que os comunistas criariam uma farsa que ia contra sua própria teoria acerca do número de pessoas mortas? Rampton fechou essa parte de seu discurso definindo essas alegações – cadáveres e objetos, abrigos antiaéreos, coque insuficiente, cartas forjadas – como “conjecturas frágeis baseadas em nenhuma pesquisa significativa”.⁶

Irving, declarou Rampton, era um “extremista de direita, racista e, sobretudo, um ávido antissemita”. Havia descrito seu próprio discurso no protesto neonazista de Halle, onde fora recebido com gritos de “*Sieg Heil!*”, como “entusiasmantes”. Rampton começou a falar mais rápido: “Por que o senhor Irving se envolveu tão ativamente na promoção dessas informações históricas falsas?” [...] O senhor Irving é um antissemita. O negacionismo do Holocausto [...] é música para os ouvidos de neonazistas e de outros extremistas da direita, que o promovem”.

Rampton enfim abordou a questão que ainda deixava alguns de nós, que passamos anos demais analisando as palavras de Irving, perplexos. “Até que ponto [...] o antissemitismo do [...] senhor Irving é causa da apologia a Hitler ou vice-versa, isso não é importante. [...] [Esse antissemitismo] levou-o a degradar

sua reputação como um historiador sério – o mais espúrio possível, como agora podemos ver – com o objetivo de, falsamente, absolver Hitler e disseminar propaganda antissemita violenta”.⁷

Com isso, Rampton, que havia falado por menos de uma hora, encerrou. Quando estava prestes a se sentar, parou e mais uma vez analisou a galeria como se estivesse procurando alguém.

ALGUMAS QUESTÕES MUITO ESTRANHAS

Charles Gray falou em seguida. Apontou que, em aproximadamente 25 momentos distintos, acusamos Irving de deliberadamente distorcer registros históricos. Nós acreditávamos, perguntou o juiz Gray a Rampton, que, nos outros momentos em que desafiamos as conclusões de Irving, ele também havia falsificado os registros? Rampton respondeu descrevendo o que Irving fazia como uma cegueira deliberada aos indícios. “O que ele não gosta, ignora”. O juiz refletiu por um momento antes de responder: “Então é um telescópio para o olho errado?” Satisfeito com a metáfora do juiz, Rampton concordou. Quaisquer indícios, apontou, que contrariem as conclusões pré-estabelecidas de Irving – uma fotografia aérea mostrando os buracos no telhado ou a carta de Bischoff sobre a capacidade de incineração – são considerados falsificação. “Seu negacionismo deve ter outro propósito”, prosseguiu Rampton, “porque não pode ser produto de pesquisa e contemplação histórica *bona fide* genuínas”.⁸

O juiz Gray introduziu sua próxima pergunta com um comentário: “É importante que eu entenda de forma totalmente clara o que está sendo sugerido. [...] O senhor define como cegueira deliberada e perversa e um ato direcionado à agenda neonazista. Correto?” Rampton, que assentiu outra vez, respondeu: “Ele é fundamental e profundamente antissemita e neonazista”. O juiz Gray franziu os lábios e esperou um instante enquanto parecia refletir sobre a resposta de Rampton.

Em seguida, fez o que descreveu como sendo sua “última pergunta”. “Se alguém é antissemita [...] e extremista, ele é perfeitamente capaz de ser, por assim dizer, honestamente antissemita e honestamente extremista no sentido de ter essas visões e expressá-las porque elas são, de fato, suas visões?” Rapidamente verifiquei a tela do computador para ter certeza de que tinha ouvido direito. O juiz Gray estava sugerindo que, se Irving honestamente acreditasse em suas declarações antissemitas e racistas, elas eram aceitáveis? Olhei para James, esperando que ele me oferecesse alguma garantia, como costumava fazer, e me dissesse que eu estava exagerando. Em vez disso, ele acenava desanimado uma negação com a cabeça. Virou-se e olhou nos olhos de Anthony, que parecia igualmente desnortado.

O juiz prosseguiu: “Me parece que [...] o antissemitismo é uma alegação completamente distinta, a qual tem pouco impacto em sua alegação mais ampla e, talvez, mais importante, de que o senhor Irving manipulou os dados e falsificou os registros, ou o doutor diz que, de alguma forma, as duas coisas estão ligadas?” A sugestão do juiz de que o antissemitismo de Irving tinha “pouco impacto” em nossa alegação era assombrosa. O antissemitismo de Irving, defendemos tantas vezes, estava inexoravelmente ligado a seu negacionismo. Rampton parecia igualmente confuso. Sua resposta inicial foi inusitadamente hesitante. “Eu defendo que provavelmente as duas coisas estejam ligadas”. Então, recuperando sua segurança com as palavras, tornou-se mais decidido: “A ponte entre o negacionismo do Holocausto e a apologia a Hitler com base no antissemitismo é muito fácil de ser construída porque o que um historiador antissemita mais quer é absolver Hitler, o que o senhor Irving vem tentando fazer ao contar mentiras sobre a história ao longo de anos. O que mais ele poderia querer fazer além de negar o Holocausto?”

O juiz Gray voltou à sua pergunta inicial: “Sim, mas ele pode acreditar no que está falando. É isso que quero dizer. Por isso essa questão é importante”. Negando com a cabeça, Rampton insistiu que, como não havia nenhum forte motivo histórico que levasse à negação do Holocausto, Irving precisava de outro motivo. “A coisa mais óbvia a ser feita por um antissemita genuíno [...] é adotar o negacionismo do Holocausto [...] e transmiti-lo ao mundo [...] para públicos compostos de outros antissemitas e neofascistas”. Gray, parecendo processar as palavras de Rampton, refletiu: “Essa é outra pauta, o doutor diria?” Qualquer traço de hesitação desapareceu da voz de Rampton: “Sim, é outra pauta, [...] a promoção do antissemitismo. [...] Considerando que não há [...] absolutamente nenhuma base histórica consistente para o negacionismo do Holocausto, e considerando que existem indícios de que o senhor Irving seja antissemita, [...] a ponte entre um e outro é construída muito facilmente”.⁹

Com isso, Gray chamou um recesso de cinco minutos. As alegações finais de Irving viriam em seguida. Virei-me na direção de Anthony e Rampton, que parecia perturbado. Anthony, pela primeira vez nos cinco anos desde que nos conhecemos, estava sem palavras. Ken Stern, especialista no estudo de extremistas e antissemitas, parecia um alce diante dos faróis de um caminhão. Eu estava com medo. Como o juiz Gray podia sugerir que o antissemitismo de Irving tinha pouco peso em nossa defesa? Soando mais preocupado do que em qualquer outro momento do julgamento, Rampton declarou: “Tenho medo de Charles Gray enxergar a árvore, mas não ver os frutos que ela dá”. Eu me perguntava se o juiz tinha sequer visto a árvore.

Quando nos preparávamos para retomar a sessão, perguntei a Rampton se ele estava procurando alguém ao olhar para a galeria. “Não”, respondeu. “Só queria que os sobreviventes e seus filhos e netos percebessem que eu sabia que eles

estavam ali. Esse julgamento provocou muita dor para eles. Eu queria fazer uma homenagem.”

O FANTASMA DE BANQUO, MENTIROSO E PORNÓGRAFOS

Irving se levantou. “Esse julgamento diz respeito à minha reputação como ser humano, como historiador íntegro e, graças aos comentários feitos pelo doutor Rampton, como pai”. A Penguin e eu tínhamos tentado afastá-lo “da carreira de historiador”. Aquele processo judicial, proclamou, era sobre liberdade de expressão. Caso Irving sáisse perdedor, historiadores passariam a ter medo de fazer perguntas duras sobre o Holocausto.¹⁰

Irving negava ter falsificado suas fontes. Sua interpretação dos eventos podia não ser “a mais provável, mas de forma alguma [era] perversa”. Nossa acusação de que ele havia manipulado os indícios e as provas era “abominável”. Na pior das hipóteses, Irving havia cometido alguns “erros inocentes”. Alguns resultavam dos muitos esboços antes da publicação.¹¹ Ele reconheceu ter sobreposto as datas do encontro de Hitler e Horthy, mas nos acusou de exagerar nesse erro. Declarou que o testemunho de Marie Vaillant-Couturier, que havia falado em Nuremberg sobre os bordéis nos campos, era tão “inconsistente” e cheio de “absurdos” que o juiz Biddles descartou-o por inteiro. Nossa alegação de que ele havia falsificado as estatísticas criminais de Daluge sobre os judeus era “sem sentido”.¹² Se tivéssemos verificado todas as suas fontes, teríamos encontrado as estatísticas que ele citava. Como era de se esperar, Irving não apresentou as tais fontes ao tribunal, apenas declarou que estávamos errados.

Já na segunda hora de sua fala, Irving abordou o “esforço internacional” contra sua pessoa. Suas declarações mais escandalosas eram uma resposta a esse esforço no sentido de destruí-lo. “[Se] sou acusado de certas posturas ou de fazer certos comentários de mau gosto, esses lapsos momentâneos são [...] justificáveis com base em [...] um esforço internacional de 30 anos [promovido por] um conjunto de organizações com o objetivo de destruir minha legitimidade como historiador”. Eles eram os verdadeiros réus, alegou Irving. Não estavam no tribunal, “mas sua presença se faz presente entre nós como o fantasma de Banquo. Posso ter começado minha pesquisa com intenções honestas, mas eles me desviaram do caminho ao me oferecerem uma “cornucópia de sujeiras”. Erguendo seu longo braço e apontando o indicador em minha direção, declarou: “Ela caiu com más companhias”.¹³ Minha amiga Rela, que viera da Filadélfia para acompanhar o encerramento, passou-me uma nota: “Ele parece não conseguir decidir se você é uma abelha-rainha toda poderosa manipulando drones por todo o mundo ou se é uma ovelhinha que se desviou do bom

caminho”.

Auschwitz, ele acusava, havia “se tornado, como o próprio Holocausto, uma indústria, um grande negócio de muito mau gosto”. Ninguém sabia o número de vítimas ou os eventos específicos associados às mortes delas. De repente, Irving parou, baixou a cabeça e, com uma voz sombria, declarou: “Em momento algum esqueci, em nada que falei ou escrevi ou fiz, o terrível sofrimento que foi infligido às pessoas em campos como Auschwitz”. Então, já sem qualquer traço de empatia na voz, atacou as testemunhas oculares que relataram e afirmaram a existência das câmaras de gás. O *Sonderkommando* francês David Olère era um pornógrafo que desenhava as “vítimas dos assassinos nazistas, em sua maior parte mulheres jovens em idade de casar, todas nuas”.¹⁴ Heather chiou ao ouvir as palavras.

Os mais ultrajantes dos mentirosos eram aqueles que alegavam ter visto buracos no telhado das câmaras de gás. Até mesmo van Pelt, ele alegava, “aceita que esses buracos não estão na laje agora”. Assim que Irving disse isso, o juiz o interrompeu: “Não tenho certeza de que essa afirmação seja correta, não é? Acho que o que ele disse era que o estado do telhado é tão ruim que simplesmente não se pode saber onde estiveram esses buracos, se eles existiram”. Rampton, que havia desenvolvido uma relação próxima com van Pelt, já estava em pé. Seus olhos brilhavam quando ele acusou Irving de “continua deturpação das provas apresentadas pela minha testemunha”. Olhando com irritação – talvez desprezo – para Rampton, Irving perguntou: “Posso continuar, de preferência sem tantas interrupções?” Mas o próprio juiz Gray o interrompeu: “Não, isso não me parece justo. O senhor Rampton, acredito, foi claro. [...] É uma deturpação relevante da prova apresentada por van Pelt”.¹⁵ Irving parecia irritado conforme dava continuidade à defesa de suas teorias sobre as câmaras de gás. Elas podiam ser abrigos antiaéreos. Isso explicaria os olhos mágicos, que eram “acessórios-padrão” em portas de abrigos antiaéreos herméticos e à prova de gases. Ao ouvir essas palavras, Rampton emitiu uma mistura de suspiro furioso e gemido de desgosto. O juiz parou Irving no meio de sua fala e olhou para Rampton: “Seria mais fácil se não houvesse reações tão abertas ao que o senhor está dizendo vindas do outro lado do tribunal”. Parecendo bastante constrangido, Rampton pediu desculpas.¹⁶

MEIN FÜHRER: UM CHISTE SURREAL

Irving começou a responder nossas alegações sobre seu “racismo e antissemitismo” olhando para o banco com um sorriso um tanto conspiratório. “Tenho a sensação de que Vossa Excelência não está excessivamente

impressionado com elas”. O juiz Gray rapidamente o desenganou: “Não tenha sensações de qualquer tipo sobre qualquer parte do processo, senhor Irving”. Sorrindo um pouco timidamente, meu adversário encolheu os ombros: “Boa tentativa”.¹⁷ Enxerguei o comentário de Irving como uma metáfora de seu *modus operandi*. Ele fez uma “boa tentativa” de provar que Hitler era inocente, de provar que os judeus de Berlim eram criminosos, que as câmaras de gás eram uma criação da “Disneylândia” e tantas outras coisas. Até aquele julgamento, a maioria de suas “tentativas” passaram incontestadas.

Quando seu discurso chegava à terceira hora, comecei a ficar inquieta. Peguei-me incomodada, frustrada e profundamente exausta. Anthony, que ao longo dos últimos dois meses tinha se acostumado a me apoiar – de diversas maneiras –, passou-me uma nota. “Acredito que, se ele demorar muito mais, terei de segurá-la para não sair pulando e gritando: ‘Eu me rendo! Eu me rendo! Por favor, pare de falar!’.”

A prova que citamos sobre seus contatos com extremistas alemães não passava de uma tentativa de manchar sua imagem. Esse era o caso também com o protesto de Halle em 1991. Ele havia chegado pouco antes de dar seu discurso e falado por poucos momentos quando a multidão começou a gritar “*Sieg Heil! Sieg Heil!*” A defesa, ele alegava, havia exagerado com relação a esses gritos, mas ignorava o fato de que ele tentara contê-los. “É possível ouvir claramente quando eu digo: ‘Vocês precisam parar’, porque eles estavam gritando ‘*Sieg Heil!*’.”

Irving estava ansioso para se distanciar daqueles gritos, o que pode explicar o que aconteceu em seguida. Depois de repetir que tentou conter os gritos, olhou para o juiz Gray e, em vez de pontuar sua fala com “excelência”, como costumava fazer, soltou um “*mein Führer*”.¹⁸ Um momento de intenso silêncio tomou conta de toda a sala enquanto todos – incluindo o juiz Gray – pareceram congelados. Em seguida, todo mundo começou a rir. Ken Stern virou-se para James e falou: “Isso saiu direto de *Doutor Fantástico*”. Atrás de mim, ouvi alguém murmurar o tema da série *Além da Imaginação*. Aparentemente sem entender o que tinha acabado de acontecer, Irving continuou seu discurso, acusando-nos de ter usado “culpa por associação” para ligá-lo a elementos extremistas. Nossas táticas remetiam à “inquisição conduzida pelo senador Joseph McCarthy”. Atacou as “tentativas odiosas [de Evans] de tentar manchar e corromper o meu nome, que, espero, vão atormentá-lo por muito tempo nas salas de Cambridge”. Minimizou a importância de suas palestras ao IHR e à National Alliance perguntando “e daí?”, e garantiu que falava diante de qualquer público que se mostrasse disposto a ouvi-lo. Defendeu o número de mortos em Dresden que apresentara. Então, depois de quase quatro horas, pediu que o juiz Gray lhe concedesse “danos qualificados por difamação e uma ordem de restrição para evitar que os réus [...] continuassem publicando ou estimulando a

publicação de palavras difamatórias contra mim”.¹⁹ Com isso, terminou sua fala.

Rampton levantou-se para se desculpar por seu ataque mais cedo. “Eu deveria, na minha idade, evitar algo assim. [...] Às vezes é extremamente difícil manter o controle quando se ouve as provas de uma de suas testemunhas sendo deturpadas.” O juiz aceitou o pedido de desculpas. Parecia pronto para se levantar quando perguntou a Irving: “O senhor já terminou sua fala?”²⁰ Fiquei impressionada quando Irving confirmou que sim. E, com isso, o julgamento chegou ao fim.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), p. 3.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 5–8.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 9–13.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 13–16.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 21–23.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 28–30.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 30–34.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 44–46.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 46–49.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 50–55.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 78–83.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 104–8.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 111, 115, 124, 141.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 144, 147, 158–59.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 162–63.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), p. 171.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), p. 184.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), p. 194.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 197–217.

IvP&DL, 32^o Dia (15 de março de 2000), pp. 218–22.



O RESULTADO



CAPÍTULO 20

DIA DO JULGAMENTO: CONTATOS TELEFÔNICOS, SALMOS E SOBREVIVENTES SEM DORMIR

Depois das alegações finais, voltei a Atlanta, onde passaria as duas semanas seguintes. O julgamento seria concluído em 11 de abril, terça-feira. Certa manhã, James telefonou para me avisar que os advogados seriam informados da decisão na segunda-feira, 24 horas antes de ela ser lida no tribunal. Perguntei: “Podemos falar sobre ela ou temos que ficar em silêncio até terça-feira?” Ele respondeu: “*Nós* não podemos contar a ninguém. Nem mesmo para nossos clientes. Não podemos contar para você até uma hora antes de o juiz Gray ler a decisão na corte”. Fiquei irritada porque eles saberiam e eu não. James explicou que esse arranjo permitia que os advogados da parte vencedora preparassem uma “ordem de custos”, um pedido para que a parte perdedora pagasse imediatamente parte dos gastos com o processo. Contrariada, aceitei a explicação de James até ele acrescentar que, como Irving estava no papel de seu próprio advogado, ele também saberia da decisão na segunda-feira. Precisei de um tempo para processar essa informação. Parecia extremamente injusto. Eu tinha sido uma espectadora de grande parte daquela saga, apesar de ela dizer respeito a mim e à minha reputação. Fui convencida a ficar sentada, ouvindo declarações erradas sobre minhas crenças e convicções. E agora Irving, que havia movido o processo, saberia do resultado 24 horas antes de mim. Naquele momento, toda essa informação parecia mais do que eu podia suportar. De repente, os cinco anos de frustração reprimida explodiram em uma forte onda de angústia. Um colega que entrou em minha sala expressou admiração por meu “vocabulário notório”.

ADRENALINA E UM GRUPO DE ANJOS

Voltei a Londres no domingo, 9 de abril. Durante o jantar, comentei com James e sua esposa, Ann, sobre meu medo recorrente de a sentença ser comedida demais e Irving declarará-la como sua vitória. James não diminuiu meu medo. Ainda irritada por saber que os advogados receberiam o veredicto antes, contei que havia criado um esquema: “Eu vou perguntar: ‘Como está o tempo?’ Dependendo do veredicto, você pode me dizer se está ensolarado ou nublado ou se é um dia de temporal”. A risada de James deixava claro que meu plano não funcionaria.

Na segunda-feira, uma fila enorme de repórteres e equipes de jornalismo esperava na frente de meu hotel. Cientes de que o veredicto já estava nas mãos dos meus advogados, eles perguntavam se eu tinha alguma “pista” do resultado. Respondi que não e admiti que era angustiante ficar no escuro quando tanto meus advogados quanto Irving já conheciam o veredicto. Temendo dar sinais de que esperava uma vitória, pesei cuidadosamente minhas palavras. Muito embora eu não pudesse me expressar com a liberdade que desejava, era libertador não depender de outras pessoas para falarem em meu nome. Embora eu tentasse parecer tranquila, o repórter do jornal da “minha” cidade, o *Atlanta Journal Constitution*, via as coisas de outra forma:

Durante o café no dia que antecedeu o veredicto, Lipstadt – descrita [...] pelo *Times of London* como uma “ruiva admirável” – estava, como todos que ficam sob holofotes, agitada. Na Grã-Bretanha, assim como nos Estados Unidos, Lipstadt foi amplamente retratada como a defensora do bem contra o príncipe das trevas David Irving. Na sala de estar do elegante hotel londrino – a “casa” de Lipstadt durante o julgamento –, uma garçonete levou-lhe um pequeno bule de porcelana com café. “Está nervosa?”, a garçonete perguntou educadamente enquanto colocava o bule e uma xícara sobre a mesa da professora. “Adrenalina, adrenalina”, respondeu a historiadora, que aparentemente chegou à conclusão de que não precisava de mais estimulantes e pediu um descafeinado. Durante o julgamento, todas as manhãs o mensageiro desejava boa sorte quando Lipstadt saía para o tribunal. À noite, quando ela voltava, ele perguntava como as coisas estavam indo. “O *concierge* me disse para manter o otimismo porque depois terei muito tempo para ser pessimista”, contou, claramente orgulhosa da familiaridade com a equipe do hotel. Lipstadt parece pronta para a luta e acredita que a causa vale o esforço.¹

Douglas Davis, correspondente da Jewish Telegraphic Agency, perguntou-me o que eu vinha fazendo desde o fim do julgamento. “Voltei a Atlanta e comecei a preparar a cerimônia da Páscoa. Vinte pessoas vão à minha casa no *Seder*”.

Impressionado, ele falou: “Você fez O QUÊ?!” Outros hóspedes no saguão do hotel nos olharam curiosos por saber o que eu tinha feito para evocar tal resposta. Davis não conseguia acreditar que, às vésperas do veredicto, eu estava me preparando para a Páscoa. A resposta à pergunta seguinte de Davis (“o julgamento mudou a sua vida?”) parecia óbvia. Eu me preparava para a Páscoa todos os anos e ninguém jamais achou isso interessante ou digno de nota.

Durante as entrevistas, vários repórteres comentaram sobre meu “brio” durante o julgamento. Como eu não tinha feito nada além de ficar em silêncio, inicialmente fiquei perplexa com a reação deles. Depois, percebi que meu silêncio era um contraste dramático ao comportamento de Irving. A repórter da Reuters lembrou da ocasião em que Irving disse-lhe que sua “equipe doméstica” incluía “garotas muito atraentes, com seios muito bonitos”.² Dois meses depois, ela continuava “perplexa” com aquele encontro. O correspondente em Londres da israelense *Haaretz* contou que, quando ele e um colega, Tom Segev, entrevistaram Irving, meu oponente havia comentado com sua filha Jessica (para quem ele cantava o verso sobre ser um bebê ariano) que a calvície de Segev era claramente um atributo judeu.³ Comparado a isso, era difícil não demonstrar brio.

No começo da noite, a loucura da mídia havia ficado para trás. Ken Stern chegou de Brooklyn. Dividimos uma garrafa de vinho em um jantar leve, que preparei em minha cozinha minúscula, e especulamos sobre o julgamento. Ken, um advogado que já havia falado diante da Suprema Corte no passado, também estava preocupado com a possibilidade de um julgamento efêmero ou ambíguo. Considerando os questionamentos do juiz Gray no último dia, nenhum de nós sabia o que esperar. Nossa conversa foi várias vezes interrompida por telefonemas da França, Alemanha, Polônia, Israel, Estados Unidos, Canadá, México e Austrália. Descobri que o *minian* da manhã seguinte na sinagoga recitaria o Salmo 51 – “Deus, as Tuas palavras são verdadeiras e o Teu julgamento é justo.” Outros amigos criaram uma lista telefônica internacional e uma de e-mail para espalhar as notícias. Minha prima, Lady Amelie Jakobovits, conhecida na comunidade judaica britânica como “Lady J.”, ligou da Polônia, onde acompanhava um grupo de duzentos adolescentes em visitas a lugares importantes para os judeus. “Deborah”, ela disse, “os jovens estão orando por você”.

Por volta de 11 da noite, Ben Meed, presidente da American Gathering of Jewish Holocaust Survivors e sobrevivente do Gueto de Varsóvia, telefonou. Ben, que era um homem de baixa estatura e cabelos brancos, dedicava a vida ao mundo dos sobreviventes do Holocausto. “Deborah”, falou, “esta noite você pode dormir tranquila, porque nenhum de nós vai dormir”. Ele não precisava identificar quem eram “nós”. Existe um aforismo judaico: “Coisas que vêm do coração penetram o coração”. E era verdade. Achei difícil compreender a

noção de sobreviventes não conseguirem dormir enquanto esperavam o resultado de um julgamento. Depois de um silêncio prolongado do meu lado da linha, Ben, receoso de que nossa ligação tivesse caído, perguntou: “Está aí?” Respondi que sim e lhe desejei boa noite. Senti-me à minha mesa, olhando para as ruas de Londres, esgotada por tudo aquilo. A adrenalina tinha ficado para trás.

A primeira noite da Páscoa é chamada de “Noite da Vigília” porque a tradição judaica postula que Deus olhou pelos israelitas enquanto eles fugiam para o Egito. Na noite do *Seder*, os judeus não fazem uma oração antes de dormir pedindo que Deus os mantenha seguros durante a noite porque, segundo a tradição, Deus já os está guardando. Eu duvidava que Ben tivesse isso em mente quando me disse que os sobreviventes não dormiriam. De todo modo, quando fui para a cama, imaginei-me cercada por um grupo de anjos resolutos, cujas vidas haviam sido moldadas pelo Holocausto e seus horrores.

FIM DA ESPERA

Na manhã seguinte, levantei-me bem cedo. Meus exercícios físicos foram decididos e vigorosos. Evitei conversar com as outras pessoas que se exercitavam. Enquanto atravessava o lobby usando camiseta de ginástica e shorts, os funcionários discretamente desejavam-me sorte. O mensageiro me deu um sinal positivo com o polegar erguido. O *concierge* me mostrou os dedos cruzados. Planejei cuidadosamente para chegar ao escritório da Mishcon às 9h30. Não queria chegar muito cedo e esperar nervosa na recepção; tampouco queria me atrasar e demorar para ouvir a notícia. Fiquei irritada quando o táxi em que eu estava ficou preso no eterno engarrafamento de Picadilly. Às 9h30, ainda estava a algumas quadras do escritório. Liguei para Anthony: “São 9h30. E aí?” Rindo, ele disse: “Nós vencemos... Vencemos bonito”. Quando soltei um grito agudo, o taxista pisou no freio. Meus papéis voaram por todos os lados. Afirmei ao motorista que estava tudo bem. Anthony continuou: “Ganhamos em tudo, menos na questão dos diários de Goebbels em Moscou”. Ignorando o fato de que o copo estava quase cheio, expressei desânimo por termos perdido nessa questão. Anthony me tranquilizou: “Não importa. Espere até ouvir o que o juiz tem a dizer sobre todo o resto”. A essa altura, o táxi havia chegado ao escritório. Saí correndo e me esqueci de pagar. Constrangida, voltei e dei ao taxista 10 libras por uma corrida que custara cinco.

Animada demais para esperar o elevador, corri pelas escadas. Naquele momento, o comedimento britânico típico foi atirado pela janela. Anthony, James e eu trocamos abraços. Laura Tyler chegou com um sorriso de orelha a orelha. Fizemos nossa dancinha da vitória. Ao longo dos meses anteriores, apesar de ser uma assistente jurídica, Laura assumiu tarefas que, em geral, eram

atribuídas a advogados. Nas sessões estratégicas, contribuí como se fosse uma verdadeira parceira da equipe – o que, de fato, ela era. Seu trabalho rendeu frutos. A Mishcon a convidou para integrar a equipe da empresa assim que ela concluísse o curso de Direito que iniciaria no outono. Michaela, a secretária de Anthony, parabenizou-me calorosamente e me disse que estaria presente para ouvir a leitura do veredicto. Fiquei feliz – ela fora uma funcionária fiel ao longo de todo o processo. James me entregou a conclusão do julgamento, com 335 páginas. Já tinha grifado os trechos mais relevantes. “Sente-se e leia. Você vai ficar feliz”.

O juiz Gray começava elogiando Irving como um “historiador *militar*” e descrevendo-o como “capaz e inteligente” [*ênfase adicionada*]. Depois disso, tudo ia ladeira abaixo para ele. Nossas críticas a seu trabalho eram “quase invariavelmente bem fundamentadas”. Irving havia “distorcido significativamente o que os indícios, examinados de forma objetiva, revelam”. A escolha lexical de Gray para descrever os escritos de Irving sobre o Holocausto era precisa: “perverte”, “distorce”, “enganoso”, “injustificado”, “falso” e “irreal”. Ergui os braços para celebrar a vitória, parecendo mais uma lutadora do que uma professora.

Mas ainda havia trabalho a fazer. Tínhamos agendado uma coletiva de imprensa para depois do julgamento. Alguns dias antes, eu esboçara uma declaração para ler. Tinha escolhido as palavras com a esperança da vitória, mas todos os meus medos envolvendo um julgamento neutro me forçaram a me manter bastante reservada. Editei o texto de modo a refletir a natureza de nossa vitória acachapante. Citei as palavras do juiz Gray: A “falsificação dos registros históricos [promovida por Irving] [é] deliberada e [...] motivada por um desejo de apresentar os acontecimentos de uma maneira consistente com suas próprias convicções ideológicas, mesmo que para isso seja preciso distorcer e manipular provas e indícios históricos”.⁴ Nunca em minha vida gostei tanto de editar um documento. Eu ainda estava fazendo anotações quando James anunciou que o táxi nos aguardava.

Fotógrafos e manifestantes amontoavam-se atrás das barricadas da polícia em frente ao tribunal. Perguntei: “Por que toda essa imprensa?” Anthony, parecendo um pouco incrédulo com minha pergunta, respondeu: “Deborah, eles estão aqui por nós”. Saí do táxi, segurei o braço de James e corri para dentro do prédio. Ciente de que eu continuava sob embargo e ainda não podia revelar a notícia, tentei esconder o sorriso de satisfação em meu rosto e me esquivar dos fotógrafos.

A sessão daquele dia aconteceria na maior sala da Alta Corte. E estava cheia. Repórteres e espectadores lotavam o interior do tribunal. Enquanto eu ia até meu assento, as pessoas sussurravam: “Boa sorte”. Alguém me deu tapinhas no ombro para me animar. Quando cheguei à mesa na parte da frente da sala, virei-me

para observar o ambiente. Ninette Perahia, que me convidara para um jantar em sua casa na primeira semana do julgamento e cujo marido, Murray, havia tocado um interlúdio para nós, estava ali com o filho, que claramente tinha faltado no colégio para estar presente. Atrás deles, uma professora que participava regularmente do julgamento ergueu as duas mãos para me mostrar que estava de dedos cruzados. No balcão, Sir Martin Gilbert, biógrafo oficial de Winston Churchill, ergueu os dedos em um “V” churchiliano. Retribuí o gesto. Os dois gestos, embora basicamente idênticos, transmitiam sentimentos distintos. O dele significava “boa sorte”, ao passo que o meu dizia “vitória”. Foi difícil me segurar para não dar um abraço apertado em Richard Rampton. Em vez disso, segurei sua mão e sussurrei baixinho: “Obrigada, muito, muito mesmo”. Troquei sorrisos com Heather, que anos antes me prometera, quando eu estava desanimada em Birkenau, que aquele julgamento provaria que David Irving era um mentiroso. Eu queria lembrá-la desse momento, mas não me pareceu necessário.

UM JULGAMENTO CLARO

O juiz Gray entrou e começou a ler o veredicto. Seu tom monótono e inexpressivo formava um contraste impressionante com a força das palavras. Ouvei alguém sussurrar: “Parece que ele está lendo a lista de compras do supermercado”. Citando o relatório “metuculoso” de Evans, declarou: “Evans justificou cada uma das críticas nas quais os réus escolheram se apoiar”. Um jornalista me olhou nos olhos e sussurrou as palavras: “Muito bem!” Vi Julie McCarthy deixando a sala e imaginei que ela iria fazer uma transmissão para o programa *Morning Edition*, da National Public Radio, que começaria em breve. Fiquei contente por saber que meus amigos e minha família acordariam com aquela notícia.

Com relação à afirmação de Irving de que durante o *Putsch* de 1924 Hitler buscara manter a ordem, o juiz declarou que meu adversário havia “embelezado o acontecimento” de modo a retratar Hitler como alguém que “se comportou de forma responsável”.⁵ Criticou o fato de Irving usar o documento de Kurt Daluge sobre as estatísticas de crimes envolvendo judeus – a “associação entusiástica” de Daluge ao Partido Nazista e seu papel nos fuzilamentos na Frente Oriental deveriam ter levado Irving a “duvidar de qualquer pronunciamento dele envolvendo os judeus”.⁶

A versão de Irving do papel de Hitler na Noite dos Cristais estava “em desacordo com as provas documentais”.⁷ Suas alegações de que “Hitler não teve responsabilidade” pelo início do massacre e de que, após descobrir o que estava

acontecendo, ter intervindo para fazer cessar a violência “distorcem seriamente todos os indícios contemporâneos disponíveis” e se “baseiam em representações erradas, construções erradas e omissão de provas documentais”. O relato apresentado por Irving do julgamento dos culpados que participaram na Noite dos Cristais “fracassava pateticamente” em revelar a natureza “farsesca” do episódio.⁸

Com relação à entrada de 30 de novembro de 1941 do diário de Himmler, sobre seu encontro com Hitler, não havia “qualquer indício” de que Hitler “convocara” Himmler a visitá-lo ou o “obrigara” a telefonar a Heydrich ordenando que os judeus não fossem exterminados.⁹

Irving “distorceu” o relato do General Bruns sobre o fuzilamento de judeus em Riga. Bruns *não* dissera que instruções vindas de Hitler ordenavam que os fuzilamentos cessassem, como Irving alegava. Bruns de fato dissera que havia recebido ordens para que não acontecessem outros fuzilamentos “daquela escala” e que os que ocorressem fossem realizados “mais discretamente”. Em outras palavras, esclarecia o juiz Gray, “os fuzilamentos deveriam continuar”.¹⁰

A alegação de Irving de que Hitler não aprovara os “fuzilamentos de judeus no Leste” e de que não fora cúmplice das mortes de judeus vitimados pelo gás nos campos de extermínio tinha um “ar distinto de irrealidade”.¹¹ O juiz Gray estava convencido de que os fuzilamentos foram coordenados e sancionados por líderes do Terceiro Reich. “Irving estava distorcendo os indícios históricos quando disse ao público na Austrália, no Canadá e nos Estados Unidos [...] que o fuzilamento dos judeus no Leste era arbitrário, não autorizado e conduzido por grupos ou comandantes individuais”.¹²

Irving “perverte[u] materialmente os indícios” do encontro entre Hitler e Horthy.¹³ Sua alegação de que o juiz de Nuremberg, Francis Biddle, considerava Marie Vaillant-Couturier uma ‘mentirosa’ é uma distorção das provas”.¹⁴ No que concernia a Dresden, o juiz Gray considerou os comentários de Irving sobre a autenticidade do TB-47 “repreensíveis”.¹⁵ Irving alegava que Miller, o morador de Dresden que participou da cremação dos corpos e que concluiu que o número de mortos era de aproximadamente 30 mil, estava “fantasiando”. Gray considerou essa hipótese “absurda”.¹⁶ Concluiu que o tratamento despendido por Irving aos indícios históricos “ficaram muito aquém do padrão esperado de um historiador consciente” e que suas estimativas de 100 mil ou mais mortes [em Dresden] [...] careciam de qualquer fundamento probatório e, como tal, eram indignas de serem consideradas por um historiador responsável”.¹⁷

O juiz Gray acreditava que o “efeito cumulativo dos indícios documentais da operação de genocídio” das câmaras de gás em “Auschwitz [era] abundante” e

que esses indícios eram “mutuamente corroborativos”. Considerava “impressionante” que os indícios apresentados por testemunhas oculares e as provas documentais fossem tão “consistentes”. O *Leuchter Report* era motivo insuficiente para “descartar ou mesmo duvidar” da existência das câmaras de gás homicidas em Auschwitz. Gray concluiu que “nenhum historiador objetivo e justo teria motivos sérios para questionar a existência das câmaras de gás em Auschwitz, as quais foram usadas em escala substancial para assassinar judeus.”¹⁸

O juiz Gray declarou “irrefutável o fato de Irving ser qualificado como um negacionista do Holocausto”. Ele havia negado a existência de câmaras de gás em Auschwitz diversas vezes e usado “os mais ofensivos termos”, incluindo a anedota da câmara de gás individual em formato de cabine telefônica, comentários sobre o carro do Senador Edward Kennedy, o fato de chamar as testemunhas oculares mentirosas, a sigla A.S.S.H.O.L.S. e a insinuação de que a senhora Altman ganhava dinheiro com sua tatuagem.¹⁹

Irving havia “repetidamente ultrapassado o limite entre crítica legítima e desprezo carregado de preconceito contra a raça e o povo judeu”. Seus comentários confirmavam que ele era “antissemita” e “racista”. Suas declarações sobre as minorias “apresentavam amplas provas de racismo”. A cantiga que compôs para sua filha – “Sou um bebê ariano” – era “inegavelmente racista”, ao passo que algumas de suas outras declarações – sua referência a “um deles” ler “nossas notícias para nós” – eram um racismo um pouco mais “disfarçado”. A presença de Irving em reuniões como o protesto de Halle demonstravam sua “disposição em participar de um encontro no qual um grupo heterogêneo de militantes neonazistas também estava presente”. A “regularidade” de seus contatos com a National Alliance confirmava sua “atitude complacente para com uma organização cujos princípios são abjetos para a maioria das pessoas”.²⁰

A crítica do juiz tornou-se ainda mais contundente quando ele abordou as alegações de Irving de que, na pior das hipóteses, ele havia cometido alguns equívocos históricos inadvertidos.

O tratamento dispensado por Irving às provas históricas é tão perverso e flagrante que se torna difícil aceitar que sejam inadvertências de sua parte. [...] Erros e equívocos desse tipo [...] estão mais de acordo com uma disposição, da parte de Irving, de conscientemente deturpar ou manipular ou distorcer as provas de modo a adequá-las às suas preconcepções. [...] Ele deliberadamente perverteu as provas para adequá-las às suas convicções políticas.²¹

Quando o juiz Gray passou a apontar a motivação por trás do negacionismo do Holocausto de Irving, lembrei-me de uma pergunta perturbadora que ele fizera no último dia do julgamento. Poderia alguém ser “honestamente antissemita e honestamente extremista”? O juiz no momento parecera incapaz de enxergar a ligação entre antissemitismo, extremismo e negacionismo do Holocausto. Agora, todavia, declarava que Irving “queria apresentar os eventos de modo consistente com suas convicções ideológicas, mesmo que isso envolvesse a distorção e a manipulação das provas históricas”. Meu medo claramente havia sido em vão.²²

Não conseguimos convencer o juiz Gray de que Irving havia tirado, sem autorização, as placas de vidro com o diário de Goebbels em Moscou. Porém, prosseguia o juiz, o que tínhamos provado era de gravidade suficiente para o fator Moscou não ter “efeito relevante sobre a reputação de Irving”. Depois de quase duas horas de leitura, Gray deu a declaração final: “Por tudo isso a ação deve ser rejeitada.”²³

Tínhamos vencido e vencido de uma forma totalmente conclusiva. Quando o juiz Gray deixou o tribunal, Irving se levantou, olhou para Rampton, estendeu a mão e, de forma um tanto alegre, disse: “Muito bem, muito bem”. Era como se ele tivesse sido vencido em uma partida de rúgbi. Rampton muito rapidamente lhe deu a mão, mas não disse nada. Não sei se Irving ofereceu um aperto de mão a Anthony, mas Anthony decididamente deu as costas. Tínhamos limpado a sujeira de nossos sapatos.

DOCE CAOS

Do lado de fora, o caos reinava. Irving tinha desaparecido. Amigos e desconhecidos abraçavam-me animados. Outros ofereciam expressões mais reservadas, típicas dos britânicos, como “parabéns”. Bruce Soll, que fora a Londres para o início do julgamento e retornara para o final, conseguiu entrar em contato por telefone com Les e Abigail Wexner em Paris e me passou o celular. As vozes do outro lado da linha soavam cheias de emoção. “Estamos tão orgulhosos de termos feito parte desse esforço!” Eles foram mais do que “parte” de tudo isso. Tentei agradecê-los, mas não consegui. Entreguei o celular a Anthony, que passou as informações do resultado a Abigail, também advogada. Ursula me ligou de Atlanta. Tinha acabado de receber um telefonema de Peter, o *conciERGE* do hotel onde ela e David se hospedavam em Londres. “Senhora, aqui é o Peter. *Nós* vencemos, senhora. *Nós* vencemos!” Consegui telefonar para a minha mãe. Ela já tinha recebido a notícia e estava muito feliz. “Seu pai ficaria muito orgulhoso.”

Na sequência, em meio à multidão, um rosto familiar apareceu. Num primeiro instante, não consegui identificá-la. Quando ela tocou gentilmente em

meu antebraço e me agradeceu, percebi quem era. Lembrei-me do primeiro dia de julgamento, quando aquela mulher levantou a manga da blusa e me mostrou o número. Mais uma vez ela transformava um momento fugaz em uma lembrança profunda. Virei-me para a equipe jurídica e indiquei que estava pronta para sair.

Enquanto seguíamos nosso caminho pelo prédio, desconhecidos nos desejavam tudo de melhor. A esposa de Anthony, que é jornalista, avisou: “Haverá equipes de câmeras esperando lá fora. Se você disser alguma coisa para algum deles, todos vão querer declarações”. Afirmei que eu ficaria bem; afinal, ao longo dos últimos meses, eu vinha sendo perseguida de tempos em tempos por paparazzi. Enquanto eu passava pelo saguão gótico de setenta e cinco metros com um grupo de advogados, peritos, pesquisadores e amigos, todos celebrando atrás de mim, ondas intermitentes de alegria e alívio começaram a se espalhar por meu corpo. Sentindo-me quase vertiginosa, tamanha era a minha animação, dei um soco no ar e deixei escapar, no que acreditei ser voz baixa, um “isso!”. Somente quando um casal que estava por ali virou-se rapidamente na minha direção e eu ouvi Laura Tyler, que vinha a três metros atrás de mim, começar a rir, percebi que minha voz tinha saído tudo, menos baixa. Conforme me aproximava da saída, meu humor rapidamente mudou. Os últimos três meses – talvez os últimos cinco anos – passaram diante dos meus olhos. Pensei em todo o trabalho que havia sido dedicado; pensei na reviravolta em minha vida e na pesquisa que eu tinha abandonado e nos alunos que tinha negligenciado; pensei nos sobreviventes. Respirei fundo e, dessa vez, falei realmente só para mim mesma: “Este capítulo da minha vida termina aqui. É a última vez que saio deste lugar como *a ré*”.

Abri as pesadas portas de madeira e fiquei boquiaberta com o que vi. Aos representantes da imprensa que estavam presentes quando chegamos agora somavam-se vários outros. Fotógrafos, repórteres e câmeras disputavam espaço nas barricadas. Algumas tinham escadinhas para obter um ângulo melhor. Vi um mar de gravadores e microfones, alguns com suportes longos para chegar mais longe. Três policiais londrinos, usando capas de chuva amarelas para se protegerem da garoa constante, mantinham a ordem.

Os jornalistas gritavam: “Uma declaração, por favor”, “uma palavrinha para nós”, “precisamos de algumas palavras para a edição da tarde”. James lembrou-os de que haveria uma coletiva de imprensa. “Mas o nosso prazo está se esgotando”, eles respondiam. Talvez tenha sido a necessidade de me privar mais uma vez da minha voz que motivou meu próximo passo. Talvez tenha sido o desejo de oferecer “alguma coisa” à imprensa. Talvez a emoção esmagadora de tudo isso. Impulsivamente ergui o braço no ar, levantei o polegar bem acima da altura da minha cabeça e – dependendo de a quem você perguntar – fiz uma carranca ou adotei uma expressão de indignação justa e triunfo. Tentei sorrir, mas não consegui. Talvez fosse a consciência subliminar de que, mesmo naquele momento de alegria, tanta dor havia sido causada por aquela empreitada. Talvez

tenha sido a mulher usando suéter e com o número tatuado no braço.

COM MINHAS PRÓPRIAS PALAVRAS

Mais tarde, na sala de imprensa do hotel, diante de um mar de câmeras e repórteres, descrevi aquela como uma vitória não apenas minha, mas de todos aqueles que lutam contra o ódio e o preconceito. Prestei minhas homenagens à Penguin por “fazer a coisa certa” e à competentíssima equipe jurídica – advogados, peritos, pesquisadores, assistentes e secretárias. Eles lutaram como se aquela fosse uma causa própria.

Porém, logo percebi que algumas pessoas ainda não tinham entendido o que estava por trás do processo. Um repórter me perguntou se eu achava que o fato de Irving ter perdido evitaria que outros historiadores adotassem pontos de vista polêmicos. Lembrei-lhe que Irving tinha me processado e que meu problema com ele não estava ligado às suas visões “polêmicas”, mas às suas mentiras e manipulações. Em seguida, outro repórter, com um sotaque estrangeiro carregado que não consegui identificar de onde era, perguntou: “A senhora vai ter compaixão de Irving? Ou vai forçá-lo a arcar com os custos, provavelmente levando-o à falência?” Ciente de que aquela coletiva estava sendo transmitida em vários países, modulei minha resposta, mas, com certo grau de ressentimento, falei: “Compaixão por Irving? Acho que você não entendeu direito. Fui eu quem teve de interromper a vida e o trabalho”.

Outro jornalista questionou: “Considerando tudo o que aconteceu, a senhora escreveria o mesmo livro outra vez?” Ao longo das últimas dez semanas, pensei muito sobre aquele assunto e estava preparada para aquela pergunta. Imediatamente respondi: “Não”. Minha resposta causou um burburinho na sala. Agora era minha vez de fazer uma pausa dramática. Depois, acrescentei: “O que eu escreveria agora seria muito mais duro”. Como resultado do tesouro de documentos que tínhamos reunido, eu tinha descoberto que a violência de Irving contra a história era consideravelmente mais notável do que eu imaginava anteriormente.

Quando nos aproximávamos do fim da coletiva, um repórter perguntou: “A senhora conversou com sobreviventes do Holocausto?” Comecei a falar sobre Ben Meed ter comentado que eu poderia dormir bem porque “nenhum de nós está dormindo” quando, de repente, minha voz ficou embargada e lágrimas queimaram meus olhos. A sala ficou em silêncio enquanto os jornalistas esperavam. Recorrendo à reserva emocional que ainda me restava, recuperei o controle e concluí a história. Quando logo em seguida o relações-públicas da Penguin encerrou a coletiva, fiquei aliviada.

Depois de meses dependendo de outras pessoas articularem minha posição,

senti-me libertada. Pela primeira vez em muito tempo eu estava no comando. Depois da coletiva de imprensa, Richard Rampton me procurou. Estava com um sorriso enorme no rosto. “Você é muito, muito boa nisso”, elogiou. “Richard, você parece um pouquinho surpreso”, provoquei. “Lembre-se, responder perguntas é minha praia”. Percebi que nem Richard, nem nenhum outro membro da equipe de defesa tinha visto uma “performance” pública minha antes. James se aproximou para dizer que a equipe do primeiro-ministro de Israel Ehud Barak estava ligando desesperadamente na Mishcon para falar comigo. Barak estava no meio de uma negociação com o presidente Clinton, mas fez uma pausa em sua reunião para me cumprimentar por aquela importante vitória “em nome do povo judeu”.

Mais tarde naquele dia, voltei ao hotel para me preparar para mais uma rodada de entrevistas. Quando entrei no lobby, tudo parou. Os outros hóspedes foram ignorados por um momento: os recepcionistas, os mensageiros e todo o pessoal começou a aplaudir. Sally, a gerente, veio correndo de seu escritório com uma garrafa de champanhe e um lindo buquê de flores.

Poucos instantes depois, eu estava a caminho de um noticiário do horário nobre. Ao entrar no prédio, avistei o professor Donald Watt, que também tinha sido convidado para o programa. Lembrei-me de quando ele definiu o argumento de Irving de que Hitler não sabia do Holocausto como “difícil [...] de aceitar”. Depois de dar seu testemunho, Watt me enviou uma carta afirmando que não tinha qualquer tipo de simpatia com os negacionistas. Sorrindo, estendi a mão para cumprimentá-lo e falei: “Professor Watt? Deborah Lipstadt”. Sem perder tempo com gentilezas, o professor foi logo dizendo: “A Penguin queria sangue”. Sem ter certeza de que tinha ouvido direito, murmurei: “Perdão?” Ele se explicou: “Nenhum de nós suportaria esse tipo de escrutínio”. Não falei nada. Perplexa, apenas lhe dei as costas.

Quando cheguei aos bastidores, alguém me entregou o *Evening Standard*. Watt havia escrito um editorial que poderia ter sido composto antes de o juiz Gray dar seu veredicto. Intitulado “A história precisa de David Irving”, o texto iniciava com expressões que deixavam claro que eu de fato tinha entendido direito as palavras de Watt.

A Penguin certamente queria sangue. A empresa contratou cinco historiadores e dois assistentes de pesquisa por um período considerável para produzirem 750 páginas de testemunho, averiguando e verificando cada documento citado nos livros de Irving sobre Hitler. Diga-me o nome de um historiador que não suaria frio ao cogitar a ideia de ver seu trabalho receber esse tipo de tratamento.

Depois de elogiar a capacidade de Irving de ter acesso a novos documentos, Watt afirmava que Irving sofria de “falhas características dos autodidatas” e era

“seduzido pela ideia de conspirações”. Ainda alegava que outros historiadores britânicos também poderiam ser acusados de “permitirem que suas agendas e visões políticas influenciassem a [...] seleção e interpretação de indícios históricos”.²⁴ Lembrei que Watt tinha escrito uma longa introdução para um dos livros de Irving e me perguntei se ele se sentia de alguma forma obrigado a defender meu adversário, muito embora em seu testemunho não tivesse dado muito valor às teorias de Irving a respeito de Hitler. Pouco antes de o programa começar, enquanto repassava como nos apresentaria, o apresentador descreveu Watt como “coautor de um livro com David Irving”. Watt o corrigiu severamente: “Essa informação não está certa. Eu só escrevi a introdução”. De qualquer forma, achei difícil acreditar que Watt realmente tivesse lido o veredicto, sobretudo porque sua coluna apareceu em um jornal vespertino, poucas horas depois de a decisão ter sido anunciada. Embora os historiadores não sejam imunes à penetração de suas visões políticas na escrita, eles não trabalham com uma rede de invenções e supressões, como Irving fazia. Qualquer leitor da coluna de Watt acreditaria que eu processei Irving para prejudicá-lo.

Depois da transmissão do programa, quando saí, o jovem cujo trabalho consistia em guiar os convidados pelo estúdio falou baixinho: “Eu sou judeu. Obrigado”.

Enquanto o motorista me levava pelo trânsito de Londres para a próxima entrevista, liguei para meu amigo Bill Lowenberg em San Francisco. Bill, sobrevivente do Holocausto, é um cara duro e direto. Quando soube do fundo para minha defesa, responsabilizou-se por levantar mais de \$100 mil. Sua secretária falou: “Sinto muito, o senhor Lowenberg está indisposto”. Seu eufemismo delicado me fez sorrir, então eu pedi: “Diga-lhe que Deborah Lipstadt ligou”. Quando ela repetiu meu nome, ouvi Susan, a filha de Bill, gritar: “Deborah no telefone! Alguém chame o meu pai!” Dentro de alguns instantes, um Bill Lowenberg exasperado pegou o telefone. “Deborah. Deborah, é você?” “Sim, Bill. Eu só queria dizer que estive pensando em você”. A voz de Bill, sempre tão confiante, estremeceu. “Ficamos felizes com a boa notícia. Estamos muito felizes!” E começou a chorar. “Obrigado, obrigado. Em nome da minha família, obrigado.”

Ernie Michael, outro sobrevivente que encabeçou o levantamento de fundos para minha defesa, reagiu de forma similar: “Nós conseguimos. Nós conseguimos!” exclamou. Liguei para o rabino Herb Friedman, que, dois anos antes, quisera saber como eu enfrentaria aquela luta, e disse: “Sem a sua ajuda, eu não teria conseguido”.

O dia terminou com uma participação, tarde da noite, no *Newsnight* da BBC (o equivalente britânico do *Nightline* da ABC nos Estados Unidos). Enquanto James e eu estávamos na cantina da BBC, jantando antes do programa, uma garrafa de champanhe chegou à nossa mesa. O garçom disse que havia sido enviada pelo

casal jovem sentado em uma mesa no canto. Convidei-os para se juntarem a nós. Eles se descreveram como “apenas dois membros do público britânico que apreciaram muito o que você fez”.

Irving estava em um estúdio e eu estava em outro. Jeremy Paxman, o apresentador, reprovou a tentativa de Irving de reinterpretar o julgamento. Quando Irving afirmou que o juiz não havia decidido contra ele, Paxman respondeu: “Típico dos seus métodos”. Em seguida, recitou algumas das declarações racistas e antisemitas de Irving que, claramente desconcertado, explodiu: “Você não é judeu, é?” Quando questionado por Paxman sobre se ele, à luz do julgamento, “pararia de negar o Holocausto”, Irving respondeu: “Santo Deus, não”.²⁵ Deixamos o estúdio e logo os jornais matinais chegaram. O julgamento estampava a capa de todos eles.

Já era bem mais de meia-noite quando voltei ao hotel. Fisicamente exausta, mas cheia de energia emocional, liguei o computador. Deparei-me com mais de trezentos e-mails enviados por amigos, familiares e desconhecidos. Muitos expressavam alegria: “Uh-hu!” Minha assistente de pesquisa, Maureen, deixava claro que sua mensagem seria muito curta porque ela estava ocupada “dançando pela sala”. Um aluno da Emory contou que seu professor anunciou a notícia na aula daquela manhã. “Todos começamos a gritar, berrar. Fizemos tanto barulho que outros professores vieram ver o que estava acontecendo. E o pessoal nas outras salas também começou a celebrar”. Um colega estava no Aeroporto O’Hare, em Chicago, esperando um voo que sairia no começo da manhã, quando a CNN deu a notícia. O café e o *bagel* que ele equilibrava nos joelhos voaram quando ele se levantou, lançou as mãos para cima e gritou: “Isso!” Um grupo de alunos meus na Wexner Heritage Foundation me enviou um e-mail: “Você foi uma boa professora ao nos ensinar dentro da sala de aula e ensinou também a todos os outros no tribunal”. Muitas das mensagens eram mais sóbrias:

Em nome de minha avó, tias, tios e primos que morreram em Treblinka, eu agradeço. [...] Agora aproveite a Páscoa, pois você pode desfrutar duplamente da liberdade. Moe Stein.

Prezada Dra. Lipstadt,

Obrigada por defender a verdade histórica do Holocausto. Meu sogro atingiu a maioria em um campo de concentração, então pude observar em primeira mão as cicatrizes físicas e emocionais. [...] Talvez agora haja menos horrores no mundo. Atenciosamente, Gloria Klaiman.

Obrigado em nome de meus avós, Bertha e Max Steiner, e de meu tio,

Robert Steiner, mortos por alemães na Polônia em 1943, e em nome de minha tia-avó Paula Weiss, morta pelos croatas em 1942. Meus agradecimentos, Professor Felix Dothan.

Essas mensagens não me saíam da cabeça quando fui para a cama. Elas me faziam sentir decididamente desconfortável, embora eu não entendesse o porquê. Apaguei a luz e fui dormir.

Na manhã seguinte, enquanto me preparava para ir ao *BBC Breakfast News*, dei uma olhada rápida no *Daily Telegraph*. A manchete principal na capa era precisa:

JUIZ CONSIDERA DAVID IRVING UM NEGACIONISTA DO HOLOCAUSTO QUE FALSIFICOU FATOS PARA ABSOLVER HITLER: HISTORIADOR RACISTA É CONDENADO A PAGAR 2 MILHÕES DE LIBRAS POR DERROTA EM PROCESSO POR DIFAMAÇÃO

Abaixo da manchete estava uma charge mostrando um homem em uma livraria inspecionando o novo livro de David Irving, cujo título era: “O processo por difamação que nunca aconteceu”. O editorial declarava que “esse julgamento representa para o novo século o que os tribunais de Nuremberg ou o julgamento de Eichmann representaram para as gerações anteriores”. Irving havia “condenado a si próprio”.

Enquanto eu esperava no lobby do hotel por um carro para me levar à próxima entrevista, percebi que a coluna de Sir John Keegan no *Daily Telegraph* também era dedicada ao julgamento. Lembrei-me de seu testemunho no tribunal, afirmando que a alegação de Irving de que Hitler não sabia do Holocausto era “perversa”. Dessa vez, todavia, o tom de Keegan era diferente. Ele abria a coluna lamentando o resultado do julgamento. “A notícia de que David Irving perdeu o processo por calúnia e difamação vai causar um tremor na comunidade de historiadores do século XX.” Li o período duas vezes para ter certeza de que estava entendendo direito. Aparentemente Keegan não pensava que forçar uma pesquisadora a defender seu trabalho, pagando um altíssimo custo pessoal e profissional, incomodaria os historiadores. Keegan então concentrou-se no negacionismo do Holocausto de Irving. Parecendo não levar em consideração as claras invenções e falsificações que nossos peritos citaram, ele descrevia o negacionismo de meu adversário como “uma bobagem” que compunha um “pequeno, embora debilitante elemento de seu trabalho”. Keegan não fazia referência ao fato de que o trabalho de Irving sobre Dresden – um assunto claramente não ligado ao Holocausto – era repleto das mesmas falsificações e distorções. Desviando na direção do que para mim parecia psicologia amadora, Keegan postulava que Irving simplesmente queria chocar as pessoas e talvez “sequer acredite no que ele mesmo diz”. Como a suposta falta de convicção de meu oponente no que ele dizia tornava suas mentiras menos escandalosas, bem, isso o colunista não explicou. Na sequência, mudando de

atitude e de certa forma se contradizendo, declarava que Irving era culpado apenas por erros de interpretação. O “juiz agora decidiu que um enorme conhecimento de um vasto *corpus* de material não escusa falhas de interpretação”. Keegan ignorou o fato de o contudente veredicto do juiz Gray não ter nada a ver com “falhas” de interpretação, mas com falsificações indiscutíveis.

Em um dos trechos mais estranhos do artigo, o colunista elogiava a aparência de Irving: “É um homem alto, forte, bonito, muito bem-vestido, com a aparência de um importante QC” que faz suas perguntas de uma “maneira firme, mas civilizada”. Irving, ele declarava, “certamente nunca é maçante”. Keegan então concentrou-se em mim: “Em contraste, a professora Lipstadt parece tão maçante quanto alguém politicamente correto pode ser. Poucos historiadores tinham ouvido seu nome antes desse processo. E a maioria deles não vai querer voltar a ouvir. O senhor Irving, se tirar as lições desse julgamento, ainda tem muita coisa interessante a nos dizer”.²⁶ O *concierge* do hotel, ao passar e perceber que eu estava lendo a coluna, sussurrou: “Sir John parece apaixonado pelo senhor Irving”. Então, possivelmente reagindo ao meu semblante preocupado, acrescentou: “E nós aqui no Athenaeum sabemos que a senhora certamente *não* é maçante”. O mensageiro, que passava por ali, acrescentou: “Ele está certo”.

Refletindo sobre Watt e Keegan terem passado a defender Irving, comecei a me perguntar se aquela *não* seria uma expressão da rede dos “Old Boys” ingleses, um grupo que certamente demonstrava mais compaixão por alguém que estudara em uma das escolas particulares mais prestigiosas da Inglaterra e tinha a aparência de um “importante QC” do que por uma americana que por acaso era mulher e reconhecivelmente judia.

Meus pensamentos foram interrompidos pela chegada de um carro da BBC. O motorista olhou para mim, olhou para a capa do jornal e olhou outra vez para mim. Aparentemente seguro de que era a mesma pessoa, saiu do carro, apressou-se para abrir a porta para eu entrar e disse: “Senhora, alguém já devia ter feito isso com aquele cara muito antes”.

Quando cheguei ao estúdio da BBC, todos os jornais matinais estavam sobre a mesa na sala de espera. Foi só então que me dei conta de que o julgamento era a manchete principal de todos os diários britânicos, assim como de alguns estrangeiros.

THE GUARDIAN:

“Irving: Confinado à História como um Mentiroso Racista”

THE INDEPENDENT:

“Racista. Antissemita. Negador do Holocausto. Como a História Vai Julgar David Irving?”

“David Irving perde processo – podemos celebrar a vitória da liberdade de expressão”

THE LONDON TIMES:

“Racista que perverteu a verdade”

“Desmorona a reputação de David Irving como historiador”

Diversos editoriais exaltavam o julgamento. O *New York Times* declarava que o veredicto colocava um ponto final na dissimulação de que Irving era alguma coisa além de “um defensor de Hitler em busca de autopromoção”.²⁷ O *London Times* dizia que a “história teve um grande dia no tribunal e conquistou uma vitória esmagadora”.²⁸ O *Sydney Morning Herald* apontava que a conclusão do juiz Gray de que Irving era um “negacionista ativo do holocausto, um antissemita e um racista que se associa a extremistas da direita para promover o neonazismo” confirmava sua “verdadeira reputação”. No *Observer*, Neal Ascherson descrevia a decisão do juiz Gray como “um dos veredictos mais contundentes já recaídos sobre um pleiteante inglês”.²⁹ O *Fort Worth Star Telegram*, adotando um estilo mais informal, típico do Texas, declarava: “Homem bom, esse juiz”. A *Economist* expressava a esperança de que, “embora o senhor Irving continuará falando e escrevendo, cada vez menos pessoas o ouvirão”.³⁰ O *Irish Times* considerou o veredicto “brusco, [...] direto, [...] totalmente justificado e muito bem-vindo”.³¹ Até Hele Darville, a australiana cuja verdadeira identidade fora descoberta por outros repórteres durante o julgamento e que escrevera textos elogiando Irving, agora declarava que ele fora “seduzido por Hitler” e considerava suas visões sobre Hitler e sobre o Holocausto uma “mentira”.³²

Naquela tarde, enquanto eu cruzava Piccadilly Circus, um motorista abriu a janela do carro, ergueu o polegar e gritou: “Bravo!” Dessa vez, sorri, sorri abertamente.

“No Libel Found in Holocaust Suit”, *Atlanta Journal Constitution*, 12 de abril de 2000.

“No Libel Found in Holocaust Suit”, *Atlanta Journal Constitution*, 12 de abril de 2000.

“Where Are All Their Holes?” *Haaretz* (Israel), 4 de fevereiro de 2000.

Deborah E. Lipstadt, “Statement”, 11 de abril de 2000, http://www.mishcon.co.uk/inp/inp_a/inp_a_pr/inp_a_pr04003.htm

Charles Gray, “Judgment”, *IvP&DL*, (doravante: J) 13.12.

J 13.13.

J 13.16.

J 13.16.

J 13.16.

J 13.24.

J 13.26.

J 13.58.

J 13.44.

J 13.49.

J 13.120.

J 13.122.

J 13.51, 13.126.

J 13.72, 13.77, 13.80, 13.84, 13.91.

J 13.95.

J 13.104–05, 13.106, 13.113–14.

J 13.143–44.

J 13.163.

J 13.167, 14.1.

D. C. Watt, “History Needs David Irving”, *Evening Standard*, 11 de abril de, 2000, p. 13.

“Irving Defiant over Libel Defeat”, *BBC News*, 12 de abril de 2000, <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/709996.stm> (acesso em 9 de setembro de 2004).

John Keegan, “The Trial of David Irving and My Part in His Downfall”, *Daily Telegraph*, 12 de abril de 2000, p. 28.

“History in Court”, *New York Times*, 14 de abril de 2000.

“History and Bunk”, *Times* (Londres), 12 de abril de 2000, p. 23.

Sydney Morning Herald, 14 de abril de 2000; *Observer*, 16 de abril de 2000.

“The Big Lie”, *Fort Worth Star Telegram*, 13 de abril de 2000; *Economist*, 15 de abril de 2000.

“Holocaust Denial”, *Irish Times*, 12 de abril de 2000.

Helen Darville, “Darville Dumps Irving”, *Courier-Mail* (Brisbane, Austrália), 20 de abril de 2000.

CAPÍTULO 21

AGRADECIMENTOS IMPORTANTES

Uma avalanche de mensagens, telefonemas, cartas e e-mails continuou chegando nas semanas seguintes. Mais uma vez, eram as palavras de sobreviventes e seus filhos que me deixavam particularmente tensa. Os elogios eram tão fervorosos e os agradecimentos tão pessoais que pareciam transcender tudo o que eu fizera. A batalha que enfrentei tinha sido homérica, mas aqueles elogios pareciam exagerados.

Prezada Professora Lipstadt,

A senhora não me conhece e provavelmente jamais nos encontraremos. [...] Minha mãe foi morta em Auschwitz. Se David Irving tivesse vencido, ela teria sido vítima uma segunda vez! E o mesmo aconteceria com todos os outros que morreram lá. Eu amava muito minha mãe e não a vejo desde 14 de abril de 1939, quando eu tinha 14 anos. Ela foi morta em 23 de outubro de 1944. Muito obrigada, Anne Bertolina (nascida Hannelore Josias).

Essa carta foi parar na minha mesa no momento em que minha mãe, com 85 anos, estava doente. Quando cheguei à linha “Eu amava muito minha mãe”, um nó se formou em minha garganta. Como uma filha que também ama muito sua mãe, eu só podia imaginar o que era ser separada dela aos 14 anos e depois descobrir seu terrível destino. Queria dizer a Anne Bertolina que, mesmo se por algum revés David Irving tivesse vencido, a mãe dela não teria sido vítima uma segunda vez. Ele tinha o poder de causar prejuízos morais, mas não tinha o poder de fazer isso.

Alguns dias depois, fui a Los Angeles para falar em uma sinagoga da qual eu

era filiada há mais de 15 anos. As emoções na sala eram palpáveis, mas pálidas se comparadas ao que aconteceu mais tarde, quando, enquanto eu tirava a jaqueta, encontrei um cartão que alguém devia ter enfiado em meu bolso após a palestra. Atrás do cartão havia o seguinte bilhete.

Obrigado. Eu fui o interno #193061 em Auschwitz e ajudei a destruir as câmaras de gás e o crematório. Ernie Regan.

Depois de encontrar aquele bilhete, sentei-me e fiquei um bom tempo olhando para ele. Era um lembrete assustador tanto das câmaras de gás, as quais Irving tão alegremente negava, quanto das pessoas que foram tocadas – independentemente se, em termos lógicos, deveriam ou não se sentir assim – por esse esforço.

Mas nem todas as cartas chegavam das vítimas. Algumas vinham de pessoas que tinham uma ligação mais indireta com a tragédia.

Prezada Professora Lipstadt:

Meu marido serviu com [o general] Patton e, em um domingo, entrou nos “campos” de Dachau. [...] Ele era um combatente veterano e experiente, assim como os outros três que o acompanharam. E todos explodiram em lágrimas. Ele se lembra de um interno apontando para ele e gritando em iídiche. Meu marido não tinha se dado conta de que em sua plaqueta de identificação havia uma pequena Mezuzah dependurada e visível. “Du bist ein Yid?” [Você é judeu?], o interno perguntou. Quando meu marido respondeu que sim, que era judeu, mais gritos ecoaram e mais pessoas se reuniram. Eles não conseguiam acreditar que um judeu andava livre na face da Terra, que dirá um soldado judeu! Meu marido levou 28 anos para me contar isso (em Jerusalém, no Yad Vashem). Havia entrado as memórias do que vira tão profundamente a ponto de precisar de todo esse tempo. [...] Cordialmente, Marion Lieberman.

Embora a maioria das correspondências viessem de judeus, algumas eram escritas por pessoas que se identificavam claramente como não judias.

Prezada Professora Lipstadt:

A justiça britânica é um pouco prolixa e apática: como os moinhos de deus, ela pode moer lentamente, mas, de vez em quando, é capaz de moer de forma excepcional. Eu era menino durante a guerra, mas uma coisa ficou para sempre guardada em minha memória. Não foram os bombardeios, que há muito haviam cessado, mas a memória de estar em um cinema com minha mãe e minha irmã, chorando com o restante da plateia enquanto víamos as terríveis imagens da liberação de Belsen.

Posso ter cabelos claros e olhos azuis, ser cristão, góí e estranho, mas não consigo entender como aquela criatura horrível conseguiu convencer alguns de nossos filhos de que seus pais ou avós estavam mentindo ou agindo como tolos. Ainda há muitos de nós que nos lembraremos até a morte, incluindo aqueles que,

*diferente de mim, estiveram lá.
Cordialmente, Ray Waters.*

Muitos dos sobreviventes perceberam minha batalha como uma forma de protegê-los do que se chama de “morte dupla”¹. Eu tentava explicar-lhes que, mesmo se tivéssemos perdido, suas memórias não estariam ameaçadas, e que eles me davam mais créditos do que eu merecia. No entanto, eles relutavam em acreditar nisso. Seus elogios me deixavam estranhamente desconfortável. Alguns ficavam bastante furiosos comigo quando eu lhes pedia para não me agradecer. “Eu tenho que agradecer”, um sobrevivente holandês insistiu, “meus pais iriam querer que eu agradecesse”.

Eu não fui a única a vivenciar turbulências emocionais depois do julgamento. Alguns dias depois do veredicto, perguntei a Rampton como foi trabalhar em meu processo. Sem hesitar, ele respondeu: “Um privilégio”. Logo depois, escreveu para me contar que o período pós-processo estava sendo mais complicado do que ele imaginava.

Eu esperava estar desfrutando do glorioso sucesso e de toda a satisfação. Aliás, esse período que se seguiu ao processo tem sido, para mim, uma mistura de raiva e tristeza. Raiva por nós (você) termos sido levados ao que foi, na verdade, uma falsa confirmação (embora inevitável e necessária). Tristeza por eu não ter mais contato diário com os amigos que esse processo me trouxe. Suspeito que seja mais ou menos como os veteranos de guerra devem se sentir.

Laura Tyler falou sobre como ela havia mudado. “Sinto um orgulho enorme por, ainda tão jovem, ter feito algo tão importante para tantas pessoas. Ter feito diferença.” Com seu jeito sempre iconoclasta, Anthony insistia que “vencer esse julgamento não foi tão importante assim”. Foi o que ele disse. Mas, depois de termos trabalhado juntos por quase cinco anos, eu não acreditava em suas palavras. Anthony havia dedicado incontáveis horas ao processo e estava muito orgulhoso do trabalho que ele e seu grupo realizaram. Ademais, em meu diário, encontrei o registro de que, no início de tudo, ele dissera: “Esse talvez seja o processo mais importante no qual vou trabalhar em toda a minha vida”. Quando o questionei sobre isso, ele admitiu que estava reagindo a alguma matéria publicada na imprensa após o julgamento, algum artigo que retratava Irving como uma figura importante e, conseqüentemente, nossa vitória inequívoca como igualmente importante. David Irving não era tão importante assim; derrotá-lo e expor a falência de suas ideias era.

Algumas semanas depois do julgamento, James veio a Washington para

receber um prêmio do American Jewish Committee em reconhecimento ao trabalho que, ao lado de Anthony, havia realizado no processo. Enquanto andávamos perto da Tidal Basin, admirando as flores das cerejeiras, ele comentou sobre os aspectos “extraordinários” desse caso. Mesmo durante os maiores casos de litígio comercial, raramente uma equipe grande permanece unida por um período de tempo tão extenso. E não era só a equipe que tornava esse caso especial para James. “Sempre advoguei para meus clientes e cuidei de seus problemas legais, mas é raro pegarmos uma causa que nos toca tanto e na qual a justiça é tão fundamental”. Em praticamente todas as disputas judiciais, há um certo ponto de acordo ao qual se pode chegar com as partes. “Dessa vez, não”, continuou James. “Aqui, há uma diferença absoluta entre o certo e o errado. Sinceramente, poderíamos estar ao lado dos anjos.”

Embora eu tivesse ouvido as palavras dos sobreviventes ao longo de todo o julgamento, somente agora, nas agonias da vitória, eu entendia que eles estavam realmente comigo. Agora a minha vitória era a vitória deles. Embora os esclarecimentos fossem sobre meu trabalho, eram as dores, as memórias e as experiências deles, eles acreditavam – fosse lógico ou não acreditar nisso –, que haviam sido salvas da derrota.

Nos meses seguintes, eu sempre revisitava um e-mail.

Sexta-feira, 14 de abril de 2000 - 4:32:32 PM

De: paola.castagno

Assunto: VOCÊ É A GRANDE VITORIOSA!

Para: dlipsta@emory.edu

Querida Senhora Lipstadt,

Meu nome é Paola Castagno, sou italiana, tenho 28 anos e felizmente non vi a II

*Guerra Mundial.**

Li num jornal italiano que a signora venceu David Irving.

Meu nonno Aldo viveu 8 mezes em Auschwitz (como Disneylândia).

Quando voltou na Itália, pesava 34 kg (para 1,82 metro de altura).

Ele morreu faz três anos. Lembro que ele chorava quando pensava no Holocausto depois de 40 anos.

Ele não me falava nada disso. Então escrevo para agradecê-la enormemente. Sei que também meu avô agradece por sua coragem e por a signora falar sobre verdade. É minha grande heroína!!!

Paola Castagno

PS: Desculpa o meu inglês.

Eu não me sentia a “grande heroína” de ninguém. Cinco anos antes, David Irving havia me “colocado na linha de fogo”. Esperando que eu me acovardasse, deve ter se surpreendido quando lutei como lutei e acabei me saindo muito melhor do que esperava. Lutei para me defender, para preservar minha

convicção na liberdade de expressão e para derrotar um homem que mentia sobre a história e expressava visões profundamente sórdidas dos judeus e de outras minorias.

Muito tempo depois que a batalha no tribunal chegou ao fim, eu ainda sentia dor ao pensar nas muitas pessoas que viram Irving assolar suas memórias. Eu sequer conseguia imaginar como era ter suas próprias experiências não apenas negadas, mas depreciadas e ridicularizadas. Ainda, não carregava apenas essa dor comigo, mas também uma sensação de privilégio. Lembrava-me do fato de a tradição judaica valorizar tanto os atos de amor e bondade, incluindo visitar os doentes, abrigar os necessitados, alimentar os famintos e acolher os desconhecidos. Ainda, existe um ato de bondade que suplanta todos os demais porque não pode ser retribuído. Cuidar dos mortos é chamado de *hesed shel emet*, o mais genuíno ato de amor e bondade, porque é assim que emulamos a bondade de Deus para com os humanos, uma bondade que não pode ser retribuída reciprocamente. Por cinco anos tive o privilégio de praticar *hesed shel emet*, de defender aqueles que não sobreviveram ou que não podiam se defender. Ter podido fazer isso era gratificante o suficiente.

Não escolhi essa área de pesquisa para cumprir o *hesed*. Não escrevi meu livro sobre os negacionistas esperando me envolver em um ato assim. *Não escolhi essa luta*. Agora, porém, quando olho para trás, sou tomada por gratidão. Se alguém tinha de se desviar de seu caminho para enfrentar essa batalha, fico grata de ter sido essa pessoa.

Reprodução da grafia na mensagem original.

Alvin H. Rosenfeld, *A Double Dying: Reflections on Holocaust Literature* (Bloomington: Indiana University Press, 1980).

CAPÍTULO 22

A “FANTASIA DE BOBO DA CORTE”

Logo descobri que aquele processo não havia terminado. Não surpreendentemente, Irving decidiu entrar com recurso. Os advogados me garantiram que, considerando a decisão contundente de Gray, era pouco provável que houvesse uma anulação do veredicto e que a questão seria rápida e simples. Consequentemente, fiquei bastante otimista. Mas mais uma vez minhas expectativas se provaram erradas.

Na Inglaterra, é necessária uma permissão para entrar com recurso. O primeiro pedido de Irving foi emitido ao juiz Gray, que o rejeitou porque sua decisão havia sido fundamentada na história e não havia nenhuma questão jurídica a ser contestada. Ele também ordenou que Irving arcasse com os custos e estipulou que a primeira parcela, no valor de 150 mil libras, fosse paga imediatamente. No outono de 2000, Irving – que então contratara advogados para representá-lo – protocolou uma solicitação por escrito no tribunal de segunda instância. Alegava que o julgamento havia se dado em uma atmosfera intimidadora de hostilidade histórica da imprensa e que a decisão do juiz Gray ia contra o “peso dos indícios”. Os peritos, alegava Irving, foram motivados por ideias preconcebidas, pagamentos de altos valores e, no caso específico de Evans, ódio pessoal. Logo depois disso, começou a descrever Evans em seu site como um gambá carregando rosas e com olhos piscando recatadamente.¹

Em dezembro de 2000, o juiz de segunda instância Stephen Sedley decidiu que, à luz de eu ter chamado Irving de falsificador da história e intolerante, um “fardo pesado” havia sido colocado sobre a defesa, e tínhamos respondido adequadamente a esse fardo. Os erros de meu adversário não eram “erros

eventuais na leitura de provas e indícios”, mas “interpretações propositalmente erradas”. Sedley concordou com as “conclusões condenatórias e justificáveis” sobre a “leitura errada de provas e evidências” realizada por Irving e escreveu que meu oponente, tendo “apostado alto”, havia perdido de forma conclusiva. Seu pedido para entrar com recurso foi, mais uma vez, negado.

Logo depois da decisão de Sedley, Irving o descreveu em seu site. Afirmava que a empresa na qual o juiz trabalhara antes de chegar à sua posição atual havia sido fundada por “um líder clandestino do Partido Comunista”. Segundo Irving, um número significativo de membros dessa empresa são “claramente judeus”. O juiz Sedley, ele sugeria, poderia estar agindo mais de acordo com seus “instintos religiosos” do que com base naquilo que dita a lei.²

Em vista da afirmação inflexível de Sedley acerca da decisão de Gray, pensei que Irving pudesse aceitar sua derrota em vez de arriscar mais uma decisão do tribunal contra ele. Mais uma vez eu estava errada. Ele pediu uma audiência afirmando ter novas provas que não lhe estavam disponíveis durante o julgamento. Protocolou quatrocentas páginas de indícios e provas, incluindo um relatório de Germar Scheerer, um famoso negacionista do Holocausto que às vezes usa o nome Rudolf. O relatório defendia que as câmaras de gás eram uma impossibilidade. Essa era, aparentemente, a “nova” e tão impressionante informação sobre Auschwitz que Irving teatralmente prometera apresentar durante o julgamento, mas que em momento algum apresentara. Também entregou uma declaração juramentada de Zoe Polanska Palmer, uma ex-prisioneira de Auschwitz que alegava jamais ter visto qualquer coisa que se assemelhasse a uma câmara de gás ou chaminés soltando fumaça. O tribunal de segunda instância concordou em ouvir Irving e uma audiência foi marcada para junho de 2001.

Voltei a Londres para conversar com os advogados. Concordamos que deveríamos seguir o mesmo *modus operandi* do julgamento e tratar o novo material de forma abrangente. Rampton, Anthony, James e Heather decidiram enviá-lo para ser analisado por van Pelt, que escreveu uma longa resposta sobre todos os argumentos históricos e técnicos presentes no relatório de Rudolf. Sentindo que precisávamos de um químico para responder às alegações de Rudolf, van Pelt entrou em contato com Richard Green, doutor em Química Física pela Stanford e consultor do Exército dos Estados Unidos na defesa de pessoal contra armas químicas. Van Pelt pediu para Green preparar um relatório sobre as alegações de Rudolf.

Green também era membro ativo do Holocaust History Project (THHP), um grupo de pesquisadores que havia se reunido sob a liderança de Harry Mazal, engenheiro e especialista em ciências da computação, para desmentir sistematicamente os negacionistas do Holocausto. Durante os dois anos anteriores, Mazal e outros membros do THHP realizaram diversas visitas

exploratórias a Auschwitz, onde cuidadosamente examinaram os destroços do telhado do crema 2. Usando computação gráfica e análises matemáticas, eles encontraram o que acreditaram ser três dos quatro buracos no teto do crema. Van Pelt pediu a um engenheiro profissional para revisar aquelas descobertas. O engenheiro achou os indícios tão fortes que acrescentamos a análise de Green e o relatório do THHP sobre os buracos ao segundo relatório de van Pelt e o protocolamos na segunda instância.

Enquanto eu esperava a audiência, soube de uma notícia desconcertante. Antes do julgamento, meu oponente havia ameaçado a editora britânica do livro *The Hitler of History*, de John Lukacs, de fazer com eles o que estava fazendo comigo caso a publicação fosse levada adiante. Em sua obra, Lukacs fazia severas críticas a Irving. A Weidenfeld & Nicolson manteve o livro engavetado por três anos. Fiquei contente quando, nove meses depois do veredito de Gray, o livro foi publicado no Reino Unido. Mas minha alegria só durou até eu começar a ler as críticas britânicas. Os críticos reclamavam das “alterações significativas” na seção sobre Irving e condenavam o fato de a editora ter “baixado o tom” na edição americana. O resultado, acreditava o *Guardian*, era “um ataque muito menos incisivo a Irving”. O *Observer* declarou que, se o livro tivesse sido publicado sem as alterações, teria sido um triunfo da “liberdade de expressão contra um tirano”. A Weidenfeld & Nicolson não estava sozinha em sua falta de força de espírito editorial. A Heinemann, uma divisão da gigante Bertelsmann, havia fechado um contrato para publicar o relatório que Evans preparara para o processo. De repente, às vésperas da publicação, a editora cancelou o contrato porque, pelo que eu soube, temia um processo por calúnia e difamação. Embora outra editora tenha decidido publicar a peça, acabei me sentindo desencorajada com esse desenrolar dos acontecimentos.³

—

Algum tempo depois do julgamento, o historiador Richard Breitman, que vinha pesquisando os tribunais de Nuremberg, enviou-me uma cópia de um memorando que encontrou nos National Archives, em Washington. O documento apresentava algumas informações importantes sobre Irving. Em 1969, o ex-promotor de Nuremberg Robert Kempner enviou um memorando ao diretor do FBI, J. Edgar Hoover, relatando que, durante uma viagem recente à Alemanha, ele havia visitado David Irving, um “homem jovem, que me causou a impressão de estar nervoso e ser um tanto quanto abalado mentalmente” e que expressou “muitas declarações antiamericanas e antisemitas”. Irving disse a Kempner que planejava visitar Washington para verificar se “o registro oficial do julgamento de Nuremberg foi falsificado”. Kempner, que considerou essa ideia “absurda”, ficou incomodado, uma vez que Irving poderia facilmente verificar os registros

de Nuremberg em Londres. Não foi isso, todavia, que levou Kempner a escrever para Hoover. “Sem que em momento algum fosse solicitado, ele enfatizou duas vezes que Sirhan Sirhan fez a coisa certa ao assassinar ‘o cara de bolacha’ do Kennedy”. Irving ainda disse que, se fosse árabe, teria feito a mesma coisa em virtude das declarações pró-Israel proferidas por Robert Kennedy.⁴

Isso aconteceu duas décadas antes de Irving se aproximar do negacionismo do Holocausto. E parecia começar a responder à pergunta que Rampton lançara no final do julgamento: o que veio primeiro, o negacionismo ou o antissemitismo de Irving?

—

Em meados de junho de 2001, voltamos a nos reunir na sala 73 para a audiência de segunda instância. Pedi a Harry Mazal, que fora com a esposa, Jerry, para que se sentasse ao lado de van Pelt e Evans na mesa dos peritos. Se levarmos em conta o tempo e a energia que Mazal e seus colegas do THHP haviam dedicado – discreta, privada e voluntariamente – a esse processo, o gesto me pareceu bastante apropriado. Irving entrou usando o que parecia ser o mesmo terno que usara durante as dez semanas do julgamento. Estava acompanhado por “Brunhilde” e por seu barrister, Adrian Davies, um homem de quarenta e poucos anos com um rosto redondo e muito branco, pescoço grosso e, logo descobri, uma voz aguda e anasalada.

Quando a meirinha (que dessa vez não era Janet Purdue) pediu silêncio, os três juízes – Mantell, Buxton e Pill – entraram. Davies começou alegando que Irving podia ser um historiador desleixado, mas não era um mentiroso deliberado. Havia simplesmente chegado a “posições alternativas razoáveis” com relação aos indícios. Então, começou a cronologicamente repassar grande parte do material discutido no julgamento. Os juízes demonstraram uma paciência inacreditável. Eu já não tinha nenhuma, o que só piorou quando o primeiro dia se arrastou para o segundo e rumo ao terceiro. Logo a audiência havia sofrido uma metamorfose e se transformado em um minijulgamento. Quando reclamei com James da liberdade excepcional que a corte estava dando a Irving, ele explicou que os tribunais ingleses tradicionalmente oferecem tempo ilimitado para os argumentos orais, em especial quando uma das partes decide representar a si mesma. Ademais, prosseguiu, considerando a sensibilidade da corte para um caso tão divulgado quanto esse, eles não queriam ser vistos como se estivessem penalizando Irving.

Mais para o fim do segundo dia de audiência, Davies, soando bastante agitado, anunciou: “Excelências, estamos retirando as declarações juramentadas de Polanska Palmer e Germar Rudolf”. Fiquei totalmente desorientada com aquilo. Aquelas eram as provas com base nas quais Irving havia articulado seu recurso.

Ademais, tínhamos investido dinheiro e energia significativos para refutar aquelas argumentações. Tentei avaliar a reação de Irving. Seu corpo enorme estava curvado sobre a mesa enquanto ele fazia anotações. Tinha um sorrisinho nervoso nos lábios, mas os olhos permaneciam focados nos documentos à sua frente.* Os juízes pareciam desconcertados.

Quando a sessão terminou, Harry Mazal, que, junto com seus colegas, havia investido horas de pesquisa no que chamou de “declarações juramentadas idiotas”, lamentou o fato de o trabalho ter sido em vão. Sorrindo, Rampton falou: “Energia desperdiçada? Você afundou as alegações deles sem ter de sequer dar um tiro”. Os advogados de Irving, Rampton especulava, provavelmente reconheciam que o relatório de Rudolf seria demolido com nossa exposição. Esse recurso seria um golpe violento contra os negacionistas.

Mais tarde naquela noite, a equipe de defesa se reuniu no Ritz. Harry e Jerry organizaram um jantar de celebração. Richard e James garantiram a todos que a vitória estava por vir. Harry e eu nos recusávamos a alimentar a esperança, mas algumas horas de boa comida, bebidas e companhia nos forçaram a relaxar. Quando Harry se levantou para propor um brinde, ainda tinha aquelas declarações juramentadas em mente. “*A Arte da Guerra*, de Sun Tzu, que foi escrito há mais de 2.500 anos, diz: ‘Lutar e vencer em todas as suas batalhas não é a excelência suprema; a excelência suprema consiste em destruir a resistência do inimigo sem lutar’”.

Finalmente, depois de mais dois dias de argumentos apresentados por Davies, a audiência chegou ao fim. Quatro semanas depois, voltei para ouvir a decisão. Cerca de uma hora antes de ir ao tribunal, encontrei Anthony e James no escritório. Eles me entregaram o veredicto. “Acabou. Vencemos. Conclusiva e completamente”. Olhei para eles e perguntei: “O que vem agora?” James deu risada. “Acredite. Acabou. Fim. Ele não pode fazer mais nada com você”. Meu rosto denunciou um certo ceticismo, então ele prosseguiu: “Agora, podemos pressioná-lo para reembolsar nossas despesas”.

Alguns minutos depois, saímos rumo ao tribunal. O lugar de Irving estava notavelmente vazio. Mantive a esperança de que ele chegaria no último instante, mas não chegou. Alguns momentos depois, os três juízes entraram. O juiz Pill, falando em um tom extraordinariamente suave, afirmou que o veredicto do juiz Gray – o qual elogiou pela “abrangência e estilo” – continuava válido. O recurso havia sido rejeitado. Os juízes da segunda instância criticaram Irving por abrir mão na última hora das então chamadas novas provas. Depois de ordenarem que Irving arcasse com nossas despesas, levantaram-se e deixaram a sala. Olhei para James com uma expressão de incerteza. Sorrindo, ele garantiu: “Deborah, acabou. Acredite, acabou”.⁵

Enquanto os membros da equipe jurídica se levantavam para parabenizar uns aos outros, refleti sobre o fato de aquela batalha ter sido enfrentada por judeus e

não judeus com a convicção comum de que o antissemitismo e o extremismo são males perigosos para a sociedade. Apesar de nossa vitória plena, aquela não era a última batalha contra os negacionistas ou contra antissemitas, afinal o antissemitismo em si não pode ser “derrotado”. Ele vai sumir, ou não – provavelmente a segunda opção –, em seu próprio ritmo. Como o antissemitismo e todas as formas de preconceito são impermeáveis ao racionalismo, não podem ser refutados. Por conseguinte, precisam ser enfrentados por todas as gerações.

Quando começamos a pressionar Irving para reembolsar nossas despesas, alguns jornais passaram a tentar descobrir a fonte de seus fundos. Isso ia além de um interesse passageiro, uma vez que a justiça britânica estipula que terceiras partes que financiam ações de calúnia e difamação podem ser cobradas se a parte por elas apoiadas perder um processo. O *Observer* obteve uma cópia da lista de 4.017 colaboradores de Irving, e mais da metade deles vivia nos Estados Unidos. Um antigo comandante de um submarino da marinha americana e atualmente um “especialista em evasão fiscal”, vivendo no Havaí, em certa ocasião pediu a Irving para encontrá-lo em Amsterdã, onde lhe entregou um saco de papel com 50 mil dólares em espécie. Outro apoiador era um residente da Flórida que lhe emprestara 45 mil dólares. Dois colaboradores – um da Suécia e outro da Suíça – emprestaram mais de 25 mil dólares. Irving disse ao jornal que, se ele fosse obrigado a revelar os nomes de seus apoiadores, “eu vou voltar aqui e destruir todos os arquivos”.⁶

A imprensa também revelou a identidade da “Brunhilde”, que consistentemente estivera ao lado de Irving. Era uma ex-vencedora de concursos de beleza da Austrália que, em 1991, casara-se com o financiador neozelandês Sir Frank Renouf. Ela disse a Sir Frank, que era quase 30 anos mais velho, que era a Condessa Griaznoff e que seu pai havia morrido. Durante a lua de mel do casal na Austrália, Sir Frank descobriu que o pai da noiva, um motorista de caminhão, estava vivo.⁷ Após seis semanas de casamento, Sir Frank deixou a esposa, que continuava chamando a si mesma de “Lady Renouf”.

Depois de o recurso ser julgado, ela apresentou Irving ao Príncipe Fahd bin Salman da Arábia Saudita, filho do governante de Riade e sobrinho do Rei Fahd. O príncipe, que recentemente acompanhara o pai em uma viagem de negócios à Inglaterra, quando conheceu a rainha e o primeiro ministro, convidou Irving para visitar sua propriedade em Surrey. Alguns dias depois, em um telefonema de Riade, o príncipe concordou em apoiar Irving. Mas, segundo Renouf, tragicamente, no dia seguinte o generoso e saudável príncipe morreu de repente.⁸

Nossos esforços para recuperar parte dos fundos que gastamos naquela batalha

provaram-se mais complexos do que eu esperava. Em março de 2002, Irving pagou à Penguin uma pequena porção dos gastos deles. Em seguida, começou a alegar que estava falido e não podia arcar com o restante das despesas da editora nem com nenhum dos meus gastos. Fiquei cética com essa alegação porque ele continuava viajando com regularidade aos Estados Unidos, vendendo seus livros nas palestras e vivendo em Mayfair, um bairro de alto padrão de Londres.⁹ Um agente apontado pela corte recolheu os livros, documentos e demais itens pessoais de Irving para decidir se eles tinham algum valor financeiro. Informamos à corte que não tínhamos interesse nos documentos pessoais ou quaisquer outros itens pessoais de Irving.¹⁰ Apesar desse aviso, meu oponente – sempre um modelo de retidão histórica – acusou-me de tentar tomar suas “posses, propriedades e direitos conquistados ao longo de toda uma vida”.¹¹ Tínhamos interesse apenas nos itens que pudessem ter algum valor financeiro. Pensamos que alguma universidade ou arquivo talvez tivesse interesse em comprá-los. Assim, evitaríamos colocá-los no mercado aberto e atrair colecionadores de itens relacionados ao nazismo. O fundo de defesa há muito tempo havia acabado e devíamos uma soma significativa a Rampton por ter conduzido a defesa durante o recurso, um custo que a Penguin havia inesperadamente deixado para mim.

Havia alguns documentos de interesse dos historiadores. Nosso pesquisador Tobias Jersak e o avaliador a quem tínhamos pedido para analisar a coleção encontraram materiais do Terceiro Reich – incluindo diários, cartas e notas de vários líderes alemães – que não estavam disponíveis em outros arquivos ou bibliotecas. Entre esses documentos estavam as notas feitas pelo marechal de campo Wilhelm Keitel, chefe da *Wehrmacht* alemã, em sua cela em Nuremberg. Ali, Keitel admitia ter conhecimento dos crimes contra os judeus. Desconhecíamos qualquer outro historiador que tivesse uma cópia ou a oportunidade de examiná-la. Sem saber como Irving conseguira os documentos, especulamos que a família de Keitel, confiando que Irving daria um bom tratamento ao legado do marechal, havia lhe dado acesso ao documento. Irving também obtivera partes do diário do Secretário de Estado nazista Herbert Backe, chefe do Ministério da Agricultura e Nutrição. Backe era um dos principais responsáveis pelas porções infimas de comida entregues aos judeus. Aqui também imaginamos que a viúva de Backe ou membros de sua família tivessem permitido que Irving visse os diários e copiasse os trechos nos quais tivesse interesse. Tobias e o avaliador também encontraram registros telefônicos, cartas e fotografias que acreditavam ser evidência dos extensivos contatos de Irving com negacionistas de outros países e com nazistas e seus familiares.

Além desses documentos, cuja origem e proveniência preocupava alguns advogados, o restante da coleção parecia ter valor limitado. Lembrava os

materiais que ficam disponíveis no eBay, como, por exemplo, um busto de bronze de Goebbels.

Irving contra Penguin & Lipstadt tinha sido uma batalha pela integridade da história e pela minha própria. Era uma batalha que não podíamos nos dar ao luxo de perder. Agora, diante de nós estava uma batalha por documentos e dinheiro. Apesar de estarmos quase certos de que venceríamos, parecia não valer nosso tempo e esforço. Em junho de 2004, depois de conversar com James, Laura e Danny Davis, o especialista em falência e insolvência da Mishcon, decidimos não seguir em frente com essa briga. Contudo, eu tinha um sentimento de decepção. Se Irving decidisse não compartilhar esses documentos, os historiadores não teriam acesso a eles. Parecia estranho terminar aquele longo imbróglío sentindo que, de alguma forma, eu havia decepcionado meus colegas.

Quando entrei em um táxi para ir ao meu próximo compromisso, o motorista me perguntou se eu estava em Londres a negócios ou a passeio. Quando expliquei por que eu estava na cidade, ele imediatamente se lembrou do processo. “Desde o julgamento, nunca mais ouvi falar de David Irving. Parece que, para a maioria dos britânicos, ele ficou muito queimado. Muito bem”. Eu não sabia se as últimas duas palavras diziam respeito à condição de Irving ou ao trabalho que uma equipe maravilhosa havia realizado.

—

Conforme minha vida voltava a ganhar um tom de normalidade, eu tentava entender o que tínhamos realizado. Conquistamos uma vitória esmagadora. Praticamente todas as queixas apresentadas por um negacionista do Holocausto antes da primavera de 2000 haviam sido demolidas. David Irving havia se provado um inimigo muito menos formidável do que qualquer um de nós esperava. Suas alegações caprichosas haviam se estatelado com o peso de nada além dos fatos.

Porém, embora me sentisse grata por isso, sabia que os argumentos do negacionismo – incluindo aqueles descreditados no tribunal – continuavam sendo repetidos. Negacionistas como Hutton Gibson, pai do cineasta Mel Gibson, repetiam as alegações de Irving sobre a quantidade de combustível necessária para queimar os corpos e a impossibilidade de terem existido câmaras de gás. Quando questionado pela *Reader's Digest* sobre os comentários de seu pai acerca do Holocausto, Gibson garantiu: “Meu pai nunca em sua vida mentiu para mim”. E respondeu à pergunta sobre se o Holocausto realmente acontecera dizendo: “Sim, é claro. Atrocidades aconteceram. A guerra é horrível. A Segunda Guerra Mundial matou milhões de pessoas. Alguns eram judeus em campos de concentração”. Depois, em uma conclusão reveladora, acrescentou: “Na Ucrânia, milhões de pessoas morreram de fome entre 1932 e 1933”. Essa resposta ambígua me fez lembrar a definição do Holocausto apresentada por

David Irving, que postula que praticamente nenhum judeu foi escolhido para ser aniquilado pelos nazistas. Muitos simplesmente perderam suas vidas e o Holocausto não foi diferente, menos ainda pior, do que aquilo que aconteceu na década de 1930 na Ucrânia controlada pelo regime soviético. Com base na declaração de Gibson, só pude concluir que ele não acredita que os judeus europeus foram escolhidos pelos alemães para serem completamente aniquilados. Gibson repetiu essas visões em uma entrevista com Diane Sawyer. “Se eu acredito que existiram campos de concentração onde judeus indefesos e inocentes morreram cruelmente durante o regime nazista? É claro que acredito, sem dúvida. Foi uma atrocidade de proporção monumental.”¹²

Mais uma vez, os judeus “morreram” – e não foram deliberadamente assassinados. E mais uma vez Gibson deixa de mencionar a Solução Final como uma tentativa de aniquilar os judeus europeus. Foi particularmente desconcertante Gibson ter feito esses comentários durante a campanha de divulgação de *A Paixão de Cristo*, filme que muitos críticos consideraram não apenas uma distorção perigosa dos registros históricos, mas uma distorção capaz de incitar o antissemitismo.

O negacionismo do Holocausto proliferou no mundo islâmico, em particular no Oriente Médio. O líder palestino Mahmoud Abbas (Abu Mazen), que foi secretário geral do Comitê Executivo da Organização para a Libertação da Palestina, escreveu em seu livro *The Other Side: The Secret Relationship Between Nazism and the Zionist Movement* que o número de seis milhões foi “vendido” pelos judeus e que o número verdadeiro pode chegar a ser menos de um milhão. Quando se tornou primeiro-ministro da Autoridade Palestina, solicitaram que ele esclarecesse esse comentário. Em vez de repudiar suas palavras e reconhecer que as informações eram falsas, disse que, quando escreveu o livro, os palestinos estavam em guerra com Israel. “Hoje eu não faria esses comentários.” Ábdel Aziz ar-Rantisi, que serviu como “comandante geral” do Hamas até seu assassinato por Israel em abril de 2004, expressou indignação com o sucesso dos sionistas em espalharem propaganda do “falso Holocausto” e afirmou que ninguém havia esclarecido como as “falsas câmaras de gás funcionavam”. Mantendo o mesmo nível consistente de acuidade histórica, Rantisi condenou o “fato” de David Irving ter “sido processado” por seu negacionismo do Holocausto.¹³

O negacionismo do Holocausto não é a única forma de história falsa que vem ganhando espaço no mundo islâmico. Yasser Arafat negou por diversas vezes a ligação histórica entre o povo judeu e a terra de Israel. Cada vez mais o mito do libelo de sangue tem se espalhado, assim como o perene mito da dominação judaica. O museu dos manuscritos na famosa Biblioteca de Alexandria recentemente expôs *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. O semanário egípcio *Al-Ussu* entrevistou Dr. Youssef Ziedan, diretor de manuscritos da biblioteca quando

da exposição. Com relação ao Holocausto, a publicação citou as palavras de Dr. Ziedan: “Uma análise das amostras das supostas câmaras de gás provou que eram câmaras de esterilização, sem a quantidade suficiente de cianeto para matar”.¹⁴

Um tipo distinto de distorção histórica ficou evidente na Europa durante a escalada da Guerra do Iraque. A comparação grotesca feita entre o presidente George W. Bush ou o primeiro-ministro Ariel Sharon e Hitler – por mais que alguém possa se opor às suas políticas – compunha uma forma grosseira de diminuir os crimes nazistas. Igualmente incômodo foi o uso de motivos nazistas para atacar as políticas de Israel. O Nobel de Literatura José Saramago comparou a situação dos palestinos com a dos judeus em Auschwitz. Quando questionado sobre se havia câmaras de gás em Gaza, respondeu: “Espero que não seja o caso. [...] Mas o que está acontecendo é mais ou menos a mesma coisa”. O poeta inglês Tom Paulin declarou que os colonos judeus na Cisjordânia são “nazistas e racistas [...] [que] devem ser fuzilados”.¹⁵ Embora esses ataques metafísicos contra os judeus não sejam capazes de causar danos físicos, eles deixam o povo judeu abatido e o leva a questionar seu lugar em uma Europa supostamente esclarecida. Para mim, essas agressões funcionam como um lembrete de que, embora eu tenha vencido uma única batalha solitária, a luta contra a distorção da história – particularmente a história inconveniente – é constante.

Certo dia, ansiosa por um escape, decidi alugar alguns filmes. Por impulso – e aparentemente tendo esquecido que eu estava em busca de um escape – escolhi *O Grande Ditador*, de Charles Chaplin, e *Primavera para Hitler*, de Mel Brooks, duas brilhantes paródias de Adolf Hitler. O atendente – que, para minha surpresa, realmente sabia alguma coisa sobre cinema – perguntou: “Está interessada em comédia ou em Hitler?” Encolhi os ombros e falei, um tanto incerta: “As duas coisas, acho”.

Enquanto assistia aos filmes, lembrei-me de um manuscrito que Anthony compusera durante o julgamento. Ele havia sido convidado para dar algumas palestras sobre arte judaica na Universidade de Londres. A respeito dos artistas que atacam seus oponentes com ironia e escárnio, escreveu: “Derrotar seu adversário e enterrá-lo é uma coisa. Fazê-lo usar uma fantasia de bobo da corte e se apresentar na sua frente, contudo, é um golpe mais pesado. Ele sobrevive para testemunhar sua própria impotência”.¹⁶ Era isso que Chaplin e Brooks faziam com Hitler.

Naquele momento, entendi não apenas minhas escolhas cinematográficas, mas também o que era e o que não era importante em minha batalha. Durante o julgamento, David Irving foi diversas vezes exposto não apenas como um falsificador da história, mas como uma figura irracional e patética. Desde o

juízo, sempre que seu nome aparecia na imprensa, era invariavelmente acompanhado por alguma variação da descrição “o negador do Holocausto que foi considerado pela justiça um racista, antissemita e falsificador da história.”¹⁷ Em última instância, ele não era importante. Derrotá-lo, todavia, era. E aí está uma lição que pode ser aprendida por todos os que combatem quem alimenta ódio e mentiras. Embora a batalha contra nossos oponentes seja excepcionalmente importante, os oponentes não o são. Seus argumentos fazem tanto sentido quanto a teoria dos que defendem que a terra é plana.

Todavia, em um contraste dramático com os defensores da terra plana, eles podem causar muita dor e muitos danos. Alguns usam violência. Outros, como Hajo Funke colocou em Berlim enquanto estávamos à sombra do Reichstag, usam palavras que, por sua vez, encorajam outras pessoas a fazerem o mal. Foram palavras que motivaram aqueles que explodiram o Murrah Building em Oklahoma City, que arrastaram um afro-americano pela rua até a morte, que torturaram um jovem homossexual em Wyoming, que esfaquearam um judeu até a morte nas ruas de Crown Heights, que atacaram famílias israelenses prestes a celebrar a Páscoa e que lançaram aviões contra o World Trade Center.

Precisamos conduzir uma luta implacável contra aqueles que encorajam – direta ou indiretamente – os outros a fazerem essas coisas. Mas, mesmo enquanto lutamos, não devemos imbuir nossos oponentes de uma importância primordial. Jamais devemos atribuir nossa existência a seus ataques contra nós ou deixar nossa batalha contra eles se transformar em nossa razão de ser. E, enquanto os combatemos, devemos vesti-los com – ou forçá-los a vestirem sozinhos – uma fantasia de bobo da corte. Em última instância, nossa vitória chega quando, enquanto os derrotamos, deixamos claro que eles são não apenas irracionais, mas absolutamente patéticos.

Não sei por que ele sorria ou o que estava escrevendo, mas em uma postagem subsequente em seu site, ele alegava que, por causa das regras do tribunal de segunda instância, “não estava autorizado a apresentar qualquer nova prova”. Em seguida, dizia que “talvez tenhamos dificuldades até mesmo para apresentar as mil páginas da declaração de Rudolf”. Irving não informa aos seus leitores que a declaração – que não tinha mil páginas – havia sido entregue ao tribunal três meses antes e que o tribunal havia aceitado. Tampouco menciona que ela foi retirada por seu advogado, para consternação dos juizes. David Irving, “The Lipstadt Case”, <http://www.fpp.co.uk/ActionReport/AR19/items/recent.html> (acesso em 2 de janeiro de 2002).

David Irving, *Action Report*, 20 de novembro de 2000. <http://www.fpp.co.uk/Legal/Penguin/experts/Evans/RadDi201100.html> (acesso em 22 de março de 2004).

David Irving, *Action Report*, 23 de dezembro de 2000.

Tim Adams, “Memories are Made of This”, *Observer*, 24 de fevereiro de

2002; *London Evening Standard*, 29 de janeiro de 2001; Dominick Donald, “One Hundred Hitlers”, *Guardian*, 10 de fevereiro de 2001.

Robert M. W. Kempner a J. Edgar Hoover, 1^o de março de 1969, *National Archives*, RG 65, Entrada A1-111, Box 4. Em um interessante *post scriptum*, os arquivos também indicavam que, em outubro de 1945, Hoover instruiu que Kempner, que havia sido um funcionário especial do FBI entre 1942 e 1945, não deveria ser reempregado pela instituição. Nenhum motivo foi indicado.

Julgamento, na Suprema Corte de Judicatura, Tribunal de Segunda Instância (Divisão Civil), em recurso na Queen’s Bench Division, diante dos juízes Pill, Mantell e Buxton, *IvP&DL*, 20 de julho de 2001.

David Irving, *Action Report*, 31 de outubro de 2001. *Observer*, 3 de março de 2002.

Ela alegou que o título era legítimo porque havia anteriormente sido casada com um homem cuja mãe era descendente de uma linha de aristocratas russos. *The Age* (Austrália), 3 de dezembro de 2002.

Observer, 3 de março de 2002. Para outros detalhes das atividades de Renouf, ver *Independent*, 23 de abril de 2003; *The Age* (Austrália), 3 de dezembro de 2002, 7 de maio de 2003, <http://www.theage.com.au/articles/2002/12/02/1038712883644.html> (acesso em 18 de março de 2004).

“Holocaust Denier Made Bankrupt”, *Guardian*, 5 de março de 2002; “Failed Libel Action Costs Irving His Home”, *Guardian*, 22 de maio de 2002; Kate Taylor, “Irving Goes Bankrupt”, *Searchlight*, abril de 2002.

“First Statement of Daniel Davis”, Alta Corte de Justiça - Falência, na questão de David John Cawdell Irving (em Falência) e na questão do Insolvency Act 1986, entre Deborah Lipstadt, requerente, e Louis M. Brittain, Colin Michael Trevelyan Haig, David John Cawdell Irving, réu, No. 257 de 2002.

Ele também acusou a equipe da Mishcon de “providenciar uma enorme coroa de ódio” para ser entregue no funeral de sua filha e de “comemorar a morte [da filha]. David Irving, *Lipstadt to Irving: Happy Holidays, and Now Hand Over All Your Possessions*, http://www.fpp.co.uk/Legal/Penguin/Lipstadt_demands_all.html (acesso em 15 de setembro de 2004).

Christopher Noxon, “Is the Pope Catholic... Enough?”, *New York Times Magazine*, 9 de março de 2003, pp. 50-53, <http://www.nytimes.com/2003/03/09/magazine/09GIBSON.html>; Peggy Noonan, “Face to Face with Mel Gibson”, *Reader’s Digest*, março de 2004, <http://www.readersdigest.co.uk/magazine/melg.htm>; “Pain and Passion”, *Primetime Thursday*, 17 de fevereiro de 2004, <http://abcnews.go.com/sections/Primetime/Entertainment/melgibsonpassion040216-1.html> (acesso em 18 de junho de 2004).

“Palestinian Leader: Number of Jewish Victims in the Holocaust Might Be

‘Even Less Than a Million’,” MEMRI *Inquiry and Analysis Series*, no. 95 (30 de maio de 2002), pp. 1–5; “ Hamas Leader Rantisi: The False Holocaust”, *MEMRI Special Dispatch Series*, no. 558 (27 de agosto de 2003), p. 1.

Ziedan fez essa declaração em conjunto com a exposição da biblioteca de *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Após vários relatos da imprensa sobre essa exposição, a administração da biblioteca retirou os *Protocolos* da exposição ao público e reconheceu que a sua inclusão demonstrou “juízo ruim e insensibilidade”. Em uma postagem em seu site, Ziedan negou os relatos nos quais teria elogiado os *Protocolos* e condenou o livro como “racista, idiota e fabricado”. Todavia, não retirou sua declaração sobre as câmaras de gás ou o número de mortos ser de um milhão. Definiu o Holocausto como uma ação contra “poloneses, eslavos, judeus, ciganos, deficientes e homossexuais” e alegou que alguns soldados nazistas eram judeus. “Protocols of the Elders of Zion: Statement by the Director of the Library of Alexandria”, “Fourth Statement: Protocols of the Elders of Zion”, <http://www.ziedan.com/English/zion/> (acesso em 1^o de julho de 2004).

“Saramago ‘Turns the Victims into Murderers’ Lau Charges,” *Jerusalem Post*, 27 de março de 2002; “Poet Paulin ‘Banned from Harvard’”, *BBC News*, 21 de novembro de 2002, <http://news.bbc.co.uk/1/hi/entertainment/arts/2479687.stm> (acesso em 1^o de julho de 2004).

Anthony Julius, Idolizing Pictures: Idolatry, Iconoclasm, and Jewish Art (Londres: Thames & Hudson, 2000), p. 62. Ver também Judith Shulevitz, “Shock Art”, *New York Times Book Review*, 23 de março de 2003, p. 27.

Observer, 3 de março de 2002. Ver também *Sunday Star-Times* (Auckland, Nova Zelândia) 10 de março de 2002, *Evening Standard* (Londres), 28 de março de 2002, *Independent* (Londres), 23 de abril de 2003, *The Age* (Austrália), 7 de maio de 2003.

POSFÁCIO

Alan Dershowitz

A importante vitória de Deborah Lipstadt sobre David Irving no tribunal é um dos grandes momentos da história jurídica em que verdade, justiça e liberdade de expressão são simultaneamente agraciados. A verdade, obviamente, não precisa de imprimátur judicial para ser validada. Independentemente do que qualquer tribunal possa decidir, o negacionismo do Holocausto de David Irving sempre será uma mentira e a exposição das mentiras de Irving realizada por Deborah Lipstadt sempre será a verdade. A justiça, por outro lado, não é tão absoluta e distante da avaliação humana quanto a verdade, pois, sendo uma função de percepção, atitude, experiência, educação e valores, com frequência está nos olhos de quem vê. O grande juiz americano Oliver Wendell Holmes Jr. certa vez repreendeu seu serventuário por reclamar que uma decisão legal específica não era “justa”. “Nosso trabalho”, explicou Holmes ao serventuário, “não é fazer justiça, mas aplicar a lei”. Mas como é melhor quando a justiça é feita aplicando a lei, como no caso de Lipstadt.

Verdade e justiça às vezes só são alcançadas comprometendo a liberdade de expressão, como quando as nações proíbem discursos negando o Holocausto, discursos racistas, discursos sexistas ou outras formas de falácias preconceituosas. Tivesse David Irving sido réu em um processo para censurar suas mentiras e saído perdedor, talvez poder-se-ia argumentar que uma derrota comprometia princípios de liberdade de expressão. Todavia, aqui Irving foi a parte queixosa. Foi ele quem tentou censurar a verdade de Lipstadt ao processá-

la por difamação. Se ele tivesse vencido, seria uma derrota para a verdade, a justiça e a livre expressão. Ele perdeu, ainda bem – e foi uma derrota contundente e decisiva. Verdade, justiça e liberdade de expressão venceram, e venceram bonito. Ainda assim, alguns jornalistas consideraram o veredicto “um golpe contra o livre discurso”.¹ É uma conclusão absurda. A liberdade de expressão inclui o direito de expor mentiras, como Lipstadt fez. Essa liberdade, todavia, não concede imunidade a críticas a pessoas intolerantes como Irving. O mercado das ideias deve estar aberto a todas elas, não apenas às neonazistas. Aliás, um motivo pelo qual discursos falsos e ofensivos são permitidos na maioria das democracias liberais é precisamente o fato de a melhor maneira de enfrentar um discurso ruim ser com um discurso bom, e não com a censura. Se não há uma oportunidade de responder às falsidades espalhadas por pessoas como Irving, torna-se muito mais difícil combater os mentirosos racistas que poluem o mercado de ideias. Aliás, antes de Irving perder seu processo, várias editoras se recusavam a publicar obras criticando-o justamente por temerem que ele abrisse processos dispendiosos e demorados. Isso é limitar a liberdade de expressão. Essa ameaça foi derrubada pela vitória de Lipstadt em favor da liberdade de expressão.

Vivemos em tempos nos quais o negacionismo, a banalização e a minimização do Holocausto são cada vez mais usados como parte de uma agenda antisemita e anti-israelense mais abrangente. Negacionistas com discursos pesados são apoiados e elogiados por pessoas como Noam Chomsky e Norman Finkelstein, ao passo que aqueles que buscam justiça para os sobreviventes do Holocausto são condenados por Finkelstein e sua turma. Ao defender sua visão absurda de que não existem “implicações antisemitas na negação da existência das câmaras de gás ou mesmo na negação do Holocausto”, Chomsky acrescentou as pesadas palavras: “independente de se acreditar ou não que [o Holocausto] aconteceu”. E elogiou Robert Faurisson, um reconhecido negacionista do Holocausto, como um acadêmico cujas “conclusões” de que o Holocausto não aconteceu tomaram como “base uma extensiva pesquisa histórica”. As declarações de Chomsky oferecem apoio substancial à “conclusão” de que o Holocausto é um assunto debatível ou uma fraude. Talvez no Planeta Chomsky, mas não no mundo real, onde os açougueiros nazistas assassinaram milhões de crianças, homens e mulheres judeus. Na mesma linha, Norman Finkelstein chamou o negacionista David Irving de um “bom historiador” que fez uma contribuição “indispensável” aos nossos conhecimentos da Segunda Guerra Mundial.²

Dentro desse espectro político há, ainda, pessoas como Patrick Buchanan, que defenderam criminosos de guerra nazistas incluindo Klaus Barbie, Karl Linnas e os assassinos da ss enterrados em Bitburg, além de expressar ceticismo sobre fatos do Holocausto, chegando a duvidar que judeus tivessem sido exterminados

com gás em Treblinka.³

O trabalho de manter viva a memória do Holocausto, portanto, não está concluído. A vitória de Lipstadt foi a derrota mais importante sofrida na história recente pelo negacionismo do Holocausto em um tribunal. Todavia, a luta precisa continuar, nas universidades, nas Nações Unidas, na mídia, nas editoras e em todos os espaços onde as ideias fazem a diferença. Não há desculpa para o silêncio sobre um assunto tão importante quanto esse. A verdade precisa ser repetida, jamais silenciada. Deborah Lipstadt abriu o caminho. Ela provou que a melhor resposta ao negacionismo do Holocausto não são as tentativas fúteis de censurá-lo, mas a exposição ativa das farsas que esses intolerantes defendem. Quando os negacionistas do Holocausto contarem suas mentiras, devemos responder com a verdade – com fatos, evidências e documentos. A verdade e a justiça estão do nosso lado e Lipstadt nos mostrou que a liberdade de expressão também está. Portanto, exerçamos nosso direito coletivo de dizer a verdade e expor as falácias. Lipstadt e o tribunal fizeram seu trabalho – e foi um bom trabalho. Agora, cabe a nós continuar a infinita busca pela verdade, pela justiça e pela liberdade de expressão.

Ver, ex., “Holocaust Denial”, Wikipedia, The Free Encyclopedia, disponível em en.wikipedia.org/wiki/Holocaust_denial#The_Irving_affair; ver também Donald Watt, “History Needs David Irving”, *Evening Standard*, 11 de abril de 2000.

Norman G. Finkelstein, *The Holocaust Industry* (Nova York Verso, 2003), p. 71.

Jacob Weisberg, “The Heresies of Pat Buchanan”, *New Republic*, 22 de outubro de 1990, p. 22.

SOBRE A AUTORA

CONHEÇA DEBORAH

Dra. Deborah E. Lipstadt é professora de Judaísmo Moderno e Estudos do Holocausto na Universidade Emory, em Atlanta, onde coordena o Instituto de Estudos Judaicos “Rabino Donald A. Tam”. É autora de *Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory* e *Beyond Belief: The American Press and the Coming of the Holocaust*.

Lipstadt foi membro da delegação oficial da Casa Branca presente no 60º aniversário da liberação de Auschwitz (26-27 de janeiro de 2005). Também atuou como consultora histórica do Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos. Foi nomeada pelo presidente Bill Clinton por duas vezes para integrar o Conselho, do qual foi membro do Comitê Executivo. Dirigiu, ainda, os comitês acadêmico e educacional da instituição. Foi convidada por membros do Congresso dos Estados Unidos para prestar consultoria sobre respostas políticas ao negacionismo do Holocausto. Entre 1996 e 1999, trabalhou como membro do comitê de liberdade religiosa no exterior do Comitê Consultivo do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Nessa posição, acompanhada por um pequeno grupo de líderes e estudiosos, Lipstadt fez recomendações à Secretária de Estado em questões ligadas a perseguição religiosa no exterior.

Lipstadt já lecionou na Universidade de Washington e na Universidade da

Califórnia em Los Angeles, UCLA. Na primavera de 2006, foi professora visitante na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, onde ministrou um curso sobre memórias do Holocausto. É frequentemente convidada por veículos de comunicação para comentar sobre assuntos de interesse contemporâneo. Também é bastante citada e colaboradora regular de uma série de periódicos.

Mantém um blog: www.lipstadt.blogspot.com

SOBRE O LIVRO

POR QUE ESCREVI *NEGAÇÃO*

Este livro tenta transmitir a experiência de deixar para trás uma existência relativamente tranquila, como professora, e entrar em uma realidade na qual me tornei ré em uma batalha jurídica que se estendeu por seis anos e atraiu a atenção mundial. Durante três meses no inverno de 2000, na sala 73 do Palácio Real da Justiça em Londres, o juiz Charles Gray presidiu *Irving contra Penguin & Lipstadt*. Fiquei em silêncio ouvindo David Irving atacar minha pessoa e meu trabalho. Ele mirou não apenas em mim, mas na história do Holocausto e na comunidade judaica. Grande parte, se não tudo, do que ele disse a meu respeito estava simplesmente errado. Mesmo assim, havia pouco que eu pudesse fazer para questioná-lo pois, por insistência de meus advogados, eu não testemunharia nem daria declarações à imprensa. Embora minhas palavras tivessem provocado o processo por calúnia e difamação, eu agora dependia de outras pessoas para me defender. Para alguém que sempre tentou manter o controle da própria vida, aquilo era angustiante.

Embora manter o silêncio fosse extraordinariamente difícil, em vários outros aspectos tive sorte. Contei com uma equipe jurídica extraordinária. Eles rastrearam as fontes citadas por Irving e as distorções e invenções não se sustentaram, o que por fim levou as alegações ao colapso.

Enfrentei outro obstáculo. Tive de levantar 1,5 milhão de dólares para arcar com os custos de minha defesa. Por sorte, um grupo de pessoas, judeus e não judeus, uniu-se para me ajudar. Eles não pediam nenhum agradecimento público. Aliás, muitos me agradeciam por poderem fazer parte de meu esforço.

Ademais, minha universidade, a Emory, apoiou-me de uma maneira sem precedentes, oferecendo somas consideráveis para a defesa, reduzindo minha carga horária com as aulas e dando muito apoio moral. A Emory chegou a contratar alguém para seguir com minhas disciplinas enquanto eu estava em Londres, preservando, assim, a possibilidade de os alunos aprenderem sobre o Holocausto. Um de meus objetivos ao escrever este livro foi o de informar os leitores não apenas sobre a falácia do negacionismo do Holocausto, mas também sobre o tipo de bondade exemplificada por meus apoiadores. Essa generosidade é uma parte muito importante da história.

Outro aspecto significativo dessa experiência foi a resposta dos sobreviventes do Holocausto. Minha interação com eles foi profundamente impactante. Eles ficaram em silêncio na corte enquanto Irving os ridicularizava e os chamava ora de mentirosos, ora de psicóticos. Disseram-me muitas vezes que fui sua “heroína”. Embora eu aprecie os elogios pelo que faço, esse tipo de adulação me deixava desconfortável. Eu não me achava digna de tamanha gratidão vinda dos sobreviventes do Holocausto.

Somente depois do julgamento percebi que seus elogios tinham menos a ver com o que eu fizera do que com o que *não* havia sido feito sessenta anos antes, quando eles tão desesperadamente precisavam de ajuda. Lembrei-me do versículo do Êxodo que descreve o encontro de Moisés com um capataz egípcio espancando um escravo israelita:

Moisés correu o olhar por todos os lados e, não vendo ninguém, matou o egípcio e o escondeu na areia.

Comentaristas rabínicos, incomodados com a sugestão textual de que Moisés estava verificando para ter certeza de que ninguém o veria matar o egípcio, dizem que ele estava procurando uma “pessoa, alguém de estatura” para fazer justiça.

Quando percebe que não há ninguém, ele se dá conta de que tem de agir por conta própria.

Durante o Holocausto, as vítimas “corriam o olhar por todos os lados” em busca de ajuda. Havia poucas pessoas, governos ou instituições, entre as quais a Cruz Vermelha e o Vaticano, dispostos a ajudar. Não era exatamente o antissemitismo que motivava essa inércia. Muitos simplesmente não se importavam. Diante do mal, permaneceram neutros. Tudo o que os judeus ouviram foi um silêncio ressoante, se não ensurdecedor. Para a vítima, a insensibilidade do observador era quase tão dolorosa quanto a crueldade do perpetrador.

Agora, muitas décadas mais tarde e em circunstâncias muito diferentes, os sobreviventes sentiam que alguém lutava por eles. Dessa vez, não houve neutralidade. Ao me defender de Irving, eu havia quebrado o silêncio que tanto os assombrava. Não importava o fato de minha guerra agora não poder ser comparada ao sofrimento que eles viveram. Não importava o fato de eu não enfrentar ameaça física. Não importava o fato de minha batalha não poder trazer de volta um ente querido ou mitigar seu sofrimento. Minha guerra tornou-se simbólica do que estivera ausente sessenta anos antes. Em contraste dramático com o Holocausto, dessa vez eles, que permaneceram ao meu lado, venceram.

Desde a publicação de *Negação*, muitos leitores entraram em contato com a professora Lipstadt. Aqui ela divide suas respostas às perguntas mais frequentes.

De que maneira a história foi julgada?

Eu me tornei ré em um julgamento realizado em um tribunal britânico e nós tínhamos que provar que aquilo que eu havia escrito sobre David Irving era verdadeiro. Tínhamos que demonstrar que a “versão” da história do Holocausto apresentada por ele era fraudulenta. E fizemos precisamente isso. Também demonstramos que você não pode dizer que a história significa aquilo que você quer que ela signifique. É preciso manter a fidelidade dos fatos. Há uma quantidade imensa de documentos sobre o Holocausto em geral e, em particular, sobre o processo de extermínio. Sabemos com muita precisão que os assassinatos e a Solução Final foram orquestrados. Embora muitos historiadores possam interpretar esses documentos de forma diferente, eles não podem inventar e não inventam coisas que não estão lá.

Além de desacreditar Irving, o que mais esse processo conseguiu?

Esse julgamento foi uma vitória para a história e para os historiadores. Uma equipe extraordinária de historiadores realizou uma pesquisa minuciosa que garantiu nosso triunfo. Essencialmente, esse julgamento foi emblemático no sentido de passar a chama da memória dos sobreviventes do Holocausto, os mais novos já na casa dos setenta anos, para os historiadores. O poeta Paul Celan perguntou quem será a testemunha das testemunhas. Esse julgamento demonstrou, para aqueles que acreditavam haver um semblante de verdade nos argumentos dos negacionistas, que esses argumentos são uma falácia. Provamos ao juiz Gray e aos juízes de segunda instância que os negacionistas inventaram suas alegações.

Por que você reagiu?

Na Grã-Bretanha, o réu precisa apresentar as provas daquilo que escreveu. Se eu não me defendesse, Irving automaticamente sairia vitorioso e poderia dizer que a Alta Corte de Justiça legitimara sua descrição do Holocausto.

Lembre-se de que estamos falando de um homem que transitava por dois mundos. Seus livros apareciam em publicações como *New York Times* e *Times Literary Supplement*. Em ambientes mais privados, ele dizia ao público coisas como: “mais pessoas morreram no carro do senador Kennedy em Chappaquiddick do que nas câmaras de gás de Auschwitz”. Irving não era perigoso por declarações absurdas como essas. Ele era perigoso porque era visto como um historiador com um “probleminha” com o Holocausto.

David Irving entende que o processo foi um tiro que saiu pela culatra?

Não tenho a menor ideia de como ele enxerga a situação, mas o tiro sem dúvida saiu pela culatra. Se ele não tivesse me processado, ninguém saberia até que ponto ele fabricava e desvirtuava indícios. Os historiadores há muito tempo sabiam que Irving não estava dizendo a verdade quando afirmava que seria capaz de absolver Hitler, provar que ninguém morreu vítima do gás em Auschwitz ou demonstrar que não havia nenhum plano para assassinar os judeus. Mesmo assim, ninguém sabia o quão flagrantemente falsas eram suas interpretações da história. Irving devia pensar que destroçaria a história e sairia impune. Mas, quando me processou, seu castelo de cartas desmoronou.

O julgamento e seu resultado teriam sido diferentes se o processo fosse levado a júri?

Creio que não. Porém, teríamos adotado outras estratégias para apresentar nossa defesa. O júri talvez não lesse os milhares de documentos que o juiz Gray leu cuidadosamente. Teríamos de seguir uma narrativa histórica mais ordenada e apresentar as provas dos peritos com mais detalhes no tribunal. Provavelmente teria sido – e fico nervosa só de pensar – um julgamento muito mais demorado.

Outra diferença seria que o júri apresentaria um veredicto, mas não um documento de 350 páginas executando os argumentos de Irving de forma tão incisiva. O *Observer* descreveu o veredicto como “um dos mais contundentes a recair sobre uma parte queixosa inglesa”.

O que aconteceu com o negacionismo do Holocausto depois do julgamento?

Muitos dos grupos de negacionistas entraram em colapso. Alguns deixaram de existir. A derrota de Irving e, por consequência, dos negacionistas, foi tão pesada – se não constrangedora – que grande parte do apoio ao movimento dos negacionistas se desfez. Eles podem vir a ressuscitar, mas, por enquanto, parecem estar em frangalhos. Não sou só eu quem tem essa opinião. Bradley R. Smith, um dos maiores negacionistas do Holocausto, escreveu recentemente: “A derrota de Irving nesse processo foi o maior golpe que o revisionismo já recebeu. [...] Foi o julgamento de Lipstadt que convenceu as pessoas sérias de que os revisionistas desafiaram a história do Holocausto e falharam completamente aos olhos do mundo ocidental, e não há motivos para se preocupar mais com o revisionismo do Holocausto”. Pela primeira vez eu me peguei concordando com um negacionista.

A área na qual o negacionismo do Holocausto floresce é o mundo árabe/islâmico. De acordo com a MEMRI, organização que traduz artigos da imprensa árabe, em 2003 um dos principais ativistas do Hamas fez referência, no semanário da organização, ao “mito das ‘câmaras de gás’” e queixou-se por “David Irving ser processado” por seu negacionismo do Holocausto. (MEMRI, “*Special Dispatch – Palestinian/Arab Antisemitism*”, 27 de agosto de 2003). Em

dezembro de 2004, dois negacionistas do Holocausto bastante conhecidos foram entrevistados pela agência iraniana de notícias Mehr. Robert Faurisson falou da “grande mentira do suposto Holocausto” e o negacionista australiano Fredrick Toben condenou a “mentira do Holocausto” e convocou uma “exposição dessa mentira” (*New York Sun*, 24 de janeiro de 2005). E, obviamente, o presidente do Irã já negou o Holocausto.

Você se incomoda com a possibilidade de jamais recuperar o dinheiro que, junto com seus apoiadores, investiu em sua defesa?

No Reino Unido, o perdedor deve arcar com os custos. Mas esse teria parecido um processo tão caro que seria mais fácil abandonar o esforço. Lembre-se de que não se tratava de um julgamento pelo dinheiro ou para levar Irving à falência. O que estava em jogo era a história e eu me defender de uma acusação de difamação. Mesmo assim, eu gostaria de poder ter devolvido o dinheiro a meus apoiadores.

Você se preocupa com a possibilidade de, com a eventual morte de todos os sobreviventes do Holocausto, os negacionistas serem bem-sucedidos em seu ataque à história do Holocausto?

Os sobreviventes se preocupam com isso. Eu também me preocupava. Mas agora sou mais otimista. É claro, a pessoa que pode dizer “esta é a *minha* história, isso foi o que aconteceu *comigo*” tem uma força única. Todos vamos sentir uma saudade desesperadora quando eles se forem. Por outro lado, conquistamos essa vitória sem chamar os sobreviventes. Apoiamo-nos em documentos, provas materiais e testemunhos dados nos tribunais no período imediatamente pós-guerra. Minha vitória deve garantir aos sobreviventes que as ameaças dos negacionistas podem ser enfrentadas com base em registros históricos.

O programa *Book TV*, da rede de *TV C-SPAN*, queria sua participação e, logo em seguida, uma aparição de David Irving. O que aconteceu?

O programa queria gravar um discurso que eu faria em Harvard. Eu estava ansiosa para apresentar meu livro a um público de bibliófilos. Depois, descobri que a *C-SPAN* queria “equilibrar” (palavra deles) minha apresentação com uma fala de Irving. Isso criaria um debate entre nós, um debate que há muito evito. Não consigo conceber, por exemplo, a ideia de “equilibrarem” a presença de um especialista em história afro-americana com alguém afirmando que a escravidão é um mito.

Quando protestei, a *C-SPAN* alegou que transmitia “todo tipo de opinião” (o negacionismo do Holocausto é uma “opinião”). Quando expliquei que o tribunal havia considerado Irving um mentiroso, um produtor sênior do canal respondeu:

“Nós transmitimos mentirosos o tempo todo. Colocamos membros do Congresso no ar”. Falei que, se insistissem nesse “equilíbrio”, não poderiam filmar meu discurso. (É claro que, se eles quisessem transmitir um discurso de Irving em alguma outra ocasião e em outras circunstâncias, esse era um direito deles.)

Frustrada, eu estava prestes a desligar quando acrescentei, quase como uma reflexão tardia, que supunha que, se eu não aparecesse, eles não mostrariam Irving. “Não”, respondeu o produtor, “nós planejamos mostrar a participação dele de um jeito ou de outro”. Fiquei perplexa demais para me lembrar de perguntar o óbvio: onde estava o equilíbrio nisso?

Centenas de historiadores e cientistas sociais assinaram uma petição organizada pelo Instituto David Wyman condenando a C-SPAN. A rede de TV admitiu ter recebido milhares de e-mails e cartas, praticamente todos condenando a decisão. Artigos apareceram em dezenas de jornais. Cheguei a participar do programa de TV *The O'Reilly Factor*. As pessoas ficaram incrédulas, particularmente por se tratar de um canal que não tem a política de apresentar os dois lados de nenhum assunto. Por que eles insistiam em “equilíbrio”, especialmente quando o “outro lado” já havia sido julgado como mentiroso e falsificador da história? Enfim, fiquei muito mais consternada com a postura da C-SPAN do que com os negacionistas do Holocausto.

Em novembro de 2005, a polícia austríaca prendeu David Irving com base em uma lei de 1989, por ele fazer discursos negando o Holocausto. O que achou disso?

Embora, de modo geral, eu me oponha à proibição do negacionismo do Holocausto, entendo que o negacionismo tenha um peso diferente na Alemanha e na Áustria. Antes do julgamento de Irving, em fevereiro de 2006, pedi aos austríacos para libertá-lo. Ele não deveria ser um mártir no altar da liberdade de expressão. Depois do julgamento, Irving perdeu muito de sua força. Muitas pessoas passaram a achá-lo um bufão. É por isso que o último capítulo recebeu o nome de “A fantasia de bobo da corte”. A única sentença que quero para ele é a obscuridade.

O advogado de Irving diz que ele pretende retirar a negação das câmaras de gás e declarar culpa. Que história é essa?

Em setembro de 2005, Irving continuava alegando que as câmaras de gás eram uma impossibilidade científica. Agora, seu advogado diz que foram as evidências que ele viu nos arquivos em Moscou que o convenceram de que as câmaras de gás existiram. O que provocou essa mudança de postura? Ele foi a Moscou depois do julgamento? Se essa afirmação tiver como base suas pesquisas na década de 1990 na Rússia, por que ele insistiu, durante o julgamento, que as câmaras de gás eram um mito? Não faz sentido. Irving parece pensar que pode dizer o que quiser

e ninguém vai perceber que se trata de invenção.

O presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad já negou o Holocausto e quer reunir um grupo para “investigar” o Holocausto. Qual sua opinião sobre isso?

Um grupo assim certamente vai ressuscitar muitos dos argumentos familiares aos negacionistas, argumentos que demolimos em meu julgamento. Algumas pessoas o chamam de louco. Eu diria que é louco *como uma raposa*. Essa postura aumenta sua estatura no Irã e no mundo islâmico, assim como seus chamados para a destruição de Israel. É claro que a negação do Holocausto e a destruição de outro estado não importa muito para o público que o apoia. Diferentemente da maioria dos negacionistas, Ahmadinejad tem o potencial de causar danos reais. Pode, a qualquer momento, “apertar o botão”. Esse não é um pensamento tranquilizador.

Sua vida mudou desde o julgamento?

Certamente tenho uma representação “maior” e meu nome é mais reconhecido. Muitas pessoas me procuram me pedindo para falar sobre o negacionismo de outros genocídios, como o armênio, ou sobre os genocídios atuais, como no Sudão. Tento usar minha voz da forma mais eficaz possível. De modo geral, as coisas voltaram ao normal. Estou outra vez fazendo as coisas que mais amo: lecionar e escrever.

FRIO

SOBRE O 60^o ANIVERSÁRIO DA LIBERAÇÃO DE AUSCHWITZ

No final de dezembro de 2004, recebi um telefonema da equipe presidencial da Casa Branca perguntando se eu poderia integrar o pequeno grupo da delegação americana que representaria o presidente e a nação no 60^o aniversário da liberação de Auschwitz. A data caía bem no início do semestre. Detesto não estar presente para dar minhas aulas. Mesmo assim, considerei a ausência digna de mérito e meu reitor concordou.

A delegação, liderada pelo vice-presidente Dick Cheney, incluía: Elie Wiesel, o representante dos Estados Unidos Tom Lanos e sua esposa Anette, ambos sobreviventes do Holocausto, Fred Schwartz, líder da reconstrução da sinagoga na cidade de Auschwitz, e Feliks Bruks, um polaco-americano que foi preso pelos nazistas em três campos de concentração. Quando perguntei à oficial da Casa Branca o motivo de minha inclusão, ela explicou que era meu trabalho, especialmente meu empenho legal em expor os negacionistas do Holocausto.

E foi assim que eu me vi no distinto saguão da Base Aérea Andrews, em Maryland, na terça-feira, 25 de janeiro. Embarcamos em um jato da

Gulfstream que parecia capaz de abrigar quarenta pessoas, mas havia sido configurado para receber dez passageiros e os seis membros da tripulação. Olhando de fora, parecia uma miniatura do Air Force One, com as palavras *United States of America* gravadas na lateral. Quando pousamos em meio a uma forte tempestade de neve na Cracóvia, um comboio de viaturas de polícia, limusines, SUVs e vans atravessaram a pista para nos receber. O embaixador americano na Polônia, Victor Ashe, saiu de um dos carros e nos agradeceu pela visita. Nossa bagagem foi recolhida e colocada em um veículo que seguiu antes de nós para o hotel. Quando entrei no quarto, minha mala já me esperava. Tudo era muito luxuoso e bem diferente de minha vida de professora.

Contudo, o motivo da nossa visita logo deixou esses prazeres ostentosos em segundo plano. Enquanto eu estava respondendo meus e-mails na “sala de controle”, uma suíte do hotel que havia sido transformada em escritório, atrás de mim os oficiais do Departamento de Estado discutiam vigorosamente a forma mais eficiente de nos fazer chegar a Auschwitz-Birkenau para a cerimônia do dia seguinte. Depois de ouvir por algum tempo, dei meia-volta e observei que havia algo surreal na discussão de como chegar pontualmente a um campo de extermínio, o maior “cemitério” do mundo. Todos rimos, mas com desalento.

No dia seguinte, passamos três horas sob a neve que caía ouvindo preces e participando das homenagens. Depois de algum tempo, os discursos, muitos dos quais proferidos por chefes de Estado, começaram a se transformar em uma única massa. O que um estadista poderia dizer, cercado por sobreviventes, à sombra, literalmente, das câmaras de gás? Lembrei-me das palavras de Adorno, segundo quem escrever poesia depois de Auschwitz é um ato bárbaro. Eu tinha a impressão de que, em um dia assim, a prosa seria um pouco mais adequada, exceto pelas palavras daqueles que realmente viveram nos campos.

Passei a ignorar os autofalantes e comecei a refletir sobre os escritos dos sobreviventes, os quais vinham me acompanhando porque eu tinha acabado de terminar de dar um curso sobre as memórias do Holocausto. Em *Still Alive*, Ruth Kluger descreve a experiência de observar um guarda da ss vangloriando-se com um pão preso à extremidade de uma bengala, do outro lado do arame farpado. Ele atormentava os prisioneiros famintos arrastando o pão na lama. Ver o alimento sendo destruído no barro atingiu Kluger “como um golpe no diafragma porque era uma expressão tão cruelmente sarcástica de ódio”.

Primo Levi descreve uma experiência similar em *É isso um homem?* Durante seus primeiros dias no campo, viu um enorme pingente de gelo dependurado do lado de fora de sua janela. Buscando saciar a sede, estendeu a mão, mas logo “um guarda enorme e pesado que por ali rondava” brutalmente arrancou-lhe o pedaço de gelo. “*Warum?*” [Por quê?], perguntou Levi. O guarda respondeu: “*Hier ist kein warum*” [Aqui não tem porque].

Sentada ali, protegida por quatro camadas de roupa, usando meias grossas,

botas especiais, protetores para as orelhas e chapéu, tomando uma xícara de café quente que os organizadores gentilmente nos ofereceram, fui lançada de volta aos últimos dias do campo. Os alemães, contrários a deixar 60 mil judeus sobreviventes caírem nas mãos do Exército Vermelho, forçaram os presos a marchar pela neve rumo à Alemanha, onde foram colocados em campos de concentração.

Em *Speak You Also*, Paul Steinberg relembra que, quando a marcha começou, ele sabia que “uma coisa era certa: ‘nos dias que estão por vir, muitos morrerão quando seu maior sonho estiver prestes a se tornar realidade. E esse será o mais cruel de todos os golpes’”. E Steinberg estava certo. Tantas pessoas morreram que o evento entrou para a história como a “marcha da morte”.

No capítulo final de suas memórias, Levi descreve em detalhes a situação em Auschwitz durante os dias finais, antes da chegada do Exército Vermelho. Deixado para trás no chamado hospital de Auschwitz, Levi assistiu ao campo ser desmontado. “Não havia mais água ou eletricidade, as janelas estavam quebradas e as portas batiam com o vento. [...] Pacientes maltrapilhos e decrépitos, que mais pareciam esqueletos, [...] arrastavam-se por todos os cantos no chão congelado, como uma invasão de vermes.”

Levi atribuiu ter sobrevivido a esses difíceis últimos dias à amizade e ao apoio de um pequeno grupo de homens, pacientes do hospital. O único objetivo do grupo, ele contou a Philip Roth anos depois, era salvar “a vida dos camaradas doentes”. Na noite de 26 de janeiro, um deles morreu. Levi e seus amigos sentiam frio demais e exaustão demais para enterrá-lo. Não havia nada a fazer senão voltar a dormir e esperar o dia seguinte. “Os russos chegaram enquanto Charles e eu levávamos Sómogyi para o lado de fora. Charles tirou sua boina. Eu senti por não ter uma boina.”

Sessenta anos depois, quando a noite caía em Auschwitz, virei-me para um dos membros de nossa delegação e disse: “Está muito frio. Sinto por não ter vestido mais uma camada de roupas”. De repente, as palavras de Levi caíram sobre mim. Senti-me constrangida. E aí, sem explicar o motivo, levantei-me em homenagem não apenas a Sómogyi, mas aos inúmeros e anônimos que morreram ali e àqueles, como o pai de Elie Wiesel, que morreram logo após a Marcha da Morte. Também me levantei por pessoas como Levi, que sobreviveram, mas carregaram pelo resto de suas vidas as terríveis chagas daquele lugar.

Apesar do vento frio, tirei meu gorro. Afinal, eu tinha um.

Originalmente publicado em *The Chronicle of Higher Education*.